"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"

60 anos do curso de História

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História

28, 29 e 30 Novembro
Universidade Estadual de Londrina

18semanahistoria.wixsite.com/londrina

Fernanda Dayara Salamon
Raquel Fernandes Lanzoni
Prof. Dr. Rogerio Ivano
Vinícius Augusto Andrade de Assis
(Orgs.)

Anais da

Semana de História da Universidade Estadual de Londrina

V.4, 2019

PPG HS
Programa de pós-graduação em História Social

Departamento de História
Universidade Estadual de Londrina
Fone: (43) 3371-4398 - Fax: (43) 3371-4408

Fernanda Dayara Salamon
Raquel Fernandes Lanzoni
Prof. Dr. Rogerio Ivano
Vinícius Augusto Andrade de Assis
(Orgs.)

Anais da

Semana de História da Universidade Estadual de Londrina

V.4, 2019

Catalogação na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S471a Semana de História (18. : 2019 : Londrina, PR)

Anais da XVIII Semana de História, [do] XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social [e do] VI Encontro das Especializações em História [livro eletrônico] / Fernanda Dayara Salamon ...[et al.] (orgs.). – Londrina : Universidade Estadual de Londrina, 2019.
1 Livro digital : il.

Inclui bibliografia.
Disponível em: http://www.uel.br/pos/mesthis/portal/pages/publicacoes.php
ISSN 2595-1645

1. História – Congressos. I. Salamon, Fernanda Dayara. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social (11. : 2019 : Londrina, PR). IV. Encontro das Especializações em História (6. : 2019 : Londrina, PR). V. Título. VI. Título: Anais [do] XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social. VII. Título: Anais [do] VI Encontro das Especializações em História.

Bibliotecária: Ivana de Fátima Peres de Oliveira – CRB-9/1018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

REITOR
Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho

VICE-REITOR
Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Amauri Alcindo Alfieri

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Prof.ª Dr.ª Mara Solange Gomes Dellaroza

DIRETORA DO CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Profª. Drª. Viviane Bagio Furtoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Prof. Dr. Rogerio Ivano

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim

COORDENADOR DO COLEGIADO EM HISTÓRIA
Prof. Dr. André Lopes Ferreira

COORDENADOR DA ESPECIALIZAÇÃO EM PATRIMÔNIO E HISTÓRIA
Prof. Dr. Rogério Ivano

COORDENADORA DA ESPECIALIZAÇÃO EM RELIGIÃO E RELIGIOSIDADES
Prof.ª Dr.ª Monica Selvatici

COORDENAÇÃO GERAL
Prof. Dr. Rogério Ivano

COMISSÃO ORGANIZADORA
Prof. Dr. André Lopes Ferreira
Bruna Garcia Catarino
Bruna Santos de Camargo
Fernanda Dayara Salamon
Gigliola Aparecida de Oliveira Knapp
Prof.ª Dr.ª Marlene Rosa Cainelli
Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Raquel Fernandes Lanzoni
Thiago Machado Garcia
Vinícius Augusto Andrade de Assis

COMISSÃO CIENTÍFICA
Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva
Prof.ª Dr.ª Angelita Marques Visalli
Prof.ª Dr.ª Cláudia Eliane Parreiras Marques Martinez
Prof. Dr. Cláudio Luiz Denipoti
Prof. Dr. Éder Cristiano de Souza
Prof. Dr. Francisco Cesar Ferraz
Prof. Dr. Gilmar Arruda
Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Prof. Dr. Júlio César Magalhães de Oliveira
Prof.ª Dr.ª Monica Selvatici
Prof. Dr. Richard Gonçalves André
Prof. Dr. Ronaldo Cardoso Alves
Prof.ª Dr.ª Márcia Elisa Tete Ramos
Prof.ª Dr.ª Margaret Marchiori Bakos
Prof.ª Dr.ª Maria Renata da Cruz Duran
Prof.ª Dr.ª Silvia Cristina Martins de Souza

SECRETARIA
Celina Aparecida Negrão
Neobi Fumiko Kayano

PROMOÇÃO
Departamento de História
Colegiado de História
Programa de Pós-Graduação em História Social
Especialização em Patrimônio e História
Especialização em Religiões e Religiosidades

APRESENTAÇÃO

Neste ano de 2018, quando o curso de História da Universidade Estadual de Londrina tornou-se sexagenário, a semana acadêmica teve como tema “Qual o futuro do nosso passado? ”. Na perspectiva do historiador, refletir sobre o passado é também e necessariamente uma reflexão sobre o futuro. Os fatos, ideias e processos pesquisados hoje só se tornam história à medida que são reconhecidos pelo tempo que virá.

As perspectivas de reflexão são muitas, englobam conceitos, métodos, teorias; hipóteses, consensos e dissensos; temporalidades, cronologias; narrativas, enredos; memórias, esquecimentos, silêncios; museus, arquivos, fontes; ensino, saber e experiência. As possibilidades de reflexão sobre o futuro aumentam à medida que as perspectivas se ampliam e dialogam.

Mas para além da historiografia, o futuro se faz com paixões, ideologias, ações. Há prognósticos, cálculos e projeções que ainda não encontraram seu lugar no tempo. Isto é, o passado também pode se comportar como uma novidade a espera de reconhecimento.

Realizadas entre os dias 28 e 30 de novembro, a XVIII Semana de História, o XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social e o VI Encontro das Especializações em História aconteceram em forma de palestras, mesas redondas e comunicações de trabalho, quando pesquisadores, alunos e professores puderam partilhar de suas inquietações e interpretações sobre o futuro do passado. Estes são os Anais desses eventos. Boa leitura!

Prof. Dr. Rogério Ivano
Coordenador geral

PROGRAMAÇÃO

QUARTA 28/11

9h-11h30 - Credenciamento (Secretaria do evento)
14h-18h - Comunicações coordenadas
19h30-20h - Cerimônia de Abertura (Sala de Eventos)
20h-21h30 - **Conferência de Abertura - História: aprender o quê, por quê, para quê? A história e seu lugar social** (Sala de Eventos)
Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins (UnB)
Mediação: Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim (UEL)

QUINTA 29/11

9h-11h30 - **Mesa Redonda - Ensino de História e o Futuro do Passado** (Sala de Eventos)
Profa. Dra. Márcia Elisa Tete Ramos (UEM/PPGHS-UEL)
Profa. Dra. Maria de Fátima da Cunha (UEL)
Mediação: Profa. Dra. Marlene Cainelli (UEL)
14h-18h - Comunicações coordenadas
16h - Atividade discente: exibição de filme “O ódio”, de Mathieu Kassovitz (1995).
Comentaristas: Diego Chrominski e Igor Zacharias
19h30-22h- **Mesa Redonda - As apropriações da História pela nova direita** (Sala de Eventos)
Prof. Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa (UNESP/Marília)
Prof. Dr. Odilon Caldeira (UFSM)
Mediação: Laura Martimbianco (representante discente)

SEXTA 30/11

9h-11h30 - **Mesa Redonda - Sociedade, Memória e Preservação** (Sala de Eventos)
Profa. Dra. Maria Nilza da Silva (UEL)
Solange Batigliana (Prefeitura de Londrina)
Mediação: Prof. Dr. Rogério Ivano (UEL)
14h-18h - Comunicações coordenadas
16h - Atividade discente: exibição do documentário "Noite e neblina", de Alain Resnais (1956).
Comentarista: Eduardo Carvalho.
19h30-22h- **Mesa Redonda - Cursos de História e Reforma Curricular** (Sala de Eventos)
Prof. Dr. André Lopes Ferreira (UEL)
Profa. Dra. Marisa Noda (UENP)
Mediação: Prof. Dr. Lukas Gabriel Gryzbowski (UEL)

SUMÁRIO

OS RELATOS DO ÊXODO QUE FUNDAMENTAM A PÁSCOA JUDAICA SÃO FATO HISTÓRICO OU MITO? - Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia……13

A CONQUISTA DO DESERTO NA ARGENTINA OITOCENTISTA: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA - Giovana Eloá Mantovani Mulza.....23

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO LEPROSÁRIO SÃO ROQUE NO PARANÁ: DAS SUAS ORIGENS À RESSEMANTIZAÇÃO (1926-1980) - Thaysa Lauara Loiola Stabelini.....33

A MUMIFICAÇÃO NO MUNDO EGÍPCIO: ELEMENTOS HISTÓRICOS E BIOTECNOLÓGICOS EM PRÁTICAS E RITUAIS FÚNEBRES E RELIGIOSOS - Heloisa Lima Martusevicz e Max Alexandre de Paula Gonçalves.....45

A CONSTRUÇÃO SINTAGMÁTICA NA RETÓRICA FÍLMICA: FÚRIA DE TITÃS E SEU FAZER HISTÓRIA - Abner Alexandre Nogueira.....56

A DEMOLOGIA A PARTIR DAS NOÇÕES DE PIERRE DE LANCRE NO LIVRO TABLEAU DE L'INCONSTANCE DES MAUVAIS ANGES ET DÉMONS - Alisson Guilherme Gonçalves Bella e Angelita Marques Visalli.....67

NOVOS HORIZONTES – UMA ANÁLISE SOBRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM GUARACI, JAGUAPITÃ E CENTENÁRIO DO SUL (PR) - Gustavo do Nascimento Silva 74

RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA - Andressa da Silva Oliveira.....87

A REPRESENTAÇÃO DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES JAPONESAS POR MEIO DO MANGÁ *XXXHOLIC* (2003-2011) - Izabela Marques de Oliveira…102

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O PARANÁ NO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE: TRAJETÓRIAS DAS PRIMEIRAS PRODUÇÕES - Wander de Lara Proença.....110

UM ESTUDO SOBRE AS CARTAS DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS SEGUNDO O OLHAR JESUÍTICO - Jaqueline Fernanda Pereira.....123

O CINEMA DE HORROR: AS REPRESENTAÇÕES DO MEDO NAS OBRAS *CARRIE* (1976) E *CHRISTINE* (1983) - Fernanda da Silveira.....135

OS LEITORES DE JOE SACCO: APROPRIAÇÕES DAS LEITURAS E DAS NÃO LEITURAS DO LIVRO-REPORTAGEM/HISTÓRIA EM QUADRINHOS "NOTAS SOBRE GAZA" (2009-2010) - José Rodolfo Vieira.....145

A CRUZ COMO "LOUCURA PARA OS GENTIOS" NA PRIMEIRA CARTA DE PAULO AOS CORÍNTIOS (SÉCULO I D.C.) - Alaína Garcia Margiotti.....159

POLÍTICA DE TRANSPORTES BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX: ENGENHEIROS ENQUANTO INTELECTUAIS - Luís Gustavo Martins Botaro.....167

SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR - Jonathas Wilson Michelin e Angelita Marques Visalli……..179

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: AS DIFERENTES FACES DO HERÓI NACIONAL TIRADENTES - Daniela Maria do Nascimento Hypólyti e Fábio André Hahn.....189

ENEM E ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIA, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DE UM CONTEÚDO AVALIATIVO - Alessandro Henrique Monteiro.....202

O JORNAL PULSANDO E AS PRÁTICAS DAS IGREJAS-BASE DA DIOCESE DE APUCARANA - Ricardo Mendes.....213

PRÁTICAS MORTUÁRIAS NA IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE SÃO PAULO (1778-1872) - Fernanda MorenoRosa.....223

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS AMBIENTAIS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA EM SÃO PAULO (1880-1930) - Paulo Renato da Silva.....236

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS USOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA: QUESTÕES PRELIMINIARES - Marcos Fernandes.....249

A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM SUA INTERFACE COMBATIVA E COLABORATIVA - Fernando de Oliveira dos Santos.....259

AS CONCEPÇÕES RELIGIOSAS TRATADAS EM *FACTORUM ET DICTORUM MEMORABILIUM DE VALÉRIO MÁXIMO* - Isadora Buono de Oliveira.....272

A DEMONIZAÇÃO DO INDÍGENA NAS PROVÍNCIAS DA AMÉRICA COLONIAL NO SÉCULO XVII E A CIÊNCIA DO OUTRO - Lucimara Andrade da Silva.....280

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CHAMADA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA - Guilherme Gomes dos Santos e Larissa Foss Sochodolhak.....293

RELAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA: APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA - Vinicius Marcondes Araújo.....302

CASAMENTO MISTO: O DISCURSO DA ASSIMILAÇÃO ATRAVÉS DE FONTES IMAGÉTICAS (1908-1934) - Luana Martina Magalhães Ueno.....312

A REPRESENTAÇÃO FEMININA DURANTE A DITADURA MILITAR: DA LUTA À CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO SÉCULO XXI - Letícia Veitas Novelli.....327

OS CONFLITOS NA COMUNIDADE CRISTÃ PRIMITIVA DE CORINTO: A DIVERSIDADE DE IDENTIDADES CRISTÃS - Amanda Cristina Martins do Nascimento.....339

A VIOLÊNCIA URBANA E POLICIAL NO CINEMA: UMA BREVE ANÁLISE DE TROPA DE ELITE (2007) - Felipe Aparecido de Oliveira Camargo.....350

O JORNAL *VERSUS*: DUAS FASES DE UM PERIÓDICO - Roberto da Silva Rodrigues.....360

ENSINO NORMAL NO BRASIL: ASPECTOS LEGISLATIVOS DE 1946 A 1971 - Milena Amanda dos Santos.....370

TEORIA DAS "TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS": SUA APLICAÇÃO E IMPACTO EM UMA HISTORIOGRAFIA "TRANSNACIONAL" - Laiane Vieira dos Santos e Thiago Granja Belieiro.....382

COMPREENSÕES SOBRE O ÓPIO ENTRE AS DUAS PRIMEIRAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS - André Marco de Lima e Limão.....392

TEODORO DE ALMEIDA E A INVENÇÃO DO COTIDIANO PORTUGUÊS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII - Júnior César Pereira.....402

CONCEITOS RELACIONADOS À MEMÓRIA, PATRIMÔNIO, AÇÕES EDUCATIVAS PATRIMONIAIS E SEUS CAMINHOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ E O MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ - Bruna Garcia Catarino.....415

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: A LEI 13.415/2017 E A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA - Amanda Camargo Rocha e Ana Beatriz Camargo Rocha.....430

A NOVA REVOLTA DA VACINA: MOVIMENTOS CONTRA IMUNIZAÇÃO NO SÉCULO XXI - Giovana Ferreira de Faria.....443

A HISTÓRIA ANTIGA EM COMPÊNDIOS ESCOLARES FRANCESES ADOTADOS PELO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1840 E 1855 - Luís Ernesto Barnabé.....455

A VISÃO DE UM MUNDO: A *CRÔNICA* DE HIDÁCIO DE CHAVES NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO - Juliana Bardella Fiorot.....465

DITO, NÃO DITO, ESCRITO APORTES METODOLÓGICOS PARA UM ESTUDO SOBRE O CATOLICISMO EM MARINGÁ, NO PARANÁ A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE FONTES ORAIS (1969-2000) - Marcia Regina de Oliveira Lupion.....476

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO E O EXEMPLO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA - Daniel Sartori Borges.....488

A TRAJETÓRIA DE JEAN-MAURICE FAIVRE E OS ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EXPERIÊNCIA DA COLÔNIA THEREZA CHRISTINA (1847-1858) - Alef Guilherme Zangari da Silva.....500

MEMÓRIAS DE UM FRADE DOMINICANO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE - Bruno Dias Santos.....510

ENSINO DE HISTÓRIA NO FACEBOOK: A COMPARAÇÃO DO NAZISMO COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES REALIZADA PELO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE - Matheus Henrique Marques Sussai.....523

ESTRUTURALISMO E EPISTEMOLOGIA: A ARQUEOLOGIA DO SABER COMO UM HÍBRIDO TEÓRICO-METODOLÓGICO - Pedro Ragusa.....535

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E A ARTE REVOLUCIONÁRIA SUPREMATISTA (1925): NOTAS INICIAIS DE UMA PESQUISA - Ana Paula Bertoncello Fontes.....554

HISTÓRIA E IMAGENS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE SARANDI - Sandra de Cássia Araújo Pelegrini e Brenda Jaqueline da Silva.....561

FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO NO BRASIL: UM EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO - Vinícius Augusto Andrade de Assis.....574

ZOROASTRIANOS NA INGLATERRA: UM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO - Iasmin Castro de Souza.....585

O "POPULISMO" DE VARGAS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS DE "POPILISMO" E "TRABALHISMO" QUE REGERAM AS POLITICAS SOCIAIS NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945) - Gigliola Aparecida de Oliveira Knapp.....597

UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES: QUATRO INTERPRETAÇÕES SOBRE O PASSADO E AS NARRATIVAS HISTÓRICAS EM JOGOS DIGITAIS - Max Alexandre de Paula Gonçalves e Guilherme Akira Demenech Mori.....612

BOATOS E IDENTIDADE SOCIAL: O OFÍCIO DO HISTORIADOR EM MEIO AS NOTÍCIAS FALSAS (2018) - Thiago Machado Garcia e Taiane Vanessa da Silva...622

OS ANOS DE COLÉGIO: APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DO CRISTIANISMO EM "MEMÓRIAS, SONHOS, REFLEXÕES" (1957) - Fernanda Dayara Salamon.....634

O DEFENSOR ARGENTINO DO CRISTIANISMO AUTÊNTICO E PRIMITIVO: PERONISMO E IGREJA CATÓLICA EM *MUNDO PERONISTA* (1951-1955) - Raquel Fernandes Lanzoni.....646

MULHERES E LUTA POLÍTICA: O QUE JOVENS E ADOLESCENTES SABEM SOBRE ISSO? - Samanta Botini dos Santos.....662

O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970-1973): CONDIÇÕES POLÍTICAS QUE LEVARAM O CHILE RUMO A UMA EXPERIÊNCIA INÉDITA - Amanda Beatriz Riedlinger Soares.....675

OS RELATOS DO ÊXODO QUE FUNDAMENTAM A PÁSCOA JUDAICA SÃO FATO HISTÓRICO OU MITO?

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia
(UFPR/UEM)

Resumo: As narrativas bíblicas do livro de Êxodo que dão sentido à celebração da Páscoa judaica afirmam que, devido ao cumprimento da décima praga, que culminou na morte dos primogênitos, os hebreus foram libertados do cativeiro egípcio. O objetivo desse trabalho é analisar algumas proposições acerca das possibilidades desse relato ser um evento ocorrido historicamente ou se pode ser considerado um mito fundador do povo de Israel e da Páscoa judaica. As teorias de Bimson (1978), baseadas em estudos a partir da fonte bíblica, datam o êxodo do Egito no século XV a.C., enquanto outras teorias, coligadas a evidências arqueológicas, apoiam a datação do século XIII a.C. e locais diversos dos quais Bimsom aponta. Devido à divergência entre as teorias e as evidências materiais não permitirem conclusões definitivas, a Páscoa judaica é definida como "mito", que se refere à libertação do povo do Egito e fundamenta o nascimento do povo de Israel e a celebração do *Pessach*, a Páscoa judaica. Para tal designação, serão expostos apontamentos do conceito de mito na teologia, que o relacionam a elementos de outras religiões (sobretudo pré-cristãs), e a definição de Mircea Eliade, que aborda essa concepção como o "tempo dos começos", ou, o início de algo (seja do universo ou de um pequeno fragmento de ilha).

Palavras-chave: Páscoa judaica; *Pessach;* Êxodo; Mito.

Financiamento: CAPES

Introdução/justificativa

A Páscoa judaica, ou, o *Pessach*, é uma das maiores festividades do calendário judaico. Quando Êxodo 12:25-27 prescreveu: “E acontecerá que, quando entrardes na terra que o Senhor vos dará, como tem dito, guardareis este culto [da Páscoa]” deixa clara a ideia de que haveria uma terra prometida e que o culto deveria ser respeitado, fundando, assim, a continuidade da celebração na religião.

Assim, o *Pessach* da Bíblia reunia não apenas a comemoração da Páscoa, mas evocava a ideia da união religiosa em torno da terra prometida (“[...] a terra que o Senhor vos dará..."), promessa esta que seria cumprida, assim como Deus livrou seu povo do cativeiro no Egito, segundo a Bíblia hebraica. Dessa forma, a comemoração adquiriu outros sentidos e se constituiu um pilar da própria religião dos judeus na medida em que evocou outros eventos que transcenderam o sentido da própria Páscoa.

Segundo Bimson (1978, p.37), esse relato fornece elementos para que a narrativa da libertação seja datada no século XV a.C., pois os israelitas seriam aqueles que teriam edificado as cidades-celeiros de Pítom e Ramesses.

As narrativas do livro de Êxodo 12 que dão sentido à celebração da Páscoa judaica afirmam que, devido ao cumprimento da décima praga, que culminou na morte dos primogênitos, os hebreus foram liberados do cativeiro egípcio. Qual a probabilidade de que esse relato guarde um evento ocorrido historicamente?

Os escritos bíblicos do Antigo Testamento, ou, Pentateuco, são resultados de um longo e complexo processo de desenvolvimento, que envolve diferentes redações em diferentes épocas. Em cada texto, de alguma forma, é impresso as preocupações políticas e teológicas de seu próprio tempo. Por esse motivo, alguns estudiosos são pessimistas sobre a possibilidade de que a Bíblia hebraica possa preservar dados históricos, sobretudo porque o processo de fixação da narrativa oral para a escrita não se deu antes do final do exílio babilônico (século VI a.C.).

Objetivos

No que diz respeito às narrativas do êxodo dos hebreus do Egito na Bíblia hebraica (que se tornou o motivo da comemoração da Páscoa judaica), existem

algumas teorias, como a proposta de por Bimson (1978) com base em estudos da fonte bíblica, e outras hipóteses que relacionam algumas evidências arqueológicas aos relatos de Êxodo 12.

O objetivo desse trabalho é apresentar algumas dessas asserções, verificando as possibilidades de historicidade dos relatos na Bíblia que dão sentido à Páscoa judaica, ou, se eles podem, conceitualmente, serem considerados um mito que narra o nascimento da comunidade judaica e dá sentido à celebração do *Pessach* (Páscoa).

Resultados

Um dos episódios do livro de Êxodo 12, narra os israelitas como um povo vivendo em opressão, que são retirados do Egito por Moisés - feito que é alcançado apenas com o intermédio de auxílio divino (as dez pragas) e a morte dos primogênitos.

Segundo a crítica literária proposta por Dillard (2006, p.57), o livro de Êxodo dá continuidade às três fontes principais que caracterizam os primeiros quatro livros do Pentateuco: javista, que chamavam Deus de Javé, Eloístas, que chamavam Deus de Elohim[1] (ambas as formas aparecem nos textos em hebraicos, e foram traduzidas posteriormente apenas por Deus) e P, que é a Tradição Sacerdotal, designada por P da palavra alemã *Priester*, que designa sacerdote, tradição composta a partir do século V antes de Cristo, quando o foco volta-se para assuntos concernentes ao culto. Dillard ressalta ainda que é impossível separar as três fontes.

Iniciamos a verificação da possibilidade de que o relato seja um fato histórico pela localização do grupo dos hebreus libertos fornecida pelo livro de Êxodo 1.11, que diz "E puseram sobre eles maiorais de tributos, para os afligirem com suas cargas. Porque edificaram a Faraó cidades-armazéns, Pitom e Ramessés". As cidades armazéns se refeririam ao período do governo do Faraó de mesmo nome, sendo Ramsés II, o terceiro faraó da XIX dinastia egípcia, reinando entre aproximadamente 1279 a.C. e 1213 a.C., e Ramsés I, primeiro faraó fundador da XIX dinastia do Império Novo (*ca.* 1292 a.C. - 1290 a.C.), o que dataria o Êxodo no século XIII a.C.

No entanto, Bimson (1978) tem uma proposição diversa de datação e localização do grupo baseado em outras referências bíblicas. Por exemplo, Êxodo 5

[1] As diferentes nomenclaturas para o nome de Deus levou aos estudiosos perceberem a existência de grupos diversos na redação final do Pentateuco.

tem menções aos israelitas trabalhando para fazer tijolos para faraó: "Então disse-lhes o rei do Egito: Moisés e Arão, por que fazeis cessar o povo das suas obras?" (ÊXODO, 5: 4) e "Daqui em diante não torneis a dar palha ao povo, para fazer tijolos, como fizestes antes: vão eles mesmos, e colham palha para si" (ÊXODO, 5: 7).

De acordo com Binsom (1978, p.230), essa fabricação de tijolos deveria ter sido uma tarefa dos escravos durante o reinado de Thutmosis III, conhecido por ter realizado construções em Memphis e, aparentemente, também em Heliópolis (e não há não construções conhecidas deste faraó na região do delta).

Na narrativa bíblica, a residência do faraó não estava longe da área onde os israelitas trabalhavam, pois Moisés se locomovia com facilidade entre o local de trabalho e o faraó. A capital de Thutmosis III estava em Memphis, na ponta sul do Delta, há vários dias da área de Ramsés.

Mas, se o o principal episódio israelita da libertação se refere a Gosen (cf. Êx, 8:22; 9:26) e Rameses no momento do Êxodo (cf. Êx, 12:37), para Bimson (1978, p.230) é bastante viável que muitos israelitas estivessem empregados em um campo de trabalho perto de Memphis neste momento. Como observado acima, Thutmosis III realizou operações de construção em Memphis e na vizinha Heliópolis; e existe uma tradição na qual os israelitas também trabalharam em Heliopolis adicionada ao Êxodo 1:11 na LXX. Assim, Bimson sugere que Êxodo 1:11, refere-se ao início da opressão, não ao seu final.

Mas, acrescenta que é possível que uma lembrança de trabalho em Heliópolis tenha sido preservada por uma tradição oral, independente do período, e tenha sido incorporada simplesmente para colocar os três topônimos juntos. O autor ainda acrescenta que as viagens de Moisés não eram a partir de Gosen mas de em algum lugar na área de Heliópolis-Memphis (BIMSON, 1978, p.231).

O reinado de Thutmosis III foi datado na revista *Cambridge Ancient History ca.* 1504-1450 a.C., mas, a cronologia de Borchardt-Egerton, seguida por Albright, Wright, Pritchard e outros, data seu reinado em 1490-1436 a.C. Thutmosis compartilhou seu governo com sua parenta solteira Hatshepsut, por volta de 1483 a.C., ou, no mais tardar, *ca.* 1470 a.C. (PARTRIDGE, 2002: 200, BIMSON, 1978, p.230-231).

Binsom (1978, p.231) defende que a datação do período do cativeiro egípcio no momento em que Thutmosis reinou sozinho. Se datarmos o Êxodo para *ca*. 1470

a.C. e permitir a Moisés um tempo considerável longe do Egito antes do Êxodo (vide os quarenta anos implicados por Exo 7: 7 quando associado com a tradição de Atos 7:23), pode-se identificar com Thutmosis II o faraó de a quem ele fugiu. Para o autor, isso é possível na medida em que nada em Êx 2:23 ou 4:19 implica que o retorno de Moisés ao Egito imediatamente após a morte do faraó que o perseguiu. Por isso, argumenta que seu retorno pode ter ocorrido no reinado de Thutmosis III.

Além disso, Bimson (1978, p.231) acrescenta que, segundo o relato bíblico, o Faraó é descrito como um homem de caráter forte, cuja determinação e controle foi abalada apenas por eventos apresentados como milagrosos. Para ele, Thutmosis III se encaixa nesse perfil. Em suma, segundo Bimson (1978, p.37), esse relato fornece elementos para que a narrativa da libertação seja datada no século XV a.C.

Em contrapartida, os arqueólogos têm identificado Pítom e Ramesses com Tell el-Maskhouta e Tanis respectivamente, e já foi comprovado que Tell el-Maskhouta, que foi construída por Ramessés (*ca.* 1290 a.C. - 1224 a.C.), não indica nenhuma ocupação no séc. XV a.C. Por isso, muitos estudiosos rejeitam por completo a data fornecida pela Bíblia e por Bimson, a favor de uma outra posterior ao século XIII ou, menos freqüente, ao XII a.C. (DILLARD, 2006, p.59).

Há uma série inteira de sítios arqueológicos da Palestina com habitações pobres reveladas na parte superior dessas ruínas datando do século XIII a.C. que foram tomadas como indicações de que israelitas seminômades se estabeleceram ali, conforme citado por Dillard:

> Há estratos de ruínas nas cidades que supostamente foram destruídas por José durante a conquista, datada do séc. XIII, associada à conquista por estudiosos como Albright, Wright e Yadin, e outra tradicionalmente datada do séc. XVI (Idade Média do Bronze) e identificada com a atividade dos exércitos-egípcios em sua perseguição aos hicsos na Palestina. (DILLARD, 2006, p.60)

Bimson (1978, p.47-48), que defende a data sugerida pela Bíblia do século XV, afirma que não há razões para vincular os achados do século XIII aos eventos da "Conquista"[2] após o Êxodo, e propõe, assim, a cidade de Qantir, como o local

[2] Após a morte de Moisés, Josué foi encarregado de conduzir os israelitas à terra de Canaã e consolidar a sua nação.

antecedente de Ramesses, e Pitom para Tell el-Maskhouta. Qantir, diferente de Tânis, permite datar a ocupação no século XV a.C. O nome da cidade de Ramesses, ainda segundo Bimson, seria adição textual posterior.

Bimson (1978, p.230) afirma ainda que os estratos deveriam ser datados do séc. XV e identificados com a conquista de Josué, afirmando que há uma conformidade entre o relato bíblico da destruição das cidades e as localidades que apresentam as camadas de ruínas do século XVI (BIMSON, 1978 p.230), ao contrário daquelas com ruínas do século XIII a.C.

Segundo Dillard (2006, p.60), a defesa do argumento de Bimson é fragilizada devido às dificuldades em interpretar as evidências arqueológicas, ficando a data posterior do século XIII como mais provável para uma ocupação de povos israelitas. Bimson responde a esse tipo de colocação com críticas à falta de rigor dos trabalhos arqueológicos, tomando como exemplo a pesquisa de Nelson Glueck na região da Transjordânia (BIMSON, 1978, p. 67-80).

Para Bimson, Glueck enviou suas equipes de pesquisa para mapear as elevações e recolher uma seleção de tipos de fragmentos do topo delas, os quais utilizou para datar os períodos de ocupação, declarando não ter existido na região ocupação de 1900 a.C. até 1300 a.C. (DILLARD, 2006, p.60). Bimson afirma que deveria haver mais rigor na seleção e controle dos vestígios para que a datação não seja comprometida, e pede que as pesquisas de Glueck não sejam mais ser utilizadas como possibilidade de datação do Êxodo. Porém, há ainda

> argumentos para uma data mais recente para o Êxodo (Harrison; Kitchen; Bright) e a favor de um número menor de participantes israelitas (Wenham) que tratam o texto com integridade. Assim, concordamos com a declaração de Waltke (p. 200) de que, sobre data da conquista (que, naturalmente, está de forma integral conectada com a data do êxodo), o *veredicto non liquet* [expressão latina que significa “não está claro”, ou, sem conclusão definitiva] deve ser aceito até que mais dados coloquem a data da conquista fora de qualquer dúvida. Sendo assim, qualquer data é uma hipótese de trabalho aceitável, e nenhuma data deve ser imposta dogmaticamente. (DILLARD, 2006, p.60-61)

Embora existam teorias que visem vincular determinadas evidências arqueológicas ao Êxodo, o consenso é que nenhum achado arqueológico corresponde de fato ao êxodo que dá início à posterior fundação de Israel. Essa posição é

corroborada com a asserção de Lemche (1985, p.413), ao concluir que ainda não é possível oferecer uma defesa razoável sobre as narrativas da conquista.

Entretanto, existem tentativas de manter a importância de uma pretensa veracidade histórica da narrativa bíblica, onde estudiosos como Miller (1998, p.1-10), argumentam não haver mais documentação sobre o Êxodo porque os papiros utilizados no Egito podem ter se deteriorado e se perdido com o tempo (devido à humidade das terras próximas do Nilo), ou que, na verdade, o povo que saiu do Egito era um pequeno número, de modo que registros arqueológicos da saída do Egito não poderiam ser encontrados (apesar da intensa procura no monte Sinai).

Uma das hipóteses mais aceitas sobre o nascimento de Israel é a do surgimento dentro Canaã, pois, segundo Shaw (2002, p.313), a cultura dos primeiros assentamentos israelitas e cananeus apresentam várias similaridades no que toca aos objetos, a cerâmica e o alfabeto utilizado pelos primeiros israelitas pós êxodo, que eram cananeus. Segundo Killebrew (2005, p.176), o que distinguia as aldeias "israelitas" das cananeias, de acordo com algumas teorias, é a ausência de achados de ossos de porco, mas, mesmo esta distinção é objeto de disputa se poderia ser considerada um marcador de etnia ou essa ausência ocorreu por outras questões.

Tendo em vista a variedade de debates e nenhuma conclusão definitiva, procuramos ao longo dessa explanação justificar o motivo que consideramos a narrativa do Êxodo do Egito como o mito que explicaria o início de um povo e se constituiria no fundamento para a celebração da Páscoa judaica, comemoração que se encontra instituída no livro de Êxodo, 12:12-14.

Considerações finais

Devido à pluralidade de possibilidades para a datação do Êxodo e a falta de evidências arqueológicas que atestem de forma determinante alguma vinculação, definimos os relatos de Êxodo que dão fundamento à Páscoa judaica como um mito. O termo "mito", quando utilizado no presente trabalho, não se destina a denegrir as tradições bíblicas, mas, serve de suporte para a concepção de que o episódio da libertação que fundamenta a Páscoa encarna mais convicções religiosas do que se constitui em fato que pode ser atestado historicamente.

Um dos problemas com a Teologia em utilizar essa designação, consiste substancialmente no entendimento concernente ao significado de mito. Para Sellin,

> O mito se passa no mundo dos deuses, que têm, no mínimo, uma participação decisiva no acontecimento narrado. Este acontecimento não é único, mas exemplar, típico, e sempre se repete, sendo, porém apresentado como acontecimento irrepetível e original. Torna-se visível e captável mediante a personificação e a descrição dos destinos dos deuses e heróis, na medida em que esta descrição e personificação são vividas como origem de determinadas experiências e fenômenos existenciais. Pressupostos do mito são o politeísmo, e até certo ponto, e na medida em que este está ligado ao rito, também o pensamento mágico-cultual, segundo o qual os fatos tipológicos são provocados e se tornam presentes com a celebração dos ritos e com a narração dos mitos. Não existe em Israel nenhum mito que seja conhecido em sua totalidade ou por referência a ele. Parece que Israel não produziu nenhum mito, embora tivesse condições para isto, e não menos que os outros povos do Antigo Oriente. […] Na fé javista faltavam os pressupostos para a formação do mito: o politeísmo e a magia. (SELLIN, 2006, p.126)

A problemática dessa asserção, teologicamente falando, estaria em associar o mito ao politeísmo (“concorrente” das religiões monoteístas). O autor afirma que a narrativa de um mito se passa “no mundo dos deuses” (ou seja, mais de um Deus), que têm, pelo menos, uma participação decisiva no que foi narrado, que o acontecimento que se baseia o mito se repete (o que infere a um rito, tal como é a narrativa da Páscoa, que rememora um evento único, “a libertação do Egito”, através de comidas e narrativas ligadas a esse fato) e que normalmente são episódios dos inícios de “fenômenos existenciais” dos princípios. Exceto a alusão a mais de um deus, todos esses itens que o autor diz fazerem parte do “mito” poderiam ser aplicados a algumas narrativas da Bíblia hebraica.

Quanto a isso, serão utilizadas novamente as palavras do teólogo Sellin, que, por fim, se baseando nos próprios relatos presentes na Bíblia, revê sua posição citada acima (de que a Bíblia não contém mitos) e considera que há “no fundo um mito” nas narrativas bíblicas, conforme se segue:

> Na primeira narrativa da criação (1.1-2.4a), as trevas e as águas, entendidas como características do estado caótico primitivo, o aparecimento do cosmos pela divisão das águas primordiais, a construção do mundo ordenado, e a obra dos sete dias nos revelam o seu parentesco com os mitos. Na segunda narrativa da criação e do paraíso, (2.4b-3.24), temos, no mesmo sentido, o homem formado da terra, a vinculação singular da formação da mulher a partir da costela do homem, com seu título de mãe dos viventes; os alimentos

> destinados à vida; a sedução do homem pela mulher; o bosque sagrado, defendido por seres celestes, e a não-consecução da desejada igualdade com Deus. Enquanto para a narrativa dos gigantes nascidos da união de seres celestiais com as filhas dos homens (6.1-4) não existe nenhum paralelo, embora se perceba que no fundo há um mito, para a narrativa do dilúvio (6.5-9.17) (SELLIN, 2007, p.128)

A narrativa do dilúvio se difere tanto das outras citadas a ponto de só ela ter um "fundo mítico"? Qual é o elemento fantástico que ela possui a mais, que as outras narrativas não possuem, para que ela seja a única considerada portadora de um "fundo mítico"? O importante é ressaltar que, por fim, após ter dito que a Bíblia não produziu nenhum mito, há uma assunção de que há "no fundo", um mito em uma das narrativas.

Schmidt tem uma posição bastante similar à adotada por Sellin na forma de exposição, que, primeiro, nega categoricamente a ocorrência de mitos na Bíblia hebraica, mas, logo em seguida, assume que as narrativas se expressam "em linguagem mítica" e tomam emprestado "motivos míticos", conforme se segue:

> Mitos são "histórias de deuses, ao contrário das sagas, cujos protagonistas são seres humanos" (H. Gunkel, Genesis, p. XIV). No mito os deuses aparecem personificados e designados com nomes próprios; descreve-se sua conduta, tanto no relacionamento entre eles (casamento, conflitos, etc.) quanto com os seres humanos. Já que o mito se refere aí com frequência a um tempo que precede à experiência histórica (história dos primórdios: teogonia, cosmogonia e antropogenia, paraíso, dilúvio e outros motivos), pode ser repetido no culto e com isto permanecer presente na história. […] Neste sentido, a rigor, o AT [Antigo Testamento] não contém mitos; ao contrário, até se posiciona de forma reticente em relação a eles, em função de sua perspectiva teológica e histórica. *Embora possa expressar sua fé também em linguagem mítica e tome emprestado (na história dos primórdios, no Saltério e no profetismo) farto material de fragmentos narrativos e motivos míticos* de seu meio circundante, o próprio AT quase não desenvolve mitos. (SCHMIDT, 2004, p.64, *grifos nossos*)

Mesmo que os teólogos citados aqui afirmem que a Bíblia não desenvolve mitos, assumem que há um fundo mítico ou uma forma de expressão mítica. O que quer dizer que, em parte, que concordam com o fato de que o mito faz parte das narrativas da Bíblia hebraica. Schmidt continua seu raciocínio estabelecendo fronteiras do mito associado ao politeísmo, afirmando que a narrativa de tipo mítica pode ser utilizada na Bíblia hebraica, contanto que haja apenas um só Deus atuante e nenhum outro elemento tenha poder sobrenatural:

> Os monstros marinhos passam a ser inócuos (1.21; SI 104.26), as estrelas não são poderes astrais (cf. Ez 8.16; Dt 4.19) mas corpos luminosos criados por Deus; servem apenas para iluminar a terra e diferenciar o dia da noite (Gn 1.14ss.; cf. Sl 136.7ss.) (SCHMIDT, *op. cit.,* p.64-65).

Ele acrescenta ainda que motivos míticos servem para ilustrar a importância de um acontecimento. Se considerarmos o Êxodo como o mito do início e o fundamento de um povo (dado que não há indícios arqueológicos que o vinculem às evidências históricas), que tem, além disso, o componente do "sagrado" religioso vinculado em si, pensamos que não se faz necessário conceber fronteiras tão específicas para a conceituação do mito, como o faz Schmidt na citação acima, na qual a preocupação é delimitar espaço em face ao politeísmo.

Dessa maneira, a noção trazida por Mircea Eliade se adequa melhor à proposição, definindo que:

> O mito conta uma história sagrada, relata um acontecimento que teve lugar no tempo primordial, o tempo fabuloso dos começos. [...] O mito conta graças aos feitos dos seres sobrenaturais, uma realidade que passou a existir, quer seja uma realidade total, o Cosmos, quer apenas um fragmento, uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, é sempre portanto uma narração de uma criação, descreve-se como uma coisa foi produzida, como começou a existir [...] (ELIADE, 2000, p.12-13)

A concepção citada acima trata dos começos, não importando o local, se é o começo do universo, ou de "um pequeno fragmento de ilha". Assim, consideraremos as narrativas de Êxodo como "mito", de libertação do povo do Egito, que fundamenta o nascimento do povo de Israel, e a comemoração da Páscoa (que dá início ao desenvolvimento de um rito, pois o próprio documento prescreve que a narrativa do cativeiro seja recontada a cada *Pessach,* a Páscoa judaica).

Fonte

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada.** Edição Corrigida e Revisada Fiel (ACF). São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994.

Referências bibliográficas

BIMSON, J. J. **Redating the Exodus and Conquest.** Sheffield: JSOT, 1978.
DILLARD, Raymond. **Introdução ao Antigo Testamento**. tradução Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Vida Nova, 2006.

ELIADE, Mircea. **Aspectos do Mito**. Lisboa: Edições 70, 2000.
KILLEBREW, Anne E. **Biblical People and Ethnicity***:* an archeological study of Egyptians, Canaanitis, Philistines and Early Israel 1300 – 1100 B.C.E. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2005.
LEMCHE, N. P. **Early Israel.** Leiden: E. J. Brill, 1985.
MILLER, Kevin D. Did the Exodus Never Happen? IN: **Christianity Today.** Vol. 42, No. 10, 7 de Setembro de 1998. Disponível em <http://www.christianitytoday.com/ct/1998/september7/8ta044.html>. Acesso: nov. de 2015.
PARTRIDGE, R. **Fighting Pharaohs**: weapons and warfare in ancient Egypt. Manchester: Peartree, 2002.
SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento***.* São Leopoldo: Sinodal, 1994.
SELLIN, E., FOHRER, G. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Acadêmia Cristã, 2007.
SHAW, Ian. JAMESON, Robert. **A dictionary of archaeology**. Wiley Blackwell Publishing, 2002.

A CONQUISTA DO DESERTO NA ARGENTINA OITOCENTISTA: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Giovana Eloá Mantovani Mulza
Graduanda em História
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. Correspondendo a um genocídio humano e étnico-cultural, a *Conquista do Deserto* empreendida pela Argentina no século XIX demanda de uma assídua problematização pela contemporaneidade, tanto pela historiografia argentina quanto pela academia brasileira. Afinal, o "problema indígena" ainda permeia o discurso de dadas elites em ambos os países. Com fins elucidativos, operacionalizemos incialmente a terminologia *deserto*, o qual correspondia a um ínterim desprovido da hegemonia da civilização europeia. Sob tal arcabouço ideológico, os atuais territórios do Pampa e da Patagônia – secularmente habitados por comunidades ameríndias – tornar-se-iam cobiçados pelo Estado argentino em ascendente consolidação, o qual visava expandir seus domínios fundiários e explanar o *progresso* pela América meridional (POMPEU, 2012). Constituindo em uma explícita política governamental, a conquista pampeira e patagônica empreender-se-ia mediante um conjunto de operações militares veiculadas ao intento de auferir terras e expulsar populações aborígenes, cujas propriedades viriam a ser ocupadas pelos civilizados imigrantes europeus. De fato, objetivava-se o branqueamento da sociedade argentina oitocentista, aquando da Conquista do Deserto constituir em um empreendimento imprescindível para as elites estatais que visavam o progresso da nação. Por conseguinte, nosso trabalho possui como intento suscitar os principais argumentos historiográficos acerca da Conquista do Deserto, consistindo em uma revisão para a historiografia brasileira. Não visaremos sanar os debates acerca do assunto, mas sim estimular novas pesquisas.

Palavras-chave: História da Argentina; Conquista do Deserto; progresso.

Financiamento: CNPq

Introdução/Justificativa

"Os habitantes da região do sul da Argentina resistem em condições extremas enquanto grandes empresas compram e cercam as terras que usavam para o pastoreio" (TOSCO, 2018; tradução nossa[3]). Em 18 de junho de 2018, o periódico espanhol *El País* publicou um conjunto de fotografias da autoria de Pablo Tosco sob esse subtítulo, denunciando as condições precárias em que vivem os habitantes da Argentina meridional, cuja situação permaneceria agravada mediante a penetração de grandes empresas fundiárias na área patagônica. Embora grave, um breve levantamento de fontes jornalísticas nos permite observar que o fenômeno da desapropriação não consiste em algo inédito na História argentina. Há aproximadamente 137 anos, o jornal chileno *Gaceta de Galicia* publicara no dia 10 de dezembro de 1881 que "Para acabar de uma vez por todas com a raça indígena, os governos da República Argentina e do Chile projetaram fazer uma campanha combinada, com forças chilenas e argentinas, a fim de derrotar os índios na Araucania e na Patagônia. " (Tradução nossa[4]). Já em 1883, dando continuidade ao conteúdo da notícia anterior, o mesmo periódico declarava em um tom otimista que "[os] índios bravos [...] têm sido empurrados de suas terras para o interior da cordilheira dos Andes" (GACETA DE GALICIA, 1883; tradução nossa[5]).

Embora a história não se repita, fenômenos do passado ressurgem na conjuntura presente sob uma nova máscara. Com efeito, a convergência entre tais fontes jornalísticas secularmente distantes repousa em um ponto culminante: a expropriação das populações socialmente marginalizadas pelo poder hegemônico em prol do progresso. Embora os indígenas argentinos tenham sido desapropriados sob um quadro bélico, a pressão das grandes companhias fundiárias sobre os cidadãos na Patagônia está implicando em um resultado análogo: a invisibilidade do mundo patagônio-rural argentino. Sob o intento de apreender a historicidade de tal fenômeno, compete-nos recorrer ao passado e às fontes. A efetiva compreensão dessa

[3] Los habitantes de la región del sur da Argentina resisten condiciones extremas mientras grandes empresas compran y cercan las tierras que usaban para el pastoreo (TOSCO, 2018)
[4] Para acabar de una vez por todas con la raza índia, los gobiernos de la República Argentina y de Chile proyectan hacer una campaña combinada, con fuerzas chilenas y argentinas, á fin de arrollar a los indios en la Araucania y en la Patagonia. (GACETA DE GALICIA, 1881)
[5] [los] indios bravos [...] han sido empujados de su tierra para el interior de la cordillera de los Andes (GACETA DE GALICIA, 1883).

conjuntura argentina contemporânea demanda que retornemos à denominada *Conquista do Deserto*, a qual fora empreendida sobretudo nos decênios de 1870 e 1880 com o intuito de expandir o domínio do Estado argentino em processo de capitalização. Ao fim da belicosidade, o saldo de mortes e prisões de nativos fora elevado, ao passo que as comunidades sobreviventes tiveram suas culturas subjugadas diante das imposições "civilizatórias" do Estado argentino, bem como sofreram um processo de marginalização social.

Com o objetivo de compreender o presente patagônio, nos propomos a problematizar e analisar sucintamente o fenômeno da Conquista do Deserto do final do século XIX, empreendendo um revisionismo das produções historiográficas acerca da temática. Não visaremos sanar os debates acerca da temática, mas contribuir para o entendimento da História e do presente argentinos.

Objetivos

Fundamentado em uma consolidada bibliografia, nosso trabalho possui como intento principal problematizar a Conquista do Deserto, bem como chamar atenção para a invisibilidade e marginalização do indígena na Argentina oitocentista. Usufruindo das principais obras historiográficas sobre a temática e operacionalizando dadas fontes textuais, empreenderemos uma análise do processo de anexação dos Pampas e da Patagônia ao Estado argentino em ascendente consolidação e em expansão. Suscitaremos as motivações ideológicas e econômicas intrínsecas à "conquista" da atual Argentina meridional, ambicionando conscientizar o leitor acerca do secular fenômeno de desapropriação fundiária na história desse país.

Resultados

> Que nome dareis, que nome merece um país composto de duzentas mil léguas de território e de uma população de oitocentos mil habitantes? Um deserto. Que nome dareis à Constituição desse país? A Constituição de um deserto. Pois bem, esse país é a República Argentina; e qualquer que seja sua Constituição não será outra coisa por muito anos que a Constituição de um deserto. Mas, qual é a Constituição que melhor convém a um deserto? A que serve para fazê-lo desaparecer; a que serve para fazer que o deserto deixe de sê-lo no menor tempo possível, e que se converta em país povoado. Logo este deve ser o fim político, e não pode ser outro, da Constituição

> argentina e em geral de todas as Constituições da América do Sul. As Constituições de países despovoados não podem ter outro fim sério e racional, por agora e por muitos anos, que dar ao solitário e abandonado território a população de que necessita, como instrumento fundamental de seu desenvolvimento e progresso. (ALBERDI, 1852, p. 217-218; tradução nossa[6]).

Com o intuito de iniciar nosso trabalho de *formiga* (LATOUR, 2000), empreendamos primeiramente a operacionalização do conceito de *Deserto* – intento fundamental para Reinhart Koselleck (1992). Comungando do eurocentrismo característico dos meios intelectuais argentinos do século XIX – pensamento que, aliás, permanecia frequentemente corroborado pela grande maioria do globo (MARKS, 2007) –, Juan Baustista Alberdi, em 1852, visualizara a Argentina enquanto uma região desértica, cuja situação de despovoamento somente seria solucionada mediante a imigração europeia. Discursos semelhantes viriam a emergir em tal ínterim, os quais utilizariam o termo *deserto* com o intuito de descrever uma zona desprovida da benéfica civilização europeia (POMPEU, 2012). Além de um espaço vazio e pouco habitado, o deserto consistia em um local no qual a civilização e o progresso não haviam deixado suas marcas. Para Alberdi (1852), o elemento transformador desses desertos era a imigração de populações europeias, a qual garantiria que os americanos progredissem e se transformassem em civilização. Acabar com os desertos era entendido como uma tarefa política. Notoriamente, tais discursos desconsideravam as inúmeras comunidades indígenas que habitavam a Argentina austral, as quais secularmente resistiam às imposições jurídicas e tributárias estatais (POMPEU, 2012, p. 88).

No decorrer da conquista e colonização, os Pampas e a Patagônia constituíram em áreas efetivamente isentas do poderio espanhol e, posteriormente à emancipação,

[6] ¿Qué nombre daréis, qué nombre merece un país compuesto de doscientas mil leguas de territorio y de una población de ochocientos mil habitantes? Un **desierto**. ¿Qué nombre daréis a la Constitución de ese país? La Constitución de un **desierto**. Pues bien, ese país es la República Argentina; y cualquiera que sea su Constitución no será otra cosa por muchos años que la Constitución de un **desierto**. Pero, ¿cuál es la Constitución que mejor conviene al **desierto**? La que sirve para hacerlo desaparecer; la que sirve para hacer que el **desierto** deje de serlo en el menor tiempo posible, y se convierta en país poblado. Luego éste debe ser el fin político, y no puede ser otro, de la Constitución argentina y en general de todas las Constituciones de Sud América. Las Constituciones de países despoblados no pueden tener otro fin serio y racional, por ahora y por muchos años, que dar al solitario y abandonado territorio la población de que necesita, como instrumento fundamental de su desarrollo y progreso. (ALBERDI, 1852, p. 217-218).

da autoridade argentina. Desde o advento europeu na América meridional, exíguas expedições de conquista foram empreendidas para o extremo sul, visto que “As poucas iniciativas de incursão às terras austrais do continente americano eram limitadas pela presença de inúmeras sociedades indígenas, que resistiam à aculturação pretendida. ” (POMPEU, 2012, p. 02). Dessa forma, qual o arcabouço e a conjuntura que viria a instigar a anexação dos Pampas e da Patagônia ao Estado Argentino? Quais intentos e ideais circulavam no imaginário das elites argentinas oitocentistas? Ao suscitarmos tais questionamentos em nosso horizonte, deparamo-nos com justificativas econômicas e ideológicas, as quais merecem ser citadas e discutidas.

Fundamentadas em parte sob uma égide pecuniária, as campanhas militares rumo ao Sul vincular-se-iam ao processo de capitalização da Argentina oitocentista, recentemente inserida no mercado capitalista mundial em expansão. De fato, a vegetação pampeira e patagônica constitui em rica fonte alimentar para a criação de bovinos e ovinos, cuja carne e pelagem eram amplamente valorizadas para a exportação. Recordemos que o comércio de peles fora um grande propulsor de dadas economias no século XIX, tal como a Rússia siberiana e o Império britânico (MARKS, 2007). Assim, obter propriedades para a expansão dos latifúndios mostrou-se profícuo para os pecuaristas então inseridos no jogo político argentino. Recordemos, também, que a disputa entre liberais e protecionistas marcaria a Argentina na segunda metade do século XIX, aquando do Estado intervencionista beneficiar a pecuária e subjugar o interesse dos liberais em industrializar o país.

Com efeito, não ocultemos os dados: a Argentina tornar-se-ia a segunda principal economia americana nas décadas finais do século XIX, bem como o maior exportador de alimentos do mundo em tal ínterim (BEIRED, 1996). Os decênios finais do oitocentos comportariam o esplendor da economia argentina, quando a anexação do Pampa e da Patagônia desempenharia um papel fundamental para a obtenção desse quadro. No entanto, também não ocultemos a problematização: a glória foi feita sob o sangue de milhares de homens e mulheres indígenas. Um aparente “progresso” fundamentado no genocídio humano e étnico-cultural.

As campanhas militares empreendidas pelo general J. A. Roca deixaram um rastro de carnificina, abrindo trilhas para a ascensão da civilização sob as exóticas

culturas aborígenes. Afinal, os indígenas não eram considerados uma população modelar para o tipo de ocupação desejada pelo Estado Argentino. Por essa razão, foram vítimas de um verdadeiro extermínio, cujos poucos sobreviventes foram empurrados cada vez mais para o sul, nos limites da Patagônia. Com efeito, a cultura desses povos foi subjugada em nome de um modelo de civilização, o qual se embasava na Belle Époque europeia. O branqueamento da população do país mostrar-se-ia uma tarefa imprescindível para um país que desejava equiparar-se demograficamente com a Europa caucasiana. A busca da civilização consistiu em uma importante justifica ideológica para a Conquista do Deserto.

> As *Campanhas ao Deserto* [...] consistem em um tema delicado, devido à repercussão negativa que acarretam para os povos originários. Como resultado, os índios, parte importante da constituição do povo argentino, foram destituídos de suas moradias, mortos (em combate ou por doenças), ou obrigados a buscar refúgio para além da Cordilheira. No entanto, essas campanhas foram compreendidas pela sociedade argentina de então como "civilizadoras" [...]. Tais movimentos eram justificados pela busca da "civilização", entendida a partir da expectativa de progresso, que motivava a destituição da "barbárie". (POMPEU, 2012, p. 88)

> Houve duas campanhas distintas, a de Alsina, de 1874, e a do General Roca, de 1878, sendo que ambas tiveram o claro objetivo de resgatar o vasto território (o deserto) ocupado pelos indígenas e povoá-lo. Além disso, os movimentos militares necessitaram de demarcações de fossas e de fortificações, o que levou, pela primeira vez, à delimitação física da fronteira. Com as Campanhas de Alsina e do General Roca, foram incorporados 606.000km de território à Nação argentina. (LENZ, 2006, p. 543).

De fato, além das imediatas motivações de cunho econômico, devemos apreender a Conquista do Deserto em seu aspecto ideológico, buscando analisar as ideias dos homens que a instigaram ou a realizaram, bem como identificar categorias analíticas. Proposta atraente procede da argumentação desenvolvida por Z. Bauman (1999) na renomada obra *Modernidade e Ambivalência*. Não pretendemos realizar uma discussão de cunho eminentemente teórico, mas suscitar um modelo de análise explicativo cuja aplicabilidade torna-se conivente ao tema. Da mesma forma que Bauman (1999, p. 27) se impressionara com a resistência em aceitar a lição do Holocausto, a fosca e marginalizada memória do genocídio das etnias indígenas argentinas deve ser iluminada pela pesquisa cientifica. E para imortalizar a barbárie

genocida da dita civilização, devemos reconhecer o sonho missionário do aparelho governamental argentino do século XIX, o qual estabelecera um padrão inconciliável com a cultura indígena.

"O Estado moderno nasceu como uma força missionária, proselitista, de cruzada, empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo de modo a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão. " (BAUMAN, 1999, p. 29). Para o sociólogo polonês, a era moderna comportou um modelo de Estado que realiza a conquista e a dominação. Logo, o Estado moderno visa organizar e domesticar, submetendo seus elementos a uma ordem racional. Projetos de nação são homologados com o intuito de conduzir o processo de racionalização da sociedade. Dessa forma, o Estado moderno consiste em um *Estado jardineiro*, o qual cultiva a boa civilização e arranca as ervas daninhas da barbárie.

> O Estado moderno era um Estado jardineiro. Sua postura era a do jardineiro. Ele deslegitimou a condição presente (selvagem, inculta) da população e desmantelou os mecanismos existentes de produção e auto equilíbrio. Colocou em seu lugar mecanismos construídos com a finalidade de apontar a mudança na direção do projeto nacional. O projeto, supostamente ditado pela suprema e inquestionável autoridade da Razão, fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas. (BAUMAN, 1999, p. 29).

Ante tais premissas, inferimos que o aparelho estatal planificaria uma ordem a ser comungada, eliminando os elementos que fogem de tal padrão. Podemos aplicar a argumentação de Bauman na análise do extermínio dos indígenas, visto que o Estado argentino estabeleceu um padrão de civilidade e progresso que não era compatível com a cultura dos nativos.

Considerações Finais

> Um país de contrastes é a Argentina que exploramos neste volume. [...] O deserto tem sido rapidamente povoado e a imigração tem ocupado um lugar preponderante no processo. Tem sido dito que nenhum país do mundo, com exceção da Austrália (mas ali se tratava de uma migração dentro de um mesmo império), recebeu uma porcentagem equivalente de emigrantes em relação à sua população. Neste ponto a Argentina duplicou em porcentagem aos Estados Unidos no trânsito entre os séculos XIX e XX. Certamente a distribuição não foi uniforme e houve áreas, como a cidade de Buenos

> Aires ou as províncias do eixo fluvial, que receberam o impacto mais profundamente: estavam, por sua vez, menos povoadas e o número de imigrantes que ali se instalou foi muito maior que nas províncias mediterrâneas. (DEVOTO, MADERO, 1999, p. 05; tradução nossa[7]).

Diante do massacre de inúmeros indígenas e da expulsão de milhares de comunidades nativas, as novas áreas agregadas efetivamente ao Estado argentino passaram a ser ocupadas por imigrantes, os quais eram motivados a vir para a Argentina mediante amplos estímulos estatais. Nesse ponto, o projeto imperialista italiano encontraria sua efetiva aplicabilidade e funcionalidade. Conforme apresenta João Fábio Bertonha (1999), o imperialismo italiano seria marcado por uma singularidade: o imperialismo através da imigração de italianos pelo mundo, os quais seriam receptáculos da dominação italiana pelo mundo capitalista. A política externa da Itália recém-unificada seria empreendida mediante a emigração, elemento que caracterizaria seu imperialismo e o distinguiria da expansão econômica das demais nações europeias.

Por fim, gostaríamos de retomar nossa argumentação acerca da temática do trabalho. A Conquista do Deserto constitui em um processo expansionista do Estado da Argentina empreendido sobretudo nos decênios finais do século XIX. Contanto com intentos fundiários-pecuniários e com um arcabouço ideológico eurocêntrico, as campanhas militares patrocinadas pelo aparelho estatal rumo à Patagônia e aos Pampas implicaram no extermínio de inúmeras comunidades ameríndias. Embora processos semelhantes tenham sido empreendidos na Austrália e na Rússia imperial, problematizar a Conquista do Deserto significa compreender um processo da história de um país vizinho ao Brasil. Enquanto historiadores, tivemos o intuito de atravessar o rio dos mortos e resgatar a memória desse acontecimento genocida.

Referências

[7] Un país de contrastes es la Argentina que exploramos en este volumen. [...] El desierto ha ido rápidamente poblándose y la inmigración ha ocupado um lugar preponderante en el proceso. Ha sido dicho que ningún país del mundo, con la excepción de Australia (pero allí se trataba de una migración dentro de un mismo imperio), recibió un porcentaje equivalente de inmigrantes en relación con su población. En este punto la Argentina duplicó en porcentaje a los Estados Unidos en el tránsito entre los siglos XIX y XX. Ciertamente la distribución no fue uniforme y hubo áreas, como la ciudad de Buenos Aires o las provincias del eje fluvial, que recibieron el impacto más profundamente: estaban, a la vez, menos pobladas y el número de inmigrantes que allí se instaló fue mucho mayor que en las provincias mediterráneas. (DEVOTO, MADERO, 1999, p. 05)

ALBERDI, Juan Bautista. **Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina** (1852). Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/bases-y-puntos-de-partida-para-la-organizacion-politica-de-la-republica-argentina--0/html/ff3a880082b111dfacc7002185ce6064_12.html/marca/desierto#959 Acesso: 01/07/2018.
BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
BEIRED, J. L. B. **Breve História da Argentina**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
BERTONHA, João Fábio. A Migração Internacional como Fator de Política Externa: os emigrantes italianos, a expansão imperialista e a política exterior da Itália, 1870-1943. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 01, janeiro/junho de 1999, p. 123-164.
DEVOTO, Fernando, MADERO, Marta. **Historia de la vida privada en la Argentina**. Buenos Aires: Taurus, 1999.

GACETA DE GALICIA. América del Sur. **Diario de Santiago**, n. 842, 1881. Disponível:http://www.galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/es/consulta/resultados_ocr.cmd?general_ocr=on&buscar_cabecera=%EF%8B%B5&id=6496&tipoResultados=PAG&campoOrden=fechapublicacionorden&posicion=1&ordenDesc=N Acesso: 30/06/2018.
GACETA DE GALICIA. América del Sur. **Diario de Santiago**, n. 1372, 1883. Disponível:http://www.galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/es/consulta/resultados_ocr.cmd?general_ocr=on&buscar_cabecera=%EF%8B%B5&id=6532&tipoResultados=PAG&campoOrden=fechapublicacionorden&posicion=1&ordenDesc=N Acesso: 30/06/2018.
KOSELLECK, Reinhart. UMA HISTÓRIA DOS CONCEITOS: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
LENZ, Maria Heloisa. O papel de La Conquista del Desierto na construção do Estado argentino, século XIX. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 02, 2006, p. 543-560.
MARKS, Robert. **Los Orígenes del Mundo Moderno**. Una nueva visión. Barcelona: Editora Crítica, 2007.
POMPEU, Ana Carollina Gutierrez. **A Construção da Patagônia argentina**. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília, 2012.
TOSCO, Pablo. La fría y dura vida de la Patagonia. **EL PAIS**, 2018. Disponível: https://elpais.com/elpais/2018/06/11/album/1528746932_437865.html#foto_gal_1 Acesso: 30/06/2018.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DO LEPROSÁRIO SÃO ROQUE NO PARANÁ: DAS SUAS ORIGENS À RESSEMANTIZAÇÃO (1926-1980)

Thaysa Lauara Loiola Stabelini
Mestranda em História Social – PPGHS UEL
(Bolsista CAPES)

Resumo. O presente estudo tem por objetivo realizar uma breve análise sobre as questões que envolveram a fundação do atual Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná – conhecido até a década de 1980 como Leprosário São Roque – e as mudanças pelas quais o mesmo passou. Tal instituição permanece em funcionamento, está localizada no município de Piraquara, há 25 km da cidade de Curitiba e foi inaugurada no ano de 1926, momento em que, no Brasil, as políticas estatais de tratamento da lepra configuravam a necessidade de isolamento dos doentes tendo em vista evitar o contágio e manter o bem-estar e a segurança da sociedade "sadia". No Brasil, até a década de 1940 inúmeros leprosários foram inaugurados com a mesma finalidade e compuseram o chamado "modelo tripé" de tratamento e profilaxia da doença, através de uma aliança entre o discurso médico-científico e o poder público. Deste modo, dentro destas instituições foram desenvolvidos novos modelos de relações sociais, bem como projetadas verdadeiras cidades que pudessem atender às necessidades de tratamento dos doentes e também mantê-los afastados não apenas de suas famílias, mas também da sociedade em si. A metodologia utilizada na pesquisa consistiu no levantamento e análise qualitativa de fontes primárias como fotografias, relatórios, manuais, tratados, de literatura específica das áreas de História e Medicina e em visita técnica à instituição. Para a fundamentação teórica foram utilizados autores como, Cabral, Castro, Costa, Elias, Miranda, Olinto e Schneider. Os resultados obtidos demonstram que a criação da instituição no Paraná deu-se no momento de maior intensidade do discurso pró isolamento compulsório e irrestrito dos doentes, foi pautada no chamado "Modelo paulista" de tratamento e profilaxia da lepra e configurou o São Roque como principal polo de atendimento aos doentes em todo o estado. Além disso, o funcionamento interno do local contava com equipes médicas e especializadas e também com o trabalho dos próprios internos, seja nas questões de cuidados com os doentes, seja

na limpeza e conservação do local, nas atividades desenvolvidas em agricultura, bingos, cerimônias religiosas e recreação (como cinema, concursos e futebol). Na década de 1980, após intensos debates se consolida a mudança na legislação, na nomenclatura da doença e no tratamento – deixa de vigorar o isolamento compulsório e novos medicamentos são inseridos –, assim, a instituição não apenas muda de nome para Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, mas também passa a atender pacientes com outras enfermidades de pele e não apenas a hanseníase.

Palavras-chave: Instituições; Isolamento compulsório; Lepra; Paraná.

Financiamento: CAPES

Introdução

Até a década de 1960 o interesse pela História da Medicina era, em grande maioria, médico e não historiográfico. Com o decorrer dos anos e o enfoque cada vez mais técnico e especializado da Medicina, coube aos médicos voltarem seus conhecimentos e estudos apenas para a área de atuação clínica. Neste período, para os historiadores, a medicina ainda estava ligada a uma questão mais cultural do que política e econômica e, portanto, não era alvo de grande atenção. No entanto, entre 1950 e 1960 começam a perceber a história da saúde e das doenças como uma nova forma de análise das sociedades, considerando que tal percepção não decorre apenas de mudanças realizadas no campo médico, mas principalmente da virada teórico-metodológica promovida no campo da História, pela Escola dos Annales.

Com os novos olhares, a preocupação se estendeu para a compreensão das representações, símbolos e crenças que envolviam as doenças, também de suas consequências políticas, sociais e econômicas nas diferentes sociedades e da apropriação dos discursos sobre tais doenças e da sua finalidade. A perspectiva da nova História Sociocultural das doenças refere-se à abordagem das enfermidades para além do campo biológico. Neste aspecto, os autores de diferentes áreas buscam compreender os desdobramentos políticos, sociais, econômicos e também as práticas culturais envolvidas às enfermidades. É importante ressaltar que tal perspectiva está relacionada a uma questão relevante no que se refere à sua fundamentação,

sobretudo, à análise das diferentes concepções dos conceitos atribuídos à doença ao longo dos séculos.

Partindo desta perspectiva historiográfica, a escolha da doença estudada na presente pesquisa, a lepra[8], deu-se pelo fato de ser pertencente a um grupo de enfermidades que possuem duas características em comum: o preconceito[9] e o estigma.[10] Além disso, ela foi alvo de intensas ações políticas e sanitárias, que eram legitimadas pela aliança do discurso médico, político e ideológico de diferentes períodos e repassados ao povo. O recorte espacial da pesquisa é o estado do Paraná, dado o fato de que esteve entre as regiões que foram alvo das primeiras ações relacionadas à lepra – construção de um dos primeiros leprosários do país - e de neste estado haver um relevante polo científico que difundiu o conhecimento sobre a doença e sobre seu tratamento através de publicações periódicas.

No que diz respeito à metodologia do trabalho, primeiramente foi realizado um levantamento de dados e fontes históricas, seguindo-se da avaliação crítica dos achados; análise e interpretação que culminou na síntese e elaboração da pesquisa apoiada em referencial teórico.

A institucionalização do isolamento compulsório no Brasil

Da colonização do Brasil até metade do século XX havia muitas dúvidas quanto ao modo de transmissão, prevenção, tratamento e cura da lepra e não se sabia ao certo a forma de contágio ou transmissão da doença por não conseguirem cultivar o bacilo em laboratório nem inoculá-lo em animais para teste. Assim, as primeiras

[8] Desde 29 de março de 1995, com a Lei no.9.010, adotou-se a terminologia “Hanseníase” para referir-se à doença. No entanto, utiliza-se aqui a terminologia “lepra” por se tratar do termo usado para designar a doença nos períodos referentes à pesquisa. Cabe destacar uma observação: a equivalência da lepra moderna com a doença descrita na Bíblia e na Idade Média é, sem dúvida, problemática, bem como a atribuição do deste mesmo termo para referir-se à hanseníase contemporânea, pois, do ponto de vista clínico as características da doença são as mesmas, porém, as questões e imaginários sociais, bem como os tratamentos e ações envoltos na reação da sociedade com a doença e os doentes não são os mesmos. Como busca-se analisar durante o trabalho, as modificações de pensamentos, ações, discursos e políticas levam à se pensar em outras atribuições à doença e por isto também a considerar o processo que levou até mesmo à mudança da terminologia utilizada para designá-la.

[9] De acordo com Norbert Elias, o preconceito se difere do estigma por ser atribuído aos indivíduos, enquanto o estigma é geralmente atribuído a grupos.

[10] “Teria o sentido de desvio social, algo ou alguém que se encontra fora das normas, inabilitado, diferente das pessoas consideradas normais. Devido a um sinal/marca que carrega.” (SCHNEIDER, 2011, p.40)

medidas em termos de Saúde Pública no período republicano se deram da seguinte forma: "Em 1890 foi construído o Conselho de Saúde Pública; em 1892, foi criado o Laboratório Bacteriologia; em 1893, a inspetoria Geral de Saúde dos Portos e, em 1894, o Instituto Sanitário Federal." (GALVÃO, 2009, p.22). É nesse momento que se inicia a incorporação do moderno e das novas regras de civilidade e higienização do país, pois até o início da República a preocupação com estes doentes (principalmente os leprosos) “não passava de uma questão de amparo aos infelizes, e nessa missão, desempenharam papel mais destacado que os médicos, as autoridades e os filantropos.” (SERVIÇO NACIONAL DE LEPRA,1950, p. 60).

Mesmo com tais ações ainda não era possível definir medidas de prevenção e tratamento devido à já citada dificuldade em analisar e estudar o agente causador. "Em 1904 o então diretor- geral de Saúde Pública, Oswaldo Cruz promoveu um novo regulamento Sanitário onde a lepra aparecia dentre as 13 doenças de notificação compulsória." (CUNHA, 2005, p. 3). Ainda eram necessárias mais informações que possibilitassem o tratamento e a contenção da doença, que ainda crescia como um estigma e uma mancha na nação. Inicialmente, Oswaldo Cruz considerou a possibilidade de a lepra ser uma doença transmitida pelo contato direto com o doente e descartou a hipótese de hereditariedade.

Desta forma, estabeleceu-se uma associação direta entre ideias, ações e poder político, buscando a legitimação dos atos deste último por toda a sociedade através do saber científico recorrente do período. No caso do Paraná, por exemplo, a lepra fora percebida como problema carente de atenção durante as viagens da Comissão de Profilaxia Rural do Paraná, entre os anos de 1916 e 1921. Sobre isso, afirma Olinto que:

> **A medicina também seria um campo privilegiado para a invenção do ideal populacional para a nação,** não só na eugenia, mas também em outras especialidades que **definiram quais pessoas seriam perigosas a tal projeto e investiram-se da autoridade para excluí-las** ao configurarem-se como arautos da razão e da ciência. (OLINTO,2002, p. 110. Grifo nosso)

Dentro da perspectiva de se promover o avanço e o desenvolvimento nacional, a eugenia[11] surgira como um conceito amplamente discutido pela comunidade médica e científica em suas duas vertentes (positiva e negativa). Sobre o termo "Modernização", afirma Castro que:

> A palavra modernização também passou a ser muito utilizada e com ela outros termos tornavam-se frequentes: civilização, progresso, ciência e razão. Todo o pensamento, ação e discurso que incorporassem esse espírito racional, moderno, científico, progressista e civilizado eram imediatamente identificadas com os novos tempos e, adquirindo, por consequência, um valor positivo, incontestável e de verdade. (CASTRO, 2004, p. 13)

O conceito de higienismo pode ser considerado como uma "política de saúde" advinda de ideais europeus do século XVIII, ligada, além da medicina, à política e economia. Higienizar um país seria sinônimo de torná-lo melhor para a nação e de impulsionar o setor econômico. Além disso, higienizar era um importante meio de eliminar os agravantes problemas relacionados ao trabalho e à produtividade. De acordo com CASTRO (2004, p.15): "Eram três as esferas e atuação do higienismo: individual, social e do meio físico". Através dessa "ampla atuação", buscava-se o estabelecimento de um controle da população nas esferas consideradas mais importantes. Assim, a ciência higienista tornara-se a base das cidades e da sociedade brasileira, levando ao desenvolvimento e progresso de uma nação "moderna, saneada e organizada e uma sociedade saudável e trabalhadora" (CASTRO, 2004, p.15).

Considerando os estudos de Costa (1976), percebe-se que o higienismo foi fortemente enfatizado e divulgado pelo poder público e pelo saber médico entre os séculos XIX e XX, como uma forma de conversão do universo familiar à ordem urbana, seguindo o que o autor aponta, a partir de Gilberto Freyre, como uma "Europeização dos costumes". Para legitimar a política higienista foram necessárias instâncias sociais que pudessem controlar e abrigar os grupos dos "indesejáveis". Assim,

[11] "O termo eugenia (do grego *eugen-s,* que significa "bem nascido") foi cunhado pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883. Ele representaria as possíveis aplicações sociais das recentes descobertas científicas sobre a hereditariedade do período, na busca por uma reprodução melhorada. Baseada na hierarquização racial, a eugenia se fortaleceu entre o fim do século XIX e início do XX, estando presente em círculos científicos de diversas partes do mundo. Foi usada, entre outras questões, como uma prática travestida de ciência para se atingir o objetivo da "raça pura", mobilizando seguidores em diferentes contextos socioculturais, sobretudo na sociedade ocidental." (JANZ, 2012, p.8)

criaram-se espaços cuja finalidade ia de acordo aos interesses modernos, como, por exemplo, os leprosários, manicômios e asilos.

No Paraná, a atuação médica e política em busca do chamado “saneamento” dos sertões iniciou-se com o desenvolvimento de uma equipe específica que ficou conhecida como a “Comissão de Profilaxia Rural do Paraná”. A historiadora Beatriz Olinto (2012) realizou em um de seus estudos uma análise mais aprofundada sobre a atuação geral desta equipe. De acordo com Olinto (2012) tal organização teve suas atividades iniciadas no ano de 1916 e perdurou até o ano de 1921, a pedido do então governador Affonso Alves de Camargo.

A autora aponta que tais doenças eram preocupantes porque além do contágio eram vistas como empecilhos aos trabalhos das pessoas, tornando-as “inferiores”. O presidente do Paraná, Affonso Alves de Camargo, pedia o saneamento do estado, principalmente do litoral e noroeste. (OLINTO, 2012). Sobre a lepra, aprovou a construção de um hospital de leprosos, mas a equipe médica responsável pela Comissão de Profilaxia Rural reagiu afirmando que era necessário que se construísse uma colônia no modelo de Lazarópolis, que comportasse no mínimo 200 leprosos e que nela pudessem viver isolados, porém ativos. Que pudessem trabalhar, plantar e ter atividades “normais”.

O Leprosário São Roque

Diante da constatação de tantas pessoas acometidas pela lepra e da renovação da aliança entre Governo Federal e Estadual, retoma-se a discussão sobre a construção de um leprosário no Paraná. De acordo com Olinto (2012, p. 108) em 1917 “o orçamento para a construção de um Leprosário havia sido rejeitado pelo congresso legislativo do Paraná”. Para prosseguir com as ações acerca da doença no estado do Paraná, foi inaugurado, em 1926, o que hoje é conhecido como Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná. Criada com o nome de Leprosário São Roque, a instituição foi destaque no Estado e tornou-se referência no tratamento da enfermidade. O processo de construção desta instituição foi iniciado em 1922 quando o governo estadual comprou um terreno no município de Deodoro, atual Piraquara, a 25 km de Curitiba

De acordo com Castro, os principais fatores considerados para a escolha do local foram:

> a) Uma cidade de leprosos devia ser construída em local isolado, longe da cidade e do centro urbano; b) A presença de uma linha férrea que ligava o município de Deodoro à Curitiba facilitaria o transporte de medicamentos bem como dos próprios doentes e equipe médica; c) A área comprada era pouco habitada, possuía terras de baixa fertilidade e, consequentemente tinha um preço menor que as demais; d) O clima ameno da região era favorável à recuperação dos doentes; e) O projeto inicial do Leprosário foi realizado em 1917 por Heráclides Araújo e pelo engenheiro Eduardo Chaves, no entanto, a construção só ocorreu em 1925 e foi feita de acordo com o projeto do engenheiro civil Jorge Meissneir. A conclusão da obra se deu em 20 de outubro de 1926, "com uma cerimônia que reuniu 1.500 pessoas, trazidas da capital em dois trens, cada qual com 12 carros" (CASTRO,2005, p.11)

A inauguração do Leprosário São Roque foi amplamente divulgada no estado, principalmente pelos grandes jornais da época: "No mesmo dia da inauguração, 20 de outubro de 1926, O Estado do Paraná dedicou toda a primeira página ao evento e, no dia seguinte, foi a vez da Gazeta do Povo dar a notícia" (CASTRO, 2005,

Ainda no início das atividades do Leprosário, as irmãs Franciscanas[12] solicitaram mais pessoas para as auxiliarem, pedido que foi atendido por Munhoz da Rocha ao trazer da Holanda mais quatro senhoras para a mesma função. Dirigindo as doze irmãs estiveram as madres superiores e à frente da capelania, os padres[13] da ordem franciscana. É importante ressaltar que inicialmente a administração do São Roque estava dividida entre o diretor do serviço médico e a direção econômica, executada pelas freiras. De acordo com Beatriz Olinto (2002, p.210) "Nessa regulamentação inicial seriam as irmãs que administrariam o leprosário, enquanto os médicos estariam regidos pelos artigos: 'Do serviço médico' (arts. 20 ao 24) em que se definia que a eles cabia toda a parte clínica do S. R.". Ainda segundo Olinto:

> Porém a direção do S. R. passará, durante seu funcionamento, para a figura do "médico diretor", restando às irmãs a administração das

[12] De acordo com Miranda: "O governador Munhoz da Rocha quis que cuidassem da ordem interna as irmãs Franciscanas de São José, o que obteve com auxílio do Arcebispo D. João Braga. As irmãs Franciscanas, em número de oito, semanas antes da inauguração, para lá foram, com a finalidade de tudo adequar para o recebimento dos pacientes. Sim. Porque havia um grupo de pacientes, cinquenta e sete, recolhidos ao "Lazareto", em Curitiba, situado no bairro das Mercês, onde hoje está construído o "Lar das Meninas Hermínia Lupion". (MIRANDA, 2011, p. 233).

[13] Dentre os quais o Frei Nicodemus, Frei Mario Winkel, Frei Daniel, Frei Câncio e Frei Rui Guido Depiné.

> tarefas diárias. **Tal mudança pode ser analisada como uma pista da contínua ampliação do campo de atuação considerado legítimo para a medicina, movimento no qual a substituição de paradigmas médicos era apresentada apenas como uma "evolução"**. Assim, a aliança profilática sofria os efeitos de uma medicalização crescente o que, com o advento da sulfona, será ainda mais legitimada pela possibilidade de cura. (OLINTO, 2002, p.211. Grifo nosso)

Como afirma Castro:

> A sociedade, alertada pela medicina e em nome da saúde pública, **decretou o exílio destas pessoas, mas tinha a consciência de que era uma atitude cruel.** Colocada a necessidade de isolamento dessa forma, **tornou-se imperioso aliar a caridade a esta iniciativa.** Os asilos-colônias deveriam suprir todas as necessidades básicas dos leprosos (moradia, alimentação, cuidados médico, etc.), além de oferecer instalações modernas e confortáveis, trabalho, lazer e apoio religioso. (CASTRO, 2005, p. 105. Grifo nosso).

Assim, até mesmo a organização arquitetônica e as edificações do local tinham, além do cumprimento da lei e das exigências da época, a finalidade de também atender as necessidades dos doentes. O leprosário funcionava como uma cidade à parte[14] da vida urbana de Curitiba, contando com campos de futebol, igreja (onde eram realizados casamentos) e, na década de 50, um cinema, só não possuía alas pediátricas e não abrigava os filhos dos enfermos. As crianças eram encaminhadas para educandários, também chamados de preventórios, onde permaneciam até a maioridade. As casas dos funcionários permaneciam em locais mais isolados das casas dos enfermos. Dentro do leprosário os doentes contavam também com aulas de canto e teatro, cinema e futebol (inclusive campeonatos internos), estas atividades recreativas ficavam sob responsabilidade das Irmãs. Havia também a chamada Caixa Beneficente, dirigida pelos próprios doentes, que supervisionava as atividades comerciais internas, os esportes e as recreações.

[14] "O plano de edificações consistiu em um enorme edifício de uns cem metros de comprimento por uns dez de largura, centralizado por uma torre de dois pavimentos. Cada uma das alas dessa construção era destinada aos masculinos ou femininos e a parte central à administração (no andar térreo) e a clausura das Irmãs (no andar superior). Para trás dessa grande construção foram edificados o refeitório, a cozinha, uma grande enfermaria, a capela e a lavanderia. Longe do edifício central, foram edificadas a garagem e diversas casas destinadas aos casais doentes, reduto que recebeu o nome de colônia." (MIRANDA, 2011, p. 235).

Com o advento das Sulfonas[15] na década de 1940 muitas coisas mudaram na vida dos doentes, as melhoras clínicas levaram à diminuição das fugas bem como as prisões realizadas em decorrência das mesmas. Segundo Nacli (1959) número de altas hospitalares também aumentou consideravelmente, de 0 em 1926 à 291 em 1954.

A vida dos doentes tomava as proporções “quase” iguais às das pessoas que não possuíam a doença. Dentro do leprosário era permitido o casamento entre internos: “Gravidez e partos não eram raros. Os Recém-natos – sempre isentos da hanseníase- eram imediatamente transferidos para o ‘Educandário Curitiba.’” (MIRANDA, 2011, p 238). Com o processo desencadeado pelas tentativas de se amenizar o estigma que os doentes carregavam entre as décadas de 1950 e 1970, houve não só a mudança da nomenclatura “Lepra” para “Hanseníase”, mas também a mudança do nome do local. Através da Lei Federal nº5.511 de 15 de outubro de 1968 foi decretado o fim do isolamento compulsório e irrestrito, permanecendo o internamento apenas para os casos que manifestassem, por vontade própria ou falta de recursos, interesse em permanecer no local. Deste modo, muitos pacientes optaram por permanecerem no local em vista da dificuldade que teriam para retomar a vida fora dos muros do leprosário.

Em 1975, através do decreto nº 76.078, de 04 de agosto de 1975, determinou-se que a terminologia “lepra” fosse substituída oficialmente. Deste modo, a Divisão Nacional de Lepra e a Campanha Nacional Contra a Lepra tiveram seus nomes alterados para: Divisão Nacional de Dermatologia Sanitária e Campanha Nacional Contra a Hanseníase, a fim de promover a integração social dos doentes. Todos os derivados do termo “lepra” foram substituídos por hanseníase, incluindo-se os termos nos documentos oficiais do Ministério da Saúde. O Decreto nº77.078 significou, assim, uma ação efetiva no processo de desinstitucionalização do isolamento compulsório e de contra-estigmatização dos doentes

[15] As sulfonas são uma arma terapêutica preciosa sobre um certo número de condições em que os fenômenos imunitários envolvidos, reações inflamatórias polimorfonucleares e alterações secundárias de enzimas, tais como: a lepra, dermatite herpetiforme, penfigóide bolhoso, dermatite bolhosa crônica infantil, epidermólise bolhosa, entre outras.” (BLONDONET, 1996, p.1)“sf. Quim. Derivadas da sulfanilamida, têm importante ação antibacteriana”. (FERREIRA, 2001, p. 691).

É importante ressaltar que fica claro através das fontes que apenas estas medidas não seriam suficientes para apagar um estigma tão enraizado na sociedade e no imaginário social, uma vez que o processo de institucionalização foi longo, o seu caminho inverso não seria simples e rápido. No entanto, as percepções sobre as políticas estatais enrijecidas sobre a doença e o tratamento dispensado aos doentes mostravam-se a caminho de mudanças, mesmo que lentas, rumo aos novos caminhos na terapêutica e na visão social da doença. No ano seguinte, o Decreto Federal 968 de 1962 foi então revogado, de modo que o isolamento mais uma vez foi substituído, através da Portaria 165/BSB de 14 de maio de 1976, sendo alterado o isolamento seletivo para o ambulatorial, devido, sobretudo, a busca em mostrar ser a hanseníase "doença como todas as outras".

Essas mudanças chegaram, também, à instituição do São Roque. Seu significado inicial, de local de segregação e isolamento mudou, com o passar dos anos e com as alterações nas representações e práticas sobre a doença, para local de tratamento e busca de cura, não apenas da hanseníase mas também de outras doenças dermatológicas. Atualmente recebe pacientes de todo o estado e oferece serviços gratuitos do que diz respeitos à diversas doenças dermatológicas. De "Leprosário São Roque", em finais da década de 1920 para "Sanatório Colônia São Roque", na década de 1950 e, enfim, "Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná", na década de 1980. Esta última nomenclatura permanece até os dias atuais, bem como a estrutura e toda a rede de atendimento criada dentro do local, no entanto, as antigas casas dos pacientes e funcionários estão, em sua maioria, desativadas, mas não foram demolidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos já realizados, nota-se que a lepra não esteve entre as prioridades de ação do Estado até o momento em que se apresentou como um problema que afetou não apenas a esfera biológica e a vida particular dos doentes, mas, principalmente, quando envolveu a questão da imagem do país, as relações comerciais e o desenvolvimento econômico. Além disso, neste momento não havia conhecimentos científicos suficientes para responder aos problemas da profilaxia e do

tratamento da doença, uma vez que ainda era dúbia a forma de transmissão e os medicamentos ideais – tratamentos que dificilmente surtiam os efeitos esperados – deste modo, o discurso construído através do saber médico naquele momento foi pautado sobretudo na necessidade de isolar os doentes nos chamados leprosários. As décadas de 1910 a 1940 caracterizaram-se pelo momento em que este tipo de tratamento foi institucionalizado,

A partir de descobertas científicas e da experiência com o uso das Sulfonas, nota-se que, no Brasil, houve uma lenta mudança no tratamento dos doentes.Verificada a eficácia deste novo medicamento e também através dos congressos internacionais sobre a lepra, começou-se a discutir sobre novas formas de tratar os doentes que não apenas o isolamento compulsório e irrestrito e também a possibilidade de melhora nos quadros clínicos, consequentemente, iniciou-se a discussão sobre possíveis altas e também sobre aspectos sociais que envolviam a doença. O isolamento ainda permanecia, mas discutia-se no meio médico e político sobre sua utilidade e sua relevância,

No período pós 1970, através de novas descobertas científicas sobre a doença nota-se que houve maiores questionamentos no meio médico e político não apenas sobre o isolamento, mas também sobre seus desdobramentos sociais e sobre o uso de termos estigmatizantes. Tais mudanças surtiram efeito direto no significado original da instituição do Leprosário São Roque, que teve não apenas o seu nome alterado como foi ressignificado, de lugar de isolamento e exclusão para local onde se buscaria o tratamento e a cura da doença, bem como a reabilitação dos doentes e uma possível reinserção destes indivíduos na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei Federal nº 5. 511 de 15 de outubro de 1968. **Submete a Campanha Nacional Contra a Lepra ao regime previsto na Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5511.htm

BRASIL. Decreto Federal nº 76.078, de 04 de agosto de 1975. **Altera a denominação de órgãos do Ministério da Saúde e dá outras providências.** Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-76078-4-agosto-1975-424627-publicacaooriginal-1-pe.html.

BRASIL. Decreto Federal nº77.513 de 29 de abril de 1976. **Revoga o Decreto n°968, de 7 de maio de 1962 e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77513-29-abril-1976-426392-publicacaooriginal-1-pe.html>

CASTRO, Elizabeth Amorim de. **O leprosário São Roque e a Modernidade:** Uma abordagem da Hanseníase na perspectiva da relação Espaço-Tempo.135 páginas. 2005. Dissertação (Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L; RIBEIRO. **Os Estabelecidos e ou Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**: o minidicionário da língua portuguesa. 5ª ed. RJ: Nova Fronteira, 2001

JANZ, Júnior D. C. **A eugenia nas páginas da Revista Médica do Paraná** (1831-1940). 164 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

NACLI, Adibe. **O Mal de Hansen e o serviço social no Sanatório Colônia São Roque**.Curitiba: Imprensa oficial do Estado, 1959.

MIRANDA, Ruy Noronha. **História do Leprosário São Roque**. In: WITTIG, Enrenfried Othmar. Contribuição à História da Medicina no Paraná. Curitiba: M.5 Gráficas Editora Ltda, 2011. cap. 30.

OLINTO, Beatriz Anselmo. **Pontes e Muralhas:** diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX. 295 páginas. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SCHNEIDER, Silvia Danielle. **Lepra**: fotografia e discurso na obra de Souza-Araújo (1916-1959). 2011. 216 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2011.

A MUMIFICAÇÃO NO MUNDO EGÍPCIO: ELEMENTOS HISTÓRICOS E BIOTECNOLÓGICOS EM PRÁTICAS E RITUAIS FÚNEBRES E RELIGIOSOS

Heloisa Lima Martusevicz
Instituto Federal do Paraná - Campus Londrina

Max Alexandre de Paula Gonçalves
Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina / UNESP – Câmpus de Assis

Resumo. O trabalho tem o objetivo de investigar as relações históricas e biotecnológicas presentes na mumificação a partir de uma revisão bibliográfica, com o foco específico sobre as concepções egípcias de morte e técnicas agrícolas. O Egito Antigo configurou-se como uma sociedade próspera e duradoura, tendo como características marcantes a sua agricultura, a diversidade de estratos sociais e o emprego de técnicas avançadas na conservação de corpos. Por conseguinte, a religião fúnebre do Egito Antigo nos traz inúmeros elementos encontrados em outras sociedades históricas, tais quais os mistérios da alma e o que ocorre após a morte corpórea. Os egípcios antigos baseavam-se na fé de que o falecimento de um indivíduo nada mais era do que o início de outra fase. Dessa forma, o Pós-vida era concebido enquanto uma extensão da existência humana, composta pelas "partes do ser" ou parcelas não corpóreas, como o Ba (personalidade daquele que o engloba, ou seja, o que torna o ser único e distinguível, mantendo características como a fala e a necessidade de alimentar-se), o Ka (força vital necessitada de constantes oferendas, indispensáveis se se quisesse manter o "sustento" do indivíduo, sendo uma característica global, posto que todos os seres a possuíam), o Ren (nome que possuía certa função mágica, por ser uma parcela individual e diferenciadora dos demais seres, podendo ser classificado de quatro formas distintas: nome substituto, secreto, institucional e religioso) e parcelas corpóreas, como o Ib (o coração, considerado o cerne do indivíduo, abrangendo seus pensamentos, emoções, sentimentos e ações), o Dt ("corpo", indicação de algo funcional, representado como "ventre" (ht) e "membro" (ʿt), ou até mesmo "cadáver" (h3t), atribuído ao corpo quando este tornava-se pútrido,

passível de destruição, sem uma manipulação apropriada realizada pelos sacerdotes) e a Sombra. Havia, então, a necessidade de cuidados para com os mortos nas Tumbas e Sarcófagos, a fim de que o caminho pelo submundo egípcio fosse completado e o ser atingisse o Akn, sua forma etérea completa. Dessa maneira, a mumificação era a ligação entre o defunto e suas “partes do ser”, assim como a relação entre as técnicas apreendidas e aprendidas durante gerações e a religião totêmica egípcia. Frisa-se que a Mumificação, muitas vezes, restringia-se somente a frações da sociedade egípcia, tendo em vista que consistia em um procedimento caro, contando com a dissecação do cadáver, embalsamamento com óleos e oferendas.

Palavras-chave: Mumificação; Egito Antigo; Morte.

1.INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é a mumificação e suas características encontradas no Antigo Egito, assimilando os elementos históricos de práticas religiosas e rituais fúnebres juntamente com a Biotecnologia e suas áreas do conhecimento.

O problema pode ser sintetizado em: “Como a Biotecnologia e a História podem relacionar-se quando se dedicam à análise do Egito Antigo?”. Essa indagação parte do seguinte pressuposto: a Egiptologia (estudo do Egito) é uma especialidade da História que traz consigo uma gama de problemáticas relativas à datação, à periodização e à identificação de peças historiográficas (DOBERSTEIN, 2010). Isso é aplicado às múmias, às técnicas e aos produtos utilizados para preservar os corpos dos egípcios, assim como o questionamento de como a Biotecnologia pode ser aplicada para auxiliar na datação e condição de morte do objeto de estudo e também na classificação dos componentes utilizados na mumificação.

A hipótese levantada foi a de que, a partir da análise da mumificação, ao considerar seu contexto histórico, químico, físico e biológico, a Biotecnologia, enquanto uma área do conhecimento, pode ser utilizada como parâmetro de investigação nos corpos conservados para verificar o período de morte e sua causa.

A pesquisa feita neste trabalho e, consequentemente, a sua revisão bibliográfica, possuem relevância acadêmica por contribuírem com a Egiptologia, uma vez que sintetizam os fatores biológicos e históricos presentes na mumificação. Ainda mais, elas relacionam conteúdos considerados díspares ao analisar um objeto historicamente emblemático e misterioso, o investigando sob a perspectiva biotecnológica.

Ademais, o Egito Antigo tem sua história tecida a partir de achados arqueológicos, o que exige um tempo maior de análise e posterior publicação de resultados. Esses últimos, quando publicados, são, muitas vezes, bastante específicos quanto ao tema. Dessa forma, a demanda por um trabalho abrangente e integrador mostrou-se significativa.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar a mumificação presente na sociedade egípcia antiga: desde os seus elementos históricos em práticas e rituais fúnebres e religiosos aos fatores considerados em sua análise.

1.6 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a relação entre a Ciência no mundo contemporâneo e as práticas ritualísticas fúnebres no Egito Antigo;
- Abordar a experiência de morte do corpo humano no Egito Antigo e suas associações com as outras esferas da vida social;
- Descrever as técnicas de mumificação empregadas nos rituais funerários: apuração química, física e biológica;

2. RESULTADOS

2.1. TÉCNICAS

A Ciência como é conhecida e praticada na contemporaneidade sofreu inúmeras e diversas alterações ao longo dos anos. Antes da Revolução Científica do Século XVII, ato simbólico que reconheceu a separação entre a filosofia e a ciência empírica (MOREIRA, *sem ano*), o conhecimento humano baseava-se apenas em sua forma assistemática, sendo este vulgar, sensorial e experimental, ou seja, transmitido e interpretado de diferentes maneiras por múltiplas gerações (BRAGA, *sem ano*).

A informação e a técnica utilizadas nas áreas comuns ao desenvolvimento egípcio, primordialmente agrônomo, assim como nas áreas circunscritas, tal qual os funcionários e escribas, colaboraram para a disseminação do conhecimento vulgar.

Para Xavier e Costa (2010), a informação apresenta-se como a matéria-prima

que constitui o conhecimento, isto é, não há conhecimento sem informação, pois, respectivamente, o primeiro é a produção mais verídica do segundo. Temos então uma interdependência entre os dois fundamentos, incorporando também as técnicas. Seu conceito advém, etimologicamente, de significados que foram alterados no decorrer da história, em uma relação direta com o conceito de tecnologia, empregado principalmente na contemporaneidade.

> "Entretanto, se formos um pouco mais a fundo, encontramos *téchnē,* ou seja, a técnica no sentido de arte [...] Etimologicamente falando, *technología* é o próprio dizer da técnica, ou seja, o modo como ela é organizada, elencada, sistematizada e pensada…A *téchnē* exige a *technología*, que se define como a efetivação da técnica, ou seja, o meio pelo qual a técnica é disposta na realidade" (KUSSLER, 2015, p. 188-189).

A arte de aplicar o conhecimento a partir de sua abstração, dispondo e inventando tecnologias a fim de efetivá-lo, tratava-se de um dos pontos funcionais do Egito Antigo. Os artesãos, por exemplo, durante as primeiras dinastias do Egito Antigo, designavam-se mais como autores de manifestações artísticas oriundas de uma realidade sociocultural proveniente das especializações em seus ofícios. A fabricação de vasos de pedra, modelagem de cerâmica, corte de sílex, entre outros, deram a eles inúmeros polos de organização – desde a capital, Mênfis, até os reinos do Sul e do Norte – e esferas de atuação, embora seus nomes fossem incógnitas não solucionáveis escondidas por detrás de suas obras (VALBELLE, 1994, p. 39). Contudo, deve ser frisado que havia um cerceamento do conhecimento gerado no Egito Antigo. Esta restrição foi um dos problemas identificados na produção científica nesse período, pois sucedia uma concepção de conformação por parte do povo, instruído por elementos religiosos (ROSA, 2012, p. 69).

2.2. RELIGIÃO

Desde os primórdios da humanidade, é possível observar que elementos religiosos compõem agrupamentos humanos sob diversas formas, tanto em sua construção quanto na participação deliberada em diferentes âmbitos, senão sua maioria quando analisamos a Antiguidade Egípcia. A concepção humana sobre o Universo e seus mistérios baseava-se principalmente na personificação e totemização

das explicações projetadas a partir de observações da natureza, justificativas essas de cunho irracional e emocional, criadas em alguns momentos pelo medo do desconhecido.

Hobbes (1651, p.40), em seu livro denominado “Leviatã”, aborda o conceito de religião. Para o autor, os deuses são seres concebidos de forma fantasiosa, derivados de uma imaginação corrompida pelo terror. Quando invocados, estes seres detentores de poderes invisíveis e infinitos tendem a atender às preces e aos pedidos, porém, necessitam de oferendas para que sua ira não recaia sobre o povo que os adora. Este sistema perpetua a relação direta entre temor e veneração.

A constituição do pensamento tribal religioso, remanescente do período pré-histórico oriental, propiciou a beatificação dos seres da natureza, conectando-os a certas práticas socioculturais. Anúbis, deus dos mortos, tinha como representação totêmica o chacal, animal que abria os túmulos e alimentava-se da carne e ossos dos falecidos. Esta associação, provavelmente, ligava-se ao fato de que os seres humanos estavam à mercê da natureza. Dessa forma, havia a tendência de antropomorfização das divindades conforme ocorria a expansão do conhecimento sobre as técnicas que pudessem controlar o meio no qual estavam inseridos. Representações posteriores possuíam corpo humano e cabeça animal, tal qual Tot (Figura 1), deus do conhecimento e escrita, hibridizado nas paredes dos templos egípcios (VAN ONSELEN, 2005).

FIGURA 1 -Hibridização do deus Tot, metade Íbis metade humano

Fonte: SAUNERON, 1980.

2.3. A MORTE E RITUAIS FUNERÁRIOS

A morte não era considerada o início de uma nova vida ou o fim da vida terrena, e sim uma extensão dela. O morto, para os egípcios, não estava realmente inanimado – considerando que o falecido passou pelo processo de mumificação –, pois seria composto por diversas partes, as quais tornariam possível a vida *post mortem.* Estas parcelas foram denominadas por Moacir Santos, historiador da Universidade Federal Fluminense, como *"partes do ser",* partindo do pressuposto de que o ser egípcio era uma criação individual que abrangia uma pluralidade de aspectos corpóreos e não corpóreos (JOÃO, 2008, p.67; SANTOS, 2012, p. 353).

Os aspectos corpóreos abrangiam a concepção de corpo (dt) e de coração (ib). O corpo indicava a ideia de algo funcional, representado como "ventre" (ht) e "membro" (ʻt). Contudo, uma terceira terminação, "cadáver" (hꜣt), era atribuída ao corpo quando este tornava-se passível de destruição (SANTOS, 2012, p. 356-357). Já o coração (ib) tratava-se do centro do indivíduo, o cerne de seus pensamentos, emoções, sentimentos e ações (SANTOS, 2012, p. 356-357).

Os componentes espirituais ou não-corpóreos eram: o *ba*, o *ka*, o nome e a sombra. O *ba* (bꜣ) definia-se como a personalidade daquele que o engloba (JOÃO, 2008, p. 68-69; SANTOS, 2012, p. 360-363); o *ka* (kꜣ) caracteriza-se como uma força vital necessitada de constantes oferendas, indispensáveis se se quisesse manter o "sustento" do indivíduo (ARAÚJO *apud* SANTOS, 2012, p. 360); o *rn* ou *ren era* uma parcela individual e diferenciadora dos demais seres (SANTOS, 2012, p. 364). Por fim, temos a *Sombra,* parte do ser que o acompanhava até o momento de sua morte, dependente dele. Após esse evento, a sombra desprendia-se do corpo, conectando-se ao *ba* em sua jornada pelo Duat (SANTOS, 2012, p.369).

A construção do indivíduo e a concepção de morte envolviam-se diretamente no modo de vida antigo, assim como suas relações diretas com as técnicas já mencionadas. A mumificação vem, por conseguinte, como uma forma de associar âmbitos considerados díspares atualmente, mas que, no Egito Antigo, constituíram conhecimentos e informações, crenças e ações, tal qual a hierarquia, na política Oriental. O embalsamamento é, destarte, o escopo da vida e o início de uma nova fase.

2.4. MUMIFICAÇÃO

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (2007), a conservação de restos mortais humanos descreve-se como:

> "[...] emprego de técnica, através da qual os restos mortais humanos são submetidos a tratamento químico, com vistas a manterem-se conservados por tempo total e permanente ou previsto, quais sejam, o embalsamamento e a formolização, respectivamente" (BRASIL, 2007).

O embalsamamento é descrito como "método de conservação de restos mortais humanos com o objetivo de promover sua conservação total e permanente". Tais conceitos espelham a mumificação como a conhecemos, já que sua aplicação como técnica de preservação confirma-se. Isto posto, o estudo sobre as técnicas e tecnologias aplicadas nas múmias egípcias, como o uso de resinas e evisceração, é de extrema importância para compreender o processo e seus significados.

Primeiramente, o corpo era levado para uma tenda conhecida como "*ibu"* ou "lugar de purificação". Lá, os embalsamadores lavavam-no com vinho de palma e o enxaguavam com água do Nilo. Logo após, havia a retirada de órgãos internos (THE BRITISH MUSEUM), a partir da evisceração transperineal (retirada das vísceras por meio do períneo, região que constitui a base do púbis, onde estão situados os órgãos genitais e o ânus), conhecida também por via de enema químico (introdução de água e substâncias líquidas no organismo por via retal), assim como por incisão abdominal (WADE, NELSON, 2003).

O fígado, pulmões, estômago e os intestinos eram lavados e embalados em Natrão, mineral composto por carbonato de sódio, bicarbonato de sódio, sal e sulfato de sódio, podendo ser colocados em jarros (DAVID, 1997; THE BRITISH MUSEUM). Em geral, o coração não era retirado do corpo, porém, quando o faziam, um amuleto de escaravelho (WADE, NELSON, 2003), representação de Khepri, uma das três manifestações do deus-sol (CÉSAR, 2009, p. 34), era depositado em seu lugar. A remoção do cérebro (descerebração) era normalmente feita via transnasal, com um gancho longo usado para esmagar a massa encefálica e retirá-la pelos orifícios nasais (WADE, NELSON, 2003; THE BRITISH MUSEUM).

Com o corpo coberto e repleto de natrão, o cadáver secava, configurando um processo de osmose. Por causa de seu pH alcalino, o natrão catalisava a conversão de lipídeos corporais em ácido graxo e glicerol, o ácido graxo capaz de formar sais orgânicos de sódio através de reações químicas com o carbonato de sódio. Sendo o sal de sódio do ácido graxo e o glicerol solúveis em água, ambos eram dissolvidos quando o corpo era lavado. Esta perda de gordura contribuiu para a forma encolhida da múmia e também removia uma fonte de energia vital para as bactérias que causam degradação, agindo a favor da preservação (CHEMELLO, 2006).

Após quarenta dias, o morto é lavado novamente com água do Rio Nilo, sendo, em seguida, coberto com óleos e resinas para ajudar a pele a ficar elástica. Os principais produtos encontrados em todas as múmias são lipídios acil degradados. Na maioria dos casos, as distribuições de ácidos graxos são indicativas de origens de plantas; isto é, possuem uma alta abundância de C16: 0 em comparação com sua abundância de C18: 0 (lipídios endógenos celulares ou da membrana plasmática) (BUCKLEY; EVERSHED, 2001).

As superfícies das múmias embalsamadas com alcatrões líquidos ou outros materiais líquidos resinosos contendo óleos essenciais sesquiterpenóides derivados de *Cedrus atlantica (*família Pinaceae*)* e também de juniper, cadaleno, cadinatriene (calamene), são essencialmente livres de microrganismos contaminantes. O efeito selador dos agentes embalsamadores na superfície óssea preserva a enzima fosfatase alcalina em seu interior por milhares de anos (KAUP *apud* KOLLER *et al.*, 2003).

De modo geral, os óleos essenciais são produtos voláteis lipofílicos podendo apresentar-se isoladamente ou misturados entre si (BRASIL, 2007). Possuem uma aparência oleosa à temperatura ambiente, com aroma agradável e intenso, tendo sabor geralmente acre e apresentando-se, normalmente, incolores ou ligeiramente amarelados (LUPE, 2007, p. 4-5). Apesar de suas colaborações estéticas, esse metabólito secundário também exibe ação antimicrobiana e antioxidante (MONTEIRO, 2015, p. 1). Portanto, há a contribuição de sua parte relativa a afugentar bactérias do corpo embalsamado.

Os órgãos internos desidratados são envoltos em linho e devolvidos ao corpo. O corpo é recheado com materiais secos, como serragem, folhas e linho, para que

pareça real. Finalmente, este é coberto novamente com óleos de cheiro agradável, estando pronto para ser embrulhado em linho (THE BRITISH MUSEUM).

A cabeça e o pescoço eram envolvidos por tiras de linho fino, os dedos das mãos e dos pés envolvidos individualmente, com os braços e pernas sendo amarrados juntos um do outro Entre as camadas de embrulho, os embalsamadores colocavam amuletos para proteger o corpo em sua jornada através do submundo; um rolo de papiro com feitiços do Livro dos Mortos era colocado entre as mãos e mais tiras de linho enrolavam-se ao corpo. Em cada camada, as ataduras eram pintadas com resina líquida que ajudava a uni-las (THE BRITISH MUSEUM).

Depois destes tratamentos, o cadáver era depositado em um sarcófago e, posteriormente, em uma tumba, a fim de que o propósito da mumificação pudesse ser concluído com êxito (FIGURA 2).

FIGURA 2- Sarcófago de Hornedjitef, sacerdote (246-222 a.C)
Fonte:The British Museum

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega neste trabalho é de que a preservação do corpo a partir do embalsamamento mostra-se ainda efetiva. O Egito Antigo conciliou as áreas técnica, religiosa e sociocultural em sua comunidade de modo importante e muito valioso para a articulação entre as diversas esferas de seu corpo social, sobrevivendo e fazendo-se sobreviver durante 31 Dinastias. As contribuições e os vestígios deixados por esta sociedade são objetos de estudos interdisciplinares relevantes e podem ser analisados de forma interdisciplinar e eficaz se os pesquisadores das áreas citadas auxiliarem uns aos outros.

Por fim, a Mumificação é a catarse da Morte nas Tumbas antigas e, assim como no tempo presente, cheia de mistérios e crenças intrínsecas nos ossos embalsamados dos antigos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Wladimir Flávio Luiz. **O CONHECIMENTO**. Minas Gerais.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de janeiro de 2007.** REGULAMENTO TÉCNICO SOBRE ADITIVOS AROMATIZANTES. Brasil: Diário Oficial da União, 17 jan. 2007. n. 12.

BRASIL. Resolução nº 68, de 18 de outubro de 2007. Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos. **Resolução - Rdc no 68, de 10 de outubro de 2007.** Brasil: Diário Oficial da União, 11 out. 2007.

BUCKLEY, Stephen A; EVERSHED, Richard P.. Organic chemistry of embalming agents in Pharaonic and Graeco-Roman mummies. **Nature**, Reino Unido, v. 413, p.837-841, 25 out. 2001.

CÉSAR, Marina Buffa. **O Escaravelho-coração nas Práticas e Rituais Funerários do Antigo Egito.** 2009. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arqueologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

DAVID, A R. Disease in Egyptian mummies: the contribution of new technologies. **The Lancet**, Manchester, v.349, p.1760-1763, jun. 1997.

DOBERSTEIN, Arnoldo Walter. **O Egito Antigo**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010. 176 p. Disponível em: <www.pucrs.br/edipucrs/oegitoantigo.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2018.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**. Reino Unido: The Online Library of Liberty, 1651. 259 p. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=3886>. Acesso em: 29/10/2018.

JOÃO, Maria Thereza David. **Dos textos das pirâmides aos textos dos sarcófagos: a democratização" da imortalidade como um processo sócio-político.** 2008. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

KOLLER, Johann et al. Analysis of a pharaonic embalming tar. **Nature**, München, v. 425, p.784-784, 23 out. 2003.

KUSSLER, Leonardo Marques. TÉCNICA, TECNOLOGIA E TECNOCIÊNCIA: DA FILOSOFIA ANTIGA À FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA. **Kínesis**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p.187-202, dez. 2015.

LUPE, Fernanda Avila. **ESTUDO DA COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE ÓLEOS ESSENCIAIS DE PLANTAS AROMÁTICAS DA AMAZÔNIA.** 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Química, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MONTEIRO, Ana Rita Pinto. **Atividade antimicrobiana de óleos essenciais.** Porto, 2015.

MOREIRA, Rui. **A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA DO SÉCULO XVII**. Lisboa: Departamento de Física.

MUSEUM, The British. **Ancient Lives, new discoveries**. Disponível em: <https://www.britishmuseum.org/whats_on/exhibitions/ancient_lives,_new_discoveries.aspx>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MUSEUM, The British. **Mummification**. 1999. Disponível em: <http://www.ancientegypt.co.uk/mummies/home.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da Ciência**: Da Antiguidade ao Renascimento Científico. Volume I. 2. ed. Brasília: Funag, 2012.

SANTOS, Moacir Elias. **JORNADA PARA A ETERNIDADE: AS CONCEPÇÕES DE VIDA POST-MORTEM REAL E PRIVADA NAS TUMBAS DO REINO NOVO - 1550-1070 a.C.** 2012. 467 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SAUNERON, Serge. **The Priests of Ancient Egypt**. 12. ed. Londres: Evergreen Books Ltd, 2016. Tradução de: Ann Morissett.

VALBELLE, Dominique. O artesão. In: DONADONI, Sérgio (Org.). **O Homem Egípcio.** Lisboa: Presença, 1994. 275 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/88814315/O-Homem-Egipcio-Sergio-Donadoni>. Acesso em: 13 nov. 2018.

VAN ONSELEN, Adriaan Willem Maria Antoine et al. **O Livro dos Mortos do Antigo Egito**. Campo Grande, 2005. 23 p.

WADE, Andrew D; NELSON, Andrew J.. Evisceration and excerebration in the Egyptian mummification tradition. **Journal Of Archaeological Science**, [s.l.], v. 40, n. 12, p.4198-4206, dez. 2013. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jas.2013.06.017.

XAVIER, Rodolfo Coutinho Moreira; COSTA, Rubenildo Oliveira da. Relações mútuas entre informação e conhecimento: o mesmo conceito? **Ibict**, Brasília, v. 39, n. 2, p.75-83, maio 2010.

A CONSTRUÇÃO SINTAGMÁTICA NA RETÓRICA FÍLMICA: FÚRIA DE TITÃS E SEU FAZER HISTÓRIA.

Abner Alexandre Nogueira
UNESP-Assis/Capes

Resumo. Para além dos problemas entre História e Ficção, busca-se compreender como a narrativa cinematográfica, no estudo de caso do filme Fúria de Titãs (2010), apresenta o passado na sua narratividade. Pelo uso da semiologia de Cristian Metz, dividiu-se o filme, objeto da pesquisa, em oito tipos sintagmáticos. Tal divisão auxilia na compreensão de como a linguagem cinematográfica compõe sua narrativa e retórica apresentada por este filme. Tal retórica é um discurso que atinge milhões de espectadores e se insere no âmbito da Indústria Cultural Midiática, sem deixar de ser Arte, promove um uso discursivo do passado gerando leituras e re-leituras que podem se aproximar e/ou se afastar da historiografia, de fontes históricas e do ofício de historiar. Nessa comunicação, resultante da pesquisa de mestrado em andamento, apresenta-se a divisão sintagmática nos oito tipos teorizados por Christian Metz, seguido de um estudo estatístico desses tipos, de suas relações imediatas (um sintagma seguido do seu próximo) e na forma que estes se portam na retórica fílmica como um todo. Esse estudo permitirá a compreensão da narrativa fílmica e como ela poderia se utilizar do passado na promoção de um discurso próprio que, na sua especificidade, afeta a maneira como vemos o passado, além de nos dizer sobre determinadas épocas. Portanto o cinema faz história, inserido na Indústria Cultural e alcançando milhões de espectadores, mas, diferente do pesquisador, sem querer fazer história.

Palavras-chave: Cinema e História; Christian Metz; Semiótica; Narrativa Fílmica; Historiar.

Introdução/justificativa:

Partindo do público-alvo do evento “Qual o Futuro do Nosso Passado?” que congregou graduandos e pós-graduandos, queridos amigos e colegas desconhecidos, fez-se pertinente um breve resumo da trajetória da pesquisa até a especificidade do trabalho apresentado. Concordando com Prost ao dizer “O historiador está confinado, de alguma forma, em um círculo virtuoso: definido como crítico das fontes, ele só consegue criticá-las se já for historiador” (2008: 70); mesmo estando num momento de lazer, ao assistir o filme *Imortais*, 2011, o *virtus*[16] de historiador, desejou compreender as motivações levadas pelo filme, quando apresenta a morte da deusa Athena, contraditório a imortalidade característica divina da Mitologia Grega.

Tais questionamentos levou ao estudo das relações já estabelecidas entre História e Cinema, definidas por Robert Rosenstone como duas possíveis formas de análise: história no filme ou filme na história. O primeiro prioriza como a História influi no filme, vertente que remonta a Marc Ferro com o seu célebre artigo *O filme, uma contra-análise da sociedade* publicada em 1971, editado posteriormente na obra *Cinema e História* (versão aqui utilizada de 1992, traduzida para o português e originalmente publicado em 1977). Tal perspectiva encara o filme como uma fonte/documento capaz de revelar os *lapsos* de uma sociedade, a qual o produziu, chamadas, por Ferro, de zonas não visíveis do passado. Colocação importante para a fonte fílmica, mas de modo geral, já em prática pelos *Annales* como explicitado por Le Goff ao defender: “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (1990, 549). Dessa forma, o historiador deve encarar o filme como um monumento resultante desse embate de forças que o produz: a sociedade produtora do filme e a sociedade receptora do filme.

Já a segunda possiblidade mencionada, circunscreve na temática da *escritura fílmica da História*, em outras palavras, coloca o cinema não como fonte, mas produtora de história: os filmes tomam partidos, se posicionam, deixando suas escolhas, emoções transparecerem, enquanto o historiador, para Natalie Z. Davis

[16] Aqui utilizado no sentido de virtude referenciada anteriormente ao historiador, um crítico de fontes (cf. PROST, 2008)

deve procurar a imparcialidade de maneira a satisfazer a complexidade histórica (cf. DIAS, 2014). Contrariamente, Rosenstone defende:

> são (ou podem ser) historiadores, se, com essa palavra, nos referirmos a pessoas que confrontam os vestígios do passado (rumores, documentos, edifícios, lugares, lendas, histórias orais e escritas) e os usam para contar enredos que fazem sentido para nós no presente (ROSENSTONE, 2010, p. 54).

Pois, como se sabe, fantasioso ou ideológico, os filmes afetam a maneira como vemos o passado (cf. ROSENSTONE, 2010, 18). Destarte, não se deseja defender a historiografia (enquanto escrita da história) pelo cinema, sendo um concorrente do ofício do historiador, mas, a partir da constatação de cujo os filmes formam nossas visões acerca do passado, como os historiadores profissionais podem se reposicionar em relação com o Cinema.

Por fim, sendo essa teoria, da *Linguagem Histórica Fílmica* (cf. ROSENSTONE, 2010), uma vertente neófita, há uma ausência de metodologias bem definidas. Essa comunicação, portanto, é uma tentativa metodológica para a analise do filme *Fúria de Titãs*, 2010 com o arcabouço definido por Christian Metz no capítulo 5, intitulado *A Grande Sintagmática da Faixa-Imagem*, um dos artigos da coletânea reunidos na obra *A Significação do Cinema* (1972).

O próprio nome do artigo/capítulo revela sua proposta:

1) *A Grande Sintagmática*: influenciado pelo estruturalismo linguístico na figura de Saussure, Metz busca estudar o cinema em sua especificidade de linguagem. Para isso, desenvolve categorias capazes de discriminar blocos de realidade que, tal como os sintagmas, juntos formariam o discurso fílmico. Tais blocos não são unidades mínimas de significado, mas unidades de acordo com a narrativa fílmica.
2) *da Faixa-imagem*: ao segmentar um documento audiovisual, corre-se sempre o risco de cindir a realidade apresentada. A fim de solucionar essa questão, Metz propõe a segmentação por *faixas*, ou seja não divide em quadros estáticos mas “cenas”, mantendo a *imagem*-movimento, característica primária do cinema.

Conclui-se que:

> Tal tipificação permite compreender a linguagem cinematográfica em sua especificidade e abre caminho para a identificação das formas que,

> tal linguagem, utiliza-se para falar sobre uma temática [...]. Assim, a relação Cinema e História, deve ser feita levando em conta suas especificidades formais, seus objetos e, principalmente, seus espaços de fala/para quem fala (NOGUEIRA, 2018).

À vista disso, segmentar o filme em *Blocos de Realidade*, permite a transposição da narrativa audiovisual para a análise pormenorizada em uma narrativa escrita, como essa. Tais *Blocos*, na concepção de Metz, são unidades menores, os sintagmas fílmicos, porém, em riquíssima significação, portanto, uma realidade integral. A cada quadro, cada elemento (vestimenta, cor, sons, objetos, etc.) possui um significado, uma significação que influi na narrativa quadro a quadro e, a fim de manter o caráter do movimento, a *Grande Sintagmática da Faixa-Imagem* permite a análise do audiovisual privilegiando a construção narrativa pela linguagem cinematográfica.

O quadro abaixo resume os oito tipos sintagmáticos de Metz. Sua primeira forma de divisão é de acordo com a quantidade de planos, um (1) ou vários (2-8), seguido da ausência (2 e 3) ou presença da noção temporal (4-8) no interior do sintagma. Se ausente, o significado global poderá remeter a apenas um motivo (3) ou mais motivos (2). Já os demais sintagmas se relacionam, além da quantidade e temporalidade, com a espacialidade: há a noção temporal, mas a junção da 'cena' se dá pelo espaço, é o tipo 4, contudo, se há um espaço, mas predomina-se o tempo, temos o tipo 6. Se a 'cena' tem traços de simultaneidade ou consequência temporal, chama-se de Sintagma Alternativo (5). Por fim, as "Sequências" são pequenas "cenas" geradoras de um sentido central (7) ou vários sentidos (8).

Quadro 1: Tipos Sintagmáticos descritos por Metz

<table>
<tr><td>Um Plano</td><td colspan="7">Vários Planos</td></tr>
<tr><td rowspan="3"></td><td colspan="2">Ausência Temporal</td><td colspan="5">Presença Temporal</td></tr>
<tr><td>Dois ou + motivos</td><td>Um motivo</td><td>Predomínio Espacial</td><td>Simultaneidade ou Consecução Temporal</td><td>Predomínio Temporal Um espaço</td><td>"Ceninhas' Um motivo central</td><td>"Ceninhas" Motivos individuais</td></tr>
<tr><td>Plano Autônomo (1)</td><td>Sintagma Paralelo (2)</td><td>Sintagma em Feixe (3)</td><td>Sintagma Descritivo (4)</td><td>Sintagma Alternativo (5)</td><td>Cena (6)</td><td>Sequência Habitual (7)</td><td>Sequência em Episódios (8)</td></tr>
</table>

Tais tipos sintagmáticos guiaram as divisões propostas para a Tabela 2, contido no Apêndice A no final deste texto. Apesar dos tipos dos sintagmas não constarem na Tabela 2, a criação desta se deu estritamente relacionada aos tipos sintagmáticos para definir um começo e fim de cada "cena". Ressalto também, que os nomes dados por cada sintagma, contido no Apêndice A foram criados levando em conta a narrativa

e perspectiva pessoal e não seguiu qualquer nomeação ou divisão já feita no interior de DVDs ou Blue-Rays, etc.

Objetivos:

Conciliando a teoria de Rosenstone com a metodologia de Metz, pretendeu-se extrair do objeto *Fúria de Titãs*, possíveis respostas para como se dá a construção da escritura fílmica acerca da mitologia grega, o que se pretende com tal discurso e, uma vez que essa narrativa corrobora com a construção do conhecimento histórico (cf. RUSEN, 2001; 2006) como o historiador pode se posicionar frente a isto.

Questões essas propostas para a pesquisa de mestrado, em andamento, delimitam-se neste texto algumas tentativas ao utilizar, experimentalmente, apenas a metodologia de Metz, descrita acima. Tendo como resultado tabelas, quadros e gráficos, passando-se a analisá-los e confrontá-los, para, por fim, tecer uma breve conclusão pelo cruzamento dessas informações com a teoria do Monomito de Joseph Campbell no gráfico 2.

Resultados:

A primeira tentativa consistiu em agrupar os sintagmas a partir de sua duração: menor que um minuto, até dois, três ou quatro minutos, e o quinto grupo, composto por mais de quatro minutos. Obteve-se os dados apresentados na Tabela 1 e no Gráfico 1, apresentados a seguir:

Tabela 1: Grupos dos sintagmas por duração

Nome do Grupo	Quantidade	Duração Média	Duração Total	Média
Longos	04 cenas	Mais de 4 min (+240 seg)	27:22 1642 seg	06:50 410 seg
Maiores	06 cenas	Entre 4 e 3 min (182-222 seg)	20:17 1217 seg	03:23 203 seg
Médios	06 cenas	Entre 3 e 2 min (126-167 seg)	14:01 841 seg	02:20 140 seg
Padrões	18 cenas	Entre 1 e 2 min (66-119 seg)	28:23 1703	01:36 96 seg
Curtos	09 cenas	Menos de 1 min (56 e 13 seg)	05:03 303	00:34 34 seg
Total	43 cenas	1:35:06	95:06 5.706 seg	02:13 133 seg

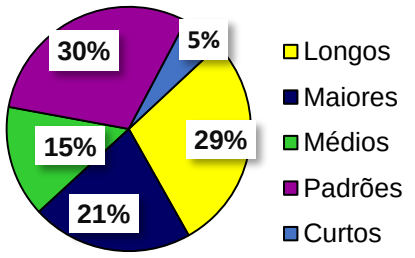


Gráfico 1: Grupos por Duração

Ao relacionar os grupos no Gráfico 1, nota-se que o filme em questão é basicamente estruturado por cenas dos grupos Longos e Padrões (totalizando 59% do filme). Já, ao conjugar a quantidade de cenas por grupos, predomina-se o tipo Padrão (justificando aqui esta nomenclatura). Destarte, o filme *Fúria de Titãs* tem seu

núcleo nos sintagmas Longos e Padrões, os quais, não apenas constroem a narrativa, mas caracteriza o tipo de filme (ação e aventura) e seu público-alvo (*Blockbuster*).

Para essa compreensão, uma nova relação foi estabelecida: os grupos anteriores estabelecidos com suas partes respectivas do enredo, resumidos no Quadro 2:

Quadro 2: Relação dos Grupos de Duração com o Enredo

Duração	Enredo
Longos	Cenas de Conflito
Maiores	Batalhas menores Cenas cujo motivos serão finalizados
Médios	Ligação de grandes motivos narrativos; Cenas para a escolha final humanidade ou a divindade
Padrões	Temas: Perseu, Grupo da Jornada, Trama e outras
Curtos	Cenas de ligação espacial ou temporal Sobre outros personagens

As quatro cenas de tamanho Longo são três de grandes conflitos em que o Herói enfrenta seus inimigos (S20[17], S35 e S40) e apenas uma cuja função é amarrar toda a narrativa: o surgimento de Hades no banquete da corte, amaldiçoar da cidade e revelação do Perseu como semideus (S9). Tais cenas são ricas em efeitos visuais, característica dos filmes de aventura e dos *Blockbusters*.

Os seis sintagmas maiores congregam dois tipos: batalhas menores (S26 e S36) e sintagmas cujo motivos se relacionam com acontecimentos do passado ou do futuro: treinamento (S17) e auxílios a serem usados no futuro (Pégaso e Espada mágica, S19) ou a declaração de guerra (S6), são momentos cuja significação se completa no futuro (quando o treinamento é posto em prática nas batalhas ou as consequências da declaração que é a trama central do filme). Ou quando é revelado o passado de Perseu (S12), são acontecimentos que já ocorreram e se ligam ao presente do filme.

Os sintagmas de tipo médios exercem uma função principal de interligar grandes acontecimentos como o S7, liga as ações humanas contra os deuses e suas consequências: o envio do monstro Kraken; o S16 onde Hades visita Acrisius e transfere poderes à ele a fim de este possa derrotar Perseu no lugar do deus dos

[17] Os números citados são correspondentes aos Sintagmas (S) descritos no Apêndice A – Tabela 2.

infernos; no S25 há uma viagem após o primeiro enfrentamento de Perseu contra Acrisius cujo destino são as Três Bruxas do Destino; assim como os outros três que ligam o lado humano (S24) ou a oferta de divindade (S27) e a jornada com a batalha final (S38).

Passando para o grupo de Sintagmas Curtos, há dois grupos, o primeiro de ligação espacial ou temporal e o segundo grupo desenvolve-se em torno de outros personagens secundários: Zeus (S10, S18), os Dijins (S22), Draco (S33), Kraken (S37). Já o primeiro grupo (quatro sintagmas) são compostos por: viagens (S15), entrada no submundo (S29), a conclusão do filme (S43) e como Perseu é encontrado por seu pai adotivo (S2), ligam temporalidades (tempo/espaço de uma longa viagem sintetizada em segundos; o tempo do *Happy End*; e Perseu de bebê para criança;) e espaços (o mundo externo e o submundo).

Por fim o maior grupo, os Sintagmas Padrões. Os principais temas tratados são: o protagonista Perseu (S3, S8, S11, S23, S32, S41 e S42), o grupo de aventureiros que acompanham o Herói (S13, S14, S28, S30 e S34) ou em relação ao enredo em geral: o prólogo que situa o filme (S1); os motivos para Perseu ser ou não temente aos deuses e de abraçar a divindade ou a humanidade (S4 e S5); a bondade de Andrômeda, futura rainha de Argos e o crescimento de uma seita religiosa responsável por acorrentar Andrômeda nas cenas finais (S21). A história da Medusa ou a revelação do plano de Hades (S31 e S39), também são intrinsicamente ligados a trama principal.

Uma segunda tentativa partiu da teoria do Monomito de Joseph Campbell. Ele, buscou criar um esquema geral das partes possíveis e encontradas na chamada *Jornada do Herói*, podendo ser um mito, um conto, uma lenda, uma obra literária ou fílmica. Tal *Jornada* é dividida em três grandes grupos: A Partida, a Iniciação e o Retorno, sintetizados no Quadro 3. Além desses, acrescentei um quarto grupo chamado Introdução: composto pelos cinco primeiros sintagmas, estes inserem o espectador na trama (S1), apresenta o herói, bebê e criança (S2 e S3) e a principal questão do filme, Perseu escolherá a Humanidade ou a Divindade (S4 e S5).

O monomito constitui, em síntese, por dois mundos: o fantástico onde o herói é tragado, e o mundo comum, anterior à aventura. Se *A Partida* ocorrem eventos para levar o herói ao seu destino, *O Retorno* é a reentrada para o mundo comum, levando

consigo as bençõe e conquistas realizadas na *Iniciação*, composto pelo caminho que transforma um ser comum em um vitorioso herói. Observe o Quadro 3:

Quadro 3: Esquema do Monomito de Campbell

1. A Partida	2. A Iniciação	3. O Retorno
1.1. O Chamado da Aventura	2.1. O Caminho de Provas	3.1. A Recusa do Retorno
1.2. A Recusa do Chamado	2.2. Auxílio de um Objeto Mágico	3.2. A Fuga Mágica
1.3. O Auxílio Sobrenatural	2.3. Casamento Místico	3.3. O Resgate com Auxílio Externo
1.4. A Passagem pelo Primeiro Limiar	2.4. Apoteoso	3.4. Passagem pelo Segundo Limiar
1.5. O Ventre da Baleia	2.5. Benção Divina	

Campbell já alertará sobre a presença não necessária de todas essas etapas, assim como a possibilidade infinita de ordenação. Discriminando apenas pelos três grupos, mais a introdução, tem-se o resultado do Gráfico 2:

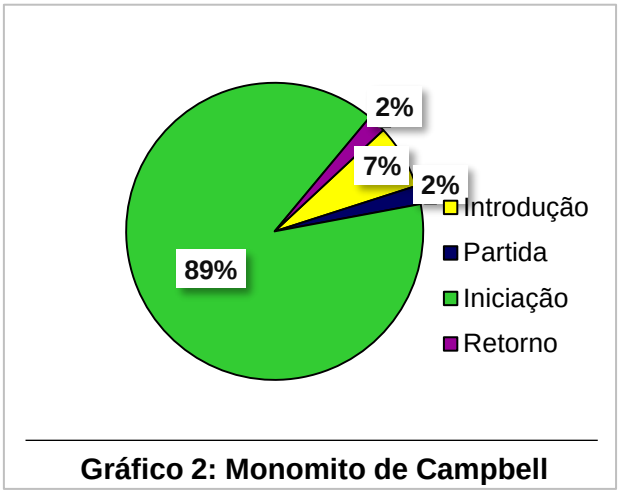


Gráfico 2: Monomito de Campbell

Considerações Finais:

Concordando com outro trabalho apresentado (NOGUEIRA, 2018) conclui-se que a metodologia da divisão sintagmática proposta por Metz é uma ferramenta eficaz no trabalho direto com o objeto fílmico, permitindo a análise segmentada e, por consequente, mais detalhada e eficaz, sem cindir o documento ao levar em consideração três pontos:

1. Permite manter características fundamentais do cinema: imagem-movimento, não apenas um quadro estático; análise conjugada de todos os elementos (som, imagem, objetos, trama, performance, etc.) em detrimento

de uma análise de alguns elementos, ignorando outros o que descaracteriza a narrativa fílmica.

2. Ao dividir em sintagmas narrativos, facilita a compreensão da estruturação da linguagem fílmica, cuja função é contar algo. Tal metodologia permite a compreensão de como se comunica.
3. Apesar de não ser um ponto de nossa pesquisa, a Grande Sintagmática ampara pesquisas que buscam compreender os elementos artísticos de um filme, as características particulares de determinados gêneros, produções, direções, etc. e, das infinitas possibilidades, as escolhas da linguagem cinematográfica em construir sua narrativa pela conexão entre um sintagma e outro com sua função, desempenho e relação a narrativa como um todo.

Porém, para o objetivo pretendido, apenas essa metodologia não permite retirar do documento as respostas para as perguntas iniciais deste texto. Compreender a especificidade da linguagem cinematográfica, assim como dominar as ferramentas necessárias para lidar com as individualidades apresentadas na fonte (ou objeto) fílmico são cruciais no desenvolvimento da pesquisa. Apesar de tornar inconclusiva a pesquisa até o momento, essa metodologia e trabalho aqui apresentado são passos fundamentais para a compreensão futura da análise discursiva da escritura histórica em *Fúria de Titãs* em sua linguagem cinematográfica.

Referências:

Abner Alexandre Nogueira é mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Campus de Assis e Bolsista CAPES.

CAMPBELL, Joseph. **A imagem Mítica**. Campinas: Papipus, 1994.

_____. **O herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.

DIAS, Rodrigo Francisco. Natalie Zemon Davis, Robert A. Rosenstone e a 'Escritura Fílmica da História'. **Revista Sapiência**: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais. UEG-MG, V.3, n.2, p.95-114, jul/dez 2014.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: editora UNICAMP, 1990.

NOGUEIRA, A. A. (Re)Leitura das Religiosidades na Tecitura Grega Clássica Através do Filme Fúria de Titãs, 2010. In: CICLO DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS..., XII, 2018, Londrina. *Anais...* Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 101-117.

PROST, Antoine. **Doze Lições Sobre a História.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ROSENSTONE, Robert A. **A História nos Filmes, os Filmes na História.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

METZ, Christian. **A Significação do Cinema**. Trad. e posfácio de Jean-Claude Bernadet. São Paulo: Perspectiva, 1972.
RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.
_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta grossa, PR, v.1, n. 2 p. 7-16: jul.-dez. 2006

Filmografia:

FÚRIA de Titãs. Direção: Louis Leterrier. Roteiro: Travis Beacham e Phill Hay. Warner Bros., 2010. (105 mim), son., color.
IMORTAIS. Direção: Tarsem Singh. Roteiro: Vlas Parlapanides e Charley Parlapanides. Relativity Media, 2011. (110mim), son., color.

APÊNDICE A – Tabela 2

Tabela 2: Relação das cenas com início, fim e duração

Nº[1]	Título	Início	Fim	Duração
S1	Prólogo do Enredo (filme)	00:00:31	00:02:13	01:42
S2	Perseu é encontrado	00:02:13	00:03:04	00:51
S3	Perseu criança	00:03:04	00:04:29	01:25
S4	1º Dilema: Gratidão ou Ingratidão aos Deuses	00:04:29	00:05:39	01:10
S5	2º Dilema: Humanidade ou Divindade	00:05:39	00:06:53	01:14
S6	Declaração de Guerra e Consequências	00:06:53	00:10:07	03:14
S7	Olímpio	00:10:07	00:12:33	02:26
S8	Chegada à Argos	00:12:33	00:14:25	01:52
S9	Hades amaldiçoa Argos e Andrômeda	00:14:25	00:20:32	06:07
S10	Zeus e Hermes	00:20:32	00:20:58	00:26
S11	Perseu é preso	00:20:58	00:22:33	01:35
S12	Passado de Perseu é revelado	00:22:33	00:26:06	03:33
S13	Preparação para a Jornada	00:26:06	00:27:56	01:50
S14	Aventureiros se unem ao grupo	00:27:56	00:29:22	01:26
S15	Viagem por desertos e montanhas	00:29:22	00:29:51	00:29
S16	Hades visita Calibos/Acrisius	00:29:51	00:31:57	02:06
S17	Viagem pela floresta – treinamento	00:31:57	00:35:04	03:07
S18	Zeus conversa com uma miniatura de Perseu	00:35:04	00:35:17	00:13
S19	Instrumento Mágico: espada e Pegasus	00:35:17	00:38:19	03:02
S20	1º Conflito: Acrisius e escorpiões gigantes	00:38:19	00:47:02	08:43
S21	Andrômeda generosa e a nova seita	00:47:02	00:48:40	01:38
S22	O povo do deserto	00:48:40	00:49:18	00:38
S23	Djiin cura Perseu	00:49:18	00:51:17	01:59
S24	Desentendimento	00:51:17	00:53:27	02:10
S25	Viagem nos Escorpiões	00:53:27	00:55:38	02:11
S26	Três Bruxas do Destino	00:55:38	00:59:20	03:42
S27	Zeus oferece a divindade à Perseu	00:59:20	01:01:41	02:21
S28	Decisão: terminar a jornada juntos	01:01:41	01:03:24	01:43
S29	Entrada no submundo	01:03:24	01:03:59	00:35
S30	Caronte	01:03:59	01:05:48	01:49
S31	História da Medusa	01:05:48	01:07:02	01:14
S32	Último treino	01:07:02	01:08:48	01:46
S33	Passado de Draco	01:08:48	01:09:44	00:56

S34	Discurso para a Batalha Decisiva	01:09:44	01:11:07	01:23
S35	Covil da Medusa	01:11:07	01:17:49	06:42
S36	Batalha contra Acrisius. Io morre	01:17:49	01:21:28	03:39
S37	Liberte o Kraken!	01:21:28	01:22:08	00:40
S38	Construindo o Clímax: paralelo: Kraken, Argos, Perseu	01:22:08	01:24:55	02:47
S39	Hades revela seu plano	01:24:55	01:26:01	01:06
S40	Batalha final: Perseu x Monstros de Hades	01:26:01	01:31:51	05:50
S41	Perseu recusa Andrômeda e a realeza	01:31:51	01:33:27	01:36
S42	Perseu e Zeus: Happy End com Io	01:33:27	01:35:22	01:55
S43	Cena Final: Pégasus	01:35:22	01:35:37	00:15
	Créditos	01:35:37	01:46:05	10:28

[1]S corresponde a Sintagma e o Nº a frente na ordem que aparece no filme, tendo S1 até S43

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A DEMOLOGIA A PARTIR DAS NOÇÕES DE PIERRE DE LANCRE NO LIVRO TABLEAU DE L'INCONSTANCE DES MAUVAIS ANGES ET DÉMONS

Alisson Guilherme Gonçalves Bella
(UEL)
Angelita Marques Visalli
(UEL)

Resumo: Em 1609 Pierre de Lancre – magistrado e conselheiro real do Reino da França – foi convocado, pelo até então rei Henri IV, a compor uma comitiva para julgar e punir os acusados de praticar a bruxaria num território francês chamado Labourd. Após os eventos ocorridos na região, Pierre de Lancre voltou a Paris e publicou, em 1612, a primeira edição de escritos sobre suas experiências judiciais de inquisição. Intitulado *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons ou il amplement traité dês sorciers et de la sorcellerie*, o livro narra os acontecimentos ocorridos em Labourd, mas também o entendimento do juiz a respeito da demonologia. No próprio título percebemos a palavra inconstância, ou seja, o não constante, o que foge a ordem ou ao que é considerado normal. A perspectiva teórica do autor sobre quem são os demônios parte desta ideia de inconstância. Para Lancre, o demônio foge a ordem divina e, por isso, opera sempre no inconstante. Neste sentido, propomos entender de que forma Pierre de Lancre teorizou quem são estes demônios e como a ideia de inconstância tornou sua teoria demonológica singular ao utilizar inúmeros exemplos sobre quem são os demônios e como estes se apresentam aos homens. Assim sendo, os textos de Carlo Ginzburg nos dão suporte historiográfico para tal discussão, mas também aporte metodológico, já que a noção de paradigma indiciário se faz interessante para a análise da fonte.

Palavras-chave: Pierre de Lancre; demônios; inconstância.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

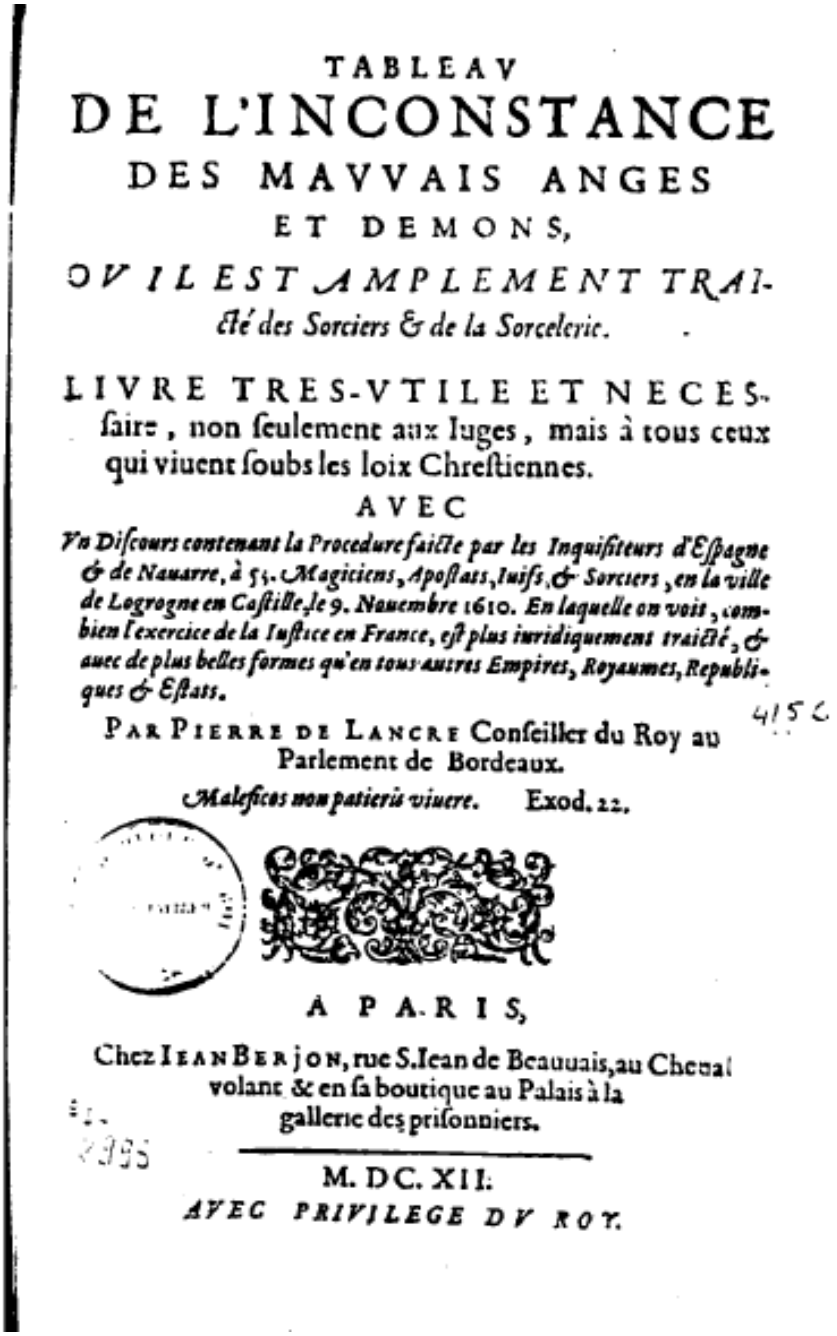
Introdução

A figura do demônio no imaginário cristão já foi entendida de vários modos. Em estudo sobre o diabo ao longo da História do cristianismo, Carlos Nogueira (2002) explica que isto ocorreu porque o demônio é visto enquanto diferente ao que é entendido ser o normal nas sociedades judaico-cristãs. Desde a Idade Antiga o povo hebreu compreendeu que os deuses de outros povos eram falsos deuses e, portanto, demônios. É deste modo que Lúcifer, Lilith ou Azazel entram no cenário do imaginário cristão e permanecem até hoje numa trajetória de longa duração.

O livro de Pierre de Lancre se insere nesta perspectiva imaginária ao propor um estudo sobre os demônios em seu livro *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons*. Publicado em 1612, o livro traz discursos que versam sobre vários temas. O livro é resultado dos eventos ocorridos em 1609 na região de *Labourd*, região situada atualmente no sul da França, banhada pelo oceano atlântico e faz divisa com a Espanha.

No ano de 1609, o rei Henri IV recebeu a denúncia de uma proliferação de bruxas em *Labourd.* De acordo com Véronique Duché-Gavet (2012), a denúncia foi feita por parte dos senhores de *Amou* e *Urtubie* e se tratava de práticas culturais populares entendidas como bruxaria e demonolatria, ou seja, adoração ao diabo. Desta acusação, o rei enviou dois conselheiros (o diplomata Jean d'Espagnet e Pierre de Lancre) a *Labourd* para compor uma comitiva a fim de verificar e punir os considerados culpados. Esta comitiva presidida por Jean d'Espagnet e Pierre de Lancre visitou entre 24 e 27 paróquias e estima-se que houveram cerca de 60 a 80 execuções e 400 testemunhos.

Após estes eventos ocorridos, Pierre de Lancre retornou a Paris e publicou o *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons.* Na capa do livro (Imagem 1) encontramos uma informação importante: o livro é útil a juízes e a todos que vivem as leis cristãs. Neste sentido, apesar de ser endereçado primeiramente e principalmente a juízes, os textos são voltados também aos cristãos de modo geral. Partindo deste princípio, o livro é organizado em discursos que apresentam os aspectos da bruxaria, quem são os demônios e como eles interagem com as pessoas.



TABLEAV
DE L'INCONSTANCE
DES MAVVAIS ANGES
ET DEMONS,
OV IL EST AMPLEMENT TRAI-
ctè des Sorciers & de la Sorcelerie.

LIVRE TRES-VTILE ET NECES-
saire, non ſeulement aux Iuges, mais à tous ceux
qui viuent ſoubs les loix Chreſtiennes.

AVEC

Vn Diſcours contenant la Procedure faicte par les Inquiſiteurs d'Eſpagne & de Nauarre, à 51. Magiciens, Apoſtats, Iuifs, & Sorciers, en la ville de Logrogne en Caſtille, le 9. Nouembre 1610. En laquelle on voit, combien l'exercice de la Iuſtice en France, eſt plus iuridiquement traicté, & auec de plus belles formes qu'en tous autres Empires, Royaumes, Republiques & Eſtats.

PAR PIERRE DE LANCRE Conſeiller du Roy au Parlement de Bordeaux.

Maleficos non patieris viuere. Exod. 22.

A PARIS,

Chez IEAN BERJON, rue S. Iean de Beauuais, au Cheual volant & en ſa boutique au Palais à la gallerie des priſonniers.

M. DC. XII.
AVEC PRIVILEGE DV ROY.

Imagem 1 - LANCRE, Pierre de. Capa do livro *Tableau de l'inconstance dês mauvais anges ET demons.* 1612. Impresso.

Nas próximas páginas analisaremos um dos discursos publicados por Pierre de Lancre: *De l'inconstance de Démons*. Neste discurso, o autor utiliza diversos exemplos para explicar seu próprio entendimento de quem é o demônio e quais são suas bases teóricas para propor o demônio enquanto um ser inconstante, ou que foge a ordem cristã. O princípio da inconstância é a chave para a compreensão da teoria de Pierre de Lancre e, deste modo, iniciaremos nossa análise a partir disso. Logo após

isto, explicarmos a inconstância e o entendimento do autor sobre a entrada do diabo em *Labourd* através da própria inconstância da natureza da região, apresentaremos alguns exemplos utilizados por Pierre de Lancre para explicar quem é o diabo, seus demônios e maus anjos dentro da perspectiva cristã.

Para tanto, a perspectiva teórico metodológica de Carlo Ginzburg se faz interessante para esta análise. Em seus trabalhos a respeito da bruxaria em regiões do norte da atual Itália, o autor explicou que o trabalho do inquisidor era buscar, nas mais diversas práticas culturais, a adoração satânica através do sabá. Partindo deste tipo de investigação, nosso intuito é perceber como Pierre de Lancre fez alusão a natureza ou a certas práticas culturais para identificar os demônios. Assim, identificaremos quem são os demônios de Pierre de Lancre e como o autor os apresentou em seu livro.

Pierre de Lancre e a inconstância dos demônios

Antes de explorarmos a questão da inconstância é importante destacar a formação de Pierre de Lancre. Como muitos magistrados e inquisidores do início da modernidade, o juiz estudou direito e teologia. Seus estudos ocorreram em cidades italianas, onde recebeu o título de doutor em direito aos 26 anos. Ao voltar para a França, Pierre de Lancre se tornou conselheiro real de Henri IV (Véronique Duché-Gavet, 2012).

Diante desta formação jurídico-teológica, o juiz escreveu o *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons* sobre bases jurídicas mas, ao mesmo tempo, sobre o ponto de vista da moral cristã. Neste sentido, o diferente se tornou essencial para compreendermos os pensamentos do autor. O que era considerado anormal fugia a ordem divina e, portanto, não era cristão. A partir desta lógica, tudo o que não é cristão é pecaminoso e criminal para o reino da França, o qual Pierre de Lancre servia.

A região de *Labourd* foi vista pelo magistrado como inconstante. Faz parte dos argumentos do autor as especificidades da região. Por se tratar de uma região litorânea, Labourd teria sido abandonada por seus homens que decidiam se aventurar no mar. Segundo o magistrado, as mulheres, crianças e idosos ficavam a mercê do diabo. O mar produziu um habitat inconstante e perigoso, onde as mulheres, sozinhas,

se entregavam ao diabo, já que seus maridos estavam se aventurando no mar. (Véronique Duché-Gavet, 2012).

A região, portanto, era inclinada às tentações que o diabo poderia provocar justamente por ter natureza inconstante. Desta maneira, Pierre de Lancre encontrou em *Labourd* bruxas e idolatras. A esta questão o autor afirma que, ao longo do cristianismo, o diabo foi entrando em cena através dos idolatras que adoravam a falsos deuses. Em seu tempo, Pierre de Lancre vê nas bruxas a continuação da adoração ao diabo. Neste trecho podemos observar os pensamentos do autor com relação a isto:

> Não obstante, nossos feiticeiros detinham a maioria desses demônios como seus deuses, o que introduziu tantos falsos deuses no mundo; (...) Assim Satanás era anteriormente adorado imediatamente pela idolatria pobre e ignorante, e agora ele continua por seus magos e bruxas que estão sempre acompanhados por seus maus anjos (...) (LANCRE, 1612, p. 67-68. **Tradução nossa.**)

A partir desta citação podemos concluir que quem dá acesso à entrada dos demônios no mundo seriam as bruxas. Cada demônio que entra no mundo tem uma função que, na perspectiva de Pierre de Lancre, cria problemas e desordena o mundo. Partindo deste princípio, o autor cita *A divina comédia* de Dante Alighieri como referência para explicar a desordem que é a consequência da entrada dos demônios. Podemos observar na Tabela 1 que cada demônio possui uma função especial:

Tabela 1 – O comportamento dos demônios

	Comportamento	Demônios
1º	Falsos deuses	Beelzebud
2˚	Falsos profetas	Python
3˚	Ira e iniquidade	Belial
4˚	Criminosos	Asmodee
5˚	Enganadores e bruxas	Satan
6˚	Os ares e as tempestades	Meresin
7˚	As guerras	Abbadon
8˚	Acusadores	Astharoth
9˚	Tentadores	Maimon

Fonte: Produzidos pelos próprios autores

Esta ideia de que cada demônio possui uma função é entendido por Pierre de Lancre como uma teatralidade. Para o autor, o demônio é um ator com vários personagens e o mundo um palco teatral. Podemos observar isto neste trecho:

> O mundo é um teatro onde o diabo interpreta uma infinidade de personagens diversos e diferentes. É neste globo que se identifica esta besta sangrenta que voltará sempre em busca do que ela pode preencher neste inferno (...). (LANCRE, 1612, p. 60. Tradução nossa)

Este princípio da teatralidade nas ações do demônio aparece na narrativa do autor através de exemplos práticos. Podemos citar a viagem de Padre del Rio comentada por Pierre de Lancre. Segundo a descrição, del Rio teria encontrado num vilarejo uma mulher grávida de um demônio. Durante as noites da gravidez esta mulher gritava palavras como: instável, tolo e inconstante. O autor ainda menciona que a gordura adquirida pela grávida durante a gestação faz referência a inconstância.

O colorido também é pensado por Pierre de Lancre como parte do universo dos demônios. A isto, o autor cita dois exemplos: um viajante que vai até o Japão e vê “rodas coloridas”. De Lancre Argumenta que o Japão está cheio de demônios e este colorido é manifestação do demônio. Aliado a este exemplo, o autor argumenta que os lobisomens têm pelos de quatro tonalidades de cor. Já que os lobisomens são criaturas do mal, as cores revelam o demoníaco.

O último exemplo significativo e que demonstra a tese da inconstância dos demônios é a natureza. Conforme mencionado na Tabela 1 Meresin é considerado por Dante, e citado por Pierre de Lancre, como o demônio dos ares e das tempestades. Esta citação é substancial, já que a região de *Labourd* é banhada pelo oceano. Além da presença de Meresin, encontramos citações do magistrado a respeito da natureza.

O autor comenta uma menção bíblica. Apesar de não citar qual texto se refere, de Lancre comenta a analogia que Jesus teria feito ao relâmpago. Provavelmente trata-se do capítulo 20 do evangelho de Lucas, versículo 18 que diz: “Ao que Jesus lhes revelou: ‘Eu vi Satanás caindo do céu como relâmpago’.”. Através da analogia exposta pelo evangelista o magistrado argumenta que o relâmpago é inconstante e faz parte das ações demoníacas.

O autor faz referência também a pensadores da antiguidade, com destaque a Plínio e a Teofrasto. Ambos os pensadores falaram de uma pedra que se movia de

lugar. Segundo Pierre de Lancre, Plínio teria dito que este tipo de pedra se movia mesmo amarrada. Teofrasto também teria comentado sobre a pedra que fugia. Estas referências são entendidas pelo magistrado como produtos da inconstância do diabo na natureza.

Considerações Finais

Partindo da perspectiva metodológica de Carlo Ginzburg, buscamos neste texto compreender como Pierre de Lancre apresentou sua tese sobre a inconstância dos demônios. Para Ginzburg, a tarefa do inquisidor era buscar as práticas demoníacas nas práticas culturais. Ao lermos o *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons* notamos que Pierre de Lancre fez a mesma coisa a partir de exemplos do imaginário cristão.

Para tanto, o autor citou exemplos bíblicos, bem como pensadores da antiguidade para provar sua tese. Outros exemplos aparecem, como a relação dos demônios de Dante Alighieri ou os relatos dos viajantes que percebiam as formas do diabo em práticas culturais. Neste sentido, o autor prova sua tese da inconstância. Onde existe a desordem há também o demônio, desde as guerras até as "rodas coloridas" encontradas pelo viajante Acosta no Japão.

Por fim, ressaltamos a importância desta análise para a compreensão de uma teoria singular. Os exemplos utilizados para provar as ideias de Pierre de Lancre se apresentam de forma importante para a entendermos as concepções do autor. Nestes exemplos, tudo o que se diferencia é do diabo. Portanto, o que foge ao considerado normal, partindo da moralidade cristã, foi considerado pelo autor inconstante e, por conseguinte, passível de punição.

Referências

DUCHÉ-GAVET, Véronique**.** Les sorcières de Pierre de Lancre. **Revista Internacional de los Estudios Vascos**. v 9, 2012. pp. 140-156.

GINZBURG, Carlo. **Os andarilhos do bem**: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LANCRE, Pierre de. **Tableau de l'inconstance des mauvais anges et demons, ou il est amplement traicté des sorciers, et de la sorcellerie**. 1612. Acesso em: 18/12/2018. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k84827t>

NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **O Diabo no Imaginário Cristão**. Bauru: EDUSC, 2002.

NOVOS HORIZONTES – UMA ANÁLISE SOBRE OS FLUXOS MIGRATÓRIOS EM GUARACI, JAGUAPITÃ E CENTENÁRIO DO SUL (PR).

Gustavo do Nascimento Silva

Universidade Estadual de Londrina

Resumo: Neste artigo buscaremos discorrer sobre os aspectos relacionados à memória dos migrantes das regiões que atualmente compreendem as cidades de Guaraci, Jaguapitã e Centenário do Sul, no norte Paranaense. Constituídas entre as décadas de 1940 e 1960, estas cidades tiveram suas origens ligadas aos fluxos migratórios impulsionados pela expansão cafeeira no estado. Utilizando análises teóricas construídas anteriormente por acadêmicos que trataram a questão migratória na região, traremos ao plano central os frutos de meu Trabalho de Conclusão de Curso, que auxiliado pelas ferramentas da História Oral desenvolve-se com munícipes que vivenciaram as migrações, bem como o desenvolvimento das localidades supracitadas. Buscaremos observar como os indivíduos lidaram com o novo espaço, imprimindo suas marcas culturais, além de analisar a maneira que essas pessoas, carregadas de sonhos e crenças, passaram a se enxergar nesta nova espacialidade, formando uma identidade local. Por fim, discorreremos sobre as expectativas construídas por estes migrantes no período anterior à chegada nas novas localidades, pontuando o cenário pós-estabelecimento, analisando ainda como estes moldaram os alicerces dos municípios em questão.

Palavras-chave: Guaraci; Jaguapitã; Centenário do Sul; Memória; Fluxos Migratórios.

INTRODUÇÃO

As lutas diárias sempre foram o chão para muitos brasileiros. Seja na cidade ou no campo, o ser humano necessita de uma função para dar sentido à sua existência. Em meados do século XX, a necessidade por um trabalho, tal qual hoje, para muitas pessoas, era a garantia de sobrevivência e trazia esperança. Em um Brasil alimentado por diversas mudanças, espaciais e sociais, houve o incentivo governamental para a uma ocupação de regiões anteriormente ocupadas por indígenas ou posseiros. A “marcha para o oeste” promovida pelo governo de Vargas e principalmente a expansão cafeeira influenciou a criação de novos núcleos que posteriormente se tornariam novos municípios. De acordo com Mondardo

> de 1940 a 1970, ocorreu a expansão acelerada da fronteira agrícola estadual, que atraiu milhares de trabalhadores e seus familiares de outras partes do país, acarretando, simultaneamente, a ocupação e apropriação extensivas e intensivas da região. Ao final desse período, a população paranaense havia mais do que quintuplicado de tamanho, assumindo uma nova distribuição espacial. (2011, p. 103-104)

Dentre esses, buscamos iluminar os acontecimentos que relacionaram três localidades, no norte paranaense, onde fluxos migratórios deram corpo para a formação das cidades de Guaraci, Jaguapitã e Centenário do Sul. O interesse em pesquisá-las surgiu da necessidade de preencher uma lacuna deixada por produções historiográficas anteriores, que versaram somente sobre os municípios de maior influência econômica no período em questão, marginalizando as demais localidades, deixando-as para notas de rodapé ou pequenos trechos e passagens. Desta forma, este artigo tem por intuito trazer elementos que estão presentes em minha monografia de conclusão de curso, buscando explanar alguns aspectos que consideramos relevantes e que são resultados de um trabalho que união a revisão historiográfica sobre a temática migratória no norte paranaense, bem como dados obtidos por meio dos recursos fornecidos pela História Oral, que transparecem a visão de alguns migrantes que ainda vivem nas localidades elencadas. É importante que compreendamos o período histórico que é vivenciado por estes indivíduos e para tanto

realizamos o recorte temporal entre 1945 e 1960, evidenciando a criação dos municípios e estabelecimento dos primeiros grupos migratórios na região.

Dessa forma, analisaremos como estes indivíduos passaram por tal período, ressignificando o território, criando memórias e promovendo novos elementos culturais e sociais ligados à terra. Justifico tal iniciativa devido ao fato de que muito se sabe a respeito das mudanças ocorridas no norte do Paraná, porém elas se restringem, na maioria das produções bibliográficas, aos grandes centros, como Londrina, Maringá, Cornélio Procópio. A ausência de um material com maior profundidade histórica leva à colégios ou instituições públicas a recorrer a fontes de caráter duvidoso, ou de forma rasa. Tal pesquisa vem trazer, mesmo que com um espaço delimitado, uma forma de análise com maior teor representativo, sendo seu conteúdo originário dos próprios moradores, daqueles que possuem propriedade para contribuir na busca por um conteúdo de qualidade. Muitos munícipes não conhecem seus fundadores e como constituiu-se a trajetória do local, deixando ao esquecimento tais informações, quando estas não são trabalhadas.

OBJETIVOS

Tive como objetivo geral analisar os fluxos migratórios realizados entre 1945 e 1960 rumo às cidades de Guaraci, Jaguapitã e Centenário do Sul, buscando compreender como se deu a vinda destes e como tal modificou estes espaços. Defini como objetivos específicos à busca por elementos relacionados ao discurso de promoção para a vinda dos migrantes para a região analisada, buscando as formas como o território era anunciado, as práticas e táticas utilizadas, além de como esse movimento impactou as famílias. Por meio das formas de análise estabelecidas pela historiografia existente, tendo como base as obras supracitadas, irei relacionar tais questões narradas pelos entrevistados com o que existe de pesquisas produzidas anteriormente, no intuito de embasar os acontecimentos. Além disso, analisei como tais migrantes passaram a compreender suas vidas após a chegada no território analisado, buscando as formas como os moradores passaram a visualizar o local, como transformaram a paisagem, como lidaram com a nova realidade, procurando relacionar tais questões à memória construída por tais indivíduos, buscando

compreender como esse processo impactou o território, a produção cafeeira e a formação dos municípios.

RESULTADOS

O processo migratório aqui analisado dá-se em um período muito específico, posto sua ligação ao momento de auge da produção de café no estado do Paraná. Símbolo de riqueza, o chamado “ouro verde” foi fonte de renda para diversos produtores rurais, impulsionando o desenvolvimento de cidades, possibilitando a modernização da agricultura e da infraestrutura em determinadas áreas paranaenses. Para que possamos compreender esta relação anteriormente elencada é necessário que contextualizemos o período, tendo como foco a trajetória do café na região Norte do Paraná. Para tanto, as concepções do estudo organizado por Priori et. al. irão nos direcionar. Vemos que

> No fim do século XIX e no início do século XX a extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná. Com o aumento excessivo da produção e da oferta, em 1902 o Estado de São Paulo adotou políticas de restrição da produção do café, proibindo o seu plantio por um período de cinco anos. Em função desse problema os fazendeiros paulistas optaram em procurar terras no Norte do Paraná, impulsionando a expansão cafeeira no Estado. (2012, p. 95)

Atraídos pelas terras de bom cultivo e a possibilidade de aumentar sua rentabilidade, os fazendeiros paulistas promoveram um grande investimento na área. Contando com incentivos públicos do Governo Estadual e a possibilidade de pagamentos facilitados muitos colonos se interessaram pelo território e vieram para a região.[18] O cultivo do café se desenvolveu de forma parcial no estado, dividindo-se em períodos. Podemos observar as aferições na obra de Priori at. al., que tem como base os estudos de Cancian, a qual

> enfatiza dois momentos (entre os anos de 1906 a 1929 e 1945 e 1960) de utilização máxima da terra em prol da produção cafeeira em uma conjuntura de preços favoráveis que estimulou novas formas de exploração da terra em nome do abastecimento do mercado e, como

[18] Para mais informações ou aprofundamento desta questão, ver PRIORI, Angelo, et. al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012, p. 94

> consequência, da inclusão do Paraná no cenário da economia nacional. (PRIORI at. al., 2012, p. 95)

A região analisada teve seu desenvolvimento iniciado na década de 1945, ou seja, a segunda metade elencada pela autora. A Segunda Guerra Mundial havia acabado, e a economia se estabilizava, crescendo novamente a demanda pela produção de café. Segundo Piori at. al. "[...] O início da segunda metade do século XX presenciou a estabilidade do mercado cafeeiro, com isso, novos plantios foram incentivados e a retomada da produção foi alavancada. [...]" (1997, p. 101). Neste cenário a procura por terras ainda virgens e com boa fertilidade aumentou, atraindo assim pessoas de dentro e de fora do país, em busca de melhores condições de vida, trabalho ou com o intuito de investir em terras no Estado.

Neste sentido, o crescimento da produção do café mostrou-se intenso dentre as décadas de 1950 e 1960. Da pequena à grande propriedade, seu plantio se deu em larga escala, não aumentando ainda mais por riscos em plantios em relevos não propícios a tal, como os vales. O Norte Novo apresentava-se como uma floresta de cafezais, aproveitando todos os tipos de solo disponíveis.[19] Aproveitando cenário favorável, os preços do café encontraram bons patamares, sendo cultivados em primeiro plano, inclusive como monocultura em determinadas localidades. De acordo com Rosaneli (2009) este cenário alterou-se apenas por volta de 1960 quando outras culturas começaram a ser introduzidas, visto os incentivos do Governo para tal, ou por condições climáticas ou ainda pelas necessidades internacionais.

Podemos, portanto, aferir que os fluxos migratórios presentes nesses territórios geraram modificações profundas no corpo do Estado paranaense. Tendo, pois, analisado as formas de ocorrência dessa movimentação, faz necessário compreender a composição desse contingente de indivíduos, bem como os imaginários construídos, que levaram a este movimento populacional. Tratando especificamente do Paraná, Swain nos mostra que

> Os migrantes nacionais se sucedem aos imigrantes europeus no processo de ocupação do território, da expansão da pequena

[19] Cf. CANCIAN, Nadir Apparecida. **Cafeicultura paranaense** (1900-1970). Curitiba: Grafipar, 1981. (p.111)

> propriedade, zona de atração para os migrantes do Estado de São Paulo, Minas Gerais e todo o Nordeste. (1988, p. 21)

Locais assolados pela pobreza, seca ou superlotados, não oferecendo oportunidades mais consistentes, levaram tais migrantes rumo ao território norte paranaense. É interessante notar que tal processo possuiu diversos fatores de incentivo para a migração. Ressalto: os incentivos do governo e a propaganda realizada pelos que aqui se encontravam, criando o imaginário construído acerca de um “Eldorado” nas terras de promissão.

As influências do governo federal foram no âmbito político e econômico, buscando com o remanejamento dessa população evitar o surgimento de bolsões de pobreza e o desenvolvimento de conflitos sociais. Dessa forma, o governo colocaria mão-de-obra nos locais necessitados, promovendo o desenvolvimento agrário, aumentando dessa forma a arrecadação de impostos, tendo um controle maior sobre sua população.

A vinda dos migrantes foi o primeiro assunto abordado em minha pesquisa pesquisa. Trata-se do ponto primordial para compreender o espaço criado posteriormente por estas pessoas. O Brasil do século XX, com sua política expansionista promovida por Vargas teve no Paraná, como apontado anteriormente, um destino comum para indivíduos que buscavam novas oportunidades. Esse foi o caso de Antônio e Orlanda, que saíram sua terra natal, atraídos pelas oportunidades na formação de cafezais na região analisada. Antônio, sozinho, veio de Bom Conselho, Pernambuco, em 1953 e Orlanda, acompanhando a família, veio de Espirito Santo do Turvo, São Paulo em 1950. Segundo Antônio “[...] o dinheiro que ganhava era pouco [...], no Nordeste era difícil [...]” (SILVA, A., 2018). Orlanda julga que em sua cidade natal “[...] era difícil, [...] lá não tava dando pra viver [...]” (SILVA, O., 2018). Ao chegarem à região, no ambiente rural encontraram um território sem grande produtividade. De acordo com Antônio “[...] tinha já começo de plantação de arroz, feijão, milho [...]” (SILVA, A., 2018), no entanto a formação dos primeiros cafezais iria ocorrer com eles. Já Rita era natural de Catolé do Rocha, Paraíba, e junto com seu esposo veio para a cidade de Jaguapitã em 1950, mudando-se para Guaraci em 1951. De acordo com a entrevistada,

> Manoel queria vir para São Paulo, que ele já tinha família lá em Martinópolis [...] mais aí quando ele chegou em Martinópolis ele ficou meio assim (pausa). Aí como tinha esse conhecido dele aqui em Jaguapitã e era muito amigo dele lá na Paraíba, começou 'vem pra cá, Manoelzinho, aqui é bacana, o Paraná é muito bom. Aí ele resolveu [...] e viemo pra Jaguapitã. (LIMA, 2018)

Portanto, podemos perceber o contraste entre os entrevistados, em especial entre o ambiente urbano e o meio rural. Há a interferência, mesmo que "subliminar" da propaganda do governo varguista, onde a necessidade de ir para o sul do país, em especial o Paraná, traria a solução dos problemas. Os relatos de conhecidos influenciaram todos os casos, pois a confiança existente permitia que investimentos fossem feitos. Tal questão justifica a escolha de tais localidades, em contrapartida à Londrina, por exemplo, pois as pessoas de confiança que realizaram as indicações já possuíam conhecimento da saturação da região londrinense ou não a conheciam muito bem para indicá-la.

Conforme nos mostra Ivano, a respeito dos parâmetros de construção da sociedade paranaense,

> Em 1953, o Paraná dos paranaenses era o lugar onde as grandes expectativas sobre a modernidade sócio-cultural do país se realizavam. Era uma sociedade de valores telúricos, extraídos à terra [...], mas também sociedade urbana, comercial, atada por estradas e pelo individualismo sadio. (2000, p. 117)

Ao analisarmos as relações de trabalho, vemos o emprego da mão-de-obra familiar utilizado em alta escala. Tanto no campo, quanto na cidade, as famílias vinham para as localidades com a certeza de que queriam trabalhar e força de trabalho viria dos filhos, irmãos e parentes próximos. Segundo Antônio[20], "quem podia ajudar nas coisas era favorável" (SILVA, A., 2018). Orlanda nos mostra como era traçada a vida dos que aqui chegavam na juventude. De acordo com a entrevistada, "o trabalho nosso era trabalhar na roça de enxada. Nós viemo aqui em sete irmão e meu padrasto

[20] As inserções de Antônio no diálogo são curtas, e às vezes incompreensíveis, em decorrência de sua dificuldade na fala, ocasionada pelo AVC. Contudo, acreditei que esses pequenos elementos, e os sinais de concordância durante a entrevista, em assuntos discutidos previamente, contando com um tempo maior e um momento favorável para a fala do entrevistado - que pode variar ao logo do dia por diversos fatores - foram extremamente satisfatórios, ao serem ligados aos relatos de sua esposa, que passou por todos os momentos ao seu lado.

e minha mãe, e aí a gente trabalhemos seis anos assim e foi o tempo em que eu conheci o Antônio e nóis casemo" (SILVA, O., 2018). A família dedicou-se ao plantio de "[...] café e algodão [...]" (SILVA, A., 2018), conforme nos relata Antônio. Já Rita Vieria juntamente com seu esposo, construíram o "Foto São Sebastião", fixo em Guaraci. Junto ao seu esposo ela "trabalhava em fotografia, ajudava muito ele. Era eu quem arrumava as noivas, menino em primeira comunhão" (LIMA, 2018).

As condições das moradias eram simples na época, porém para os padrões de vida dos entrevistados, eram consideradas adequadas. No campo, as casas de madeira, sem energia elétrica, abrigavam os sitiantes das mais varias intempéries climáticas. Da mesma forma, no ambiente urbano, a construção era simples, porém adequada. Em um amplo desenvolvimento havia a necessidade de utilização de fontes de energia para as atividades domésticas e para o trabalho. No entanto, como a maior parte dos pequenos municípios ainda estava em desenvolvimento, no campo, bem como na cidade, a energia era ligada em poucos momentos do dia, apenas para as maiores necessidades, e, portanto, a iluminação "era lampião a gás" (LIMA, 2018), conforme nos mostra Orlanda. Tal necessidade demandava da adaptação à situação, influenciando na arquitetura para as residências. De acordo com Rita, para aproveitar a luz solar durante o dia, seu esposo alterou a estrutura da residência da família,

> Ele fez um telhado daquelas telhas fosca, pra clarear, pra tirar fotografia, e tirava com aquelas lâmpadas que acendia e logo queimava [...] é flash né? [...] e de noite ele pegava [...] cumulador (sic) de carro pra poder clarear no quarto escuro [...] pra poder copiar fotografia. (LIMA, 2018)

Rita relata que também utilizavam lampiões e lamparinas, assim como outras famílias nas cidades em questão, mas a energia elétrica "[...] logo chegou, só que só chegava até 10 hora da noite. Depois começava das 6 e pouco e 10 hora da noite já não tinha mais luz, acabou" (LIMA, 2018). Segundo Antônio, até o rádio, ligado apenas para escutar o programa "A voz do Brasil", era alimentado com baterias, que eram preservadas ao máximo. A eletricidade, segundo os entrevistados, era utilizada com maior frequência e intensidade para as atividades de trabalho, em seus primórdios, popularizando-se, e consequentemente, tem seu preço reduzido, com o passar do

tempo. Tal benesse, mesmo que de maneira reduzida, marcava a evolução das localidades.

É interessante notar que ambos os entrevistados demonstram que o mundo rural e o urbano eram separados em seus maiores detalhes, ligando-se por situações ímpares. De acordo com Rita Vieira não foi o café que atraiu ela e o esposo para a localidade, mas sim a esperança de construir um negócio para a família na cidade, como podemos perceber em seu relato anterior, onde descreve sua movimentação, como o marido, entre os municípios. Tal qual, observamos o caso de Antônio e Orlanda, que se direcionaram, em um primeiro momento, para o campo. Segundo Orlanda as necessidades do campo eram supridas na própria localidade e em seu relato, esta nos conta que a família “vinha na cidade de vez em quando. [...] (SILVA, O., 2018), e expõe seus motivos para deslocamento: “Eu mesmo era muito difícil vim na cidade. Vinha faze uma comprinha de roupa [...], vinha se fosse pra trazer um menino no médico, era o porquê vinha na cidade, se não ficava lá no sítio” (SILVA, O., 2018). Os dois confirmam que para além das necessidades identificadas pela esposa, as demais situações eram sanadas no meio rural. Antônio, inclusive, era tido como chefe de família, entre os parentes, e resolvia as situações mais complicas, inclusive em casos de necessidades médicas, prestando primeiros socorros e aplicando injeções para as mais variadas enfermidades, quando a situação apresentava riscos.

Por fim, dentre estas características de elementos constitutivos do espaço de vivencia dos migrantes, ressaltamos que ambos estes “mundos” se uniam por influência das festividades religiosas, em especial a Festa de São Sebastião, comemorada na semana que antecede seu dia, 20 de janeiro. O casal relata que havia terços, alguns inclusive, conduzidos por Antônio, que era ministro da eucaristia, à época. Já Rita é mais descritiva, e relata com maior propriedade, sobre esse processo. Em suas palavras, “[...] as festa de São Sebastião era um sucesso! [...]” (LIMA, 2018). Com a população em sua maioria integrando a Igreja Católica, contando apenas com uma Igreja Evangélica – Presbiteriana do Brasil – o município de Guaraci concentrava a festa elencada e contribuía para a integração entre o campo e a cidade. Segundo Rita,

> A festa de São Sebastião era um mês de festa. Toda semana tinha uma família que tomava conta. Vinha muita gente de fora, tinha leilão

> de prenda, de tudo. [...] Era divertimento, gente de todo lado. “[...] Tinha 3 missas [...] no mês de maio, junho, mês do Sagrado Coração, Corpus Chriti, [...] também era um encanto. [...] O pessoal tinha fervor mesmo. (LIMA, 2018)

Dessa forma, podemos perceber o quão importante eram os momentos de festividade, pois integravam ambos os “mundos”, anteriormente elencados, em uma única celebração, e ao menos em alguns dias a região das três cidades, bem como outras limítrofes, uniam-se em torno de uma só, em sintonia e devoção. Analisemos, por fim, o que todos estes elementos se relacionam com a questão identitária destes indivíduos analisados, e como isso interfere na construção e composição dos municípios.

Nos migrantes analisados, percebemos claramente questões relacionadas ao trabalho e constituição de elementos de pertencimento, pois sempre se referem com valor ao ambiente onde construíram sua vida. Vejamos, por exemplo, o caso da família de Orlanda e Antônio. Segundo a esposa,

> [...] O pai dele vendeu o sitio e veio pra cá. Vendeu porque não podia tocar mais, a geada tinha queimado tudo. Ele vendeu tudo e resolveu vim embora. Nois fiquemo lá uns cinco anos ainda, dai (Antônio) resolveu vender e viemo pra cá (cidade de Guaraci)” (SILVA, O., 2018).

Este discurso demonstra um nível de saudosismo com a propriedade rural, pois observa-se que a situação só piorou, na opinião dos entrevistados, devido à grande geada que matou a maioria dos pés de café em 1970. O declínio anunciado que precedeu o fim do café não é sequer mencionado por estes indivíduos, o que levanta dúvidas que percorrem nossas mentes, por não entendermos como um fato altamente importante é marginalizado e tem seu papel esmaecido. Podemos observar que o enriquecimento (ou a falta dele) não foi o elemento que manteve as primeiras famílias na região[21]. Orlanda pondera que o sentimento em relação à sua vida no campo era de “Uma melhora de vida. [...] Porque tudo que nóis tem é daqui, né” (SILVA, O.,

[21] Fato que é comprovado, por exemplo, com a permanência de Luiz Costa, um dos pioneiros elencados anteriormente, na localidade, em uma de suas últimas aquisições territoriais, entre Guaraci e Centenário do Sul, chegando a completar, antes de seu falecimento, 100 anos, estando lúcido, dirigindo veículos e lidando com as atividades rurais.

2018). Seu esposo demonstra suas percepções sobre todo o período de vida no campo ao dizer: “A gente sabe o quanto lutou, [...] o suor [...] com sentimentos de dias melhores” (SILVA, A., 2018). Mesmo com a falta de resultados promissores na família, todos tinham orgulho de viver naquela localidade. De acordo com Tuan (2013), “[...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. [...]” (p. 03). Amparados nesta colocação podemos compreender que o principal para estes migrantes era a possibilidade de um novo recomeço, e ao oferecer isso, a região tornou-se bem-quista pela comunidade. A senhora Rita considera que seu dever foi cumprido e que a cidade de Guaraci se tornou seu lar para toda a vida. Em suas palavras:

> Tô com 83 anos. [...] Eu me sinto uma pessoa realizada, porque eu, graças a Deus tinha muita saúde. [..] eu enfrentava tudo. Graças a Deus criei meus filhos. [...] e me sinto realizada, com orgulho de ser guaraciense, porque minha vida começou aqui. (LIMA, 2018)

Como podemos observar, tal qual os relatos anteriores, a afirmação acima comprova que a criação de memórias afetivas, relacionadas à criação dos filhos, ao sucesso profissional – ou o simples fato de ter um emprego que pudesse garantir a subsistência – fundindo-se com a concepção de pertencimento às cidades analisadas. Conforme nos mostra Pollak, “Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, [...], podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entra a memória e o sentimento de identidade. [...]” (1992, p. 204) Podemos observar, portanto, que a escolha das localidades, no início de seu processo de migração, passando pela construção de uma identidade local, que uniu os moradores das três localidades, e consequentemente os municípios, seja por laços familiares ou relações de trabalho, contribuiu para que as raízes fossem fincadas nestes novos horizontes, agora não tão distantes.

Dessa forma, podemos concluir a observação dos resultados ponderando que as identidades, representações e memórias, construídas pelos migrantes em seu meio social, contribuíram para a formação de uma unidade local, uma ligação profunda entre o espaço e o povo, tanto na cidade quanto no campo. Assim, é possível compreender quais os motivos para a permanência dos indivíduos nas localidades, o

que nos permitiu compreender a vivência desses indivíduos, mostrando que há muito mais do que a simples visão do homem do café e o empreendedor da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, neste breve ensaio, compreender os aspectos referentes aos fluxos migratórios e a ligação entre a memória e pertencimento dos primeiros habitantes das cidades de Centenário do Sul, Guaraci e Jaguapitã. A ligação entre os elementos produzidos pela historiografia existente, juntamente com as fontes obtidas a partir da História Oral nos permitiram evidenciar algo mais próximo, palpável, onde os entrevistados são pessoas comuns, que viviam seus afazeres do dia-a-dia sem se dar conta de que a História do processo ao qual participaram poderia ser compartilhada e entraria para o hall de produções sobre o norte paranaense, até então, preenchido em grande totalidade, por produções referentes à Londrina e região vizinha. Baseado na temática do evento, penso que o nosso passado tem de ser ligado constantemente ao nosso presente. Ele não deve ser acessado como algo que está amorfo, sem contato com o tempo presente ou com as questões vivenciadas atualmente. Minha proposta de TCC tem como objetivo analisar os fluxos migratórios que culminaram na formação do município onde resido, juntamente com mais dois com os quais faz divisa. Tal temática é vista, muitas vezes, como um assunto que não desperta interesse ou que não é digno do tempo de pesquisa, ainda mais quando se trata de uma localidade com uma população que não supera 10 mil habitantes.

REFERÊNCIAS

Fontes[22]

LIMA, Rita Vieira. Entrevista concedida a Gustavo do Nascimento Silva. Guaraci, 29 de setembro de 2018.
SILVA, Antônio Ramos. Entrevista concedida a Gustavo do Nascimento Silva. Guaraci, 28 de setembro de 2018.
SILVA, Orlanda Virgílio. Entrevista concedida a Gustavo do Nascimento Silva. Guaraci, 28 de setembro de 2018.

[22] As entrevistas foram gravadas em áudio e se encontram transcritas e armazenadas em acervo pessoal do autor desta monografia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: boemia e prostituição na "capital mundial do café" (Londrina: 1930-1970). Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1996.

CANCIAN, Nadir Apparecida. **Cafeicultura paranaense** (1900-1970). Curitiba: Grafipar, 1981.

IVANO, Rogério. **Crônicas de Fronteira**: Imagem e Imaginário de uma Terra Conquistada. Assis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2000.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

PRIORI, Angelo, et. al. **História do Paraná**: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteiras do Paraná**: da colonização à migração. Fronteiras. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Curitiba, 1997. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Paraná. Curitiba, 1997

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Andressa da Silva Oliveira[23]

RESUMO. O presente artigo provém de um projeto de pesquisa de mestrado que surgiu a partir de experiências com o subprojeto PIBID de História na Universidade Estadual Paulista- FCL Assis no ano de 2015, onde em uma das escolas beneficiadas pelo programa ocorreu um caso de racismo em sala de aula. A partir deste caso, a necessidade de se discutir essa questão tão pertinente, principalmente para uma escola de região periférica inserida em um contexto sócio histórico permeado pelo racismo, se instalou. A pesquisa tem como objetivo investigar qual a tipologia de consciência histórica dos (as) alunos (as) acerca do racismo se houve e como foi a abordagem histórica do tema em sala de aula, para tal serão utilizadas metodologias de pesquisa proveniente da Educação Histórica. Portanto, este artigo procura trazer contribuições para as reflexões acerca da importância de um ensino de História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas que promova a construção da consciência histórica e que contribua para a diminuição da prática do racismo nos diversos meios sociais, não apenas na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Consciência Histórica; Ensino de História; Representações Sociais.

[23] Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)- câmpus de Assis. Mestranda em História Social - História e Ensino pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: andressa.oliveirasilva123@gmail.com

1- INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, modificou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”. Com a Lei nº 10.639 foram acrescidos três artigos: 26-A, 79-A e 79-B. O Artigo 26-A estabelece que o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira deve ser obrigatório, tanto em estabelecimentos de ensino médio e fundamental oficiais, quanto em particulares. Este artigo, ainda estabelece que no ensino deve estar incluso o estudo de História da África e dos Africanos, a luta do povo negro no Brasil e a contribuição dos negros nos diversos âmbitos sociais e sua importância na formação da sociedade brasileira.

O Artigo 79-A foi vetado[24] e o 79-B instituiu o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Em março de 2008, a Lei nº 11.645 entrou em vigor, alterando as leis antecessoras. Esta lei alterava o Artigo 26-A, incluindo a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Africana e Afro-brasileira e Indígena” em todas as escolas de ensino fundamental e médio, nas redes oficiais e particulares. Esta lei estabelece que o conteúdo programático incluísse, principalmente, a contribuição dos indígenas e dos negros para a formação da sociedade contemporânea brasileira.

A conquista da Lei 10.639/03 que se deve, principalmente, à militância negra, é acompanhada da necessidade de reformulações no ensino e, consequentemente, alterações nos materiais didáticos.

---

[24] "Art. 79-A. Os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria."

Razões do veto:

"O art. 79-A, acrescido pelo projeto à Lei nº 9.394, de 1996, preceitua que os cursos de capacitação para professores deverão contar com a participação de entidades do movimento afro-brasileiro, das universidades e de outras instituições de pesquisa pertinentes à matéria.

Verifica-se que a Lei nº 9.394, de 1996, não disciplina e nem tampouco faz menção, em nenhum de seus artigos, a cursos de capacitação para professores. O art. 79-A, portanto, estaria a romper a unidade de conteúdo da citada lei e, consequentemente, estaria contrariando norma de interesse público da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, segundo a qual a lei não conterá matéria estranha a seu objeto (art. 7º, inciso II)."

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 9 de janeiro de 2003. Fonte: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-veto-13762-pl.html

Os negros constituem cerca de 50,7% da população brasileira, no entanto, eles constituem a minoria dos formandos em cursos superiores como, por exemplo, no curso de Medicina, apenas 2,7% dos concluintes são negros. Apesar do número de negros ingressantes no ensino superior ter aumentado dez vezes, ainda constituem a minoria. Ademais, os negros são os mais atingidos pela violência urbana, têm renda 40% menor que os brancos, são os maiores beneficiários do Programa do Governo Federal Bolsa Família e a taxa de analfabetismo é duas vezes maior entre os negros.[25]

A chamada "democracia racial", instituída no meio acadêmico, é atribuída ao sociólogo Gilberto Freyre. A partir da obra *Casa Grande e Senzala (1933)* imprimiu-se, institucionalmente, a noção de que o racismo era mais brando no Brasil, diferente do que acontecia em outras regiões do mundo como, por exemplo, nos Estados Unidos. Destarte, a sociedade brasileira se constituiu como uma nação com relações sociais maleáveis. Muitos foram os esforços de diversos sociólogos brasileiros para refutar a teoria da democracia racial no meio acadêmico, entre eles Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso[26]. No entanto, o discurso de

[25]Fonte: http://exame.abril.com.br/brasil/8-dados-que-mostram-o-abismo-social-entre-negros-e-brancos/

[26]Florestan Fernandes inicia seus estudos de Sociologia sobre o Racismo a partir de um convite de Paulo Duarte, editor da Revista Anhembi, na década de 1950. Além desse convite, o grande incentivo para realizarem-se os estudos sobre as relações raciais no Brasil veio do Projeto UNESCO. Florestan Fernandes e Roger Bastide iniciaram as pesquisas e o tema passou a ser a pesquisa mais importante da Cadeira de Sociologia I da USP (Universidade de São Paulo). Estas pesquisas dialogavam diretamente com a obra de Gilberto Freyre, o objetivo era demonstrar que a classe não era o único critério utilizado para a classificação de indivíduos na sociedade brasileira. Na época, Fernando Henrique Cardoso participou como ajudante nas pesquisas utilizando-se do método funcionalista, o objetivo era demonstrar a relação entre o preconceito de classe e de raça. As pesquisas realizadas por Cardoso são fruto do desdobramento das pesquisas feitas anteriormente por Bastide e Fernandes para o Projeto UNESCO. Cardoso com a ajuda de Otávio Ianni e Jardim Moreira estudou Santa Catarina e posteriormente o Rio Grande do Sul. As pesquisas de Cardoso, assim como a dos outros sociólogos aqui citados, foram de grande importância, pois serviram para refutar teses importantes que defendiam um caráter diferencial nas relações raciais nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mostrando que as relações raciais existentes no Sul do país não se diferenciavam das relações no resto do Brasil e, principalmente, da existente em São Paulo, onde se concentrarão as pesquisas de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Entre as obras estão: BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan (2008). Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global,. 4ª edição.

CARDOSO, F. Henrique. (1958) O negro e a expansão portuguesa no Brasil Meridional. São Paulo, Anhembi, n.51, setembro, p.16-21.

_____(2003)Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo, Global, 2008. 4ª edição.

não existência de racismo no Brasil ainda perdura e políticas públicas que favoreçam o grupo negro é alvo de constantes críticas, como ocorre no caso das cotas raciais para as universidades e institutos estaduais e federais de ensino. Contudo, a militância dos movimentos negros também alcançou grandes feitos, dentre eles a criminalização do racismo, na Constituição de 1988.

Segundo dados levantados pela Anistia Internacional em novembro de 2017 e expostos pela campanha Vidas Negras[27] a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil, somam-se ao fim do dia 63 mortes, totalizando 23 mil jovens negros mortos por ano. Ainda, segundo dados da campanha, 56% da população brasileira concordam que a morte de um jovem negro causa menos comoção que a morte de um jovem branco.

Recentemente, vários casos de racismo têm sido noticiados pelos veículos midiáticos e redes sociais. Em 2014, Cláudia Silva Ferreira[28] foi confundida com uma traficante em uma comunidade no Rio de Janeiro. Foi baleada, os policiais a colocaram no carro, e seu corpo foi arrastado por 350 metros, levando-a a falecer. Em 2016, a cantora Gaby Amarantos e a filha de dois atores, uma criança adotada de origem africana[29], foram alvos de racismo através das redes sociais. Há pouco tempo, foi eleita Miss Brasil a piauiense Monalysa Alcântara[30]. Após vencer a concorrente, gaúcha e branca, foi alvo de milhares de comentários racistas nas redes sociais, com alguns deixando a entender que Monalysa só havia vencido o concurso pelo fato de ser negra. Em setembro desse ano, dia 17, na comunidade Chapéu Mangueira, Rodrigo Alexandre da Silva Serrano (26) teve seu guarda-chuva confundido com um fuzil, enquanto esperava sua esposa e filhos, e foi brutalmente morto pela Polícia do Rio de Janeiro[31]. Também este ano um *youtuber* negro, chamado Spartakus Santiago, fez um vídeo em conjunto com dois amigos também negros, AD Junior e Edu

IANNI, Octávio (1962) As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo, Ed. Difusão Europeia do Livro.

[27]Fonte: https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-chama-de-escandalo-morte-de-23-mil-jovens-negros-por-ano-no-brasil/.

[28]Fonte: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/03/arrastada-por-carro-da-pm-do-rio-foi-morta-por-tiro-diz-atestado.html

[29]Fonte: https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/famosos/2016/11/depois-de-ofender-gaby-amarantos-internauta-ataca-filha-de-bruno-gagliasso-parece-uma-macaquinha

[30]Fonte: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/08/nova-miss-brasil-e-alvo-de-racismo-tem-cara-de-empregadinha-devia-morrer.html

[31] https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html

Carvalho, dando dicas de sobrevivência a uma abordagem policial indevida na intervenção militar no Rio de Janeiro.[32]

Além de todos os dados apresentados que demonstram a urgência de tratar dessa questão em uma perspectiva social e política do problema, também há a necessidade de se trabalhar a questão de uma perspectiva histórica, recentemente, em uma entrevista, do então candidato à presidência da República (eleito), ao Roda Viva, Jair Bolsonaro afirmou que não houve escravidão no Brasil e que colonizadores portugueses nunca pisaram na África, que foram os povos africanos que se escravizaram. Na mesma direção relata Kabengele Munanga sobre a fala de Demóstenes Torres, ex-senador, em 2010 em uma audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a petição inicial de Arguição do Descumprimento de Princípio Fundamental (ADPF), apresentada pelo Partido Democratas (DEM), onde questionavam a constitucionalidade da política de cotas na Universidade de Brasília (UnB).

> (...) o atual ex-senador Demóstenes Torres, então presidente da Comissão de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Senado e relator do *Estatuto de Igualdade Racial,* em sua intervenção, e diante das câmeras, disse que durante a escravidão não houve violência sexual contra a mulher negra e que, se houve, como se pretende supor, foi algo consentido pelas próprias vítimas, ignorando o contexto de assimetria e de subalternidade em que os abusos sexuais eram cometidos. Afirmou ainda que os traficantes de escravos não praticaram nenhuma violência contra a humanidade, como se julga, pois foram os próprios africanos que venderam seus irmãos, a começar pelo tráfico árabe, bem antes do movimento transatlântico. Ele chegou até a negar a existência de racismo estrutural no Brasil, reiterando a antiga posição da discriminação socioeconômica embutida no mito de democracia racial.(p.36, 2017).

O ex-senador sofreu duras críticas após proferir esse discurso. Em defesa de Torres, o geógrafo Demétrio Magnoli disse que ele não disse nada que não fossem fatos históricos.

Destarte, se faz necessário que historiadores se ocupem dos usos públicos da História, pois cada vez mais a História, enquanto ciência e disciplina são

[32]https://www.youtube.com/watch?v=eBdSBmTFR5g – Vídeo: INTERVENÇÃO NO RIO: Como sobreviver a uma abordagem indevida (feat. AD Junior e Edu Carvalho)

questionadas, através de medidas, como a Medida Provisória nº 746/2016 aprovada em 8 de fevereiro de 2017 no Senado, referente à Reforma do Ensino Médio brasileiro, esta medida retira a disciplina de História do currículo obrigatório, a disciplina agora passa a fazer parte de um conjunto de disciplinas classificadas como "Ciências Humanas" e a escolha de cursar essas disciplinas é dos (as) alunos (as) que só poderão ser cursadas se a escola oferecer, apesar da BNCC ainda não ter sido concluída[33] o MEC (Ministério da Educação) afirmou que a disciplina será obrigatória e também eletiva, mas como um componente curricular, pois, segundo o MEC a ideia de "disciplina" está ultrapassada e a tentativa é de comparar o currículo de ensino do Brasil ao de outros países desenvolvidos[34].

Além dessa medida, circula no Senado o Projeto de Lei 7.180/2014 um projeto que visa coibir a liberdade de expressão de professores dentro da sala de aula, o projeto foi arquivado após oito sessões, mas ainda há possibilidade de ser aprovado em 2019.

Por que colocar como exemplos os casos de racismo acima mencionados? Qual a importância que esses acontecimentos têm? Por que as temáticas de ensino propostas pela Lei nº 10.639/03 são importantes? Qual a relação do racismo com a consciência histórica?

A razão de ter escolhido casos recentes e que, em sua maioria, são veiculados pelas redes sociais, é para trazer ao tempo presente questões que estão cristalizadas na sociedade brasileira. O racismo velado, "cordial" se apresenta, atualmente, mais

[33] A Base Nacional Comum Curricular está sendo construída em etapas. Segundo o site do MEC, a primeira versão desse documento foi disponibilizada para a consulta pública de outubro de 2015 a março de 2016. Especialistas, associações científicas, e membros da comunidade acadêmica, deram seus pareceres sobre a primeira versão. Todas as informações foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), trabalho que resultou na segunda versão da BNCC. Esta segunda versão foi para um processo de debate institucional e seminários realizados pelas Secretárias Estaduais de Educação em todas as Unidades Federais. A segunda versão foi analisada também por especialistas brasileiros e internacionais. Em seguida, os pareceres analíticos desses especialistas foram encaminhados ao Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 790/2016. Em abril desse ano, a versão final da Base Nacional Comum Curricular foi entregue pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE é responsável pela elaboração do parecer e projeto de resolução da BNCC, que será encaminhado ao MEC. Após a homologação da BNCC se inicia o processo de formação e capacitação de professores, e o apoio aos sistemas educacionais estaduais e municipais, com o objetivo de elaborar e adequar os currículos escolares.

[34] Fonte: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ausencia-de-historia-geografia-no-novo-ensino-medio-gera-apreensao-21027999.

no âmbito das relações diretas de um indivíduo com o outro. As redes sociais hoje servem de certa forma, como uma proteção para quem pratica o racismo e, também, outros tipos de discriminações. A liberdade de expressão e a facilidade de se relacionar com várias pessoas em um curto espaço de tempo, possibilita que muitas pessoas ajam desta forma.

Neste sentido, o ensino de História tem papel fundamental porque é por meio dele que se constituirão caminhos para o cumprimento das leis que instituem o ensino de História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira. Além disso, porque o ensino de História, centrado na aprendizagem com o objetivo de construção da consciência histórica, se coloca como meio de emancipação em detrimento de um pensamento baseado no senso comum, que tem como aporte a História Tradicional. Mas, para a ocorrência de tal processo, faz-se necessário que o (a) professor (a) reflita a respeito do ensino de História, transformando-o sempre em objeto de pesquisa.

Há ainda, no entanto, certo distanciamento entre a pesquisa científica e a Didática da História. Desde a década de transição entre os séculos XX e XXI, as pesquisas na área de ensino e aprendizagem da História têm crescido de forma significativa, sobretudo aquelas que têm os estudos da cognição situados na epistemologia da ciência histórica, cujo um dos principais contribuintes tem sido o historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen. A constatação desse crescimento pode ser observada pelo surgimento de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação de várias universidades brasileiras e em outros países, tal fato é apontado pelas professoras pesquisadoras Marlene Cainelli e Maria Auxiliadora Schmidt (2012, p. 509) em um artigo, na revista *Antíteses:*

> Esse boom pode ser também observado em outros países e tem provocado o aparecimento de domínios específicos na área do ensino de história, como o chamado campo da Educação Histórica que se desenvolveu em países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Portugal e também no Brasil.

As mesmas autoras citam que o ano considerado como definidor, para a mudança de embasamento das investigações sobre ensino e aprendizagem de História, foi 1998, pois nele ocorreu, nos Estados Unidos, a Conferência de Pittsburg, na Universidade de Carnegie Mellon, cujo tema foi *“Ensinar, conhecer e Aprender História”,* a qual

> [...] contou com a participação de vários investigadores da área de ensino de História, como Denis Shemilt, Peter Lee e Rosalyn Ashby. Como indicativos tirados nessa conferência, foram apontadas orientações para novos investimentos em pesquisas, como a questão dos currículos de História pautados nas grandes narrativas universais e a necessidade da inclusão de temáticas nacionais e locais nas propostas curriculares; estudos sobre a visão do passado para alunos e professores e seu significado para a orientação temporal; análise e interpretação das práticas nas aulas de História; análise e interpretação do trabalho dos professores e da sua formação. (CAINELLI; SCHMIDT, 2012, p.510, 2012).

Há, portanto, uma crescente preocupação com o Ensino de História no Brasil, bem como com a necessidade de um Ensino de História da África e Cultura Africana e Afro-brasileira de qualidade, com a finalidade de proporcionar que estudantes consigam se orientar no tempo por meio da consciência histórica, entendendo-se como sujeitos e agentes de seu tempo histórico. Através da memória, o passado se torna presente de modo que o presente seja entendido, e perspectivas acerca do futuro possam ser formadas (CAINELLI; SCHMIDT, 2012, p.510). Assim, será possível um ensino de História com sentido para a vida dos estudantes, o qual poderá contribuir para que práticas racistas e discriminatórias deixem de ocorrer, pois

> […] Se “somos aquilo que recordamos”, como expresso no dito popular, aprender uma História que rompa com estigmas, estereótipos e silenciamento pode resultar na tomada de consciência do alunado negro de seu papel como agente-histórico, bem como de sua autovalorização, além desmobilizar condutas racistas entre os demais alunos. (RIBEIRO, 2010, p.2).

Espera-se, portanto, que essa pesquisa possa contribuir e dar continuidade às pesquisas na área de Educação Histórica, bem como em sua relação com a Teoria da História. De igual forma, almeja-se, que a presente investigação possa contribuir para que a dicotomia existente entre a Ciência da História e a Didática da História diminua bem como a noção de que as questões que envolvem o ensino e aprendizagem da História são exteriores aos estudos históricos, seja questionada.

2. PESQUISA

2.1- Metodologia

Inicialmente, a proposta era a de realizar uma pesquisa qualitativa e também desenvolver uma aula-oficina[35], em conjunto com a análise do material didático e paradidático disponíveis nas escolas e entrevistas com os professores que vão nos receber. No entanto, dado o tempo limitado para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por realizar apenas a pesquisa qualitativa, metodologia bastante utilizada na Educação Histórica (History Education). Será utilizada a metodologia da mobilização dos fundamentos do pensamento histórico da matriz disciplinar de Jörn Rüsen – entende o ensino de história como *orientação* e como *compreensão* da disciplina - no que tange à aprendizagem histórica e à construção da consciência histórica.

Medeiros (2006, p.84) afirma que "Rüsen define uma tipologia básica da consciência histórica, pressupondo um uso do passado como orientação do presente, uso este que pode repetir, modelar-se, negar ou integrar o passado como fundamento das ações do agora." Rüsen entende que não há uma única História do Passado e que para compreendê-lo precisamos saber os mecanismos de construção deste passado, o que permite aos (as) alunos (as) um controle sobre seu próprio aprendizado histórico.

> Para a narrativa histórica é decisivo (...) que sua constituição de sentido se vincule à experiência do tempo de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. Ao tornar-se presente, o passado adquire o estatuto de "história". (RÜSEN, 2010, p. 155).

Em suma, o que Rüsen define como conhecimento histórico é que o alunado tenha a capacidade de compreender quais são os mecanismos de elaboração histórica, ou seja, o que chamamos de meta-história, com vistas a uma constituição de sentido do passado que visa orientar a ação para a vida prática de alunos e alunas no presente. No entanto, precisa-se diferenciar o que é o conhecimento histórico da consciência histórica, segundo Rüsen, a consciência histórica não se resume a

[35] Metodologia desenvolvida por Isabel Barca, por meio da qual se realiza um levantamento prévio do conhecimento dos (as) alunos (as) acerca do tema que será desenvolvido em sala de aula, posteriormente, se desenvolve o tema com os (as) alunos (as), feito isso, um novo questionário é feito para que se possa comparar e analisar o conhecimento construído após a aplicação das atividades, ambos os questionários têm o objetivo de classificar os modos de saber que são três, segundo Barca, senso comum, ciência e epistemologia.

conhecer o passado ela é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” (RÜSEN, 2010, p. 57)

> A consciência histórica dá estrutura ao conhecimento histórico como um meio de entender o tempo presente e antecipar o futuro. Ela é uma combinação complexa que contém a apreensão do passado regulada pela necessidade de entender o presente e de presumir o futuro. Se os historiadores vierem a perceber a conexão essencial entre as três dimensões do tempo na estrutura da consciência histórica, eles podem evitar o preconceito acadêmico amplamente aceito de que a história lida unicamente com o passado: não há nada a se fazer com os problemas do presente e ainda menos com os do futuro. (RÜSEN, 2011, p.36/37).

A Etnografia também será parte da metodologia e fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, pois, como já foi abordado anteriormente, os preconceitos não têm seu nascedouro na escola, mas perpassam este ambiente. O ambiente escolar é o primeiro local de interação, desenvolvimento social e cultural de uma sociedade. Segundo Amurabi Oliveira (2013), “a educação é uma forma de cultura, e a cultura só pode ser compreendida enquanto processo educativo”. Oliveira cita Candau (2011, p.13) em seu texto e aponta que “não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa”.

A escolha da metodologia proveniente da antropologia se justifica por trazer mais proximidade com o ambiente, uma tentativa de diálogo com o outro. Também por se tratar de uma questão delicada, a observação pode trazer mais resultados que um questionário em um primeiro momento, pois, é muito difícil e parece estar cada vez mais, com a atual conjuntura política, admitir que exista Racismo no Brasil, e que poderia acontecer em um ambiente que deveria ensinar a combater todos os tipos de preconceitos.

A pesquisa antropológica nos leva a imergir num universo diverso do nosso, ao mesmo tempo em que esta experiência nos possibilita apreender a construção subjetiva de uma determinada realidade (OLIVEIRA, 2013, p.273).

Além de ser um meio de compreender de forma mais profunda as relações sociais, a compreensão histórica e verificar de que forma o Racismo pode se apresentar no ambiente escolar, a etnografia em seu fazer científico relaciona

diretamente teoria e dados empíricos, o que se aproxima e possibilita diálogo com a Didática da História.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande dificuldade para que um ensino com sentido para a vida prática se desenvolva, segundo Rüsen, vem do distanciamento existente entre a pesquisa científica e a Didática da História, desde o século XIX, devido à crescente institucionalização e profissionalização da História, que contribuiu para que a didática fosse esquecida e minimizada.

> Durante o século XIX, quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro de uma estrutura de tempo. (...) A esse respeito, a cientifização da história excluiu da competência da reflexão histórica racional aquelas dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática. (RÜSEN, 2011, p. 25).

Nesse sentido, muitas são as tentativas das últimas décadas no campo da metodologia do Ensino de História para mudar a concepção que se tem formada acerca da disciplina para que esta seja caracterizada “como fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica nos indivíduos, com vistas à sua utilização na vida cotidiana” (ALVES, 2011, p. 21).[36]

Além dos teóricos da Didática e Filosofia da História, que demonstraram esta preocupação na Alemanha, a Educação Histórica (History Education) na Inglaterra, surgiu da necessidade de fortalecer o ensino de História na Grã-Bretanha, para que ele pudesse ser legitimado como um campo de conhecimento. Dentre os pesquisadores que participaram desse movimento estão Dennis Shemilt, Peter Lee, Alaric Dickinson e Rosalyn Ashby, que concentraram os esforços de suas pesquisas na progressão do pensamento histórico dos alunos e, paulatinamente, agregaram ao campo do conhecimento pressupostos epistemológicos da Filosofia da História Anglo-

[36]ALVES, Ronaldo C. Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.p.21.

Saxã.[37] Esse modelo conceitual, que se baseava em diversos parâmetros analíticos, os fez chegar à conclusão de que a progressão do pensamento histórico não está diretamente relacionada com a série que os (as) alunos (as) cursam, ou com a idade, neste último caso, se relacionando com o modelo de desenvolvimento cognitivo de Piaget, o qual aponta que o desenvolvimento do conhecimento é diretamente vinculado à idade do indivíduo.[38] Este campo do conhecimento ficou conhecido como Educação Histórica e se espalhou por vários países, tais como Portugal e Brasil, com pesquisadores como Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli. A importância dessas pesquisas é apontada por Ronaldo Cardoso Alves em um de seus artigos:

> […] Tais pesquisas trazem importante contribuição ao estudo da formação do pensamento histórico nos indivíduos à medida que apontam caminhos de construção de instrumentos de pesquisa e levam em consideração habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos no tocante à sua relação com a pluralidade narrativa histórica. Além disso, apresentam a proposta inovadora de utilizar princípios da racionalidade do método histórico de investigação, antes reduzida aos especialistas oriundos dos bancos acadêmicos, para a formação histórica dos alunos nos bancos escolares do ensino básico e secundário. (ALVES, 2013, p.60).

Assim, tanto a Didática da História quanto a Educação Histórica chegaram ao ponto comum, o de recusa da disparidade existente entre o saber escolar e o saber científico, mesmo partindo de caminhos completamente diferentes. A Didática da História alemã, que parte da racionalidade histórica para relacionar a História com a vida cotidiana, tem por objetivo a construção da consciência histórica. A Educação Histórica, por sua vez, parte da premissa de que o conhecimento histórico tem seu ponto de partida na vivência do ambiente escolar. Conhecimento mediado por uma reflexão epistemológica construtora de metodologias, as quais sejam capazes de doar a alunos (as) e professores (as) a capacidade de se identificar no tempo histórico e nele agir.

---

[37]Entre os principais filósofos dessa vertente está R.G. Collingwood (1889-1943), representou para o campo intelectual inglês da primeira década do século XX, a retomada dos problemas epistemológicos sobre a História. Para Collingwood a principal função e importância da Filosofia daquele momento era aproximar-se dos avanços da História. Collingwood fundamenta sua proposta para a Teoria da História em três pontos primordiais: a lógica de pergunta e resposta, a doutrina das pressuposições absolutas e o conceito de re-enactment.

[38]Esse estudo de Jean Piaget está presente em sua obra intitulada O Nascimento da Inteligência na Criança (1936).

Ambas as linhas de conhecimento são de suma importância para o contexto social pelo qual a História passa atualmente. Além do constante questionamento de seu caráter de cientificidade, e também enquanto uma disciplina que vem sendo constantemente descaracterizada (prova disso em 8 de fevereiro de 2017 foi aprovada, no Senado, a Medida Provisória nº 746/2016 referente à Reforma do Ensino Médio brasileiro, a qual retira a disciplina de História do currículo obrigatório), a História agora passa a fazer parte de um conjunto de disciplinas classificadas como "Ciências Humanas". A escolha de cursar essas disciplinas é dos (as) alunos (as) e só poderão ser cursadas se a escola oferecer. Apesar da BNCC (Base Nacional Comum Curricular)[39] ainda não ter sido concluída o MEC (Ministério da Educação) afirmou que a disciplina será obrigatória e também eletiva, concebida como um componente curricular, pois, segundo o MEC a ideia de "disciplina" está ultrapassada e a tentativa é de comparar o currículo de ensino do Brasil ao de outros países desenvolvidos.[40]

Estes fatos comprovam, portanto, a necessidade de fortalecimento do campo do Ensino de História. Desta forma, espera-se que este trabalho de reflexão e análise do racismo no ambiente escolar e da construção do conhecimento histórico, possa contribuir para novas reflexões a respeito do campo historiográfico e teórico da Educação Histórica e da Didática da História, bem como com a disciplina de História.

[39]A Base Nacional Comum Curricular está sendo construída em etapas. Segundo o site do MEC, a primeira versão desse documento foi disponibilizada para a consulta pública de outubro de 2015 a março de 2016. Especialistas, associações científicas, e membros da comunidade acadêmica, deram seus pareceres sobre a primeira versão. Todas as informações foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), trabalho que resultou na segunda versão da BNCC. Esta segunda versão foi para um processo de debate institucional e seminários realizados pelas Secretárias Estaduais de Educação em todas as Unidades Federais. A segunda versão foi analisada também por especialistas brasileiros e internacionais. Em seguida, os pareceres analíticos desses especialistas foram encaminhados ao Comitê Gestor da Base Nacional Curricular Comum e Reforma do Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 790/2016. Em abril desse ano, a versão final da Base Nacional Comum Curricular foi entregue pelo MEC ao Conselho Nacional de Educação (CNE). O CNE é responsável pela elaboração do parecer e projeto de resolução da BNCC, que será encaminhado ao MEC. Após a homologação da BNCC se inicia o processo de formação e capacitação de professores, e o apoio aos sistemas educacionais estaduais e municipais, com o objetivo de elaborar e adequar os currículos escolares.

[40]Fonte: https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ausencia-de-historia-geografia-no-novo-ensino-medio-gera-apreensao-21027999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Rosyane de O. **"Professora, eu sou negra?": relações raciais e sua abordagem no espaço escolar 2010-2016.** 149 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2017.

ALVES, Ronaldo Cardoso. **Aprender História com sentido para a vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses.** 2011. 322 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese). Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo- USP, São Paulo, 2011.

_____. **História e vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. História & Ensino (UEL)**, v.19, n.1, p.49-69, jan./jun., 2013.

ARRAIS, Cristiano Alencar. **A Filosofia da História de R. G. Collingwood: duas contribuições.** Revista Dimensões, vol.24, p. 33-54, UFPG, Goiânia, 2010.

BARCA, Isabel. Aula-Oficina: do Projecto à Avaliação. In. BARCA, Isabel. (Org.) **Actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica: Para uma educação histórica de qualidade.** Centro de Investigação em Educação (CIEd); Instituto de Educação e Psicologia; Universidade do Minho: Braga, 2004, p.131-144.

BARCA, I. REZENDE, E.; SHIMIDT, A. (Org.). **Jörn Rüsen e o Ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

BERGMANN, Klaus. **A História na reflexão didática.** Revista Brasileira de História. v. 9, n. 19, set. 89/fev. 90. p. 29-42.

BUENO, Belmira Oliveira. **Entre a Antropologia e a História: uma perspectiva para a etnografia educacional.** Perspectiva. v. 25, n. 2 (2007)

CAINELLI, Marlene. **A Construção do Pensamento Histórico em aulas de História do Ensino Fundamental**. Revista Tempos Históricos, vol. 12, 1º semestre 2008, p. 97-109.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria A. **Desafios teóricos e epistemológicos na pesquisa em educação histórica.** Revista Antíteses, v.5, n.10, jul./dez. 2012.

FONSECA, Cláudia. **Quando cada caso NÃO é um caso.** Pesquisa etnográfica e educação. Revista brasileira de educação (jan./abr., 1999, n.10).

MEDEIROS, Daniel H. **Manuais Didáticos e Formação da Consciência Histórica.** Educar, Especial, Ed. UFPR. Curitiba – PR, 2006. pp. 73-92.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do Racismo à Brasileira. *In.* (org.) KON, Noemi M; SILVA, Maria L; ABUD, Cristiane C. **O Racismo e o Negro no Brasil: questões para a psicanálise.** 1ª Ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2017. Pp. 33-44.

OLIVEIRA, Amauri. **Etnografia e pesquisa educacional: por uma descrição densa da educação.** Educação Unisinos 17(3): 271-280 setembro/dezembro 2013.

RIBEIRO, Miriam C. M. Garrido**. Lei nº 10.639 e Programa Nacional do Livro Didático: limites e possibilidades de incorporação/renovação de conteúdos dos livros didáticos do ensino médio pela perspectiva do Edital de Convocação do PNLD.** Anais XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e Patrimônio. Unirio, Rio de Janeiro, 2010.

RIBEIRO, Marcos A. Fernandes. **As Relações Raciais na obra de Fernando Henrique Cardoso e a Dimensão Moral do Racismo.** Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais- UFES, Vitória, 2011.

ROCKWEEL, Elsie; EZPELETA; Justa. **A ESCOLA: relato de um processo inacabado de construção.** Currículo sem Fronteiras, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007.

RÜSEN, Jörn. **Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão.** Práxis Educativa, v. 1, n. 2, 2006.

_____. **História Viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Trad. Estevão de R. Martins. Brasília: Ed. UnB, 2010 c.

_____. **Razão histórica: teoria da História I: os fundamentos da ciência histórica.** Trad. Estevão de R. Martins. Brasília: Ed. UnB, 2010.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A REPRESENTAÇÃO DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES JAPONESAS POR MEIO DO MANGÁ *XXXHOLIC* (2003-2011)

Izabela Marques de Oliveira[41]
UEL

Resumo. A presente pesquisa busca analisar como as religiões e religiosidades japonesas são representadas no mangá intitulado *xxxHOLIC*, publicado pelo grupo de mangakás *CLAMP* entre 2006 e 2011. O quadrinho é concebido, desta forma, como a fonte primária da investigação, que utiliza como metodologia a proposta de autores como Will Eisner, Umberto Eco e Sonia Bibe Luyten, que sugerem a possibilidade de compreendê-lo como linguagem visual e escrita passível de desconstrução e um ato de percepção estética e esforço intelectual. Como fundamentação teórica, são utilizados os conceitos de representação e apropriação, tal como definidos por Roger Chartier e Michel de Certeau, respectivamente. Tratando-se de uma pesquisa inicial, ainda não se possuem resultados, mas espera-se sugerir que concepções e práticas religiosas construídas no Japão foram apropriadas pelos quadrinistas da *CLAMP*, principalmente o Xintoísmo e o Budismo, sendo ressignificadas e difundidas mundialmente por meio do mangá em questão.

Palavras-chave: Religiões japonesas; Mangá; *xxxHolic; CLAMP.*

41 Aluna do 3o ano do curso de História, pela Universidade Estadual de Londrina.

INTRODUÇÃO

A fonte desta pesquisa não costuma ser tão popular quanto seu produto. Enquanto os trabalhos acerca dos mangás, as histórias em quadrinhos japonesas, são esparsos, raramente de grande fôlego acadêmico, o produto em si é bastante popular e tem se transformado com frequência no decorrer dos anos. Para Luyten (2012, p. 9), os mangás “alteraram-se em sua estrutura devido a diversos fatores como o grande volume de traduções para línguas ocidentais”. Os quadrinhos nipônicos deixaram, portanto, de ser um produto exótico do oriente e se transformaram em um grande sucesso, sendo encontrados em diversas localidades do mundo.

As HQ's japonesas são um produto cultural do Japão contemporâneo, embora suas origens no tempo seja controversas. Alguns autores, como Luyten (2012) e Ito (2015), sugerem que suas raízes estão nos chamados *“Ê-Makimono”* ou “rolos de pintura”. Essa forma de arte, que daria origem ao mangá posteriormente, era caracterizada por desenhos pintados sobre grandes rolos que contavam histórias em que os temas apareciam gradualmente, conforme o mesmo desenrolava-se. (LUYTEN, 2012, p. 77). Apesar disso, o mangá, tal como conhecemos hoje, passou por transformações ao longo de sua história. Os heróis são concebidos com base no mundo real, são estudantes, donas de casa, esportistas, que podem, no desenrolar da trama, fazer coisas fantásticas. Podem fazer tudo o que desejam na imaginação, “desde que se atenham às normas da sua vida social” (LUYTEN, 2012, p. 57). O mangá acabou cativando pessoas de todas as idades, não apenas no Japão, mas também em diversas partes do mundo e inclusive no Brasil, desde a sua manifestação definitiva em nosso país, a partir dos anos 1990. Apesar disso, muito antes dessa disseminação, os mangás já eram lidos pela comunidade japonesa que aqui se localizava, desde a década de 70. Importados por distribuidoras, normalmente estabelecidas no bairro da Liberdade, em São Paulo, eram enviados para o interior do Estado ou para o Paraná, até as comunidades nipônicas aqui domiciliadas, com o objetivo primário da manutenção do idioma (LUYTEN, 2004, p. 250).

Tratar do mangá, portanto, e do poder que sua representação exerce em toda uma cultura através dos séculos, desde as origens, é um desafio agradável e concomitantemente complexo. De acordo com Ito (2015, p. 26), seu significado é

tradicional, faz parte da cultura do país e não surgiu de um vácuo, está conectado com a política, a economia, a religião e reflete mitos e crenças japonesas. Para Eisner (1989, p. 8), “a leitura da revista de quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual”. No Brasil, ainda existe um estigma de que as histórias em quadrinhos são produtos essencialmente infantis. Observando a percepção de Eisner, no entanto, torna-se possível entender que o leitor deve exercer a leitura ativa tratando-se desse tipo de literatura. Leitura não quer dizer apenas o reconhecimento de uma palavra, mas sim de uma atividade de percepção do todo, um esforço intelectual. (EISNER, 1989, p. 8).

O estudo acerca dos quadrinhos, especificamente dos mangás, ainda é modesto no meio acadêmico, sobretudo na área da História. Em sua maioria, o tema está mais ligado ao campo da comunicação social. Citando alguns exemplos, a dissertação de mestrado de Mônica Lima de Faria, defendida em 2007, sob o título “Comunicação pós-moderna nas imagens dos mangás” e os próprios trabalhos da professora Sônia Luyten, como “Mangá: o poder dos quadrinhos japoneses” (2015) e “Cultura pop japonesa” (2005), os mais conhecidos entre o meio da comunicação social e possivelmente entre o meio acadêmico também. É válido também citar as dissertações de mestrado de Ana Cristina Gonçalves (2011), na área de letras, e de Sheila Kiemi Oi (2009), em artes visuais, com os respectivos títulos “Representações de Hiroshima: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços” e “Shôjo mangá: de Genji Monogatari a Miou Takaya". Ademais, a produção massiva de materiais sobre mangás acaba sendo por meio de artigos, como “Mangá: O jogo entre palavras e imagens” (BATISTELLA, 2009), na área de letras; “O Mangá e A Turma da Mônica Jovem: processos de interculturalidade” (TANCINI; HOFF, 2012) e “Caracterizando o “estilo mangá” no contexto brasileiro: hibridização cultural na Turma da Mônica Jovem” (AMARAL; CARLOS, 2013), ambos na área de comunicação social. Buscando por trabalhos realizados na área da História, é notável que a produção abordando os mangás e as religiões são poucas e muitas vezes as religiões nem mesmo são o foco principal da pesquisa, sendo esta apenas utilizada em pontos específicos para demonstrar ou fundamentar o tema central. O único trabalho encontrado, até então, que apresenta uma análise centrada nesses dois objetos, é “Xintoísmo e produção de presença – a espiritualidade no mangá Mushishi”, defendido

em 2016 por Guilherme Silva. No tocante ao título do mangá escolhido, a produção é ainda menor. Utilizando *xxxHolic* como fonte de pesquisa, foi encontrado apenas o trabalho de conclusão de curso de Gustavo Borges, defendido em 2013 na área de Publicidade, sob o título “A questão do consumo em *xXx HOLIC*”. Raramente são encontradas pesquisas utilizando o título, embora nenhuma delas seja do campo da História ou faça alguma ligação com religiões.

De qualquer forma, diferentemente da visão presente no senso comum a respeito das HQ como formas de linguagem voltadas para o público infantil, o mangá apropria-se de conteúdos diversos, voltados para múltiplas idades. Existes mangás direcionados para as meninas (*shōjo manga*), meninos (*shōnen manga*) e para mulheres adultas (*josei manga*), por exemplo (OI, 2009, p. 27). Assuntos como filosofia, sexualidade e diferentes dimensões da esfera cotidiana são abordados. Além disso, mesmo podendo ser enquadrado no gênero quadrinístico, sua estética difere significativamente de seus congêneres ocidentais. Nesse sentido, constitui fonte histórica privilegiada para analisar uma variedade de fenômenos, considerando inclusive sua significativa difusão mundial a partir dos anos 1980, mas, principalmente, no decorrer da década de 1990. Um dos grupos de destaque na produção de mangás é a *CLAMP*. Considerado um dos grandes nomes na produção das HQ's japonesas, é composto atualmente por quatro autoras que lançaram diversos títulos no mercado japonês (posteriormente traduzidos para múltiplas línguas, dentre elas o português) desde o início da década de 1990, como *Card Captor Sakura, Magic Knight Rayearth* e *xxxHolic*. A presente pesquisa circunscreve justamente o último título, que privilegia uma gama de representações do folclore, das religiões e religiosidades japonesas, especialmente o chamado Xintoísmo, uma religião cujo sentido vem se modificando no decorrer dos anos.

De acordo com Teeuwen e Scheid (2002, p. 13), a história do Xintoísmo é uma história de metamorfoses, que continua em curso até os dias atuais. Por exemplo, depois da Segunda Guerra Mundial, assim como os mangás se transformaram e ganharam a forma que conhecemos hoje, o Xintoísmo também ganhou um movimento em que mais de uma geração de xintoístas procuraram dar um novo sentindo ao cultos

aos *kami*[42], redefinindo, assim, a noção da religião. Para os autores, é possível que estejamos testemunhando outra grande mudança no sentido do termo em uma definição popular recente do Xintoísmo como uma religião ecológica, ou seja, como uma forma de culto politeísta à natureza, assim como religiões de vários grupos indígenas ao redor do mundo. De acordo com Yamashiro (1986, p. 116), “o culto da natureza, sobre o qual o *xintô* se baseia em considerável proporção, se acha profundamente arraigado na mente dos japoneses. E a força da tradição impede o desaparecimento da veneração dos *kami* (deuses) intimamente ligados à mitologia da formação da nação nipônica”.

Com isso em mente, o que se propõe aqui é mostrar que, por estarem profundamente enraizadas na sociedade japonesa, as crenças religiosas podem ser naturalmente apropriadas pelas quadrinistas da *CLAMP*, ou até mesmo por diversos outros autores de mangás, e assim difundidas mundialmente para um público heterogêneo por meio do título em questão.

OBJETIVOS

Como caminho para esta pesquisa, propõem-se investigar como as religiões e as religiosidades japonesas são representadas por meio do mangá *XXXHolic*. Para a análise, serão utilizados os conceitos de representação e apropriação, propostos respectivamente por Roger Chartier (2002) e Michel de Certeau (2014). Enquanto representação, Chartier (2002, p. 74) compreende que a mesma denota dois caminhos centrais. O primeiro, que manifesta uma ausência de objeto, sendo assim substituído por uma representação que o reconstitui e o traz à memória; e o segundo, que diz respeito à representação de uma presença, representação pública de uma coisa ou pessoa. Já o conceito de apropriação, apresentado por Certeau (2014, p. 270), diz respeito à maneira como os leitores se apropriam de suas leituras. O autor entende que o lugar do leitor “não é aqui ou lá, um ou outro, mas nem um nem outro, simultaneamente dentro e fora, perdendo tanto um como o outro misturando-os,

42 De acordo com Vance (1983), a palavra Kami é traduzida para o inglês como “god”. No entanto, por ser justamente uma visão do ocidente, essa tradução não daria conta de seu real significado. Por kami, podemos compreender divindades conhecidas no Japão, como Izanagi e Amaterasu. No entanto, elementos naturais também podem entrar na classificação dos kamis, como árvores, rios e montanhas. Acredita-se, ainda, que entes queridos possam constituir um kami, o que daria esse caráter de culto aos antepassados.

associando textos adormecidos mas que ele desperta e habita, não sendo nunca o seu proprietário". O leitor, portanto, não exerce sua leitura de modo passivo, mas sim ativo, colocando suas próprias interpretações e sentidos naquele conteúdo. A partir disso, a proposta é que as autoras da *CLAMP* se apropriaram de ideias que remetem ao cenário religioso japonês e, articulando imagem e escrita, representam esses fenômenos através do mangá. Mesmo que o título escolhido possua um viés voltado ao fantástico, ainda assim representa as ideias das autoras, que estão enquadradas em uma sociedade que possui suas especificidades e que atribuem significado ao que produzem.

Foram selecionados, também, autores que trabalham com a metodologia de análise de quadrinhos e mangá, que propõem a fonte como objeto passível de desconstrução, como Will Eisner, que indica a leitura dos quadrinhos a partir de duas ferramentas importantes da comunicação: as palavras e as imagens. Em relação às imagens, Eisner (1989, p. 13-14) aponta que a compreensão da imagem vem de uma experiência. Nesse sentido, é importante que o artista, neste caso, as mangakás da *CLAMP*, tenham uma compreensão da experiência de vida do leitor, articulando assim uma interação, uma vez que o artista invocaria imagens armazenadas tanto na mente dele mesmo como do leitor. Já em relação às palavras, Eisner argumenta que o potencial expressivo do artista está ligado à caligrafia e o desenvolvimento das letras. Para o autor:

> "A codificação, nas mãos do artista, transforma-se num alfabeto, que servirá para expressar um contexto, tecendo toda uma trama de interação emocional. Por meio do manejo habilidoso dessa estrutura aparentemente amorfa e de uma compreensão da anatomia da expressão, o desenhista pode começar a empreender a exposição de história que envolvem significados mais profundos e tratam das complexidades da experiência humana (EISNER, 1989, p. 16).

Por fim, entram na bibliografia levantada as análises de Sônia Luyten. Seu trabalho, "Mangá, o poder dos quadrinhos japoneses", confere uma importante contribuição para os estudos sobre o mangá no Brasil. A autora apresenta o quadrinho japonês enquanto um objeto importante de comunicação a partir do século XX. Um dos pontos importantes retratados pela autora, e que será abordado nesta pesquisa concomitantemente à questão religiosa, é a representação dos heróis e heroínas nos mangás, bem como a entrada das mulheres nesse mercado. De acordo com Luyten,

quem produz quadrinhos femininos no Japão, hoje, são as mulheres em sua maioria. Para a autora, “isso poderia ser um passo, uma condição especial para que a mulher construísse sua imagem e até fosse um agente modificador” (LUYTEN, 2012, p. 68). Levando em consideração a afirmação da autora, é válido esclarecer que há muitas mulheres que também escrevem mangás para outras demografias, lançando títulos para o público masculino jovem e adulto, e fazendo um grande sucesso entre eles, como é o caso da *CLAMP*.

Partindo deste caminho metodológico, o objetivo se concentra em analisar o mangá enquanto fonte histórica e observar, assim, as representações dessas religiões, bem como investigar suas apropriações pelas autoras sobre esses elementos no documento em foco. Para construir esse caminho até a problemática central, sugerem-se ainda três objetivos específicos, sendo eles: contextualizar o mangá na sociedade japonesa, definir o perfil do grupo *CLAMP*, para compreender o mangá a partir da visão das autoras, e, por fim, analisar quais são os fenômenos religiosos representados na fonte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se trata de uma pesquisa inicial, ainda não se possuem resultados, mas espera-se apontar que concepções e práticas religiosas construídas no Japão foram apropriadas pelos quadrinistas da *CLAMP*, principalmente o Xintoísmo e o Budismo, sendo ressignificadas e difundidas mundialmente por meio do mangá em questão.

A partir desses apontamentos iniciais, no entanto, já é possível demonstrar como os mangás podem constituir uma fonte rica para a análise histórica, sendo contemplados por representações formadas a partir das apropriações de seus autores – os mangakás – e de questões ligadas ao contexto em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana; CARLOS, Giovana Santana. Caracterizando o “estilo mangá” no contexto brasileiro: hibridização cultural na Turma da Mônica Jovem. **Vozes e Diálogo**, v. 12, n. 01, 2013.

BATISTELLA, Danielly. Mangá: o jogo entre palavras e imagens. **Revista Icarahy. Revista eletrônica da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, n. 1, 2009.

BORGES, Gustavo. **A questão do consumo em xXx HOLIC**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFG, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: A História entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
EISNER, Will. **Quadrinhos e Arte Sequencial**. Tradução de Luís Carlos Borges. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
FARIA, Mônica Lima de. **Comunicação pós-moderna nas imagens dos mangás.** 2007. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
GONÇALVES, Ana Cristina. **Representações de Hiroshima**: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
ITO, Kinko. Manga in Japanese History. In: MACWILLIAMS, Mark W. (Org.). **Japanese Visual Culture: Explorations in the world of manga and anime**. London: Routledge, 2015. p. 26-47.
LUYTEN, Sônia M. Bibe. **Mangá**: o poder dos quadrinhos japoneses. 3 ed. São Paulo: Hedra, 2012.
LUYTEN, Sônia M. Bibe. **Panorama do Mangá e Animê**. In: GUIA da cultura japonesa em São Paulo. São Paulo: JBC, 2004. P. 246-256.
OI, Sheila Kiemi. **Shôjo mangá**: de Gengi Monogarati a Miou Takaya. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. 2009.
SILVA, Guilherme. **Xintoísmo e produção de presença –** A espiritualidade no mangá Mushishi. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC. 2016.
TANCINI, Pedro Ernesto Gandine; HOFF, Tânia Márcia Cézar. O mangá e a turma da Mônica jovem: processos de interculturalidade. **SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA ESPM**, v. 1, 2012.
TEEUWEN, Mark; SCHEID, Bernhard. Tracing Shinto in the History of Kami Worship. **Japanese Journal of Religious Studies**, v.29, n.3-4, 2002.
V Kami", **Japanese Journal of Religious Studies**, 410, 1983, pp. 277 – 288.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A HISTORIOGRAFIA SOBRE O PARANÁ NO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE: TRAJETÓRIAS DAS PRIMEIRAS PRODUÇÕES

Wander de Lara Proença
(UEL / UFRGS)[43]

Resumo: Notas de pesquisa sobre as primeiras produções que tiveram como campo temático a *história do Paraná.* A expansão das instituições universitárias e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu,* na segunda metade do século XX, criou uma demanda por titulação, decorrente das necessidades da carreira acadêmica, aspecto que instou deslocamentos de historiadores para outras instituições do País ou do exterior em busca de formação. Isso possibilitou que tendências conceituais, transformações metodológicas e novas temáticas do campo historiográfico se reverberassem no ambiente das universidades paranaenses, com enfoque nas questões regionais. São analisados os procedimentos do próprio discurso que se nomeia de *história regional* e as relações de poder que ele pressupõe, associando-se a isto as noções de *campo* e *trajetória social*, conforme proposto em Pierre Bourdieu. Apresentam-se apontamentos da elaboração de uma *história do Paraná* pelo primeiro núcleo situado na UFPR e, sobretudo, das primeiras dissertações produzidas por docentes vinculados às universidades estaduais, com amostragem a partir da UEL, problematizando-se as relações entre o lugar de produção, a historiografia e as regiões tematizadas.

Palavras-chave: Historiografia; Paraná; universidade; campo acadêmico.

[43] Texto vinculado à pesquisa de estágio de Pós Doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob supervisão do prof. Dr. Jurandir Malerba.

Introdução

O presente texto resulta de notas de pesquisa sobre a historiografia do Paraná, referente à região paranaense, produzida no ambiente da universidade. As fontes de estudo são dissertações e teses, além de outros registros produzidos pelos historiadores vinculados a estas instituições, como relatórios e atas departamentais, no recorte temporal de 1950 a 1990. Essa periodização é estabelecida por indicar a criação do departamento de história da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e surgimento do primeiro núcleo de produção sobre o temário nominado *história do Paraná* no âmbito da universidade; por comportar representativas transformações teóricas, conceituais e metodológicas no campo historiográfico brasileiro; pela criação das universidades estaduais paranaenses e regulamentação de programas de pós-graduação no Brasil, associado à profissionalização da comunidade dos historiadores. O recorte de análise no espaço social da universidade decorre da demanda por titulação ocasionada pelas necessidades da carreira acadêmica advindas no período, aspecto que instou deslocamentos de historiadores para outras instituições do País, em busca de formação, promovendo uma circulação de tendências e novas conquistas do campo historiográfico no âmbito das universidades, que se reverberaram no campo acadêmico paranaense.

Como objetivo geral, busca-se observar a evolução da cultura historiográfica brasileira, com destaque para algumas de suas transmutações teóricas e metodológicas no período em análise, e assim perceber as repercussões deste quadro nas produções que tiveram como temáticas a história do Paraná, a partir da trajetória intelectual de pesquisadores vinculados às universidades estaduais em relação à primeira elaboração ocorrida no ambiente da UFPR.

Primeiras produções sobre o Paraná no ambiente da UFPR

Nos anos de 1950, constituiu-se na Universidade do Paraná – posteriormente, Universidade Federal do Paraná - em Curitiba, no Departamento de História, um grupo de professores e pesquisadores que produziu a primeira geração de textos oriundos desse *lugar social* - a academia - abordando o contexto regional paranaense. Representam esse núcleo Cecília Westphalen (professora de História Moderna e Contemporânea), Altiva Pilatti Balhana (professora de História da América) e Brasil

Pinheiro Machado (professor de História do Brasil). Ao se organizar aquele Departamento, em 1959, a ata de reunião traz o seguinte registro: "É finalidade precípua do Departamento de História, promover e realizar a pesquisa histórica, notadamente a regional [...] Organizar Acêrvo de documentação sôbre a história regional".[44] A ata de registro de reuniões daquele Departamento de História também incise a preocupação de seus membros em realizar uma análise e uma revisão das obras já existentes sobre o Paraná, produzidas fora da academia universitária, tendo como ponto de partida um seminário de história:

> Enquanto era aguardada a regularização do Seminário de História junto aos órgãos diretores da Faculdade, davam início os professôres de História às atividades do mesmo, planejando a realização, com a participação de inúmeros professôres e estudiosos da História do Paraná, de um seminário para a revisão da Historiografia do Paraná.[45]

A pesquisadora Daiane Machado[46] afirma que em nível institucional, com o apoio destes colegas, no início na década de 1960 Westphalen propôs a instituição de um Seminário de História, a partir do qual os docentes estabeleceriam um "sistema de referência para se construir a História do Paraná":

> [...] Falou ainda sôbre o estado atual da pesquisa histórica regional, onde tudo ou quase tudo resta por fazer, sobretudo no domínio da economia histórica. Disse, finalmente, da necessidade de serem reexaminadas as fontes da história paranaense, bem como da necessidade do emprêgo de novas técnicas quantitativas no tratamento das mesmas.[47]

Os registros apontam para um tipo de *história do história* ensejado pelo núcleo daquela Universidade.

> Foi assim, marcada para 23 de setembro de 1959 a primeira sessão dêste seminário, objetivando a análise da obra dos historiadores do Paraná, com a crítica das suas fontes, métodos e técnicas de trabalho e com a finalidade de realizar o levantamento da situação real da Historiografia

[44] ATA da reunião do departamento de história da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 285-315, jan./jun. 2009, p. 288.
[45] Ibid., p. 291.
[46] MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.22, p.134-151, dez., 2016.
[47] ATA, op.cit., p. 293.

> Regional do Paraná, e dos problemas que nela restam por serem equacionados e resolvidos.[48]

Destaca-se o enfoque regional:

> Gesto que institucionalizava a busca pela formulação de uma história total, tornando-se a história regional uma estratégia de pesquisa da história praticada no DEHIS. Nesse sentido, forjou-se o "nós" ("sujeito plural que sustenta o discurso") desse lugar historiográfico, o fazer história econômica e social regional tornava-se uma intenção coletiva.[49]

As atividades deste seminário, em sua primeira sessão teve como relator o professor Brasil Pinheiro Machado. Ao final de sua exposição, Pinheiro Machado disse que "apesar das suas limitações, a obra de Romário Martins é fundamental para o historiador do Paraná, uma vez que êle abriu caminhos e apontou os rumos, tal como Varnhagem, para a História do Brasil".[50] Iniciaram-se também projetos de pesquisas pelo referido Departamento que, primeiramente, "voltavam-se para coleta de fontes, pois a empiria deveria substituir o primado da pesquisa bibliográfica". O foco se concentrava na "exploração de fontes regionais". Em sua exposição, a professora Altiva Pilatti Balhana ressaltou que as "observações de Romário Martins na obra História do Paraná",[51] sôbre a evolução do comércio paranaense e suas transformações, "constituem hipóteses de trabalho que poderão ser valiosos pontos de partida para estudos aprofundados segundo novas técnicas quantitativas".[52]

Como resultados daquelas produções revisionistas, criou-se o Boletim do Departamento de História para a divulgação parcial dos resultados, "meio de

---

[48] Ibid.
[49] MACHADO, op. cit., p.138, 139.
[50] Ibid.

[51] O lançamento da obra "História do Paraná", em 1899, marcou o nome de Romário Martins como "primeira referência" da história do estado. Originalmente com 250 páginas, o livro dobrou de tamanho na 2ª edição, publicada em 1937. "História do Paraná" foi a primeira obra que compilou toda a história do estado em um volume único. "Ele inaugurou a história do estado", resume o historiador Luis Fernando Pereira. A morte de Romário Martins se deu em Curitiba, no ano de 1948, aos 74 anos. "Com muita pesquisa, ele contribuiu para a formação da história paranaense e para a elaboração de símbolos que remetem ao estado". Cf. Gazeta do Povo. Com Romário Martins surge o registro histórico do Paraná, 8/02/214. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-romario-martins-surge-o-registro-historico-do-parana-emk8gu7nwdlkuhngaimmj2ury Acesso em: 18 dezembro de 2017.
[52] ATA, op. cit., p.294.

interlocução com o público acadêmico e não acadêmico e, consequentemente, de afirmação de uma forma de fazer pesquisa".[53] Essa produção construiu uma primeira definição – no âmbito da universidade - da ideia de região paranaense e deu suporte a uma história contida, em termos espaciais, na definição ou invenção do Paraná, como aparece em um livro organizado na década de 1960, por Faissal El-Khatib, composto por 04 volumes, que tratava da história "do Paraná".[54] Nessa publicação, no volume 01, participavam os principais pesquisadores da UFPR, da primeira geração de acadêmicos.

Concluindo esse tópico, vale destacar as influências de Cecília Westphalen nessa primeira produção historiográfica. Sua trajetória intelectual imprime contornos centrais na ressignificação do *habitus*[55] da historiografia paranaense, marcada pela rede de sociabilidade, pelos diálogos historiográficos, apoios para publicação e divulgação de obras, relações regidas por trocas intelectuais, institucionais e políticas que estabeleceu. Daine Machado cita alguns dos deslocamentos que marcam sua trajetória:

> O primeiro localiza-se entre 1958 e 1959 e compreende sua experiência como acadêmica na Universidade de Colônia, Alemanha Ocidental, e um rápido estágio no Centre de Recherche Historique (CRH), na École Pratique des Hautes Études (EPHE). Este deslocamento ocorreu em função da divulgação de sua tese de cátedra e da intenção de colher com Braudel, especialista no século XVI, conselhos para alavancar sua pesquisa.[56]

Comenta-se sobre o perfil intelectual dessa historiadora:

> Foi na prática da história econômica e social quantitativa à la Annales, que aprendeu nos deslocamentos historiográficos à École Pratique des Hautes Études, que Westphalen fundamentou seus projetos de pesquisa e diretrizes para o ensino. Para compreendê-los, acena-se fundamental a historicização dos seus encontros e desencontros acadêmicos configurados em diferentes espaços de sociabilidade e

---

[53] Ibid.

54 EL-KHATIB, Faissal (org.). **História do Paraná**. Vol.1. Curitiba: Grafipar, 1969.

[55] Noção conceitual aqui empregada com o sentido proposto por Bourdieu: disposições adquiridas e construídas socialmente, que orientam as práticas ou organizam a ação no interior de um dado campo. "É o *habitus,* como estrutura estruturada e estruturante, que engaja, nas práticas e nas ideias, esquemas práticos de construção oriundos da incorporação de estruturas sociais oriundas, elas próprias, do trabalho histórico de gerações sucessivas [...]" (BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996, p. 158). Este conceito será mais detalhado nas páginas seguintes.

[56] MACHADO, op. cit., p.136. Seu contato pessoal com Fernand Braudel ocorreu durante o evento sobre Carlos V, na Universidade de Colônia.

> produção do conhecimento, como a Universidade Federal do Paraná.[57]

A região paranaense sob o olhar de novas trajetórias acadêmicas

A primeira elaboração sobre o espaço paranaense tornou-se objeto de estudos e reflexões desenvolvidas no próprio Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, na década de 1990. Como exemplos iniciais, um artigo coletivo, produzido por quatro professores do departamento de História da UFPR, no dossiê da *Revista Brasileira de História* (RBH), dedicado ao "Ensino de História: memória, história, historiografia".[58] Nesse texto, os autores propõem fazer uma avaliação dos 30 anos de produção histórica do Departamento de História da UFPR. Outros dois artigos são oriundos de sua própria revista, *História: questões e debates*, de 1997.[59] O primeiro artigo ressalta que se atém a relembrar "todos seminários de que participaram, os convidados de honra que tiveram no programa, os pupilos mais destacados. No final do texto, resgatando o que havia dito há 25 anos, reitera sua proposta que acredita ter conseguido executar: transformar-se em escola. O segundo texto tem "estrutura análoga" ao texto de Euclides Marchi e demais autores. Novos trabalhos de crítica revisionista, dos anos 1990, sobre o tipo de historiografia produzida pelo núcleo da UFPR, analisaram a produção dos "discursos" sobre a região, tomando-os como operações políticas e de poder na construção de identidades e domínio político. O objeto dessas pesquisas[60] é a produção estabelecida, que já havia se tornado parte da "cultura histórica" e circulava em manuais didáticos e livros de divulgação do Paraná.

---

[57] Ibid.

58 MARCHI, Euclides, BONI, Maria Ignês M. de, SIQUEIRA, Márcia, NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 133-142, set. 92/ago, 1993.

59 SIQUEIRA, Márcia. Fazendo história: PGHIS: 25 anos. **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 20-45,1997. WESTPHALEN, Cecília M. Os cursos de Pós-Graduação em História da UFPR. **História**: Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 6-19, 1997.

60 Com esta perspectiva foram produzidos, na pós-graduação do Departamento de História da UFPR, entre outras, as seguintes pesquisas: PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo** - cultura e imaginário no Paraná da I República. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996; SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná***:* o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995; SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador***:* ruínas de um mito - Romário Martins, 1893-1944. 2. ed. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

Um aspecto a ser observado nestas análises consiste em perceber se há uma "quebra" do discurso de "uma" história do Paraná formulada, ainda no começo do século XX, por, entre outros, Romário Martins, formulação que havia sido atualizada e legitimada pela academia nos anos de 1950/1960, pela primeira geração de historiadores acadêmicos da UFPR. Para essas abordagens dos anos 1990, a produção da primeira geração acadêmica aparecia com o estatuto legitimado e legitimador de uma "história do Paraná" produzida no "lugar social universidade". A proposta destes novos enfoques seria a sua "desconstrução", apontando as operações de dominação e poder inerentes ao fenômeno das "construções de identidade". A partir das conclusões desta produção, poder-se-ia afirmar que não se concebia mais um único "passado" unificado que desse suporte à "região", nem à formação de "um" paranaense que tivesse sido formado por esta experiência em comum no passado do espaço Paraná. Exemplo também destas investigações, de consistência revisionista, é a dissertação de mestrado em História, de Cristiane Szesz, como destacado na proposição de seu trabalho:

> A história regional é vista por nós como um modo de fazer existir a região, como um estudo dominado por perspectivas e imperativos ostensivamente adequado à reprodução do Paraná. Ao invés de buscar uma continuidade histórica para essa identidade paranaense, para esses recortes temporais e espaciais, este trabalho busca suspeitar dessas continuidades, pondo em questão a construção dessa identidade, e dessas fronteiras fixas da região, introduzindo a dúvida sobre esses objetos históricos canonizados.[61]

Na década de 1970 começaram a se constituir as instituições universitárias estaduais no interior do Estado do Paraná. Foram criadas as Universidades Estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM) e Ponta Grossa (UEPG), sediadas nas respectivas cidades. No início de 1980 surgia a UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná, sediada em Cascavel e com campus em várias cidades. O Departamento de História ficou sediado em Marechal Candido Rondon. No final dos anos de 1990 e no início da década seguinte surgiram a UNICENTRO – Universidade do Centro Oeste do Paraná,

61 SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995, p. 315.

sediada em Guarapuava e a UENP- Universidade do Norte Pioneiro, sediada em Jacarezinho.[62] O surgimento destas universidades também representou a criação de centros de documentação e lugares de memória com acervos referentes às respectivas regiões em que se instalaram as universidades, o que possibilitou maior possibilidade de acesso a fontes pelos pesquisadores destas instituições. A Universidade Estadual de Londrina, por exemplo, dispõe do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – NDPH, que é um órgão vinculado ao Departamento de História da UEL, instalado no Centro de Letras e Ciências Humanas. Em sua página eletrônica o NDPH apresenta um descritivo do papel que academicamente desempenha nas produções voltadas ao enfoque regional da pesquisa. O centro de documentação *dedicava-se, até então, exclusivamente à pesquisa Local/Regional*. A partir do ano de 2005 deliberou-se pela reformulação e o órgão passou a abrigar também documentação de outras temáticas. Sendo assim, na atual formulação, o NDPH ao mesmo tempo em que atende às demandas das linhas de pesquisa do Departamento de História, cujo programa de pós-graduação *stricto sensu* está voltado à História Social, *mantém sua orientação primeira em torno do tema História Local/Regional, possuindo coleções sobre Londrina e o Norte do Paraná*.[63]

Nas décadas de 1970 e 80, diversos professores das instituições paranaenses, impulsionados pelas demandas das carreiras acadêmicas, procuraram cursos de pós-graduação em instituições mais antigas, como: a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade de São Paulo (USP); e na década de 1980, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a de Campinas (Unicamp); e, nos anos 1990, a Universidade Federal Fluminense (UFF). Assim, surgiu uma série de pesquisas em história, que abordavam o território paranaense. Neste aspecto, é pertinente pontuar algumas das transformações no campo historiográfico brasileiro, no período:

> Um forte aspecto unificante destes vinte anos seria, portanto, a multiplicação progressiva de objetos, problemas e enfoques historiográficos, mas também de espaços institucionais e públicos de atuação deste grupo de especialistas. Esta multiplicação implica hierarquias. Desta perspectiva, as influências mais profundas vêm do

62 Essas duas últimas instituições contam com Departamentos de História e, mais recentemente, a UNICENTRO, como também a UEPG, constituíram um Programa de Mestrado em História.

63 Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/portal/pages/historia.php>>. Acesso em nov. 2018. Grifos nossos.

> marxismo e da historiografia francesa, ambos em seus diversos matizes.[64]

Jurandir Malerba comenta que os programas mais antigos do País são aqueles que, em geral, se definem por uma "grande área", enquanto "os programas de criação mais recente identificam suas áreas de concentração a partir de recortes que conjugam mais de uma abordagem (como cultura e sociedade, cultura e poder, cultura e identidade, política e espaço)".[65] E acrescenta:

> a entrada de novos personagens e temáticas na agenda dos investigadores a partir dos anos 70 foi [...] um dos efeitos de 1968 sobre a historiografia Ocidental. [...] por meio dessa irrupção, o presente imediato irá se manifestar com muito mais força na historiografia, [...] inscrevendo a atualidade, a contemporaneidade nos objetos de pesquisa histórica.[66]

A profissionalização do saber historiográfico, com a formalização de sua produção no ambiente universitário, e a busca por titulação pelos docentes das recém-criadas universidades paranaenses, possibilitaram a estes historiadores o contato com instituições universitárias que disseminavam renovações nas perspectivas historiográficas no período. Outro aspecto é a relação que se estabelece entre pesquisa de temas regionais e o surgimento das universidades no interior do Estado. O enfoque *regional* parece denotar um vínculo com esse deslocamento geográfico dos ambientes de ensino superior, como destacado nas observações de Fico e Polito:

> Uma das características advindas com a criação dos cursos de pós-graduação por todo o país foi o estudo da História Regional. [...] os trabalhos de História Regional demonstram o alcance que a Universidade pode ter com a interiorização do ensino superior e, portanto, a desmetropolização do conhecimento histórico.[67]

Como exemplos da produção deste "lugar social" – as universidades estaduais paranaenses - destacam-se os primeiros trabalhos de historiadores vinculados à UEL: ADUM, Sonia Maria S. Lopes. *Imagens do progresso*: civilização e barbárie em Londrina. 1930-1960. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em

---

64 FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil***;* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992, p. 163.
65 MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina**. Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 69.
66 Ibid., p. 107.
67 FICO, POLITO, op. cit., p.159.

História, Universidade Estadual Paulista, Assis - SP, 1991; ARIAS NETO, J. Miguel. *O Eldorado*: Londrina e o Norte do Paraná (1930-1975). Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993; TOMAZI, Nelson Dácio. *"Norte do Paraná":* história e fantasmagorias. Tese (Doutorado) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

Considerações finais

Os aspectos conceituais delineados nesse texto contribuem para se perceber os elementos de transformação do *campo* historiográfico; as disputas pelo capital simbólico nos espaços da universidade, em seu poder de nominar, por exemplo, as representações do que se constituiu região paranaense. E ainda, outras questões: qual o posicionamento dos novos historiadores do Paraná em relação ao primeiro núcleo de estudos da UFPR: crítica, distanciamento, continuidade ou ruptura? É possível se observar a configuração de um novo *habitus* da historiografia do Paraná? A trajetória destes pesquisadores os caracteriza como uma nova geração no campo historiográfico?

Para Pierre Bourdieu, as transformações no interior de um dado campo – no caso, aqui, o acadêmico – ocorrem em meio a conflitos e disputas pelo capital estabelecido em seu interior por parte dos agentes. Para tal compreensão, é pertinente a noção de *trajetória social,* empregada por esse autor:

> toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*; cada deslocamento para uma nova posição, enquanto implica a exclusão de um conjunto mais ou menos vasto de posições substituíveis e, com isso, um fechamento irreversível do leque de posições inicialmente compatíveis, marca uma etapa de *envelhecimento social* que se poderia medir pelo número dessas alternativas decisivas, bifurcações da árvore com incontáveis galhos mortos que representa a história de uma vida.[68]

A noção de *trajetória* pode ser também aplicada a uma instituição ou uma área de conhecimento, como são os casos da história e da universidade. Cabe considerar

[68] BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 292.

que a trajetória dos agentes é marcada por tensões e disputas entre os discursos já postos e aqueles que representam mudanças.[69] A disputa se processa entre dominantes e dominados (os novatos) no interior do campo; os dominantes utilizam as *estratégias de conservação* e os novatos, em hipótese, adotam as *estratégias de subversão*. Os novatos podem escolher dois caminhos: de um lado, adotar as *estratégias de sucessão* em conformidade e continuidade com a lógica imposta pelos dominantes, de outro lado, seguir as *estratégias de subversão* que rompem com os princípios vigentes, com o intuito de redefinir a lógica do modelo estabelecido.

Até os anos 1970, a historiografia brasileira continuava a trazer como característica e regra geral a "prevalência de uma história centrada no Estado, história oficial (quando não oficiosa), apologética das elites governantes (quando não paroquial e biográfica)".[70] Em razão disto, as latências de mudanças promoveram contínuas tensões entre o "tradicional" e o "novo", como destacado por Falcon:

> Poder-se-á admitir que ocorreu nos anos 1970/80 um declínio lento mas continuado do modelo tradicional e, como contrapartida, teria havido uma expansão progressiva da *Nouvelle Histoire*, com o declínio vagaroso no âmbito desta última, da história quantitativa. [...] É provável que nesse período a irradiação e propagação do que era historiograficamente novo haja dependido primordialmente de alguns poucos programas de pós-graduação.[71]

Em relação a estas *permanências*, quando se avaliam as influências do marxismo na historiografia brasileira, Malerba comenta:

> do marxismo resultou de altíssima qualidade para a historiografia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, como, por exemplo, o debate sobre a escravidão colonial ou sobre a história do movimento operário, com todos seus desdobramentos ainda frutíferos [...] não há tema ou período da história do Brasil cuja investigação historiográfica não aponte para alguma matriz marxista fundamental, que tenha resultado em prolixo debate e com o qual qualquer pesquisador tem que se haver.[72]

---

[69] Ibid., p. 28, 29.
70 MALERBA, op. cit., p. 18.
[71] FALCON, Francisco. Apresentação. **Estudos Históricos**, FGV, Historiografia, v. 9, n.17, 1996, p. 10.
[72] MALERBA, op. cit., p.37.

E ainda, como que na configuração de um *habitus*, acrescenta: “Queiram ou não, podemos dizer que todos os historiadores brasileiros são um pouco marxistas”.[73]

Os impactos historiográficos que se reverberaram nas primeiras produções por pesquisadores vinculados às universidades estaduais que tiveram como temáticas a região paranaense – como exemplificados nos casos da UEL -, devem ser examinados a partir das dissertações e teses produzidas, e, se possível, em cruzamentos destes dados com depoimentos de seus autores por meio de entrevistas. Tais conteúdos, evidentemente, fogem às notas de pesquisa deste ensaio, configurando-se em possibilidade de investigação.

Referências

ATA da reunião do departamento de história da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 285-315, jan./jun. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Razões práticas***.* Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

EL-KHATIB, Faissal (org.). **História do Paraná***.* Vol.1. Curitiba: Grafipar, 1969.

FALCON, Francisco. Apresentação. **Estudos Históricos**, FGV, Historiografia, v. 9, n.17, 1996.

FICO, Carlos, POLITO, Ronald. **A história no Brasil***;* elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

GAZETA do Povo. Com Romário Martins surge o registro histórico do Paraná, 8/02/214. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/com-romario-martins-surge-o-registro-historico-do-parana-emk8gu7nwdlkuhngaimmj2ury Acesso em: 18 dezembro de 2017.

MACHADO, Daiane Vaiz. Modo de ser historiadora: Cecília Westphalen no campo historiográfico brasileiro da segunda metade do século XX. **História da historiografia**, Ouro Preto, n.22, p.134-151, dez., 2016.

MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina.** Ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MARCHI, Euclides, BONI, Maria Ignês M. de, SIQUEIRA, Márcia, NADALIN, Sérgio. Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 133-142, set. 92/ago, 1993.

NDPH - Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – NDPH. Disponível em: <<http://www.uel.br/cch/portal/pages/historia.php>>. Acesso em nov. 2018.

[73] MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia: elementos para uma discussão. **Varia Historia**, Ouro Preto, nº, 27, 2002, p. 35,36.

SIQUEIRA, Márcia. Fazendo história: PGHIS: 25 anos. **História***:* Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 20-45, 1997.
SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná**: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.
WESTPHALEN, Cecília M. Os cursos de Pós-Graduação em História da UFPR. **História:** Questões & Debates, Curitiba, v. 14, n. 26-27, p. 6-19, 1997.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

UM ESTUDO SOBRE AS CARTAS DO PADRE JOSÉ DE ANCHIETA: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS SEGUNDO O OLHAR JESUÍTICO

Jaqueline Fernanda Pereira
Universidade Estadual de Londrina

RESUMO. Ao constatar a escassez da abordagem da temática do ensino jesuítico no Brasil, houve a necessidade de através desse trabalho propor uma análise documental das cartas do Padre José de Anchieta, do período de 1500, a fim de evidenciarmos as dificuldades encontradas pelos jesuítas no processo de ensinar o povo indígena em nosso país, que se encontram registradas nas cartas documentais do padre, todas com uma visão totalmente jesuítica. Estas cartas eram enviadas quadrimestralmente para seu superior a fim de relatar todos os processos pelo qual a companhia estava enfrentando. Constitui-se em uma pesquisa qualitativa, de análise documental e histórica, onde buscou-se abordar criticamente as dificuldades encontradas e sua correlação com a estruturação da educação no Brasil desde sua gênese. Pode-se perceber que perante as diversas dificuldades encontradas pelos jesuítas, os mesmos ao traçarem um plano metodológico para ampliar este ensino ao povo, conseguiram alcançar o objetivo proposto, que era ensinar o ler e escrever, bem como converter a maioria dos indígenas ao catolicismo. O objetivo deste trabalho não é o de defender os métodos utilizados pelos padres jesuítas, mas sim, o de analisar o caminho que trilharam juntamente com as dificuldades que nele surgiram para alcançar seu objetivo final.

Palavras-chave: Companhia de Jesus; História da Educação Brasileira; Educação Indígena.

INTRODUÇÃO

Ao perceber uma escassa abordagem de temáticas sobre o ensino jesuítico, houve uma necessidade de fazer uma análise mais aprimorada sobre os escritos do Padre José de Anchieta no período heroico brasileiro. Em uma analise minuciosa sobre as cartas do padre, identificamos algumas dificuldades relatadas pelo mesmo no processo de colonização indígena. Encontra-se como objetivo principal deste identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos missionários no período de colonização, sendo todas estas inconveniências de olhar jesuítico.

Com a vinda dos portugueses para o Brasil em busca de riquezas, e constatado a necessidade de formação da sociedade, foi proposto um projeto educacional a fim de atender as demandas da Coroa, como afirma Neto (p.170, 2008), pois visavam atender um ideal de homem, de educação, pautado na parceria entre Igreja e Estado.

O ambiente da educação desde sua gênese no Brasil é consagrado por intensos embates e conflitos, em relação ao período jesuítico do qual trataremos no presente trabalho, podemos perceber os conflitos estabelecidos entre atender as demandas da Coroa e as demandas da Igreja.

Buscamos retratar através do estudo da bibliografia que trata da organização da companhia de Jesus, inserida no contexto da contrarreforma, bem como através das cartas de Anchieta na sua experiência aqui no Brasil, como se deu a educação jesuítica no denominado período heroico.

Com a vinda da Companhia de Jesus para o Brasil, a fim de promover a catequização dos indígenas aqui encontrados, temos como principal protagonista o Padre José de Anchieta, um jesuíta que teve um papel fundamental no processo de colonização e catequização dos indígenas, com seus inúmeros trabalhos totalmente voltados a fé cristã e a obediência de seus superiores da igreja Católica. Padre José de Anchieta tem um papel fundamental no decorrer deste trabalho, a começar pelo fato de que as cartas são seus escritos particulares retirados do livro “MINHAS CARTAS POR PADRE JOSÉ DE ANCHIETA”, este livro contém uma coletânea de cartas escritas pelo menos no período de colonização indígena. As cartas foram traduzidas para nossa língua da mesma forma em que o jesuíta as escreveu, muitas delas ainda contém palavras que não são utilizadas mais em nosso vocabulário, porém, permanecem com a mesma linguagem que foram escritas.

Foram analisados nestes registros históricos quatro pontos principais relacionados às dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho dos jesuítas na educação dos indígenas, como: as dificuldades de interpretação das línguas, as doenças e dificuldades de cura, a resistência a uma nova fé, bem como as dificuldades encontradas nas viagens.

Espera-se que a partir das análises realizadas, consigamos problematizar acerca da estruturação da educação brasileira, que desde sua gênese sofre intensos embates e dificuldades.

A COMPANHIA DE JESUS

O século XVI foi marcado por muitos movimentos culturais, políticos e religiosos. Destaca-se nesse trabalho os movimentos de Reforma e Contrarrefoma, o primeiro iniciado na primeira metade do século XVI e o segundo no final da primeira metade. A Contrarreforma foi uma reação da Igreja católica aos avanços da Reforma protestante, impondo a Igreja católica revisão e criação de recursos para sustentar seus princípios. A igreja se encontrava com grandes dificuldades em manter os cristãos fiéis aos costumes que a mesma pregava, já que muitas das ações que o papa e seus discípulos estavam cometendo não agradavam ao povo.

O movimento de contestação em relação à Igreja Católica se fortaleceu em função dos muitos abusos de poder e da perda de princípios e de sua essência. Estes por sua vez, estavam cada vez mais instruídos em relação aos direitos do povo e os deveres da igreja para com sua comunidade. Foi este o início do período renascentista, já que a população obtinha mais meios de informações neste momento do que em outro, claramente, nesta época como em qualquer outra, nem toda a população estava em alerta quanto ao que estava acontecendo, mas os reis e nobres sim. Foi neste período que o movimento do iluminismo também ganhava força. Com os nobres percebendo as atrocidades que a igreja cometia, a mesma começava a perder o seu poder perante os fiéis.

Após os protestos que Martinho Lutero passa a fazer defendendo suas 95 teses contra os dogmas da igreja, a mesma acaba perdendo mais cristãos, fazendo com que comece um processo de quebra da fé. Assustados com os avanços do protestantismo e a grande perda de seguidores, a Igreja Católica se reúne com bispos

e papas em Trento, na Itália, onde buscam meios para retomar a fé cristã e abrandar o avanço da Reforma Protestante. Está reunião acaba sendo denominada de Concílio de Trento ou Contrarreforma.

No Concílio de Trento, acabam sendo definidas algumas medidas imediatas, a primeira delas foi a de enviar missionários para terras mais distantes para catequizar aqueles que não conheciam os dogmas da Igreja. Após, a retomada do Tribunal do Santo Ofício e punir os acusados de heresias. Como última medida, decidem por criar o *Index Librorum Prohibitorum* (Índice de Livros Proibidos), assim evitando propagações de ideias contrárias às da Igreja Católica. Todos aqueles que se opusessem às ordens da igreja, eram imediatamente julgados como hereges.

Com esta primeira medida determinada pelo Concílio, é concretizada a criação da ordem religiosa nomeada por Companhia de Jesus, assim, os padres foram nomeados como jesuítas. Os missionários seriam enviados para pregar a palavra de Deus, a fim de conquistar novos cristãos e reforçar a fé daqueles que já conheciam a palavra divina.

A companhia foi criada em 1534 por Inácio de Loyola e mais seis amigos, estes fizeram votos de dedicar sua vida inteiramente para a obra de Deus, abrindo mão de todos os prazeres carnais e mundanos e colocando-se totalmente a disposição do Pontífice, estes “por não se retirar em conventos, seus adeptos são chamados de padres seculares, isto é, que se misturam aos fiéis do mundo” (ARRUDA ARANHA, 1996, p.91). A aprovação para que a companhia fosse reconhecida aconteceu seis anos depois, em 1540, sendo aprovada pelo Papa Paulo III. Um ano depois o Padre Inácio de Loyola passa a ser eleito o primeiro Superior Geral da Ordem.

Em 1549, o Rei de Portugal, Dom João III decide mandar os jesuítas para uma missão no Brasil. Neste mesmo ano desembarcam nas terras brasileiras Padre Manoel de Nóbrega juntamente com mais cinco companheiros e o governador Tomé de Souza, fundando em agosto do mesmo ano a primeira escola de “ler e escrever” (NETO, 2008).

A missão dada a estes homens era a de catequizar e colonizar os habitantes daquelas terras, sendo eles os índios, fazendo com que se convertessem a fé cristã e renunciassem os antigos e maus costumes de sua cultura.

Um ponto essencial no projeto jesuítico era fazer com que as diferenças que existiam entre os homens colonizadores e os colonizados desaparecessem, mesmo que para isso os costumes indígenas tivessem de ser anulado, assim, aumentando o número de fiéis. Este processo de catequização/colonização se iniciava por via de convencimento, os padres pregavam suas missas, ensinavam os nativos sobre sua fé, já que os índios haviam sido reconhecidos como seres com alma, pelo Papa Paulo III.

> Nessa fase a divulgação da doutrina cristã – a catequese – se fazia por **contato de convencimento**, forma tradicional de aproximação, com visitas, “saudações, lacrimosas”, mímicas, discursos, presentes. Implicava alianças com os chefes indígenas e a utilização de intérpretes mamelucos [...] (HILSDORF, 2003, p. 7)

O primeiro traçado de Nóbrega, intitulado como período heroico, teve sua atuação de 1549 a 1570, este era um período em que os missionários passaram a conviver nas aldeias indígenas para aprender os seus costumes e desfragmentar aqueles que não condiziam com a religião cristã. Os missionários percebiam os índios como iguais, reconheciam suas diferenças, mas não aceitavam, impondo primeiramente de formas pacíficas sua nova fé.

Em 1553, Nóbrega se retira para as Capitanias do Sul, e por uma expedição chefiada pelo padre Luiz de Grã para o Brasil, chega ao Brasil o Padre José de Anchieta, um dos jesuítas mais importantes no período da colonização indígena.

Assim que o padre chega ao Brasil, na Capitania de São Vicente, já se depara com os primeiros indígenas. Sua missão neste novo país foi a de catequizar os índios das regiões de São Vicente até Piratininga, assim, o padre juntamente com os religiosos que iriam auxiliá-lo, sobem a Serra do Mar, sentido ao Planalto.

O Padre enfrentou muitos problemas no período de catequização dos indígenas, o que será discorrido no presente texto. Entretanto, em nenhum momento renunciou a obra pela qual teria sido designado a fazer. O jesuíta enviava cartas quadrimestrais com todos os detalhes das missões e pedidos de ajuda quando necessário.

> Os superiores deveriam escrever ao provincial e estes ao Pe. Geral, a cada quatro meses uma carta com informações sobre o trabalho missionário e escrita na língua local e outra, com o mesmo teor, em latim. (VIOTTI, 1984 apud MORENO; SANTOS, 19-, p. 4)

“MINHAS CARTA” REGISTRO DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA

1. DIFICULADADE COM INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS

O Padre Jesuíta José de Anchieta, juntamente com seus outros companheiros de campo de missão, eram em sua maioria espanhóis, desta forma havia uma dificuldade muito grande em se comunicar com outras pessoas que não falassem a mesma língua, principalmente os indígenas, que não tinham contato com nenhum outro povo que não fosse o deles mesmos.

Para que suas missões obtivessem êxito, os missionários faziam um trabalho de conversão com outras pessoas, assim, a partir destes novos convertidos os padres conseguiam se comunicar com os indígenas, pois os novos cristãos eram da mesma região e sabiam falar ambas as línguas.

Grande parte desses convertidos, que eram usados para auxiliar nas conversões, eram negros ou órfãos. Os missionários acreditavam que havia uma grande necessidade de conversão para com estes meninos, pois acreditavam que tinham línguas sujas, assim, necessitando muito mais de conversão do que os próprios indígenas. Como já dito anteriormente, os padres faziam junção de duas necessidades, a de conversão dos meninos com a interpretação das línguas indígenas, assim, faziam com que o trabalho de fé fosse cada vez mais levado a sério para que não perdessem nenhum jovem missionário.

> [...] e temos que é tão importante ganhar um destes como ganhar um índio, porque neles está muita parte da edificação ou destruição da terra, como também porque são línguas e intérpretes para nos ajudar na conversão dos gentios. (ANCHIETA, 1561 apud, VIOTTI, 1984 p.81).

Várias foram as missões dos padres jesuítas, mas não em todas conseguiram um intérprete para que os auxiliasse na tradução a língua falada. Nas aldeias em que visitavam, os padres encontravam muita negligência por parte dos nativos, pois aqueles hábitos que julgavam ser corretos eram abomináveis aos olhos de Deus, segundo os cristãos. Diante deste cenário os padres faziam suas pregações e seus trabalhos para que os mesmos se convertessem e se arrependessem dos maus caminhos, porém, para que o processo de conversão obtivesse êxito, era necessário confessar os pecados cometidos, mas como saber quais confissões estavam sendo

feitas quando os padres não falavam sua língua? Esta era uma situação delicada para a companhia, pois nada podiam fazer a não ser tentar aprender o idioma local.

Para que a palavra fosse propagada, as pregações eram realizadas de formas mais lúdicas, muitas vezes por teatro, pois era a forma mais fácil que padre José de Anchieta encontrou para pudessem entender o que estava sendo pregado. Após muitas dessas pregações, muitos indígenas se comoviam e optavam pela conversão, fazendo assim filas para que pudessem fazer suas confissões com os padres. Padre José de Anchieta acreditava que “se mais intérpretes houvera, muito mais se confessariam, e não é pequena desconsolação vê-los estar todo o dia esperando na igreja e ir-se muitos sem poderem se confessar por não haver quem lhes entenda sua língua.” (ANCHIETA, 1561 apud VIOTTI, 1984, p.81).

Nestas aldeias onde alguns ainda se mantinham nos velhos costumes, a maior parte das mulheres buscava conversão. Em um destes aldeamentos, Irmão Gregório Serrão aprendeu mais sobre a língua nativa dos indígenas, desta forma passou a fazer pregações e ensinamentos na língua dos ouvintes, fazendo com que o entendimento fosse maior.

> Duas vezes cada dia são ensinados em sua língua, quando se lhes declaram as coisas importantes à sua salvação pelo Irmão Gregório Serrão, que ao presente tem ao seu cargo aquela vila, e sabe já a língua dos índios (ANCHIETA, 1561 apud VIOTTI, 1984 p. 83).

Com o tempo, muitos padres foram aprendendo o ofício da língua dos nativos, mas enquanto este obstáculo permanecia, era cada vez mais difícil colonizar uma boa parcela de indígenas, pois a primeira forma de expressão era a fala, porém, esta não era compreendida por ambas as partes. A dificuldade do entendimento da língua não era um empecilho apenas no momento de pregação, mas os padres tinham muita dificuldade também nas comunicações básicas com os nativos como para se orientarem em relação a lugares e informações.

2. RESISTÊNCIA A NOVA FÉ / VOLTA AOS VELHOS COSTUMES

Não apenas a língua era uma barreira para alcançarem o resultado esperado, mas a resistência que havia por parte de alguns indígenas era grande, pois não compreendiam a necessidade em largar seus velhos costumes para se sujeitarem aos novos e cristãos.

Os homens indígenas mantinham os costumes muito mais ativos do que as mulheres, desta forma eram muito rudes e se mantinham fechados para receber a palavra de salvação que os padres lhes pregava, porém, os missionários acabavam por não deixar estes homens de lado, segundo Anchieta:

> Alguns homens assistem à missa aos domingos e depois do ofertório anuncia-se-lhes algum ponto da fé e da guarda dos mandamentos; e como isto não basta para a rudeza deles, não deixamos passar nenhum dia sem os irmos visitar, e exortamo-los ora a uns ora a outros, a receberem a fé (ANCHIETA, 1556 apud VIOTTI, 1984 p. 23).

Não apenas a língua era uma barreira para alcançarem o resultado esperado, mas a resistência que havia por parte de alguns indígenas era grande, pois não compreendiam a necessidade em largar seus velhos costumes para se sujeitarem aos novos e cristãos.

Os homens indígenas mantinham os costumes muito mais ativos do que as mulheres, desta forma eram muito rudes e se mantinham fechados para receber a palavra de salvação que os padres lhes pregava, porém, os missionários acabavam por não deixar estes homens de lado, segundo Anchieta:

> Alguns homens assistem à missa aos domingos e depois do ofertório anuncia-se-lhes algum ponto da fé e da guarda dos mandamentos; e como isto não basta para a rudeza deles, não deixamos passar nenhum dia sem os irmos visitar, e exortamo-los ora a uns ora a outros, a receberem a fé (ANCHIETA, 1556 apud VIOTTI, 1984 p. 23).

Na mesma carta, e em algumas seguintes o padre segue dizendo que os ouvidos dos indígenas estavam cerrados de tal forma, que por vezes na enfermidade preferiam que sua alma fosse levada a morte a se converter à fé cristã. Ainda sobre esta resistência, as cartas nos dizem que muitos destes indígenas que não aceitavam a palavra cristã acabavam por aceitá-la no leito de morte, acreditavam que se dissessem sim para a salvação eles conseguiriam receber de volta sua saúde. Muitos aceitavam a fé pela doença e permaneciam nela após sua cura, já outros assim que curados voltavam as práticas antigas, pois haviam se convertido momentaneamente.

3. DOENÇAS/ FALTA DE RECURSOS PARA CURA

Diante de um cenário de grandes dificuldades, os padres ainda tiveram de se deparar com diversas doenças pelo caminho. Doenças estas que nem sempre eram

curadas facilmente, já que os mesmos se encontravam em aldeamentos onde não existiam os mesmos métodos de cura como estavam acostumados

Mesmo com quadros de enfermidades, os missionários não permitiam que suas obrigações fossem deixadas de lado, ensinavam os aldeões independente de como estivesse sua saúde. Por vezes, nos momentos de sono, os padres eram acordados pelos nativos para tirar dúvidas a respeito de seus ensinamentos. Anchieta acreditava que toda esta sucessão de tarefas fazia com que suas enfermidades fossem curadas, assim como nos revela neste trecho:

> Junto com ensinar gramática em três classes diferentes, de pela manhã até de noite. E às vezes estando dormindo, me iam despertar para me perguntarem, no qual tudo parece que sarava. E assim é, porque ,desde que fiz conta de que não era enfermo, logo comecei a não ser. (ANCHIETA, 1555 apud VIOTTI, 1984, p. 17)

A maior parte de sua missão, padre José de Anchieta passou na aldeia de Piratininga, desta forma, muito dos aldeões iam até ele a procura de ajuda. A aldeia de Piratininga, oferecia muitas mais ervas que auxiliam na cura do que outras aldeias. Desta forma, o trabalho podia ser melhor executado. Mesmo os padres não tendo formação médica alguma, eram induzidos a procedimentos médicos, já que não havia ajuda de nenhum profissional nas missões. Em uma das cartas, nos é dito que um dos missionários, Irmão Gregório, ajudava a sangrar[74] alguns índios na busca da cura de suas enfermidades, mesmo sem ao menos tê-lo feito sequer uma vez na vida. Estas eram práticas necessárias para os jesuítas, já que dependiam deles a cura dos indígenas e deles mesmos por muitas vezes.

O caminho que os missionários percorriam não eram nada fáceis, e as dificuldades que enfrentavam eram mais complexas do que podiam imaginar que seriam. Os problemas de saúde que enfrentavam não estavam associados apenas às transmissões de vírus das aldeias, mas também e não menos principal, associadas às baixas temperaturas a que eram submetidos durante longas noites em que passavam com pouco aquecimento e sem ter o descanso noturno que precisavam. Estes missionários estavam completamente deixados à própria sorte de seu amor pela obra.

[74] Prática de flebotomia; incisão ou sangria venosa.

4. DIFICULDADES ENCONTRADAS NAS VIAGENS

As missões dos padres jesuítas não se resumiam apenas a uma aldeia ou a aldeias perto umas das outras. Para que as missões a que eram submetidos pudessem ser devidamente efetivadas, os padres deveriam percorrer caminhos com muitas adversidades e desafios. Dentre estes problemas que os mesmos enfrentavam, o maior impasse era a falta de alimentos em sua caminhada. Os nativos tinham sua própria forma de enfrentar a vida e seus costumes quanto a alimentação, o que acabava por ser diferentes dos hábitos alimentares dos padres. Com o corpo cansado das viagens e os muitos trabalhos que exerciam enquanto estavam nelas, os padres tinham cada vez menos forças para lutar em prol de sua própria saúde.

Para que ocorresse este processo de cura e de salvação, os missionários não se restringiam a visitar somente as aldeias indígenas, mas também faziam visitas em aldeamentos portugueses. Nessas viagens eles percorriam por diversos quilômetros até chegarem ao seu destino, passavam por rios e lagos, continuavam mesmo se estivesse em dias chuvosos ou de calor excessivo. Os caminhos eram percorridos tanto de dia, quanto de noite e não eram os melhores para manter caminhadas. Os padres além de serem expostos a estas condições, ainda passavam por frio no período noturno, ainda mais quando tomavam banhos de chuva, acabavam passando fome, já que nem sempre tinham a oportunidade de levar comida em suas viagens. Mesmo com todo amor que faziam pela obra e todo sacrifício a que eles se expunham, não era o suficiente para que conseguissem alcançar a todos, assim como diz Anchieta:

> [...] maxime[75] sendo tantas povoações e tão distantes umas das outras, que nem nós bastamos acudir a tão variadas necessidades, como ocorrem, nem, ainda que fôssemos muito mais, poderíamos bastar. A isto se ajunta que nós, que socorremos as necessidades dos outros, muitas vezes estamos mal dispostos e, fatigados pelos sofrimentos, desfalecemos pelo caminho, de maneira que apenas o conseguimos levar a cabo. (ANCHIETA, 1560 apud VIOTTI, 1984, p.61)

Diante deste trecho de uma das cartas de José de Anchieta, podemos perceber o quão cansativas as viagens acabavam sendo para os padres. Cansativas ao ponto

[75] Significado: principalmente, especialmente.

de fazer com que não conseguissem concluir sua caminhada, já que, o cansaço também era fator determinante para o falecimento de alguns irmãos missionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se constatar, portanto que perante todas as dificuldades acima apresentadas, os jesuítas enfrentaram uma jornada árdua para o propagar o ensino da leitura e escrita e do catecismo para os indígenas, e sem o apoio total da Coroa para o desenvolvimento deste trabalho, já que por muitas vezes os mesmos se sentiam abandonados em meio ao caos. Comparando com o contexto educacional atual, podemos perceber que estas incoerências permanecem em sua estruturação, pois ora a educação escolar é subordinada a atender as demandas impostas pelo Estado, ora pelo mercado de trabalho, porém não recebe os recursos necessários para o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

Esta dificuldade em alcançar os processos educativos com maior qualidade e respeito é algo que perpassa gerações, sendo assim, não temos a ideia de quando irá mudar e se irá mudar um dia. Assim como os missionários passaram por processos complicados, sendo deixados à sorte de suas próprias estratégias, podemos comparar ao processo em que os profissionais da educação de hoje passam em suas salas de aula “desmotivação pessoal e elevados índices de absentismo e de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição constante” (NÓVOA, 1995, p. 22)

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, José. In: VIOTTI, Hélio Abranches. **Minhas cartas por José de Anchieta**. São Paulo: S.J., Edições Loyola , 1984. p 1-158.

ARRUDA ARANHA, Maria Lúcia de. Renascimento: humanismo e reforma. In:_____. **História da Educação.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996. p.86-103.

BARROS, Kauiza Araujo de. Teatro jesuítico: um instrumento da pedagogia jesuítica. **Travessias**, São Paulo, n. 2, p. 1-12, 2005.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson, 2003. 134 p.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba. n. 31, p. 169-189, e 2008.

NÓVOA, António. **Profissão Professor**. 2 ed. Portugal: Porto Editora, 1995. 34 p.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

O CINEMA DE HORROR: AS REPRESENTAÇÕES DO MEDO NAS OBRAS *CARRIE* (1976) E *CHRISTINE* (1983)

Fernanda da Silveira[76]
(UEM)

Resumo: As narrativas cinematográficas consistem em um desdobramento de crenças e práticas situadas historicamente. Pensando este fenômeno, o objetivo deste trabalho consiste em trilhar o caminho do medo a partir da história das *crenças*, em duas obras fílmicas norte-americanas: *Carrie* (1976) e *Christine* (1983), sob a égide dos conceitos de representação, imaginário e verossímil, respectivamente discutidos nas obras de Roger Chartier (2002), Sandra Pesavento (2008) e Christian Metz (1970). Para tratar do medo e sua relação com o gênero cinematográfico - o horror, relacionaremos as obras de Jean Delumeau (1989), Noël Carroll (1999) e Stephen King (2007), com o intuito de elucidar, ainda que de maneira breve, um pequeno panorama visando discutir quais os mecanismos do medo utilizados dentro desses filmes. De mesmo modo, no tocante ao arcabouço magistral que a produção cinematográfica carrega consigo, lançaremos à luz deste trabalho as propostas do antropólogo Edgar Morin (2014), que atribui ao cinema a capacidade de traduzir os aspectos do indizível. Por fim, em diálogo com o que já fora mencionado, situaremos nossa discussão no universo cotidiano norte-americano da década de 1970, momento este em que o gênero horror adentrava, então, sua corrente de maior visibilidade.

Palavras-chave: medo; cinema; representação; imaginário; verossímil.

[76] Graduanda do 4º ano de História pela Universidade Estadual de Maringá. Membro do Laboratório de Estudos em religiões e religiosidades. Orientanda da Profª Drª Solange Ramos de Andrade. E-mail: fernanda.silveira014@gmail.com

Introdução

Situadas no contexto norte-americano da década de 1970 e início da de 1980, as respectivas adaptações cinematográficas dirigidas por Brian de Palma e John Carpenter, tem muito a dizer sobre o momento histórico em que foram gravadas, tal como as demais obras situadas historicamente.

Já não é estranho, após anos de pesquisa, conseguir localizar historicamente tais obras cinematográficas, uma vez que esse trabalho já está sendo realizado há tempos. Nesse sentido, com o intuito de tornar a discussão menos cansativa, não tardarei em citar algumas características presentes nesse momento de ansiedade e desconfiança política, como assinala muitos historiadores (HUTCHINGS, 2008).

Fora a partir da década de 1960 que os movimentos sociais ganharam força e foco de resistência no cenário americano. Neste momento as inúmeras bandeiras democráticas levantadas em nome da liberdade sexual, da liberação gay, das mulheres e dos negros. Fora precisamente no início desta década que o presidente J. F. Kennedy, por meio de um golpe estratégico, levou um tiro e morreu ao lado de sua mulher.

Nas décadas posteriores e mais precisamente no decurso dos anos 1970, o cenário político, já enfraquecido por inúmeras mudanças, contava agora com os imbróglios de Watergate, que levaram a renúncia do presidente Nixon; economicamente o país enfrentava a pior das crises do petróleo, o ano era 1973; juntamente dos protestos democráticos estava também os protestos a favor da retirada das tropas americanas do Vietnã, que lá já estavam desde 1955.

É indubitável que tais transformações no cenário social, político e econômico não levasse a mudança da atmosfera cultural. Não nos deteremos agora nos medos e anseios políticos, mas sim, na presença de uma Nova Hollywood. Entende-se por este termo um momento na história do cinema quando diretores recém-formados reformularam um cinema com bases e estruturas reconfiguradas, possibilitando:

> ao cinema americano assumir uma noção de modernidade que outras cinematografias do mundo já haviam assimilado, mais precisamente nas suas relações com a representação, com a revisão dos gêneros cinematográficos e com a intervenção da realidade nos filmes (REIS; LIMA, 2015, p. 09).

Fora, portanto, nessa configuração da Nova Hollywood que vieram a surgir diretores com ideias mirabolantes à margem do aparato industrial, como é o caso de Brian de Palma[77] e John Carpenter[78]. De Palma ilustra de maneira magistral a jovem Carrie White (Sissy Spacek), uma adolescente dotada de poderes paranormais que sofre muito dentro do colegial americano.

Falamos aqui, pois, do fatídico ambiente competitivo escolar, onde as meninas disputam entre si o convite do capitão de futebol para o tão esperado baile de formatura. É neste rito festivo – rito por tratar-se de um ritual anual, que Carrie tem seus poderes incitados descontroladamente, logo após ser coroada como rainha da festa, ao lado de Tommy Ross (William Katt).

Caro leitor, as mulheres nesta obra dão um show. São elas o ponto crucial de toda narrativa. Desde que Carrie menstruara, isso nos primeiros cinco minutos do filme, as meninas começaram a trata-la como esquisita, e isso não só por seu desconhecimento em relação a menarca, mas também por conta de seu comportamento, suas vestimentas, cabelo e falta de maquiagem.

Mas o que interessa aqui é que uma das jovens se arrependeu e obrigou seu namorado – o capitão do time – a convidar Carrie para o baile. Concomitantemente, em outro desdobramento da narrativa fílmica, as demais adolescentes combinavam já a coroação do rei e da rainha da festa, forjando a premiação de Carrie e Tommy.

E por que? Fora essa a vingança construída pelas mulheres: derrubar um balde cheio de sangue de porco na adolescente. Claro que essa atitude fez com que as mulheres aparecessem com uma das facetas negativas no filme, burlando toda e qualquer regra para vingarem-se de uma adolescente que menstruara tardiamente e diferenciava-se das demais pelas características outrora citadas. Aqui desdobra-se o horror da narrativa.

Já no trabalho realizado por Carpenter, o universo do colegial também é apresentado ao público, mas desta vez pela visão de “Arnie” Cunningham (Keith Gordon) e seu único amigo, Dennis Guilder (John Stockwell). O jovem Arnold é um

[77] O diretor também é conhecido por outras obras cinematográficas posteriores, *Vestida para matar* (1980), *Scarface* (1983) e *Os intocáveis* (1987)
[78] O diretor é conhecido por outras obras cinematográficas, como *Halloween* (1978), *O Nevoeiro* (1980), *Fuga de Nova York* (1981)

garoto diferente dos demais, enquadrado no que costumeiramente chamamos de “nerd”, ao contrário de Dennis, capitão do time de futebol americano do colégio.

Arnie encontra um Plymouth Fury vermelho em uma garagem, construído em Detroit no ano de 1957, de acordo com as informações dadas por George LeBay, que guardava o carro em seu jardim. O garoto fica encantado com o carro, que recebe o nome de Christine, e aparentemente está caindo aos pedaços, e oferece uma quantia simbólica em dinheiro para adquirir o veículo, ao mesmo tempo seu amigo, Dennis, contrariado, tenta impedir o garoto de cometer este erro porque o carro não vale absolutamente nada de acordo com o estado apresentado no filme (CHRISTINE, 1983).

Quando o jovem aparece com o carro em casa, a mãe rapidamente o reprime, enquanto o pai se cala. Arnie sai com o carro e o leva até uma garagem onde passa a dedicar-se arduamente a restaurar Christine, num tempo estimado de aproximadamente um mês, como mostra as legendas em duas tomadas de cenas.

À medida que a reforma vai acontecendo, o garoto vai criando laços muito fortes com Chrstine, ao mesmo tempo que vai mudando sua aparência e seu comportamento, distanciando-se de amigos e aproximando-se de garotas. Neste mesmo tempo, o carro já começa a adquirir alguns comportamentos, revelando ao espectador sua vida.

Quando Arnie cria um relacionamento com Leigh (Alexandra Paul), Christine sente-se tão ameaçada que apronta uma de suas peripécias já muito articuladas ao longo da trama, tentando matar a garota, que percebe alguma coisa estranha e já denuncia ao garoto o comportamento do carro.

O desfecho se dá quando Dennis e Leigh vão tentar destruir o carro do garoto, mas Christine está mais que preparada para destruí-los também. Acontece que nas reviravoltas de Carpenter, Arnie acaba morrendo e o carro é destruído no final do filme. Até o momento que uma de suas partes se move. E fica esse questionamento para o espectador: Christine ainda existe? (CHRISTINE, 1983).

Bom, não nos interessa aqui travar este paradigma, o importante é situar as obras no contexto em que se inserem, ou seja, a década de 1970 e o início dos anos 1980. Já foram levantadas as inúmeras bandeiras democráticas, os filhos da guerra

renasceram, o cinema continua ganhando força e agora tem, em sua corrente principal, o gênero horror.

Contudo, antes de tratar dessa questão, vamos seguir o trabalho tal como ele se propõe. Trataremos, primeiro, dos objetivos que permeiam essa nossa narrativa historiográfica: a articulação de determinados conceitos que funcionam como base para pensarmos o horror e os filmes em questão, nos deteremos, agora, nos conceitos de *representação*, *imaginário* e *verossímil*.

Objetivos

Para tratar do horror e sua corrente principal, isso é, a década de 1970 e seus anos posteriores, partimos de três conceitos citados anteriormente. O primeiro deles diz respeito ao conceito de *representação*, do qual fica impossível fugir quando trabalhamos as narrativas cinematográficas.

De acordo com o historiador francês Roger Chartier (2002), o conceito de representação pode proferir, em seu interior, três registros de realidade (CHARTIER, 2002). Contudo, tais registros, bem como o nome já diz, tratam-se de registros e não da coisa em si. Representação seria exatamente isso, a presentificação de uma ausência.

De acordo com Sandra Pesavento (2008), uma das grandes referenciais nacionais para se pensar a história cultural no Brasil, o conceito de representação, além de testificar essa presença-ausência, também é fornecedor do segundo conceito que nos deteremos neste trabalho: o *imaginário*.

Segundo Pesavento (2008), o conceito de imaginário deriva, necessariamente, do de representação. Ao passo que este segundo marca tudo aquilo que é vivido, visto e experenciado; o primeiro, toma a experiência como aquilo não visível, aquilo que não é tangido pelo visto, que é cambiante e perpetua de determinada maneira, neste caso, optamos pela perpetuação deste imaginário no cinema.

Para além do imaginário, tem-se também o conceito de *verossímil*, aquilo que de acordo com Christian Metz (1970) situa-se entre o possível e o provável. É notável a simbiose que o cinema tem com a realidade, e a maneira como se utiliza dela para criar mundos fantásticos, sejam os contos de fadas, dos quais sustentam algumas

ideias de Todorov (1977), sejam as narrativas de horror, tanto as literárias quanto as cinematográficas. E principalmente as cinematográficas, pois o espectador não precisa de incansáveis páginas de descrição para sentir a presença do monstro (KING, 2007).

Desse modo, por meio destes três conceitos, é possível elencar as narrativas cinematográficas, sem, de modo algum, desprezar o contexto de produção em que estão inseridas, a condição de produção – isto é, o entroncamento da arte e da indústria, como ressalta Edgar Morin (2014), e a receptividade, assuntos dos quais não nos deteremos neste artigo, mas que são de suma importância para a questão da compreensão da obra em sua complexidade, e, que de mesmo modo já foram abordados em nossos outros trabalhos.

Resultados

Os romances perduraram por meio do cinema, escreveu Stephen King: “os filmes tem desempenhado a função de criar uma câmara de elo cultural” (KING, 2007, s/p). É pensando justamente esse elo cultural e a tríade entre livro-filme-mito, que nos objetivamos a pensar o caminho do medo nas narrativas fílmicas *Carrie* e *Christine.* E por que? Ora, justamente pelo fato de o cinema criar essa câmara de elo cultural e perpetuar no imaginário da sociedade.

As pessoas vão ao cinema até hoje para assistirem filmes de horror, este mês mesmo houveram dois lançamentos de filmes deste gênero. A velocidade com que os filmes de horror crescem é tamanha que nos perdemos nos cálculos. Contudo, o que nos interessa aqui não é contar quantos filmes são lançados ao mês, isso com certeza daria um bom outro trabalho, se, ao ser feito, fossem levantadas questões como o lugar social que o cinema ocupa.

O objetivo consiste, pois, em traçar o caminho do horror em duas narrativas fílmicas adaptadas dos romances do escritor Stephen King, *Carrie* e *Christine.* É importante frisar que embora citamos tais obras literárias, não nos prenderemos em tratar delas em si, uma vez que a construção da adaptação diz respeito a uma outra história, um outro roteiro, um outro enredo com a permanência de algumas características e personagens.

Desse modo, ao pensarmos nas narrativas fílmicas, fica fácil pensar alguns elementos que causam no público um ponto de pressão fóbica, como afirma Stephen King, nestes momentos que o filme é considerado arte (KING, 2007). Noël Carroll (1999), um filósofo teórico que a partir de uma pesquisa empírica desenvolve os mecanismos do horror, trata da arte presente nestas obras como *art-horror* – termo referente ao horror artístico (CARROLL, 1999).

O objetivo de Carroll é claro, tratar dos paradoxos do horror resumindo-os em duas perguntas: como alguém pode ficar apavorado com o que sabe não existir? E por que alguém se interessaria pelo horror, uma vez que ficar horrorizado é tão desagradável? (CARROLL, 1999). Nesta altura do trabalho o leitor deve estar se perguntando sobre o horror, falaremos rapidamente dele, antes de escalarmos o medo das obras citadas.

Qual a diferença entre horror e terror? Bom, essa diferenciação é dada por inúmeros autores, mas escolhemos dois deles para tratar do gênero. Para King, não existe uma diferença substancial entre esses dois gêneros, ambos estão no mesmo círculo de atuação, sendo o horror uma subcategoria do terror (KING, 2007). Já para Noël Carroll (1999), existe uma demarcação entre os dois gêneros, embora ambos apresentem paredes fluídas:

> O horror se revela um desses gêneros em que as respostas emocionais do público, idealmente, correm paralelas às emoções dos personagens. De fato, nas obras de horror, as respostas dos personagens parecem sugerir respostas emocionais do público (CARROLL, 1999, p. 28).

Para além dessa constatação, a demarcação entre os dois gêneros é dada neste momento: “Correlacionar o horror com a presença de monstros dá-nos uma boa maneira de distingui-lo do terror, sobretudo do terror enraizado em histórias de psicologias anormais” (CARROLL, 1999, p. 31). Contudo, tal critério não é suficiente, uma vez que os monstros existem nas meras histórias fantásticas, é necessário, portanto, analisar a relação que esse monstro tem com os demais personagens da obra – o que nos leva a citação de Carroll que nos utilizamos anteriormente (CARROLL, 1999).

Contudo, não nos prenderemos nessa questão. O que importa é que as paredes fluídas de ambos gêneros, e a presença de monstros, faz com que as obras subsidiadas por tais características carreguem em si o sentimento complexo do medo, como deixa claro Yi-Fu Tuan (2005). Para o autor, este sentimento é munido de dois pontos distintos: sinal de alarme e ansiedade (TUAN, 2005).

Jean Delumeau (1989) colabora nesse sentido ao enfatizar a diferença entre os medos nos animais e os medos nos seres humanos. A seu ver, estes últimos são munidos do potencial imaginativo: a imaginação (DELUMEAU, 1989). O medo, quando carregado de componentes imaginários, assemelha-se ao medo gerado das narrativas de horror, essas das quais discorremos neste trabalho.

Pensando justamente em Carrie e Christine temos dois monstros femininos, duas faces do horror: a mulher, com poderes telecinéticos; e o carro, com poderes mortais e valores sociais femininos. É de suma importância destacar que embora a faceta da mulher esteja mostrada nesses padrões, é interessante ressaltar que este fora o momento que as atrizes femininas mais ganharam destaque no cinema Hollywoodiano, mesmo o cinema construído às bordas.

Considerações finais

Pretendeu-se, ao longo deste trabalho, trilhar o caminho do medo nas respectivas narrativas cinematográficas: *Carrie* (1976) e *Christine* (1983), duas adaptações cinematográficas do mesmo escritor, Stephen King. Para tanto, nos utilizamos de três conceitos: *representação*, *imaginário* e *verossímil*.

O primeiro diz respeito à presentificação da ausência, aquilo que não está mais ali, mas que está, por sua vez, representado. O segundo, deriva deste primeiro, ao passo que é tangido pela imaginação, a fábrica da mente que sonha, como retrata Edgar Morin (2014). Já o terceiro, corresponde ao possível e ao provável, é aquilo que se situa entre estes dois termos.

Desse modo, as narrativas cinematográficas, ou os filmes, como bem entenderem, apresentam em sua construção estes conceitos, que podem ser pensados a partir da História – e também a partir de outras áreas do conhecimento. Quando entramos em contato com uma narrativa, entramos em contato também com

o mundo que a inscreve, o seu tempo histórico, sua produção, contexto, representações e objetivos.

Ainda que não consigamos responder as perguntas óbvias, buscamos, por meio de incansáveis trabalhos, trazer a luz do conhecimento algumas articulações que nos permitem pensar as narrativas cinematográficas dentro do campo de estudo da História, uma vez que elas estão presentes em um determinado período e, tal como qualquer narrativa, constitui um desdobramento de crenças e práticas representadas na tela. Assistidas no momento de produção, e anos depois.

Referências

CARRIE (Carrie, A estranha). Direção de Brian de Palma e roteiro de Lawrence D. Cowen. USA: Metro-Goldwyn-Mayer Inc., 1976.
CARROLL, Noël. **A filosofia do horror ou paradoxos do coração**. São Paulo: Papirus Editora, 1999.
CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Algés: DIFEL, 2002.
CHRISTINE. (Christine o carro assassino). Direção de John Carpenter e roteiro de Bill Phillips. USA: Columbia Pictures Corporation, 1983
DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**: 1300-1800. Uma cidade sitiada. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
DRESSED TO KILL (Vestida para matar). Direção e Roteiro: Brian de Palma. USA: Filmways Pictures, 1980.

ESCAPE FROM NEW YORK (Fuga de Nova York). Direção: John Carpenter. Roteiro: John Carpenter e Nick Castle. UK/USA: Embassy Pictures, 1982.
HALLOWEEN (Halloween). Direção: John Carpenter. Roteiro: John Carpenter e Debra Hill. USA: Compass International Pictures, 1978.
KING, Stephen. Carrie, A estranha. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
KING, Stephen. **Dança Macabra**. Trad. Louisa Ibañes. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
METZ, Christian. **El decir y lo dicho em el cine**: hacia la decadencia de un cierto verosímil? In: BARTHES, R; KRISTEVA, J. y otros. Lo verosímil. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo, 1970.
MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**. Ensaio de antropologia sociológica. São Paulo: Editora É realizações, 2014.
PESAVENTO, Sandra. **História cultural**: caminhos de um desafio contemporâneo. IN: Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. (Org): Pesavento, S. J; Santos, N.M.W; Rossini, M.S. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p. 11-10.
REIS, Francis; SANTOS, Paulo; OLIVEIRA JR, L [et.al]. A Nova Hollywood. Quando Hollywood quis fazer da exceção sua regra. IN: **Easy Riders**: O cinema da Nova Hollywood. Brasil: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, 2015, p. 02 – 25.

SCARFACE (Scarface). Direção de Brian de Palma e roteiro de Oliver Stone. USA: Universal Pictures, 1983.
THE FOG (A Bruma Assassina). Direção: John Carpenter. Roteiro: John Carpenter e Debra Hill. USA: Embassy Pictures, 1980
THE UNTOUCHABLES (Os intocáveis). Direção de Brian de Palma e roteiro de David Mamet. USA: Paramount Pictures Presentes, 1987.
TODOROV, Tzvetan. **Introdução à Literatura Fantástica**. São Paulo: Editora Moraes, 1977.
TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo, Editora da Unesp, 2005.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

OS LEITORES DE JOE SACCO: APROPRIAÇÕES DAS LEITURAS E DAS NÃO LEITURAS DO LIVRO-REPORTAGEM/HISTÓRIA EM QUADRINHOS "NOTAS SOBRE GAZA" (2009-2010)

José Rodolfo Vieira (Doutorando, UNESP/Assis – CAPES)

Orientador: Prof. Dr. Áureo Busetto

Resumo: O objetivo desse trabalho consiste em compreender as formas mais variadas de apropriações das leituras de "Notas sobre Gaza" após sua publicação entre 2009 e 2010 em *reviews* de periódicos e *blogs,* além de comentários em lojas de revenda de livros em que "Notas sobre Gaza" esteve ou ainda está há venda. Essa análise apreende a existência de um período conturbado nas relações entre Israel e Palestina que está inserido em um contexto muito maior de guerra contra o terrorismo iniciada após os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono em setembro de 2001 nos Estados Unidos. Ainda na esteira desse acontecimento, o jornalista estadunidense Joe Sacco produz entre 2005 e 2009 uma História em Quadrinhos que representa o massacre nas aldeias de Khan Younis e Rafah em 1955. A hipótese norteadora desse trabalho tenta averiguar a existência de uma multiplicidade de experiências que a leitura, e até mesmo a não leitura de "Notas sobre Gaza" possibilitou para um público anglofônico. Para isso, utilizaremos os conceitos do historiador francês Roger Chartier acerca das práticas de apropriações e representações, e metodologicamente, estaremos amparados pela ideia de fruição dos elementos da Indústria Cultural de Umberto Eco.

Palavras-chave: Representações, Estados Unidos, Opinião Pública.

Introdução

O objetivo desse trabalho consiste em compreender a apropriação do texto do jornalista estadunidense Joe Sacco denominado “Notas sobre Gaza” a partir da data de sua publicação entre 2009 e 2010. “Notas sobre Gaza” foi assinado pelo jornalista estadunidense Joe Sacco, escrito entre 2002 e 2009, e publicado no final de 2009 pela editora Jhonatan Cape. Em “Notas sobre Gaza”, Sacco desenvolve a narrativa de dois massacres as aldeias palestinas de Khan Younis e Rafah no ano de 1955, no qual ambos os massacres são concomitante a crise de Suez entre Israel, França, Inglaterra contra o Egito em 1956. Na concepção do autor, “Notas sobre Gaza” representam os mais variados testemunhos sobre os massacres na perspectiva daqueles palestinos que sobreviveram a esse evento. Apesar de “Notas sobre Gaza” fazer referências aos acontecimentos de 1955, a relação entre esse passado destacado por Sacco e o presente momento vivenciado pelo Oriente Médio, em especial a Palestina, é latente em seu trabalho.

Portanto, a questão norteadora de nosso trabalho consiste em compreender como os leitores se apropriam da leitura de “Notas sobre Gaza” nos Estados Unidos em um período tão delicado da história estadunidense. Pois, algo que chama muito a atenção em “Notas sobre Gaza” é o período de sua produção que corresponde logo após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Durante a pesquisa, muita literatura sobre o assunto pós 11 de setembro foi encontrado. Nessa literatura, um dado muito importante que foi ressaltado por vários estudiosos é de que os estadunidenses apoiaram à ida dos Estados Unidos as duas guerras no Oriente Médio, sendo a primeira no Afeganistão com maior apoio da opinião pública, e o segundo no Iraque com um pouco menos de credibilidade. Por isso, parece importante delimitar o que esses autores discorrem sobre o assunto. Por exemplo, Susan Willis descreve o seguinte parâmetro sobe os Estados Unidos e os estadunidenses após o desfraldar do 11 de setembro:

> Imediatamente após os ataques ao World Trade Center, os Estados Unidos responderam com o rápido desfraldar da bandeira norte-americana. A ânsia por exibi-la inflamou-se graças à fotografia de três bombeiros que a hasteraram – no estilo da famosa imagem produzida em Iwo Jima – sobre os escombros no sul de Manhattan; essa foto seria exibida nas páginas dos jornais de todo o país. O desejo de perpetuar a heroica imagem levou a companhia de desenvolvimento Forest City Ratner a encomendar uma estátua, feita a partir da

> fotografia, que será colocada na sede do corpo de bombeiros da cidade de Nova York (WILLIS, 2008, p.17)

Portanto, o que Willis apresenta é o desenvolvimento de um sentimento nacionalista e patriota muito forte após a queda das Torres Gêmeas. Diante de um grande desastre como o 11 de setembro, rapidamente construíram a imagem do bombeiro herói. Assim sendo, se de um lado existe o herói, de outro não existiria então a imagem do inimigo? O quadro estabelecido pela queda das Torres Gêmeas é muito semelhante com aquele desdobrado pelos ataques japoneses a Pearl Harbor em 1941. Semelhante no sentido de que em ambos os casos o que foi atacado, além do território estadunidense, foi também o *status quo* de tranquilidade e segurança que a soberania estadunidense representava para seus cidadãos.

Desde a queda da União Soviética em 1991, os Estados Unidos acreditavam que a ameaça à liberdade mundial havia sido extinta. No entanto, os atentados terroristas de 2001, assim como fora os ataques japoneses à Pearl Harbor, deu aos Estados Unidos à oportunidade de mais uma vez liderar o mundo a favor do império da liberdade que era ameaçada agora pelos terroristas árabes (ANDERSON, 2015, p.47). Nesse ímpeto de liderar o mundo contra uma ordem de agressores malignos centrados na figura do extremista muçulmano, o discurso dos meios de comunicação alinha-se ao discurso do Estado no intuito de fortalecer e legitimar a guerra contra o terrorismo. O historiador holandês Jan Nederveen Pieterse (2009) discorre o que seria chamado por ele de uma autocensura nos Estados Unidos.

> A autocensra é habitual entre os profissionais da mídia, mas novos eventos por vezes deixam transparecer o verdadeiro roteiro que norteia a comunicação. No primeiro mês da guerra no Afeganistão, o presidente da CNN, Walter Issacson, passou um memorando aos correspondentes sugerindo que não dessem atenção demais às baixas de civis e que sempre mencionassem o motivo do conflito: ‘parece perverso concentrar-nos demais nas mortes ou nas dificuldades no Afeganistão. Numa linha similar, a Casa Branca instruiu funcionários federais e todas as tropas a referir-se à invasão do Iraque como a ‘guerra da libertação’ e aos iraquianos paramilitares como ‘esquadrões da morte’ (até que se tornem aliados quando houve o brutal aumento das tropas americanas em 2006). Estabelecer quais falas são permitidas na esfera pública é um acontecimento rotineiro nos Estados Unidos (NEDERVEEN PIETERSE, 2009, p.17)

Conforme o pensamento de Pieterse existe toda uma rede de manipulação de informações por parte dos meios de comunicação estadunidenses. O motivo para isso pode ser compreendido por meio do *looby* pró-Israel que existe dentro dos Estados Unidos. Ou seja, os interesses de uma classe são muito mais importantes do que manter a população informada sobre os acontecimentos relacionados à política externa dos Estados Unidos. Esse pensamento não fica muito longe do que o filósofo e linguista estadunidense Noam Chomsky (2013) pensa sobre o assunto. Para ele, a propaganda política patrocinada pelo Estado e apoiada pelas classes instruídas, não abre espaço para o questionamento contra as ações governamentais. Em sua perspectiva, os Estados Unidos são pioneiros e também muito comprometidos na prática de "controle da mente da população". Chomsky, para enfatizar a desorientação dos estadunidenses em seu trabalho utiliza uma pesquisa realizada pela Universidade de Massachusetts que pareceu oportuno analisarmos:

> A pergunta era se as pessoas achavam que os Estados Unidos deveriam intervir militarmente para reverter uma ocupação ilegal ou para impedir violações graves dos direitos humanos. Numa proporção de dois para um, os americanos responderam afirmativamente. Deveríamos empregar a força no caso de ocupação ilegal de território e violações graves dos direitos humanos. Se os Estados fossem seguir essa recomendação, deveríamos bombardear El Salvador, Guatemala, Indonésia, Damasco, TelAviv, Cidade do Cabo, Turquia, Washington e uma lista enorme de outros países. Se vocês conhecessem a realidade a respeito desta série de exemplos, saberão muito bem que a agressão e as atrocidades cometidas por Saddan Hussein se encaixam bem nela. Elas não são as mais violentas. Por que ninguém chega a essa conclusão? A resposta é que ninguém sabe (CHOMSKY, 2013, p.51)

Essa pesquisa apontada por Chomsky (2013) colabora para alicerçar a ideia de que o sentimento de revanchismo e patriotismo dos estadunidenses está relacionado com o pressuposto de isolamento de informações que o estadunidense ordinário está inserido nos Estados Unidos, ou seja, a ideia de que eles vivem sobre uma bolha isolada de informações acerca dos acontecimentos do mundo. Portanto, a questão aqui não é delimitar se esses estadunidenses são pouco informados, pelo contrário, eles têm acesso a muitos meios de comunicação, tais como internet, jornais, revistas e programação televisiva intensa. O que tentaremos abordar aqui é se essas informações direcionam os estadunidenses a uma crítica unilateral dos acontecimentos fora dos Estados Unidos, e, se existem então uma pluralidade de

ideias e de posicionamentos sobre o Oriente Médio e o mundo muçulmano. Para isso, metodologicamente partimos do ponto de vista de Umberto Eco (1998) acerca da hipótese do homem-massa e a necessidade de analisarmos a fruição dos meios culturais por esse mesmo homem que recebe os produtos da Indústria Cultural. Segundo Eco (1998, p.161):

> Acrescente-se que a hipótese de uma 'massa' homogênea de consumidores muda muitíssimo de validade conforme seja proposta *em fase de descrição das estruturas do produto ou em fase de pesquisa sobre as modalidades de fruição*. Explicamos: ao descrevermos as estruturas do produto, como no caso da leitura da página de Steve Canyon, salientam-se elementos de um código que claramente o autor emprega pensando na *koiné* dos fruidores, o autor pensa efetivamente em termos de massa homogênea, e essa assunção psico-sociológica passa a fazer parte da sua poética.

A partir dessas palavras, Eco apontava sobre o erro de utilizar o modelo de homem-massa ao analisar as fruições que os homens obtêm em contato com produtos da Indústria Cultural. Assim sendo, analisaremos os leitores de "Notas sobre Gaza", especialmente os anglo fônicos para traçarmos o comparativo com o pressuposto da bolha de informação dos estadunidenses. Para isso, delimitamos várias *reviews* do lançamento de "Notas sobre Gaza", dentre elas a do *The New York Times* escrita por Patrick Cockburn no final de dezembro de 2009. Também analisamos os comentários de leitores em fóruns de discussão de livros e os próprios comentários de leitores na página da *Amazon* durante o primeiro ano de venda do livro de Sacco. Diante de um quadro de informações riquíssimo como esse, delimitaremos como os leitores, e até mesmo alguns não leitores se posicionaram com o lançamento de "Notas sobre Gaza". O intuito disso é perceber esses posicionamentos e compará-los com os argumentos de que os estadunidenses possuem uma opinião unilateral sobre a política internacional dos Estados Unidos.

Teoricamente, embasamos nosso trabalho conforme o conceito de apropriação do historiador francês Roger Chartier (1990). Conforme suas palavras "A apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscrita nas práticas específicas que as produzem" (CHARTIER, 1990, p.26). Dessa forma, por meio do conceito de representações nos debruçaremos em compreender e interpretar as mais variadas formas de leituras descritas pelos leitores

e os não leitores de Joe Sacco. Pois, se a produção de um sistema de representações visa o outro, ou seja, que a mensagem produzida possa ser então apropriada e em alguns casos reproduzidas, portanto, como então foi apropriada a mensagem de Joe Sacco? Se há também um sistema de representações que traduzem e generalizam os muçulmanos como terroristas, como pode ter sido lido "Notas sobre Gaza" diante dessa luta de representações? Diante dessas questões que então analisaremos nas próximas páginas os comentários dos leitores, e alguns não leitores de "Notas sobre Gaza".

O que os leitores e não leitores disseram acerca de "Notas sobre Gaza"?

Conforme observamos até o momento, houve uma literatura nos Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001 que se dá a ideia de que os estadunidenses não compreendem de maneira minuciosa o que acontece fora dos Estados Unidos, ou que eles foram totalmente favoráveis aos ataques contra o Afeganistão e o Iraque. Certamente houve uma grande maioria de estadunidenses que tenderam sua opinião para esse revanchismo contra o Oriente Médio, como por exemplo a resposta desse estadunidense, que manteremos aqui como anônimo, para a *reviews* do *The New York Times*:

> Patrick Cockburn, revisando as 'Notas sobre Gaza' de Joe Sacco (27 de dezembro), encoraja aqueles que têm 'uma ira duradoura contra Israel.' É lamentável que o artigo omita fatos importantes. Por exemplo, ao concluir sua revisão, ele diz: 'Em 2005, Israel destruiu unilateralmente os assentamentos judeus e retirou suas forças militares, embora permaneça no controle estrito das fronteiras de Gaza. Em 2007, o Hamas assumiu o controle, e em 2008-9 o enclave passou por um ataque israelita devastador.' Onde se menciona o crescente número de ataques com foguete do Hamas contra civis israelenses que provocaram o ataque israelense? Onde se menciona as estufas que foram entregues aos moradores de Gaza com a esperança de que eles trariam a paz, apenas para serem destruídos pelos palestinos? Onde se menciona os ataques suicidas contra cidadãos israelenses tornam necessário que Israel controle suas fronteiras? Aqueles que leem a revisão de Cockburn e não sabem que os fatos, podem ter medo daqueles que odeiam Israel.[79] (THE NEW YORK TIMES, 2010)

[79] No original: "Patrick Cockburn, reviewing Joe Sacco's 'Footnotes in Gaza' (Dec. 27), encourages those who have 'enduring anger against Israel.' It's unfortunate that his article omits important facts. For example, in concluding his review, he says: "In 2005, Israel unilaterally dismantled Jewish settlements and withdrew its military forces, although it remained in tight control of Gaza's borders. In 2007, Hamas seized control, and in 2008-9 the enclave came under devastating Israeli attack."Where is any mention

Esse é provavelmente um não leitor de “Notas sobre Gaza”. Provavelmente não leu por ter respondido tão rapidamente a *review* de Patrick Cockburn. Por exemplo, o *The New York Times* postou no dia 27 de dezembro de 2009, e essa resposta foi publicada junto de outras no dia 08 de janeiro de 2010. Outro ponto que nos leva a perceber que esse é um não leitor de “Notas sobre Gaza” consiste no discurso proferido por ele. Em nenhum momento esse “não leitor” menciona o tema central do trabalho de Sacco, ou seja, os ataques aos vilarejos de Khan Younis e Rafah em 1955. Pelo contrário, ele insiste em mencionar os eventos mais recentes no litígio que envolve Israel e Palestina. Por si só, esse comentário fortalece o pressuposto de que os estadunidenses não conhecem a fundo, ou que são direcionados pelos meios de comunicação a pensarem conforme a linha governamental e o *lobby* israelense quer que eles pensem. Segundo Pieterse (2009, p.38) dentro da bolha de referências estadunidense têm-se a impressão que somente duas partes do mundo são relevantes; os Estados Unidos e o Oriente Médio. Isso se dá ao massivo registro de reportagens sobre esses dois locais. Ainda nas palavras do autor, notícias de outras partes do mundo são apresentadas, mas não com tanta frequência. A intensidade como é representado o Oriente Médio para os estadunidenses nos leva a crer na identificação implícita entre os pontos de vista dos Estados Unidos e do Estado de Israel.

Apesar disso, nosso objetivo é tentar delimitar a existência de outras leituras acerca do Oriente Médio por parte dos estadunidenses. Não é de nosso interesse desconstruir os pressupostos aqui descritos por Chosmky, Pieterse ou Willis. Da mesma forma que eles, acreditamos que o lobby israelense tem grande força dentro dos Estados Unidos, forte o bastante para direcionar os grandes meios de comunicação a seu favor, ou mesmo que o patriotismo exacerbado após a queda das Torres Gêmeas pode ter cegado os estadunidenses. Por exemplo, o texto publicado por Seth T. Hahne para o blog *Good ok Bad*. Hahne avalia o livro de Sacco como três

---

of the increasing number of rocket attacks by Hamas against Israeli civilians that prompted the Israeli attack? Where is any mention of the greenhouses that were turned over to Gaza residents with the hope that they would bring peace, only to be destroyed by Palestinians? Where is any mention of the suicide attacks against Israeli citizens that make it necessary for Israel to control its borders?Those who read Cockburn’s review and don’t know the facts may, I fear, come to have sympathy with those who hate Israel” (Tradução Livre).

estrelas, que, conforme seu padrão de avaliação é equivalente a “good”. A própria página se descreve como apresentadora de resenhas sobre histórias em quadrinhos, *Graphic Novels* e mangás. Ao contrário do primeiro comentário apresentado anteriormente, a *review* de Hahne apresenta elementos que transcendem a relação de identificação entre os Estados Unidos e Israel. Segundo Hahne:

> Sacco é um tipo especial de jornalista. Ao longo dos últimos quinze anos, ele produziu um livro após o outro, dando aos leitores uma perspectiva aproximada de áreas do mundo rasgadas pelo tipo de traumas que os americanos provavelmente nunca terão de enfrentar. Pelo menos não em nossa geração. Talvez no próximo, se eles são especialmente desafortunados (HAHNE, [s.d.])[80]

Em contrapartida ao comentário anterior, Hahne destaca o que ele considera como algumas habilidades de Joe Sacco. Mas o que mais surpreende é o fato de evidenciar a perspectiva dos traumas sofridos pelos palestinos e que os estadunidenses nunca terão de enfrentar. Esse ponto da revisão de Hahne merece destaque por ser um tema recorrente de muitos outro leitores que comentaram sobre o trabalho de Sacco. Outro exemplo interessante parte da comunidade de leitores na internet denominado *goodreads*. Na classificação até cinco estrelas, “Notas sobre Gaza” está classificada com 4,2 estrelas. Conforme um dos comentários realizado por um leitor:

> Este livro vai deixar você com raiva. Também vai partir seu coração, supondo que você tenha um […] 20 mortos no Paquistão, 30 no Afeganistão. Números não significam nada. Além disso, eles são "outros" - muçulmanos terroristas ou qualquer outra coisa que a Fox News queira que tenhamos medo. [...] O que Sacco faz é dar a cada vítima um rosto - cada corpo morto, cada criança correndo por sua vida, cada viúva que assiste sua casa ser demolida, e todo pai raivoso, irmão e filho que não vê saída, exceto por violência ou rendição. Sacco torna impossível se afastar, exceto pelo esforço consciente de fechar o livro e fechar os olhos[81] (GOODREADS, 2010).

[80] No original: “Sacco is a special kind of journalist. Over the last fifteen years, he’s produced book after book giving readers an up-close perspective of areas of the world torn by the kind of traumas that Americans will likely never have to face. At least not in our generation. Maybe in the next if they are especially unlucky” (Tradução livre).

[81] No original: ““This book will make you angry. It will also break your heart, assuming you have one. […]20 killed in Pakistan, 30 in Afghanistan. Numbers mean nothing. Besides, they're "others" - Muslims, terrorists, or whatever else Fox News wants us to be afraid of. […] What Sacco does is to give each victim a face - each dead body, each child running for his life, each grieving widow who watches her home demolished, and every angry father, brother and son who sees no way out except through violence or surrender. Sacco makes it impossible to turn away, except by the conscious effort of closing his book, and closing your eyes” (Tradução Livre).

Dois pontos são muito interessantes na análise desse leitor para o *goodreads*. Primeiramente ele destaca que os palestinos muçulmanos são os terroristas que a Fox News quer que os estadunidenses tenham medo. Dessa forma, podemos compreender que esse leitor tem suas críticas aos meios de comunicação e as informações que são disponibilizadas pelos mesmos. O segundo ponto importante levantado por ele consiste na humanização dos palestinos. Conforme as palavras desse leitor, ele conseguiu observar em "Notas sobre Gaza" a violência pela qual os palestinos convivem em seu cotidiano. Nesse momento é importante ressaltar a diferença no comentário desse leitor do *goodreads* para o "não" leitor no *The New York Times*, pois, enquanto esse leitor se familiariza com a violência sofrida pelos palestinos, o "não" leitor enfatiza a violência causada pelo Hamas contra a população civil israelense. A divergência aqui é esbarra no fato que o comentário do *goodreads* trabalha em seu argumento elementos presentes no trabalho de Sacco, ao contrário do comentário no *The New York Times* que em nenhum momento faz menção a leitura de "Notas sobre Gaza". Outro leitor do *goodreads* fez um comentário bastante relevante e que merece atenção em nossa análise:

> Então chamamos terroristas palestinos. Eles odeiam a América. Eles amavam Saddam Hussein. Eles odeiam judeus. Mas e se recuarmos por um segundo e examinarmos por que pensamos nessas coisas? Bem, a maior parte tem a ver com isso porque é isso que o governo dos EUA e o governo israelense e a mídia querem que pensemos. Mas pense nisso dessa maneira, com um pouco de empatia. Temos tanques e rifles de alta potência e visão noturna e Kevlar e helicópteros e jatos e tratores e jipes e uniformes e dinheiro e poder e nos chamamos de um exército de soldados. Eles têm poucas armas e menos soldados e menos armas e praticamente nenhum dinheiro e nós os chamamos de terroristas. Nós os chamamos de terroristas porque ... eles usam bombardeiros suicidas, matando quantidades incalculáveis de vítimas inocentes? Ninguém pode suportar isso. Eu não apoio o terrorismo. Qual é a diferença entre o terrorismo e o exército? A FDI não é culpada de atrocidades perpetradas contra palestinos inocentes? Mas todos os palestinos são terroristas, então não importa, certo? O que estou dizendo, se pensarmos um pouco diferente e pensarmos bem, qual é a alternativa? De que outra forma os palestinos se defenderiam? E neste momento, é um atoleiro, é apenas olho para um olho coisas. 5 palestinos mortos um dia, 3 israelenses mortos como retaliação. E assim por diante. Mas os americanos entendem isso, questionam isso? Nós sabemos sobre esse deslocamento, essas casas destruídas? E se você morasse em uma área onde, a qualquer momento, sua casa poderia ser demolida

> pelo governo? Vivendo sob toque de recolher, atirou em torres à noite? Nós entendemos esse tipo de vida? Se nos confrontássemos com a morte, todos os dias, diante do deslocamento, todos os dias, o que seríamos obrigados a fazer? Você odiaria seu opressor? Você torceria aqueles que ajudaram você? Maldito aqueles que financiaram seu inimigo? Então, como podemos julgar o que não sabemos ao certo. Como podemos julgar o que não entendemos[82] (GOODREADS, 2010).

Esse leitor nos leva a uma análise muito mais reflexiva da situação. Primeiramente, devemos destacar que, tal como o "não" leitor do *The New York Times,* esse comentário também não faz menção alguma ao livro "Notas sobre Gaza". O que o diferencia do comentário do "não" leitor é seu posicionamento diante dos acontecimentos na Palestina. O posicionamento nesse comentário é totalmente questionador em relação aos motivos que levaram os estadunidenses acreditarem que os muçulmanos são em sua maioria odiosos dos Estados Unidos e dos judeus. Apesar desse leitor não ter mencionado os meios de comunicação nos Estados Unidos, outros leitores salientaram esse elemento em seus comentários.

> Eu não sou um estudioso do Oriente Médio e de seus conflitos, mas quando eu era criança, eu sempre me perguntava como um país poderia ser esculpido para um povo de uma nação que já estava lá, e que era esperado que as pessoas já haveria simplesmente capitular e permitir que os novos colonos entrassem sem qualquer problema. Quero dizer, nós americanos não aprendemos nada da maneira como tratamos os nativos americanos? É verdade que os judeus / israelenses têm laços com essa área, algo que nós, imigrantes, não tínhamos quando se tratava do Novo Mundo, mas é de se esperar que

[82] No original: "So we call Palestinians terrorists. They hate America. They loved Saddam Hussein. They hate Jews. But what if we step back for a second and examine why we think these things. Well, most of it has to do with because that is what the US government and the Israeli government and the media want us to think. But think about it this way, with a little empathy. We have tanks and high powered rifles and night vision and Kevlar and helicopters and jets and bulldozers and jeeps and uniforms and money and power and we call ourselves an army of soldiers. They have few guns and fewer soldiers and fewer weapons and virtually no money and we call them terrorists. We call them terrorists because...they use suicide bombers, killing untold amounts of innocent victims? No one can support that. I do not support terrorism. What is the difference between terroism and the army? Isn't the IDF guilty of atrocities perpetrated against innocent Palestinians? But all Palestinians are terrorists so it doesn't matter, right? What I'm saying, if we think about it a little differently and think, well what is the alternative? How else are the Palestinians to defend themselves? And at this point, it's a quagmire, it's just eye for an eye stuff. 5 Palestinians killed one day, 3 Israelis killed as retaliation. And on and on and on. But do Americans understand any of this, question any of this? Do we know about this displacement, these bulldozed homes? What if you lived in an area where at any moment, your home could be bulldozed by the government? Living under curfew, sniped at from towers at night? Do we understand this type of life? If we were faced with death, every day, faced with displacement, every day, what would we be compelled to do? Would you hate your oppressor? Would you cheer those that helped you? Curse those that funded your enemy? So then, how can we judge what we don't know for certain. How can we judge what we do not understand? (Tradução Livre).

> as pessoas que viveram lá por gerações fossem um pouco ser expulso. Joe Sacco faz um trabalho incrível em trazer o conflito da Faixa de Gaza para a vida. Independentemente da sua política, se você pode ler este livro e não tem um pingo de simpatia pelos palestinos, você precisa ir até Oz e encontrar um novo coração. Eu entendo que os palestinos não são inocentes, e eu sei que há dois lados em cada história. Mas se você ler este livro, não apenas sobre dois massacres perpetrados contra os palestinos, mas também sobre a atual violação e demolição de terras palestinas pelos israelenses, você perceberá que talvez os relatórios da mídia que chegamos aqui nos Estados Unidos possam ser pouco distorcido por parte dos israelenses. É triste pensar que quase todos os palestinos vivos parecem ter visto um amigo ou parente ou um ente querido abatido na frente dele ou dela. Minha vida aqui na América é tão fácil, tão despreocupada em comparação[83] (GOODREADS, 2010).

Esse comentário é muito interessante pelo fato do leitor fazer comparação entre a colonização israelense na Palestina e a colonização nos Estados Unidos. Ainda ressalta que os estadunidenses não aprenderam com sua própria História e sobre como os colonos impuseram sua cultura para um povo que já vivia no território. Mas o que mais marcou seu comentário foi sua confissão de que talvez os relatórios emitidos pela mídia estadunidense possam ter sofrido alterações por parte dos israelenses. Como já observamos em outro leitor que além de afirmar a humanização realizada por Sacco em “Notas sobre Gaza” também afirmou que a Fox News tenta perpetuar o medo do muçulmano terrorista aos estadunidenses, percebemos nesse relato também um certo ceticismo diante das comunicações da grande mídia. No *Library Thing*, outra comunidade de leitores, um de seus leitores comentou que “Nunca ouvi nada negativo sobre o comportamento do exército israelense crescendo,

[83] No original “I am no scholar on the Middle East and its conflicts, but when I was a young child, I always wondered how a country could be carved out for a people from a nation that was already there, and that it was expected that the people already there would simply capitulate and allow the new settlers in without any issue. I mean, haven't we Americans learned anything from the way we treated the Native Americans? Granted, the Jews/Israelis do have ties to that area, something we immigrants didn't have when it came to the New World, but it's only to be expected that the people who had lived there for generations would be a bit put out to be expelled. Joe Sacco does an amazing job of bringing the conflict of the Gaza Strip to life. Regardless of your politics, if you can read this book and have not a shred of sympathy for the Palestinians, you need to head to Oz and find yourself a new heart. I understand that the Palestinians are not guiltless and innocent, and I know that there are two sides to every story. But if you read this book, not only about two massacres perpetrated upon the Palestinians but also about the current infringement onto and demolition of Palestinian land by the Israelis, you will realize that perhaps the media reports that we get here in the States might be a little skewed on the part of the Israelis. It's sad to think that nearly every Palestinian alive seems to have seen a friend or relative or loved one shot down in front of him or her. My life here in America is so easy, so carefree in comparison. (Tradução Livre).

apenas sobre os horrores perpetrados por terroristas da OLP. Então, de certa forma, este é um livro emocionante porque você sente como se estivesse descobrindo algo que foi coberto há muito tempo[84]" (LIBRARY THING, 2010).

Tal como o leitor do *goodreads* que afirmou poder haver distorção nas notícias emitidas nos Estados Unidos, esse leitor do *Library Thing* diz ter conhecido algo que parecia ter desconhecido por muitos anos. Esse é um tema que já havia sido abordado por Edward Said. Segundo Said (2012, p.48) há muitos anos dezenas de agências de notícias liberais, relatórios das Nações Unidas, da Anístia Internacional e da Cruz Vermelha cobrem com frequência os acontecimentos na Palestina. No entanto, nenhum deles jamais foi amplamente disseminado nos Estados Unidos. Dessa maneira, apesar de existir uma autocensura nos Estados Unidos, seria generalizar demais afirmar que os estadunidenses não tem conhecimento das distorções midiáticas realizadas pelos grandes meios de comunicação. Por isso, no decorrer dessas páginas que seguiram, nosso objetivo foi observar que nem todos os estadunidenses são favoráveis à causa israelense e estadunidense contra o Oriente Médio.

Considerações Finais

Por conseguinte, o nosso objetivo foi tentar compreender a apropriação da leitura de "Notas sobre Gaza" diante da afirmação de autores renomados ao afirmar que os estadunidenses são manipulados diante das representações dos grandes meios de comunicação. Diante do comentário de leitores e não leitores de "Notas sobre Gaza" em *reviews* e fóruns de discussão, levantamos alguns exemplos que demonstram que não podemos afirmar que todos os estadunidenses se direcionavam para o mesmo posicionamento dos grandes meios de comunicação.

Conforme analisado, alguns "não leitores" fizeram uma análise muito mais apurada da situação entre Israel e Palestina, com sua convicção pró-Israel. Esses são exemplos de estadunidenses que nem ao menos leram o trabalho de Sacco, mas podem ter sido motivados a discutir o assunto por se tratar de um tema muito

[84] No original: "I never heard anything negative about the behavior of the Israeli army growing up, only about the horrors perpetrated by PLO terrorists. So in a way this is a gripping book because you feel as though you are uncovering something that has been covered up for a long time." (Tradução Livre)

controverso nos Estados Unidos. Por outro lado, analisamos casos de estadunidenses que ao lerem “Notas sobre Gaza” afirmaram que possivelmente existe uma distorção das notícias que chegam aos Estados Unidos sobre o conflito. Além desses leitores, também foi possível averiguar que alguns leitores observaram os palestinos representados por Joe Sacco como seres humanizados, fora do estereótipo produzido pelos grandes meios de comunicação. Humanizados no sentido de observarem o sofrimento desses palestinos diante da iminente destruição de suas casas e a possibilidade de ver rostos de pais, mães e filhos ao invés do muçulmano terrorista.

Por fim, torna-se de extrema importância salientar que apesar desses comentários, também não podemos tomar como generalidade essa como sendo a atitude dos estadunidenses diante de “Notas sobre Gaza”. O que compreendemos aqui é que esses indícios nos demonstram muito mais que havia estadunidenses que não se apropriavam sem resistência do discurso da grande mídia, e não que esse tenha sido um *modus operanti*. Portanto, essa análise possibilita averiguar uma multiplicidade de opiniões que compõem a grande opinião pública dos Estados Unidos referente à política externa em contrapartida de uma literatura que generaliza essa opinião pública.

Referências Biliográficas

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1998.

HAHNE, Seth T. **Footnotes in Gaza.** [s.d]. Disponível em: <http://goodokbad.com/index.php/reviews/footnotes_in_gaza_review> Visualizado em: 13 nov. 2018.

GOODREADS. **Footnotes in Gaza**. 2010. Disponível em: <https://www.goodreads.com/book/show/6796708-footnotes-in-gaza> Visualizado em: 16 nov. 2018.

LIBRARY THING. **Footnotes in Gaza: A Graphic Novel.** 2010. Disponível em: <http://www.librarything.com/work/9010279/reviews/83788280> Visualizado em: 11 nov. 2018.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo, SP: Unesp, 2012.

THE NEW YOTK TIMES. **Footnotes in Gaza**. Jan.2010. Disponível em :< https://www.nytimes.com/2010/01/10/books/review/Letters-t-FOOTNOTESING_LETTERS.html> Visualizado em: 10 nov. 2018.

WILLIS, Susan. **Evidências do Real:** Os Estados Unidos pós-11 de Setembro; [Tradução Marcos Fabris, Marcos Soares]. – São Paulo: Boitempo, 2008.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A CRUZ COMO "LOUCURA PARA OS GENTIOS" NA PRIMEIRA CARTA DE PAULO AOS CORÍNTIOS (SÉCULO I D.C.)

Alaína Garcia Margiotti

(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo: O apóstolo Paulo, no primeiro capítulo do livro canônico da Primeira Carta aos Coríntios, se queixa dos impactos de sua pregação na Corinto romana. Segundo seu testemunho, os gentios não estariam compreendendo o sentido salvífico da cruz de Jesus Cristo, caracterizando sua pregação como uma "loucura". Dessa forma, a presente pesquisa toma como pressuposto uma análise do repertório histórico-cultural dos "gentios" aos quais Paulo se dirige, buscando seu universo simbólico, com o intuito de compreender a recepção destas pessoas à mensagem da cruz, centro da pregação de Paulo. Assim, procuramos levantar as especificidades deste contexto a fim de reconhecer as diferentes crenças e visões de mundo dos gentios da cidade de Corinto, levando em consideração a forte presença da cultura helenística nesta província romana. Tomaremos como princípio as crenças em torno da ideia de salvação na cultura helenística do período, além das influências do advento da chamada "Pax Romana", contemporânea à temporalidade de Paulo, nesta mesma perspectiva. Portanto, acreditamos que a análise destes aspectos se faz pertinente para compreendermos as possíveis razões da incompreensão dos gentios à mensagem paulina.

Palavras-chave: Cruz; Apóstolo Paulo; Cristianismo; Povos Gentios; Império Romano.

Introdução/justificativa

No primeiro capítulo da Primeira Carta aos Coríntios,[85] Paulo se remete aos judeus e aos gregos para contrapor sua representação da cruz de Cristo à desses dois grupos. Neste trabalho, no entanto, vamos nos ater à representação da cruz de Cristo de apenas um desses dois grupos, os gentios[86] ou gregos, que estariam representando-a como uma loucura,[87] ou seja, o inverso da razão. Para esses povos de cultura helenística, parecia impossível compreender a adoração ao "Filho de Deus" que morreu num instrumento de tortura mundano – uma vez que, na concepção de deidade neste universo, os deuses eram superiores a qualquer ação humana. Para esses povos de cultura greco-romana, se fazia inconcebível um ser divino morrer numa cruz; seria um subjugo inverso a divindade se submeter aos humanos. Os mitos descrevem deuses imortais e com incríveis poderes sobrenaturais. A nova fé que surgira dentro do judaísmo amparava-se na crença em um deus que fez seu filho humano – que morreu e que ressuscitou corporalmente – o que, cada vez mais, aparentava se fazer estranho aos ouvidos dos gentios de Corinto.

A morte de cruz se constituía, no mundo romano, num mecanismo final de punição destinado às classes inferiores, sendo mais comum para escravos. Apenas em raras ocasiões cidadãos romanos poderiam ser crucificados, como em caso de traição ou revolta política ao império. A crucificação, além da tamanha dor física que ocasionava no corpo do condenado, também representava uma grande humilhação perante a sociedade. Por se tratar de um mecanismo público de punição, o principal objetivo desta penalidade estava em incutir o terror nas sociedades dominadas por Roma, a fim de evitar rebeliões. No entanto, segundo Richard Horsley (2004, p. 14), a dominação romana se dera mais pela ideologia do que pela força. Disseminada pelos conquistadores, a ideologia da naturalidade da hegemonia romana funcionava como um meio de legitimar o poder do império. Além desse fator, as cerimônias cívicas

[85] A carta teria sido escrita quando Paulo permaneceu em Éfeso, de 50 a 51, produzindo o documento no final desta temporada na cidade. No entanto, as relações epistolares teriam se estendido do ano de 50 até 57 devido aos intensos conflitos que ocorriam na comunidade. Cf. MACHADO, 2015 p. 155.

[86] Do grego *éthnē* (*ἔθνη),* se traduz por "nação, povo, não-judeu" – em contraste com os judeus. Os gentios seriam a população de crença em vários deuses - o mais comum neste contexto. Deriva-se a palavra "etnologia". Na fonte, Paulo utiliza tanto a palavra "gentios" (versículo 23) quanto "gregos" (versículos 22 e 24). Cf. GINGRICH, 1984, p.63.

[87] No grego, a palavra *mōría* (μωρία) é traduzida por loucura, insensatez, tolice. Cf. GINGRICH, 1984, p. 138. A propósito, é importante salientar que na Antiguidade, a loucura ainda não pode ser enquadrada como doença mental – o que somente ocorre na idade moderna.

romanas de culto ao imperador também serviam como mecanismo ideológico de dominação.

No início do primeiro século, Corinto se reconstruía após sua destruição pelo general romano Lúcio Múmio em 146 a. C., durante a campanha de Roma contra a Liga Acaia. Por sua estratégica localização geográfica, a cidade foi restaurada em 44 a. C., quando Júlio César propôs não somente sua reconstrução, mas também sua fundação enquanto colônia romana, povoando-a com veteranos de guerra e escravos libertos.[88]

Movimentada comercial e culturalmente, a Corinto romana atraía pessoas de diferentes lugares devido à sua prosperidade. Com o passar dos anos, esse dinamismo constituiu na cidade uma diversidade de culturas, fazendo de Corinto uma urbe peculiar dentro do Império Romano, pois ali conviviam, portanto, gentios e judeus. Além de distinções étnicas, também é importante salientar diferenças sociais, pois na comunidade de Corinto tanto "havia cidadãos ricos e pobres, como também judeus e gentios convertidos ao cristianismo." (SOUZA, 2016, p. 41).

Paulo estava imerso em referências tanto judaicas quanto helênicas – algo comum para um habitante do império romano do século primeiro. Devido às expansões, o mundo romano estruturou-se sob uma série de diferentes culturas que se mesclavam neste universo e que constituíram um rico arsenal histórico-cultural. Neste sentido, além do culto imperial que unificava, de certa forma, o império, o conglomerado de divindades locais acabava se unindo, constituindo um panteão comum. Por outro lado, os diversos conflitos entre o império romano e os judeus atestam que "embora muito tolerante na teoria, a religião imperial de Roma não aceitava facilmente tamanha diversidade." (CROSSAN e REED, 2007, p.230).

O contato com as religiões orientais – principalmente o judaísmo monoteísta – levou a fortes choques culturais que construíram identidades distintas entre Oriente-Ocidente. Como salienta Renata Senna Garraffoni, entre os romanos havia "[...] o reconhecimento da existência de deuses estrangeiros e os romanos acreditavam que quando uma cidade era tomada sua divindade deveria pertencer, também, a Roma" (2007, p.58). Portanto, por parte dos gentios, aparentemente, agregar novas divindades não seria um problema no primeiro século, graças a este grande trânsito

[88] Cf. MEEKS, 1992 p. 80, apud CARVALHO, 2013 p.10.

no panteão de Roma devido às guerras de expansão. Porém, no judaísmo já monoteísta desse período, crença e culto desses deuses era algo inaceitável para um judeu convicto. A autora ainda salienta que as concepções religiosas romanas não se diferiam apenas no politeísmo *versus* monoteísmo quando entram em contato com religiões orientais (como a judaica e a pérsica). Além deste fator, muitas percepções orientais eram estranhas aos pagãos, como o julgamento final e a rigidez na observância dos dogmas como verdades únicas da fé. No entanto, no governo de Nero “os crentes em Jesus”, que ainda não se constituíam numa religião separada propriamente dita, teriam tido problemas com o imperador, podendo ter sido perseguidos em pequena escala após o famoso incêndio romano – especulações defendem que teriam sido acusados por Nero de terem causado o fogo em 64 d. C., embora as perseguições sistemáticas aos cristãos só tenham se iniciado nos governos de Décio e Valeriano na segunda metade do segundo século.

Objetivos

Para compreendermos a representação da cruz como “loucura para os gentios” nas palavras de Paulo, precisamos nos ater ao contexto histórico de produção deste documento para, assim, sondarmos as possíveis razões pelas quais sua pregação teria recebido tal adjetivo. Neste sentido, nos preocupamos em buscar as razões cabíveis ao contexto dos gentios de Corinto para entendermos a recepção dessas pessoas à mensagem de Paulo da cruz. Como não possuímos fontes produzidas pelos próprios gentios a respeito da questão, buscamos escrever uma narrativa por meio do acesso da voz desses anônimos – o que só nos chega por meio do discurso de Paulo sobre eles.

Para tanto, nos voltamos à cultura helenística do período, uma vez que Corinto, província romana de cultura grega, usufruía do arsenal cultural greco-romano. Neste sentido, buscamos quais aspectos se fazem relevantes para atingirmos o universo simbólico dos coríntios gentios de que nos fala Paulo, bem como a influência das exigências desse contexto histórico no desenvolvimento da pregação do Cristo Jesus, ou seja, o ambiente em que Paulo enfrentou o conflito que o mesmo narra no documento.

Resultados

Podemos perceber que a incompreensão da mensagem da cruz de Cristo na pregação de Paulo se devem aos choques da visão de mundo das pessoas comuns às quais Paulo teria encontrado, visões estas que se confrontam, pois o apóstolo, mesmo estando imerso nas referências helênicas deste contexto, se tratava de um judeu que passara a crer que Jesus era o messias esperado por parte do judaísmo. Desse modo, para atingir os gentios de Corinto, Paulo teria que introduzi-los, também, à fé judaica, ainda que sua pregação implicasse em algumas críticas a determinados costumes judaicos.[89]

Vemos, portanto, que se tratam de embates que apenas nos são inteligíveis quando conhecemos o contexto de produção da fonte. Para tanto, podemos perceber peculiaridades desse contexto quando analisamos o conceito de salvação neste contexto. Crossan e Reed (2007) nos escreve a respeito do culto imperial no mundo romano, nos mostrando que não era apenas Jesus que era chamado de salvador neste contexto: O imperador romano (Cláudio, na época da composição da Primeira Carta aos Coríntios), era digno de culto assim como seus antecessores, os imperadores romanos desde Otaviano, bem como Júlio César. Otaviano se tornara César Augusto, adquirindo o título de filho de um deus, um deus encarnado, pois se fizera divino quando passou a ser chamado filho adotivo de Júlio César, deificado em 42 a.C. Com base nessas informações, conforme os autores, Augusto também era chamado de salvador pelos romanos, pois o Império inaugurava um período de paz depois das guerras das conquistas. Cada imperador, então, se tornava um deus na terra, legitimado pelo período de paz que o Império consolidara.

Além desta questão, os autores também salientam a existência de um pensamento escatológico entre os romanos. Textos de Virgílio, em 40 a. C., e principalmente de Horácio, o principal poeta do culto imperial, relatam a divindade do imperador, no *Carmen Saeculare*,[90] em meados de 20 d. C. A obra celebra o milagre da salvação de Roma, o Império presente e realizado. Horácio, após a vitória de

[89] Paulo se auto intitula “apóstolo dos pagãos” (Romanos 11, 13) e considera que alguns costumes judaicos (como as leis de comida, a guarda do sábado e a circuncisão), por se constituírem como demarcadores de identidade, não seriam primordiais para viver a fé em Cristo. Ler a respeito deste debate em DUNN, 2017.

[90] Do latim, traduz-se por “Poesia Secular”. Cf. FARIA, 1967, p.164 e 884 (respectivamente).

Otaviano e sua deificação, descreve que naquele momento Augusto era o expiador dos pecados passados de Roma, e protetor de suas atuais fronteiras. Além disso, também descreve as vantagens de se ter um deus terreno encarnado.[91]

Além dessas questões, também acreditamos relevante ressaltar os embates entre a concepção de vida após a morte no mundo helenístico. Os coríntios eram versados na tradicional filosofia platônica, que mesmo distante, ainda se fazia presente na Corinto romana (que era uma antiga cidade grega até a conquista romana em 146 a. C.), tendo influência nas religiões de mistério, populares neste contexto.[92] O platonismo defendia a imortalidade da alma. Neste aspecto poderia não haver discordância entre Paulo e os coríntios. Mas quando levava a mensagem da cruz, Paulo falava a respeito da morte e ressurreição corpórea de Cristo, e não de um fantasma. Segundo Crossan e Reed (2007), os coríntios não aceitavam a materialidade da ressurreição física de Jesus defendida por Paulo (conforme a visão que tivera de Jesus ressuscitado, em sua conversão, no episódio narrado no livro de Atos), devido à tradição platônica que via o corpo como pertencente ao mundo dos sentidos, e que por isso, perecia. Nas palavras dos autores, "ressurreição do corpo soaria aos seus ouvidos como transladar para a eternidade as amarras da prisão dos sentidos" (CROSSAN e REED, 2007, p. 309).

Por fim, podemos compreender a representação da cruz de Cristo em Paulo por meio do conflito do apóstolo com os gentios e também com os judeus de Corinto. Com base em N. Elliott (in: HORLSEY, 2004), podemos defender que, na concepção de Paulo, a crucificação seria entendida como uma batalha cósmica decisiva para a vitória de Deus contra as forças espirituais que estariam por trás dos poderes políticos da terra. Ao mencionar a "loucura da cruz", Paulo questiona a sabedoria mundana que os gregos estavam preocupados, pois não conseguiam adequar o ensinamento paulino da cruz de Cristo aos seus conhecimentos helênicos. O apóstolo critica o

[91] Ver a respeito das inscrições de Horácio em GEORGI, in: HORSLEY (2004, pp.43-52) e CROSSAN e REED, (2007, pp.126-131).

[92] Além da influência grega, as religiões de mistério também possuíam semelhanças com a religião da Pérsia, de Israel, com o budismo e o taoísmo devido, principalmente, ao grande contato no período helenista. Com divindades como Dioniso, Cibele, Ísis e Osíris, Adônis e Mithra, esses cultos não tinham caráter étnico, mas universal ao proclamarem a salvação para todos os iniciados. Cf. ELIADE, 2011, pp. 245-269.

orgulho da razão dos gregos, pois este estaria os impedindo de enxergar a sabedoria de Deus presente na cruz – sabedoria esta promotora da salvação.

Portanto, a partir desses pressupostos, podemos imaginar os conflitos da mensagem da cruz com as estruturas políticas e culturais da Corinto romana, e os possíveis impactos que o apóstolo de Cristo causava – que, inclusive, serviram de inspiração para a escrita da carta. Portanto, a mensagem da cruz poderia estar sendo vista como uma "loucura" por estes gentios que viam nela apenas uma cruel punição romana, ou ainda, que não concordavam porque parecia absurdo conectar toda a reflexão entorno da cruz de Cristo às suas concepções de divindade, vida pós-morte ou até mesmo de salvação. Diferentes concepções de mundo que se opõem, produzindo tensões, mas que, por compartilharem de um mesmo contexto, acabam por originar interessantes trocas culturais.

Considerações Finais

Por fim, podemos dizer que verificamos a existência de um conflito de representações no discurso de Paulo. Como pregador do "Cristo crucificado, justiça, santificação e redenção"[93] Paulo defende uma ideia, a sua representação da cruz, conferindo a este vergonhoso instrumento de punição um significado positivo. Por outro lado, muitos gentios de Corinto resistiam à sua pregação por diferentes razões cabíveis ao seu contexto.

Num mundo cristianizado como o de hoje, tornou-se comum enxergarmos um significado positivo do símbolo da cruz defendido no discurso de Paulo, seja pelo grande número de pessoas que compartilham da fé do apóstolo ou simplesmente por estarmos acostumados com aspectos da doutrina cristã, por convivermos com o cristianismo popular. Contudo, em se tratando de análise historiográfica, descobrimos que qualquer objeto do presente, quando historicizado, não se trata de algo eterno e imutável, mas de uma construção, e que determinados discursos são naturalizados ao longo do tempo mediante relações de poder entre os sujeitos históricos.

Podemos perceber essa dinâmica quando tratamos de uma crença de mais de dois mil anos de existência, que em seus primórdios fora caracterizada como loucura

[93] 1Cor, 30. Nas citações do texto bíblico, utilizo a Bíblia de Jerusalém (GORGULHO et. ali, 2010).

e escândalo e que, nos dias de hoje, se constitui numa religião com milhões de adeptos pelo mundo todo. Seja como loucura ou sabedoria, a cruz de Cristo continua suscitando não apenas estas, mas diversas interpretações. Além do poder de representação do símbolo, as cartas de Paulo, por si só, continuam sendo lidas, ouvidas e interpretadas por pessoas dos mais diversos patamares sociais ao redor do mundo, contribuindo na edificação de inúmeras crenças pessoais.

Referências

CARVALHO, A. P. P. Entre adaptações, sincretismos e questionamentos: uma rápida leitura do início da formação da doutrina cristã a partir da análise da Primeira Epístola aos Coríntios. **Plêthos***,* 3, 2, 2013.

CROSSAN, J. D. REED, J. L. **Em busca de Paulo:** como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao Império Romano. Paulinas: São Paulo, 2007.

DUNN, James D. G. **Jesus, Paulo e os Evangelhos.** Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

ELIADE, M. **História das crenças e das ideias religiosas vol. II:** de Gautama Buda ao triunfo do cristianismo Trad. Roberto Cortes Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELLIOT, N. A mensagem anti-imperial da cruz. In: HORSLEY, R. A. **Paulo e o império:** religião e política na sociedade imperial romana. Paulus: São Paulo, 2004.

FARIA, E. **Dicionário Escolar Latino-Português.** Catedrático de Língua e Literatura Latinas da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil: Rio de Janeiro, 1967.

GARRAFFONI, R. S. Romanos. In: FUNARI, P. P. **As religiões que o mundo esqueceu:** como egípcios, gregos, celtas astecas e outros povos cultuavam seus deuses. São Paulo: Contexto, 2017.

GEORGI, D. Quem é o verdadeiro profeta? In: HORSLEY, R. A. **Paulo e o império:** religião e política na sociedade imperial romana. Paulus: São Paulo, 2004.

GINGRICH, F. W. **Léxico do N.T. Grego/Português.** Revisado por Frederick W. Danker. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. Edições Vida Nova: São Paulo, 1984.

GORGULHO, G. S., STORNIOLO, I., ANDERSON, A. F. (org). **Bíblia de Jerusalém.** Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. Paulus: São Paulo, 2010.

HORSLEY, R. A. **Paulo e o império:** religião e política na sociedade imperial romana. Paulus: São Paulo, 2004.

MACHADO, J. **O misticismo apocalíptico do apóstolo Paulo:** um olhar nas Cartas aos Coríntios na perspectiva da experiência religiosa. Paulus: São Paulo, 2009.

SOUZA, Tiago Dias de. A comunidade de Corinto e as circunstâncias da carta. **Revista Caminhando.** v. 21, n. 1, jan./jun. 2016.

POLÍTICA DE TRANSPORTES BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX: ENGENHEIROS ENQUANTO INTELECTUAIS

Luís Gustavo Martins Botaro (UNESP/Assis)
Doutorando em História
Auxílio CAPES
luis.botaro@gmail.com

Resumo. Entender a política de transportes no Brasil no início do século XX pelos engenheiros, é o escopo de nosso trabalho de doutoramento. A partir da formação enciclopédica nas escolas de Engenharia no país, sendo Escola Politécnica do Rio de Janeiro o principal expoente formador, junto a criação de associações e revistas que discutiam a engenharia, transportes e infraestruturas ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, os engenheiros assumiam um papel de intelectuais. Sob tal premissa, partimos para uma discussão sobre o engenheiro enquanto intelectual por meio de alguns trabalhos que lidam com a engenharia e o papel engenheiro no Brasil. Muitos destes autores baseiam suas reflexões a partir da interpretação de A. Gramsci de intelectual orgânico: a relação dos engenheiros e suas obras, principalmente aquelas ligadas ao transporte, enquanto representantes dos interesses da classe agroexportadora do Brasil do final do século XIX e início do século XX. Nossa abordagem é distinta, e busca trazer luz sobre um pensamento original dos engenheiros a respeito do transporte ferroviário no final do Império e início do período republicano brasileiro.

Palavras-chave: engenharia; intelectual; ferrovia; transportes.

INTRODUÇÃO

Entender a política de transportes no Brasil no início do século XX pelos engenheiros, é o escopo de nosso trabalho de doutoramento. A partir da formação enciclopédica nas escolas de Engenharia no país, sendo Escola Politécnica do Rio de Janeiro o principal expoente formador, junto a criação de associações e revistas que discutiam a engenharia, transportes e infraestruturas ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, os engenheiros assumiam um papel de intelectuais. Essa discussão a partir de revistas especializadas, como a *Revista do Clube de Engenharia* direcionou nossa atenção para formação do campo de engenharia no Brasil, o que engloba as escolas, instituições e revistas técnicas que abordavam o assunto no correr do século XIX. Sob tal premissa, partimos para uma discussão sobre essa função do engenheiro enquanto intelectual por meio de alguns trabalhos que lidam com a engenharia e engenheiro no Brasil.

Maria Inez Turazzi (1989) tem como foco de estudo dos princípios e técnicas de organização do trabalho no interior das indústrias do Rio de Janeiro entre os anos de 1880 a 1920. Nesse processo, industriais e engenheiros assumem esse papel de gestão das forças de trabalho no interior das fábricas, que segundo a autora, engenharia e surgimento das industriais estão relacionados, confundem-se em uma mesma classe, partilhando projetos e visões de mundo. A autora pontua essa aproximação, principalmente, com a criação do Clube de Engenharia em 1880, associação que trazia entre seus sócios engenheiros e industrias, além de apontar a presença dos engenheiros (professores e sócios do Instituto Politécnico Brasileiro e do Clube de Engenharia) na direção de outras instituições como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e o Centro Industrial do Brasil (TURAZZI, 1989, p. 43-46).[94]

Lançando mão de um aporte teórico de A. Gramsci sobre dominação, destaca o papel da ideologia nessa estrutura de domínio de uma classe pela outra. Domínio esse que extrapola o campo de trabalho, incorporando assim, visões e projetos de sociedade. Sendo assim, para Turazzi, caberia aos engenheiros, a partir de sua

[94] Maria Letícia Corrêa (2010) aprofunda a participação do engenheiro Vieira Souto em associações ligadas aos industriais e comerciantes. Vânia Cury (2000) dedica-se também no último capítulo de sua pesquisa a presença e discussão econômica do engenheiro Aarão Reis.

formação positivista, principalmente na Escola Politécnica da capital, as formulações para a organização científica do trabalho no interior das indústrias do Rio de Janeiro para manutenção e expansão de seu domínio nas esferas econômicas e políticas (TURAZZI, 1989, p. 107).

O trabalho de Lilia Kawamura (1981) e a investigação acerca do papel do engenheiro como estratégico na estrutura capitalista, cumprindo além de sua função de técnico na coordenação e planejamento da força de trabalho no interior das indústrias, uma função ideológica, com ações vinculadas a determinadas classes sociais dirigentes, tanto aquelas ligadas aos setores agroexportadores quanto à incipiente burguesia industrial, seguindo a interpretação de Antonio Gramsci de intelectual orgânico. Esse caráter ideológico está presente também nas escolas, ou seja, na formação, onde incutia-se a ideologia capitalista e aquela das frações dominantes (KAWAMURA, 1981, p. 52 60).

Antoine Gramsci também é o referencial dos trabalhos de Pedro Marinho (2002; 2008) principalmente na caracterização do engenheiro como um intelectual organizador da cultura. Ao abordar a fundação do Instituto Politécnico Brasileiro no ano de 1862, o autor estabelece a relação com a criação da Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no ano anterior (MARINHO, 2002, p. 74). Os idealizadores do instituto também seriam os mesmos que estavam a frente dessa pasta administrativa, que seria por sua vez, o espaço de absorção de grande parte dos engenheiros brasileiros. Por ser uma seção da administração pública ligada diretamente aos interesses das frações agroexportadoras, por lidar diretamente com o transporte (ferrovias) e controle portuário, o autor relaciona os engenheiros ligados organicamente a essa fração agrícola dominante da economia e da política imperial. Essa situação implica no que o autor denominou de *engenharia imperial*:

> Por engenharia imperial estamos procurando dar sentido a um processo que assinalou a ação política das frações da classe dominante no Segundo Reinado e, ao mesmo tempo, aqueles movimentos característicos do campo profissional em questão, e ainda as relações recíprocas que foram estabelecidas a partir daí. Utilizando critérios considerados por eles mais pertinentes, entenderam que, associados, forjariam um importante instrumento de legitimação do poder/saber, fazendo assim, parte de um conjunto de instâncias formais de “consagração” dos engenheiros-intelectuais da segunda metade do século XIX (MARINHO, 2002, p. 65).

A formação e o conhecimento científico e prático projetavam os engenheiros como preteridos nas reformas e demandas de infraestrutura, estas na maior parte das vezes, estavam diretamente ligados aos interesses das frações agroexportadoras. Esse papel de intelectual orgânico dos engenheiros também está presente na pesquisa de doutoramento de Pedro Eduardo Marinho (2008). Ao abordar a inserção de disciplinas voltadas para as estradas de ferro, economia política e infraestruturas urbanas, Marinho identifica a correspondência de interesses entre frações hegemônicas da economia agrícola (aquela ligada ao café fluminense) e os grupos sociais envolvidos na formação dos engenheiros, e complementa:

> A titulação destes [engenheiros], aliás, lhes garantia "passaporte" para exercer atividades que iriam além do caráter técnico em sentido restrito, mas, sobretudo, garantia a sua contribuição na organização da classe dominante, no sentido de construir referências ideológicas próximas à representatividade cultural emanada das transformações originadas pelas obras públicas e estradas de ferro –obras em que eram chamados a dirigir como engenheiros civis (MARINHO, 2008, p. 141).

Esse papel de intelectuais organizadores da cultura, vinculados diretamente aos interesses de uma elite política e econômica, para o autor, está presente também nas discussões, publicações e congressos das associações. Pedro Marinho ressalta que das publicações que ganharam a medalha Hawkshaw[95]no Instituto Politécnico Brasileiro, 35,7% delas eram referentes as estradas de ferro. Do mesmo modo, na *Revista do Clube de Engenharia* entre os anos de 1887 a 1910, os principais temas abordados eram estradas de ferro, abastecimento de água, saneamento e portos (MARINHO, 2015, p. 209-210). No ano de 1882, o Clube de Engenharia realiza o *Congresso de Estradas de Ferro do Brasil*. Sob a direção do então presidente da associação engenheiro Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, debateu-se uma gama de assuntos concernentes as estradas de ferro brasileiras, como tarifas, garantia de juros, zonas de privilégios e outras questões técnicas, como cruzamento de duas estradas. Um dos pontos altos do *Congresso de Estradas de Ferro* é a proposta de

[95] Fruto de uma doação do então Sir. John Hawhshaw para o Instituto Politécnico Brasileiro no ano de 1874. O valor doado seria utilizado para cunhagem de medalhas para premiação do melhor trabalho ou e memória a respeito da engenharia no Brasil apresentado no respectivo ano. Tanto sócios quanto não sócios do Instituto Politécnico Brasileiro poderia concorrer. O primeiro trabalho vencedor é do engenheiro membro da instituição José Ewbank Câmara, pelo seu trabalho a respeito do desenvolvimento ferroviário paulista em 1876 (REVISTA DO INSTITUTO POLITÉCNICO, vol. 3, 1876, p. 3).

organização de um Conselho Superior Consultivo junto ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas para fiscalização e organização das ferrovias no Brasil. Esse conselho seria composto por membros do Clube de Engenharia e que fora oficializado anos depois, na criação da Inspetoria Geral de Estradas de Ferro no ano de 1892, estando os engenheiros Francisco Bicalho, Paulo de Frontin e Carlos Conrado Niemeyer na organização dessa instituição solicitada pelo governo republicano (MARINHO, 2008, p. 258).

Outro desdobramento significativo do Congresso organizado pelo Clube de Engenharia foi a elaboração do Plano Bulhões, de autoria de três engenheiros: Antonio Maria Bulhões, Firmo José de Melo e Jorge Redemacker Grunewald. Sob uma proposta de plano misto, com modal ferroviário e fluvial, mesmo indicando maior tendência as estradas de ferro, a comissão apresenta um plano centralizador junto ao corpo técnico (Conselho Consultivo Superior), contrário a autonomia das Províncias em organizar e conceder privilégios para ferrovias (SOUZA NETO, 2012, p. 150). Na reflexão de Pedro Marinho sob o referência de Gramsci e a noção de intelectual orgânico, o autor destaca que a Inspetoria Geral das Estradas de Ferro e o plano de viação proposto pelo Congresso de Estradas de Ferro do Brasil cumprem duas funções: o fortalecimento, a reafirmação de políticas públicas voltadas as estradas de ferro e interligadas com os interesses dos grupos proprietários dos complexos agroexportadores e a construção de uma agência vinculada ao Clube de Engenharia, que almejava a este a seus sócios um poder decisório (MARINHO, 2008, p. 241);

Essa aproximação do engenheiro com a definição de intelectual orgânico abre um leque de reflexões, a investigação da relação dos engenheiros com os empresários em associações, como o Centro Industrial do Brasil e o próprio Clube de Engenharia; também possibilita uma interpretação sobre a seu papel de organizador em função das demandas da economia capitalista que se firmava no Brasil, principalmente a partir da economia cafeeira. Ao aproximarmos de nosso interesse que é a discussão de política de transporte pelos engenheiros no final do século XIX e início do século XX, esse referencial teórico-metodológico apresenta algumas limitações.

OBJETIVOS

O escopo do texto apresentado é discutir a figura do engenheiro no final do século XIX. Entendemos, assim como a bibliografia consultada, o engenheiro enquanto um intelectual, que apresenta uma percepção de mundo, do Brasil e principalmente, dos transportes. Nesse sentido, temos como hipótese de investigação que esses engenheiros, baseados em sua formação politécnica, científica e positivista, tinham interesses próprios, muitas vezes conflitantes com as demandas da elite política e econômica brasileira. Sendo assim, entendemos que a análise baseada na ideia de intelectual orgânico de A. Gramsci que alguns trabalhos utilizam para refletir acerca da figura do engenheiro não é suficiente quando nos defrontamos com a questão dos transportes no Brasil.

RESULTADOS

Nossa hipótese é que há uma confluência de interesses entre as frações dominante econômica e politicamente e os engenheiros almejando os mesmos fins, o progresso material do país. Contudo, os meios são distintos, inclusive conflitantes em alguns momentos. E também, apontamos nessa confluência uma apropriação de ideias e projetos elaborados por engenheiros utilizados politicamente por aqueles que dominam um capital político e econômico nas esferas de poder. E a discussão que envolve o transporte no Brasil pode ser um indicativo para compreender a atuação e interpretação de visão de mundo dos engenheiros no Brasil. Comecemos pelo que entendemos ser uma apropriação utilizando o conto *Evolução* de Machado de Assis (1970).

Inicia o conto apresentando os dois personagens. Um deles era Inácio, jovem, engenheiro e empresário, ligado as estradas de ferro. O outro, Benedito¸ fazendeiro de idade um pouco mais avançado que o primeiro, com pretensões políticas. Conheceram-se no trem em direção a cidade de Vassouras e a conversa desenrola na diligência entre a estação e a cidade. Dentre o assunto, “naturalmente, o primeiro objeto foi o progresso que traziam as estradas de ferro” e o progresso advindo da mesma. Benedito lembrava o transporte por muares, enquanto o engenheiro fazia uma analogia entre o Brasil e uma criança que engatinha, ao se tratar de ferrovias,

que só começaria a andar no momento que estive todo “cortado” pelos trilhos de ferro. Essa exclamação e ideia, seria absorvida pelo fazendeiro e retomada em encontros futuros entre os dois personagens.

Em um destes encontros ocorre na cidade Paris. Inácio estava em viagem à Europa tratando de assuntos ferroviários para o início de uma empreitada. Benedito, havia perdido uma eleição para o cargo de deputado e estava a passeio. Benedito ficou entusiasmado ao ver os documentos que o engenheiro buscava em Paris e Londres, e começa a compilar os mesmos, a se dirigir a bancos, ministérios em busca de informações para seu projeto.

Anos depois, encontram-se na cidade do Rio de Janeiro. Inácio, em retorno de Londres comenta sobre o entusiasmo dos ingleses e na proximidade de inauguração do primeiro trecho da ferrovia, explicava alguns pontos técnicos da citada companhia, que Benedito escutava “distraidamente – ou porque minha narração fosse um extremo complicada, ou por outro motivo” (ASSIS, 1970, p. 121). Benedito, já deputado mostrava seu discurso que preparava para a Câmara e começava a ler o esboço

> No meio da agitação crescente dos espíritos, do alarido partidário que encobre as vozes dos legítimos interesses, permiti que alguém faça ouvir uma súplica da nação. Senhores, é tempo de cuidar exclusivamente, -- notai que digo exclusivamente, -- dos melhoramentos materiais do país. Não desconheço o que se me pode replicar; dir-me-eis que uma nação não se compõe só de estômago para digerir, mas de cabeça para pensar e de coração para sentir. Respondo-vos que tudo isso não valerá nada ou pouco, se ela não tiver pernas para caminhar; e aqui repetirei o que, há alguns anos, dizia eu a um amigo, em viagem pelo interior: o Brasil é uma criança que engatinha; só começará a andar quando estiver cortado de estradas de ferro... (ASSIS, 1970, p. 122). Grifo nosso.

Paralisado, Inácio não consegue prestar atenção no restante do discurso de Benedito, e o engenheiro narrador do conto termina: “Achei (perdoem-me se há nisto enfatuação) achei ali mais um efeito da lei da evolução, tal como a definiu Spencer, - Spencer ou Benedito, um deles” (ASSIS, 1970, p. 122). Na ironia de Machado de Assis que aparece na exclamação final de Inácio, não reconhecendo se a ideia de evolução era de Spencer ou de Benedito, é de uma apropriação dos discursos, ideias e projetos. Nicolau Sevcenko vê na figura de Inácio o simbolismo de uma tecnocracia que vinha surgindo, a partir de uma formação científica, representante do capitalismo europeu e investido nas estradas de ferro, apto para implementação no Brasil das inovações

científicas-tecnológicas (SEVCENKO, 2003, p. 305). Contudo, o engenheiro enquanto profissional técnico, não tinha a força política de intervenção e transformação e reorganização da sociedade. Mesmo com uma superioridade intelectual frente ao fazendeiro, o engenheiro estava em uma posição de "subordinação incondicional". Mesmo em momento de crise do sistema escravagista e da economia cafeeira carioca (o texto original de Machado de Assis é de 1884), é ainda o fazendeiro que detém o poder econômico, político e social:

> Inácio pode ter a intenção de manipular Benedito para seus fins progressistas,[96] mas ao fim e ao cabo, seria ele, suas ideias, suas competências e suas ambições que haveriam de ser apropriados e agenciados pelo fazendeiro e seus compadres, ao acionar os "progressos" que iriam garantir a preservação da ordem dominante" (SEVCENKO, 2003, p. 308)

A transformação material, símbolo e desejo dos engenheiros, não seriam imediatamente uma relação orgânica e de organização dos interesses em função do poder das frações da economia cafeeira exportadora. Mas, ao contrário, seria apropriado por esta para a "reforma" e manutenção de seus interesses. Movimento que não se realiza em harmonia ou sem confronto de ideias e projetos.

No tocante ao desenvolvimento ferroviário do Brasil, a partir de 1880 o Clube de Engenharia vai tornando-se uma referência profissional e técnica, requisitada por particulares e pelo Estado na elaboração de projetos e pareceres para estradas de ferro no país. Essas discussões que estavam presentes no dia-a-dia da instituição eram publicadas na *Revista do Clube de Engenharia*.

No ano de 1888, o engenheiro Newton Burlamaqui publicava um artigo com o nome *Viação férrea* onde criticava a política de concessão de estradas de ferro no Brasil pelo então Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas, Antonio da Silva Padro:

> O nobre Ministro d'Agricultura, homem adiantado, mas que tem, como ministro, o pecado de ser mais paulista do que brasileiro, verdade seja dito, na gerencia de sua pasta não tem desmentido às promessas de seu bonito programa de governo, o que já é muito; mas como nosso dever não é só elogiar o que S. Ex. tem feito de bom, mas chamar a atenção para o que pode fazer de melhor, somos forçados a dizer que essas muitas concessões de privilégio e garantia de juros ultimamente

[96] Inácio incentiva a participação de Benedito na política, para concorrer ao cargo de Deputado e por vezes, apoia o mesmo para cargos superiores, como o de Ministro.

> dadas por S. Ex. a diversas linhas, favorecem mais a pequenos interesses locais que, mais ou menos já estão servidos, do que aos grandes interesses nacionais, que exigem uma rede de viação mais uniforme, mais completa, mais de acordo com as necessidades públicas e obedecendo a um plano bem combinado, o que é que nos falta (BURLAMAQUI, vol. XII, ano II, 1889, p. 7-8).

Visando o que chama de interesses nacionais para o desenvolvimento de estradas de ferro, o engenheiro chama a atenção ainda para um projeto que fora apresentado por ele no mês de novembro de 1888 para a construção de uma ferrovia ligando o vale do Rio Paranaíba ao São Francisco, de Piauí até Pernambuco em um percurso de 600 quilômetros de extensão visando o mercado interno e interligando quatro províncias do Norte com as três principais capitais do Império: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Com esse escopo de desenvolvimento ferroviário, com viés estratégico, comenta sobre a ligação com Estados a Oeste, como o Mato Grosso visando o deslocamento de tropas e incremento da economia, advertia:

> Ora, realmente, se os nossos estadistas fossem mais previdentes e melhor orientados, e em vez de tantas estradinhas, garantidas pelo Estado, ligando vilas e aldeias que só tem a seu favor terem sido berço de algum felizardo, concentrassem os recursos nacionais para uma estrada que nos levasse às fronteiras do Mato Grosso, que de economias não se faria agora e ainda mais para o futuro? Como não ficariam contentes e animados esses povos que por aí habitam os desertos, esperando somente que o calor e a humanidade venham dar-lhe os meios de subsistência? (BURLAMAQUI, 1889, vol. XII, ano II, p. 10).

A crítica do engenheiro Newton Burlamaqui dá-se justamente a política de desenvolvimento de estradas de ferro interligadas com os interesses locais e regionais, principalmente em prol daqueles “felizardos”. Ao contrário, defende uma política de ampliação e investimento em ferrovias visando o interesse maior, nacional, bem orientado (se possível por engenheiros), que fogem dos méritos unicamente econômicos, pensando em linhas estratégicas e desenvolvimentistas.

Na virada do século XIX para o XX, realizou-se no Clube de Engenharia em dezembro de 1900 o Congresso de Engenharia e Indústria (cf. KROPF, 1996; CURY, 2000). Como parte dos eventos das comemorações dos quatrocentos anos de descobrimento do Brasil, três temas foram devidamente abordados pelos engenheiros nesse encontro: o saneamento e reforma urbana do Rio de Janeiro, a estatística e

produção industrial no Brasil e a aspectos da viação nacional e sua ligação com intercontinental. Foquemos nessa última.

Dentre os assuntos que concerne à viação ferroviária, discutiu-se tarifas, bitolas, construção e expansão das linhas férreas, política de garantia de juros, política ferroviária brasileira e a ligação com a rede sul-americana. Dentre os discursos, palestras, projetos e pareceres realizados no correr do Congresso de Engenharia e Indústria que foram publicados pela *Revista do Clube de Engenharia*, o engenheiro Paulo de Frontin comenta sobre a viação geral brasileira e a rede sul-americana.

Ao abordar a política ferroviária nacional, busca responder o porquê do baixo desenvolvimento ferroviário no país. Critica o movimento das estradas de ferro do Brasil de interligar a parte produtora com os portos litorâneos, visando mais uma ligação com o exterior do que com outras regiões do território nacional, mantendo-se as províncias isoladas:

> É este o princípio que ainda predominou em muitas concessões feitas recentemente, procurando sempre fazer com que uma zona vá levar as suas mercadorias para o mar, sem ter em vista a ligação com as outras regiões do país. Só se cogita de ir para o oceano, como se ele constituísse uma viação aperfeiçoada, onde tudo está criado, e ao chegar-se ali, conseguisse efetivamente este elo indispensável entre todas as partes constitutivas do nosso país (FRONTIN, 1901, p. 48).

Como proposta para o desenvolvimento ferroviário, retoma o Plano Feijó de 1835, dizendo que ainda em 1901 não havia sido ligado as principais capitais do país com a cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, propõe uma via litorânea, interligando norte a sul. Essa faixa de aproximadamente cem quilômetros da costa, onde estaria concentrada grande parte da população e produção, possibilitando fluxo de passageiros e mercadorias para as estradas de ferro. Seria, para o engenheiro Frontin, mais vantajoso interligar esses principais centros consumidores, do que buscar os sertões, muitas vezes ainda sem produção adequada ou em terras inférteis (FRONTIN, 1901, p. 51). Diferentemente, as considerações acerca do desenvolvimento ferroviário brasileiro são críticas as políticas de concessões pra estradas que interligam a produção (interior) com os portos: aquelas de interesse prioritário das frações ligadas à exportação. Defende-se uma política mais estratégica de desenvolvimento e ampliação das estradas de ferro, e os engenheiros seriam os responsáveis por assegurar os interesses nacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa hipótese, não desconsideramos o peso das orientações econômicas daquelas frações que também exercem um forte papel decisório na política brasileira. Contudo, encarar o papel do engenheiro na sociedade brasileira, suas ações e projetos idealizados sob uma orientação angular das frações agroexportadoras ou industrias, pode-nos levar a um engodo de interpretação, quando colocamos como objeto de reflexão a política de transporte brasileira no final do século XIX e início do XX. Não descartamos as relações que os engenheiros estabelecem com setores sólidos e/ou emergentes economicamente, muitas vezes buscando o mesmo fim, como por exemplo, a expansão das estradas de ferro, mas os meandros e meios são distintos: há uma originalidade nas concepções e interpretação sobre a sociedade brasileira pelos engenheiros que muitas vezes contrastam com as demandas daqueles que representam a fração econômica e politicamente dominante. Essa originalidade é, entre outros interesses, fruto da formação científica-positivista, o qual o conhecimento embasado na ciência como alicerce para o progresso material e transformação social da realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. Evolução.In: ASSIS, Machado de. **Relíquias da casa de papel**. Volume 1. São Paulo: Editora Brasileira, 1970. p. 113-122.

BURLAMAQUI, Neewton. Viação férrea. **Revista Clube de Engenharia**, vol. XII, ano II, Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1889, p. 7-11.

CORRÊA, Maria Letícia. Engenharia, economia política e progresso: a trajetória do engenheiro Luiz Raphael Vieira Souto como estudo de caso (1849-1922). **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, vol. 3 nº 2, p. 157-169, jul|dez 2010.

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários**: o Clube de Engenharia na gestão de Paulo de Frontin (1903-1933). Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

FRONTIN, Paulo de. Viação Geral Brasileira e sua ligação coma rede internacional sul-americana. **Revista do Clube de Engenharia**, nº3. Rio de Janeiro: Typ. Imprensa Nacional, 1901. p. 46-74.

KAWAMURA, Lili K. **Engenheiro**: trabalho e ideologia. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Ensaios, 57).

KOPF, Simone. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. **Missionários do progresso** – médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1996.
MARINHO, Pedro Eduardo. **Engenharia Imperial**: o Instituto Politécnico Brasileiro (1862-1880). 2002. 278f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
_____. **Ampliando o Estado Imperial**: Os engenheiros e a organização da cultura no brasil oitocentista, 1874-1888. 2008. 397f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
SOUZA NETO, Manoel Fernandes. **Plano para o Império**: plano de viação do Segundo Reinado (1869-1889). São Paulo: Alameda, 2012.
TURAZZI, Maria Inez. **A euforia do progresso e a imposição da ordem**: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX. Rio de Janeiro: COPPE | São Paulo: Marco Zero, 1989.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

SANTO INOCÊNCIO MÁRTIR: UM SANTO ITALIANO DO SÉCULO III EM TOMAZINA PR[97]

Jonathas Wilson Michelin[98]
Angelita Marques Visalli[99]
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: O objetivo deste projeto é buscar entender a posição das relíquias de Santo Inocêncio Mártir na comunidade católica de Tomazina, visto que de forma distinta de outros santos que fazem parte das comunidades de origem em sua essência, como Francisco para Assis na Itália ou a representação da Virgem que supostamente se apresentou para os três pastorinhos de Fátima em Portugal e outros lugares do mundo, Santo Inocêncio foi introduzido em uma comunidade estrangeira, com pouca ou nenhuma identificação cultural, pelo menos inicialmente em sua chegada, que dedicaremos nossos esforços para entender.

Palavras-chave: Relíquia; Santidade; Cristianismo; Mártir; Imagem.

[97]A presença de Santo Inocêncio em Tomazina, na região Norte do Paraná, se dá através de suas relíquias corporais, depositadas em uma urna artística e em constante ostenção na Igreja católica local.
[98]Graduando Licenciatura em História Universidade Estadual de Londrina jonathas.michelin@hotmail.com
[99]Professora Doutora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina

Introdução

Uma Relíquia Católica do século III se faz presente no Brasil, trata-se de Santo Inocêncio Mártir. A cidade de Tomazina localizada na região norte do Paraná à uma distância de 298 quilômetros da capital paranaense, Curitiba, possui, segundo o Censo IBGE/ 2010, 8.788 habitantes e é banhado pelo Rio das Cinzas.

Tomazina assim como outras cidades do chamado Norte Pioneiro do Paraná, sofreu com o esvaziamento que ocorreu nos anos de 1980 até os anos 2000; a cidade que chegou a ter vinte mil habitantes nos anos de 1970 tem hoje pouco menos que 9 mil habitantes[100]. Esse esvaziamento se deu pela concentração de terras, nas mãos de poucos produtores aliado do surgimento ostensivo da monocultura ou produção em massa de comodities. A redução de oportunidades de trabalho principalmente no campo, forçou essa população de regiões predominantemente agrícolas a migrar para centros urbanos em busca de novas oportunidades de trabalho[101].

Na pequena cidade encontra-se a mais antiga paróquia dedicada a Imaculada conceição de Maria do Paraná, chamada Paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição Aparecida que hoje divide o patronato com o Santo Mártir introduzido na comunidade Católica local em 1975[102].

Imagem 1: Relicário de Santo Inocêncio Mártir (Acervo pessoal)

[100]IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil,1993, vol 53, 1993. Disponível em https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91 acessado em 16/11/2018.
[101]KLEINKE, DESCHAMPS E MOURA (1999 p 27)
[102]Livro Tombo, (1952 a 1985) p 42 a 45

A santidade dos primeiros cristãos fora creditada pela igreja primitiva, pelo seu martírio, pela fé inegável que carregavam, os mártires dos primeiros séculos da era comum, foram cristãos perseguidos pelo império Romano. Segundo Le Goff, o Santo é a religião cristã, para o cristianismo o santo é escolhido por Deus para na terra ser instrumento seja de milagres, virtudes e/ou comportamentos religiosos exemplares, onde o escolhido possui uma vocação e a encarna até a morte onde em algum momento da vida é manifestada conduzindo-o a santidade[103]

O Mártir é aquele que lembra, uma testemunha e o martírio é a morte dessa testemunha, Para definir Mártir; *" no cristianismo do segundo século, o termo passou a designar uma pessoa que experimentava o sofrimento e, eventualmente, a morte, em função de sua pertença ao movimento de Jesus"*[104]*.*

Nossa pesquisa se encontra em fase inicial, cabe de momento, entender como se sucedeu a chegada das relíquias ao Brasil no ano de 1975. Como contrapartida tanto para a Igreja local como para a comunidade tomazinense, poderemos também abrir caminho para novas pesquisas no campo da história religião cristã primitiva, visto a proximidade da fonte que se encontra no Brasil. Essa divulgação pode ser positiva tanto para o campo de conhecimento como para a própria cidade.

A Chegada de Santo Inocêncio à Tomazina.

Segundo o Livro Tombo n°3 (1952-1985) Inocêncio foi um jovem italiano cristão que diante da perseguição romana não deixou de lado suas crenças e por esse motivo se tornou junto de muitos outros cristãos perseguidos, mártir e santo. Inocêncio foi decapitado próximo dos 16 anos de idade e seus restos mortais foram recolhidos por outros cristãos e depositados nas catacumbas de São Calixto[105].

Consideradas sagradas, as relíquias, tiveram na idade média funções históricas pois presentificavam os mistérios cristãos e ajudavam a construir uma historicidade do cristianismo pois traziam para o imaginário cristão a ideia de

[103]LE GOFF (2017) P 54
[104]MIRANDA (2016) P26 - 28
[105]Não tivemos acesso a Hagiografia de Inocêncio o que sabemos sobre a vida do Santo vem dos relatos do Livro Tombo da Paróquia de Tomazina, os relatos do livro tombo foram escritos pelo vigário e idealizador do translado das relíquias e de seus coadjutores (p 42 - 51)

onipresença, sendo utilizadas como forma de culto aproximando o passado do presente (Schmitt, 2007, p 292).

Entre os séculos I e III a santidade dos cristãos foi reconhecida pela morte, os Mártires cristãos foram aqueles que deram suas vidas em razão da fé se aproximando ao martírio de Jesus e reconhecidos como primeiros Santos da Igreja. Quando possível seus restos mortais eram recolhidos por outros cristãos e sepultados em cemitérios subterrâneos, que ficaram conhecidos como Catacumbas, que se tornaram locais de culto cristão e veneração daqueles que eram exemplos de compromisso com a fé e que tiveram os restos mortais ali estavam depositados (Le Goff, 2017, p. 55).

A perseguição aos cristãos cessa após Constantino recorrer ao Deus dos Cristãos em 313, passando a aceitar os Cristãos e anos mais tarde em 392 quando Teodósio transforma o Cristianismo em Religião do Império, após isso a santidade continuou a ser reconhecida pelo martírio e até hoje é reconhecida dessa forma, porém de forma mais esporádica. Com isso a Santidade Cristão deixa um pouco de ser reconhecida pela morte equivalente a morte de Jesus e passa a ser reconhecida pela Vida Santa, pela vida aproximada dos ensinamentos cristãos[106].

Em um momento em que a santidade era reconhecida pela Morte, diferentemente do momento em que se via a igreja Cristã como Religião Oficial do Império Romano e que passa a reconhecer as santidades pela suas vidas próximas de Deus, ou seja, durante as perseguições os Santos eram reconhecidos por terem seu sangue derramado, se aproximando do martírio e morte de Jesus, sendo que sem as perseguições a Santidade passa a ser vista pela vida dedicada ensinamentos cristãos[107].

As Relíquias de Santo Inocêncio repousaram por 15 séculos nas Catacumbas de São Calixto localizada em Roma na Itália. A religiosidade judáico-cristã costumava levar o corpo dos mortos ao contato com a terra para aproximar-se da ideia da Septuaginta do pó ao pó, ou seja, *“Com o suor do teu rosto comerás teu pão, até que te tornes ao solo. Pois dele foste tirado. Pois tu és pó e ao pó tornarás*[108]*”,* as catacumbas romanas eram, cemitérios subterrâneos que além de local de repouso

[106]Le Goff, Jacques (p- 19) O Deus da Idade Média; Conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução Marcos de Castro, 4° ed. Editora Civilização Brasileira , Rio de Janeiro 2017
[107]Le Goff (2017) p54
[108]Genesis 3; 19 in Bíblia de Jerusalém p 16

dos mortos era também utilizada como locais de culto para os cristãos que eram impedidos de professar sua fé publicamente, devido as perseguições do império Romano[109].

Martins (2015), atribui ao ano 100- 200 a origem das catacumbas, pois antes disso os cristãos não tiveram cemitérios próprios e os mortos eram enterrados em cemitérios comuns, nessa época registra-se as primeiras escavações ao longo das estradas de Roma, entre 200 e 300 as catacumbas eram extensão dos locais da fé cristã, sendo responsabilidade dos cristãos os cuidados necessários. O século IV foi marcado pela livre veneração dos mártires ali repousados. Entre os séculos V e IX as catacumbas se tornaram locais de peregrinação e a Igreja retirou parte das relíquias devido aos saques. Até o século XVI as catacumbas ficaram esquecidas sendo redescobertas no século XVII[110]. A Relíquias de Inocêncio foram retirados das catacumbas de São Calixto no Século XVIII, por determinação do PAPA Leão XII, as de Inocêncio foram enviadas a comuna Italiana de Lendinara, na Igreja de Santa Águeda, anexa ao convento dos Frades Menores Capuchinhos[111].

Durante 65 anos a mesma ordem, Capuchinhos Menores, foram responsáveis pela paróquia de Nossa Senhora Conceição Aparecida de Tomazina-PR. Em 1975 o Vigário da paróquia, Frei Carlos Maria, conseguiu as devidas autorizações para trazer ao Brasil as relíquias de Santo Inocêncio.

Frei Carlos Maria, era o nome religioso de Aristides Benetti, filho de Carlos Benetti e Justina Rasera, devoto fiel de Maria, nasceu em Curitiba em 01 de Maio de 1922, estudante de Teologia, foi ordenado sacerdote em 1944, na igreja das Mercês, a mesma igreja pela qual passaram as relíquias de Santo Inocêncio anos mais tarde. Em 1948 partiu para a Itália para estudar filosofia, local onde teve o primeiro contato com as relíquias que estavam na igreja de Santa Águeda. Retornou ao Brasil em 23 de maio de 1952, deu aulas de filosofia em Campo Magro-PR, foi Pároco em Cruzeiro do Oeste e se afastou do cargo após grave acidente automobilístico em 1969.

Ao retornar as atividades sacerdotais, foi designado a Tomazina. Na cidade além das relíquias de Santo Inocência Mártir, destacou-se pelo número de igrejas

[109]Martins (2015) p 82
[110] Martins (2015) p 87
[111]Livro Tombo N°3 (1952 à 1985) p,43

rurais construídas, 10 igrejas com 10 salões paroquiais entre 1970 e 1979. No ano de 1975 trouxe as relíquias que tanto sonhou em trazer para o Brasil, ficando marcado positivamente na comunidade religiosa tomazinense. Frei Carlos faleceu em 02 de novembro de 2001 aos 79 anos de idade, em decorrências de complicações de um AVC (acidente vascular cerebral) sofrido dois anos antes, que o deixou acamado.[112]

As relíquias de Santo Inocêncio está exposta na cidade de Tomazina e disponível para a veneração dos fiéis, no Santuário de Nossa Senhora Conceição Aparecida e Santo Inocêncio Mártir. As relíquias na cultura cristã são objetos santificados de extrema importância para a religiosidade. Pensemos então em uma relíquia daqueles que foram os primeiros Santos da Igreja em seu primitivismo, e que os Santos são a Igreja como disse Le Goff(2017, p54).

A Exploração do relicário e das relíquias poderão nos falar a relação da comunidade cristã local com um Santo estrangeiro, introduzido na comunidade por um Frei Capuchinho, que durante 29 anos buscou alcançar seu objetivo de trazer para o Brasil uma relíquia, com a qual se encantou em meio aos estudos de filosofia na Itália.

Para entendermos melhor o lugar de Santo Inocêncio Mártir na comunidade tomazinense é necessário entender melhor sua chegada ao Brasil, não cabe aqui aprofundarmos no lugar que o santo ocupa, pois seria uma longa reflexão e aprofundamentos em métodos de História Oral e Etnografia, além da análise do livro tombo e das relíquias que é o que nos propomos no momento, porém vale ressaltar que a cidade acolheu cerca de 20 mil pessoas para a recepção da relíquia, sua chegada se deu em um helicóptero vindo da Capital paranaense Curitiba, após a relíquia ficar exposta para visitação na igreja das Mercês em tal cidade.

Entre 1948 e 1952, Frei Carlos Maria, fez seu Doutorado em Filosofia em Roma na Itália. Esse foi o primeiro contato do Frei com as relíquias da Igreja de Lendinara, ali também foi onde o Frei despertou seu interesse nas relíquias que havia convivido na Itália.

> Desde que o Pe Vigário, Frei Carlo Maria (Arisitides Benetti) retornou de seus estudos superiores em Roma (1948 a 1952) sempre alimentou

[112]Necrologia Novembro dos Capuchinos disponível em www.capuchinos.org.br/província-sao-lourenço-de-brindes /institucional/necrologia/novembro acessado em 17/11/2018

> a ideia de trazer uma relíquia de santo para a devoção popular (Livro Tombo nº3, p 42) .

No ano de 1970 foi designado a assumir o comando da Paróquia de Tomazina em meio a uma grave crise institucional. Assumida as funções junto a Paróquia em 1970, recebeu em 1972, seu auxiliar que seria também seu grande apoiador no projeto de emigração das relíquias sagradas para o Brasil, seu coadjutor Frei Mario Massarante, um Italiano que em após deixar suas atividades na paróquia da Vila de N. Senhora da Luz em Pinhais-PR foi transferido para a cidade de Tomazina (Tombo, p. 29 – 39).

No ano de 1973 Frei Mario viajou a Itália para visitar sua mãe que se encontrava acamada em estado grave, ficando em seu país de origem até outubro daquele mesmo ano. Após o falecimento de sua mãe retornou a Tomazina. Em maio do Ano seguinte Frei Mario retornou a seu país de origem em férias onde se hospedou na cidade de Veneza, apoiando Frei Carlos nas devidas autorizações do translado das relíquias para o Brasil.

Em 7 Abril de 1975 Frei Carlos adoeceu em meio a uma reunião dos vigários na cidade de Curitiba, e se tratou de uma paralisia facial até dia 24 do mesmo mês e ano. Em 7 de Maio de 1975 , mesmo recém recuperado do problema de saúde que a pouco o acometeu, Frei Carlos Maria junto de seu Coadjutor viajou até a Itália iniciando a grande jornada dos freis capuchinhos até o encontro das relíquias de Inocêncio (Tombo, 1952-1985 p40)

Até então tudo transcorreu na normalidade, os freis viajaram de avião sob autorização de seus superiores, ao chegar na Itália, todos os trâmites de autorização junto ao provincial de Veneza para o translado foram feitos corretamente, porém um detalhe acabou por passar desapercebido e foi resolvido através das peripécias de um frei predestinado e aplicado em trazer as santas relíquias do mártir ao Brasil: As relíquias de Inocêncio são corporais, portanto são enquadrados nas regras de transporte de restos mortais de seres humanos, exigindo dessa forma uma extensa documentação e burocracia com as quais os freis franciscanos poderiam encontrar dificuldades para realizar o translado. Com isso Frei Carlos, registrou as relíquias como imagem sacra, durante todo percurso, do dia 03 de agosto a 17 de agosto de 1975, há relatos que Frei Carlos rezava o terço pedindo interseção divina a Nossa

Senhora do Perpétuo Socorro, para que a alfandega não barrasse a entrada das relíquias registradas como imagens, no Brasil (Tombo, 1952-1985 p.44).

No dia 17 de agosto o Navio que trazia Frei Carlos, Frei Mário e as Relíquias, atracou no Rio de Janeiro. Facilmente passaram pela a alfandega e rumaram para a Cidade de Aparecida do Norte, onde foi realizada uma missa de apresentação das relíquias recém chegadas ao Brasil. O próximo destino de Inocêncio foi Curitiba, onde aguardou alguns dias e possibilitou a visitação de fieis na Igreja das Mercês, onde Frei Carlos havia sido ordenado Sacerdote, ali as relíquias ganharam uma urna artística confeccionada em pelos entalhadores Irmãos Guzzo, que envolvem o relicário protegendo-o da ação do tempo até os dias de hoje (Tombo nº3, p42 – 45).

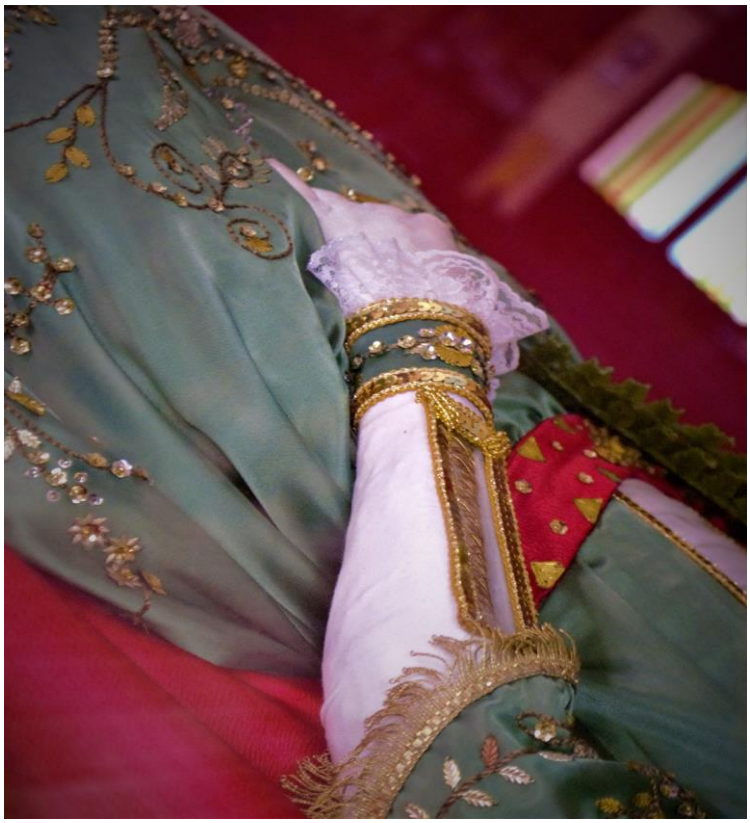


Imagem 2: Detalhe da Relíquia; Osso do Úmero esquerdo (Acervo Pessoal)

Dia 09 de novembro de 1975, esse dia ficou marcado na história da pequena cidade no sertão paranaense, a emoção tomou conta da cidade que parou para receber as relíquias de Santo Inocêncio. *'Olhem o helicóptero! Lá vem o Avião! E a multidão que se comprimia ao redor do Estádio Moyses Chueire de Tomazina se*

eletrizou com a visão espetacular"[113]*, referindo-se ao momento da chegada do helicóptero que transportava as relíquias, corporais do Santo Mártir. E*sse é o relato encontrado no Livro Tombo da paróquia de Tomazina descrevendo um pouco da reação da população Tomazinense no momento da chegada de Inocêncio. Faixas e cartazes se viam espalhados pela cidade, mas uma na entrada da praça da Cidade ganhou destaque nas escritas do livro Tombo ao anunciar *"Santo Inocêncio, você é nosso"*[114].

Considerações Finais

Apresentamos aqui uma narrativa da chegada das relíquias de Santo Inocêncio ao Brasil no ano de 1975, baseada em dados extraídos do Livro Tombo da antiga paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição Aparecida, hoje Santuário de Nossa Senhora da Imaculada Conceição Aparecida e Santo Inocêncio Mártir. Com isso percebemos a movimentação que o Santo Mártir gerou na pequena cidade interiorana do Estado do Paraná, cabe agora um maior desenvolvimento do assunto, que nos apresenta uma gama de opções de pesquisa por onde poderemos nos "aventurar".

Pudemos através dos registros oficiais da Paróquia entender que Santo Inocêncio foi um forasteiro muito bem recepcionada no sertão paranaense. Podemos nos perguntar agora e a versão daqueles que estiveram na chegada das relíquias? Reproduz através da memória as mesmas percepções registradas no Livro Tombo? Cabe indagar também as reações atuais da comunidade local para com o Santo Mártir, ainda verificamos a mesma cumplicidade que antigamente? Quais fatores contribuem para as relações atuais?

Como dissemos anteriormente a gama de caminhos para o aprofundamento dos estudos é grande, porém necessário maior aprofundamento teórico acadêmico em estudos das imagens relíquias, do mártir e da santidade no imaginário cristão e para nos apoiar na oralidade maiores conhecimentos sobre a história oral e estudos etnográficos.

[113] Livro Tombo n°3 1952 -1985
[114]Idem a 12

Referências Bibliográficas

SCHMITT, JEAN CLAUDE: O CORPO DAS IMAGENS: Ensaios sobre a cultura visual na Idade Média 2ª edição, Florianópolis-SC Ed.: EDUSC, 2007, 380 p.
LE GOFF, JACQUES: EM BUSCA DO TEMPO SAGRADO: Tiago de Varazze e a Lenda dourada, 2ª edição, editora Civilização Brasileira Rio de Janeiro – RJ, 2017, 286 p.
LE GOFF, JACQUES: A CIVILIZAÇÃO DO OCIDENTE MEDIEVAL, 1ª edição, Petrópolis – RJ, 2016 editora Vozes, 387 p.
LE GOFF, JACQUES: O Deus da Idade Média; Conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução Marcos de Castro, 4° ed. Editora Civilização Brasileira , Rio de Janeiro 2017, 126 p.
NOGUEIRA, PEDRO AUGUSTO DE SOUZA (org.) . APOCRIFICIDADE: O CRISTIANISMO PRIMITIVO PARA ALÉM DO CANON, 1º Edição, 2015, Editora Fonte Editorial, 160 p.
MIRANDA, Valtair Afonso. Mártires na antiguidade e na Idade Média in Mártires, Confessores e Virgens, o culto aos Santos no Ocidente medieval, (org) SILVA, Andreia Cristina Lopes Frasão da e SILVA, Leila Rodrigues da. Petrópolis-RJ Ed. Vozes 2016. 197 p
KLEINKE, Maria de Lourdes Urban, **DESCHAMPS** Marley Vanice, **MOURA,** Rosa. Movimento Migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes IN Revista Paraná Desenvolvimento, Curitiba, Nº 95, Jan/Abr 1999 p27-50 disponível em https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4813430.pdf acessado em 16/11/2018
MARTINS, Angelina Carr Ribeiro, A *Relígio* do cristianismo primitivo: Artes Simbolos e resignificações nas Catacumbas Romanas in Revista Ultimo Andar, n 25, 2015. Disponível em https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/24646/1 acessado em 16/11/2018
DE JERUSALÉM, Bíblia. Nova edição, revista e ampliada. **São Paulo: Paulus**, 2002.
Biografia “Carlos Maria” Aristides Benetti , Capuchinos do Brasil, disponível em http://www.capuchinhos.org.br/provincia-sao-lourenco-de-brindes/institucional/necrologia/novembro Acessado em 17/11/2018.

MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: AS DIFERENTES FACES DO HERÓI NACIONAL TIRADENTES

Daniela Maria do Nascimento Hypólyti
(Pós-Graduanda UNESPAR)
Fábio André Hahn
(Prof. Dr. UNESPAR)

Resumo. Tiradentes é uma figura emblemática na história do Brasil, de modo que, possui até mesmo, um feriado no calendário brasileiro em sua homenagem. Sendo o seu nome disseminado como herói nacional e representado sobre inúmeras facetas, Tiradentes permanece por vezes mal compreendido no meio social. Em decorrência disso, o presente trabalho tem por objetivo, discutir a memória da figura de Tiradentes enquanto um herói, assim como, também, refletir a relevância da celebração do feriado nacional do dia 21 de abril na sociedade contemporânea. Para isso, realizamos uma revisão bibliográfica da historiografia produzida sobre Tiradentes a partir da década de 1990, verificando as diferentes maneiras que a sua imagem foi utilizada nos anos iniciais do Brasil República. Uma vez que, Tiradentes foi desencaixado do seu vínculo local com a Inconfidência Mineira, para ser retrato no território nacional como herói republicano e consequentemente como herói nacional. Conferimos também, o modo como às noticias jornalísticas produzidas pela mídia digital representaram a figura de Tiradentes nas reportagens que circularam na internet no dia do feriado nacional de 21 de abril no ano de 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil República; Tiradentes; Mídia Digital.

No Brasil o dia 21 de abril é feriado nacional. Todos os anos, o personagem Joaquim José da Silva Xavier, popularmente conhecido por Tiradentes é lembrado, o que passou a ocorrer com a fixação da data no calendário nacional no ano de 1890. Fruto da homenagem à memória de Tiradentes, esta comemoração está estreitamente relacionada com as origens da República proclamada em 1889.

Os republicanos, no cenário contextual do século XIX e em meio ao processo de transição política da Monarquia para República, sentiram a necessidade de produzir um conjunto com referências coletivas que sustentasse a ideia de construção de uma identidade nacional e que, ao mesmo tempo, refletisse os valores do novo regime político no imaginário popular. Neste caso, os republicanos olharam para o passado e buscaram na Inconfidência Mineira e, especialmente na figura de Tiradentes, elementos que pudessem explicar e inspirar a história que se pretendia escrever.

Para despertar o sentimento de orgulho e pertencimento nacional, “[...] a República se apoderou da memória popular, referente a Tiradentes e transformou sua figura em herói republicano” (BALLAROTTI, 2009, p. 203). Entre os símbolos, alegorias e personagens utilizados pela República no processo de formação de identidade nacional, Tiradentes se destacou como uma figura fundamental. A formação de uma identidade nacional em torno da figura de Tiradentes veio acompanhada “de um gigantesco trabalho pedagógico, para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nela se reconheçam” (THIESSE, 2001, p.8).

No entanto, será que no cenário atual a sociedade contemporânea, apesar de celebrar todos os anos o feriado de 21 de abril, ainda consegue conhecer e se reconhecer a figura de Tiradentes enquanto um herói nacional? Não existe uma resposta exata para esta questão, visto que nela está inserido um público muito amplo, nos referimos aqui a toda à sociedade brasileira. Contudo, no que diz respeito ao trabalho pedagógico para que o corpo social possa ao menos conhecer o herói nacional Tiradentes e celebrar o feriado do dia 21 de abril, ainda é praticado?

Tendo consciência da audiência e influência que a mídia digital detém no cenário do século XXI, em específico as notícias jornalísticas, publicadas pelos veículos de comunicação na internet, apontaremos a maneira como a mídia digital retratou o personagem histórico Tiradentes, em reportagens que circularam via web

no dia do feriado nacional do ano de 2014[115], como uma entre as diversas possibilidades que promovem esse trabalho pedagógico.

Consideramos que a maneira como Tiradentes está sendo representado nas notícias, oportuniza pensar alguns aspectos das transformações que ocorreram e que ocorrem no desenvolvimento da sociedade moderna. De uma forma ou de outra, as narrativas sobre Tiradentes nos sites de noticias pode refletir e/ou revelar uma ausência de consenso dos motivos pelos quais celebramos o dia 21 de abril e do reconhecimento da imagem de herói personificada no ícone do feriado brasileiro na atualidade.

Contudo, cabe esclarecer que o nosso objetivo aqui, não é questionar se Tiradentes é de fato um herói, mas discutir a audiência da figura de Tiradentes enquanto um herói nacional na sociedade contemporânea, tendo como base as reportagens jornalísticas que circularam na internet no feriado de 21 de abril do ano de 2014, e que trataram diretamente de Tiradentes ou que tem as marcas de sua história como plano de fundo. Para isso, examinaremos a mídia como um produto de linguagem que promove efeitos de identidade entre a história e a memória que é produzida em suas reportagens.

Portanto, para tratar das questões propostas neste trabalho, previamente discorreremos sobre os elementos que culminaram na apropriação da figura de Tiradentes e a sua transformação em herói nacional em uma dimensão histórica, abordando os interesses envolvidos na utilização da sua imagem, uma vez que, ela é desencaixada do seu vinculo local da Conjuração Mineira[116] para ser retratada no âmbito nacional. Em seguida, discutiremos a representação da figura do herói nacional na mídia, considerando este um mecanismo importante, que atua em várias esferas da vida social e que gera efeitos, que podem remodelar a forma do pensar e do agir do corpo social na atualidade. E, que, consequentemente nos permitirá refletir a essência da comemoração do feriado do dia 21 abril, na sociedade contemporânea.

[115] 2014 é o ano em que iniciamos a investigação das reportagens sobre Tiradentes que circulam na internet no dia 21 de abril. Todavia, cabe destacar, que o recorte aqui tratado revela parte inicial das análises de uma pesquisa que se encontra em andamento.

[116] A Conjuração Mineira, também conhecida como Inconfidência Mineira, foi um movimento de caráter separatista, ocorrido em Minas Gerais no ano de 1789, cujo principal objetivo era libertar o Brasil do domínio português.

O ponto de vista historiográfico sobre a construção e apropriação da figura do herói

Os contornos de heroísmo da figura de Tiradentes emergiram em meio ao processo de transição política, vivenciado pela população brasileira entre o fim do século XIX a meados do século XX. No ano de 1889, o Brasil que até então era governado pela casa de Bragança, deixou de ser uma Monarquia para se tornar uma República.Essa modificação no cenário político promoveu alterações no contexto social brasileiro. Mesmo após os republicanos terem assumido o poder, os ideais produzidos pelo regime monárquico continuaram a exercer forte influência sobre uma significativa parcela da sociedade brasileira. Emília Viotti da Costa (2007) relata que os primeiros anos da República, foram de grande convulsão social, pois havia na sociedade aqueles que estavam descontentes e lamentavam a queda da monarquia e os que eram favoráveis e exaltavam o novo regime político. Thais Nívia de Lima e Fonseca (2002) conclui que a população vivenciou nesse período, um contexto de disputas entre republicanos e monarquistas.

Nessa conjuntura, a emergência de uma ideia de nação, suscitou a inquietação de constituir cidadãos que amassem o seu país a ponto de estarem disposto a viver e morrer em nome da pátria (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007). Porém, no seio da nação que se estava construindo, os republicanos tinham clareza de que as visões de república não poderiam ser feitas por meio do discurso. Em atenção à inacessibilidade do público de baixo nível de educação formal, “ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, os símbolos, as alegorias, os mitos” (CARVALHO, 1990, p. 10). Por isso, a elaboração de referências coletivas como parte integrante de legitimação do novo regime político, teve como ponto de partida a construção de um imaginário popular.

Carvalho (1190) revela que durante a formação do governo republicano, ocorreu uma verdadeira batalha ideológica de símbolos e alegorias, cuja finalidade era recriar um imaginário dentro da concepção de república. Ballarotti (2009, p. 202) conta que, “os republicanos brasileiros tiveram uma árdua tarefa para a construção destes símbolos e contaram com a ajuda dos positivistas, presentes nas fileiras do Partido Republicano”. Os positivistas assumiram um papel importante nesse

processo, visto que colocaram os fatos históricos a seu serviço em razão da elaboração de um espírito de civismo.

Com a intenção de encontrar figuras que pudessem legitimar a implantação do novo regime, a República olhou para o seu passado e selecionou símbolos e mitos que pareceram mais evidentes e capazes de jogar luz sobre seus ideais. Carvalho (1990) destaca que a luta em torno do mito de origem da República, mostrou as dificuldades de se construir um herói. No caso brasileiro, houve um grande esforço em transformar os principais participantes do 15 de novembro em heróis. No entanto, a busca de um herói para a república teve êxito onde muitos não imaginavam, “quem aos poucos se revelou capaz de atender as exigências da mitificação foi Tiradentes” (CARVALHO, 1990, p. 57).

Entretanto, cabe esclarecer que, apesar da República ter associado os seus ideais a imagem de Tiradentes, isso não significa que ele tenha sido uma criação sua. Tiradentes se tornou popularmente conhecido em razão dos desdobramentos da Conjuração Mineira (1789), a qual fez dele seu líder. Uma parte dos republicanos, por sua vez, tinha interesse na valorização do movimento mineiro, como precursor da independência e fundador da república, por isso se apropriaram da imagem de Tiradentes, visto que o novo regime necessitava de uma figura representativa que apagasse o então “herói” D. Pedro I, considerado uma forte imagem da monarquia (BALLAROTTI, 2009).

A Conjuração Mineira revelou em Tiradentes a “vítima de um sonho, de um ideal, dos ‘loucos desejos de uma sonhada liberdade’” (CARVALHO, 1990, p. 68). A proposta da revolução que tinha como intenção libertar o Brasil do domínio português e, a figura humana de Tiradentes como alguém que havia pagado com a própria vida a favor do futuro da nação, foi utilizada durante a transição da Monarquia para a República, para promover a consolidação e instituição do novo regime político. Deste modo, a “aceitação de Tiradentes veio, assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional, mais do que em herói republicano” (CARVALHO, 1990, p. 71). Tiradentes unia o país através do tempo e do espaço. No entanto, como a história não havia deixado registros, a seu rosto precisou ser idealizado. Tiradentes foi representado com traços de antigos heróis, como caboclo e com várias outros aspectos (CARVALHO, 1990). Entretanto, as particularidades dos pincéis nos quadros

produzidos por artistas da época, originou a associação da imagem de Tiradentes com a ideia de um cristo cívico. Esta aproximação entre a figura de Jesus Cristo e Tiradentes esteve presente não apenas nas pinturas, mas na literatura, na historiografia e até mesmo nas condutas de comemoração[117] .

Ademais, cabe esclarecer que a República além de conferir um rosto a Tiradentes, também idealizou outros meios para que a população pudesse vivenciar diariamente as ideias que ele representava. Os republicanos conferiram a Tiradentes uma data comemorativa, a nomeação de ruas, monumentos e praças públicas e até mesmo histórias. A República se empenhou em construir uma representação do herói dentro dos seus valores de governo, e, para isso "obteve auxílio de vários historiadores que ajudaram a conjugar a figura do mártir com o ideário republicano" (BALLAROTTI, 2009, p. 206). Consequentemente, uma historiografia tradicional nacionalista foi produzida entre final do século XIX e meados do século XX. Fonseca (2002) explica que essa produção histórica a sombra de influências positivistas demonstrava certa preocupação em enaltecer a Conjuração Mineira e seu herói, para, assim, potencializar a vitalidade do mito Tiradentes.

A história de Tiradentes como herói republicano, escrita por uma vertente tradicional nacionalista, não foi à única produzida pela historiografia. A partir de 1990, com a comemoração do Bicentenário da Inconfidência Mineira, os historiadores apresentaram, em suas discussões, uma reflexão mais crítica sobre o movimento, seu significado e sua historiografia (FONSECA, 2002). Ao analisarem questões que vão do macro ao micro sobre a personificação e apropriação da figura de Tiradentes como herói republicano, autores, como José Murilo de Carvalho (1990) e Paulo Miceli (1994), lançaram um olhar analítico e crítico sobre a produção de mitos e símbolos nos anos iniciais da República, abrindo, assim, uma lacuna para novas discussões. Diante disso, vemos que a produção historiográfica, no que diz respeito à imagem de

[117] Na literatura, por exemplo, Castro Alves escreveu a peça *Gonzaga ou a Revolução de Minas* se referindo ao "Cristo da multidão" e Luis Gama, abolicionista e republicano, escreveu um artigo para o primeiro número do jornal comemorativo do 21 de abril, editado pelo Clube Tiradentes (1882), com o título *"À forca o Cristo da Multidão".* Historiadores também fizeram essa associação. As práticas comemorativas do feriado do 21 de abril, oficializado já em 1890, lembravam, em muito, a crucificação de Jesus Cristo. O desfile lembrava a procissão do enterro de Cristo. A multidão saía da Cadeia Velha (prisão de Tiradentes, associada à paixão de Cristo), caminhava em direção a praça (morte de Tiradentes, associada à crucificação) e terminava no Itamaraty (ressurreição, Deodoro como o continuador das ideias republicanas de Tiradentes) (AIRES, 2009, p. 07).

Tiradentes, pode ter sido construída a partir de interesses e objetivos de determinados grupos.

A representação da figura do herói Tiradentes na mídia digital

O feriado de 21 de abril é celebrado no calendário brasileiro há mais de um século. No momento em que o feriado foi instituído em memória a figura histórica de Tiradentes, a população brasileira vivenciava um processo de elaboração de uma história nacional fundamentada na criação de valores que promovessem o sentimento de patriotismo. Neste cenário contextual, os republicanos propagaram de diferentes formas a imagem de Tiradentes e a história que estava sendo produzida sobre ele– a maioria em impressos –, para que a população pudesse conhecer e se reconhecer na figura do herói da nação brasileira.

Entretanto, é valido lembrar que de lá para cá a sociedade como um todo passou por um intenso processo de transformação. O corpo social vive no século XXI a era da globalização e da tecnologia. A vida é orientada em grande parte por dispositivos eletrônicos, que possuem a capacidade de selecionar em fração de segundo o que é do interesse de cada indivíduo. A difusão da internet ampliou os meios de comunicação e garantiu a mídia digital o importante papel de mediação entre a realidade e o público. Ao acessar a internet e clicar no ícone de notícias, a rede disponibiliza uma série de informações ordenadas.

Marcos Alexandre (2001) relata que no trabalho realizado pela mídia correntemente se pode observar a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais. Segundo Maria do Rosário Gregolin (2007, p. 16) é ela, “em grande medida que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente”. Tendo consciência da função que a mídia digital, em específico as notícias publicadas na internet pelos veículos de informação, cumpre no tempo presente e, movidos pela inquietude de verificar a importância que ela destina a Tiradentes, realizamos uma investigação na internet no ano de 2014, com o intuito de conferir como ela retratou a figura histórica de Tiradentes, no dia 21 de abril. O acesso a estas reportagens nos

permite analisar o espaço que os veículos de informação dedicaram a figura de Tiradentes na mídia digital no ano especificado.

As investigações sobre a representação de Tiradentes, nos discursos produzidos pela imprensa resultaram na análise de seis reportagens em jornais registrados na web: Gazeta do Povo[118], Central Regional de Notícias[119], RPC TV[120], Folha de São Paulo[121], Revista Veja[122] e UOL[123]. Esses jornais por estarem fixados na internet são de abrangência nacional, alguns deles acabam tendo uma audiência maior em regiões mais específicas como é o caso da Gazeta do Povo, Central Regional de Notícias e RPC TV que possuem maior cobertura no estado do Paraná.

Nas reportagens selecionadas, notamos que os textos escritos por jornalistas, editoras, colunistas, pedagoga e historiador retrataram Tiradentes de diferentes maneiras. No dia 21 de abril, a Gazeta do Povo deu destaque em sua página a informações detalhadas sobre a reposição da estátua de Tiradentes na Praça de Curitiba. Pedro Brodbeck, autor da reportagem explicou que a estátua estava voltando ao seu lugar nove meses após ter sido retirada para ser restaurada. Brodbeck apresenta um breve histórico da estátua, sua construção e traz alguns esclarecimentos sobre o processo de restauração e, o seu retorno ao marco da praça curitibana. A reportagem coloca em destaque a imagem da estátua de Tiradentes sendo recolocada em seu lugar.

---

[118] BRODBECK, Pedro. Estátua de Tiradentes volta ao marco zero de Curitiba. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1463428>. Acesso em: 21 abr.14.

[119] BARROS, Jussara. Conheça um pouco da história de Tiradentes, o mártir da independência do Brasil*. Central Regional de Notícias*. Disponível em: <http://www.crn1.com.br/noticias/32907.html>. Acesso em: 21 abr.14.

[120] RPC TV. *DEPOIS DE 8 MESES ESTÁTUA DE TIRADENTES VOLTA A PRAÇA*. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/rpctv/noticia/2014/04/parana-tv-depois-de-oito-meses-estatua-de-tiradentes-volta-praca.html>. Acesso em: 21 abr. 2014.

[121] PEIXOTO, Paulo. Governo de Minas mantém população fora da celebração da Inconfidência. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/04/1443456-novo-governo-de-minas-mantem-populacao-excluida-da-celebracao-da-inconfidencia.shtml>. Acesso em: 21 abr. 2014.

[122] CONSTANTINO, Rodrigo. A luta de Tiradentes*. Revista Veja.* Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/historia/a-luta-de-tiradentes/>. Acesso em: 21 abr. 2014.

[123] VILLALTA, Luiz Carlos. “Herói” Tiradentes nunca se colocou a favor da abolição da escravidão e deve ser alvo de piada. *UOL*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/04/21/heroi-tiradentes-nunca-se-colocou-a-favor-da-abolicao-da-escravidao-e-deve-ser-alvo-de-piadas.htm>. Acesso em: 21 abr. 2014.

Jussara Barros produziu na Central Regional de Notícias (CRN), uma matéria sobre Tiradentes relacionando a sua figura com a Inconfidência Mineira e com a Independência do Brasil. Barros faz uma breve descrição de caráter biográfico, no que diz respeito a Tiradentes, e da a conhecer que o apelido “Tiradentes” adveio da profissão de dentista. No entanto, a autora afirma que o ofício que promoveu a sua figura ao posto de herói nacional foi a de soldado. O que nos chama a atenção é que Barros retrata no título da reportagem Tiradentes como um mártir da Independência, no corpo no texto, ela explica o sacrifício de Tiradentes na Inconfidência Mineira, mas em nenhum momento ela deixa clara a relação do mártir com a Independência do Brasil. A autora traz junto do relato uma imagem que mostra Tiradentes à frente com uma corda no pescoço e no plano de fundo a bandeira da Inconfidência. Os dois elementos, são itens clássicos de identificação do movimento mineiro ocorrido em 1889.

A RPC TV, filial da Rede Globo, disponibilizou em sua página por escrito a reportagem que foi ao ar no dia 21 de Abril. A editora da RPC, assim como a Gazeta do Povo, deu destaque ao cerimonial que ocorreu em comemoração à volta estátua de Tiradentes na Praça de Curitiba. Ao referenciar Tiradentes como o mártir mineiro, a RPC deu detalhes sobre a participação de policiais militares e civis no cerimonial, e, por meio de entrevistas realizadas com algumas pessoas da cidade de Curitiba, mostrou a falta que a estátua estava fazendo no local. Além disso, a editora trouxe informações sobre uma cápsula que havia sido colocada dentro da estátua, descoberta apenas no momento em que ocorreu a sua retirada para ser restaurada.

O colunista Paulo Peixoto, publicou na Folha de São Paulo, uma matéria relatando o fato do governo de Minas ter deixado a população e os turistas de fora da tradicional celebração da Inconfidência Mineira. Peixoto explica que toda a praça foi ocupada com grades e palanques para as autoridades, convidados e integrantes de corais, músicos e seguranças. Contudo, ao tratar do tradicional cerimonial em homenagem ao herói Tiradentes e aos ideais de liberdade do movimento mineiro, a reportagem da Folha de São Paulo, tece críticas à classe política do Estado, principalmente a figura do governador, que estava adotando a mesma atitude do ex-governador Aécio Neves e atual candidato a cadeira presidencial do Brasil, nas eleições que ocorreriam em outubro de 2014.

No site da Revista Veja, o colunista Rodrigo Constantino deu grande destaque à figura de Tiradentes. Nas primeiras linhas Rodrigo faz uma breve apresentação de Tiradentes, o qual ele considera como um mártir. A Inconfidência Mineira é abordada por Constantino, como um movimento que não lutou apenas por mudanças naquele momento histórico, o Colunista percorre um caminho, com o objetivo de mostrar que a luta de Tiradentes não foi apenas para mudar a realidade que a sociedade mineira e brasileira vivia, sua luta tinha um significado maior, pois estava calcada na construção de um futuro próspero.

A matéria publicada no site da UOL, pelo historiador Luiz Carlos Villalta chama a atenção, visto que Villalta trata Tiradentes como um personagem e coloca em dúvida a sua figura de herói. Segundo o historiador, Tiradentes é um daqueles heróis que colocaram na memória popular, ou seja, ele é resultado de uma construção social. Villalta também destaca que a importância de Minas não é suficiente para justificar a entronização de Tiradentes como um herói nacional. Ademais, o historiador ironiza Tiradentes apontando a sua fama de fanfarrão e explica que ele nunca se colocou a favor da abolição da escravidão no Brasil.

Nas reportagens analisadas acima, observamos uma ausência de consenso no que diz respeito à figura de Tiradentes e os motivos que incentivaram a comemoração do feriado nacional de 21 de abril. Não se notou nas notícias publicadas preocupação com a manutenção da sua figura enquanto um símbolo de identidade nacional e nem mesmo com o título de herói. As informações são um tanto desencontradas e Tiradentes é associado ao conceito da Inconfidência e ao da Independência, no entanto, não fica evidente a sua relação com a Independência e nem mesmo com o feriado em sua homenagem. O historiador Luiz Carlos Villalta é o único que aponta a figura de herói de Tiradentes como resultado de uma construção política e social.

Portanto, podemos concluir que a importância e o destaque que foram atribuídos à figura heroica de Tiradentes entre o fim do século XIX a meados do século XX, não aparecem nas reportagens do ano de 2014. Essa carência de valoração e manutenção da memória de Tiradentes enquanto um símbolo de identidade nacional, possivelmente é resultado das mudanças ocorridas no corpo social. O crescente avanço tecnológico e o intenso uso de aparelhos eletrônicos tem proporcionado uma

maior dinamicidade entre as novas gerações. Em uma modernidade conceituada por Zygmunt Bauman (2001) como “leve”, “líquida” e “fluída”, a figura do herói e símbolos de referências pode não ser considerada fundamental, como ocorreu em épocas passadas. E a mídia eletrônica, por sua vez, cumpre aqui o seu papel refletindo essa realidade em suas reportagens.

Considerações finais

Ao elegermos os debates produzidos no âmbito acadêmico para discorrer sobre os elementos que propiciaram a transformação da figura de Tiradentes em herói brasileiro, não fazemos isso com a intenção de explicar a origem do herói, mas de avaliar a maneira como sua figura foi apropriada e utilizada para promover um sentimento de pertencimento nacional.

As representações são entendidas aqui como um elemento fundamental para pensar a construção da figura do herói, pois “as representações e ações supõe uma eficácia as ideias e aos discursos, separados das formas que os comunicam, destacados das práticas que, ao se apropriarem deles, os investem de significados plurais e concorrentes” (CHARTIER, 1991, p. 188).

A busca por uma identidade nacional entre os séculos XIX e XX aliada a necessidade de elaboração de referencias coletiva, favoreceu a criação de elementos que podem ser considerados promotores de um sentimento de pertencimento e de numerosas interações sociais. Vimos em uma dimensão historiográfica, que no cenário contextual desse período, o trabalho pedagógico para que a população pudesse conhecer e se reconhecer na figura de Tiradentes foi realizado das mais diversas formas. Houve todo um envolvimento político, intelectual e de divulgação na época que a figura de Tiradentes estava sendo construída. A pintura, a elaboração de uma história nacional, monumentos, ruas, e principalmente o ensino, foram ferramentas essenciais para estabelecer um frequente dialogo com o público.

Ao lançarmos o nosso olhar para o presente, é possível perceber que a sociedade, no decorrer do seu desenvolvimento criou novas formas de comunicação. A mídia digital se caracteriza hoje, como o principal meio para comunicar e estabelecer uma aproximação com o grande público. As mídias fazem parte dos processos de socialização das novas gerações. As principais notícias geralmente estão na internet.

Ao examinarmos a manutenção da figura de Tiradentes enquanto um herói nacional, nas reportagens que circularam na rede no dia 21 de abril de 2014, notamos uma ausência de preocupação não só com Tiradentes, mas com o próprio sentido do feriado nacional. O grande número de reportagens que divulgaram o que estaria aberto e fechado neste dia, para que as pessoas pudessem curtir seu momento de lazer, sobrepõe em larga escala as poucas notícias que trataram do personagem histórico homenageado nesta data. Este resultado, por mais simples que seja, indica que a geração do século XXI, não está preocupada em se apegar a pontos de referências que tragam consigo ideais de civismo e patriotismo. O passado, as tradições e as crenças que foram criadas como ponto de referência e inspiração parece estar em um estado de liquefação.

As matérias que a imprensa produziu e que circularam na internet expuseram os efeitos que as mudanças ocorridas em um processo de longa duração provocam na forma de pensar. Além disso, as representações que se instalam nas reportagens e que circularam na internet constroem diretivas que revelam a carência da manutenção simbólica e de identidade nacional presente na figura de Tiradentes.

Portanto, o caminho percorrido nos conduziu a afirmação de Bauman (2005), de que no mundo “fluído”, “leve” e “líquido” da sociedade moderna, o apego e o comprometimento com uma identidade para toda a vida é um negócio arriscado. Somos segundo Bauman (2005, p.96), “incessantemente forçados a moldarmos as nossas identidades, sem sermos permitidos que nos fixemos em cada uma delas, mesmo querendo”. Os recursos eletrônicos, como as redes sociais, aparelhos celulares e aplicativos, assim como, os veículos de informação que publicaram matérias com conteúdo sobre a figura de Tiradentes, são instrumentos utilizados e acessados por milhões de indivíduos, e, refletem essa realidade de que tudo é provisório e que não precisamos de um ponto de referência, como ocorria na sociedade de nossos antepassados.

A ideia de identidade hoje é outra, o modelo gestado pelo estado no final do século XIX já não tem mais espaço na sociedade contemporânea. As novas gerações não demonstram interesse em um único modelo de identidade coletiva, cada grupo tem seu próprio ponto de referência e esses pontos não são permanentes, eles estão em constante processo de transformação.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história. In: **História:** a arte de inventar o passado. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 21-39.
ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. **Comum**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 111-125, 2001, jul./dez.
BALLAROTTI, Carlos Roberto. A construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a herói cívico na atualidade. **Antíteses**. Londrina, v. 2, n. 3, p. 201-225, jan.-jun./2009.
BAUMAN, Zygmunt. Prefácio: ser leve e líquido. In: **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 7-22.
_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BÉRVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas. **Educ. Soc***.* Campinas, v. 30, n. 19, p. 1081-1102, 2009, set./dez.
CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 137-191, jan.-abr./ 1991.
COSTA, Emília Viotti da. Sobre as origens da república. In: **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 8º ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007, p. 387-447.
FONSECA, Thais Nívea de Lima e. A Inconfidência Mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 439-462, 2002.
GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidade. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo. V. 4, n. 11, p. 11-25, Nov. 2007.
MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 1994.
THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 9 n. 15, p. 07- 23, 2001.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

ENEM E ENSINO DE HISTÓRIA: METODOLOGIA, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DE UM CONTEÚDO AVALIATIVO

Alessandro Henrique Monteiro
Mestrando em História Social
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo. Esse trabalho busca fazer algumas reflexões sobre o conteúdo avaliativo encontrado do Exame Nacional do Ensino Médio. Para uma primeira parte foi buscado entender as provas em seu contexto de avaliação nacional assim como sua ferramenta de seleção para o Ensino Superior. A crítica dessa avaliação precisa ser feita entendendo a necessidade de uma prova que possa criar diagnósticos para o Ensino Médio e também a influência de todos os programas sociais que usam a nota do exame. O sucesso desses programas faz a prova ser usada como uma propaganda pelo governo, e por isso os motivos políticos da realização do exame devem ser inseridos na discussão, já que não se trata apenas de mais uma prova educacional. Uma segunda parte trata-se da análise do conteúdo de algumas questões com conteúdo histórico do ENEM no que se refere ao método em que a narrativa se apresenta, a elaboração das perguntas, a escolha de assuntos e a forma com que são tratados. Quando se entende que o Enem não é apenas uma avaliação educacional se faz necessário pensar que o conteúdo das questões possa estar ligado a interesses e não apenas à uma necessidade de avaliar o Ensino Médio ou selecionar alunos para universidades. O Formato de questões objetivas de múltipla escolha é amplamente criticado por autores que estudam sobre avaliações educacionais, mas mesmo com isso a prova completa vinte anos em 2018, com apenas uma grande reforma, mas sem mudanças na objetividade das questões. Com isso tudo é possível entender parte do que é exigido que o aluno de Ensino Médio aprenda e o conteúdo que o professor precisa abordar para que se obtenha sucesso no Exame. Para a compreensão dos contextos e conteúdos do exame foram utilizados autores do Campo da Educação e do Ensino de História que refletem sobre avaliações em geral e sobre o próprio ENEM.

Palavras-chave: Avaliação; ENEM; Aprendizagem Histórica.

Introdução

O Exame Nacional do Ensino Médio é aplicado desde 1998, criado com a finalidade avaliar os alunos que estavam concluindo o último ano da educação básica. Com o tempo e aplicações de novas políticas nesse instrumento avaliativo o público aumentou e a finalidade inicial mudou. Em 2018 foi registrado um total de 5,5 milhões de inscrições[124], é possível notar que o número de inscritos confirmados cresceu ano a ano desde sua criação.

Evolução histórica do número de inscritos no Enem - 1998 a 2006	
Ano	Número de inscritos
1998	157.221
1999	346.953
2000	390.180
2001	1.624.131
2002	1.829.170
2003	1.882.393
2004	1.552.316
2005	3.004.491
2006	3.742.827
2007	3.568.592

Fonte: Portal do MEC[125]

Essa sequência de aumentos continuou até 2014, mas o importante a destacar é que esses aumentos se deram principalmente devido as políticas de acesso ao Ensino Superior que foram inseridas no Exame. Atualmente o ENEM tem a função de vestibular, que é selecionar candidatos para cursos superiores em todo Brasil, mas antes a função principal era simplesmente avaliar o aprendizado dos alunos, como cita Santos:

> A pretensão do ENEM era avaliar a qualidade do Ensino Médio ao mesmo tempo em que dava ao aluno, e somente a ele, já que os resultados são individuais e sigilosos, uma noção de suas qualidades e deficiências em face das competências para enfrentar o mundo. (SANTOS, 2011, p.197)

[124] Dados segundo o portal R7 de notícias, disponível em (https://noticias.r7.com/educacao/enem-2018-tem-queda-de-18-no-numeros-de-inscritos-29052018) acesso em 9 de dezembro de 2018

[125] Disponível em: (http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/8679-sp-93106190) acesso em 9 de dezembro de 2018

A crítica a esse sistema de avaliação e seleção nacional não pode ser completa sem reconhecer a evolução das políticas públicas de acesso ao Ensino Superior que foi acrescida ao exame, principalmente para as camadas de baixa renda sociedade. O Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas até 100% em universidades particulares e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), que financia até 100% do valor das mensalidades do curso, esses dois programas permitem que cidadãos que não tinham condições de cursar a faculdade possam ter essa oportunidade.

Todas essas modificações deixam a função inicial do ENEM comprometida, e dão a prova um novo significado. Uma prova que antes servia para avaliar a aprendizagem dos alunos e seus resultados podiam gerar índices para que o governo busque solucionar os problemas que acontecem no país, agora se tornou a maior porta de estudantes para a universidade.

Temos então os dois maiores objetivos desse Exame, mas é preciso que se pense qual deve ser o objetivo de uma avaliação educacional. José Dias Sobrinho traz uma definição com relação a função social:

> Mesmo que se dedique a aspectos particulares, a avaliação não pode perder seu foco, isto é, não pode deixar de visar os sentidos essenciais e das práticas educativas, entendendo sempre que tudo em educação deve estar referido a edificação de uma vida em sociedade mais elevada, justa e digna. (SOBRINHO, 2008, p.198)

O autor continua:

> As informações e os significados produzidos na atividade avaliativa devem ser a base paras ações de melhoria da realidade em foco. A avaliação, portanto, não é somente um processo de inteligibilidade e produção de sentidos que basta em si mesmo, mas também é processo de intervenção direta sobre as decisões, tanto nos níveis mais restritos e internos, quanto em termos de políticas públicas e de sistema. (SOBBRINHO, 2008, p.201)

Luckesi também faz uma reflexão sobre o que é avaliação educacional, e também a diferencia de exames:

> Avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e

> construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (LUCKESI, 2000, p.1)

Nesse caso é necessário ser tautológico e incluir o ENEM na categoria exame, pois com os programas atuais ele se torna um método de seleção. E por isso não se trata mais de uma avaliação que possa tem como finalidade modificar a educação. A partir das definições entendemos que avaliação é parte de um processo que visa sempre fazer com que a educação como um todo melhore. O professor em sala de aula aplica avaliações para entender como está o conhecimento de seus alunos sobre as reflexões que conduziu, e dos resultados ele pode traçar novas estratégias nas aulas que virão. Em uma avaliação de larga escala o objetivo também pode ser esse, criar indicadores que ajudem o governo investir nas regiões e colégios que precisam.

Perrenoud escreve um texto que reflete sobre a importância do currículo perante uma realidade de avaliações educacionais de larga escola. “O currículo deveria vir em primeiro lugar e a avaliação deveria se encarregar de discernir se ele está sendo assimilado de maneira inteligente e duradoura. ” (2003, p.26) Domingos Fernandes reflete sobre os problemas de os currículos não estarem alinhados com as avaliações:

> As avaliações externas das aprendizagens estão igualmente associadas a um conjunto de desvantagens das quais se destacam aqui o chamado estreitamento ou afunilamento do currículo, que consiste na tendência para que o ensino se centre no que suspostamente sai nos exames, ou seja, só é valorizado e, por isso, só é ensinado, o que é examinado. Consequentemente, as disciplinas que não são examinadas perdem seu estatuto, a sua importância e esvaziam-se. O currículo é inevitavelmente empobrecido pois domínios relevantes para a formação das crianças e dos jovens podem não ser abordados ao longo da escolaridade. Outra desvantagem tem a ver com o fato de as escolas serem induzidas a prestar mais atenção aos alunos que pensam poder vir a ter sucesso nos exames em detrimento dos que têm dificuldade ou em relação aos quais as expectativas são baixas. Consequentemente, os exames podem induzir práticas discriminatórias que levam à exclusão de alunos e, em particular, dos que são oriundos de meios mais fragilizados econômica e socialmente. (FERNANDES, 2015, p.298)

Por mais que algumas das políticas de acesso ao Ensino superior resultaram na entrada de mais estudantes das classes baixas em universidade, ao se tornar um

vestibular, o ENEM acaba assimilando todas os problemas que o vestibular possui, como noção de sucesso de acordo com os resultados da prova.

Avaliação de múltipla escolha

Os autores que estudam avaliações de larga escala estão em consenso quando escrevem sobre o formato das questões que são ais comuns em provas desse tipo. As críticas se concentram nos limites que essas questões colocam no raciocínio e na criatividade do aluno:

> Sua elaboração é calcada no senso comum, uma tradução barata de questões objetivas de múltipla escolha, oferecendo lamentável imagem de uma prova objetiva, com itens envolvendo sobretudo a memorização imediata, sem propor o acionamento das funções mais complexas de análise e síntese. (GATTI, 2013, p.35)

Mas é preciso também pensar sobre os motivos de um formato de prova tão criticado ser utilizado no ENEM e em muitos vestibulares. O custo da correção de provas de múltipla escolha é menor, pois os gabaritos são digitalizados por máquinas em pouquíssimo tempo:

> Tais provas objetivas caracterizam-se pela facilidade em corrigi-las e pela rapidez em conseguir apontar o resultado final – pois o "gabarito" indica o número de acertos e erros cometidos pelos candidatos. Todavia, como toda invenção humana, a elaboração das questões e das alternativas, como do gabarito oficial, é passível de falhas. (CASTRO, 2016)

O ENEM possui quatro grandes setores de conhecimento: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Humanas. Quarenta e cinco questões de cada área, cento e oitenta questões de múltipla escolha e mais uma redação. A parte dissertativa da prova vale um pouco mais do que um quinto da nota.[126] As redações demandam mais recursos porque suas correções são feitas por profissionais, que a analisam e fazem sua arguição. Além de caras, redações demandam tempo para que a nota final de todos os candidatos esteja disponível. E

[126] A redação do ENEM tem uma possível nota 1000, enquanto as demais notas das questões de múltipla escolha de cada setor não chegam a 1000, e pode variar. Para a correção o Exame usa a Teoria de Resposta ao item, e por isso cada questão possui diferentes valores na hora da correção, pois é levado em conta a dificuldade, a suposição de que o aluno apenas "chutou" determinada questão, entre outros.

isso faz com que esse método seja pouco usado, ou apenas esteja presente em uma pequena parte da prova.

Mesmo que possa haver críticas quanto à avaliação dissertativa, é necessário entender que ela tem o potencial de avaliar melhor o estudante, porque lhe dá espaço para criar a sua narrativa sobre os assuntos. Mas além de ter um custo muito alto, ela está carregada de muita subjetividade em sua correção, pelo fato de serem pessoas que fazem seus pareceres. Mas é necessário argumentar que mesmo a correção da prova de múltipla escolha seja feita digitalmente, sua elaboração é feita por profissionais da área também, por isso também traz uma carga subjetiva, como afirma:

> Pense, por exemplo, no processo de definição dos critérios que orientam a elaboração de um exame. Na verdade, é um processo que culmina em decisões que são socialmente construídas pois decorrem de discussões entre uma diversidade de intervenientes que, naturalmente, terão perspectivas sociais, políticas e pedagógicas diferentes. É de facto, um processo eminentemente subjetivo, ou se quisermos, intersubjetivo, e não será por isso que o exame será menos rigoroso. (FERNANDES, 2015, p.293)

Se o problema maior foi custo, provas de múltipla escolha precisam ser uma solução temporária, e que quando houver mais recursos disponíveis, eles possam ser usados nas formulações e correções de grandes avaliações nacionais. Mas enquanto isso não acontece é preciso que se pense sobre a prática, se existe a necessidade de se usar questões objetivas, como avaliar melhor com essa metodologia?

Buchweitz (2013) escreve um texto sobre a metodologia para elaborar questões de múltipla escolha e um dos pontos abordados é o formato da questão. A prova deveria ter diversos tipos de questões de diferentes arranjos de conteúdo, como por exemplo afirmações, lacuna e verdadeiro ou falso (p.110-111). Esse ponto para que se priorize a memorização e criação de estratégias para com a metodologia da prova ao invés de focar no conteúdo. No caso do ENEM e possível identificar um tipo de questão predominante em ciências humanas, Interpretativas. Isso é claro condiz com a noção de que o exame é declaradamente com mais foco em fazer com que os alunos mais interpretem as questões do que memorizem um conteúdo prévio.

Interpretação de texto é umas das habilidades que são exigidas no ENEM, que se diferencia de outros vestibulares por não exigir a memorização direta de conteúdos históricos:

> Eles nem sequer atentaram que, se o discurso oficial no qual eles se baseavam para endeusar o ENEM estivesse correto, são incompatíveis os dois elementos; como água e óleo, o vestibular e o ENEM não se misturariam. Segundo Costa (2003), são duas propostas antagônicas; uma, baseada no acúmulo de conteúdos; a outra, no acúmulo de competências. (SANTOS, 2011, p.200)

Mas essa dicotomia entre aprender habilidades e conteúdos não se sustenta no que se trata de ensino de história. Peter Lee faz uma reflexão que não são duas coisas para ensinar separadamente:

> A polaridade de “habilidades” e “conteúdos” é desastrosa de duas maneiras. Primeiro, ela assume que são “habilidades” que estão em jogo na história, e em segundo lugar, ela define o conhecimento do passado como os oferecidos pela história contra a compreensão da natureza das alegações sobre o passado, como se fizesse sentido falar de ensinar um sem o outro. (LEE, 2016, p.113)

ENEM e Mercado

Segundo Santos (2011, p.197) o ENEM sempre ambicionou ser uma prova de grandes proporções e que buscava substituir diversas provas admissionais. Nesse quesito a prova obteve sucesso, mas no que se trata de avaliar melhor os alunos as coisas ficaram mais complicadas. O aumento de inscritos no exame não se trata apenas do quanto a prova fica mais acessível a cada ano. Com os programas de acesso ao Ensino Superior, o público do ENEM deixou de ser apenas de egressos do Ensino Médio, qualquer cidadão que ambicione ser participante de algum dos programas de governo pode realizar a prova. Essa iniciativa do governo dá oportunidades a pessoas mais velhas que não puderam cursar uma faculdade logo que terminaram o ensino básico. Um ponto positivo, mas que pode comprometer ainda mais os dados sobre a educação.

A propaganda que o governo faz em cima do ENEM também é razão do aumento do número de inscritos. O primeiro motivo para isso está na existência de um valor que o estudante deve pagar na inscrição, e por isso não se trata de uma prova que tenha apenas custos para o Governo Federal. E um segundo motivo está na promoção de suas políticas buscando aprovação das pessoas. As políticas de inclusão são importantes para população, e o governo sabe disso, e por isso faz questão de divulgar em todas as mídias suas realizações. E essa estratégia é mais

ampla do que apenas buscar a aprovação daqueles que são comtemplados por esses programas. Se um jovem com uma família de classe baixa é o primeiro de todo um grupo a entrar em uma faculdade, isso pode influenciar um núcleo familiar inteiro.

Por ter uma abrangência nacional a mídia também direciona esforços para cobrir notícias e histórias sobre o programa. Mas nessa cobertura não há reflexões sobre a prova, o que faz com exista poucos questionamentos sobre o seu formato na esfera pública, e isso legitima esse formato como um todo, como afirma Bernardete Gatti:

> Exames como os vestibulares, o provão e o Enem, com o destaque da grande mídia lhes dá, reforçam outra associação: avaliar é medir conhecimento. Mas o campo da Avaliação Educacional é mais abrangente, como já dissemos, e seu papel deve ser mais construtivo, até porque avaliar é muito mais do que medir. (GATTI, 2002, p.18)

Com o ENEM selecionando estudantes para a as universidades, o resultado de cada um se torna importante apenas individualmente. Para uma prova indicadora o resultado individual não é tão importante, pois ela sempre busca os números coletivos. Mas com essas recompensas oferecidas para os melhores, os números individuais importam mais, pois os alunos tentarão ao máximo elevar apenas sua nota para conseguirem a recompensa. Mais do que isso, para buscar a garantia máxima de sucesso, é preciso que outros fracassem. Não são dadas vagas para quem consegue alcançar um número, mas para aqueles que se sobressaem sobre seus concorrentes. Como uma avaliação pode ter um papel importante em para a coletividade se a coletividade que faz a avaliação está competindo entre si?

Com o número de vagas sempre menores que o número de inscritos, o diferencial que é recompensado. Como o ensino na educação pública teoricamente é o mesmo para uma turma, aquele que desejar sobressair-se, e passar a frente seus colegas precisará buscar saberes fora de sua escola. Essa necessidade de alguns de buscar mais conhecimento para exames criou uma demanda, que se preencheu por cursinhos pré-vestibulares.

Os cursinhos se especializam em diversas provas, de vestibulares à concursos públicos. Cursos para melhor desempenho no ENEM são oferecidos para aqueles que querem se destacar, e que desejam conseguir notas mais altas. Salvo algumas exceções, esses cursos são de instituições privadas, com taxas mensais da mesma forma que colégios particulares, mas nesse caso o produto oferecido é possibilidade

de assimilar conhecimentos para se destacar dos demais na prova. É um serviço um tanto complexo, pois as instituições não podem vender vagas nas universidades e também não podem garantir o sucesso do aluno.

Esses cursinhos criam seus currículos tem por base o que é exigido nas provas. No caso do ENEM basta uma avaliação de políticas de elaboração e das provas de anos anteriores. No ano de 2009 houve uma grande mudança no formato do exame, mas além disso não houve outras mudanças. Isso facilita a leitura da prova, para encontrar padrões.

QUESTÃO 25

Não nos resta a menor dúvida de que a principal contribuição dos diferentes tipos de movimentos sociais brasileiros nos últimos vinte anos foi no plano da reconstrução do processo de democratização do país. E não se trata apenas da reconstrução do regime político, da retomada da democracia e do fim do Regime Militar. Trata-se da reconstrução ou construção de novos rumos para a cultura do país, do preenchimento de vazios na condução da luta pela redemocratização, constituindo-se como agentes interlocutores que dialogam diretamente com a população e com o Estado.

GOHN, M. G. M. **Os sem-terras, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003 (adaptado).

No processo da redemocratização brasileira, os novos movimentos sociais contribuíram para

A) diminuir a legitimidade dos novos partidos políticos então criados.
B) tornar a democracia um valor social que ultrapassa os momentos eleitorais.
C) difundir a democracia representativa como objetivo fundamental da luta política.
D) ampliar as disputas pela hegemonia das entidades de trabalhadores com os sindicatos.
E) fragmentar as lutas políticas dos diversos atores sociais frente ao Estado.

Fonte: portal INEP[127]

A questão tem seu tema principal movimentos sociais, temática muito comum na prova de ciências. Movimentos sociais, Regime militar e reflexões conceituais estão sempre presentes nessa prova. Reflexão que especialistas à serviço das instituições pré-vestibulares podem fornecer a seus alunos.

[127] Disponível em: http://portal.inep.gov.br/provas-e-gabaritos acesso em 29 de setembro de 2018

Considerações finais

Esse texto tentou refletir um pouco sobre como o maior exame avaliativo do país se encaixa em uma avaliação educacional. Foi refletido sobre o papel que ele cumpre e o que deveria cumprir em nossa sociedade, e esses papéis são excludentes entre si, pois as características de vestibular dificultam e muito a função de criar índices que possam servir de guia para melhorar a educação. De forma nenhuma somos contra todos os avanços sociais realizados no ENEM, mas será preciso escolher, ou retirar todas essas políticas de recompensa do exame, ou desenvolver um novo que possa trazer dados mais precisos que realmente ajudem no processo educativo. A ex-secretária de educação dos Estados Unidos Diane Ravitch em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo conta sua experiência com provas que recompensam os alunos:

> Avaliações padronizadas dão uma fotografia instantânea do desempenho. Elas são úteis como informação, mas não devem ser usadas para recompensas e punições, porque, quando as metas são altas, educadores vão encontrar um jeito de aumentar artificialmente as pontuações. Muitos vão passar horas preparando seus alunos para responderem a esses testes, e esses alunos não vão aprender os conteúdos exigidos nas disciplinas, eles vão apenas aprender a fazer essas avaliações. (**IWASSO, 2010)**

Referências Bibliográficas

BUCHWEITZ, Bernardo. Testes de múltipla escolha e de resposta livre em física geral. **Cadernos de Pesquisa**, n. 16, p. 3-6, 2013

CASTRO, Carlos Alberto Pereira. A prova objetiva nos concursos Públicos: Crítica ao modelo Atual. **GEN jurídico**. Disponível em: http://genjuridico.com.br/2015/04/07/a-prova-objetiva-nos-concursos-publicos-critica-ao-modelo-atual/ . acesso em 9 de setembro de 2016

FERNANDES, Domingos. Avaliações externas e melhoria das aprendizagens dos alunos: Questões críticas de uma relação (im) possível. **Estado da Educação 2014**, p. 290-303, 2015.

GATTI, Bernardete A. Avaliação educacional no Brasil: pontuando uma história de ações. **EccoS revista científica**, v. 4, n. 1, 2002..

GATTI, Bernardete A. Testes e avaliações do ensino no Brasil. **Educação e Seleção**, n. 16, p. 33-42, 2013.

IWASSO, Simone. Nota mais alta não é educação melhor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, disponível em: https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,nota-mais-alta-nao-e-educacao-melhor-imp-,589143, acesso em 29 de setembro de 2018

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, v. 32, n. 60, p. 107-146, 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. **Revista Pátio**, v. 12, p. 6-11, 2000.

PERRENOUD, Philippe. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo!. **Cadernos de pesquisa**, n. 119, p. 9-27, 2003.
SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. **Educar em revista**, v. 27, n. 40, p. 195-205, 2011.
SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Revista da Avaliação do Ensino Superior, Campinas**, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

O JORNAL PULSANDO E AS PRÁTICAS DAS IGREJAS-BASE DA DIOCESE DE APUCARANA[128]

Ricardo Mendes
Mestre em História
(Professor da Rede Estadual de Ensino do Paraná)

Resumo: O objetivo desse texto é analisar as práticas comunidades eclesiais de base na diocese de Apucarana dando ênfase ao seu cotidiano usando como subsídio para sua prática o jornal diocesano *Pulsando*. A partir de meados da década de 1960 observa-se, na América Latina, o surgimento de comunidades eclesiais de base no catolicismo. Esse fato histórico está relacionado à renovação que se observava na Igreja católica, com o Concílio Vaticano II (1962 – 1965) e com o II Encontro do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em Medellín, Colômbia, 1968. O cotidiano das comunidades eclesiais de base da Diocese de Apucarana, que eram denominadas "Igrejas-Base", foi subsidiada pela orientação diocesana a partir do Jornal *Pulsando*. O referido jornal orientava os encontros das Igrejas-Base a partir do método "Ver, Julgar e Agir".

Palavras-Chave: Igrejas-Base; Jornal Pulsando; Diocese de Apucarana; Método: Ver, Julgar e Agir.

[128] Esse texto é uma adaptação do 4º capítulo da nossa dissertação de mestrado em História Social defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, com o título: ***As práticas de poder nas igrejas-base da Diocese de Apucarana (1968-1982)***, em agosto de 2010.

As CEB's surgiram como fenômeno no catolicismo brasileiro em meados da década de 1960, como a expressão prática de um movimento chamado de cristianismo da libertação. Vários países da América Latina estavam passando por um processo de modernização como a que implicava, por exemplo, na industrialização do Brasil, da Argentina e do Chile. Junto a essa modernização, a maioria dos países passavam por ditaduras militares. Segundo o sociólogo Michael Löwy, se junta a esse contexto histórico um fator interno à Igreja católica: a renovação observada a partir da ascensão do papa João XXIII e da convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Há também, um fator externo: a Revolução Cubana (1959). Ambos proporcionaram reflexões e esperanças nos movimentos sociais e políticos, bem como em alguns setores da Igreja católica. Desse contexto surgiram as CEB's.

Esse movimento agrega concepções e análises teológicas com questões sociológicas. Era elaborada uma crítica a idolatria do dinheiro entendido como um adversário da religião e não o ateísmo que era imputado ao comunismo. As análises teológicas também versavam sobre a prática dos cristãos, principalmente no que diz respeito à sua politização. O capitalismo dependente também era compreendido sociologicamente e reconsiderado na teologia e tratado como um pecado. A sociedade era compreendida em suas estruturas de classe nas quais havia uma preferência em seu discurso para a evangelização e "conscientização" dos pobres. O espaço para efetivação desse movimento eram as CEB's.

Segundo o plano diocesano (PLADAO)[129] – documento no qual está descrito toda a estrutura organizacional da diocese – a noção de "Igreja" parte do conceito "Igreja – povo de Deus" do Concílio Ecumênico Vaticano II. Para o plano diocesano a igreja-base é um "nível de igreja".

As Igrejas-base na diocese de Apucarana – Paraná, no período de 1968 a 1982 eram descentralizações das paróquias. A comunidade era formada por poucas famílias – em torno de cinco a sete – que moravam em uma mesma região definida

[129] Plano Diocesano de Ação Orgânica (PLADAO) era um documento que dava base a toda estrutura organizacional da diocese. Após a assembleia diocesana era redigido o plano que vigorava no ano sendo renovado no ano seguinte. Exemplares dos Planos diocesanos que tivemos acesso estão arquivados na Gráfica Diocesana.

geograficamente (mesmo quarteirão ou água[130] na zona rural). Reunia pessoas que compartilhavam a mesma fé e estabeleciam laços de solidariedade e identidade. Compartilhando essa fé, as pessoas procuraram se integrar à Igreja institucional. As igrejas-base não eram comunidades autônomas. Além disso, são basicamente, compostas por pessoas das camadas populares da sociedade.

As Igrejas-base compartilham de algumas características comuns a outras experiências de lugares diferentes. Propomos aqui analisar as práticas dessas comunidades dando ênfase a suas manifestações políticas usando como subsídio o Jornal *Pulsando* .

O Jornal Pulsando como um Caminho para a Prática das Igrejas-base

O jornal *Pulsando* da diocese de Apucarana foi muito importante para a prática das igrejas-base no período estudado. Esse jornal começou a ser editado em março de 1973 e até hoje circula, mensalmente, pela diocese. Nas primeiras edições, o jornal era composto basicamente de duas partes. Uma primeira parte era composta de um informativo diocesano, em que constavam todas as ações do bispo diocesano, reuniões que participava com o clero estadual, na CNBB, na CELAM. Apresentava também notícias das zonas pastorais e paróquias e notícias da Igreja a nível nacional. Na segunda parte, constavam os roteiros das reuniões das igrejas-base.

O Jornal diocesano *Pulsando* não seguia uma estrutura editorial definida. Não existiam seções definidas ou uma organização temática dos artigos e reportagens. Para efeito de análise, procuramos também classificar temas e assim analisá-los. Era comum no *Pulsando* haver uma “capa” com uma manchete, às vezes com fotos, que chamava à atenção para o assunto principal que seria tratado no exemplar do jornal. Por exemplo, nos meses da quaresma, provavelmente, a capa continha o tema e o lema da Campanha Fraternidade do ano. Se fosse o mês de agosto, poderia ter como tema “a vocação sacerdotal” ou setembro teria como tema a bíblia.

Segundo as primeiras edições do *Pulsando*, o jornal tinha como função principal ser um suporte litúrgico para as reuniões das igrejas-base. Assim, nas edições do jornal, sem ter um lugar definido na publicação, existia um “roteiro para as

[130]Termo utilizado na região norte do Paraná para designar uma vizinhança na zona rural.

reuniões de base". Para nossa análise, esse item do jornal é de grande importância, pois, era aí que estava um caminho para a prática das igrejas-base. A metodologia das reuniões era o método ver-julgar-agir. A cada etapa da reunião esse roteiro sugeria questões para reflexão, citações bíblicas, além de sugestões para a ação comunitária. Como um complemento para os momentos de reflexão nas reuniões existia uma série de textos no *Pulsando*. Estes eram chamados de "textos de pregação". No que se refere à prática das igrejas-base tanto o "roteiro para as reuniões de base" e os "textos de pregação" se revelam de grande relevância para a compreensão das igrejas-base e das relações desta e toda a estrutura diocesana.

Além de ser suporte para as igrejas-base, outros níveis e serviços de igreja também utilizavam esse roteiro para reuniões, por exemplo, o serviço de ação jovem usava os mesmos temas propostos para elas.

A igreja-base, sendo, nível de igreja, se relaciona com o centro de poder, ou seja, o poder episcopal através do plano diocesano e do jornal *Pulsando*. O primeiro delimitando o que é a igreja-base e o segundo norteando sua prática. As relações de poder estabelecidas pelo "PLADAO" foram assimiladas pela base. Os mecanismos e dinâmica pensados pelo plano foram incorporados de forma a se fazer as reuniões. Inseridos no discurso do bispo e do plano diocesano, as igrejas-base reivindicaram um modelo a ser seguido.

Para o bispo diocesano o jornal poderia ser o instrumento para a integração dos níveis de igreja na diocese. Disso podemos deduzir que, através do *Pulsando*, as relações de poder, ou a relação centro e base, eram incorporadas às igrejas-base. Através do *Pulsando*, o bispo estaria na reunião desta, como forma de mostrar que ela fazia parte do todo da diocese, que devia servir para união de todos os cristãos. Se a igreja-base seguisse esse novo subsídio para as reuniões estariam, de fato, inseridas no todo da Igreja.

Na primeira edição do jornal, um roteiro detalhado da forma como deveria acontecer a reunião da igreja-base. O *Pulsando* de nº 1 foi publicado no mês da quaresma de 1973 e o tema principal, sugerido para as reuniões, era a Campanha da Fraternidade[131] (CF) de 1973. O roteiro se iniciava com algumas frases para reflexão.

[131] A Campanha da Fraternidade é uma campanha realizada anualmente pela Igreja no Brasil, sempre acontece no período da Quaresma. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos católicos e da

Que serviam para uma reunião. Em 1973, o mês de março teve cinco finais de semana, assim foram sugeridos a realização de cinco reuniões, uma por final de semana. Seguem os temas para reflexão para cada reunião em março de 1973:

> 1) O tema é a fraternidade como libertação. Libertação integral é a mensagem da Igreja. 2) A Igreja ensina que a libertação plena, o homem só irá alcançar na vida eterna, futura e definitiva. Mas essa vida futura já está presente aqui, hoje, agora. Ela começa com o nosso trabalho pela libertação de tudo quanto impede ao homem de realizar totalmente o seu ser humano em nossos dias. 3) Por isso, a libertação integral do homem é um processo permanente do Povo de Deus, enquanto peregrina neste mundo. O aspecto religioso se relaciona sempre com a vida toda. E o processo de libertação deve realizar-se de uma maneira que integre todos os aspectos da vida humana. 4) Toda educação de fé que queira ser realista deverá suscitar a consciência de que o trabalho de libertação evangélica exige o compromisso dos cristãos de assumirem tarefas concretas de promoção humana. 5) Uma ação concreta que vise a libertação integral do homem deve, primeiro, estar de acordo com as exigências do evangelho, e em segundo lugar deve levar o cristão a se preparar seriamente através de um aprofundamento da fé e das ciências e técnicas humanas. *(PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p.13)

Essas eram as cinco reflexões para o mês de março de 1973. A metodologia das reuniões era a do ver-julgar-agir. A primeira reunião, prevista para 4 de março, tinha como tema principal: “O evangelho é caminho e libertação”. Na etapa do “ver” o roteiro traz os seguintes questionamentos:

> VER**:** Quais são os desejos de libertação dento de você e fora de você? O que você entende pela palavra libertação? Existe algum movimento de libertação em sua paróquia, cidade, Estado, no Brasil? Esses desejos de libertação que vocês viram eles manifestam exigências fundamentais do coração humano? (*PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p.19)

O grupo refletia (individual e coletivamente) com base nas perguntas acima. Havia também textos de apoio para a reflexão, os chamados “textos de pregação”. Os textos de “pregação” ajudavam a aprofundar as reflexões. O texto do primeiro encontro tinha como título: “O evangelho é caminho de libertação.”

---

sociedade em geral em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira e buscar caminhos para sua solução. A cada ano, é escolhido um tema e um lema, que explicita em que direção pode-se dar a solução do referido problema e discussão do tema. A campanha é coordenada pela CNBB. Em cada campanha, há um “gesto concreto” que se expressa em uma coleta solidariedade, realizada no domíngo de Ramos (domingo que antecedo ao da Páscoa). Esta coleta é realizada em todo o país pelas paróquias e outras denominações cristãs que aderem a Campanha da Fraternidade. Cf. http://www.cnbb.org.br/site/

O texto de pregação citava formas de opressão como salário baixo, formas de preconceito relacionadas à escravidão.[132] Instigava os membros das igrejas-base a buscarem a libertação da ignorância:

> Libertação é conversão. “COM-VERSÃO são duas palavras: “COM” que me leva a ficar “com” os valores, as coisas boas, positivas, verdadeiras, que existem em todos os contra valores, nas coisas más, negativas, falsas. E “VERSÃO” que é mudança, troca, atitude contra... Conversão, libertação é mudança de vida. Mudança de mentalidade. Mudança na maneira de ver as coisas. E só sente necessidade de mudar quem começa a se sentir descontente, insatisfeito com uma situação. Por isso, só há libertação onde há insatisfação. Por que os jovens na sua maioria estão satisfeitos com tudo? Estão contentes com tudo? Vivem naquela festa e gozação? *PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p.19

Após essa reflexão, a etapa do ver, passava-se ao “julgar”. Era o momento também da leitura bíblica. A partir da leitura bíblica, buscava-se julgar a realidade, procurar respostas a partir das reflexões anteriores, e já propor ações.

> Você acha importante retirar-se para um deserto para se converter? Por que? O que é deserto na vida de um cristão? Como você aplica o “convertei-vos e crede no evangelho” na sua vida? De que maneira o Evangelho é o caminho de libertação? Por que a conversão é a base de lançamento de todo o trabalho de libertação cristã? *PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, p.13

No dia 28 de março, daquele ano, a diocese de Apucarana iria criar o CEDIPI[133] e o roteiro comentava sobre a faculdade e perguntava como seria a participação das pessoas. Dessas reflexões, eram propostas as ações práticas. Naquele mês de março, a ação prática da diocese na CF era a criação da Universidade Católica de Apucarana. O roteiro perguntava qual seria a ação dos membros da igreja-base.

> AGIR**:** pergunta se sabem do gesto concreto proposto pela Diocese.

---

[132] O tema da Campanha da Fraternidade de 1973 era “O egoísmo escraviza, o amor liberta” e refletia sobre as várias formas de “escravidão” a que nossa população está sujeita, e entre elas, a ignorância devido à falta de oportunidade educação em nosso país. Entendia a CF que a falta de educação formal era uma forma de escravidão, escravizado pela a ignorância o cristão deveria lutar pela libertação da ignorância. Na diocese de Apucarana da CF era a criação de uma Universidade Católica em Apucarana. *PULSANDO*. Nº1, Ano 1 - mar - 73, pp. 3-4

[133] CEDIPI significa Centro Diocesano de Promoção Integral e foi criado em 28 de março de 1973. Esta entidade foi criada para ser a mantenedora da futura Universidade Católica de Apucarana. Seria um centro de formação diocesano, um local onde aconteceria os cursos de formação à nível diocesano, retiros espirituais. Ligados ao CEDIPI nasceram o IFA (Instituto Filosófico de Apucarana) e o Seminário Menor. O prédio do CEDIPI abrigaria a Universidade Católica de Apucarana.

> O você pode fazer pelo ensino superior? Qual tipo de libertação integral em Cristo você pode fazer em seu meio? O que Deus está pedindo a vocês com relação à Universidade Católica de Apucarana? A reunião prepara vocês a longo prazo? *PULSANDO*. Nº1,Ano 1 - mar - 73, p.13

Como base nos roteiros para reuniões de base do *Pulsando*, podemos inferir que a reunião começava com o chefe da igreja-base lançando as questões para reflexão sugeridas pelo roteiro e depois abrindo para um debate. Nesta etapa do ver, o membro da igreja-base era levado a ter um posicionamento crítico com relação ao que era proposto como questão inicial. O tema principal da reunião era desdobrado em vários questionamentos que tinham como objetivo levar o membro da comunidade a observar, de maneira crítica, sua realidade, dentro e fora da comunidade, de forma individual e coletiva. Os textos de pregação colaboravam para dar mais conteúdo a esses questionamentos iniciais.

As reflexões e questionamentos iniciais completavam-se com a leitura e debate do texto de pregação. Concluída a etapa do ver, passava-se ao julgar. Esta etapa era o momento da leitura e reflexão bíblica, julgar a "realidade" a partir de textos bíblicos sugeridos pelo roteiro. Os textos bíblicos estavam relacionados com à liturgia da semana e não poderiam fugir disso.

As reuniões da igreja-base eram voltadas para a prática. Depois do "ver" e do "julgar" era a etapa do "agir". A partir do tema proposto no roteiro das reflexões e discussões, do julgamento, era necessário, com base em tudo que foi dito na reunião, ter uma ação prática. Como a comunidade atuaria com relação ao que era sugerido no roteiro.

Entre essas etapas haviam cantos, orações e pausas para reflexão pessoal. Ao final da reunião, havia um tempo para recados, agenda da paróquia e da diaconia. Era nesse tempo também que se podia escolher o local da próxima reunião.

As igrejas-base se configuraram como espaço de efetivação de um discurso renovador da Igreja daquele período. Através do "PLADAO", a diocese pôde se organizar a partir da imagem projetada pelo Vaticano II. Criou uma série de mecanismos pelos quais dinamizou suas relações de poder. Os lugares do clero e dos leigos na Igreja não foram alterados, porém, as práticas foram transformadas.

O bispo diocesano procurou, a partir de várias formas, moldar a prática de

poder nos vários níveis de igreja. O “ver-julgar-agir diocesanamente” pode ser observado tanto no “PLADAO” quanto no *Pulsando*. A diocese funcionou como um organismo em que cada membro tinha função definida. Cada nível era animado pelas práticas diocesanas orientadas pelo centro, ou seja, pelo bispo. As visitas pastorais, as reuniões dos conselhos eclesiais, as missas, as novenas, as reuniões da igreja-base, e tantas outras práticas comunitárias demonstram que o poder poderia ser fluido.

A figura do bispo era visível em todos os níveis diocesanos, mas, sobretudo, nas igrejas-base. Os membros das comunidades de base compreenderam a renovação da Igreja através da atuação do bispo, planos diocesanos e roteiros do jornal *Pulsando.*

O bispo diocesano estabeleceu um processo de convencimento acerca das formas pelas quais a Igreja deveria se organizar após o Vaticano II. Vários mecanismos foram usados para esse fim. O “PLADAO” foi a primeira iniciativa efetiva para consolidação de um planejamento diocesano que colocasse em prática as diretrizes conciliares. À medida que o processo avançava, outros meios foram utilizados para a efetivação, em Apucarana, dessa renovação da Igreja. Nesse aspecto se destacou a elaboração de um jornal que pudesse dar base para as igrejas-base, assim, o jornal *Pulsando* se transformou em um caminho certo para as comunidades.

As igrejas-base, no planejamento diocesano, tornaram-se no foco principal da atuação pastoral do bispo diocesano. Elas eram uma parte da Igreja, eram um nível de igreja. Muito bem estruturada, contava com um chefe eclesial, que era eleito regularmente pela comunidade. Teoricamente as comunidades falavam a mesma língua. Em cada comunidade, esse conselho eclesial se reunia regularmente. Tudo isso funcionava, ao menos, nos planos diocesanos e no jornal *Pulsando*.

Os chefes eclesiais não se sobrepunham pela força ou por certo *status*, mas pelo saber que adquiriram na prática das reuniões. A ação orgânica da diocese transfigurou-se em um saber-poder. Podemos perceber esse saber através dos roteiros dos jornais. O “ver-julgar-agir” nas igrejas-base foi esse saber.

A iniciativa de criação de um jornal que tivesse um roteiro para reuniões demonstra a preocupação dos membros das igrejas-base para com a observância do

que foi planejado.

O bispo exercia seu poder através da ação do convencimento de que a Igreja, naquele momento, estava aberta ao mundo moderno, que procurava se aproximar de seus fiéis nos mais diversos contextos sociais. A Igreja pós-Vaticano II procurou conhecer as linguagens que pudessem contribuir para um maior conhecimento sobre os católicos.

No “PLADAO”, constavam o planejamento, a definição dos papéis dos membros do clero e laicato, a implantação de metas a serem cumpridas, as instâncias de controle de ação de todos nos níveis de igreja. Isso demonstrou que o exercício de poder na diocese de Apucarana foi a efetivação de um saber e que foi levado a cabo através das ações do bispo diocesano.

Os jornais *Pulsando* demonstravam como poderia ser a prática não só das reuniões da igreja-base, mas, de toda a diocese. Os jornais demonstraram que no dia-a-dia destas instituições era possível participar das ações da Igreja, porém, desde que os membros assumissem o caminho apontado pelo planejamento diocesano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
BEOZZO, José Oscar. Igreja e Política. In: HISTÓRIA VIVA**.** Ed. Temática nº 2. 1999.
_____. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia. 1959 – 1965.* Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo Brasileiro em época de transição.* São Paulo: Loyola, 1974.
CELAM. *Documentos da CELAM – Medellín (1968)*. In: DOCUMENTOS DA IGREJA: DOCUMENTOS DO CELAM**.** São Paulo: Paulus, 2004.
DREYFUS, H. L. e RABINOW, P. *Michael Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução: Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.119
DELUMEAU, Jean. *De religiões e de homens.* Tradução: Nadyr de Salles Penteado. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo J. e; MAINWARING, Scott. (Orgs.) *A Igreja nas bases em tempo de transição. (1974-1985)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.
GUIMARÃES, Almir Ribeiro. *Comunidades de base no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1978
LÖWY, Michael. *A Guerra dos Deuses***:** *religião e política na América Latina.* 2000

_____. *Redenção e utopia:* o judaísmo libertário na Europa central (um estudo de afinidade eletiva). Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro: Oprimidos: a opção pela Igreja, In: REVISTA ECLESIÁSTICA BRASILEIRA, vol. 41, dez. 1981, p.643-653.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. In: TEMPO SOCIAL, Revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 1 pp. 33-49.

RODRIGUES, Solange dos Santos. *A produção intelectual sobre as Ceb's no Brasil: primeira fase: 1967-1979* In: Memória e Caminhada, Brasília, UCB, n. 2, abr. 02

SERBIN, Kenneth P. *Padres, celibato e conflito social: uma história da igreja católica no Brasil.* Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. *Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 99.

TEIXEIRA, Faustino L. C. *A Gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1988.

VIER, Frederico (Coord.). *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

PRÁTICAS MORTUÁRIAS NA IRMANDADE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS DA CIDADE DE SÃO PAULO (1778-1872)

Fernanda Moreno Rosa
(Universidade Estadual de Londrina - UEL)

Resumo: A Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Cidade de São Paulo foi fundada em 1711, contudo seu compromisso data do ano de 1778. A Irmandade era formada por escravos e forros, era um espaço de religiosidade e de assistência aos escravos e forros da época. A Religiosidade era expressa nas festas em gloria da Senhora do Rosário e nas missas, mas as práticas envolvendo a morte dos irmãos estão expressas na maioria dos vinte e quatro capítulos do compromisso da Irmandade. As práticas que o compromisso nos deixa é a constante preocupação com o enterro de seus irmãos que eram feitos no cemitério contiguo a Igreja do Rosário até o ano de 1872 em que desapropriado pelo governo da cidade. Além do enterro havia também toda uma ritualística envolvendo a morte desses irmãos, tais como, o cortejo que deveria ser acompanhado por todos os irmãos, para tanto os senhores deveriam liberar seus escravos para que pudessem participar, as missas que eram feitas em homenagem aos irmãos defuntos durante todo o ano e as orações que deveriam ser dirigidas também para salvação das almas dos irmãos que já morreram. Percebemos em todo o compromisso e na leitura de autores que trabalham a irmandade a importância de se ter um enterro digno e uma manutenção através da oração da boa morte para os irmãos defuntos. O presente artigo busca analisar essas práticas e sua importância na vida desses escravos da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Irmandades; Escravidão; Práticas mortuárias; Religiosidade.

Introdução

A Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos da Cidade de São Paulo começou sua organização por volta de 1711, embora São Paulo ainda não tivesse sido elevada à categoria de cidade neste período. Contudo, a construção de uma igreja própria só aconteceu em 1725 com a contribuição dos irmãos (AMARAL, 1954, p.35)[134].

A Irmandade era formada por escravos e forros, tendo como principais participantes os angolas[135]. Somente eles poderiam exercer funções de mando dentro da Irmandade, segundo dados presentes no compromisso do ano de 1778 (Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; Catálogo Geral de Livros Manuscritos, 1-3-8), da irmandade na cidade de São Paulo. Desde modo, sabemos que a irmandade, além de ser formada por escravos, era dirigida por eles e principalmente por escravos africanos.

As representações e práticas ligadas à morte são de grande importância para as culturas de origem africanas. Escravos e forros tentaram permitir que tal cultura sobrevivesse se adaptando como possível, transformando e modificando seus cerimoniais para que pudessem ser realizadas do outro lado do atlântico. Segundo R. Joviano Amaral:

> Os Negros tendo proibidas as suas práticas, seguiram o caminho aberto e pratico do disfarce. E disfarçaram nas Confrarias, Nas Irmandades do Senhor do Bonfim, de São Benedito, de Santa Ifigênia, de São Jorge [...] Nossa Senhora do Rosário, etc., etc.. (AMARAL, 1954, p.29)

A presente pesquisa se propõe analisar essas práticas mortuárias, tendo como objeto a Irmandade formada por escravos e forros na cidade de São Paulo. A irmandade começou a se formar no ano de 1711, contudo a fonte primária desta pesquisa trata-se do Compromisso elaborado pelas autoridades eclesiásticas da época, bem como representantes da Irmandade no ano de 1878, percebemos que a

[134] Raul Joviano Amaral, autor do livro Os pretos do Rosário: subsídios históricos de 1954, formou-se em Direito, Economia, Sociologia e Estatística, tornou-se jornalista em 1933 escrevendo para jornais paulistanos. Foi um dos fundadores do jornal afro-brasileiro A Voz da Raça, manteve-se engajado na luta pela conquista dos direitos e espaço da comunidade negra até sua morte em 1988. Dedicou grande parte de seus trabalhos ao estudo do negro no Brasil.

[135] Eram chamados assim os escravos vindos da região do povo *banto*, grupo etnolinguístico da África, que englobava Angola, Congo e Moçambique. Englobava grande parte da África subsaariana.

Irmandade levou muitos anos para ter seu compromisso aprovado. Contudo, AMARAL (1954, p.39) relata que a primeira Igreja da Irmandade foi construída entre os anos de 1725 e 1750, mesmo sem o compromisso aprovado a Irmandade conseguia galgar espaços dentro da instituição da Igreja.

A periodização escolhida inicia-se na data de aprovação do Compromisso de 1778 até 1872, ano onde começou a desapropriação do Largo do Rosário, atual Praça Antônio Prado. O primeiro terreno da irmandade a ser desapropriado é o do cemitério que ficava contíguo à Igreja. Por se tratar de um cemitério próprio os irmãos eram enterrados e recebiam suas homenagens naquele espaço, característica que pode nos indicar a força e a importância dessa Irmandade para a comunidade escrava e forra do período, pois ser enterrado dignamente e com todos os ritos previstos no compromisso, era de grande importância.

As práticas sob análise são as que envolvem a morte desses irmãos. O compromisso aborda essa questão em quase todos os seus vinte e quatro capítulos, referenciando a importância de rezar pela alma dos irmãos, todos os irmãos eram obrigados a comparecer aos cortejos e missas dedicadas aos mortos, os irmãos enfermeiros tinham de cuidar dos irmãos doentes, o capelão da Igreja era responsável por fornecer o ultimo sacramento, a estrema unção ao irmão que encontrava-se no leito de morte, assim como deveriam preocupar-se com a família do morto, dando-lhes assistência para suprir suas necessidades físicas e espirituais. Tal análise vem numa tentativa de compreender as razões que levaram a permanência e reconstrução de algumas práticas de origem africana na Irmandade.

Para tanto utilizaremos como fundamento teórico da pesquisa as proposições de Michel de Certeau (2012). O autor utiliza o termo tática para esclarecer a sobrevivência de práticas cotidianas mesmo sob domínio hostil no jogo das relações de poder. O conceito se enquadra nas práticas dessa irmandade negra que, mesmo sob o regime dominante da Igreja católica, conseguiu, dentro da própria Igreja, reconstruir práticas ritualísticas africanas. Para o autor

> [...] pelo fato de seu não lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no voo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não o guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em “ocasiões”. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos [...], mas a sua

> síntese intelectual tem por forma não o discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a “ocasião”. **(**DE CERTEAU, 2012, p. 46).

O fragmento permite relacionar a tática com a prática da Irmandade de se aproveitar da ocasião, pois mesmo sob o regime da escravidão, mesmo sob a dominação e regulamentação da Igreja, autoridade da época, esses escravos irmãos aproveitaram de momentos oportunos, de situações adversas para introduzir dentro do culto católico aspectos do culto africano. Amaral, sobre esse aspecto de jogar com a ordem vigente, nos traz elementos para pensar a questão. Segundo Amaral:

> Povos de usos e costumes diversificados, adoradores de divindades próprias, peculiares à sua região e desconhecidas em outras do país, os Negros, arrancados do seu “habitat” para as terras do novo mundo, tiveram as suas crenças e seus cultos perseguidos e excomungados. Todo o seu rico e variado ritual, suas práticas mágico-religiosas e mágico-rituais considerados bárbaros pelo branco, [...] Procuraram, pois, como elemento humano, como personalidade, como homens, disfarçar os legítimos sentimentos religiosos, operando curiosos sincretismos entre suas divindades, fetichistas, e os santos do agiológio cristão. (AMARAL, 1954, p. 28).

Amaral utiliza o disfarce para definir o que De Certeau entende por tática. O autor utiliza como fonte primária o compromisso da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos de São Paulo. Deste modo, espera-se que o fundamento teórico da pesquisa seja capaz de nos fornecer a ferramenta necessária para a compreensão das representações e práticas mortuárias e religiosas da Irmandade.

Sobre a Irmandade do Rosário de São Paulo, temos também as colocações feitas por Marina de Mello e Souza (2002) que destaca a importância dos senhores de escravos para a manutenção desta irmandade, ao analisar o mesmo compromisso que aqui se propõe a analise, concluí:

> Portanto, os senhores deveriam pagar as contribuições de seus escravos parcial ou integralmente, ajudando aqueles que fossem mordomos de festa ou reis a executarem-na, e deviam aceitar a ausência dos escravos quando estes tivessem ocupados com assuntos da irmandade. (SOUZA, 2002, p.199)

A autora continua argumentando que a presença de escravos na Irmandade de São Paulo era maciça devido ao próprio compromisso chamar os senhores para a responsabilidade de manter seus escravos na irmandade, pois ser membro da

irmandade não trazia prestígio apenas para o escravo, mas para seu senhor também. (SOUZA, 2002, p.200)

João José Reis (1991) aborda os ritos fúnebres das Irmandades, principalmente, da Bahia desde o século XVII. A obra explora principalmente a riqueza dos cortejos, os batuques nas portas das igrejas e principalmente a revolta provocada pela proibição dos enterros dentro das igrejas. (REIS, p.16) O autor argumenta sobre a importância dos ritos fúnebres para a cultura portuguesa e africana, contudo, salienta que para a segunda tais ritos tinham um peso maior, pois, “Entre os angolanos, os espíritos ancestrais chegavam mesmo a influir mais no dia a dia do que as próprias divindades.” (REIS, 1991, p.113). Sobre a importância em cuidar de seus mortos, segundo Reis:

> Se o morto passa ao outro mundo feliz e plenamente, ele poderá interceder pelos vivos junto aos deuses, inclusive facilitando-lhes a futura incorporação na comunidade dos mortos. Daí terem as pessoas todo o interesse em cuidar bem de seus mortos, assim como da própria morte. (REIS, 1991, p.112).

Para que um morto se tornasse um ancestral, capaz de ajudar e interceder pelo vivo era preciso que este tivesse um enterro digno, por isso a preocupação dos escravos em organizarem meios para realizar seus ritos mortuários, para dar continuidade a sua ancestralidade. Principalmente sobre essas questões que a presente proposta de pesquisa pretende compreender a representação de ritos fúnebres dentro da Irmandade do Rosário de São Paulo e a recriação de práticas africanas no cativeiro paulistano.

Justificativa

A proposta da presente pesquisa surgiu de um questionamento particular do início do curso de Graduação em História na Universidade Estadual de Londrina: a comunidade negra foi escravizada por séculos no Brasil, mas como era o cotidiano desses indivíduos? O que faziam quando não estavam trabalhando nas lavouras ou em atividades urbanas? Com o rico legado cultural africano que foi reconstruído no Brasil e, nos últimos anos, vem sendo “resgatado” pela iniciativa de seus descendentes e pesquisadores da área cultural, não seria possível os negros terem apenas fornecido mão de obra para a construção da riqueza do Brasil. Sua música,

dança e religiosidade não só fomentou religiões de matriz africana como influenciou a religião católica. Foi na pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso que surgiu a possibilidade de pesquisar a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo, ao visitarmos o arquivo da cúria e o arquivo particular da Igreja que encontramos a riqueza desse cotidiano muitas vezes esquecido, abordado no seu Compromisso do século XVIII.

A constante preocupação expressa no compromisso com a morte nos instigou o desejo de compreender melhor os rituais que envolviam a passagem do mundo físico para o espiritual realizado pela Irmandade. Para a religiosidade africana, a preocupação com o funeral implicava justamente no bem estar do morto no pós vida. De acordo com João José Reis:

> Muitas são as sociedades nas quais prevalece a noção de que a realização de rituais funerários adequados é fundamental para a segurança de mortos e vivos. Nelas a morte não é, como lembra Hertz "um ato instantâneo"; ela não é vista como mera destruição, mas como transição. (REIS, 1991, p. 111)

O autor aborda aspectos envolvendo a morte dentro da irmandade, mas no contexto baiano. Nas buscas e pesquisas realizadas encontrei pesquisas que fazem referência as práticas culturais dos escravos e forros da Irmandade, entretanto há uma ausência de uma pesquisa que aborde de forma mais profunda a questão dos ritos mortuários da Irmandade na cidade de São Paulo. Além disso, a constante presença de aspectos eferentes à morte dos irmãos no compromisso, fez com que fosse necessário uma maior reflexão, se para os autores do compromisso a oportunidade de dar um bom enterro aos seus mortos tinha grande importância, faz-se necessário a tentativa de compreender as motivações da representação e reconstrução de práticas africanas nos ritos mortuários da Irmandade do Rosário em São Paulo.

Marina de Mello e Souza (2002) aborda a importância das Irmandades Negras para a realização das festas que eram realizadas em homenagem aos seus santos, contudo, durante as festas eram realizados rituais como as congadas onde se lembravam da coroação do rei do Congo. A autora salienta que nem todas as irmandades tinham em seu compromisso previsto a eleição do rei e da rainha (SOUZA, 2002, p.181), a Irmandade de São Paulo trazia em seu compromisso a regulação da eleição dos reis anualmente.

Deste modo, pretende-se, além de preencher a ausência de uma pesquisa mais profunda acerca dos ritos mortuários da irmandade em São Paulo, abordar a importância da resistência dessas práticas para a cultura afro-brasileira, para que este conhecimento extravase o campo da curiosidade e se solidifique como pesquisa com relevância social e acadêmica.

Metodologia

O objeto de análise desta pesquisa consiste no Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Cidade de São Paulo do ano d 1778, elaborada pelos integrantes da irmandade, inspirado no compromissos de outras irmandades do Rosário, tais como Rio de Janeiro e Salvador. O compromisso para ser validado fez-se necessário a aprovação do Bispo do Rio de Janeiro e do Bispo de São Paulo, sendo assim, trata-se de uma fonte oficial da Igreja. O aspecto que a pesquisa enfoca é a questão dos ritos mortuários desta comunidade, pois questão envolvendo a morte são constante nos capítulos que compõe o Compromisso.

Como abordado na introdução, autores como Marina de Melo e Souza (2002), João José Reis (1991) e Raul Joviano Amaral (1954) analisaram compromissos de Irmandade de Homens Pretos, assim, pretendemos elaborar esta pesquisa de modo semelhante a eles. Trabalham não apenas com documentos oficiais da Igreja, mas com crônicas, atos policiais e noticias de jornais. A fonte primária não consegue suportar informações cotidianas desta comunidade, necessitamos de fontes complementares para elaboramos de forma mais rica nosso argumento. Através da leitura da fonte podemos encontrar indícios das práticas mortuárias, das festas e da sociabilidade que funcionavam na Irmandade do Rosário.

Para fundamentação teoria utilizaremos os argumentos de Michel de Certeau (2012) partindo da ideia de prática e estratégia, a fim de nos ajudar a compreender as maneiras de representar práticas da cultura africana na Irmandade.

> Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (DE CERTEAU, 2012, p.93)

Segundo o autor a ‘estratégia’ busca para si um lugar próprio, podemos relacionar a este ‘lugar’ a Igreja no Largo do Rosário, pois a Irmandade circunscreve para si um espaço de poder, da onde é capaz de gerir relações. Estes lugares podem ser dominados pela vista, ou seja, a partir do que se pode observar, medir e controlar, portanto é capaz de incluí-lo na sua visão, conquistar um lugar próprio. (DE CERTEAU, 2012, p. 94).

Certeau define a tática como:

> a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. [...] a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] no espaço por ele controlado. (DE CERTEAU, 2012, p.94)

A tática joga com as oportunidades, espera o momento oportuno para agir no lugar de comando do outro. Podemos relacionar à tática as práticas da Irmandade, elas são realizadas dentro do comando da Igreja, permite que a Igreja exerça a função de mando, contudo, utiliza-se do disfarce, do jogo de cintura para conseguir representar suas praticas culturais ancestrais sem que a Igreja perceba, polo menos não a ponto de proibi-los de se organizarem em confrarias e irmandades.

> Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam os que assimilava exteriormente. Modificam-no sem deixa-lo. Procedimentos de consumo conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante. (DE CERTEAU, 2012, p. 89)

Esta passagem sintetiza a relação que se pretende traçar entre as práticas dos escravos e as disposições de Michel de Certeau acima citadas. Pela manipulação da própria identidade os escravos vão adquirindo espaço de resistência onde lhes era possível. Com a ferramenta teórica faz-se possível a compreensão da maneira de sobrevivência e recriação práticas mortuárias e sociais africanas, que remetem os escravos que as praticam, aos tempos de liberdade no continente de seus antepassados, de certa maneira idealizados por esses indivíduos.

Fontes e Análise crítica das fontes

A principal fonte da presente pesquisa é o compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo no ano de 1778. O compromisso, autorizado pela Igreja Católica, possui vinte e quatro capítulos, que regulam as atividades da irmandade, obrigações e direitos dos irmãos. O Compromisso precisou ser aprovado por Francisco Bispo do Rio de Janeiro em 1771 e após sete anos remetido ao Vigário Geral (Gaspar de Souza Leal) de São Paulo, para que fosse conferido rubricado e lavrado no dia nove de julho de 1778 pelo "Bispo da Villa de São Paulo, Dom Frei Manoel da Ressureição da Sagrada Ordem dos Menores observantes por Divina Providencia Bispo Paulopolitano, do Conselho de S. Magestade Fidelissima" (Livro de Compromisso, 1778, p.11).

Um aspecto interessante presente no compromisso é a presença da frase "reformar o compromisso" presente nas costas da página 10, contudo no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo o compromisso mais antigo é este que nos propomos a analisar. Passados os aspectos de aprovação e autoria, não há um autor especifico, mas sim autoridades da Igreja que autorizam o Compromisso elaborado pela Irmandade, ou seja, pelos irmãos. A semelhança entre a narrativa de João José Reis (1991) que aborda as principais atividades desempenhadas pelas irmandades negras da Bahia, desde o século XVII, que tem pelo autor seus compromissos analisados, revelam uma semelhança entre as atividades das irmandades baianas e a irmandade de São Paulo. O historiador, buscando definir a categoria documental, afirma que:

> Além de regularem a administração das irmandades, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e religiosas da irmandade. Em troca os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade. (REIS, 1991, p. 62)

No compromisso da irmandade de São Paulo o enterro era feito no cemitério contíguo a Igreja, atividade que só seria proibida com a desapropriação do terreno onde ficava o cemitério para "melhorias" no Largo do Rosário no ano de 1872, pelo

Prefeito Antônio Prado (AMARAL, 1954, p. 65). Não há registros no compromisso de enterros na parte interna da Igreja, por esta ter sido transferida para o Largo do Paissandu no ano de 1904, sendo assim não restou vestígios arqueológicos da Igreja antiga.

A narrativa do Compromisso expressa sua preocupação com a morte dos irmãos, pois, dos vinte e quatro capítulos do Compromisso, doze tratam da postura da Irmandade diante da morte de seus integrantes. Ao se filiar à Irmandade era necessário para uma esmola, no valor de “mil cento e vinte reis”, a partir deste pagamento o irmão tinha direito de ser enterrado nas covas da Irmandade assim como sete missas que seriam dedicadas a sua alma após sua morte. Contudo, no decorrer de sua vida na irmandade os irmãos tinham a obrigação de comparecer a missas, enterros e cortejos, ajudar e participar das festas dedicadas à Senhora do Rosário, assim como ter uma boa índole, não se envolver em brigas, não trair suas esposas, serem obedientes aos seus senhores e a Igreja. Em contrapartida os irmãos tinham vários benefícios, previstos no Compromisso, sendo eles, assistência médica fornecida pelo irmão enfermeiro, assistência financeira no pós-alforria, cortejos e enterros dignos e os senhores eram advertidos se os impedisse de participar das atividades da irmandade, assim como deveriam auxiliar financeiramente a permanência do seu escravo na irmandade. Os aspectos que o compromisso nos traz não demostra as atividades desempenhadas pela comunidade escrava fora da dominação e regulamentação da Igreja, para tanto, faz-se necessário as considerações de alguns autores sobre o tema.

Amaral (1954) analisa as atas e os compromissos da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos da Cidade de São Paulo, contudo, um documento posterior ao que se pretende analisar nesta pesquisa. O Compromisso com o qual ele trabalha é do ano de 1809, aprovado trinta e um anos após o documento utilizado nesta pesquisa. Porém, preserva os mesmos aspectos do de 1778, a maior divergência é a referência ao Príncipe Regente D. João VI, ausente no Compromisso anterior. Tal menção seja decorrente da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil neste período.

Sobre a questão mortuária, Amaral (1954) nos deixa em sua obra importantes aspectos relacionados aos ritos mortuários praticados pelos irmãos do

rosário da cidade de São Paulo. Para os escravos, principalmente aqueles de origem *banto*, caso dos Angolas, maioria na Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, os ritos envolvendo o funeral do irmão falecido era de extrema importância, de tal modo que uma das principais funções da Irmandade no período da escravidão era justamente promover um funeral digno ao escravo, coisa que muitos senhores não proporcionavam a eles.

Para compreendermos o motivo pelo qual o destino do corpo e o modo como ocorria o enterro era tão importante, precisamos entender que a religião desses africanos estava ligada à ideia de ancestralidade. Logo, para ser um ancestral e poder ser cultuado, era necessário relembrar os funerais da África, ou seja, do seu lar ancestral (REIS, 1991, p.113).

Segundo Amaral (1954, p. 33), “descoberto o milagre da cooperação, de vintém a vintém, formou-se o primeiro tostão para a beata do ‘malungo’ falecido, para a missa ritual, para o lamento lúgubres dos atabaques noturnos”. Assim como todas as outras atividades da irmandade, que eram realizadas através do cooperativismo, o enterro e cortejo não ficavam de fora dessa atitude caridosa. Eram os irmãos que financiavam as celebrações por meio de seus pagamentos de esmolas e mensalidades à Irmandade.

Outro aspecto importante que podemos perceber é a questão do horário da realização desses ritos, que eram noturnos. O autor nos traz uma descrição breve, mas rica, sobre esse rito mortuário noturno:

> Ritmado pelas pancadas certas e surdas da mão de-pilão que lhes servia de socador, repercutindo na terra como se fôra o som rouco e cavo do velho “atabaque”; cadenciado pelos lamentos de melopéias tristes; norteado pelos cantos de estrofes mais que inocentes, o rito funerário transcorria lenta e lugúbre, monótona e gravemente pela noite a dentro. (AMARAL, 1954, p. 56).

Podemos perceber que, além da existência do cortejo, o funeral escravo ainda tinha uma ritualidade no enterrar do morto, a música era ritmada pelo próprio socar a terra sobre o morto. O autor ainda traz a música que estes cantavam, utilizando como fonte um cronista contemporâneo, cujo nome não nos revela. Deste modo

> Enquanto procediam ao sepultamento, iam cantando:
> Zoio que tanto vê

> Zi boca que tanto fala
> Zi boca que tanto ri
> Zi comeo e zi bebeo
> Zi corpo que tanto trabaiô
> Zi perna que tanto andô
> Zi pé que tanto pisô". (AMARAL, 1954,pag. 57)

A música parece uma descrição de tudo que aquele irmão que estava sendo sepultado fez durante a vida, viu, falou, riu, bebeu, trabalhou e andou, tudo em abundância, que a palavra "tanto" nos faz referência.

No compromisso não há o registro de que os funerais fossem realizados durante a noite, mas o autor aborda essa questão do horário das realizações ritualísticas em mais de uma passagem. Uma passagem importante se faz necessária para melhor compreensão deste ritual. Segundo Amaral

> Mas, ao efetuarem o enterramento dos irmãos falecidos dos "malungos", vinham à tona, invencíveis, sobrevivências ancestrais. Quase sempre a missão piedosa se fazia durante a noite, em cemitério próprio, como era de estilo na ocasião, e não podendo os africanos desenvolver todo o complicado ritual de suas celebrações, derivam-no por vereda mais simples e cômoda, nem por isso menos impressionante e significativa, prenhe de mistérios. (AMARAL, 1954, p. 56)

Percebemos novamente o aspecto noturno, característica que irá permear grande parte da pesquisa, que visa entender a sobrevivência dessas ritualísticas africanas, já que não fazia parte do ritual de outros enterros na cidade enterrar seus mortos durante a noite. Amaral salienta a existência de denúncias sobre o barulho do enterro africano durante a noite na cidade de São Paulo e o medo existente na população branca devido a tais práticas (AMARAL, 1954, p. 59).

O compromisso nos possibilita uma análise das práticas sociais e religiosas dessa Irmandade, tendo sido, no entanto, regulado pela Igreja. Deste modo, para compreender questões provavelmente ausentes no texto do compromisso, se faz necessário o levantamento de fontes presentes no Arquivo do Estado de São Paulo para verificação de cronistas da época para um maior detalhamento dessas práticas.

O presente artigo tem como finalidade expor o projeto desenvolvido para a pós graduação (Mestrado em História Social – UEL), pois através da contribuição dos mais diferentes autores e ouvintes podemos aparar ou completar lacunas na pesquisa,

por vezes despercebidas pela autora. Assim como, enriquecer a bibliografia e perceber a funcionalidade e a dimensão que a presente pesquisa pode tomar.

Bibliografia.

Fonte primária:
Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo; Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, 1778, Catalogo Geral de Livros Manuscritos, (1-3-8).
Referência bibliográfica:
AMARAL, R. Joviano. **Os Pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos.** São Paulo: Alarico, 1954.
CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer.** Ed. 18. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.
LUNA, F. V. **Características Demográficas dos Escravos de São Paulo (1777-1829).** In: LUNA, F.V, NERO DA COSTA, I , KLEIN, H. S. **Escravismo em São Paulo e Minas.** São Paulo: Edusp, 2009.
LOVEJOY, Paul. **A escravidão na Africa: uma história de suas transformações.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
MELLO E SOUZA, Marina de. **Reis Negros no Brasil Escravista: História da festa de coroação de Rei Congo.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.
OLIVEIRA, Eduardo (Org.). **Quem é quem na negritude brasileira**. São Paulo: Congresso Nacional Afro – Brasileiro; Brasília: Secretaria Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, 1998. p. 240.
REIS, J. J. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** Ed.1, São Paulo: Cia das Letras, 1991.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS AMBIENTAIS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA ECONOMIA CAFEEIRA EM SÃO PAULO (1880-1930)

Paulo Renato da Silva
(Mestrando em História Social –UEL)

Resumo: Em meados do século XIX, o café passou a ser o principal produto exportado do Brasil, e a província de São Paulo se consolidou como a maior produtora dos grãos. O processo de integração econômica dos territórios do interior paulista, a partir da economia cafeeira, se desenvolveu em uma conjuntura de transformações nas relações de trabalho e do acelerado desenvolvimento de novas técnicas produtivas e de logística. Além desses fatores, para entender as transformações desses territórios, até então representados pelas elites como "desocupados", é preciso compreender suas características ambientais. O desenvolvimento dos cafeeiros demandava certas características ambientais que impediam ou possibilitavam a integração de determinada área à economia de mercado. Clima, vegetação nativa, tipos de solo e aspectos de relevo favoreciam ou dificultavam que fazendas cafeeiras de exportação fossem, de forma gradativa e fragmentada, criadas nos espaços que eram conquistados em direção ao planalto ocidental. A partir dessa problemática, propõe-se discutir a influência dos aspectos ambientais ao longo do processo de integração dos territórios do interior paulista no período entre as décadas de 1870 e 1920.

Palavras-chave: Economia cafeeira; Meio ambiente; São Paulo; História ambiental.

Introdução

Em meados do século XIX, a matriz econômica da província de São Paulo passou a ser estruturada diretamente ao mercado mundial a partir da produção e comercialização do café[136]. A partir da década de 1850, o café se tornou o principal produto de exportação do Brasil, e São Paulo se consolidou como maior produtor nacional, em posição que manteve até meados do século XX. Esse foi o principal fator no desenvolvimento das forças produtivas paulistas, as quais atuavam em dependência do mercado mundial e em conjunto com a atuação de investimentos estrangeiros. Isso significou ainda a imposição dessa economia sobre outras fontes produtivas na província e a centralização da política econômica estruturada na cafeicultura como interesse nacional, sobreposto aos interesses das demais províncias[137] (HENRIQUES, 2015).

O processo de expansão das fazendas cafeeiras no interior do território paulista foi síntese da composição de elementos como variações na demanda pelo produto, disponibilidade de mão de obra, capacidade técnica e fatores ambientais das áreas integradas à produção. A economia cafeeira era organizada em torno da produção de um produto cujo cultivo demandava certas características ambientais que impediam ou possibilitavam a integração de determinada área à economia de mercado. Clima, vegetação nativa, tipos de solo e aspectos de relevo favoreceram que a cafeicultura fosse expandida fragmentadamente e em ritmos desiguais rumo ao oeste paulista.

A partir disso, analisarei a influência dos aspectos ambientais na (re)ocupação desse território a partir do contínuo roteiro de criação de fazendas cafeeiras no sentido leste/oeste do território paulista entre a década de 1880 e 1930. Visa-se demonstrar aqui que as características próprias da cafeicultura demandavam a integração constante de novas áreas, mas que os elementos que correspondem ao meio ambiente paulista não foram apropriados igualmente ao longo desse processo. Além de uma conjuntura de transformações nas relações de trabalho e políticas, na década de 1880 ocorreu a intensificação do desenvolvimento de novas instituições de

[136] Até meados da década de 1880, a produção se desenvolveu no Vale do Paraíba e na depressão periférica (em direção ao centro da província), onde a estrutura social do latifúndio açucareiro foi aproveitada pela economia cafeeira (MARTINS, 2010).

[137] No período entre a década de 1850 e 1889 as estruturas econômicas e políticas do Brasil foram reformadas com a proibição do tráfico de escravizados e a aprovação da Lei de Terras, em 1850, com a abolição da escravatura, em 1888, e com a Proclamação da República, em 1889.

pesquisa, técnicas produtivas, de transporte e logística, que possibilitaram a integração econômica de territórios anteriormente impedidos. O final da década de 1920 marca o período em que aos territórios do extremo oeste foram integradas à rede produtiva paulista, centrada na economia cafeeira, e foram superados os problemas dos assim chamados “terrenos desocupados” do extremo oeste.

A economia cafeeira em São Paulo e o meio ambiente

Para se entender o contínuo movimento que, ao longo de décadas, promoveu a abertura de fazendas cafeeiras de leste ao extremo oeste paulista, é preciso, inicialmente, considerar a influência da base topográfica formada sobre as estruturas geológicas. Além de elemento constitutivo da estruturação dos solos e dos traçados dos rios, em termos históricos, as estruturas geológicas constituíam o relevo a partir do qual foram traçadas as rotas de abertura de vias de comunicação e criação de fazendas. As formas de relevo existentes no estado podem ser divididas nas seguintes unidades geomorfológicas: planície costeira, planalto atlântico, depressão periférica, cuestas basálticas e planalto ocidental.

Até a década de 1880, mesmo com o aumento da demanda por novas plantações, era desestimulante economicamente formar fazendas nas terras além da depressão periférica, uma vez que a distância dos grandes centros e portos complicava o comércio, o incremento de ferramentas de beneficiamento dos grãos de café, o transporte de imigrantes e o escoamento da produção. Além disso, havia ocupações prévias de populações camponesas e povos indígenas[138] e a existência, na maior parte das terras do interior, de extensas florestas do bioma da Mata Atlântica, atravessadas por serras e rios, que impediam a penetração dos agentes do poder paulista para o seu reconhecimento (DEAN, 1996). Nas últimas décadas do século XIX, quase metade do território paulista aparecia nos mapas oficiais como “terrenos desconhecidos” ou “pouco explorados”, enquanto que fazendas eram abertas, populações expulsas, terras griladas e estradas traçadas em uma fragmentada e

[138] Nos territórios do interior, para onde era expandida a fronteira agrícola, havia ocupações prévias de populações camponesas, o chamado “caipira”, enquanto que na maior parte da porção ocidental, havia a existência de diversos povos indígenas, com seus próprios arranjos sócio espaciais. Foi preciso conquistar esses territórios, em um processo de expulsão desses pequenos camponeses e dos povos indígenas – geralmente terminando com o extermínio das populações indígenas. Esse é um tema extremante importante, mas que não será aqui discutido.

imprecisa fronteira entre as zonas integradas economicamente e as terras não controladas. Na perspectiva das elites paulistas, conquistar o planalto ocidental paulista, ou seja, a metade ocidental do território, significava vencer e converter esses "obstáculos" em crescimento econômico e desenvolvimento social, bem como a integração com as províncias vizinhas.

O prolongamento da estrutura econômica centrada na economia cafeeira a partir da depressão periférica rumo ao planalto ocidental precisou ser feito por uma área de transição do relevo: as cuestas basálticas, uma faixa de serras que desestimulava a instalação de núcleos urbanos e fazendas além de suas escarpas. Durante o século XIX, as cuestas, principalmente na região de Botucatu, marcaram um limite entre os territórios indígenas e as terras controladas politicamente pelos não indígenas (FALEIROS, 2007). Por isso, até meados desse século, a penetração no planalto foi feita em canoas e pequenos barcos pelos rios, principalmente o Tietê, que atravessavam as cuestas e no planalto formando grandes vales. De acordo com Pierre Monbeig, a partir da década de 1880 "[...] Partindo dos municípios de depressão periférica, avançaram os grandes plantadores, seguindo as vias de penetração natural, que diante deles se abriam" (MONBEIG, 1984, p.139).

No entanto, foi nas terras no reverso das cuestas, na região em que foi fundada Ribeirão Preto, que os plantadores de café conseguiram seu maior êxito. Apesar de sua topografia acidentada, as cuestas originam as terras roxas que se estendem por parte do território paulista, fator que, somado a altitude, favoreceram a produtividade dos cafeeiros. Nas décadas de 1880 e 1890 destacou-se a produção de grandes latifúndios nessa região que ficou conhecida posteriormente como "oeste velho", e que demarca o auge da produção cafeeira em São Paulo. Essas fazendas entraram em produção antes mesmo de serem integradas pela expansão da malha ferroviária, que serviu para organizar a logística e a produção agrária em zonas que ficaram conhecidas como Mogiana e Paulista (MARTINS, 2010).

A abertura de fazendas cafeeiras no planalto ocidental começou a ser feita a partir de meados da década de 1900. Esse período foi marcado por uma crise de excesso de oferta dos grãos e pela proibição do plantio de novos cafeeiros; ao mesmo tempo, foram tomadas medidas importantes para a conquista das terras do extremo oeste, como expedições de reconhecimentos dos territórios não controlados, o início

da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, rumo ao Rio Paraná, e a expansão da Ferrovia Sorocabana até divisa como o estado do Paraná. Ainda que os resultados produtivos dos novos plantios e das novas investidas demorassem a impactar a economia nacional, em termos ambientais, isso significou grandes impulsos para a derrubada das matas do planalto (MARTINS, 2010).

A partir das décadas de 1910 e 1920, em relação às características socioeconômicas do final do século XIX, ocorreram mudanças significativas. Na estrutura fundiária, a flexibilização da legislação favoreceu a legitimação do apossamento, e os avanços técnicos possibilitaram a integração de grandes áreas do extremo oeste e a plantação de cafeeiros no nordeste do Paraná. Também se acentuou a demanda por madeira, justamente quando se intensificaram as derrubadas das florestas do extremo oeste e tal comércio passou a representar uma importante fonte de renda para as ferrovias. Nesse período, destacou-se a atuação de companhias de loteamento e colonização na divisão de pequenas a grandes propriedades. Outro fator foi que, em geral, as terras menos férteis e de menor altitude favoreceram a diversificação agrária ou implicaram na plantação dos gêneros alimentícios fora dos cafezais existentes (MARTINS, 2010).

Essa expansão foi fiel às estruturas do relevo, já que os grandes rios penetravam no planalto sedimentar no sentido leste/oeste, formando assim faixas avançadas de cafeeiros sobre os espigões e entre os trechos de campos. Segundo Monbeig “[...] os fundos de vales, que ficavam reservados às pastagens, assinalavam-se como corredores de separação entre agrupamentos em bloco das culturas de café, favorecendo dessa forma a formação de regiões econômicas distintas” (MONBEIG, 1984, p 172). Assim, a penetração para além das cuestas, rumo ao rio Paraná, significou cada vez mais o estiramento dos cafezais sobre os espigões, enquanto que as florestas nas terras baixas foram desmatadas para o uso da lenha.

As características produtivas dos cafeeiros nesse contexto, provocavam a migração dos proprietários de fazendas mais velhas para terras do interior, que ainda não eram representadas como “cansadas” [139]. Essa migração da rede fundiária criava

[139] Esse abandono das “terras cansadas” ficou evidente no Vale do Paraíba e do centro do estado, onde passaram a ser loteadas fazendas que apresentavam baixa produtividade, devido a idade de seus cafezais. Em geral, essas terras eram convertidas em pastos para gado (MARTINS, 2010).

a demanda por certos fatores ambientais, como florestas ainda não desmatadas, solos de alta fertilidade, territórios altos e clima subtropical, tal como predominava em grande parte da região de São Paulo. Em conjunto com elementos logísticos, uma imprecisa fronteira[140] se estruturava na conquista, posse e transformação constante de terras ainda não integradas à cadeia produtiva – representadas como "virgens" –, as quais eram convertidas num processo de criação de progresso e destruição.

A partir dessas características da economia organizada em torno da cafeicultura e da demanda por esses aspectos vegetais, nesse período, as terras eram categorizadas e aproveitadas como "recurso natural". Amilson Henriques apresenta uma divisão das terras paulistas representativa do pensamento econômico e cientificista corrente em finais do século XIX. As áreas ainda não transformadas acabavam sendo divididas de acordo com seu potencial de uso:

> [...] 1º As terras em floresta ("mato") em condições favoráveis para a cultura do café. 2ª As terras em floresta que em virtude de condições climatológicas eram impróprias para esta cultura. 3ª As terras estragadas que primitivamente eram da 1ª ou 2ª categoria, mas que, pelo abandono da cultura ou incêndio casual das matas, se achavam em capoeira, samambaia ou sapé. E 4ª, as terras campestres (HENRIQUES, 2015, p. 19).

Essas matas com árvores tão procuradas faziam parte do bioma composto pela Mata Atlântica, uma classificação genérica para formações vegetais semelhantes em uma área que constitui grande parte do território brasileiro. No interior paulista, predominava a Floresta Estacional Semidecidual, também conhecida como Mata de Interior, caracterizada por sua localização nos planaltos e nos vales do interior, com duas estações climáticas bem demarcadas, uma chuvosa seguida de período seco no inverno (DEAN, 1996).

A partir dessa demanda por "novas terras", Rogério Faleiros explica como a cafeicultura, atrelada a produção de alimentos, compunham um mecanismo que estruturava a fronteira móvel a partir do colonato. Segundo o economista, para o

[140] O geógrafo Pierre Monbeig usa a categoria de *franja pioneira* para explicar esse movimento conjuntural (MONBEIG, 1984). Porém a categoria de *frente de expansão,* proposta por José de Souza Martins, permite uma explicação mais complexa da relação conflituosa de tempos históricos e organizações econômicas. Ver: MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In: **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 1997. p. 145-203.

fazendeiro, a taxa de lucro era obtida sobre o trabalho não pago, exercido por toda a família do colono na produção do café, a qual não era totalmente remunerada. Enquanto isso, para os trabalhadores, a vantagem dessa organização transparecia em poder plantar alimentos entre as ruas de café e nos terrenos secundários, podendo se alimentar quase sem custos monetários (FALEIROS, 2007).

No entanto, essa relação dependia da disponibilidade de terras “virgens”, pois eram nos primeiros cinco anos, quando os cafeeiros estavam pequenos, que o plantio de alimentos era favorável. Isso seria ainda mais viável nas terras onde as matas haviam sido recém derrubadas, já que a camada de húmus existente era extremamente fértil e ideal a todas as culturas. Por isso, o incentivo às conquistas das terras a oeste e a procura por áreas de florestas. Se tais terras possuíssem as características ambientais mínimas exigidas e pudessem ser integradas na rede logística, os interesses dos fazendeiros e trabalhadores aparentemente convergiriam, mesmo essa relação sendo desigual e de exploração. Segundo Faleiros:

> [...] Tal confluência de interesses era mais latente nas fazendas onde existia uma maior disponibilidade de terras para o cultivo intercafeeiro, melhor dizendo, naquelas fazendas da fronteira onde o cafezal estava em formação, com maiores possibilidades de plantio de culturas de alimentos entre as fileiras do café. Para o “colono” isso significaria trabalhar em uma terra de melhor qualidade (virgem) e a possibilidade de reduzir o tempo de trabalho necessário para a manutenção deste tipo de lavoura (FALEIROS, 2007, p 12).

Depois de alguns anos, quando os cafeeiros cresciam, a camada de húmus das florestas desaparecia e as culturas intercalares ficavam prejudicadas, os rendimentos materiais dos colonos diminuía e começa a ser mais lucrativo migrar para mais adiante. Porém, como para o fazendeiro era a partir desse período que os lucros realmente cresciam, os pagamentos em dinheiro deveriam subir para manter a mão de obra. Para Faleiros:

> Nas fazendas ainda robustas das zonas mais antigas, mas com pouca disponibilidade de terras para a formação de novos cafeeiros, restaria ao “colono” o cultivo de alimentos nas chamadas "terras baixas", terrenos extras, fora do cafezal, destinados a este tipo de lavoura. Muitas vezes já esgotadas e com baixa produtividade estas terras apresentavam também a desvantagem de demandar um maior tempo de trabalho [...] (FALEIROS, 2007, p. 12).

Porém, segundo Faleiros, os pagamentos em dinheiro eram sempre limitados por cláusulas contratuais, registradas no início dos acordos de trabalho, e por dívidas adquiridas com fazendeiros e nas vendas que existiam nas grandes fazendas. Assim, essas dificuldades impostas aos colonos e a disponibilidade de se empregar em uma nova fazenda, influenciavam muitos colonos e migrar novamente ou mesmo a fugir para a fronteira oeste. Por isso, quando a produtividade do solo decaía, as colheitas de café diminuíam – a partir da primeira década do início da produção no caso dos solos menos férteis – e a mão de obra escasseava, para o fazendeiro era mais fácil retalhar e vender a fazenda e adquirir uma nova propriedade nas zonas recém-abertas[141] (FALEIROS, 2007).

Retirada a vegetação de matas e plantados os cafeeiros, iniciava-se um processo de perda de produtividade das terras, que se acentuava a cada ano. Segundo Marcelo Mahl: “Muitas vezes, florestas exuberantes revelam, após as queimadas, solos pobres, levando lavradores à perpetuação de danos ao meio ambiente [...]” (MAHL, 2007, p. 57). A alta produtividade das terras representadas como boas para o café era também devido à camada de húmus proveniente dessa vegetação que as revestia. A sombra da floresta densa e o calor fornecem condições ambientais para a formação de uma camada de húmus no chão da floresta composta por restos de plantas, microrganismos, animais mortos, criando uma biomassa em decomposição no primeiro horizonte do solo. De acordo com Warren Dean: “assim, a floresta cresce e se espalha sobre um substrato orgânico gerado por ela mesma” (DEAN, 1995, p. 27). Esse fato muitas vezes somente foi percebido depois de efetuada a total destruição de grandes áreas florestais.

Essas características vegetais das terras, atreladas às capacidades logísticas e a outros elementos como clima e altitude, compunham o principal fator que determinavam o preço das terras ainda não plantadas. Embasados em seu próprio

[141] Esse constante movimento de desfazer uma fazenda e tomar posse te terras de floresta primária é extremamente acelerado no tocante ao meio ambiente ou a um olhar em perspectiva histórica. Porém, essas descrições do movimento da fronteira agrícola cafeeira, que desprezava solos cansados, deixando atrás de si várias “cidades mortas” e um rastro de destruição ambiental, não era um simples plantar, colher e caminhar – como era atribuído ao “caipira”, que estava mais a mercê da camada de húmus. Na cafeicultura, demorava-se anos para demarcar uma propriedade, derrubar as matas, preparar o terreno e a infraestrutura, atrair mão de obra, plantar e colher várias safras que compensassem todo o trabalho. Por isso, a procura por solos mais férteis, onde os cafezais poderiam produzir por décadas (FALEIROS, 2007).

empirismo, fazendeiros preferiam áreas com árvores que atestassem o padrão de solo. De acordo com Faleiros, “existia uma certa ‘hierarquia’ da vegetação, pois a escolha dos locais para se formar uma lavoura era feita mediante prévia observação: o pau d’alho e a figueira branca indicavam solos altamente propícios ao café, a terra roxa” (FALEIROS, 2007, p. 37). Por isso, segundo Dean, em muitos casos, após a decadência dos cafeeiros, era possível encontrar exemplares dessas árvores em meio a pastos: “Essas árvores eram poupadas, porque eram consideradas o mais seguro de todos os padrões e, pois, exibidas para um comprador potencial da fazenda como prova da produtividade de seus cafezais” (Dean, 1996, p.197).

Além dessas condições vegetais, o principal fator impeditivo da expansão de cafezais foi o clima. Como o cafeeiro é uma planta transplantada para o Brasil, o clima foi o principal fator a delimitar até onde a cafeicultura poderia ser expandida, cujo limite mais efetivo é o sul da região de São Paulo. Segundo Monbeig, apesar da incerteza climática nessa latitude, que poderia trazer consequências às lavouras e desarticular monoculturas, as qualidades geográficas propiciavam que trigo, algodão, café e pastagens se avizinhassem numa mesma região, compondo uma situação rara no mundo (MONBEIG, 1984). O clima impôs um limite geográfico ao avanço dos cafeeiros, no sentido sul, até a faixa do Trópico de Capricórnio. As baixas temperaturas das terras no sul do estado impossibilitaram o desenvolvimento da economia cafeeira nessa zona, apesar da existência de plantações de pouco expressão e sem vínculos com o mercado mundial.

Por outro lado, os cafeeiros plantados no interior do território paulista desenvolveram-se melhor que em outras áreas onde já havia cafezais. Quando os fazendeiros superaram o Vale do Paraíba, e iniciaram plantações a partir das manchas de terra roxa da depressão periférica, a produtividade dos cafeeiros aumentou, alcançando um pico produtivo nas áreas de cuestas. Segundo Dean, além das características pedológicas, o oeste paulista possuía um clima ideal a essa planta:

> A sazonalidade mais marcada das chuvas na região, efeito de sua distância do litoral, oferecia a vantagem de que a floração e o consequente amadurecimento dos frutos ocorriam em um período mais curto. A colheita, aliás, podia ser realizada com menos passagens pelos cafezais, economizando mão de obra. A colheita, aliás, era seguida de uma estação seca de inverno mais pronunciada e tornava a secagem dos grãos uma operação mais rápida e mais segura. Embora a planta fosse incapaz de armazenar água ou reduzir

> sua taxa de transpiração na ausência de chuva, sofrendo com isso em anos de seca, a profundidade e porosidade dos solos paulistas permitiam que ela tivesse um desenvolvimento adequado (DEAN, 1996, p. 232-233).

Outro impedimento para o plantio de cafezais era a altitude[142]. Os cafeeiros amadureciam satisfatoriamente em altitudes superiores aos 400 metros acima do nível do mar. As maiores altitudes também diminuíam os riscos do maior problema da cafeicultura em terras paulistas: as geadas. Nas terras baixas, como em fundos de vales e a beiras de riachos a menor circulação do ar e as temperaturas menores favoreciam as geadas. Por esses motivos, os cafeeiros eram plantados nas encostas de morros, no reverso das cuestas e, principalmente, sobre os espigões.

Quanto às chamadas “terras estragadas”, a capoeira, ou capoeirão, era constituída pela mata secundária, mais aberta em relação à mata primária, com árvores menores onde a penetração da luz era facilitada e cresciam cipós e arbustos. Eram geralmente usadas como terras de reserva, para se recolher lenha ou para o uso cotidiano de madeira. Sua existência no interior paulista esteva ligada a áreas de queimadas acidentais, por terem sido plantações que acabaram abandonadas quando a fertilidade da camada superior do solo (húmus) diminuiu ou quando o “mato” tomou conta.

Apesar de a maior parte dos territórios (terras baixas, encostas íngremes, solos arenosos, área de clima frio, terras já “estragadas”) serem inapropriados para a cafeicultura, ficando grandes extensões de terras subaproveitadas ou inicialmente ignoradas, essas não foram preservadas. A destruição de sua cobertura vegetal ocorreu devido a fatores como criação de animais, plantação de alimentos, desmatamento para uso da lenha e incêndios descontrolados (DEAN, 1996).

Além desses fatores, o próprio processo de constituição desses elementos vegetais ocorria em conjunto com a composição do solo, o principal elemento responsável pela a manutenção da produtividade das terras por mais tempo. Nesse aspecto, a cafeicultura foi fortemente influenciada pela busca da chamada “terra roxa

[142] Além disso, nas terras baixas, próximas aos rios, existia um problema ainda maior: a insalubridade. Nas terras baixas, a umidade e águas paradas constituíam os ingredientes ideais para o desenvolvimento de insetos e microrganismos transmissores de doenças aos seres humanos. As principais doenças das beiras de rios e florestas, na época conhecidas como maleitas, eram verminoses, disenteria, beribéri e, principalmente, a malária.

apurada”[143], em uma época que pouco se sabia sobre sua real extensão sobre o território paulista (cerca de 2,0% a 2,5%). A terra roxa, o tipo de solo mais fértil da região paulistana, propiciava o desenvolvimento de cafeeiros mais robustos, com mais produtividade por pés e em que o ciclo economicamente produtivo pudesse ser estendido por mais tempo. Desse modo, depois de constituídas as fazendas, a qualidade dos solos era um dos principais fatores que representava a diferença de produtividade entre as áreas cafeeiras (FALEIROS, 2007). Por isso, a hipótese de que a aberturas de novas áreas estimulava continuamente a mudança dos cafeicultores para o oeste deve ser observada a partir do fato de que solos menos férteis e crises econômicas operavam para desestimular esse processo.

A terra roxa apurada é atualmente representada nos solos classificados como latossolo vermelho e nitossolo vermelho, sendo esse segundo uma fração mínima no território paulista. É um tipo de solo avermelhado, argiloso propício à retenção da água e de nutrientes, com alta concentração de óxido de ferro e potássico, com pH de baixo teor ácido e bastante nitrogenado – apesar de apresentar essas características de forma variada, dependendo de cada lugar. Sua formação é resultado de milhões de anos de decomposição de rochas basálticas e à presença do mineral magnetita, um óxido de ferro. Essas rochas basálticas se originaram do derrame vulcânico da formação Serra Geral que, no território que corresponde ao estado de São Paulo, foi responsável pela formação das cuestas basálticas (ROSSI, 2017).

Dentre as terras paulistas que não eram favoráveis ao plantio economicamente viável de cafeeiros, o mais importante dos fatores de impedimento era a qualidade dos solos (MONBEIG, 1984). O planalto ocidental paulista é composto, em sua maior parte, por solos sedimentares, os argissolos[144], provenientes de arenito, cuja diversidade não era sempre ideal aos cafeeiros. Anteriormente divididos principalmente entre arenitos bauru e arenito botucatu, os argissolos podem ser encontrados também misturados ao latossolo vermelho, compondo a chamada terra

[143] A terra roxa esteve associada a alta produtividade da região de Ribeirão Preto, na parte média do vale do rio Paranapanema e no Norte do Paraná.

[144] Utilizando a denominação presente nas principais pesquisas sobre a cafeicultura, Faleiros discorre sobre a composição do arenito: “os solos derivados do arenito Botucatu são extremamente pobres, inadequados à cafeicultura, as formações Bauru ocupam as partes altas, os topos dos espigões, enquanto o arenito Caiuá é recorrente nos vales e depressões, sendo o arenito Bauru mais fértil e, por feliz coincidência, presente nas partes mais altas” (FALEIROS, 2007, p. 371).

roxa misturada (ROSSI, 2017). Como as técnicas de manejo eram mínimas, esses solos “mais fracos” se esgotavam após alguns anos de produtividade e acabava economicamente inviável tentar recuperar ou usar incrementos para continuar a produção por muito tempo. Assim, plantava-se em muitos solos não indicados aos cafeeiros, onde uma satisfatória produção era garantida principalmente pela fertilidade proveniente da camada de húmus que as áreas florestadas propiciavam – por isso a busca por florestas primárias.

Considerações finais

Ainda que em perspectiva histórica a integração dos territórios do oeste paulista apareça como o movimento continuo e ininterrupto da expansão da economia cafeeira, essa somente poderia ser instalada depois do gradativo processo de conquista, demarcação, registro de posses, abertura de estradas, derrubada das matas, criação de fazendas, plantio de cafezais e produtos alimentícios, fundação de vilas e disponibilidade de mão de obra. Ocorriam pausas e acelerações nesse movimento, dependendo das oscilações da economia e da falta de técnica ou incentivo para a abertura de novas áreas. Formavam-se, assim, conjunturas regionais a partir de elementos como corredores entre rios e serras, ou campos avançados nas matas, que se expandiam, por um lado, em meio a expulsão dos chamados “terrenos desconhecidos” mais para o oeste, e, por outro, antecedendo a aproximação da técnica moderna a leste.

Ao longo desse contexto, os planos orquestrados pelas elites paulistas para expandir essa integração econômica eram projetados para áreas onde acreditava-se que existiam terras férteis e salubres, de mais fácil acesso às vias férreas e pontos estratégicos para a expansão econômica regional ou no controle dos territórios. Em diversos casos, os melhores lugares para se plantar os cafeeiros eram justamente os de mais difícil acesso e integração, e os motivos eram diversos: problemas técnicos, como falta de investimento e mão de obra em determinada área; descontrole das posses e problemas com títulos das terras; “barreiras naturais”, como rios e serras; e a presença indígena. Por isso, nessa expansão, alguns desses aspectos, em conjunto com as capacidades técnicas, significavam avanços mais lentos, paradas ou contornos, enquanto que outros serviam de rotas e centros produtivos e de serviços.

Referências

DEAN, W. **A ferro e fogo**. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
FALEIROS, Rogério Naques. **Fronteiras do café:** fazendeiros e “colonos” no interior paulista (1917-1937). 2007. 184 f. Tese (Doutorado em Economia) - Unicamp, Campinas, 2007.
HENRIQUES, A. Barbosa. **Agriculturar a Agricultura**: a modernização da agricultura no governo estadual paulista (1892-1926). 2015. 397 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2015.
MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.
MAHL, Marcelo Lapuente. **Ecologias em terra paulista** (1894-1950). 2007. Tese (Doutorado em História), UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2007.
ROSSI, M. 2017. **Mapa pedológico do Estado de São Paulo**: revisado e ampliado. São Paulo: Instituto Florestal, 2017.

O ENSINO DE HISTÓRIA E OS USOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA: QUESTÕES PRELIMINIARES

Marcos Fernandes
(Colégio Estadual Souza Naves)

Resumo. O ano de 2018 está se mostrando de uma importância singular para os que se preocupam com as questões relacionadas com o ensino de história, especialmente para os que o fazem no contexto brasileiro. A partir de tal contexto, pode-se observar pessoas clamando entusiasticamente e fazendo manifestações solicitando a volta da Ditadura Militar em nome do aumento das liberdades civis. De modo semelhante, constatamos que "intelectuais" brasileiros entraram em um debate público, via mídias sociais, com membros do consulado da Alemanha no Brasil. Os mesmos buscavam argumentar que o nazismo teria sido uma perspectiva política e ideológica de "esquerda". Por mais inacreditável que o que foi descrito acima possam parecer, tratam-se de eventos verídicos e revelam um distanciamento quase abismal entre o conhecimento histórico que é produzido e socializado em três instâncias: a academia/universidade, a escola e os outros canais (cinema, TV, mídias sociais...). Enquanto as duas primeiras instâncias em que o conhecimento histórico é produzido e socializado (as universidades e as escolas) ainda podemos encontrar uma preocupação por parte dos profissionais no lançar mão de parâmetros de verificação de seus dados e informações, ou seja, existe ainda uma preocupação com a verdade, a terceira instância (outros canais) opera sem uma necessária comprovação das suas informações, ou ainda, podendo tornar absolutas opiniões pouquíssimo aceitas. Dito de outro modo, para compartilhar uma produção com pretensões de verdade histórica na universidade e na escola, faz-se necessário um processo de, no mínimo, diálogo com a tradição historiográficas, de discussão com as fontes, de debate com pares, entre outros processos. Dessa maneira, por exemplo, ao emitir qualquer juízo sobre a Ditadura Militar no Brasil, ou o Nazismo na Alemanha, é necessário um trabalho prévio de discussão com o que já foi dito e escrito acerca de tais temas, sobre as fontes das quais as informações foram obtidas, sobre como foi realizada a análise dos dados; mas quando se compartilha, por exemplo, através de grupos de Whatsapp ou em páginas do Facebook as tais "verdades históricas", os referidos processos de verificação e validação de dados raramente são levados em consideração. Dessa forma, por mais inconcebível que possa parecer, é possível encontrar pessoas que

defendam a volta da Ditadura Militar com o argumento de que tal regime garantiria mais liberdade em sentido amplo. Diante do que foi resumidamente exposto, podemos compreender um pouco daquilo se convencionou denominar “uso público da história”. Segundo Ana Lima Kallas (2017), o próprio conceito de “uso público da história” possui sua história, que remete à Jurgen Habermas. Essa autora afirma que “(...) Nas sociedades contemporâneas, os usos públicos da história podem ser muitos, diante do avanço dos meios de comunicação de massa, da internet e das tecnologias de informação (...)” Os referidos “usos públicos da história” não obedecem aos critérios de imparcialidade e objetividade, tal como deveria ocorrer quando se pensa nas produções historiográficas difundidas tanto no meio universitário quanto no meio escolar. Assim, por exemplo, podemos encontrar pessoas de “extrema direita” que defendam que o Nazismo seria uma perspectiva política de “esquerda” pela simples conveniência de atrelar tal ideologia à uma linha política adversária. Nesse sentido, precisamos compreender que o “uso público da história” pode atender a interesses políticos ou econômicos. É interessante e importante também pensarmos que os usos públicos da história precisam responder também a “demandas socias”, além de interesses políticos e econômicos. Essas tais “demandas sociais” podem ser atreladas à perspectiva de função de orientação existencial do conhecimento histórico, tal qual apresentada pela perspectiva de Jörn Rüsen. Dessa maneira, os “usos públicos da história” buscam responder as demandas sociais, ou carências de orientação, que a própria ciência histórica busca atender, na perspectiva de Rüsen. Entretanto, o processo de desenvolvimento do conhecimento histórico é um tanto diverso. Mas o que se verifica, conforme dados apresentados no início dessa discussão, é que o absurdo está se estabelecendo como fato, dado aos “usos públicos da história”. Na origem do problema está, além da ascensão das novas mídias sociais, o próprio processo de especialização da disciplina de história ocasionou seu distanciamento do cotidiano. Parece que, na história da disciplina história, ocorreu uma espécie de “encastelamento”, ou ainda, uma crise devido a sua crescente especialização universitária. Some-se a isso a compreensão de um ensino de história nas escolas que passou a ser visto como uma espécie de vulgarização do saber culto/acadêmico, especializado e erudito que seria produzido nas universidades. Dessa forma, caberia às escolas, através dos manuais didáticos e dos docentes, uma simplificação do conhecimento que seria produzido nas academias. Assim, o que vemos ser criado é um distanciamento entre o conhecimento das academias com o conhecimento das escolas, e desse processo percebe-se resultados nefastos para o aprendizado dos jovens e adolescentes, bem como para a formação da população. Mas diante de um quadro tão complexo e até mesmo um tanto desolador, o que pode ser feito? Uma possibilidade, que nos parece fecunda, é a tentativa de aproximação do saber e dos procedimentos de pesquisa realizados no meio acadêmico e universitário com as práticas escolarizadas. Dito de outro modo, talvez seja interessante, pensando na tentativa de superar uma visão que simplesmente compartilha informações históricas sem verificação de dados, munir os educandos da educação básica (Ensino Fundamental e Médio) com alguns elementos metodológicos da pesquisa científica. É nesse sentido que Ronaldo Cardoso Alves (2013) chama a atenção para “(...) Se a Didática da História deixou de ter um caráter público devido ao controle metodológico da História por parte dos especialistas, somente a publicização desses mesmos instrumentos empíricos e metodológicos, mediadas por uma reflexão didática, poderia ressuscitar o caráter público da Didática da História” (...). E isso feito, o que se

realizará, na prática, é um encurtamento de distância entre o que se faz na academia e o que se faz na escola. Dito de outro modo, o que se está aqui propondo é que a história acadêmica e a história escolar se deem às mãos, com o intuito de superar achismos e versões históricas com pouca ou sem nenhuma fundamentação.

Palavras-chave: : História; Ensino; Usos Públicos.

Introdução

O presente artigo se trata, de fato, da introdução e da justificativa de um projeto apresentado para seleção de um programa de pós-graduação (mestrado) em ensino de História. Nesse sentido, o que me proponho a fazer aqui e discutir as contribuições e discussões relativas as temáticas relevantes ao mesmo durante que surgiram durante o evento comemorativo dos 60 anos do curso de história da UEL: “Qual é o futuro do nosso passado?”. Assim sendo, algumas informações constantes no resumo se repetirão, em virtude de que se tratam do corpo da introdução do projeto, e posteriormente, apresentarei algumas contribuições que julgo pertinentes à temática.

O ano de 2018 está se mostrando de uma importância singular para os que se preocupam com as questões relacionadas com o ensino de história, especialmente para os que o fazem no contexto brasileiro. A partir de tal contexto, pudemos observar pessoas clamando e fazendo manifestações solicitando a volta da Ditadura Militar em nome do aumento das liberdades civis. De modo semelhante, constatamos que “intelectuais” brasileiros entraram em um debate público com membros do consulado da Alemanha no Brasil. Os mesmos buscavam argumentar que o nazismo teria sido uma perspectiva política e ideológica de “esquerda”. Por mais inacreditáveis que o que foi descrito possam parecer, tratam-se de eventos verídicos.

A situação apresentada demanda atenção e é preocupante. Os exemplos citados nos ajudam a evidenciar uma questão importante para pensarmos o papel do conhecimento histórico na atualidade, pois revelam um distanciamento quase abismal entre o conhecimento histórico que é produzido e socializado em três instâncias: a academia (ou universidade), a escola e os outros canais (cinema, TV, mídias sociais...).

Enquanto as duas primeiras instâncias em que o conhecimento histórico é produzido e socializado (as universidades e as escolas) ainda podemos encontrar uma preocupação por parte dos profissionais no lançar mão de parâmetros de verificação de seus dados e informações, a terceira instância (outros canais) opera sem uma necessária comprovação das suas informações, ou ainda, tornando absolutas opiniões pouquíssimo aceitas. Dito de outro modo, para compartilhar uma produção com pretensões de verdade histórica na universidade e na escola, faz-se necessário um processo de, no mínimo, diálogo com a tradição historiográficas, de discussão com as fontes, de debate com pares, entre outros processos. Dessa maneira, por exemplo, ao emitir qualquer juízo sobre a Ditadura Militar no Brasil, ou o Nazismo na Alemanha, é necessário um trabalho prévio de discussão com o que já foi dito e escrito acerca de tais temas, sobre as fontes das quais as informações foram obtidas, sobre como foi realizada a análise dos dados, mas quando se compartilha verdades históricas em mídias sociais, por exemplo, os referidos processos raramente são levados em consideração. Dessa forma, por mais inconcebível que possa parecer, é possível encontrar pessoas que defendam a volta da Ditadura Militar com o argumento de que tal regime garantiria mais liberdade em sentido amplo.

Diante do que foi resumidamente exposto, podemos compreender um pouco daquilo se convencionou denominar “uso público da história”. Ana Lima Kallas (2017), busca apresentar a história do conceito, relacionando-o à Jurgem Habermas, e afirma que

> Se fizéssemos o esforço de relacionar ambos os conceitos, tal como desenvolvidos por Habermas, poderíamos sugerir que o uso público da história consiste na veiculação de uma interpretação histórica para um público expandido, que não se resume aos próprios historiadores nem ao âmbito acadêmico. O uso de uma dada produção historiográfica passaria por um processo de reconstrução e adaptação, a fim de ser lida/vista/sentida por um público mais amplo. Nas sociedades contemporâneas, os usos públicos da história podem ser muitos, diante do avanço dos meios de comunicação de massa, da internet e das tecnologias de informação. (KALLAS, 2017, p.6)

Mas Kallas nos alerta que a questão dos usos públicos da história não obedece aos critérios de imparcialidade e objetividade, tal como deveria ocorrer quando se pensa nas produções historiográficas difundidas tanto no meio universitário quanto no meio escolar:

> Esses usos são feitos a partir de determinados fins, isto é, a partir de certos interesses de ordem individual ou coletiva e têm efeitos, que podem ser também diversos: políticos, culturais, econômicos e sociais. Com isso queremos dizer, empregando as contribuições de Habermas e Adorno, que os usos públicos da história não obedecem a critérios de imparcialidade e pura objetividade, mas respondem a demandas sociais ou a interesses políticos e econômicos. (KALLAS, 2017, p.6)

Assim, por exemplo, podemos encontrar pessoas de “extrema direita” que defendam que o Nazismo seria uma perspectiva política de “esquerda” pela simples conveniência de atrelar tal ideologia à uma linha política adversária. E, nesse sentido, que o uso público da história pode atender a interesses políticos ou econômicos.

É interessante e importante também pensarmos que os usos públicos da história, segundo Kallas, precisam responder a “demandas socias”, além de interesses políticos e econômicos. Essas tais “demandas sociais”, apresentadas por Kallas como parte constitutiva do conceito de “uso público da história” podem ser atreladas à perspectiva de função de orientação existencial do conhecimento histórico, tal qual apresentada pela perspectiva de Jörn Rüsen. Esse autor, ao desenvolver os fundamentos da ciência histórica, nos mostra que a mesma é indissociável da vida prática das pessoas. Luis Fernando Cerri (2004) nos explica essa relação:

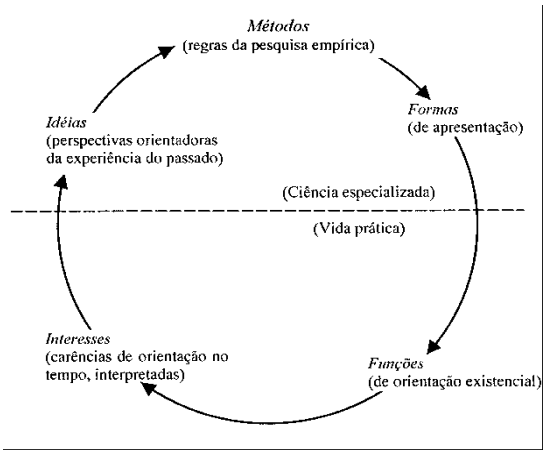
Para esse autor, entre os fundamentos da matriz disciplinar da História, estão as carências de orientação da prática humana no tempo, seu primeiro fator constituinte. Essas carências articulam-se na forma de interesse cognitivo pelo passado, na construção de respostas aceitáveis para as questões identitárias fundamentais, como "quem somos nós", "qual a origem do nosso grupo", "quem são os ‘outros’ que não partilham de nossa identidade"?

Dessa maneira, os usos públicos da história buscam responder as demandas sociais, ou carências de orientação, que a própria ciência histórica busca atender, na perspectiva de Rüsen. Entretanto, o processo de desenvolvimento do conhecimento histórico é um tanto diverso. Seguindo com o argumento de Cerri:

> São essas carências que transformam-se em interesses precisos no conhecimento histórico, em reflexão específica sobre o passado. Essa reflexão, entretanto, não ocorre sem determinados critérios de sentido, que são requeridos para a orientação no tempo. Esses critérios de são pontos de vista supraordenados dentro da história, que podem ser chamados de "idéias" (no sentido de critérios que se produzem na práxis, considerando que o agir humano é intencional e determinado por significados). Por sua vez essas idéias são originadas das

> respostas que os homens têm de dar ao agir, pois nisso são obrigados a interpretar a si mesmos e ao mundo, e essas idéias influenciarão a reflexão histórica posterior, pois não podem ser separadas do interesse ao agir. Esses critérios orientadores é que fazem a passagem das carências de orientação no tempo para interesses do conhecimento histórico, formando modelos de orientação.

Talvez poderíamos ainda fazer outra relação, um pouco mais genérica, em relação aos usos públicos da história e a perspectiva de Rüsen. Para exemplificar sua concepção da relação entre o conhecimento e a vida prática, o próprio Rüsen utiliza o seguinte gráfico:



Fonte: Rüsen, Jörn. Razão Histórica. Brasília: Ed. da Unb, 2001, p. 35.

Nesse gráfico, cabe destacar como a história na vida prática afeta, interfere, influencia e/ou é tocada pela história como ciência especializada. E a relação inversa também ocorre, dialeticamente, poderíamos afirmar. Assim, ampliando um pouco mais a compreensão de uso público da história, podemos compreende-la como a própria história na vida prática na perspectiva de Rüsen. Entretanto, tal tentativa de associação não se fundamenta.

Os usos públicos da história não necessariamente derivam de ideias da ciência histórica. Isso pelo simples fato de que as ideias da ciência histórica necessariamente passam pelo crivo do método de pesquisa empírica, e no caso das ideias veiculadas pelos usos públicos, tal procedimento geralmente é dispensado tendo em vista interesses econômicos ou políticos, como nos alertou Kallas.

Dessa forma, é interessante a correspondência de um aspecto do conceito de uso público da história – a questão de que os mesmos precisam responder à uma demanda social – com a própria fundamentação da disciplina história na proposta de

Rüsen, no sentido de que para a vida prática, a história busca suprir carências de orientação prática no tempo. A partir de tal correspondência podemos pensar em formas de atuação no sentido de implementar a superação pragmática, no cotidiano, do próprio conceito de uso público da história. Poderíamos pensar na implementação de níveis de consciência histórica mais elaborados. Mas como?

Objetivos

Uma possibilidade potencialmente fecunda é, pensando no universo do ensino escolarizado (segunda instância descrita anteriormente), trabalhar junto aos alunos e alunas com metodologias de pesquisa e produção do conhecimento histórico que são utilizadas na academia (primeira instância). Dessa forma, partindo das demandas sociais próprias do universo do alunado, pretende-se empreender pesquisas fundamentadas em metodologia própria da ciência histórica. Espera-se, a partir de tal atividade e para os fins dessa proposta de pesquisa, conseguir analisar a mediação da ciência histórica na vida prática dos adolescentes ou jovens estudantes.

Nesse sentido, e pensando na implementação desse projeto, parece particularmente interessante a metodologia de pesquisa conhecida como História Oral. A partir da capacitação dos educandos no sentido de desenvolverem pesquisas históricas fundamentadas na metodologia exposta, do desenvolvimento das pesquisas, da organização dos dados coletados e da exposição dos resultados da pesquisa, espera-se atingir dois objetivos, igualmente importantes. Primeiramente fazer com que os mesmos estudantes/pesquisadores entendam a diferença entre os usos públicos da história e a história como conhecimento científico. Dessa maneira, espera-se que a questão da importância da verificação da autenticidade das informações fique particularmente evidente no ideário dos mesmos. Mas um segundo objetivo parece interessante para ser perseguido. E passo a descreve-lo.

Ainda segundo Rüsen, podemos identificar quatro tipos de consciência histórica. Essa tipologia foi apresentada por Fernando Milani Marrera e Uirys Alves de Souza (2013): seriam a Tradicional, a Exemplar, a Crítica e a Genética. Cada um desses tipos (talvez níveis) de consciência histórica possuem características próprias e foram assim sistematizadas:

	TRADICIONAL	EXEMPLAR	CRÍTICA	GENÉTICA
Experiência do tempo	Origem e repetição de um modelo cultural e de vida obrigatória	Variedades de casos representativos de regras gerais de conduta ou sistema de valores	Desvios de problematizadores dos modelos culturais e de vida atuais	Transformações dos modelos culturais e de vida alheios em outros próprios e aceitáveis
Formas de significação histórica	Permanência dos modelos culturais e de vida na mudança temporal	Regras atemporais de vida social. Valores atemporais	Rupturas das totalidades temporais por negação de sua validade	Desenvolvimento nos quais os modelos culturais e de vida mudam para manter sua permanência
Orientação da vida exterior	Afirmação das ordens preestabelecidas por acordo ao redor de um modelo de vida comum e válido para todos	Relação de situações particulares com regularidades que se atêm ao passado e ao futuro	Delimitação do ponto de vista próprio frente às obrigações preestabelecidas	Aceitação de distintos pontos de vista em uma perspectiva abrangente do desenvolvimento comum
Orientação da vida interior	Sistematização dos modelos culturais e de vida por imitação – role playing	Relação de conceitos próprios a regras e princípios gerais. Legitimação do papel por generalização	Autoconfiança nas refutações de obrigações externas – role playing	Mudanças e transformação dos conceitos próprios como condições necessárias para a permanência e a autoconfiança. Equilíbrio de papéis
Relação com os valores morais	A moralidade é um conceito preestabelecido de ordens obrigatórias; a validade moral é inquestionável	A moralidade é a generalidade de obrigação dos valores e dos sistemas de valores	Ruptura do poder moral dos valores pela negação da validade	Temporalização da moralidade. As possibilidades de um desenvolvimento posterior se convertem em uma condição de moralidade
Relação com o raciocínio moral	A razão subjacente aos valores é um suposto efetivo que permite o consenso sobre questões morais	Argumentação por generalização, referência a regularidades e princípios	Crítica dos valores e da ideologia como estratégia do discurso moral	A mudança temporal se converte em um elemento decisivo para a validade dos valores morais

(RÜSEN, apud MARRERA e SOUZA, 2013, p. 1075)

Uma vez determinados os possíveis tipos de consciência histórica, parece interessante uma atividade intencionando determinar se, através da compreensão da metodologia científica da História Oral, os alunos e alunas participantes do projeto de

pesquisa realizariam alguma modificação nos seus níveis ou tipos de consciência histórica. Dito de outra maneira, um aluno que apresentasse, ao início das atividades junto ao projeto, um determinado tipo de consciência histórica, digamos exemplar, poderia ao término das atividades demonstrar uma modificação para um outro tipo de consciência histórica? Parece que essa é uma possibilidade razoável.

Espera-se, assim, que os adolescentes ou jovens possam compreender as diferenças entre as utilizações dos usos públicos da história e da história como ciência, e que tal conhecimento se torne fundamento para uma progressiva mudança nos seus níveis de consciência histórica, tais como definidos por Rüsen.

Considerações finais

Certamente o presente projeto é apenas uma possibilidade. Mas felizmente despertou o interesse de alguns dos presentes, que se dispuseram a conversar/dialogar/criticar. Nesse sentido, agradeço de antemão todos que, de alguma forma, contribuíram na tentativa de melhoria do mesmo.

Durante o evento “Qual é o futuro do nosso passado?” surgiram algumas considerações que forma debatidas, em especial duas, que gostaria aqui de apresentar. A primeira, que se mostrou fundamental aos meus olhos foi: “é possível ensinar história sem fontes”? A resposta foi unânime. Não se ensina história sem lançar mão da interpretação de fontes históricas. Não se ensina a se pensar historicamente sem a análise das fontes históricas. No máximo, sem um trabalho com fontes, se ensina a interpretar textos com relatos históricos de livros didáticos e/ou paradidáticos, mas não se ensina a pensar historicamente. Eu diria que é exatamente isso que a terceira instância de discursos históricos (os outros canais), faz: busca ensinar uma história sem um pensamento histórico. Sem o trabalho com uma metodologia histórica. Sem respaldo em fontes históricas.

Uma segunda consideração se mostrou interessante e merece ser enfrentada. A questão de que o uso de fontes históricas e metodologias próprias da ciência histórica precisem ser aproximadas do cotidiano das escolas e colégios se mostrou ponto pacífico durante o evento. Entretanto, os resultados de tais ações somente seriam percebidos daqui a gerações. Essa ideia é um tanto problemática pois os resultados de uma mudança positiva em um cotidiano escolar podem ser imediatos.

Nesse sentido, o problema é o foco (observamos o evento com um telescópio ou um microscópio?) e a disposição individual (arregaçamos as mangas e implementamos a mudança ou esperamos que alguém faça?).

Bibliografia

ALVES, R. C. História e vida: o encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. **História & Ensino**, v. 19, n. 1, p. 49-69, 2013.
CERRI, L. F. A função da história de orientação temporal e o ensino escolar da história. 2º Encontro de Diretrizes Curriculares Estaduais. Seed-PR. Faxinal do Céu. **Mesa Redonda**: Valor Educativo do Ensino de História, 2004. Disponível em: www.geocities.ws/lfcronos/texfunchistoria.html>. Acesso em: 22 out. 2018
KALLÁS, A. L. . Os usos públicos da história e o ensino de história: a abordagem de temas controversos. In: XXIX Simpósio Nacional de História, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. Contra os preconceitos: história e democracia, 2017.
MARRERA, F. M. e SOUZA, U. A. A tipologia da consciência histórica em Rüsen. In: **Revista Latino-Americana de História - PPGH-Unisinos**, São Leopoldo, RS, v.2, n.6, p.1069-1078, agosto de 2013
OLIVEIRA, A. Etnografia e pesquisa educacional: por uma descrição densa da educação. **Educação Unisinos**, v. 3, n. 17, p. 271-280. set./dez. 2013.
RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Brasília: Ed. da Unb, 2001, p. 35.
SELAU, M. da S. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. In: Esboços – **Revista de Pós - Graduação em História da UFSC**: Dossiê Cidade e Memória. Santa Catarina: v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A HISTÓRIA E AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM SUA INTERFACE COMBATIVA E COLABORATIVA

Fernando de Oliveira dos Santos*
UNESP/ASSIS

Resumo. Desde meados do século XIX, a história, assim como outras disciplinas análogas, passaram a reivindicar sua autonomia científica, logrando a constituição de um campo específico e separado da filosofia tradicional. A partir deste contexto, inúmeros debates e combates teóricos foram suscitados entre a história e as ciências sociais (antropologia, psicologia, geografia sociologia, economia etc.). Procurou-se definir a especificidade dos conceitos, teorias e metodologias de cada uma. Ao mesmo tempo, verificava-se a busca pela profissionalização dessas disciplinas por meio da fundação de institutos de pesquisas, revistas especializadas e departamentos nas universidades. Assim sendo, a finalidade deste estudo é abordar as relações entre a história e as ciências sociais no decurso do desenvolvimento da historiografia. Pretende-se analisar em quais contextos e circunstâncias o diálogo entre ambas as disciplinais foi estimulado. Com isso, poder-se-á refletir sobre as premissas apresentadas pelos defensores do trabalho interdisciplinar, abrangendo, sobretudo, a história e a sociologia. Contudo, os limites e as implicações teóricas deste intercâmbio também serão enfocados.

Palavras-chave: História; Ciências sociais; Interdisciplinaridade; Historiografia.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras UNESP, Campus de Assis, fernandobraudel@hotmail.com

Introdução

Até o advento da chamada *nova história*, sob os auspícios da *Revista de História Econômica e Social* – fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, a relação entre a história e as ciências sociais foi marcada mais por rivalidades e isolamento, do que por diálogos e cooperação.

Por conseguinte, a história praticada neste primeiro período, foi denominada *história metódica* ou *tradicional*, e foi contra este paradigma que os historiadores franceses supracitados, se rebelaram, procurando superá-lo. Sobre essa designação, segundo Peter Burke (1992, p. 10), este modelo tradicional também pode ser descrito como “história rankeana” por conta do historiador alemão Leopold von Ranke (1795-1886), um dos precursores da história com aspirações “científicas”. De forma simples e esquemática, Burke apontou seis características que definiam o paradigma tradicional.

O primeiro aspecto peculiar dessa história, é sua vocação predominantemente política, visto que se pautava por temas relacionados às guerras, a diplomacia, aos tratados e aos interesses dos representantes do Estado (BURKE, 1992, p. 10-11). Em segundo lugar, a história era essencialmente *narrativa* e *factual*, na medida em que enfatizava os acontecimentos políticos de forma desarticulada com as estruturas econômicas e sociais de média e longa duração. Em terceiro, a história tradicional possuía um caráter *elitista*, tendo em vista que não se preocupava com as ações e as representações das pessoas comuns. Segundo Burke (1992, p.12), essa concepção de história “[...] oferece uma vista de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos”.

O quarto aspecto diz respeito as fontes empregadas na elaboração da pesquisa. A história *positivista* somente reconhecia os documentos escritos e oficiais do Estado, negligenciando outras evidências empíricas, como os vestígios materiais e as fontes iconográficas (BURKE, 1992, p. 13-14). Em quinto lugar, a história metódica supervalorizava o enfoque em sujeitos que ocupavam posições de destaque social, como governantes, reis, generais, nobres etc. E por último, os historiadores guiados pelo paradigma tradicional, acreditavam ser possível escrever a história de forma imparcial, narrando os fatos do passado de modo totalmente objetivo. Peter

Burke (1992, p. 14-15) refuta esta pretensão, ponderando que “Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.

Quando fundaram o periódico, Bloch e Febvre vislumbravam não apenas questionar, mas também superar esse modelo historiográfico que emergiu no século XIX. Todavia, é válido destacar, as críticas contundentes à história positivista, já haviam sido deflagradas em vários contextos, muito antes da revista Annales. Os sociólogos, especialmente os adeptos da sociologia de Émile Durkheim, alvejaram pujantemente o paradigma historiográfico tradicional. Em larga medida, foram esses combates e reflexões pautados pelos sociólogos, que anos depois, fomentariam o intercâmbio entre a história e as ciências sociais. No tópico seguinte, procuraremos recuperar alguns episódios deste panorama.

As críticas durkheimianas e a gênese da renovação da história

O alvorecer do século XX foi marcado pelos embates entre a história positivista e as outras ciências sociais, principalmente com a sociologia formulada por Émile Durkheim. Todas estavam imbuídas pela ambição de consolidar seu próprio estatuto cientifico e profissional. Ao mesmo tempo, tanto quanto possível, negavam a legitimidade científica de suas congêneres. É nesta conjuntura, que François Simiand em um célebre artigo publicado em 1903, esboçou de forma sistemática suas críticas à história metódica. Contudo, não se trata de mera condenação, pois segundo José Carlos Reis “Ele faz um ataque teórico e não pessoal à produção histórica ‘historizante’ e, sobretudo, apresenta um projeto de história como ciência social” (REIS, 2004, p.52-53). Um dos alvos do sociólogo francês é a perspectiva factual, preocupada em narrar eventos singulares, supostamente irrepetíveis e desarticulados de qualquer estrutura. Assim, Simiand (*apud*, PROST, 2008, p.171) procura explicitar como os historiadores deveriam abordar seus objetos de estudo:

> Se, portanto, o estudo dos fatos humanos pretende constituir-se como ciência positiva, ela é conduzida a se desviar dos fatos únicos para ater-se aos fatos que se repetem, ou seja, a afastar o acidental para vincular-se ao regular, a eliminar o individual para estudar o social.

De modo geral, em seu texto, Simiand denunciou implacavelmente a história “historizante” que segundo sua percepção, expressava-se pela devoção de 3 ídolos:

o *político,* o *individual* e o *cronológico.* O ídolo *político*, conforme indicamos, era a excessiva preocupação dos historiadores positivistas com análise desta esfera da existência e os eventos correlatos. O sociólogo francês não exortava o abandono radical da investigação do campo político, mas sim defendia uma ênfase mais adequada nesta categoria de estudo, visto que ela não era mais proeminente do que as outras (REIS, 2004, p.55)

Já o ídolo *individual*, refere-se a crença equivocada, na plena liberdade de consciência e de atitudes dos indivíduos. Para Simiand, os historiadores desconsideravam o papel exercido pelas normas, hábitos coletivos e instituições sociais, que em maior ou menor medida, condicionavam as escolhas e ações individuais. Por isso, ele sugeria aos historiadores, que abandonassem o foco nos indivíduos e em suas biografias, e se debruçassem na análise dos fatos sociais e em sua regularidade imanente (REIS, 2004, p.54-55).

Por último, Simiand condenava o ídolo *cronológico*, percebendo a predisposição dos historiadores de sua época, em buscar explicações para os fenômenos históricos, sempre e irrefletidamente nas *origens.* Conforme Marc Bloch, que mais tarde consentiu com Simiand, os historiadores tradicionais acreditavam piamente que bastaria identificar as origens, para aí encontrar o condão para se explicar tudo, pois “[...] acreditavam encontrar, ora no esperma, ora no ovo, um resumo da vida adulta” (Bloch, 2001, p.57).

Segundo José Carlos Reis, o arsenal de críticas e exortações de Simiand, não foram contraproducentes, pois os historiadores reagiram às provocações da sociologia durkheimiana, ao decidirem revisar suas práticas, métodos e abordagens. Foi nesta conjuntura, que o filósofo francês Henri Berr, um dos precursores da chamada nova história, fundou a *Revista de Síntese Histórica*. O escopo deste periódico era fomentar o debate teórico a fim de promover a ascensão da história ao estatuo científico. Os sociólogos negavam esta condição, pelo fato dos historiadores não apresentarem uma teoria abrangente, capaz de fornecer generalizações as suas constatações específicas. De acordo com Reis (2004, p. 57), na perspectiva de Berr “A história deverá observar similitudes, recorrências e não só singularidades. Deverá formular hipóteses, escolher o objeto, realizar a análise e a síntese”. Em suma, deveria não apenas descrever, mas também explicar cientificamente seus objetos.

Além das premissas de François Simiand e das proposições entusiásticas de Henri Berr, outra disciplina das ciências sociais, a geografia humana, também contribuiu fecundamente para a renovação da história. Desde o início do século XX, a chamada escola geográfica francesa, encabeçada por Vidal de La Blache, desenvolveu abordagens inovadoras a despeito das relações entre o homem e a natureza. Os escritos dos geógrafos deste grupo, também foram difundidos por meio das revistas especializadas, como a *Anais de Geografia*, que publicava trabalhos desde 1891.

Um dos pontos mais relevantes da geografia *vidaliana*, era o olhar sobre os grupos sociais dentro de uma perspectiva temporal mais alargada, qual seja, a *longa duração.* Nesse enfoque, era possível apreender a estrutura e a evolução das sociedades na sua relação com o meio ambiente, identificando permanências e rupturas em ambos. Essa abordagem também estimulava a interlocução da geografia com a economia e mesmo com a história. Assim, podia-se verificar o quanto, o tempo dos homens coexistia com as limitações e os condicionamentos impostos pela natureza. Por isso “A partir da geografia humana, Febvre, Bloch e Braudel farão uma geo-história, que produziu os frutos mais eminentes da nouvelle histoire” (REIS, 2004, p.61).

A fundação da Revista Annales e a promoção da interdisciplinaridade

As críticas oriundas da sociologia durkheimiana, representada por Simiand, as proposições de Henri Berr e a geografia humana, tiveram como desdobramentos, a renovação da história por meio da *Revista de história econômica e social*, fundada em 1929*.* Essa transição, no entanto, não se efetivou de modo harmonioso, foi um processo marcado por tensões. Os novos projetos e os ataques à história “historizante” vieram do exterior, partindo da sociologia, da geografia e de um filósofo. Além disso, vale assinalar, o surgimento da *Revista Annales* não sepultou imediatamente a história metódica, pois a “[...] história tradicional permanecerá ainda controlando as instituições históricas francesas até a Segunda Guerra Mundial, mesmo não correspondendo mais às demandas da ciência e da realidade contemporânea” (REIS, 2004, p. 62-63).

No que tange a definição conceitual da *nouvelle histoire*, segundo Peter Burke, essa caracterização não é simples. Isso porque, essa expressão refere-se, grosso modo, ao movimento deliberado de intelectuais contra a chamada história tradicional, no qual, o grupo dos Annales exerceu protagonismo. Contudo, esse movimento nesta conjuntura, estava mais unido por aquilo a que se opunha, do que pelo consenso acerca das novas abordagens que propunha. Assim sendo "É por isso difícil apresentar mais que uma descrição vaga, caracterizando a nova história como história total ou história estrutural" (BURKE, 2000, p.10).

Todavia, compreender a totalidade das atividades humanas em suas múltiplas dimensões, era uma tarefa impossível de ser realizada por apenas um historiador ou, por uma única disciplina. Daí, Marc Bloch (2001, p.81) asseverar: "Nenhum remédio então senão substituir a multiplicidade de competências em um único homem por uma aliança de técnicas praticadas por eruditos diferentes, mas todas voltadas para a elucidação de um tema único". Portanto, a nova história demandava um diálogo mais fecundo com as ciências vizinhas, especialmente com a sociologia. Por isso, de acordo com Jacques Le Goff, um dos objetivos primordiais de Marc Bloch e Lucien Febvre ao fundar a revista era "Antes de tudo, tirar a história dos caminhos rotineiros e, em primeiro lugar, tirá-la de seu confinamento entre barreiras estritamente disciplinares" (LE GOFF, 2011, p. 135).

Os idealizadores da Revista Annales, não só incitavam seus pares a aprenderam com as disciplinas vizinhas, mas também eles próprios buscavam o conhecimento advindo das outras ciências sociais, embora algumas predileções fossem distintas. Segundo Burke, Febvre tinha um interesse particular pela psicologia e pela geografia, principalmente pelos pressupostos elaborados por Vidal de la Blache. Já Bloch, se inspirava na teoria de Durkheim para compreender a coesão social e as representações coletivas, além de valorizar o método comparativo. Em comum, "Ambos se interessavam por linguística; ambos leram os estudos sobre a 'mentalidade primitiva' de autoria do filósofo e antropólogo Lucien Lévy-Bruhl". Já o sucessor de Bloch e Febvre no comando do periódico, Fernand Braudel "Além de ter escrito um livro com grande possibilidade de ser considerado o mais importante trabalho histórico do século XX, Braudel era versado em Economia e Geografia [...]" (BURKE, 2011, p.34-35).

A vocação interdisciplinar dos Annales já se verificava desde o início, em função da composição do grupo editorial da revista. Este contou com a participação do geógrafo político André Siegfried e do sociólogo Maurice Halbwachs. Neste contexto, várias obras importantes foram publicadas, abarcando esse novo espírito colaborativo (BURKE, 2011, p.36).

Outro aspecto que sinaliza claramente o aumento da conexão colaborativa entre a história e as ciências sociais neste período, foi o surgimento de noções como “Sociologia histórica”, “Antropologia histórica” e “Geografia histórica”. Essas expressões sugeriam o crescimento da interação e da incorporação recíproca dessas disciplinas. Entretanto, essa convergência intelectual para o mesmo campo de estudo, também gerava tensões e disputas territoriais acerca das delimitações concernentes a cada uma. Por exemplo, onde acaba a Geografia histórica e inicia-se a história social? (BURKE, 2011, p. 37). Sobre as divergências e as disputas institucionais, trataremos deste mote mais adiante. Antes, será abordado no próximo tópico, o aparecimento de uma subdisciplina dentro da história, qual seja, a *história social.*

O advento da história social

O desenvolvimento da história social na historiografia ocorreu a partir da consolidação da nova história, vinculada ao grupo dos Annales. Por isso, essa modalidade de estudo – sempre esteve associada à ideia de uma história ampla e abrangente – abarcando diversos aspectos da realidade social. Segundo Bronislaw Geremek “Assim, para os homens da nouvelle histoire, a história social apresentava-se como forma de história total, globalizadora. Compreendia o propriamente social, mas também o cultural... todo o humano”. Contudo, sua consolidação, conforme o próprio historiador polonês, aconteceu somente na década de 1960. (GEREMEK, 2013, p. 272).

Já na segunda fase dos Annales (1946-1968), a história social foi progressivamente se constituindo como campo autônomo de pesquisa. Esse ciclo foi marcado pela passagem da liderança da revista, de Lucien Febvre para Fernand Braudel, e também pela ênfase na abordagem econômica e demográfica. É nesta conjuntura que ocorreu a divisão entre a história econômica e social, delineando-se o surgimento de duas categorias historiográficas distintas. Entretanto, o diálogo entre

ambas e entre elas e as outras disciplinas foi estabelecido, não obstante as especificidades do arcabouço teórico de cada uma. Uma das peculiares da história social é seu enfoque nos aspectos quantitativos e qualitativos, sobressaindo-se este último. Assim, ao priorizar a estrutura, os dados estatísticos, por exemplo, deveriam ser crivados por uma interpretação mais qualitativa (REIS, 2004, p.111).

O desenvolvimento e a emancipação da história social a partir da década de 1960, ocorreu devido a um conjunto de fatores combinados. Segundo Eric Hobsbawn, mudanças técnicas e institucionais no interior das ciências sociais favoreceram o incremento da modalidade. Conforme já indicamos, a crescente especialização da história econômica, que redundou na formulação de teorias e abordagens específicas, foi um destes motivos. A promoção acadêmica da sociologia também ensejou a participação de ramos históricos auxiliares. Neste contexto, houve um processo de "migração" no qual muitos historiadores rotulados como econômicos, converteram-se em historiadores sociais. Isso aconteceu devido ao estreitamento da história econômica, que deixou de abranger muitas questões e temas, pelos quais os historiadores desse campo se interessavam. (HOBSBAWN, 2006, p.85-86).

Já para Peter Burke, a partir da década de 1960, a mudança social acelerada favoreceu a interlocução entre a história e as ciências sociais. O aumento exponencial da população mundial – bem como as condições de desenvolvimento agrícola e industrial dos países de "Terceiro Mundo" – induziram demógrafos, economistas e sociólogos a buscarem explicações para essas transformações, numa perspectiva temporal mais alargada. Nessa mesma época, com o descrédito da história política tradicional, muitos historiadores deslocaram seu foco dos temas políticos para os fenômenos sociais. As mudanças avassaladoras desencadeadas afetaram o estilo de vida dos indivíduos e grupos e isso impeliu muitas pessoas a "[...] encontrar suas raízes e de renovar seus laços com o passado de sua comunidade – a família, a pequena cidade ou aldeia, a profissão, o grupo étnico ou religioso" (BURKE, 2012, p.37-38).

Contudo, o repertório de objetos de investigação dos historiadores sociais era bem amplo e heterogêneo, daí a complexidade de sua definição. Segundo Antoine Prost (2015, p. 206), fazia parte do horizonte desses pesquisadores, o estudo das práticas sociais, as representações, criações simbólicas, rituais, costumes e atitudes

diante da vida e do mundo. Para Geremek, as fontes estatísticas e os dados quantitativos possibilitaram também, o estudo dos assalariados, da criminalidade, dos marginalizados etc. Mesmo reconhecendo a crise do paradigma marxista e das implicações acerca do conceito de classe social, o estudioso polonês entende que “A história social continua sendo uma história de classes sociais” (GEREMEK, 2013, p.74-75). Entretanto já neste contexto, Thompson reinterpretou tal conceito ao postular que classe é uma categoria conceitual que se refere mais ao processo do que a uma estrutura predeterminada (BURKE, 2012, p. 39).

Desse modo, a história social alcançou gradativamente sua legitimidade dentro do processo de renovação da historiografia. No entanto, a partir da terceira geração da Escola dos Annales (1968/1988), segundo Reis (2004, p.113), “A história cultural ganhou o lugar da história econômico–social”. A partir de meados da década de 1980, porém, a história, incluindo todos os seus segmentos, teve sua posição hegemônica questionada, sobretudo, por conta de sua excessiva fragmentação temática. Nessa terceira fase, o surgimento de uma multiplicidade de objetos de pesquisa, que nem sempre estiveram articulados de forma inteligível, produziu uma “história em migalhas” (REIS, 2004, p.126).

Por conseguinte, tal situação exigiu que os historiadores fizessem um balanço a fim de refletir também sobre a aliança entre a história e as outras ciências sociais. Desde a criação da Revista Annales em 1929, seguiram-se décadas de intercâmbios frutíferos, abrangendo o compartilhamento de técnicas, métodos, conceitos e abordagens. Mas nesta conjuntura as ciências sociais estariam vivenciando um momento de “crise”, pois já não tinham mais grandes modelos de interpretação da sociedade, como o marxismo, o funcionalismo e o estruturalismo, todos em descrédito. Assim, a interdisciplinaridade precisou ser repensada, no sentido de redefinir a natureza e os limites dessa cooperação para evitar que a história perdesse sua identidade numa época de proliferação de especializações (REIS, 2004, p.127-128).

Contudo, a relação entre a história e as ciências sociais sempre foi ambivalente, marcada por tensões e cooperações, principalmente após o projeto de renovação arquitetado por Bloch e Febvre. Para ilustrar essa assertiva, pretende-se no próximo tópico, enfatizar alguns aspectos divergentes entre a história e a sociologia. Com isso

identificaremos os elementos que dificultaram uma colaboração ainda mais fecunda entre ambas. Pautaremos essa discussão, valendo-se das premissas teóricas de Fernand Braudel e de Norbert Elias, dois consagrados pensadores, representando respectivamente a história e a sociologia.

As divergências entre a história e a sociologia

Em 1958, Fernand Braudel escreveu um artigo "*História e ciências sociais: a longa duração"* publicado na Revista dos Annales, na seção *"Debates e Combates"*. Nesse texto, uma espécie de manifesto, o historiador francês procura promover o trabalho colaborativo entre a história e todas as ciências sociais, conforme a perspectiva da nouvelle histoire. Contudo, já neste contexto, Braudel procurava explicitar os percalços que impediam ou dificultavam essa interação. As disputas e o isolacionismo reinantes entre as disciplinas foram apontados como uma das dificuldades mais importantes, não obstante o progresso particular de cada uma delas. Segundo ele, à exceção de alguns estudiosos, as rivalidades emergiam por conta do receio ao diálogo "Pois cada uma delas sonha, na verdade, em ficar bem instalada em seu próprio campo ou em voltar a ele" (BRAUDEL, 2011, p. 87).

Já em 1977, Norbert Elias também escreveu um artigo *"Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais"* no qual o sociólogo manifesta uma preocupação análoga a de Braudel quase duas décadas antes. O sociólogo alemão aponta com tremenda insatisfação, o fato da História e da Sociologia serem tratadas como disciplinas acadêmicas independentes, com pouco, ou nenhum diálogo. Para Elias, "Seus representantes, em acordo com isso, procuram obter e manter um máximo de independência para suas disciplinas e, consequentemente, para si mesmos. Zelam ciosamente por sua autonomia". História e sociologia, procuravam assim, definir sua própria vitrine de antepassados, seus próprios critérios de pesquisa e convenções. Consequentemente, isso acarretou um distanciamento não apenas entre as duas disciplinas, mas também internamente entre os estudiosos de cada uma delas (ELIAS, 2006, p.2008).

Mas a convergência de pensamento entre os dois eruditos, não se restringe aos aspectos relativos as divisões institucionais. Em grande medida, suas concepções sobre temporalidade se aproximam muito. Fernand Braudel enxerga com

desconfiança e desprezo a perspectiva analítica *acontecimental* ou, baseada na *curta duração*. O repúdio a esse modus operandi infrutífero é direcionado tanto aos historiadores, quanto aos sociólogos. De acordo com Braudel (2011, p.190). “A história tradicional atenta ao tempo breve, ao indivíduo, ao acontecimento, habituou-nos há muito a seu relato precipitado, dramático, de curto fôlego”.

Norbert Elias, quase vinte anos depois, parece consentir com Braudel, principalmente quando constata que os sociólogos hodiernos romperam com a tradição analítica dos sociólogos clássicos, fundadores da disciplina. Esses estudiosos desenvolveram teorias processuais que encadeavam na mesma análise o passado, o presente e um futuro possível. Já os sociólogos contemporâneos, formularam teorias que desconsideram as mudanças desencadeadas num período de tempo mais extenso. Além disso “O mais das vezes são elaboradas como se pretendessem validade universal, isto é, fossem válidas para sociedades de todas as épocas e espaços, embora muitas vezes digam respeito apenas as sociedades contemporâneas” (ELIAS, 2006, p.209).

Para Braudel, o inconveniente da abordagem dos eventos, restrita ao tempo curto e desarticulada de uma escala temporal mais longa é que “Com sua fumaça abusiva, ele preenche a consciência de seus contemporâneos, mas quase não dura, e o máximo que vemos dele é a chama” (BRAUDEL, 2011, p. 90). Essa crítica também é apontada aos cientistas sociais que, por gosto, “instinto” ou por formação, tendem sempre a se eximirem da explicação histórica. Isso ocorre porque as ciências sociais atualizam “[...] ao extremo os estudos sociais graças a uma sociologia empírica, desdenhosa de toda a história, limitada aos dados do tempo curto, da investigação colhida no aqui e agora” (BRAUDEL, 2011, p. 99).

De acordo com Norbert Elias, é extremamente danoso e contraproducente tanto para a sociologia quanto para a história, as distorções que são feitas à ambas. Ou seja, que a primeira seja tratada, cada vez mais, como um domínio de pesquisa restrito ao presente, e a segunda ao passado. Daí, o termo “histórico” ser associado a algo do passado e o termo “sociológico” a algo relacionado ao presente. Desse modo, esta tendência é vista pelo sociólogo alemão como negativa, pois estorva o trabalho colaborativo entre ambas, na medida em que induz “[...] a pensar o ‘presente’

e o ‘passado’ das sociedades humanas como se tivessem em si mesmos uma existência separada e independente” (ELIAS, 2006, p. 209).

Além dessas percepções e preocupações em comum, os dois eruditos também se aproximam em pelos menos mais um aspecto. Ambos formularam teorias muito bem fundamentadas e reconhecidas acerca da temporalidade, revelando a influência da longa duração. Braudel demonstrou de forma inequívoca, especialmente em “*O Mediterrâneo*” (1949), a importância da abordagem estrutural para a compreensão de qualquer fenômeno social ou desenvolvimento histórico. Na sua concepção estrutura deve ser entendida como uma realidade que o tempo pouco altera e que se mantêm por um longo período. Algumas estruturas perduram ao longo dos séculos e até milênios, sendo elementos permanentes no decorrer de várias gerações. O historiador francês, procura explicitar a relevância de se perceber o caráter estável de certas estruturas.

> Pensem na dificuldade de quebrar algumas limitações geográficas, algumas realidades biológicas, alguns limites da produtividade e mesmo certos condicionamentos espirituais: os arcabouços mentais também são prisões de longa duração (BRAUDEL,2011, p. 95).

Já o sociólogo alemão, em sua obra magna *O processo civilizador* (1939), também desenvolveu uma teoria, evidenciando a relevância da análise de longo prazo. Todavia, diferentemente de Braudel, a abordagem de Norbert Elias é essencialmente diacrônica, já que enfatiza mais, as transformações da estrutura social e da personalidade na duração, ao invés dos aspectos permanentes ao longo do tempo. Ao mesmo tempo, ele procura valorizar as teorias sociológicas clássicas que emergiram no século XIX e início do XX. Para Elias, esses autores tinham uma percepção muito mais abrangente acerca da temporalidade e de suas implicações para o conhecimento da sociedade, pois:

> Eles viam mais ou menos claramente que um entrelaçamento contínuo de gerações – apesar de todas as transformações, revoluções e guerras – enlaçava entre si, passado, presente e futuro das sociedades humanas e que as estruturas das sociedades do presente e do futuro não poderiam ser compreendidas e explicadas sem sua remissão às estruturas das sociedades do passado (ELIAS, 2006, p.210).

Considerações finais

Neste estudo, recuperamos alguns episódios do desenvolvimento da historiografia, para enfatizar a relação entre a história e as ciências sociais. Nosso intuito, foi sublinhar a fecundidade e a relevância deste intercâmbio no processo de constituição do campo historiográfico. Assinalamos o quanto essas áreas do conhecimento se beneficiaram mutuamente, permutando conceitos, teorias, métodos e abordagens. Contudo, evidenciamos também, o caráter ambivalente dessa relação, tendo em vista as tensões e os atritos que emergiram, em diferentes contextos, entre a história e as ciências sociais.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais: a longa duração. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova história em perspectiva** v.1. São Paulo. Cosac Naify, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

_____. **História e teoria social**. 3ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: NEIBURG, Federico & WAIZBORT, Leopoldo. **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GEREMEK, Bronislaw. Entre o individual e o coletivo: história social ou história moral? In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova história em perspectiva** v.2. São Paulo. Cosac Naify, 2013.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogério Forastieri da (org.). **Nova história em perspectiva** v.1. São Paulo. Cosac Naify, 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a inovação em história. São Paulo: Paz e terra, 2000.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

AS CONCEPÇÕES RELIGIOSAS TRATADAS EM *FACTORUM ET DICTORUM MEMORABILIUM DE VALÉRIO MÁXIMO*

Isadora Buono de Oliveira
(Doutoranda em História-UNESP/Assis- Bolsista CAPES)

Resumo. Esta comunicação visa tratar de alguns aspectos da pesquisa de doutorado em andamento. O estudo é desenvolvido através da análise discursiva da obra *Factorum et dictorum memorabilium* de Valério Máximo, tendo em consideração, a forma pela qual a obra trata a Religião, a qual é desenvolvida com premissas históricas e também pela sua intenção pedagógica. Desta forma, busca-se entender a relação entre as Religião (ões) Romana (s) e seu papel na delimitação da cidadania romana presente na constituição da noção de Romanidade. Nesta perspectiva, considera-se a diversidade do Império e, consequentemente a complexidade do período em que a obra foi escrita, durante o governo de Tibério. Percebe-se assim, a importância da fonte para compreender os aspectos discursivos religiosos do período, assim como para o entendimento da interação sócio-político e cultural que se entrelaçavam com as posturas religiosas no início do Principado romano e a instituição do Culto Imperial. Dessa forma, busca-se relacionar a perspectiva discursiva da obra com o contexto e expressões religiosas durante a instituição do Principado Romano no início do I século da E.C.

Palavras-Chave: Valério Máximo; Religião Romana; Principado; Romanidade

A obra *Factorum et dictorum memorabilium* de Valério Máximo, é constituída por nove livros, os quais apresentam textos curtos sobre diversos temas da História Romana. De acordo, com o prefácio escrito de Valério Máximo, a fonte evidencia a síntese dos principais assuntos e autores daquilo que se deve saber da sociedade romana. Essas sínteses temáticas muitas vezes contrapõem o que é romano do que é externo. Assim, o objetivo dessa apresentação consiste em tratar sobre esse aspecto no que corresponde à temática religiosa. Tendo em vista o contexto do período do governo de Tibério no início do Principado e considerando as questões identitárias.

Na análise da obra tem-se como premissa teórico-metodológica a análise crítica do discurso de Norman Fairclough, na qual se assume o entendimento de que o discurso é uma prática social. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, constituindo e construindo o mundo do significado. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

Os estudos que utilizam Valério Máximo como fonte não são muitos no âmbito internacional e no Brasil a fonte é escassamente trabalhada. Sob o ponto de vista da utilização como fonte principal para a abordagem do tema Religião, os estudos são praticamente inexistentes. A única obra encontrada é a de Hans-Friedrich Mueller (2002) que tem como título *Roman Religon in Valerius Maximus*. No entanto, sua abordagem não problematiza a questão da identidade romana na obra *Factorum et dictorum memorabilium*, apenas a usa para uma abordagem descritiva de algumas práticas religiosas romanas.

Na visão de Mueller (1998, p.221) durante o século XIX a obra de Valério Máximo muitas vezes foi ignorada pelos estudiosos. Assim, Mueller atribui a retomada no século XX, dos estudos sobre *Factorum et dictorum memorabilium* , a publicação de Martin W. Bloomer , *Valerius Maximus:the rethoric of the New Nobility*[145]*,*1992. E também, ao livro de Clive Skidmore , *Practical ethics for Roman Gentleman: The of Valerius Maximus,* 1996.

Segue-se, desta forma para a apreciação da fonte que, por sua vez, não possui uma datação definida, no entanto há uma atribuição ao período de 14-37 E.C. para a sua escrita. Um elemento importante para a compreensão das características desta

[145] W.Martin Bloomer, departamento de Clássicos da University of Notre Dame.

encontra-se no fato desta ter sido dedicada ao imperador Tibério, o que expõe a perspectiva de patronato romano.

Sobre a origem de Valério Máximo pode-se dizer que este não pertencia ao segmento identificado como elite romana tradicional. Para Walker (2004, p.XXI), o trabalho de Valério Máximo destinava-se a tratar com as ansiedades e inseguranças dos indivíduos que pertenciam a novos segmentos sociais da vertente administrativa romana. O objetivo de Valério era possibilitar que novos expoentes sociais tivessem a possibilidade de projetar uma boa imagem de si para a sociedade. Tal situação diz respeito à diversidade populacional do Império Romano e à possibilidade destes grupos populacionais assumirem a cidadania romana.

Com relação à obra WALTERS (1997, p. 307) aponta que Valério primeiro concebe seus livros como escrito de retórica, no entanto esse resulta em compêndio histórico objetivando a questão dos *exempla*[146]*.*Dedica-se então, um necessário olhar detalhado da forma que obra é constituída e quais os aspectos tratados nos nove livros.

O livro I contém o Prefácio dedicado ao imperador Tibério, assim como trata sobre a Religião e discute as noções de *Religio e Superstitio* utilizando exemplos da história romana. A seguinte passagem discorre sobre a perspectiva dos auspícios e relaciona-os com o mito de fundação de Roma:

> [...] É bem conhecido que a cidade de Roma foi fundada com a ajuda de auspícios. Remo foi o primeiro a receber os auspícios - Ele viu seis abutres; Rômulo foi depois, mas viu doze abutres. Então Rômulo tinha uma maior reivindicação que Remo, mesmo que Remo tenha baseado sua reivindicação sobre os auspícios vistos antes, no entanto os vistos por Rômulo foi superior. (VALÉRIO MÁXIMO, *Fact. et dic. Mem.*, I, 4)

No livro II, trata-se sobre as memoráveis instituições de Roma e dos povos estrangeiros ou como aparece na fonte em latim *ceterarum gentium priscis.* Assim, aborda os costumes ancestrais, o papel do homem e da mulher e também do casal.

146 Ao longo da Historiografia romana existente, o *exemplum,* é implantado como meio de compreensão, negociação e representando passado e presente da mesma forma. Como parte da tradição antiga da persuasão retórica, a *exempla é* firmada em sistema designado para argumentar ambos os lados de uma questão, então qualquer história exemplar ou figura pode ser motivo de uma interpretação contestadora, enquanto também pode oferecer meios para contestar paradigmas. (KRAUS, 2005, p.187)

Destaca-se assim, os aspectos sobre os costumes ancestrais abordados por Valério Máximo que são expostos no trecho:

> Por muitos séculos, a lei civil foi mantida em segredo e foi incluída com os rituais e cerimonias dos deuses imortais, então, essa era de conhecimento somente dos pontífices. Gnaeus Flavius, um escriba e filho de um liberto, foi eleito *edil curul* para a grande indignação da "nobreza". Ele fez a lei civil pública e divulgou o calendário dos festivais para quase todos no Fórum. (VALÉRIO MÁXIMO, *Factorum et dictorum memorabilium*, II, 5,2)

Por conseguinte, outros tópicos que são tratados no livro II são a disciplina militar, a lei do Triunfo, o estigma da censura e sobre a majestade.

Já o livro III sobre a índole sobre as qualidades e a falta destas entre os homens romanos e não romanos. Pode-se perceber na comparação feita na passagem sobre Q. Hortênsio:

> Na abundante semeadura de talentos brilhantes e eminentes cidadãos Q, Hortênsio ocupou o auto grau de autoridade e eloquência. Seu neto Hortênsio Córbio passou a vida mais desprezível e obscena que qualquer prostituta e no fim sua língua foi prostituída em bordéis para a luxúrias dos que vem e vão, como seu avô manteve vigília no Fórum pelo bem-estar de seus concidadãos." (VALÉRIO MÁXIMO, Fact. et dict. Mem., III, 6, 4)

Continua-se, no livro IV a temática subjetiva atrelada às características dos indivíduos como: moderação, aqueles que da inimizade uniram-se por amizade ou necessidade, sobre a abstinência e castidade, pobreza, modéstia, amor conjugal, amizade e generosidade.

Com relação ao livro V percebe-se que os tópicos tratados tornam-se mais específicos as relações familiares. Os assuntos tratados passam por Humanidade e clemência, sobre os gratos, os ingratos, a devoção para com os pais, irmãos e a pátria, o amor dos pais para com os filhos, a moderação dos pais para os filhos suspeitos e os pais que suportaram a morte de seus filhos com força moral.

No livro VI, os temas que são tratados são a castidade, Falar livremente e fazer livremente, sobre severidade, impressionantes ditos e feitos, sobre a justiça, sobre a fé pública, a fidelidade das esposas para com seus esposos, sobre a fidelidade dos escravos, sobre a mudança de caráter ou fortuna.

Já o livro VII, inicia com a Boa Fortuna, Coisas sabiamente faladas e feitas, Coisas astuciosamente ditas e feitas, estratagemas, sobre as derrotas eleitorais,

sobre a necessidade, sobre os testamentos que são rescindidos, sobre os que continuam válidos, embora com razões com as quais eles poderiam ser anulados e aqueles que tinham herdeiros para a expectativa geral.

Em relação ao livro VIII, as perspectivas abordadas estão relacionados a justiça com tópicos como, Por qual razão famosos réus são absolvidos ou condenados , os extraordinários julgamentos privados, mulheres que suplicaram perante aos magistrados por elas mesmas ou pelos outros, sobre os interrogatórios, sobre as testemunhas, sobre aqueles que cometeram atos que eles tiveram que punir em outros, sobre o estudo e diligência , sobre o tempo livre, quão grande é a força da eloquência, quanta importância encontra-se na eloquência e no corpo apto para o movimento, quão grande são os efeitos das artes, que cada homem é tanto o melhor executor quanto melhor representante de sua arte, sobre a velhice, sobre o apetite pela glória e sobre a distinção na queda para os indivíduos.

Assim, no livro IX, o último livro da fonte, trata de assuntos como luxúria e desejo, sobre a crueldade, sobre raiva ou ódio, sobre a avareza, sobre a perfídia, da violência e a sedição, sobre a temeridade, dos erros, sobre a vingança, palavras ultrajantes ou atos criminosos, sobre as mortes fora do ordinário, desejo pela vida, sobre a semelhança física e sobre as pessoas que nasceram em uma baixa posição que tentou por falsidade introduzirem-se em ilustres famílias.

Os livros VIII e IX são os constituídos com maior quantidade de tópicos. Constata-se que os livros são organizados de aspectos próximos, mas que se ramificam para questões não diretamente relacionadas, por exemplo, no livro VIII em que se trata sobre a perspectiva judicial e adiante se tem comentário sobre o homem e arte.

Retoma-se então, o prefácio da obra primeiro para enfatizar a intenção do autor e do texto, assim como abordar a dedicatória da obra a Tibério.

> Eu também não tive o desejo de abraçar tudo: como poderia conter os fatos de todas as eras em um pequeno número de volumes? E que mente sensata espera registrar o curso da história tanto dos romanos quanto dos estrangeiros, e que já foi previamente tratada por escritores anteriores e contada com talento? Como fazer isso com maior atenção aos detalhes e maior eloquência?
> Por isso, convido para esse empreendimento, o salvador da pátria, César, que foi posto pelos deuses e homens como governante da terra e dos mares, pela providência celestial, da virtude, que gentilmente foi criada, e dos vícios que certamente devem ser punidos. Os primeiros

> oradores de Júpiter Ótimo Máximo, os melhores poetas tomaram como começo alguma divindade. Minha pobre obrigação de recorrer a sua boa vontade que tudo de mais correto que em outra divindade é demonstrado por opinião, enquanto que sua é vista pela presente certeza como igual às estrelas do seu pai e avô, através deste inigualável esplendor muito célebre brilho tem acumulado em suas cerimônias. Por outros deuses nós recebemos, e os Césares nós temos agraciados.
> E uma vez que a intenção de iniciar com o culto dos deuses, eu devo sumariamente tratar sua natureza. (VALÉRIO MÁXIMO, *Fact. et dic.mem.* I, 13-14)

O prefácio revela a perspectiva da obra exercer o papel de um compêndio que contenha as informações relevantes sobre a História Romana e estrangeiros. Por sua vez, os dentre os estrangeiros mencionados estão, por exemplo, os gregos, os persas, e os judeus.

Na percepção de Mueller (2002, p.3), Valério Máximo é um cidadão da nova sociedade romana e suas peculiares percepções literárias do passado republicano oferecem um conhecimento, sob seu ponto de vista, sobre sua contemporaneidade. Principalmente devido ao fato de que ele estava próximo da concepção de Augusto e de seus esforços de restauração religiosa e reforma moral.

Outra perspectiva que é a presença das influências provenientes do período anterior, já que a ideias de reestruturação do sistema republicano implantada por Augusto proporcionaram mudanças na perspectiva religiosas, o que ocasionou renovações que continuaram presentes no governo de Tibério.

Essas medidas de restruturação do período republicano, de acordo com Beard, North e Price (1998, p.168), foram representadas como o tempo de “restauração” justamente pela ideia de que Augusto havia “restaurado a *res publica*”, assim como também “restaurou os cultos tradicionais” revivendo rituais, reconstruindo os templos e preenchendo as posições sacerdotais que estavam vagas. Ainda de acordo com os autores (1998, p. 169), apresentam-se como um aspecto importante nas mudanças religiosas no início do Principado o desenvolvimento de rituais com foco mais direto na pessoa do Imperador, especialmente após a sua morte. Esses rituais são denominados como “*Culto Imperial”*. Esse foi considerado, uma inovação, estabelecido em uma categoria separada da “restauração da república”. Tais

elementos influenciaram os períodos posteriores em relação às práticas religiosas romanas.

Ressalta-se que, o contexto cultural, social e político romano encontram-se atrelados à expansão do *Imperium*, principalmente às influências provenientes do período final da República. Tal panorama é enfatizado por Orlin (2010, p.191) que aponta esse período de competição extremamente violenta entre os vários segmentos da aristocracia romana pela supremacia interna, não ficou restrita aos limites do políticos, mas também na definição de Romanidade.

Dessa maneira, a postura dos romanos diante da expansão do *Imperium* permitiu a interação com outros povos, assim como a incorporação de elementos religiosos estrangeiros. Contudo, Orlin (2010, p.215) expressa que o contato com os outros povos representou um potencial desafio na conciliação da identidade romana por aceitar, então, tantos elementos estrangeiros em sua sociedade. Nesse sentido, houve a necessidade de minimizar a distinção entre romanos e não-romanos. Os cultos e práticas particulares que os romanos aceitaram e, o mais importante, a forma como essas práticas foram incorporadas no sistema romano revelam a transformação em seu senso de Romanidade.

A perspectiva religiosa surge dessa forma com instrumento de identificação para auxiliar na construção do ideal do que é ser romano. Para Revell (2009, p.9) tanto urbanismo quanto a religião serviam como elemento de ligação no imperialismo romano, mas também era parte em andamento de uma identidade romana compartilhada. Nessa perspectiva alguém vivendo sob o império internalizava o senso de ser romano através da repetição de ações ligadas a tais estruturas. Portanto, através das atividades mundanas tornava-se possível que os indivíduos de qualquer parte do império recriassem suas próprias identidades, ao mesmo tempo em que reproduziam as estruturas sociais que mantinham o Império unido.

Nesse contexto, o *Culto Imperial* surge como um elemento que congrega tanto a perspectiva política como a religiosa nas províncias, pois está em constante interação com a diversidade do *Imperium.*

Considerações finais

Reforça-se assim, que se buscou abordar a Religião Romana que aparece como elemento temático na obra de Valério Máximo. Considera-se sim a diversidade que atribui caráter plural, em que se pode tratar em termos de Religiões romanas. Especificamente, objetivo reside em identificar as perspectivas religiosas romanas presentes na fonte estuda.

Finalmente, estabelecer discussão sobre o papel da Religião romana pública e em especial o *Culto Imperial*, na construção da ideia de Romanidade no período do governo de Tibério no início do século I E.C. Tendo em vista, que o contexto e a influência deste na construção da obra, assim como o reconhecimento de *Factorum et dictorum memorabilium* como uma possibilidade de fonte para o estudo do período inicial do Principado.

Referências

Fonte

VALÉRIO MÁXIMO. ***Memorable doings and sayings Books 1-9.***Trad. D.R. Shackleton Bailey. London: Harvard University Press, V. 1-2, 2000.

Bibliografia

BEARD, M.; NORTH, J.; Price, S**.** ***Religions of Rome*.** Cambridge: University Cambridge Press, v.1, 1998.

FAIRCLOUGH, Norman. ***Discurso e mudança social****.* Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MUELLER, H-F. Vita, Pudititia, Libertas: Juno, gender, and Religious Politics in Valerius Maximus. In: **The Jornals Johns Hopkins**, 1998. pp.221-263.

_____ **Roman Religion in Valerius Maximus***.* Londres: Routledge, 2002.

ORLIN, Eric M. **Foreign Cults in Rome: Creating a Roman Empir**e. Oxford: Oxford University Press, 2010.

REVELL, Louise**. Roman Imperialism and Local Identities**. Cambridge University Press, 2009.

WALTERS, Jonathan. Revew Practical Ethics for Roman Gentlemen: The work of Valerius Maximus by C. Skidmore. In: **Jornal of Roman studies**, V.87, 1997.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A DEMONIZAÇÃO DO INDÍGENA NAS PROVÍNCIAS DA AMÉRICA COLONIAL NO SÉCULO XVII E A CIÊNCIA DO OUTRO

Lucimara Andrade da Silva
Mestranda em História Social – PPGHS
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo: Esta comunicação tem por objetivo entender algumas perspectivas teóricas da história religiosa do século XVII, no caso formuladas pelo historiador e jesuíta Michel de Certeau (1982), sendo uma delas a heterologia, também chamada de ciência do outro. Essa perspectiva é essencial ao tratar da demonização dos indígenas no contexto de evangelização das províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape durante o período colonial. Nesse sentido, esse conceito determina um tipo de saber que se apoia sobre o outro, ou seja, se refere a ocupar o espaço do outro e colonizar a alteridade presente. Dessa forma, pretende-se nessa pesquisa compreender o modo como o missionário jesuíta Antônio Ruiz de Montoya, superior geral das missões nos territórios do antigo Paraguai, atribui às práticas indígenas noções europeias de demônio e feitiçaria, considerados indícios da imensa contestação das instituições eclesiásticas. Aliás, essa experiência religiosa pode ser analisada do ponto de vista das estruturações globais em que se identifica nas relações internas de grupos e doutrinas, o que é designado como alteridade, podendo ser pagã, ateia ou natural, entre comunidades crentes e seu exterior. Nesse sentido, o estudo permitiu identificar que a história religiosa desse período questiona a distinção entre dois sistemas de interpretação um religioso e o outro social, no qual é possível estabelecer uma relação heterológica em que o europeu classificava o outro indígena com elementos detratores.

Palavras-chave: Heterologia; Demonização; Missões jesuíticas.
Financiamento: Bolsista pelo Programa de Mestrado em História Social (Universidade Estadual de Londrina/CAPES)

Introdução

Esta pesquisa visa apresentar algumas reflexões sobre a demonização do indígena nas missões Jesuíticas da América colonial, que podem ser descritas como aldeamentos indígenas fundados pelos padres jesuítas, cujo objetivo era civilizar e evangelizar os habitantes do Novo Mundo. Assim, criando uma sociedade semelhante à europeia cristã, porém livre de vícios, da infidelidade e das maldades que desfiguravam a fé católica. Aliás, nesse modelo se desenvolveu as missões do antigo Paraguai, que na época abrangia os atuais territórios do sul do Brasil, nordeste da Argentina, sul do Paraguai e também parte do Uruguai. Essas reduções guaranis tinham como proposito evangelizar os nativos e de certa forma integra-los ao império espanhol, facilitando assim a conquista territorial e criando um espaço de contato entre os padres e os nativos.

Levando em conta que junto com os jesuítas adentram certas noções europeias que passam a influenciar a forma como o missionário percebe e registra a cultura indígena. Nesse sentido, convém compreender e questionar a forma como ocorre a demonização dos indígenas na América colonial e qual o papel desempenhado pelo demônio nesse processo. Além disso, pretende-se nessa pesquisa entender o contexto histórico-religioso das missões através do livro *Conquista Espiritual* (1639) [147], escrito pelo sacerdote jesuíta peruano Antônio Ruiz de Montoya que narra os acontecimentos de 1612 até 1638, período em que atuou como missionário e superior geral nas reduções.

Dessa forma, dissertar sobre a demonização da América e do outro indígena no contexto de evangelização no período colonial, requer primeiro entender algumas perspectivas teóricas da história religiosa do século XVII, no caso formuladas pelo historiador e jesuíta Michel de Certeau nas obras *A escrita da história e A Fábula Mística - Século XVI e XVII.* Aliás, também de argumentos sobre a observação assombrada pelo outro, ou seja, uma cultura assombrada pela exterioridade selvagem mencionados na coletânea *Heterologies: Discourse on the Other* e no periódico *Travel narratives of the French to Brazil: Sixteenth to Eighteenth Centuries.*

[147] MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista espiritual hecha por los religiosos de la Compañia de Iesus en las Prouincias del Paraguay, Parana, Uruguay, y. Tape*. Ed. Imprenta del Reyno. Madrid, 1639.

Para entender a demonização dos indígenas é necessário compreender a demonologia dentro daquilo que Certeau designou como “heterologia”, mas que não aprofundou. Essa ciência do outro se refere a um tipo de saber que se apoia sobre o Outro, sendo esse associado à etnografia e a história. Esse saber colonialista trata-se de ocupar o espaço do outro, torna-lo semelhante e colonizar a alteridade que se apresenta[148]. O papel fundamental dessa logica para o presente texto é reservado à alteridade presente nas relações internas das comunidades crentes com seu exterior e a relação com o outro dentro do discurso, ou seja, essa descrição do outro a partir da própria cultura europeia, repleta de narrativas de viagens fantásticas e maravilhosas, com uma visão ao mesmo tempo assombrada e deslumbrada pelo outro.

Não cabe aqui, nos deter nas descrições dos viajantes, cronistas e conquistadores sobre a América durante esse período de expansão ultramarina, mas tentar entender como esse imaginário europeu e as transformações religiosas detém um papel importante na escrita do período e, por conseguinte na própria demonização do outro.

Nesse período a demonologia era ciência teológica mais bem repartida entre os colonizadores, catequista e colonos, por causa do espirito cruzadístico da igreja católica em difundir o cristianismo para os povos pagãos e também combater os infiéis. Assim, esse corpo doutrinário e tratadístico, fundado por santo Agostinho teve um papel fundamental durante o período colonial, no que diz respeito a combater o demônio e suas artimanhas. O principal argumento da demonização do indígena advém de sua relação com diabo, pois esse “torna a natureza selvagem e indomável, conferindo os atributos da estranheza e indecifrabilidade aos hábitos cotidianos dos ameríndios”. (SOUZA, 1993, p.29)

A repercussão da demonologia na península ibérica não foi tão expressiva quanto na Europa do norte, mesmo assim, é possível encontrar “expressões locais desse fenômeno, principalmente nos tratados contra superstições espanhóis dos séculos XVI e XVII” (SOUZA, 1993, p.24). Aliás, a demonologia e as tensões religiosas relacionadas à feitiçaria nos meios populares, as possessões diabólicas nas cidades

[148] OHARA, João Rodolfo Munhoz. *A história como heterologia: do conceito de história em Michel de Certeau*. 70 f. Dissertação - Universidade Estadual de Londrina, 2013.

e a invasão mística, tiveram um papel fundamental na percepção e interpretação dos jesuítas.

Os religiosos na tentativa de compreender o indígena, partindo de aproximações com sua cultura e com base nas narrativas de viagens americanas, acabavam demonizando as praticas culturais e costumes indígenas. Nesse sentido, "a demonologia surge como muito mais do que um conjunto de tratados referentes à perseguição de bruxas" [149], e se espalha em outras obras, nos manuais de feitiçaria, sermões católicos, na produção epistolar jesuítica e nos escritos religiosos, em uma época em que as fronteiras que separam a magia, religião e ciência não estavam estabelecidas, não era fácil explicar o que pertencia a uma ou a outra área. (SOUZA, 1993)

Entre os escritos religiosos americanos que fazem menções a demonologia, pode-se destacar a obra *Historia natural y moral de las Indias*[150] (1590), do jesuíta espanhol José de Acosta que acreditava que a idolatria indígena era diabólica, uma forma errônea de religião, na qual o diabo buscou conservar entre índios uma falsa e mentirosa divindade. Aliás, outra narrativa que pode ser ressaltada é *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*[151]*,* do padre jesuíta Antônio Sepp que descreve a familiaridade dos feiticeiros com o demônio; outra obra que pode ser mencionada é *Monarquía del diablo en la gentilidad del Nuevo Mundo Americano*[152], escrita pelo jesuíta Antonio Juilián que afirmava que a conquista da América foi fundamental na batalha de cristo contra o diabo e que esse atuava através da falsificação do sagrado nas cerimonias dos magos e bruxas. Além desses, as cartas escritas no século XVI pelo padre João de Azpilcueta Navarro em que considera a antropofagia como costume diabólico e também as cartas de Roque González que descreve a familiaridade das tribos Guaicuru[153] do Paraguai com o diabo.

---

[149] SOUZA, *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI- XVIII,* p.25.
[150] ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Indias: En qve se tratan las cosas notables del cielo, y elementos, metales, plantas y animales dellas y los ritos y ceremonias, leyes y gouierno y guerras de los Indios.* Barcelona: 1591. Disponível na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.
[151] SEPP, Antonio. *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
[152] JULIÁN, Antonio. *Monarquia del Diablo en la gentilidad del Nuevo Mundo Americano*. Santafe de Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1994.
[153] Dois tipos de populações indígenas habitavam a Província do Paraguai, sendo esses os Guaranis em regime tribal e os Guaicurus povos guerreiros descritos como perigosos pelos espanhóis.

Nesse período de catequização da América podem ser encontradas tanto nas cartas jesuítas quanto nos escritos indícios dessa demonologia, em especifico cabe analisar a demonologia na escrita do jesuíta Antônio Ruiz de Montoya e para isto é necessário realizar um percurso na história religiosa do século XVII, levando em conta que essa "questiona uma diferença entre dois sistemas de interpretação, um social e outro religioso, quer dizer, entre duas épocas da consciência ou entre dois tipos históricos de inteligibilidade: o nosso e o deles" (CERTEAU, 1982, p.145). Desse modo, Michel de Certeau observa a possível existência de uma lei, que "parece comandar a evolução da sociedade religiosa e torna-se própria dela" (CERTEAU, 1982, p.141). Essa lei é entendida como estrutura bipolar, sendo assim, a unidade exterior o que não é a igreja, será o infiel, o ateu, ou o herético. Isso ocorre devido à sociedade religiosa ser ideológica, essa então "continua a considerar como um todo único o conjunto daquilo que ela se opõe ou daquilo que ela se distingue" (CERTEAU, 1982, p.141). O próprio cristianismo em virtude de sua visão dualista buscou condenar os seus opositores reais ou imaginários, considerando esses aliados do diabo e converteu em herético ou diabólico os movimentos que romperam com a sociedade religiosa ou que a ameaçaram.

A missão catequética faz parte do contexto de transformação religiosa da Europa da época e se expandiu com o inicio do concilio de Trento (1545), que reforçou os dogmas católicos e buscou combater o protestantismo. Aliás, criou um programa de cristianização dos povos de ambos os lados do oceano atlântico, a "educação se transforma no instrumento de coesão na campanha para manter ou restaurar a unidade" [154] e a indecisão com relação à religião passa a ser intolerável. Portanto, os missionários encontram na América o lugar onde a renovação deve nascer, busca as origens santas de um recomeço apostólico em terras "selvagens", sendo assim, a religião durante o século XVII é direcionada para o terreno da pratica, que na tendência jesuíta visa introduzir o cristão nas leis da moralidade pública.

[154] CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*, p.141.

A relação heterológica na América colonial

Para compreender a forma como o religioso atribui às praticas indígenas noções europeias de “magia” e “feitiçaria” é preciso observar que na Europa “os bruxos e bruxas, constituíram esse *outro* que a cultura opunha seus padrões, identificando-os com a anti-sociedade, ou com o estado de natureza” (SOUZA, 1993, p.25). Nessa perspectiva, a feitiçaria é tida como um combate físico entre duas categorias sociais, no caso “o nosso e o deles”, ou seja, na Europa cristã as bruxas eram esse “outro” demoníaco. Desse modo, a feitiçaria era vista como uma grande ameaça a moral e a fé cristã, sendo indício da imensa contestação das instituições eclesiásticas. Ainda convém lembrar que todo sagrado não oficial era considerado demoníaco, buscava-se no diabo e seus agentes a resposta para os problemas sociais.

Por outro lado, a demonologia na América colonial referida alteridade, estabelece uma relação heterológica em que o europeu classificava o outro indígena com elementos negativos e detratores disponíveis no âmbito da cultura europeia (SOUZA, 1993). Sendo, que o mais comum era sua associação com a feitiçaria e a familiaridade com o diabo, as práticas religiosas indígenas e a idolatria foram consideradas diabólicas, até mesmo os costumes religiosos foram comparados aos ritos demoníacos. Além disso, encontra-se referencias a uma suposta vassalagem diabólica e pode-se afirmar que nessas terras o pecado se generalizava entre os nativos e os padres chegavam a duvidar do poder restaurador da fé católica.

No que diz respeito, a demonização dos gentios pode-se compreender alguns problemas “na relação em que o relato etnográfico mantém com a “outra sociedade” da qual fala e pretende entender” [155], no qual o europeu entende que seu saber é suficiente para compreender o outro. A demonização do indígena é resultado da alteridade e da não aceitação da fé católica, sendo essa protagonizada pelos pajés, xamãs e por índios rebeldes que são parte da unidade exterior, o outro demoníaco. Essa alteridade pode ser identificada ao longo dos processos de conquista e catequização, instaurados pela coroa espanhola em parceria com a Companhia de Jesus.

[155] *Idem,* p.268

Nas narrativas dos missionários é possível observar que esses acreditam que influencia maligna está presente nas práticas sociais e culturais dos índios, sendo assim, é observando os ritos e práticas indígenas que a alteridade cultural dos jesuítas começa a se estabelecer e se fundamenta.

> Em ações tomadas como supostamente corretas, relativas à ideia da existência de um único cristianismo possível (católico), entendido como religião universal e, por isso mesmo, verdadeira, sendo, com efeito, sua palavra reveladora da fé e da graça supostamente capazes de salvar e civilizar o Outro. (CRESSONI, 2015, p.1154)

Portanto, por intermédio dessa suposta universalidade cristã os homens ocidentais, seriam por herança divina superiores em relação aos selvagens, habitantes do Novo Mundo. Por todos, esses aspectos o projeto de catequização empreendido pelos jesuítas enfrentou choques culturais causando conflitos, desestruturas sociais e a demonização dos homens autóctones.

Antônio Ruiz de Montoya e a Conquista Espiritual

Antônio Ruiz de Montoya[156] nasceu na Ciudad de los Reyes, em Lima no Peru no ano de 1582, filho do sevilhano Cristóbal Ruiz e da limenha Ana Vargas. Aos cinco anos de idade perdeu a mãe e ficou aos cuidados do pai que procurou educa-lo de forma de cristã. No entanto, o pai não pode ver seu desejo realizado, falecendo quando o menino tinha apenas nove anos, foi então entregue a tutores. Estudou no Seminário de San Martín, fundado pelos jesuítas, completando os estudos iria para Espanha, porém os testamentários decidiram pela sua permanência em Lima. Para fins de estudo, entrou no colégio da Companhia de Jesus e aos 16 anos decidiu se retirar e começou a levar uma vida licenciosa. Em 1605 começa a transformação em sua vida, retoma os estudos e começa a fazer os exercícios espirituais, entra para Ordem de Santo Ignácio e lá conclui seus estudos das letras humanas.

[156] Informações biográficas retiradas do prólogo da 2ª edição da obra em português. MONTOYA, Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.* Trad. Arnaldo Bruxel, Arthur Rabuske. 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

Sua entrada para a Companhia de Jesus ocorreu em 1606 e aos sete meses de noviciado se destacou e seguiu os estudos de Filosofia e Teologia, em sua ânsia de trabalhos apostólicos, propôs que abreviassem seus estudos, o fazendo sacerdote e que o enviassem para as missões do Guaíra. Atuou nas missões do Paraguai durante mais de 25 anos, a partir de 1620 tornou-se superior geral das reduções, buscando catequizar os nativos e auxiliando na fundação das missões, liderou a fuga dos guaranis do Guaíra até a província de Misiones, escapando das incursões dos bandeirantes e buscou interceder na corte de real Madrid em nome dos guaranis. Faleceu alguns anos depois em Lima no ano de 1652, uma morte tida como santa.

Essa breve descrição da vida do jesuíta permite conhecer um pouco da sua história e como sua formação intelectual, espiritual e pessoal vão contribuir para o registro de sua memória sobre as missões no livro *Conquista Espiritual,* escrito entre os anos de 1638-1639, publicado em Madrid em 1639. Inicialmente chamado de *A Relación,* se tornou a *Conquista*, escrito às pressas durante sua viagem a corte de Madrid, na obra descreve a fundação das missões nos territórios do antigo Paraguai, os trabalhos apostólicos e identificou manifestações inconfundíveis da presença do inimigo de cristo entre os indígenas nas províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.

Magos, Feiticeiros e Familiares do demônio

No Paraguai colonial os missionários jesuítas encontraram inconfundíveis manifestações diabólicas, acreditavam que o demônio havia subjugados os povos indígenas, sendo, a tarefa de cada evangelizador combater o inimigo de cristo através da catequese e da fé católica. Nesse período, se tem o inicio os trabalhos apostólicos da Companhia de Jesus por volta de 1586 e 1588, com a chegada dos primeiros jesuítas, antes da oficial fundação da Província do Paraguai em 1607 e a posterior fundação das missões fixas no Paraguai.

Nessas reduções havia uma divisão feita pelos religiosos que se baseava no embate entre o “bem e o mal”, entre os jesuítas, os índios convertidos, contra os feiticeiros e os índios rebeldes que eram liderados pelo diabo. Seguindo essa linha de pensamento, a feitiçaria seria identificada como um fenômeno periférico no qual a

cristianização ainda não havia se estabelecido por completo, em que algumas formas de culto persistiam, a cristianização encontra nesses, obstáculos na forma de manifestação e resistência. Essa resistência também é identificada ao longo da catequização protagonizada pelos caciques e pajés, chamados de endemoniados, magos e feiticeiros que não aceitaram a fé católica, assim como a feitiçaria que aparece nos limites exteriores do catolicismo, esse grupo de índios não conversos são parte da unidade exterior, o outro demoníaco.

Podem-se encontrar combates dos religiosos contra os costumes indígenas e os feiticeiros, termo utilizado para se referir aos pajés que eram a liderança espiritual entre os nativos. Segundo Laura de Mello e Souza (1993), ao descrever as práticas religiosas os europeus incorporam elementos da feitiçaria, assim certas praticas como, por exemplo, o consumo de bebidas alucinógenas suscitou aproximações com a feitiçaria sabática.

> Muitos dos cronistas e eclesiásticos que descreveram as práticas mágico-religiosas americanas fizeram-no utilizando a terminologia que conheciam e empregavam para designar os agentes satânicos por excelência. Sacerdotes maias, incas ou astecas, xamãs, caraíbas e pajés, enfim todos os responsáveis pelo espaço sagrado foram quase sempre chamados de bruxos e feiticeiros. (SOUZA, 1993, p. 27-28)

Os pajés eram considerados feiticeiros, pois o conhecimento do oculto na perspectiva religiosa somente pode surgir do estudo e do conhecimento, sendo esse limitado à cultura escrita, e da revelação divina reservada a homens tocados pela graça, e por fim da intervenção diabólica, assim toda adivinhação que não provem do divino era tida como demoníaca. Essa crença no demônio e nas artes diabólicas era característica da cultura religiosa europeia do século XVI e XVII, e contribuiu para o olhar demonológico dos padres jesuítas sobre os nativos da América. Aliás, o concilio Tridentino, estabeleceu a nova ética cristã, que buscou reforçar os dogmas católicos e combater o demônio e toda forma de idolatria. Os padres eram então treinados para rastrear demônios, munidos do conhecimento sobre o inimigo, suas superstições e mentiras. Sendo, que esse conhecimento provém das crenças e dos tratados demonológicos que foram levados pelos conquistadores e catequistas para o continente americano.

Nas províncias da América colonial os religiosos encontraram povos que viviam de forma pecaminosa, os vícios mais comuns eram o incesto, a poligamia, o concubinato, a nudez, a preguiça, a cobiça, o paganismo e o canibalismo. A relação satã-antropofagia é antiga, e ressurge na América, os índios foram retratados como devoradores de carne humana, pratica associada à bruxaria. Sendo assim, os rituais indígenas eram comparados “as missas negras e Sabbats das bruxas, em que mantinham relações sexuais com o demônio e consumiam carne humana” [157].

Para Laura de Mello e Souza, na perspectiva religiosa a ilusão demoníaca ocupava lugar na vida dos gentios, por causa da falta de orientação religiosa. Desse modo, “os índios eram induzidos ao erro pelo maligno, incapazes de discernimento por serem privados de razão, os indígenas atolam-se mais e mais no engano da idolatria: adoram o Diabo através de seus ministros, os pajés” (SOUZA, 1986, p.70). Os feiticeiros do ponto de vista religioso por intermédio da crueldade e dos poderes sobrenaturais concedidos pelo diabo controlavam grupos indígenas e incitavam a resistência contra os missionários, atrapalhando a salvação das almas e empenhados em desmoralizar a doutrina cristã.

Nas regiões do Paraguai, de acordo com a narrativa do padre Antônio Ruiz de Montoya, os missionários não encontraram a idolatria entre os guaranis, mas se depararam com indícios da presença do demônio que estava impondo a ideia venerarem ossos de índios que em vida foram magos famosos. Alías, as superstições eram consideradas invenções diabólicas, sendo que essas eram baseadas nas adivinhações por meio dos cantos das aves e o coaxar dos sapos. Além disso, inventavam fabulas com relação a curar doentes em que o feiticeiro chupando partes lesadas do enfermo e tirando delas objetos escondidos que afirmava ser a causa da doença. (MONTOYA, 1997)

Na visão dos padres os piores e mais perniciosos eram os “enterradores”, cujo oficio era matar e que enterravam coisas, como sobras de comida, cascas de frutas e pedaços de carvão na casa de quem pretendiam matar e às vezes enterravam sapos

[157] RAMOS, Fábio Pestana. *O Brasil como purgatório dos vivos: o confronto cultural entre índios e portugueses no século XVI e XVII.* Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2011/07/o-brasil-como-purgatorio-dos-vivos-o.html>. Acesso em: 06 nov. 2018.

atravessados com uma espinha de peixe que acreditavam ter o poder de enfraquecer o individuo antes de o matarem. O “demônio lhes aparecia na figura de um negrinho, trazendo um cesto na mão e incitando-os a que fosse enterrar.” (MONTOYA, 1997, p.57-58)

Ademais, se no Paraguai não foi necessário o empreendimento de extirpação das idolatrais, foi preciso uma árdua organização para desfazer a resistência dos pajés[158] e caciques a evangelização. O padre Antônio Ruiz de Montoya destaca como maior empecilho à catequese da redução de Loreto, o cacique que além de mago, era feiticeiro e familiar do demônio, chamado de Taubici, que segundo Montoya, significava “diabos em fila ou fileira de demônios.” (MONTOYA, 1997, p.50)

Embora tenha salvado a vida dos padres Taubici foi descrito como mau, cujos poderes eram advindos de sua familiaridade com o demônio, sua forma de resistência era o vaticínio por meio de transes, como já explicitado essas profecias eram consideradas diabólicas. Além desse, outro cacique que pode ser mencionado é Neçu que por meio de artimanhas, embustes e magias enganava aquela gente bárbara. “Quem se fingia de deus, mas era escravo do demônio” (MONTOYA, 1997, p.225). Sendo assim, se apropriava de rituais católicos remedando o culto divino, como por exemplo, o batismo fazendo o inverso o desbatismo, no qual raspava a língua das crianças que “haviam saboreado o sal do espírito sapiencial. O mesmo fez-lhes no peito e nas costas, para borrar os santos óleos”. (MONTOYA, 1997, p.228)

Entretanto, quem antes era demonizado após a conversão se transforma em exemplo que se rendeu à fé católica, como os caciques Guirabera, Tambavê e Maracanã que se tornaram homens virtuosos. Apesar disso, existiam casos em que a conversão resultava no fracasso, a exemplo disso, Miguel de Artiguaye que se utiliza do termo demônio introduzido pelos missionários, para se referir aos próprios padres, como demônios que destroem a cultura ancestral. (PARADISO, 2012)

Se por um lado os jesuítas se adaptavam as singularidades de cada cultura para melhor pregar a palavra de Deus, por outro, o diabo tinha varias formas de se comunicar com os indígenas, através de suas artimanhas e disfarces. Segundo padre

[158] Para os espanhóis caciques e pajés era sinônimo, esse reducionismo se devia ao fato de seguirem a denominação dos chefes indígenas americanos.

Montoya, os demônios apareciam frequentemente nas reduções, travestidos de santos, de missionários, dos mortos e de varias outras formas. Suas aparições eram para enganar os índios desviando dos ensinamentos dos missionários e também atrapalhavam as missas e ainda atormentavam os padres testando sua castidade. Na redução de Santo Inácio, por exemplo, surgiram cinco demônios muito formosos, vestidos com sotainas pretas, sendo que o quinto demônio apareceu na forma da virgem. Além desse, outro caso citado ocorreu na redução de Nossa Senhora de Loreto, Montoya foi surpreendido por três demônios transfigurados no padre João Vaseo, morto há cinco anos. Outra aparição curiosa foi a de cinco demônios ferozes para um moço enfermo, a cabeça de um dos demônios era de porco, a do outro de vaca e os demais tinham características animalescas como pés de vacas, de cabras e de pássaros enormes. E tinham unhas compridas, pernas finas e soltavam dos olhos raios como fogo. (MONTOYA, 1997)

Em suma, a aparição demoníaca nas reduções na maioria das vezes serve a um propósito ou uma lição para aqueles que não seguiam os ensinamentos, como por exemplo, não ir à missa, roubar e também há casos em que o demonio aparece para atormentar os bons cristãos durante enfermidades. Sendo assim, a salvação desses indígenas estava nas mãos dos voluntariosos jesuítas que eram temidos pelos demônios.

Considerações finais

Portanto, essas manifestações do demônio eram uma forma de reforçar o poder da fé católica e a necessidade da conversão, assim a presença do diabo em terras americanas legitimou as missões jesuíticas e a conquista territorial. Apesar dos jesuítas acreditarem que os habitantes da América não eram de natureza diabólica e que pela distancia do cristianismo eram vitimas inocentes e alvos fáceis dos demônios. Desse modo, os padres ao interpretar e negar os costumes guaranis acabavam abrindo caminho para a demonização dos nativos americanos.

Referências Bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **Heterologies: Discourse on the Other**. Theory and History of Literature, v. 17. Ed: Univ Of Minnesota Press, 1986.
_____. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense = Universitária, 1982.
_____. **A Fábula Mística - Século XVI e XVII**. Ed: Forense Universitária, v. 1, 2015.
CRESSONI, Fábio Eduardo. **Demônios de lá, que ressurgem acá: Demonologia, Missão e Alteridade jesuítica na América portuguesa**. In: VII Congresso internacional de História. Maringá, 2015. p.1153-1165. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1225.pdf >. Acesso em: 23. jun. 2018.

MONTOYA, Antônio Ruiz de. **Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.** Trad. Arnaldo Bruxel, Arthur Rabuske. 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
PARADISO, SR**. A demonização em A Conquista Espiritual (1639), de Antonio Ruiz de Montoya e na Festa de S. Lourenço (1587), de José de Anchieta**. In MAGALHÃES, ACM., *et al.*, orgs. *O demoníaco na literatura* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2012.
SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
_____. **Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII***.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CHAMADA NOVA HISTÓRIA POLÍTICA

Guilherme Gomes dos Santos [159]
Larissa Foss Sochodolhak [160]
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. A história política, outrora hegemônica, perdera seu prestígio na segunda metade do século XX, principalmente pelo despontar da segunda geração dos Annales, com sua ênfase nos estudos da chamada longa duração. Outro golpe sofrido pela história política originou-se na ênfase dada aos estudos econômicos e sociais em detrimento do político. No entanto, como destacado Jacques Julliard, não devemos estender às críticas e insuficiências de um método ao seu objeto temático, sendo o campo político compatível com métodos e abordagens os mais diversos, pois não há razão para supormos que o político seja menos científico que o econômico e o social (JULLIARD, 1976). É justamente sobre esse prisma que podemos entender o surgimento da chamada nova história política, que irá romper com isolomento a que foi relegada a história política tradicional, por meio de um intenso intercâmbio acadêmico entre a história política e outras disciplinas, entre elas a sociologia, direito público, psicologia social, ciência política e a linguística. Portanto, buscamos no presente trabalho tecer algumas considerações acerca da trajetória da nova história política, destacando suas principais contribuições, que como discutiremos não se restringe a novos métodos e abordagens, mas na própria resignificação do campo político.

Palavras- chave: Nova História Política; René Rémond; Teoria; Metodologia.

[159] Guilherme Gomes dos Santos, mestrando do programa de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Bolsista da CAPES.
[160] Larissa Foss Sochodolhak, graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Introdução

No presente artigo buscamos discorrer, em linhas gerais, acerca dos principais aspectos que envolveram a renovação dos estudos de História política, ocorrida na década de 1970, chamada de Nova História política.

O texto foi dividido em tópicos, no primeiro deles, intitulado: **A crítica a História Política tradicional**, analisamos os principais fatores da crítica sofrida pela então História Política tradicional, que como buscamos evidenciar não ficou restrita apenas aos métodos historiográficos utilizados pelos historiadores do político, sendo estendida também para o próprio campo temático, uma vez que nas primeiras décadas do século XX o campo político sofria de um intenso descrédito por parte de historiadores ligados à Nova História e ao Marxismo.

No segundo tópico, denominado: **A Nova História Política**, discorremos sobre os principais elementos que nortearam a renovação historiográfica denominada de Nova História Política. Busca-se explicitar que, embora o intercâmbio interdisciplinar iniciado por historiadores que buscavam importar novos métodos e abordagens à História política seja um dos aspectos mais marcantes da chamada Nova História Política, esta não pode ser resumida apenas a novos métodos e abordagens, sendo também responsável pela própria resignificação do campo político, entendido por René Rémond como um campo sem fronteiras, que altamente perpassa a realidade social. (RÉMOND, 2003).

Por fim, no último tópico: **A cultura política**, discorremos acerca do modo como este conceito consiste em um importante marco para a Nova História política, uma vez que reconhece as conexões do campo político com os demais campos da realidade social.

A crítica a História Política tradicional

A história política, outrora hegemônica, perdera seu prestígio ainda na primeira metade do século XX, principalmente na década de 40 quando a ênfase da análise histórica encontrava-se nos estudos da chamada longa duração, privilegiada por meio da análise das estruturas socioeconômicas em detrimento do campo político, algo presente tanto na 2ª geração dos Annales quanto na historiografia marxista. (FALCON, 1997).

No caso da história política, ao invés de privilegiar os estudos das chamadas “estruturas”, a historiografia política tradicional dedicava-se aos acontecimentos políticos e principalmente à história dos Estados. Dessa forma, era acusada pelas historiografias dominantes na época como uma história superficial que deixava de analisar os fatos como resultados de processos estruturais mais amplos. (Idem, 1997).

Como aponta Francisco Falcon, no capítulo, “A história e o poder”, na obra: Domínios da História, o viés estruturalista tanto da segunda 2ª geração dos Annales quanto do marxismo, condenou o campo político como um mero reflexo das estruturas. (FALCON, 1997, p. 15).

Além disso, como aborda René Rémond, no artigo: Uma história presente, na obra: Por uma história política, a história política também era mal vista porque conservava um forte caráter narrativo e factual, assemelhando-se mais à literatura do que com o conhecimento considerado científico. (RÉMOND, 2003, p.17).

Outro aspecto da crítica à história política tradicional, como observado por Rémond, diz respeito ao caráter elitista que esta conservava, marcado pelo estudo dos notáveis, os grandes nomes ligados à história do Estado. Essa orientação apresentava-se completamente desfocada da aspiração das novas abordagens historiográficas que estavam em sintonia com as transformações observadas no ambiente social, resultantes da democracia, crescimento do movimento operário e a difusão do socialismo, que forçava a história a dirigir seu olhar às massas. (Idem, 2003, p. 18-19).

Nesse sentido, ao contrário da pretensão de fazer justiça aos “esquecidos da história” – algo que o marxismo, por exemplo, propunha –, a disciplina de história política mantinha-se focada nos grandes personagens políticos.

O historiador Jacques Julliard (1974) ao discutir sobre as críticas e acusações endereçadas a história política tradicional, as sintetizou da seguinte forma:

> A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõe; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação, é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo, é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. (JULLIARD, 1976, p. 180-181).

No entanto, a crítica à história política não se restringia apenas aos seus métodos, englobando inclusive o seu objeto temático, visto que o político acabava sendo considerado como uma dimensão menos importante para explicar a mudança histórica. (JULLIARD, 1976).

No entanto, como destacado por Jacques Julliard, em seu artigo: “A política”, que compõe a obra, História: **Novas abordagens**, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora; não devemos estender as críticas e insuficiências de um método ao seu objeto temático. Uma vez que o estudo do campo político é compatível com métodos e abordagens os mais diversos, pois não há razão para supormos que o político seja menos científico que o campo econômico e o social. (JULLIARD, 1976, p. 181-182)

A Nova História Política

Buscando, portanto, romper com isolomento a que foi relegada a história política, iniciou-se, sobretudo na década de 1970, um intenso intercâmbio acadêmico entre a História Política e outras disciplinas, entre elas a Sociologia, Ciência Política, a Linguística, Antropologia, entre outros. (RÉMOND, 2003, p. 29).

Como destacado por Rémond, desse intercâmbio disciplinar a história política introduziu novas técnicas de pesquisa e abordagens, além de conceitos, vocabulário e problemáticas. Essas contribuições culminaram por expandir o campo de trabalho do pesquisador do político. (Idem, 2003, p. 30)

Nesse sentido, podemos destacar as contribuições da Linguística analisadas pelo historiador Antoine Prost no capítulo: “As palavras”, que compõe a supracitada obra organizada por René Remond.

Prost analisa como os métodos fornecidos pela Linguística podem ampliar o horizonte do historiador do político, destacando a intencionalidade dos textos, entendidos agora enquanto atos discursivos, além de romper com as significações mais imediatas. (PROST, 2003).

Nessa mesma linha se faz pertinente destacarmos as contribuições do historiador Quentin Skinner, um dos fundadores da chamada escola de Cambridge, que defende a proposta contextualista. Esta consiste no reconhecimento dos textos como carregados de intenções, expressas em “atos de fala”, ou “discursivos”. Estes

devem ser entendidos por meio da análise tanto de elementos internos ao texto (pois as intenções se expressam na própria escrita, elas explicam porque o autor “disse” o que disse da maneira como o fez) quanto da análise de elementos externos ao texto (como a trajetória e as posições assumidas pelo autor). Tal método se faz relevante para a história política uma vez que implica no entendimento do autor como um agente histórico do cenário político, que esgrime seu argumento político por meio da escrita. (SKINNER, 2005)

No entanto, podemos constatar que a Nova História Política consistiu, além da renovação dos métodos e abordagens, em uma ressignificação do seu próprio campo temático.

Tal ressignificação, de acordo com Rémond, está em sintonia com as transformações verificadas nas sociedades contemporâneas, em que o político atua amplamente na realidade social, hoje altamente politizada, em que a esfera política não possui “fronteiras fixas”: (RÉMOND, 2003, p. 442-444).

Conforme destacado por Rémond:

> O político não tem fronteiras naturais. Ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado. Ora ele se retrai a extremo. Essas variações obedecem a necessidades externas; refletem também as flutuações do espírito público [...] Praticamente não há setor ou atividade que, em algum momento da história, não tenha tido relação com o político. (RÉMOND, 2003, p. 442-444)

Em sintonia com a ampliação do campo político, Michel Winock, no capítulo: “As ideias políticas”, que também compõe a obra: **Por uma história política**, discorre acerca da expansão documental para os estudos das ideias políticas. De acordo com Winock, as ideias políticas são agora desvinculadas do caráter elitista e reducionista marcado pelo estudo das chamadas grandes obras. (WINOCK, 2003)

Para o autor, aquela antiga “história pelos pináculos” não condiz mais com a efervescência no campo das ideias políticas em uma sociedade cada vez mais democratizada. Por essa razão, o autor analisa de forma receptiva a utilização de novas fontes, destacando principalmente as que são fornecidas pela imprensa. O autor defende o pressuposto de que as ideias políticas não ficam restritas aos teóricos e filósofos, sendo também pensadas pelo cidadão comum, além de ser necessário também acompanhar o caminho que mesmo as ideias dos teóricos ganham na

sociedade, como são recebidas e apropriadas pelos leitores. (WINOCK, 2003, p. 278-279).

A cultura política

Podemos destacar, portanto, que é somente por meio da renovação historiográfica ocorrida na segunda metade do século XX e a ressignificação do campo político, entendido como uma esfera que perpassa amplamente os demais domínios da realidade social, que podemos explicar, por exemplo, o surgimento do conceito de cultura política.

Como destacado por Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro (1999), o conceito de cultura política foi criado na década de 1960 por Almond e Verba, por meio da junção “das perspectivas sociológica, antropológica e psicológica no estudo dos fenômenos políticos”. O objetivo pretendido por Almond e Verba “era incorporar nas análises da política da sociedade de massas contemporânea uma abordagem comportamental” englobando “os aspectos subjetivos das orientações políticas”. (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999, p. 227).

Nesse sentido, o conceito de cultura política proposto por Almond e Verba e em diversos estudos que os sucederam enfatizaram a importância do processo de socialização e o impacto dos espaços sociais, como a família, a escola e o ambiente de trabalho, na explicação de determinado comportamento político. (KUSCHNIR e CANEIRO, 1999, p. 228).

Sob esse aspecto, destacamos as contribuições do historiador francês Serge Bernstein (1998), para quem o conceito de cultura política seria marcado pelo reconhecimento de determinadas fusões entre o campo político e o cultural.

De acordo com Berstein, a cultura política pode ser entendida como um conjunto de normas que são difundidos nos vários ambientes sociais e que acabam por impactar na forma como o campo político é captado e defendido pelos indivíduos. (BERSTEIN, 1998, p. 350)

O autor afirma que não existe apenas uma cultura política, mas várias, a exemplo da cultura política socialista, católica e liberal conservadora, no entanto, há uma cultura política dominante que acaba por influenciar as demais, e que culmina em um paradigma ou tradição política, o autor analisa a influência da tradição

republicana como um ponto de encontro da maioria dos países ocidentais, de acordo com Berstein:

> O socialismo é obrigado a conjugar socialismo e república [...] remetendo o socialismo para o futuro [...] A cultura republicana favorece a emergência, no seio da nebulosa católica, de uma democracia cristã que retém alguns dos seus princípios, mas não a totalidade [...] Finalmente, o próprio nacionalismo, na sua versão barrèsiana, aceita uma parte da herança republicana [...]. (BERSTEIN, 1998, p. 354-355)

Bernstein destaca que além do papel das doutrinas filosóficas ou tradições políticas, por exemplo: O Republicanismo, O Socialismo ou O Liberalismo; como o meio cultural no qual o indivíduo está inserido pode propagar uma determinada cultura política, que envolve, além da base filosófica, outros parâmetros, como uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional traduzida numa forma de organização do Estado, uma concepção de sociedade ideal para articular esse todo, e um “discurso codificado”, no qual o vocabulário, “as palavras-chave, as fórmulas repetitivas” possuem um significado, podendo ser expresso de forma visual e gestual, por meio de ritos e símbolos. (BERNSTEIN, 1998, p. 350-351). Por exemplo, o hino da internacional comunista e o símbolo da foice e o martelo, que são símbolos de culturas políticas.

Berstein explica que a formação das diferentes culturas políticas existentes numa sociedade num dado momento da história, tem relação com a identidade coletiva dessa sociedade, que é propagada por seus principais vetores de socialização, como a família, a escola, universidade, o ambiente de trabalho, entre outros. (BERNSTEIN, 1998, p. 356-357)

Ao estudarmos o desenvolvimento da escola historiográfica chamada de Nova História Política, percebemos a existência de um fio condutor que liga uma série de indagações sobre a importância e os limites da política, formuladas na década de 1970, até a formatação de novas propostas para a análise *do* político, consolidadas nos anos 80 e 90, como é o caso do conceito de “cultura política”, tal conceito, ao propor fusões entre os campos político e cultural, está em sintonia com as concepções de René Rémond, sobre o campo político como não possuidor de fronteiras e que amplamente engloba a realidade social, não havendo “setor ou atividade que, em

algum momento da história, não tenha tido relação com o político". (RÉMOND, 2003, p. 442-444).

Considerações finais

Podemos concluir destacando que a história política, após sua renovação, passa a ocupar um papel de grande relevância dentro da historiografia, papel que condiz com a própria ressignificação do campo político, entendido por Rémond como o lugar de gestão da sociedade global. (RÉMOND, 2003, p. 442-444).

Faz-se, no entanto, pertinente, discorrermos acerca de um dos principais desafios à História Política, que já vem sendo enfrentado. Como destacado por Julliard, as transformações sociais da contemporaneidade acabaram por propiciar uma concepção de um campo político muito mais amplo, uma vez que os meios modernos de informação tornam políticos uma grande variedade de acontecimentos que essencialmente não seriam. (JULLIARD, 1976, p. 181). Nesse sentido, as mídias sociais se apresentam como um objeto de grande valor para os historiadores políticos, uma vez que aglutinam uma série de interpretações e ideias políticas, sendo reflexo de uma sociedade cada vez mais dinâmica.

Referências Bibliográficas

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Coord.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.
FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-90.
JULLIARD, Jacques. A política. In: LE Goff, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: novas abordagens**. Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196.
KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, 1999, p. 227-250.
PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2 ª. Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2003, p. 295-230.
RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. – 2 ª. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. (472p.)
_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. – 2 ª. Ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 441- 454.

SKINNER, Quentin. Motivos, intenções e interpretação. In: SKINNER, Quentin. **Visões da política**: sobre os métodos históricos. Algés (Portugal): Difel, 2005, p. 127-144.
WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. 2 ª. Ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2003, p. 271-294.

RELAÇÕES POLÍTICAS E MILITARES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS NO PÓS-SEGUNDA GUERRA: APONTAMENTOS INICIAIS DE PESQUISA

Vinicius Marcondes Araújo
Graduando
Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Resumo. Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de um levantamento bibliográfico inicial sobre a temática das relações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente, serão apresentadas as principais leituras sobre a política externa estadunidense de formação superior civil e militar, no Brasil, alinhada às premissas da Doutrina de Segurança Nacional. Para isto, serão comparadas as hipóteses dos trabalhos de Francisco César Alves Ferraz (1997) e Eduardo Munhoz Svartman (2006). A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, em agosto de 1942, resultou na colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos por meio da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Defense Comission-JBUSDC) e da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Military Commission-JBUSMC), que, antes mesmo do fim do conflito discutiam planos de relações civis e militares no pós-guerra. A criação, em 1948, da Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada no modelo de escolas militares estadunidenses, foi uma dupla aposta: pelo lado estadunidense, promover uma colaboração ativa na formulação e ação política para a defesa hemisférica coletiva; no lado dos militares brasileiros, promover uma aliança entre setores militares e civis com ideias congruentes a respeito da segurança nacional e desenvolvimento econômico nos moldes da guerra fria. Ainda serão apontadas, brevemente, possíveis novas perspectivas ou o aprofundamento de leituras atuais sobre o tema a partir da documentação diplomática do período, como a coleção microfilmada e digitalizada dos acervos do Departamento de Estado estadunidense, relativos ao Brasil, entre 1945 e 1963, adquirida junto ao NARA, College Park, MD, mais especificamente o Record Group 59: "Records of the Department of State Relating to Internal Affairs" e os documentos oficiais disponibilizados pelo governo estadunidense em website do Departamento de Estado "Office of the Historian". Este trabalho é desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "Consequências políticas

da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1954)", coordenado pelo Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz.
Palavras-chave: Estados Unidos; Brasil; Forças Armadas; relações exteriores;

INTRODUÇÃO / JUSTIFICATIVA

Este trabalho visa apresentar um projeto inicial de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que terá como objeto as relações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos no período imediatamente posterior ao final da Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente, será estudado o processo de estabelecimento de acordos e criação de órgãos de cooperação política e militar por ambos os países entre os anos de 1945 e 1949. O recorte temporal escolhido deverá compreender o período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e do regime do Estado Novo no Brasil, em 1945, passando pelos primeiros anos de governo do general Eurico Gaspar Dutra, e finalizando no ano de criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.

A cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos se intensificou, na década de 1940, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em agosto de 1942. Esta aliança resultou na colaboração militar entre Brasil e Estados Unidos por meio da "Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos" (Joint Brazil-United States Defense Comission-JBUSDC) e da "Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos" (Joint Brazil-United States Military Commission-JBUSMC), que, antes mesmo do fim do conflito discutiam planos de relações civis e militares no pós-guerra. A criação, em 1948, da Escola Superior de Guerra (ESG), inspirada no modelo de escolas militares estadunidenses, foi uma dupla aposta: pelo lado estadunidense, promover uma colaboração ativa na formulação e ação política para a defesa hemisférica coletiva; no lado dos militares brasileiros, promover uma aliança entre setores militares e civis com ideias congruentes a respeito da segurança nacional e desenvolvimento econômico nos moldes da guerra fria. (FERRAZ, 1997)

São abundantes os trabalhos que versam sobre as relações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos no século XX, em especial no período da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2015; MUNHOZ & SILVA, 2010; FERRAZ, 2012; HIRST & SPEKTOR, 2009; McCANN, 1995; HAINES, 1989). Importante contribuição para os objetivos desta pesquisa será a coletânea organizada por Sidnei

J. Munhoz e Francisco Carlos Teixeira da Silva: “Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI” (2010). A obra reúne diversos pesquisadores especialistas nas relações Brasil-Estados Unidos em seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, dentre as quais nos interessam especificamente os estudos de Frank McCann, Mariana Villaça, Francisco Ferraz, Sidnei J. Munhoz, Paulo G. Visentini e Sonny Davis, que se concentram sobre os aspectos políticos e militares das relações Brasil-EUA nas décadas de 1940 e 1950.

Já os desdobramentos principais da cooperação política e militar brasileira com os Estados Unidos são analisados mais profundamente por Francisco F. A. Ferraz (1997) e Eduardo Munhoz Svartman (2006). Em sua dissertação de mestrado, Ferraz reconstrói a trajetória de constituição da Escola Superior de Guerra (ESG), demonstrando suas aproximações e entrecruzamentos com modelos doutrinários estadunidenses. Svartman, em sua tese de doutorado, amplia o recorte do objeto de Ferraz, demonstrando as implicações políticas posteriores da formação de oficiais na ESG, como a participação dos generais condutores do golpe civil-militar de 1964.

A maior contribuição nacional para a compreensão da política externa norte-americana vem da historiadora das relações internacionais Cristina Soreanu Pecequilo, que produziu, no início dos anos 2000, uma tese de doutorado que já se torna referência nacional para os estudos da política externa dos Estados Unidos. Em “A política externa dos Estados Unidos” (2011), Pecequilo faz uma extensa reconstrução dos caminhos da política externa norte-americana, desde sua origem, no século XVIII, até os tempos atuais, dando especial ênfase aos períodos durante e após a Guerra Fria. O relacionamento dos EUA com a América Latina é enfatizado a partir da inserção do subcontinente nos quadros desta disputa global bipolarizada que começa a se desenhar já nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial.

A documentação a ser consultada para a elaboração deste trabalho serão os documentos diplomáticos produzidos pelo serviço externo norte-americano, em especial aqueles produzidos pelo Departamento de Estado, pelas missões diplomáticas e pelos consulados. Os conjuntos documentais são provenientes dos arquivos oficiais do governo norte-americano, sendo disponibilizados ao público a partir de iniciativas tanto do próprio governo quanto da atuação de projetos de cooperação interinstitucional. Além disso, alguns dos documentos a serem

consultados só recentemente tiveram seu acesso facilitado ao pesquisador brasileiro, o que contribuiu para a quase inexistência de outros trabalhos que se concentrem sobre este conjunto documental sob a abordagem proposta.

Embora a dimensão abordada por esta pesquisa – a História Política – e a documentação pesquisada sejam comumente associadas a uma História Diplomática Metódica típica do século XIX, os desenvolvimentos posteriores nas reflexões sobre a política, o poder e o(s) objeto(s) do conhecimento histórico conduziram a uma renovação na História Política (RÉMOND, 1996) e a uma reaproximação entre História, Ciência Política e Relações Internacionais (MILZA, 1996; SARAIVA, 2008; PECEQUILO, 2012).

As discussões e leituras para a elaboração deste trabalho também são desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Consequências políticas da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1954)”, coordenado pelo Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz. O projeto tem como um de seus objetivos compreender o desenvolvimento, no âmbito externo, das relações políticas e diplomáticas da aliança entre Brasil e os Estados Unidos.

Quanto à relevância e pertinência do tema, dificilmente escapam aos olhares minimamente atentos as recentes movimentações políticas no Brasil e no cenário mundial. A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, em 2016, e as drásticas modificações na política externa daquele país desde então (VINHA, 2017); o ressurgimento recente dos militares no palco principal da política brasileira, até o momento coroado pela eleição de um capitão reformado do Exército Brasileiro para a Presidência da República, com suas intenções declaradas de maior aproximação com os norte-americanos. Tais situações suscitam aos pesquisadores e ao público em geral novos problemas e questionamentos que, esperamos, possam ser explorados a partir desta pesquisa.

Outro aspecto de possível relevância acadêmica que esta pesquisa pode levantar refere-se às fontes utilizadas no trabalho: estas possuem certo grau de ineditismo, na medida em que apenas recentemente foram “desclassificadas” pelo governo americano e trazidas para o Brasil, por meio de uma parceria entre instituições acadêmicas; assim mesmo, ainda estão em processo final de livre disponibilização para o público em arquivos online. Portanto, podemos considerar que

tais fontes ainda não tiveram a possibilidade de serem amplamente exploradas por pesquisadores brasileiros; menos ainda a partir do recorte proposto. Ainda que seja predominantemente em língua inglesa, o conteúdo das fontes não representará grande obstáculo ao autor, que possui fluência na língua.

Finalmente, os resultados e discussões obtidos com à pesquisa serão incorporados ao projeto de pesquisa "Consequências políticas da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1942-1954)", coordenado pelo Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz, contribuindo para o enriquecimento da pesquisa historiográfica acadêmica em torno da História Política, Militar e das Relações Internacionais brasileiras das décadas de 1940 e 1950.

OBJETIVOS

A pesquisa terá como objetivo geral responder à questão: Como se desenvolveu a relação exterior de cooperação política e militar dos Estados Unidos com o Brasil no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial? Este objetivo geral se desdobrará em dois objetivos específicos: a) Compreender a forma como o governo dos Estados Unidos encarava as questões políticas e militares internas ao Brasil; b) Analisar as principais medidas de cooperação política e militar adotada pelos Estados Unidos com relação ao Brasil.

Para as intenções deste trabalho, buscaremos apresentar brevemente alguns dos instrumentais teórico-metodológicos que serão empregados para atingir as finalidades desta pesquisa.

RESULTADOS

Para atingir os objetivos deste trabalho, serão analisados exclusivamente os documentos diplomáticos produzidos pelos Ministérios, pelas missões diplomáticas e pelos consulados, redigidos por funcionários dos mais variados escalões do Departamento de Estado dos Estados Unidos, no período de 1945 a 1949. Inicialmente, será feito um levantamento de todos os documentos que mencionem ou tenham como objeto o Brasil. Em seguida a este levantamento, será empreendido um recorte e classificação dos documentos que indiquem a discussão e formulação de políticas para a aliança política e militar entre Brasil e Estados Unidos - no caso das

representações consulares e missões diplomáticas, as correspondências, relatórios e informes da situação política e militar no Brasil, sob o ponto de vista estadunidense. A partir da leitura do conteúdo destes documentos, buscaremos observar os processos de negociação e afirmação das posições estadunidenses com relação ao Brasil, verificando se as hipóteses levantadas inicialmente serão confirmadas ou não, apontando ao fim os possíveis desdobramentos e aprofundamentos da pesquisa.

Desta forma, as fontes serão buscadas em dois conjuntos documentais principais: a) no *website* "The Office of the Historian", dirigido pelo Departamento de Estado dos E.U.A., o qual seleciona e disponibiliza publicamente extensas séries documentais referentes às administrações anteriores; b) na coleção microfilmada e digitalizada dos acervos do Departamento de Estado estadunidense, relativos ao Brasil, entre 1945 e 1963, adquirida pelo Centro Paranaense de Documentação e Pesquisa, da Universidade Estadual de Maringá (CPDP-UEM) junto ao National Archives Administration (NARA) de College Park – Maryland, USA, mais especificamente o Record Group 59: "Records of the Department of State Relating to Internal Affairs" (disponível na íntegra).

O primeiro conjunto documental é organizado por historiadores especializados em História da Política Exterior dos E.U.A. vinculados ao governo federal norte-americano. Esses historiadores são responsáveis por selecionar, organizar e publicar a história documental oficial da política exterior Norte Americana, principalmente através da série documental "The Foreign Relations of the United States (FRUS)", que hoje conta com mais de 480 volumes publicados, remontando as principais decisões norte-americanas em política exterior até o ano de 1861 e reunindo documentos de diversas origens no interior do aparato administrativo dos EUA e de agentes privados. Além disso, o escritório prepara estudos históricos de suporte a ações e projetos governamentais, também sendo responsável pela *declassification* (desconfidencialização) de documentos secretos ou sigilosos.[161]

Já o segundo grupo documental foi disponibilizado a partir da colaboração do Prof. Dr. Sidnei Munhoz (UEM) com o projeto de pesquisa citado. Sua atuação como

[161] Informações do próprio website do arquivo. Disponível em: <https://history.state.gov/about>. Acesso em 20/11/2018.

coordenador na UEM do projeto “Opening the Archives”[162] nos possibilitará o acesso à documentação e processamento de disponibilização e pesquisa aos documentos obtidos através deste projeto. Trata-se de um projeto interinstitucional organizado pela Brown University, nos Estados Unidos, e pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), com apoio do National Archives and Records Administration (NARA) e Arquivo Nacional do Brasil para digitalizar e indexar dezenas de milhares de documentos abertos dos Estados Unidos relativos ao Brasil.

O caráter “oficial” e “unilateral” dos documentos selecionados, tendo em vista que foram produzidos, selecionados e publicados exclusivamente por órgãos governamentais norte-americanos e disponibilizadas à consulta pública após cuidadosa seleção, será uma escolha intencional e consciente desta pesquisa. O trabalho com este tipo de documento é frequentemente associado a uma História Diplomática, ligada à historiografia política Metódica (ou positivista) proscrita e relegada ao segundo plano dos meios acadêmicos a partir da segunda metade do século XX.

Segundo Francisco C. Falcon (2011), o próprio desenvolvimento da historiografia moderna levou à associação única e direta entre a História e o poder político institucionalizado. No entanto, os desenvolvimentos posteriores da disciplina e das ciências humanas no geral demonstraram que a política não é a única forma/lugar de poder. Desta forma, enquanto os Metódicos detiveram, por muito tempo, a supremacia da história política, através de um modelo de narrativa factual e linear, é através das críticas de historiadores marxistas e da Escola dos Annales que o domínio historiográfico é ampliado, reforçando a proscrição da história política tradicional, ainda que esta apresente resistência em diversos meios acadêmicos, escolares e em amplos setores sociais ao longo do século XX.

Contudo, a partir dos anos 1970, a História Política se renova através de tendências desenvolvidas no interior da própria historiografia *Annaliste* e marxista e movida por condicionantes históricos, epistemológicos e disciplinares. Entre estas tendências, afirmou-se, segundo Falcon (2011), uma posição “moderada” no tratamento da história política: a denominada “Nova História Política” que busca

[162] Informações do próprio website do arquivo. Disponível em: <http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>. Acesso em 20/11/2018.

legitimar e demarcar sua distância da história tradicional, usando métodos e teorias de historiadores e cientistas sociais, inovando em abordagens e hipóteses, redefinindo e definindo novos objetos – não limitando a esfera do político aos fatos; enfim, incorporando elementos de cientificidade e modernidade à nova história política.

> Em resumo, como nota Rémond, o importante é deixar claro que o político existe, distingue-se de outros tipos de realidades, constitui algo específico, é irredutível a outras realidades, pode ser determinante ou determinado, é dotado de certa autonomia e é capaz de imprimir sua marca e influir no curso da história; ou ainda, como em Julliard, é o acontecimento político que deve ser revisto, pois nem é autônomo, nem é simples subproduto. (FALCON, 2011, p.73).

O historiador francês René Rémond é o principal expoente desta Nova História Política. Rémond (1996) afirma que a reflexão sobre a natureza do objeto do conhecimento histórico acabou sendo reconfigurada no decurso dos próprios acontecimentos do século XX, como as guerras mundiais, as novas configurações de relações internacionais, as crises econômicas, o aumento nas atribuições do Estado, a noção do político como o gestor da realidade e a crescente politização da população. Internamente à disciplina historiográfica, a autorreflexão crítica e a pluridisciplinaridade abriram as portas para uma nova concepção da política, que identifica a presença das longas e médias durações e compreende-a não como aspecto superficial, mas vinculada a outros âmbitos da existência humana e como uma modalidade de prática social.

Finalmente, seguindo as diretrizes teóricas de Rémond, as possibilidades de aproximação entre a Nova História Política e o campo das Relações Internacionais são afirmadas por Pierre Milza (1996). Dialogando com as contribuições da “Escola Francesa de História das Relações Internacionais” (SARAIVA, 2008), Milza defende que a história política, ao incorporar métodos, problemas e objetos da sociologia e ciência política, recusa a noção da política como um domínio distinto e autônomo da realidade e aproxima as correlações entre política interna e externa das nações. As contribuições conceituais de Milza, da citada escola francesa e da historiadora das relações internacionais Cristina Soreanu Pecequilo (2011;2012) serão empregadas na elaboração das análises desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve levantamento bibliográfico e teórico-metodológico para o tratamento do tema das relações políticas e militares entre Brasil e Estados Unidos no pós-Segunda Guerra revelou que as abordagens de Relações Internacionais em História Política ainda são pertinentes, e não necessariamente se revestem das cores da historiografia Metódica. O extenso número de trabalhos existentes, tratando exaustivamente sobre o tema, não descarta a possibilidade desta pesquisa apontar novas perspectivas e problemas, já que as fontes propostas para a pesquisa apenas recentemente foram disponibilizadas ao público pesquisador brasileiro. Certamente, um mergulho mais profundo nessas fontes e um exame minucioso e atento podem ter impactos positivos na pesquisa ao sugerir mudanças e a abertura de problemas e perspectivas, inclusive problematizando as próprias fontes, já que se tratam de conjuntos documentais disponibilizados ao público justamente após diversas seleções e filtragens. O silêncio das fontes, tanto quanto seu conteúdo evidente, deverá ser levado em conta em nossa análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História.** 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 55-82.

FERRAZ, Francisco C. A. **A guerra que não acabou:** a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Londrina: Eduel, 2012.

_____. **À Sombra dos Carvalhos:** Militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1945-1955). Londrina: Editora da UEL, 1997.

HAINES, Gerald. **The Americanization of Brazil:** a study of US cold war diplomacy in the Third World (1945-1955). Wilmington: Scholarly Resources, 1989.

HIRST, Monica; SPEKTOR, Matias. **Brasil-Estados Unidos:** desencontros e afinidades. Editora FGV, 2009.

McCANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército brasileiro, 1905-1945. in: **A REVOLUÇÃO DE 30**. Seminário Internacional. CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983.

McCANN, Frank. **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército., 1995.

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996, p. 365-400.

MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos:** séculos XX e XXI. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. 3. ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

_____. **Introdução às Relações Internacionais**: temas, atores e visões. 9a. ed. Petropolis: Editora Vozes, 2012. 248p .

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas:** da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964.** Tese de Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

VINHA, Luís da. Previsivelmente incoerente: Uma análise preliminar da política externa de Donald Trump. **Relações Internacionais (R: I),** n. 55, p. 09-33, 2017.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

CASAMENTO MISTO: O DISCURSO DA ASSIMILAÇÃO ATRAVÉS DE FONTES IMAGÉTICAS (1908-1934)

Luana Martina Magalhães Ueno[163]
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: A pesquisa tem por objetivo analisar os discursos que envolvem a ideia de assimilação do imigrante japonês no Brasil através de fontes fotográficas. Compreendendo o período de 1908 – quando a imigração japonesa se inicia e nesse momento acirra-se mais os discursos antinipônicos – a 1934. Quanto à metodologia, serão utilizadas fotos de imigrantes japoneses casados com brasileiras, essas fotos estão localizadas em um folheto denominado "Cruzamento da ethnia japoneza: hypothese de que o japonez não se cruza com outra ethnia", se trata de um documento escrito pelos próprios imigrantes japoneses como forma de tática de resistência e defesa contra os discursos antinipônicos propagados. Além disso, será necessário dialogar com alguns teóricos da fotografia como: Philippe Dubois (1993) e Boris Kossoy (2000). Na historiografia esse assunto é abordado por Saito e Maeyama (1973), Lesser (2001), Rogério Dezem (2005) e Marcia Yumi Takeuchi (2002) e (2007). Pretende-se com essa pesquisa analisar os discursos de assimilação e aculturação, mas dando importância nas apropriações desses imigrantes e as táticas desenvolvidas diante das estratégias impostas.

Palavras Chave: Assimilação. Imigrante japonês. Fotografia

[163] Luana Martina Magalhães Ueno é acadêmica de História da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: 8.luana@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nesse artigo irá se realizar análise de sete fotografias de casais interétnicos e seus filhos mestiços, pertencentes a um livreto denominado “Cruzamento da ethnia japoneza: hypothese de que o japonez não se cruza com outra ethnia” de 1934, publicado sob o patrocínio do Centro Nipônico de Cultura, o documento encontra-se no Centro Estudo Nipo-brasileiro em São Paulo. O objetivo é analisar como os *nikkeis* utilizaram as fotografias como “provas cientificas”, buscando a comprovação da assimilação e tinham como intuito de mostrar que os japoneses poderiam se transformar rapidamente em brasileiros, debatendo diretamente com os discursos antinipônicos e de assimilação propagados no Brasil. Esse artigo está relacionado ao Grupo de Pesquisa sobre Cultura Oriental (GPECO), coordenado pelo Professor Dr. Richard Gonçalves André da Universidade Estadual de Londrina.

A imigração japonesa para o Brasil pode ser dividida em duas fases, que compreende os períodos de 1908 a 1941. A primeira fase foi denominada de “experimental”, iniciou-se com a chegada das primeiras levas de imigrantes japoneses no Brasil em 1908 e foi marcada pela insegurança, pois nem os japoneses e nem os fazendeiros estavam seguros do seu sucesso. Esse momento foi marcado pelo esforço por parte do governo japonês para que a emigração para o Brasil se realizasse com o menor número de problemas possíveis (SAKURAI, 2000, p. 210 e 214). Essa fase foi também caracterizada pela imigração temporária, em que os trabalhadores japoneses eram contratados pelos fazendeiros de café em São Paulo e eram regulamentados por contratos que duravam em média de dois anos, por isso que a presença nipônica, nesse momento, restringiu-se às regiões paulistas (ANDRÉ, 2011, p. 67). Além disso, os japoneses buscavam juntar algum dinheiro para retornar ao seu país de origem. No entanto, os trabalhadores se depararam com uma realidade bem diferente daquela sonhada, em que as condições de trabalho nas fazendas de café não permitiam a poupança, sem contar a diferença cultural que foi enfatizada nos primeiros tempos.

A segunda fase foi chamada de “tutelada” e vai do período de 1924 a 1941, quando foi interrompida pela Segunda Guerra Mundial. Recebe essa denominação, pois ela foi tutelada e amparada, desde o início, através de orientações e ajudas dos

representantes do governo japonês. Nesse período se concentram os elementos mais significativos da imigração japonesa (SAKURAI, 2000 p. 219). A diferença dessa fase é que a entrada de imigrantes japoneses não era através de contratos pelas fazendas de café, mas de imigrantes que vinham trabalhar nas terras adquiridas pela KKKK[164] e, posteriormente, por outras companhias para a formação de colônias. Foi, também, nesse contexto da imigração que ocorreu uma mudança do "mundo mental" dos imigrantes japoneses, em que eles passaram a comprar terras em outros estados e começaram a se estabelecer por um prazo mais longo. Esse fato é significativo, pois permitiu a formação de colônias japonesas no Brasil, comunidades que vão sendo estruturadas em diversos critérios de solidariedades e unificação.

Por fim, essa imigração tutelada foi interrompida na Segunda Guerra Mundial, pois quando o Brasil se alinha contra o Japão na guerra, as relações diplomáticas entre os dois países são cortadas em 1941, sendo os representantes diplomáticos japoneses retirados imediatamente do país. Sakurai (1998, p. 20) afirma que nos anos mais penosos da guerra os japoneses, italianos e alemães viveram sob inúmeras restrições do governo brasileiro. De acordo com Marcia Yumi Takeuchi (2002, p.12), durante a guerra e juntamente com o perigo alemão, o perigo comunista e da conspiração judaica, o perigo amarelo contribuiu para potencializar a intolerância racial e a desumanização dos indivíduos.

Mesmo antes do início da imigração japonesa, em 1908, ela foi envolta de um discurso antinipônico que buscava a proibição da entrada de imigrantes japoneses no Brasil, chegando até ser institucionalizado em forma de lei na constituinte de 1934. Esse discurso que tratava sobre os "amarelos" se modificou e alterou-se diversas vezes, inicialmente era relacionado ao diferente, o Japão era conhecido como o país da gueixa, dos samurais e das cerejeiras, um país considerado "inofensivo e feminino", era visto, também, como um exemplo a ser seguido pela sua rápida modernização, mas com a chegada dos primeiros imigrantes, o discurso se transmuta e baseia-se nas teorias raciais da Europa do século XIX e no ideal de "branqueamento". Com a política expansionista do Japão, mesclou-se novos

[164] A Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (KKKK) foi criada em 1917. A partir de 1920, ela passou a monopolizar o serviço de emigração do Japão e era controlada diretamente pelo governo japonês.

argumentos nesse discurso, que antes eram estereótipos ligados aos chineses e que acabam sendo sobrepostos ao japonês, transformando-se em uma “ameaça japonesa”, conhecido como o perigo amarelo, que era o medo de que as conquistas militares permitissem o domínio da raça amarela sobre a raça branca. Tornando-se o discurso antinipônico propagado principalmente por intelectuais-políticos brasileiros, como Arthur Neiva e Miguel Couto.

Mas foi na Constituinte de 1934 que o preconceito racial ganhou força e se estabeleceu, através de políticos eugenistas ligados a Oliveira Vianna (LENHARO 1986, p. 126). Estabeleceu-se a lei de cotas, a emenda de número 1.619, aprovado com 146 votos a favor e 41 votos contra. Entretanto, foi na Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, que se fomentou os fervorosos debates sobre imigração japonesa, e foi nela também, que os deputados apresentaram emendas e propostas. O objetivo e os conteúdos das emendas feitas pelos deputados eram com a intenção de proibir ou restringir a entrada, essencialmente, de negros e amarelos, dentro do segundo grupo apenas os japoneses constituíam uma corrente imigratória mais considerável para o Brasil. Além disso, nota-se que dois elementos compõem essencialmente esses discursos, são eles: o perigo amarelo e a questão de assimilação.

É notável que a imigração japonesa para o Brasil não ocorreu de forma homogênea e nem sempre desejada. Os japoneses emigraram para o Brasil devido a vários problemas que os impulsionaram para sair do seu país e ao chegar aqui se depararam com uma realidade totalmente diferente da imaginada, além de serem considerados um elemento indesejável. O discurso antinipônico esteve fortemente estabelecido, antes mesmo do início da imigração japonesa. Entretanto o *nikkei* irá resistir e tornar-se agente da sua própria história, como veremos a seguir.

1. FOTOGRAFIAS DA ASSIMILAÇÃO

O livreto foi escrito por Sadamu Noda, Riichiro Muroki e Nobukane Ishii, para rebater os discursos antinipônicos propagados na Assembleia Constituinte de 1933. Uma tentativa para evitar que fosse aprovado a lei que proibiria a imigração japonesa para Brasil, visto que os autores do livreto tinham acesso às informações sobre os debates através dos jornais da colônia japonesa. Sadamu Noda era próximo do poeta

Dario Vellozo[165], sendo este que informou a provável aprovação da lei que proibiria a imigração japonesa para o Brasil (SETO e UYEDA, 2002, p. 178). Portanto, Noda, Muroki e Ishii escreveram o livreto, por sugestão de Dario Vellozo, para mostrar que ocorria assimilação dos japoneses e para isso utilizaram as fotografias de casais interétnicos.

As fotografias foram tiradas por um imigrante japonês chamado Toma, proveniente de Okinawa e que morava em Curitiba. Toma fotografou algumas famílias que residiam em Curitiba e no litoral do Paraná (SETO e UYEDA, 1944, p. 178), para "comprovar" a assimilação. A edição do livreto foi feita pelo Dario Vellozo e recebeu apoio financeiro do Centro Nipponico de Cultura, especificamente, do fazendeiro Yomeji Matsubara e o fabricante de saque Noriyasu Seto. O livreto foi publicado em São Paulo e a primeira edição foi entregue diretamente aos deputados que participaram da constituinte. O livreto é composto por 24 páginas e possui sete fotografias que retratam casais interétnicos e seus filhos mestiços, com objetivo de desmitificar a ideia de que os japoneses não eram assimiláveis e além disso, trazem diversos argumentos e justificativas contra essa ideia. O documento é todo escrito em português, significando que foi direcionado apenas para a sociedade brasileira, especificamente, para os constituintes.

Como apresentado as fotografias tinham como intuito comprovar a assimilação dos japoneses, portanto, eram consideradas como uma "prova cientifica" pelos autores do livreto. Como sugere Dubois, a fotografia é vista "[...] como uma espécie de prova, ao mesmo tempo necessária e suficiente, que atesta indubitavelmente a existência daquilo que mostra" (DUBOIS, 1994, p. 25).

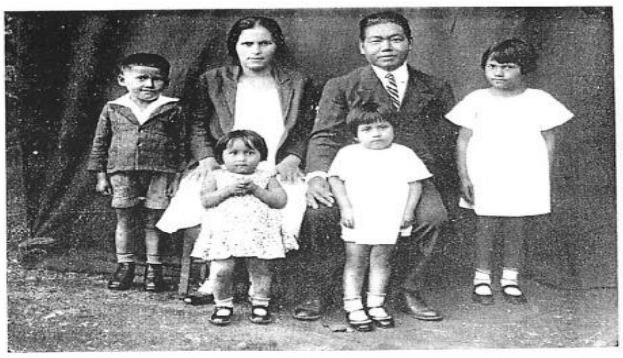
As fotografias analisadas são na maioria tiradas em estúdios e em paisagens, sendo imagens pensadas e produzidas para o livreto, implicando na questão de seleção feita pelo fotógrafo, em que "[...] bem aquém de qualquer intenção ou de qualquer efeito de composição, em primeiro lugar o fotógrafo sempre recorta, separa, inicia o invisível [...]" (DUBOIS, 1994, p. 178). Outro ponto, é que há legendas de informações sobre os indivíduos que estão nas fotografias. As legendas das fotografias seguem o mesmo padrão discursivo e são colocadas ali com a finalidade de dar maior veracidade para a ideia de que os japoneses se assimilaram. Algumas

[165] Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937) foi um poeta e escritor brasileiro.

questões nas legendas chamam atenção, como a informação da localidade de nascimento das pessoas, em que todos os homens nasceram no Japão, mostrando que todos eram imigrantes, portanto, atingindo diretamente na discussão de que o imigrante japonês não se assimilava, posta como um problema e um dos motivos para a proibição da imigração japonesa. Outro ponto importante nas legendas é a localidade onde as famílias moravam e a cidade onde realizou-se os casamentos, se concentrando nas cidades de Antonina, Morretes e Curitiba no Estado do Paraná, pois isso mostraria que "[...] no Sul do Paraná, ao contrário do que todos argumentavam, existiam muitos casamentos interétnicos [...]" (SETO e UYEDA, 1944, p. 178), além de "comprovar" o argumento do tópico 4, que vieram imigrantes japoneses para o Paraná, principalmente para a cidade de Antonina. Por fim, existe as datas em que se realizou os casamentos, eram datas bem próximas do ano da publicação do livreto. Podendo ser as datas dos casamentos um dos critérios no momento da escolha dos casais, na medida em que os casamentos e o nascimento dos filhos remeteriam diretamente a assimilação.

Além disso, as imagens podem moldar os comportamentos, como também formar conceitos ou reafirma pré-conceitos sobre determinados assuntos (KOSSOY, 2002, p. 45), sendo esse um dos propósitos das fotografias dispostas, a fim de reafirmar que ocorreu assimilação dos japoneses. Acredita-se que essas fotografias são aplicadas com o intuito de direcionar a interpretação dos leitores. De acordo com Kossoy, a fotografia pode ser "[...] aplicada em determinado artigo ou matéria como comprovação de algo ou, então, de forma opinativa, com o propósito e conduzir, ou melhor dizendo, controlar ao máximo o ato da recepção numa direção determinada [...]" (KOSSOY, 2002, p. 55). Para realizar a análise das fotografias, as separamos em categorias de acordo com suas características e importância e irá se analisar apenas uma fotografia de cada categoria, são elas: 1- Casais interétnicos e seus filhos em estúdios; 2- Casais interétnicos e seus filhos em paisagens; 3- Casal interétnico e seus filhos em sua casa; 4- Mãe e filha mestiça.

1.1.1. Casais interétnicos e seus filhos em estúdios



O Sr. Matsuo Goto, agricultor, com 32 annos de edade, nascido em Kumamoto (Japão) a 15 de Janeiro de 1902; casado com Dª. Ercilia Pereira Goto, de 26 annos de edade, nascida em Antonina (Est. do Paraná) a 22 de Maio de 1908; e seus 4 filhos. — O consorcio realisou-se a 26 de Janeiro de 1924, em Antonina, Est. do Paraná, onde residem actualmente.

A imagem 1 é preta e branca, foi tirada em um estúdio com fundo preto, seu enquadramento é horizontal e a disposição das pessoas na cena é central, chamando atenção para o casal. É composta por seis indivíduos dispostos em poses montadas, seguindo o mesmo padrão dos retratos de família surgidos no século XIX. Segundo Ana Maria Mauad e Marcos Felipe Lopes (2012, p. 270) os padrões desses retratos do século XIX, implicava em um novo ordenamento da sociedade em torno da família nuclear. No meio está o casal (Matsuo Goto e Ercilia Pereira Goto), tanto do lado direito e esquerdo dos pais estão duas crianças, um menino e uma menina, que acredita-se que eram filhos do casal, a menina parece ser a mais velha dos filhos, isso devido ao seu tamanho, e na frente do casal há mais duas crianças menores. Todos os indivíduos da foto estavam bem arrumados e suas poses montadas, sendo característico de fotos encomendas e tiradas em estúdio. Diferentemente das fotos tiradas no ar livre ou com fotógrafos amadores, as fotografias tiradas em estúdios são pensadas desde o cenário, como as cortinas e a iluminação, até as poses dos indivíduos, além da importância elementos de distinção como: “indumentária, estética facial, pose e adereços para a *mise-en-scène* do retrato” (MAUAD e LOPES, 2012, p. 271). Simultaneamente, os indivíduos que estão sendo retratados têm a consciência disso e dessa forma colaboram com o fotógrafo na construção da imagem.

Outro ponto, é que as fotografias dessa categoria foram tiradas objetivando o seu uso no livreto, seguindo a mesma linha: fotos tiradas em estúdio, com o mesmo fundo preto, as mesmas poses e os indivíduos arrumados. Podendo ser

caracterizadas como uma fotografia pública e engajada, pois as fotografias analisadas têm como finalidade comprovar a assimilação, buscando também demonstrar aos constituintes que não houve degenerações ao misturar as raças, que os filhos mestiços nasceram normais e saudáveis, além de tentar demonstrar que são “indivíduos civilizados” e do “bem”, utilizando a fotografia como um instrumento político. De acordo com Ana Maria Mauad e Marcos Felipe Lopes (2012) as fotografias engajadas são projetos que os fotógrafos se associam e

> Esses projetos não são absolutamente individuais, mas compartilhados por uma comunidade de sentido [...]. Possuem características variadas, podendo estar vinculada profissionalmente a uma agência de notícias, a um órgão da imprensa a um movimento social, a uma vanguarda artística, a um projeto de pesquisa etc. [...] (MAUD e LOPES, 2012, p. 272).

O que ocorre nesse livreto, pois recebeu apoio e financiamento de uma entidade que possuía relação com a comunidade japonesa no Brasil.

1.1.2. Casais interétnicos e seus filhos em paisagens

O Sr. Chiyasaku Kouketsu, negociante, com 26 annos de edade, nascido em Tokio (Japão), a 5 de Maio de 1908; a seu lado, sua esposa, Dª. Cecilia Alves Kouketsu, de 20 annos de edade, nascida em Campo do Tenente (Est. do Paraná) a 15 de Março de 1914, e seu filhinho. — Consorcio realisado na cidade de Antonina — Paraná — a 10 de Dezembro de 1932. — Residem ainda nessa mesma cidade

A imagem 2 é em preto e branco, seu enquadramento é vertical, pois ao percorrer os olhos pela fotografia o que acaba chamando atenção é o homem em pé e a posição dos indivíduos é alinhada de forma centralizada. Há três personagens

arrumados e com poses bem definidas, de pé estava Chiyasaku Kouketsu, ao seu lado e um pouco a frente e sentada estava Cecilia Alves Kouketsu e em seu colo há um bebê. O diferencial dessa foto em relação a imagem 1 é que o casal estava em uma paisagem, podendo ser o jardim da casa onde viviam. Mas assim como a imagem 1, apesar de ser tirada em uma paisagem e não em estúdio, os indivíduos estavam arrumados e em poses fixas, sendo, portanto, uma fotografia montada e pensada pelo fotógrafo. De acordo com Richard Gonçalves André (2014, p. 31) até as fotografias que não são produzidas em ateliês, a composição está presente de inúmeras formas. Como já exposto, existiu também a contribuição dos indivíduos para a montagem da fotografia, isso devido ao desejo "[...] da parte de um grupo inteiro de pessoas [...] de aparecer reunidas, que vão ao estúdio, ao jardim ou chamam o fotógrafo" (LEITE, 2001, p. 76). Um dos motivos para esse desejo, pode ser porque os casamentos que não eram aprovados pelas famílias, muitas vezes, não conservavam os seus registros "[...] se é que chegam a ser retratados" (LEITE, 2001, p. 20). E assim como as outras seis fotografias eram destinadas a serem vistas e a conduzir a interpretação dos leitores, para que sejam consideradas como uma "prova científica".

Além disso, nessa categoria, são as mães que seguram as crianças enquanto os pais permanecem ao seu lado em uma pose séria, implicando em algumas representações que refletem características da cultura e tradição japonesa, pois mostram que apesar da mãe ser brasileira foi estabelecido como obrigação das mães cuidar dos filhos e da casa, enquanto do pai coube a posição de sustentar e proteger a família, por isso a pose séria, fixa e que traz um ar de severidade, reforçando a cultura patriarcal japonesa. Conforme Miriam Moreira Leite (2001, p. 78) as autorrepresentações das famílias refletem as hierarquias e estabilidades, mas não expressam os conflitos e as hostilidades. Apesar de tentarem, também, reafirmar um dos argumentos expostos, sobre a influência que as mães têm sobre os filhos. Por fim, é de suma importância refletir, também, sobre o fundo da foto, na medida em que é uma paisagem e, portanto, um ambiente externo que carrega em si significados simbólicos, apesar de estar ligado à casa "(o interior do abrigo do indivíduo)" tem aberturas para o espaço público – a rua (LEITE, 2001, p. 86).

1.1.3. Casal interétnico e seus filhos em sua casa

O Sr. Alvaro Tei Tachibana, lavrador, com 34 annos de edade, nascido em Sapporo (Japão) a 4 de Janeiro de 1899; casado com Dª. Paulina Tachibana, de 26 annos de edade, nascida no municipio de Alexandra (Est. do Paraná) a 10 de Janeiro de 1908; acompanham-n'os seus 5 filhos. — O consorcio realisou-se a 19 de Abril de 1925, na cidade de Antonina, Paraná. Residem actualmente no Municipio de Morretes, do mesmo Estado.

A imagem 3 é em preto e branco, seu enquadramento é horizontal, tem como fundo uma casa bem simples com plantações e é composta por sete pessoas, sendo o homem em pé Alvares Tei Tachibana, ao seu lado, com um bebê no colo, sua esposa Paulina Tachibana e ao redor do casal há quatro crianças que acredita-se que eram seus filhos. O que chama atenção nessa foto, e um dos motivos por ter sido escolhida para análise, é o fundo da fotografia: é uma casa e que ao lado contém algumas plantações, dando a impressão de ser um sítio. Além das vestimentas dos personagens, que eram bem simples e o modo em que estavam dispostos, principalmente as crianças, que estavam descalças, dispersas e descontraídas na fotografia. Apesar das poses dos personagens serem espontâneas ainda é uma fotografia montada, em que há sucessivas escolhas do fotógrafo, como por exemplo o motivo da fotografia ter sido tirada do lado de fora da casa, captando uma plantação ao fundo. Esse recorte do fundo pode ter sido, justamente, para enfatizar o âmbito privado, sendo uma jogada tática para reafirmar o argumento de que os japoneses viviam no campo, trabalhavam só na agricultura e que tinham vindo para desenvolver

o Brasil, apropriando-se da ideia do *gambarê*[166], em que os *nikkeis* tinham a necessidade "[...] de um trabalho incessante e de um despojamento total. Nada de luxos ou supérfluos" (LEITE, 2001, p. 135). Buscando debater com o discurso de que os japoneses vieram para o Brasil para roubar o trabalho das cidades. Outro ponto é que pela fotografia ser tirada fora da casa acaba evocando "[...] esses espaços de passagem do interior para o exterior" (LEITE, 2001, p. 186).

Ademais, nota-se que como a imagem 3, a mãe que segura o bebê no colo, além da maior proximidade das outras crianças em relação a mãe, mostrando novamente as duas perspectivas, em que traz a representação da obrigação da mãe e ao mesmo tempo a ideia da influência que ela exerce sobre os filhos, argumento adotado pelos autores do livreto. Por fim, a fotografia tirada para o livreto com o propósito de debater o discurso antinipônico, adquire uma função pública e política "que garante a visibilidade do poder, das estratégias de poder, ou ainda, das disputas por poder" (MAUD e LOPES, 2012, p. 275).

1.1.4. Mãe e seu filho mestiço

A Sra. D.ª Thereza Omura, de 26 annos de edade, nascida em München (Allemanha), esposa do Sr. Jorge Jonojo Omura, lavrador, de 41 annos de edade, nascido no Japão, tendo em seus braços um dos tres filhos do casal. — O consorcio realisou-se a 10 de Novembro de 1926, em Antonina, Est. do Paraná, cidade onde residem actualmente.

A imagem 4 é preta e branca, foi tirada em um estúdio com um fundo preto, sendo o mesmo estúdio da imagem 1 e é centrada em dois indivíduos, a mulher era

166 "O *gambarê* simboliza o esforço dos japoneses em superar as diferenças e as dificuldades. Significa a luta de vencer através da qual os imigrantes japoneses, do trabalho e dos estudos, procuram os meios para vencer" (SAKURAI, 1993, p. 63).

Thereza Omura e no seu colo seu filho mestiço, ambos estavam bem arrumado e com poses fixas. O diferencial dessa foto é que foi escolhido retratar apenas a mãe e o filho, deixando de fora o pai e os outros dois filhos. Uma das hipóteses levantadas é que esse recorte tem o intuito de enfatizar a influência da mãe sobre seus filhos, buscando comprovar o argumento exposto no tópico 5, de que se a criança nascesse de uma brasileira, seria influenciada diretamente pela mãe, adotando a cultura brasileira e que desenvolveria um amor pela pátria. Podendo ser considerado uma jogada tática, por parte dos autores do livreto, em que abrem mão de uma cultura extremamente patriarcal e patrilinear, como era a sociedade japonesa, e tentam mostrar que seus filhos poderiam se tornar brasileiros através de uma influência materna. No entanto encontra-se uma contradição nesse ponto, pois apesar de argumentarem que as crianças poderiam tornar-se brasileiras, biologicamente continuavam japonesas, já que as crianças retratadas nas fotografias "[...] continuavam a ser geneticamente japonesas, independentemente de sua fisionomia" (LESSER, 2001, p. 184). Assim como as imagens 2 e 3, as mães são as que seguram as crianças, além da representação da obrigação da mãe na comunidade japonesa, percebe-se também que é um recorte que tenta direcionar a interpretação dos leitores, em que essa proximidade da mãe com o filho fosse vista como um "fato" de que a mãe que criaria o filho, portanto, influenciando-o culturalmente.

Outro ponto, é que a mãe era imigrante alemã, por isso, também, que o recorte se concentre nela, pois sugeriria a mensagem de que "[...] os imigrantes japoneses eram uma elite interessada apenas nas pessoas que possuíam alto s*tatus* racial no Brasil e eram capazes de atrair essas pessoas [...]" (LESSER, 2001 p. 184) e que produziriam filhos brancos. Sendo um ponto importante para uma sociedade que buscava o "branqueamento" da população, pois ser considerado branco significava o pertencimento a um lugar privilegiado na hierarquia social (TOSTA, 2018, p. 64).

Com as setes fotografias percebe-se elementos emblemáticos e importantes, como: o fato da maioria das pessoas retratadas serem da cidade de Antonina do estado do Paraná, as datas de casamentos serem bem próximas do ano da publicação livreto e além de só ter fotos de japonês casados com brasileiras, não tendo nenhuma que retrate as japonesas e seus casamentos interétnicos. Sendo um dos pontos mais significativos, pois esse silenciamento nas fotografias em relação aos casamentos

interétnicos entre japonesas e brasileiros confirma como eram raros. Apesar disso, ocorria esse tipo de casamento, mas a escolha dos autores e do fotógrafo não retratar esse tipo de casamento, demonstra como era mais rígido essa questão dos casamentos com as *nikkeis* e como era considerado um ato vergonhoso, principalmente para família. Além disso, muitas vezes, as *nikkeis* tinham que fugir com os parceiros brasileiros, perdendo o contato com a família, como também, algumas eram expulsas de casa e ficavam “mal faladas” nas comunidades japonesas, distanciando-as desse universo japonês. Como já exposto, justamente por ser um tipo de casamento não aceito pela família e muitas vezes realizam-se de forma extremada e longe da família, não era registrado e não se conservavam os registros.

Percebe-se que as fotografias foram inseridas para reafirmar os argumentos expostos no livreto e que para além disso, serviram como uma “prova cientifica” de que a assimilação ocorria e que não traria problemas como: a degeneração da raça. Por fim, com as fotografias é notável que o conceito de assimilação não aborda apenas os aspectos culturais, mas também se associa a uma assimilação biológica. Desse modo, há uma constante relação entre assimilação cultural e biologia, em que uma complementa a outra.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

Cruzamento da ethnia japoneza: hypothese de que o japonez não se cruza com outra ethnia. São Paulo: Centro de Estudo Nipo-brasileiro. Categoria 1: Imigração – Japoneses, nº 113, 14 páginas, 1934.

Bibliografias

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **O paraíso entre luzes e sombras**. Londrina: EDUEL, 2014.

BAO, Eduardo Carlos. **O discurso do "pioneiro colonizador" como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR**. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p155. Acessado em 01/12/2018.

DEZEM, Rogério. **Matizes do Amarelo:** A Gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1879-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, SP: Papirus, 1994.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada:** nipo-brasileiro no interior do Estado de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo, Ateliê Editora, 2002.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. **A crise da imigração japonesa no Brasil:** Contornos diplomáticos (1930-1934). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família**: Leitura da Fotografia Histórica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

NETO, José Miguel Arias. **Pioneirismo**: Discurso político e Identidade regional. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12809. Acessado em 01/12/2018.

SAKURAI, Célia. **Imigração Tutelada**: Os japoneses no Brasil. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). IN: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SETO, Claudio; UYEDA, Maria Helena. 1934. In: SETO, Claudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi** (Caminhos percorridos): Memorial da imigração japonesa. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In: SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 7-19.

TAKEUCHI, M.Y. **O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1945).** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, M.Y. **Japoneses:** A saga de um povo nascente. Coord. Maria Luizia Tucci Carneiro. São Paulo: Companhia Editorial Nacional: Lazuli Editora, 2007.
TOSTA, Luiz Felipe Oliveira. **A terra do sol poente**: Construção da identidade étnica entre ex-decasséguis no norte do Paraná (1980-2017). 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A REPRESENTAÇÃO FEMININA DURANTE A DITADURA MILITAR: DA LUTA À CONSTRUÇÃO DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NO SÉCULO XXI.

Letícia Veitas Novelli[167]

RESUMO. Este artigo tem como objetivo fomentar a construção de consciência histórica sobre o período ditatorial brasileiro a partir do ponto de vista da representação feminina no período, bem como problematizar como as mulheres eram representadas em interrogatórios oficiais disponíveis no acervo Brasil Nunca Mais. Como fundamentação teórica será utilizada a autora Mary Del Priore (2017), como embasamento teórico sobre a história da mulher no Brasil, e Schwarcz e Starling (2015), que fazem uma biografia sobre a história do Brasil, desde a colônia até a contemporaneidade brasileira, analisando o período ditatorial brasileiro e a autora Michelle Perrot (2017) que, embora não estude a mulher brasileira, traz em sua obra uma riqueza sobre a história de gênero e os excluídos da história tradicional como um todo. Para fundamentar a criação de consciência histórica será utilizado o conceito trabalhado por Ronaldo Cardoso Alves (2011) a partir da teoria de Rüsen. Contudo, como resultado espera-se traçar um perfil do discurso proferido às mulheres interrogadas pelos oficiais, demonstrando que a resistência também era feita por mulheres e que as mesmas tinham lutas próprias de sua categoria, embora os veículos oficiais de comunicação não registrassem sua causa, bem como demonstrar a importância desse tipo de estudo na atualidade com a finalidade de construção de consciência histórica.

[167] Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina (2014). Especialista em Filosofia moderna e contemporânea (2017). Mestranda do Programa de Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza – PPGEN na UTFPR – Câmpus Londrina.

INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar do Brasil tem estado em evidência durante muitos anos nas pesquisas acadêmicas de diversas áreas, História, Geografia, música, jornalismo, entre outras. Sua riqueza documental tem possibilitado aos pesquisadores destas áreas uma pesquisa minuciosa e rica em detalhes em todas as facetas de análise. Logo, a intenção desta pesquisa é usar esta possibilidade para abrir o horizonte da história da mulher, pois muito se fala de movimentos sociais como o feminismo, contudo, pouco se trabalha com a questão em sala de aula e não há a preocupação de mostrar quando e onde começaram as lutas desse movimento no Brasil. Fazendo-se de suma importância para a vida escolar do aluno para que este explore fontes diversificadas sobre o tema. Utilizando-se do conceito de consciência histórica de Rüsen (2001) para justificar a importância do retorno ao passado com vistas ao presente e futuro.

Ainda como fundamentação teórica da pesquisa será utilizada a autora Mary Del Priore (2017), que estuda a história da mulher no Brasil, as autoras Schwarcz e Starling (2015), que fazem uma biografia sobre a história do Brasil, desde a colônia até a contemporaneidade brasileira, e a autora Michelle Perrot (2017) que, embora não estude a mulher brasileira, traz em sua obra uma riqueza sobre a história de gênero e os excluídos da história tradicional como um todo.

1 DITADURA MILITAR NO BRASIL

1.1 Contexto histórico do período ditatorial brasileiro

O Brasil de 1960 insere-se em um contexto amotinado. Tem-se a chegada de João Goulart em setembro de 1961 ao congresso, o mesmo a partir deste momento precisa do apoio da Câmara Federal. Já no cenário internacional, tenta-se de todas as formas um acordo diplomático para encerrar a dívida externa do Brasil. Em meio à Guerra Fria, os Estados Unidos da América esboçam apoio ao Brasil economicamente emergente, de modo que o mesmo não se alie a Cuba, numa tentativa norte-americana de conter o avanço comunista na América latina. Assim, encontra-se um Brasil dicotômico contrário as sanções dos EUA a Cuba, mas que ao mesmo tempo dependia do capital norte-americano (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Esta instabilidade culminou no Golpe sofrido por Jango em 1964. Este Golpe põe em perspectiva o enfraquecimento de sua imagem, bem como a insatisfação popular exacerbada da época. Ademais o que restou do Congresso votou indiretamente no general Humberto de Alencar Castello Branco, candidato único e que garantia defender a Constituição de 1946, além de prometer entregar o cargo ao próximo eleito em 1965. Contudo, após sua posse, observa-se uma mudança de discurso. Castello Branco é, portanto, considerado o executor de uma mudança no sistema político, realizada através da colaboração de militares e setores civis interessados nesta reforma *(*SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O poder executivo foi alternado entre cinco generais: “Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85)” *(*SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 449). Castello Branco iniciou a ditadura e sua gestão foi marcada por seu caráter minimamente moderado e pela institucionalização das restrições que limitaram os outros poderes, de modo a estruturar as bases da repressão o que fez com que o regime ditatorial durasse anos, mesmo após sua saída do poder. As características de seu governo são peculiares e tomam como ponto de partida a crise financeira que o país estava. Assim, numa tentativa de sair do fracasso econômico Castello Branco priorizou investimento estrangeiro, o que para os EUA foi ótimo, pois tornaria o Brasil seu dependente auxiliando no combate a ameaça comunista da América Latina. Castello Branco por um período consegue controlar as finanças do país e trazer estabilidade por meio do controle de salários, redução da idade mínima para acesso ao mercado de trabalho e término da estabilidade empregatícia.

Já em 1967 com o país em crescimento e expansão assume o general Costa e Silva. Neste clima de satisfação financeira houve a queda da inflação o que culminou em um “milagre econômico”, como denominaram, jamais visto em nenhum governo anterior. Este “milagre econômico” vedou os olhos de alguns setores da população, fez com que os ânimos fossem acalmados e a sociedade civil começasse a respirar, mesmo que em troca de sua liberdade. Por um lado havia o fortalecimento econômico, mas pelo outro lado tinha-se a repressão e a tortura a todo vapor. Nota-se, portanto, o licenciamento da população que:

> Enquanto durou, o “milagre econômico” escamoteou os efeitos da concentração de renda, e muita gente, em especial entre as classes

> médias urbanas, se beneficiou com o crédito fácil, as novas oportunidades profissionais e os estímulos para consumir num mercado abarrotado de novidades: TV em cores, toca-fitas, câmera Super-8, automóveis – Corcel, Opala, Galaxie, Chevette. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 453).

Ou seja, a classe média da sociedade, aproveitou do “milagre econômico” para o consumo próprio, o que ajudava ainda mais a alavancar uma economia já estável. Segundo Schwarcz e Starling (2015), o “milagre econômico” ocorreu entre os anos de 1970 a 1972. Este “milagre econômico” foi responsável direto pela popularidade alta do general Médici, mesmo sendo ele o mais repressor e violento ditador do período, não sendo tão criticado pela sociedade.

A legitimidade do governo militar se deu através da criação de políticas sociais voltadas às camadas sociais mais pobres, como programas de alfabetização, de assistência médica, e de habitação. Deste modo, uma parcela da sociedade pode começar a pensar na casa própria. Estes programas reafirmam, entretanto, o abismo entre as relações de marido e mulher, delimitando ainda mais o espaço de cada um deles na sociedade já que eram voltados às famílias constituídas em torno do chefe de família. Segundo Giulani (2017), o chefe de família é “a única autoridade reconhecida e incontestada, único representante das necessidades e das exigências de todos os familiares” (GIULANI, 2017, p. 642).

Deste modo, não há como dizer que o período ditatorial brasileiro foi dotado apenas de retrocessos na construção da cidadania brasileira, pois segundo Carvalho (2007), os vinte e um anos de período militar serviram ambiguamente para o progresso, para o retrocesso, quando não as duas coisas ao mesmo tempo. Já que ao buscarem maior aceitação popular, os governos militares utilizaram da mesma política de direitos sociais do Estado Novo de Getúlio Vargas, até mesmo na restrição de direitos políticos. Diferentemente do que ocorreu nos anos intermediários entre o Estado Novo e o período militar (1945 – 1964) cujos direitos políticos foram aumentados e o sociais reduzidos.

Embora a política social seja bem parecida com a do Estado Novo sua eficácia durou menos tempo. Mesmo com “milagre econômico” a população via-se estarrecida com as atrocidades e a falta de liberdade que os indivíduos vivenciavam:

> [...] Enquanto durou o alto crescimento, eles tinham mais empregos, embora menores salários. Mas, uma vez desaparecido o “milagre”,

> quando a taxa de crescimento começou a decrescer, por volta de 1975, o crédito do regime esgotou-se rapidamente. A classe média inquietou-se e começou a engrossar os votos da oposição. Os operários urbanos retomaram sua luta por salários e maior autonomia. Os trabalhadores rurais foram os únicos a permanecer governistas (CARVALHO, 2007, p. 192).

Contudo, mesmo que os ruralistas ainda apoiassem o governo militar, seu apoio era fraco e cada dia decaia mais. Diante disto, percebe-se a eficácia reduzida da política de direitos sociais em detrimento das questões de direito político. Outro elemento que se torna notável é adesão alta da participação popular contrária à ditadura militar, diferentemente do que ocorre no Estado Novo. Outros direitos que tornaram subjacentes durante a ditadura militar foram os direitos civis:

> O habeas corpus foi suspenso para crimes políticos, deixando os cidadãos indefesos nas mãos dos agentes de segurança. A privacidade do lar e o segredo da correspondência eram violados impunemente. Prisões eram feitas sem mandado judicial, os presos eram mantidos isolados e incomunicáveis, sem direito a defesa. Pior ainda: eram submetidos a torturas sistemáticas por métodos bárbaros que não raro levavam à morte da vítima. A liberdade do pensamento era cerceada pela censura prévia à mídia e às manifestações artísticas, e, nas universidades, pela aposentadoria e cassação de professores e pela proibição de atividades políticas estudantis (CARVALHO, 2007, p. 193).

Neste contexto truculento, foi promulgado o Ato inconstitucional de número cinco (AI – 5) em dezembro de 1968. Diante do AI – 5 houve o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, a limitação e/ou perda de direitos de liberdade de expressão e reunião, cassação de direitos dos cidadãos e os crimes políticos passaram a ser julgados em tribunais militares. Com o AI-5, o regime tornou-se muito mais violento e repressor, pois era amparado legalmente. Assim, de um lado da sociedade estavam os policiais militares com a pretensão de continuar no poder. Do outro, havia uma sociedade que teria que respeitar os padrões impostos pela ditadura ou correr risco ao se rebelar. Mediante este cenário, surgem diversas manifestações contra o regime militar e contra o AI-5.

1.2 As mulheres durante a ditadura militar no Brasil

Com o cenário brasileiro extremamente violento e com os grupos sociais unindo-se cada vez mais, algumas mulheres começaram reivindicar direitos que antes só os eram pedidos no ambiente doméstico e que quase nunca eram acatados pelo chefe de família. Há de considerar que às vezes as mulheres nem pediam determinados direitos, mesmo que em suas casas, pelo receio de como seu marido receberia a informação. Claro que nem todos os homens eram violentos e destinavam apenas ao lar a fala de suas mulheres, mas em sua grande parte o eram. Isto decorre pela maneira que foram criados e ao machismo velado na sociedade patriarcal dos anos de chumbo.

Quando alguns grupos começam a reivindicar direitos, uma parcela de mulheres, de classes sociais e propósitos distintos, passaram a lutar por direitos e pela redemocratização do país. Estas mulheres organizavam-se nas ruas, nas praças, nas universidades, igrejas, sindicatos e fábricas. O interesse destas mulheres por mais que partissem de ideais divergentes acabava sendo um só – o término da ditadura militar – Houve, neste momento, relatos de discriminação e segregação sexuais, tornando, muitas mulheres, fontes diretas de denúncias e de reivindicação de direitos, questionando espaços coletivos, como: “o local de trabalho, a prática sindical e a própria família” (GIULANI, 2017, p. 645). Desta forma, as mulheres conseguem obter voz e adentrar espaços que antes eram ocupados apenas por homens como nas: “diretorias das organizações sindicais, partidos políticos, associações, comitês etc.” (GIULANI, 2017, p. 645).

Portanto, como dito anteriormente, as lutas femininas eram diversificadas, algumas mulheres lutavam por direitos trabalhistas, outras possuíam reivindicações mais sociais, como direito à saúde, maternidade e mortalidades infantil e materna. Para obter mais vozes, era comum a aliança com grupos religiosos ou não. Como exemplo tem-se o Grupo de mulheres trabalhadoras e Clubes de Mães que denunciam, portanto, a precariedade nos serviços destinados à mulher. Assim, com o auxílio do pensamento feminista, as dimensões da vida individual, social e coletiva, podem ser articuladas, mesmo que antes fosse impensável às mulheres. (GIULANI, 2017).

Outro tipo de grupo de mulheres que possui tamanha importância na história de luta da mulher no Brasil é o movimento de ocupação de terras, principalmente a partir de 1980, dada a redemocratização do país. As atividades destas mulheres no interior da ocupação variavam do trabalho doméstico até a resistência contra a violência dos policiais e proprietários. Evidencia-se, ademais, a capacidade de organização e capacidade de manter estruturado o ambiente familiar e os espaços comunitários (GIULANI, 2017).

Já, na camada urbana da sociedade, várias mulheres reivindicaram direitos, já nos fins dos anos de 1960, através do Movimento Nacional contra a Carestia, Movimento por Luta de Creches, Movimento Brasileiro pela Anistia, além da criação dos Grupos Feministas e Centros de Mulheres. A intenção, todavia, destes grupos, era o debate sobre os papéis da mulher na sociedade brasileira e como estes papéis são construtos sociais, ou seja, estão aptos a mudanças. Devendo, assim, perceber a importância da luta feminina nos processos de redemocratização do país através de suas reivindicações que foram promulgadas leis mais coerentes com a atuação social e econômica da mulher, através da crítica aos salários promovidos pelo Estado e às demandas de serviços públicos (GIULANI, 2017).

Entre estes movimentos citados, a luta pela anistia se sobressai como uma decisão política organizada contra os militares no poder. O Movimento Feminino pela Anistia é marcado pela indignação da sociedade pelas atrocidades da ditadura e pedia pela libertação dos presos políticos, retorno dos exilados, reintegração política e social e especialmente o término das ações de tortura e de repressão.

Nos anos sequentes a 1970 a liberdade da mulher começa a entrar em cogitação. A sexualidade que antes não era explorada deixava de ser considerada algo místico. Deste modo, com a aceitação da pílula anticoncepcional, as mulheres se tornaram mais independentes devido à sua eficácia. Já na Música, literatura e cinema era exibida a intimidade dos casais, mas tudo ainda de maneira bem sublime e delicada, sendo que esta liberdade sexual que vinha sendo propagada não seria possível se não fossem os meios de propaganda e comunicação de massa, pois ao mesmo tempo que estes meios ditavam padrões, eram responsáveis pela modernização do pensamento (PRIORE, 2014).

2 A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E SUA RAZÃO NO TEMPO PRESENTE

2.1 Uma teoria da história

O conceito de consciência histórica, segundo Ronaldo Cardoso Alves (2011) começou a ser elaborado num contexto pós-queda do muro de Berlim (1989) por interlocutores do contexto histórico europeu. Este contexto propiciou que pessoas com características semelhantes se aproximassem e ao mesmo tempo se distanciassem. Este distanciamento das pessoas se deu devido à divisão entre Alemanha ocidental e oriental. Todos são Alemães, contudo criados em ambientes distintos tanto social e culturalmente quanto política e economicamente.

Este ambiente dicotômico na Alemanha foi responsável pelas questões que a consciência Histórica vem a responder, discutindo os problemas de identidade, fazendo-se necessário ter "consciência histórica do que havia ocorrido na região a fim de garantir, ao menos, um mecanismo de conscientização que provesse do poder de crítica à geração de alemães filhos de famílias de condições socioeconômicas distintas" (ALVES, 2011, p. 27).

De mesmo modo, que a Alemanha estuda a importância da utilização da consciência histórica com seus alunos, nas aulas de história o Brasil tem se destacado no mesmo caminho. Autores como Alves (2011), destacam a importância deste tipo de abordagem no Brasil. Ora o Brasil sendo um país culturalmente rico, democrático atualmente, deve entender e compreender sua identidade, suas raízes e como sucedeu este processo democrático dada sua juventude em detrimento de países com mais anos de democracia e exercício de cidadania como será visto adiante.

Este conceito remete a necessidade de aplicação da história à vida prática, bem como as relações de experiência e expectativa fundamentais à História, as quais entrelaçam passado, presente e futuro. Pois pode-se retornar ao passado sem adquirir consciência histórica e para adquirir deve-se passar pelo labor historiográfico.

Segundo Rüsen, consciência histórica é:

> [...] Um fenômeno do mundo vital, ou seja, [...] uma forma da consciência humana que está relacionada imediatamente com a vida humana prática. É este o caso quando se entende por consciência histórica a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de

> si mesmos de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo. (RÜSEN, 2001, p. 57)

Desta forma, ter consciência histórica nada mais é que o ato de compreender que os fatos por meio das operações mentais, com sistematização, para recuperar um passado que ao mesmo tempo em que é individual também é coletivo. Isto objetiva resolver problemas de orientação no presente e construir identidade.

Assim, segundo Alves (2011) a consciência histórica é uma característica inerente a todo ser humano, pois é a partir dela que as decisões são tomadas no presente. Sendo que todos os seres humanos precisam tomar decisões em sua vida e que estas decisões por mais que tomadas individualmente tem efeitos no coletivo. E para isso precisam de orientação no seu agir, pois é:

> A interpretação de seu próprio passado e da coletividade em que está inserido. É a rememoração da experiência humana, interpretada e com sentido, que dotará o ser humano de perspectivas do agir presente com vistas a envidar possibilidades para o futuro, ou seja, de consciência histórica. (ALVES, 2011, p. 36)

De toda forma, segundo Rüsen (2009) é importante à evocação do passado por fornecer a vida humana um quadro de orientação cultural que põe em perspectiva o futuro com raízes nesta experiência do passado.

Ou seja, é a partir da rememoração que se constrói um futuro consciente, sem cair nas mesmas atrocidades do passado. Por isso a importância do conceito na atualidade. Quando tratamos dos anos 1960-1980 é importante caracterizar como algo que pertenceu ao passado, mas dada a cientificidade da história ao se trabalhar com ela no presente recolocamos este tempo em cheque para não deixar que ocorra novamente, bem como pensar quais parâmetros levaram a chegar neste ponto e como se deu seu término.

Assim ao professor de história cabe colocar as seguintes questões em pauta em seu ensino: “Minhas decisões influenciarão a mim somente ou também aos que estão ao meu redor? Que implicações surgirão dessa tomada de posição? Sua repercussão será curta ou perdurará por muito tempo?” (ALVES, 2011, p. 39), pois é através destas questões que se evidencia a relação dúbia da História e da vida, que partem de questões individuais demonstrando que estas questões afetam a história de terceiros tanto quanto a sua.

Segundo Alves (2011) este processo é importante, pois sistematiza e qualifica a relação que os seres humanos têm com a História, de modo que percebem que são participantes ativos do processo histórico e que nele constroem sua identidade. Assim o ensino de história propicia a articulação entre vida prática e uma metodologia histórica. Relacionando a cientificidade da História ao cotidiano das pessoas.

2.2 A fonte na pesquisa histórica

A pesquisa histórica pautada em uma metodologia empírica trouxe riqueza ao campo por permitir ao historiador investigar fontes diversificadas, indo desde uma fonte escrita até uma fonte sonora. Assim, cabe a recuperação do passado de forma reguladora, dotada de credibilidade e veracidade conforme a narrativa do historiador. Desta maneira, o historiador retorna ao passado para obter respostas com orientação no presente (ALVES, 2011).

Para Alves (2011) a narrativa histórica construída pelo historiador, concebida cientificamente, e chamada historiográfica se apresenta de formas diversas na sociedade, de modo a facilitar sua compreensão. Tem-se livros historiográficos, revistas, jornais, filmes, blogs, novelas, entre outros, que constituem o espaço que comporá junto à existência do adulto, criança e jovem, a satisfação de seus interesses junto à experiência no tempo, levando em consideração sua tomada de decisão política, socioeconômica e cultural.

O que:

> [...] Leva ao fator seguinte de determinação dos fundamentos da ciência da história, pois sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como história. As perspectivas conjecturais e interrogativas têm de incluir as experiência concretas do tempo do passado, de modo que elas sejam conformadas, interpretativamente, no construto significativo de uma “história” e, com isso, possam agir eficazmente como fatores de orientação no tempo. É essa inclusão da experiência concreta no tempo do passado que constitui propriamente o processo do conhecimento histórico. (RÜSEN, 2001, p. 32)

Um dos exemplos desta riqueza documental de fontes é a possibilidade de utilizar interrogatórios como fontes de análise do processo ditatorial brasileiro. Como interrogatórios feitos com mulheres participantes da oposição da ditadura militar no Brasil. Alguns destes interrogatórios estão disponíveis no projeto "Brasil: Nunca Mais" desenvolvido pelo: *"Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo*

nos anos oitenta, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns," (2016). Neste projeto consta todo o processo criminal de alguns indivíduos presos durante o período ditatorial. O projeto "Brasil: Nunca Mais" teve três objetivos centrais: primeiramente evitar que os processos judiciais por crimes políticos fossem destruídos com o fim da ditadura militar, de mesmo modo como ocorreu ao final do Estado Novo; em segundo, obter e divulgar informações sobre torturas praticadas pela repressão política; e por último estimular a educação em direitos humanos constituídos e dotados de consciência histórica. Pensando justamente em uma educação que privilegie e estimule os direitos humanos.

Estes tipos de fontes são exemplos claros do caráter cientifico que a história pode ter, quando trabalhado de modo metodológico, com objetivo de despertar interesse na humanidade para questões sociais, sem que haja apenas a transposição do conhecimento. Atendo-se não a ideologização do aluno, mas sim ao raciocínio lógico, pois a partir do momento que é dado ao aluno à capacidade de interpretar um documento como fonte histórica este perceberá sua real importância e tirará suas próprias opiniões em ajuda com manuais de estudos sobre o tema.

Bem como, trará as mulheres explicação e análise de sua história, demonstrando sua participação ativa no passado, promovendo-se assim um diálogo de representatividade. O que é de suma importância dada a ausência de fontes sobre e das mulheres até o século XX, quando finalmente as mulheres começam a ter acesso a universidade e a alfabetização mais facilmente no cenário posterior as duas guerras mundiais, quando foram lançadas ao mercado de trabalho (PERROT, 2017).

Assim, Rüsen (2001) demonstra que ao articular a interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico na matriz disciplinar da ciência da história, adquire-se especificidade para diferenciar o pensamento histórico comum do pensamento histórico científico. Isto é importante, pois, relaciona a ciência da história com a vida pratica dos homens no tempo e contribui para as mudanças do homem no tempo.

Ademais “As funções da historiografia se referem ao interesse em conhecimento histórico – é nesse ponto que a contemporaneidade do pensamento histórico se manifesta como inquietação por mudança” (Rüsen, 2001, p. 37). Mesmo assim, para não correr o risco de cometer anacronismo é necessário ajustar o

conhecimento histórico do passado ao presente com novos sentidos de critério, levando a novas representações do que é histórico no passado (Rüsen, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, portanto, um campo vasto, que requer continuidade com estudos aprofundados, que possam preencher a lacuna existente, mas, também, contar a história a partir de um olhar diferente. O olhar dos excluídos da história e dos marginalizados. Atendo-se a riqueza documental que o período ditatorial possui, para compreender e explorar interrogatórios feitos através de denúncias. Tendo como finalidade auxiliar a construção de consciência histórica no aprendizado sobre a participação feminina e o movimento feminista no período ditatorial brasileiro. Partindo de uma história pontual, de modo a trazer a realidade presente e projetar um futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES. Ronaldo Cardoso. **Aprender História com Sentido para a Vida: consciência histórica em estudantes brasileiros e portugueses**. São Paulo, 2011, 322 p. Tese de doutorado. FEUSP.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira In: PRIORE, Mary Del (org). **História das mulheres no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. P. 640-658.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** Operários, mulheres e prisioneiros. 7ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas.** 2ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica - Teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução de Peter Naumann; Revisão de Estevão de Rezende Martins. In. **História da historiografia,** n. 2, março, 2009, p. 163-209.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil:** Uma biografia. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OS CONFLITOS NA COMUNIDADE CRISTÃ PRIMITIVA DE CORINTO: A DIVERSIDADE DE IDENTIDADES CRISTÃS

Amanda Cristina Martins do Nascimento
(UEL)

Resumo: Primeiramente entendido como um movimento no interior do judaísmo na Palestina do século I d. C., nos anos que se seguiram à morte de Jesus Cristo, o cristianismo, entretanto, atinge rapidamente diversos centros urbanos do Mediterrâneo. Essa comunicação visa apresentar os resultados da pesquisa de mestrado intitulada "Identidades cristãs em formação na Corinto romana: análise comparada de 1Coríntios e 1Clemente" até o momento. Nossa pesquisa enfoca as produções das identidades cristãs através dos conflitos que surgiram na comunidade de uma cidade específica: Corinto. Para isso escolhemos como fontes a I Carta de Paulo aos Coríntios e a I Carta de Clemente aos Coríntios. Também trabalharemos com conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu, que nos auxiliarão a compreender as produções simbólicas, a percepção dos indivíduos e a luta pelo controle da comunidade, a construção das identidades cristãs e a estruturação inicial da hierarquização. Entre diálogos e embates os cristãos tentam se organizar e sustentar um novo modo de vida, e dentro desse processo é possível observar as relações de poder presentes nas produções das identidades na comunidade de Corinto do século I d.C.. A partir das interações entre diferentes agentes sociais, seus modos de vida e suas relações dentro e fora da comunidade religiosa às identidades cristãs são construídas, existiu um jogo de interesses para se definir o agente que detém a dominação do sistema simbólico religioso. Disputas internas são visíveis em quase todo o texto da I Carta de Paulo aos Coríntios. Problemas enfrentados pelo apóstolo demonstram que, por meio desses embates sociais, se dava a construção dessa recente identidade religiosa. Com o passar dos anos novos personagens assumem a responsabilidade da pregação e manutenção do Evangelho. A I Carta de Clemente aos Coríntios, possivelmente escrita entre os anos de 95 e 96 d.C., revelou uma comunidade mais estruturada, porém, ainda com problemas internos a serem discutidos e resolvidos. Portanto, o que objetivamos aqui nesse trabalho é analisar o surgimento da comunidade coríntia com Paulo e o conflito que esta desenvolveu com um pensamento inicial hierarquizante da igreja de Roma apresentada por Clemente;

o contraste entre essas duas igrejas (Corinto e Roma), e como as distinções por se encontrarem em diferentes meios sociais também se refletiam na constituição das identidades dessas comunidades religiosas.

Palavras-chave: cristianismo primitivo; identidades cristãs; comunidades urbanas cristãs.
Financiamento: CAPES/MEC

Introdução

Inicialmente o cristianismo foi entendido como um movimento no interior do judaísmo da Palestina do século I d. C., nos anos que se seguiram à morte de Jesus Cristo, porém, atingiu rapidamente diversos centros urbanos do Mediterrâneo. O processo de construção das identidades cristãs se deu a partir das interações entre diferentes agentes sociais, seus modos de vida e suas relações dentro e fora da comunidade religiosa. Como processo, ela é construída no cotidiano, dentro da experiência vivida pelo sujeito ou pelo grupo. Em um mundo social tão vasto como o Império Romano, com uma grande diversidade de povos, onde Palestina, África do Norte e grande parte da Europa eram as regiões que estavam sob seu domínio se formou um ambiente no qual pensamentos e práticas culturais transitaram e se encontraram, fazendo assim surgir as primeiras comunidades cristãs.

Sem uma ortodoxia instituída, nesse novo campo religioso existiu um embate entre diferentes agentes e seus pontos de vista do que seria um “verdadeiro” cristão. Houve o constante jogo pela definição da hierarquização, e a alteração constante de posições entre dominantes e dominados na comunidade coríntia. Além disso, houve um conflito entre as práticas já existentes em diferentes campos da sociedade coríntia que os fiéis participavam com o campo religioso cristão.

Entre o século XIX e a primeira metade do século XX, pesquisadores debateram acerca da constituição das comunidades cristãs primitivas, da caracterização de seus membros e em que camadas sociais eles teriam se infiltrado. A princípio, as primeiras preocupações dos estudiosos foram no sentido de compreender os intercâmbios culturais e as relações dessas crenças na sociedade do Mundo Antigo, a conexão entre o judaísmo, as religiões politeístas e o surgimento do cristianismo.

No ano de 1988 e 1989 ocorreram dois simpósios de grande importância para compreensão das relações entre judaísmo e cristianismo antigo, tanto o primeiro como o Simpósio *Durham-Tubingen* sobre Cristianismo Antigo e Judaísmo envolveram pesquisadores que discutiram as possíveis rupturas definitivas entre o judaísmo e o cristianismo, e em que momento elas ocorreram (ARZANI, 2016).

Nas últimas décadas o pensamento acerca da estruturação e das relações entre judaísmo, helenismo e cristianismo têm se modificado. Mais do que uma apropriação da língua e da cultura grega, o helenismo é entendido como as adaptações que as culturas do Oriente Próximo antigo realizaram no período após as conquistas de Alexandre, o Grande. Esse processo gerou reações e reelaborações de práticas judaicas, problemáticas essas que também foram herdadas pelo cristianismo primitivo.

Essas novas análises sobre as identidades e movimentos sociais no Mundo Antigo foram resultados das recentes discussões propostas dentro da teoria social, com as mudanças sociais que ocorreram na segunda metade do século XX. Nos voltamos com outros olhares e preocupações que dão novos sentidos as nossas pesquisas. Como apontou o historiador Julio Cesar Magalhães de Oliveira em sua comunicação “Identidades sociais na Antiguidade Tardia: perspectivas teóricas e estudos de caso a partir da África de Agostinho”:

> [...] Tem-se ressaltado, desde então, que oposições binárias como entre “romanos” e “bárbaros”, “judeus” e “cristãos” ou “pagãos” e “cristãos” são, antes de tudo, construções discursivas de nossas fontes, que tentam normatizar interações sociais [...] O que falta, em outras palavras, é o reconhecimento de que indivíduos têm sempre múltiplos pertencimentos (sejam eles étnicos, religiosos, profissionais, etários ou de gênero) e de que as identidades são sempre ativadas de modo estratégico, dependendo de cada contexto. (OLIVEIRA, 2017, p. 1-2)

Concordamos também com a posição de Stuart Hall (2015) que afirma que as identidades são fragmentadas, os agentes sociais produzem pensamentos e práticas em diferentes momentos e situações, que dependem do contexto específico no qual eles estão inseridos.

Ao analisar a mundo social dos grupos cristãos, optamos em nossa pesquisa por utilizar o arcabouço teórico da Teoria da Prática do sociólogo Pierre Bourdieu, que

busca entender o indivíduo através de seus aspectos subjetivos, na “formalização de sua experiência” (PINTO, 2006, p. 46). Optamos por tais ferramentas, pois, a princípio, seus conceitos nos auxiliam a entender a percepção que o cristão, como agente de um nascente fenômeno religioso, inserido na sociedade greco-romana, produz seus pensamentos e como ele o exterioriza através das suas práticas. Assim, abordamos o conceito de habitus que seria: “o sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.” (BOURDIEU, 2009, p. 191).

Já outro conceito que utilizamos é o de campos, os diferentes espaços (religioso, cultural, científico, etc) onde a ação social é construída e expressa, no qual também se manifesta um jogo de interesses por objetivos específicos. Dentro desses campos os indivíduos expressam seu *habitus* para conquistar seu espaço, nessa disputa dentro de diferentes campos o indivíduo que detiver maior volume de capital simbólico se destacará entre os demais. Para Bourdieu o capital simbólico é um marcador de distinção, de qualidade serve como uma demonstração de reconhecimento. Porém, isso depende de como o agente o emprega, de como ele articula dentro de um campo específico, de como seu habitus se estabelece dentro do campo.

Os conceitos de *habitus*, campo, entre outros nos auxilia a compreender que essas características, os chamados “recursos simbólicos” (língua, cultura material, crença, etc.), são tanto elementos objetivos; reflexos das estruturas culturais na qual os indivíduos convivem; como também subjetivos; construídos por meio da interação social entre agentes e grupos.

As cidades antigas eram uma representação da cultura, isso fica claro na construção da cidade romana clássica, um espaço que oferecia um estilo de vida que combinava o desenvolvimento da atividade pública e as amenidades urbanas, entre elas os teatros, termas, anfiteatros. Essas duas características estavam intrinsicamente ligadas, já que para a construção desse tipo de edifícios era necessário investimento público e doações feitas por particulares, líderes locais ou indivíduos que almejavam ou procuravam uma ascensão social.

Esses fatores não foram diferentes na cidade de Corinto. Apesar de situar na Grécia a Corinto que aqui analisamos reproduzia as estrutura e modo de vida romano, já que foi destruída no século II a. C. e reconstruída em 44 a.C. por Júlio César, da qual herdou o nome de colônia *Laus Julia Corinthiensis*.

As colônias e as províncias ofereceriam todo o aparato romano aos seus cidadãos, elas tinham um modelo no qual se espelhar: a própria cidade de Roma. Esse processo estava ligado à transformação política promovida por Augusto, como afirma Chow (2004, p. 113): "[...] um vínculo patrono-cliente [...] uma relação assimétrica de troca. As partes em ambas as extremidades de um tal vínculo SÃO desiguais no controle de recursos, diferindo [...] em termos de poder e de status".

No caso de Corinto a riqueza serviu como uma característica muito importante na questão da mobilidade social. Já que era uma cidade constituída por uma população em grande parte de libertos, muitos desses indivíduos se utilizavam dessa ferramenta para ascender e, inclusive, para ocupar cargos públicos. J.K. Chow (2004, p. 120) afirmou que em Corinto não era vedado a libertos abastados a participação em cargos como *aedilis* e *duovir*, e ainda:

> Um desses homens libertos era Erasto, figura que muito interessa a estudiosos do Novo Testamento. Ele foi nomeado *aedilis* da colônia provavelmente depois de prometer fazer a calçada externa do teatro. (CHOW, 2004, p. 120).

Para a manutenção da elite em um Império tão diverso a construção e propagação de uma identidade fizeram-se necessárias. A construção dessas identidades serviu para a manutenção do poder da elite junto com o poder do Imperador, porém com certa negociação com as diferentes localidades. Destarte, Corinto era uma cidade portuária que tinha contato com uma grande diversidade de comerciantes, que possivelmente buscavam realizar seus negócios, mas também as amenidades que a localidade oferecia e as bênçãos divinas para seus empreendimentos. Achados arqueológicos indicam um possível santuário dedicado a *Ísis* próximo ao porto de *Cencreia* (SANDERS, 2005 p. 14), templos menores dedicados a *Deméter* e a *Koré* foram estudados próximo ao *Acrocorinto* (BOOKIDIS, 2005, p. 160; SANTOS, 2011, p. 132). Esses dois últimos cultos citados eram praticados em Corinto desde o século VIII a. C., apontou Nancy Bookidis (2005, p.

146), porém, moedas encontradas nas escavações indicam continuidade no período de Augusto e, após o terremoto sofrido no ano de 70 d. C., pequenos pórticos foram acrescentados às construções dos espaços dedicados a essas divindades.

Corinto apresenta uma grande diversidade, sendo uma cidade grega destruída em um conflito a uma colônia romana, centro comercial e de ligação entre a península Itálica e a Ásia e capital da Grécia romana. Observamos como a colônia romana se apropriou e reproduziu os elementos da cidade mãe: instituições, cultos, organização social e política. Enquanto a aristocracia reproduz essas práticas, os demais indivíduos que já têm certo capital econômico buscam imitar essas estratégias dominantes, todavia, de acordo com o lugar social em que se encontram no campo.

Objetivos

O intuito de dessa comunicação é apresentar os resultados da pesquisa de mestrado intitulada “Identidades cristãs em formação na Corinto romana: análise comparada de 1Coríntios e 1Clemente” até o momento. Em nossa pesquisa visamos observar a construção das diferentes identidades cristãs e seu desenvolvimento ao longo de um período de aproximadamente 40 anos da comunidade de Corinto, por meio dos cenários de conflitos contidos na I Carta de Paulo aos Coríntios e na I Carta de Clemente aos Coríntios.

Os dois documentos são cartas, a versão de I Coríntios que utilizamos esta na Bíblia de Jerusalém, a obra é uma edição científica do texto do Novo Testamento, além disso, utilizamos uma versão na língua grega de ICoríntios do livro *Novum Testamentum Graece da German Bible Society.* A I Carta de Clemente aos Coríntios é datada pela maioria dos estudiosos de meados da década de 90 d.C., esta na obra *Apostolic Fathers*, versão bilíngue inglês/grego.

Assim, a dissertação se dividirá em quatro capítulos: no capítulo introdutório buscaremos expor como se deram os estudos acerca das identidades no cristianismo antigo, um campo sobre o qual autores de diferentes áreas se debruçaram para compreender esse complexo fenômeno. Também apresentaremos o esboço teórico que nos auxiliou a compreender a estruturação das comunidades, nossa análise que se mostrou bastante frutífera em trabalhos anteriores, se utiliza de alguns dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu.

No segundo capítulo examinaremos o contexto histórico de nossos documentos, como era a cidade de Corinto da segunda metade do século I d.C., sua população, seu modo de vida. Além disso, analisaremos a dinâmica imperial romana nesse período, sua influência sobre as cidades sob seu domínio e na própria cidade de Roma.

No capítulo terceiro abordaremos o papel do apóstolo Paulo que, através de sua pregação, fundação de comunidades e de suas cartas, serviu de instrumento para a formação das primeiras igrejas cristãs. Nossa intenção em nossa análise é, principalmente, observar as percepções que os cristãos tinha e manifestaram perante o sistema religioso apresentado, os conflitos relatados e as discussões estabelecidas na comunidade situada na cidade de Corinto.

No quarto capítulo realizaremos uma análise da situação da comunidade coríntia já ao final do século I d. C. por meio da I Carta de Clemente aos Coríntios. Notaremos a mutabilidade na construção das diferentes identidades com o passar do tempo e uma imposição de uma nascente hierarquização advinda da igreja situada em Roma.

Resultados

Nos anos iniciais do cristianismo, Corinto demonstrou ser uma comunidade bem complexa e difícil nos escritos paulinos, membros chegaram a questionar a autoridade da pregação do Paulo em I Carta aos Coríntios, sendo que além de alcunha de apóstolo também era fundador dessa comunidade cristã.

A existência um grupo que busca se sobressair dentro da comunidade cristã coríntia, por meio do seu *habitus*, transpondo um capital simbólico de outros campos que eles já participavam e já conheciam. Todavia, como o campo religioso cristão não apresenta uma lógica, o restante da comunidade que não se identificava como pertencente a elite sente-se acuada com as atitudes de desse grupo, gerando desordem, e para resolver esse entrave recorrem ao apóstolo. Como descrito no início da carta foram pessoas da casa de Cloé que informaram Paulo sobre as divisões, e, por meio de nossa analise podemos deduzir que, talvez, aqueles que levaram as informações sobre a comunidade a Paulo fossem indivíduos menos abastados, que

não se identificavam com o grupo de Apolo. E, já que eles não se viam representados por esses, recorrem àquele que tem o poder religioso, que seria Paulo.

A partir do capítulo 7 da carta Paulo começa a discorrer sobre dúvidas apontadas pelos próprios cristãos coríntios: “Passemos aos pontos sobre os quais me escrevestes.” (I Co 7, 1) são questionamentos sobre, principalmente, as relações de homens e mulheres e sua sexualidade. Observamos que os coríntios tem liberdade para delinear seus relacionamentos no interior da comunidade, e mais, até com pessoas de fora da igreja. Portanto, no que condizem as relações de homens e mulheres na igreja cristã de Corinto notamos uma diversidade de papeis enumerada pelo apóstolo Paulo no decorrer do capítulo sete. Dentro de o campo cristão paulino ser asceta ou casado não era um diferencial, no entanto para os fiéis coríntios poderia servir como um capital religioso, indicado pela própria fala deles ao apóstolo em ICo 7, 1. Ou seja, podemos inferir que mais uma vez alguns cristãos intentaram se sobressair perante os outros agentes, porém agora ao imitar o próprio Paulo, ao reproduzir seu ascetismo.

Em seguida observamos que por meio da demarcação social, no qual alguns agentes tentam transportar para o campo religioso do cristianismo a percepção e as experiências cultivadas e articuladas na sociedade romana, encontramos o conflito desses ideais, do que é entendido como bem simbólico e definidor de uma alta classe, ou, nesse caso, dos fortes. A partir desse embate entre fortes e fracos podemos perceber que, apesar da existência de uma hierarquia social, do sistema de patronato e dessas práticas utilizadas e articuladas por alguns indivíduos dentro do mundo social romano, elas não eram totalmente aceitas.

Essa questão também afetou a própria Ceia do Senhor, notamos algumas de suas características, que os fieis acionavam diferentes mecanismos dependendo de sua leitura sobre contextos específicos, interpretando o cristianismo através do seu lugar social, o que levava embates com outros crentes que advinham de posições sociais diferentes. Nesse momento inicial da comunidade coríntia isso é mais evidente, pois os agentes ainda estão refletindo e amadurecendo esse novo campo religioso.

Já com a I Carta de Clemente aos Coríntios temos uma comunidade mais estruturada, a qual o autor do documento não apresenta problemas tão detalhados

como os relatados no texto paulino, porém a noção de hierarquização e liderança de Corinto entrará em choque com a visão ideal do autor. Nesse ponto, importante salientar, que encontramos uma certa dificuldade, já que no Brasil encontramos poucos trabalhos que examinam Clemente Romano, e, ainda, essas pesquisa se atentam a outros temas, como: educação e moral cristã e a vivência da perseguição sofrida pelos fiéis.

A finalidade do escrito de Clemente é manter a união fraterna dos fiéis coríntios, pois segundo ele, as autoridades religiosas instituídas foram depostas por membros mais jovens (I Clemente 47, 6). Dessa maneira, a carta é escrita sob dois signos: o exemplo e a submissão.

O texto de Clemente intenta submeter os fiéis de Corinto a uma ordem a qual ele tentou consagrar através do seu discurso, ao dar exemplos de personagens do Antigo Testamento (a partir do capítulo dez ele cita diversos personagens, como Abraão, Ló, Raabe, entre outros); mártires pertencentes ao século I d.C (nos capítulo cinco Clemente cita Pedro e Paulo), ou mesmo de organizações políticas e sociais (como o exército romano).

Além disso, Clemente Romano demonstrou em sua carta que todos e tudo estão sob a ordem divina, e que os coríntios precisavam se inserir nesse conjunto. Para entendermos melhor observamos que a experiência religiosa da igreja de Roma estabeleceu como sagrado essa conjuntura, sujeita a uma hierarquia e normas.

Dessa maneira, para Clemente Romano, a ordem estabelecida desde os apóstolos (como ele afirmou na passagem citada anteriormente de I Clemente 42, 4) possivelmente instituída por meio de algum tipo de ritual, era a representação da organização divina. Em linguagem *bourdiana*, ele está utilizando de certa tradição (inventada ou não) para legitimar seu discurso, buscando angariar capital religioso (autoridade).

Considerações Finais

Dessa maneira, observamos através do recorte dos conflitos relatados na I Carta de Paulo aos Coríntios a mobilização de diferentes grupos no interior da comunidade. Na comunidade de Corinto podemos perceber que o cristianismo ofereceu outro espaço de possibilidades, que orientam nesse campo religioso a uma

nova produção de bens simbólicos. Tanto *habitus* como campo são considerados instituições históricas, construídas no processo de relações sociais no tempo, dessa maneira, os fiéis (incluindo Paulo e Clemente) tentavam preencher o campo religioso de acordo com os seus interesses e suas percepções. Diferentes especifidades que configuram o movimento inicial cristão, em diferentes momentos e circunstâncias, desse modo moldam diferentes identidades sociais marcadas pela diversidade e pelo conflito. Constantemente sujeita a modificação e negociação com ambiente que se encontra, e particularmente, o campo religioso permite a legitimidade de um estilo de vida singular associada a uma determinada estrutura social.

Referências

Fontes

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002*.*

CLEMENT. First Letter of Clement. In: **The Apostolic Fathers** I. Edited and Translated: Bart D. Ehrman. The Loeb Classical Library. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2005, p.17-151.

ΠΡΟΣ ΚΟΡΙΝΘΙΟΥΣ Α In: **Novum Testamentum Graece**. (Nestle-Aland). 28 ed. Stuttgart, Deutsche Bibelgesellschaft, 2012. Disponível em: <http://www.nestle-aland.com/en/read-na28-online/text/bibeltext/lesen/stelle/56/>. Acessado em: 11 fev. 2018.

Bibliografia

ARZANI, Alessandro. O estudo da formação da identidade dos primeiros cristãos e a importância da teologia. In: **Romanitas** – Revista de Estudos Grecolatinos, n. 8, p. 70-85, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/romanitas/article/view/15166/10737>. Acessado em: 24 abr. 2017.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Coleção Estudos, dirigida por J. Guinsburg, 6ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOOKIDIS, N. Religion in Corinth: 146 B.C.E to 100 C.E. In: SCHOWALTER, D.N.; FRIESEN, S.J. (orgs.). **Urban Religion in Roman Corinth:** Interdisciplinary Approaches. Harvard University Press, Massachusetts, 2005, p. 141-164.

CHOW, J.K. Patronato na Corinto Romana. In: HORSLEY, R. A. (org.). **Paulo e o império:** religião e poder na sociedade imperial romana. Tradução: Adail U. Sobral, São Paulo: Paulus, Coleção Bíblia e Sociologia, 2004, p. 111-129

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina, 12ª edição, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 2015.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. I**dentidades sociais na Antiguidade Tardia:** perspectivas teóricas e estudos de caso a partir da África de Agostinho.

Comunicação realizada no I Seminário internacional de estudos sobre a antiguidade e o medievo: ocidente e oriente. 2017.
PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a Teoria do Mundo Social**. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
SANDERS, G. D. R.. Urban Corinth: an introduction. In: SCHOWALTER, D.N.; FRIESEN, S.J. (orgs.). **Urban Religion in Roman Corinth:** Interdisciplinary Approaches. Harvard University Press, Massachusetts, 2005. p. 11-24.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A VIOLÊNCIA URBANA E POLICIAL NO CINEMA: UMA BREVE ANÁLISE DE TROPA DE ELITE (2007)

Felipe Aparecido de Oliveira Camargo
Orientadora: Carolina Amaral de Aguiar
Universidade Estadual de Londrina

Resumo. A temática da violência urbana, em especial nas obras que se passam nas comunidades do Rio de Janeiro, se faz muito presente no cinema nacional, principalmente no período que se refere à segunda metade da década de 1990 e 2000. Pretende-se por meio desta breve pesquisa fazer uma análise de um dos principais expoentes do gênero, e que também se trata de uma das maiores bilheterias do cinema brasileiro: *Tropa de Elite*, dirigido por José Padilha e lançado no ano de 2007. O objetivo do trabalho é analisar o modo como o filme a discussão da violência na obra, e principalmente da violência policial, em todo o seu conjunto. Abordagens diferentes, pontos de vistas que até então não eram tão comuns no cinema nacional e outras divergências tornam *Tropa de Elite* um filme ambivalente, propenso a uma pluralidade de significações. Nesse sentido, o filme colabora para propagar determinados imaginários e discursos sobre a violência no Rio de Janeiro.Como principal suporte para a realização do trabalho será utilizada a metodologia de Cinema e História, com uso de importantes nomes para este campo de estudos da História, como Marc Ferro (1977), Eduardo Morettin (2003), Marcos Napolitano (2006) e Mônica Kornis (1998). Em linhas gerais, busca-se entender a maneira como o filme projeta uma noção das estruturas da violência policial e urbana no Rio de Janeiro, a relação da recepção do público e da crítica com a obra, e também as controvérsias que suscitam uma discussão que se faz muito urgente no tempo presente.

Palavras-chave: Cinema e História; Representações; Violência Policial; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A partir do século XX, novos métodos e possibilidades foram abertos para o campo da história. Influenciados principalmente pelas gerações da Escola dos Annales, foram propostas novas formas do fazer histórico, dentre elas as indicações de novos instrumentos que poderão servir como documento histórico, apontando para um novo alcance da noção de documento que vão além dos tradicionais registros oficiais e escritos. É a partir disso que se inicia a discussão referente à utilização de documentos fílmicos para o uso historiográfico. Principal nome desse novo horizonte da história, Marc Ferro surge com novas proposições e metodologias que buscam colocar o filme como fonte histórica. Ao longo das décadas que de 1980 e 1990, esse novo domínio, chamado de modo geral de Cinema e História, consegue se estabelecer como um campo específico do conhecimento. Para a realização da pesquisa, será utilizado como apoio referencial as ideias defendidas pelo historiador Marcos Napolitano[168], onde ele busca trazer novas observações e reformulações para a metodologia de Cinema e História, assim como Eduardo Morettin, que oferece novas leituras e críticas para algumas das ideias propostas por Marc Ferro.

Pretende-se, por meio deste trabalho, realizar uma breve análise de uma obra cinematográfica bastante significativa para a produção do cinema brasileiro da última década, que se trata do filme *Tropa de Elite*[169], do diretor José Padilha. O filme, lançado em 2007, foi um sucesso imediato, e antes mesmo de seu lançamento oficial nos cinemas brasileiros, se envolveu em uma polêmica que acabou se tornando caso de polícia. Meses antes de sua estreia, uma cópia do filme vazou na internet, o que possibilitou a pirataria de cópias do filme circulando pelo país inteiro, fato que preocupou toda a equipe de produção da obra. Estima-se que milhares de brasileiros puderam ter acesso ao filme antes da sua estreia, fato que, no entanto, não impediu o filme de alcançar sucesso nacional, acumulando mais de 2 milhões de ingressos vendidos. Assim, o fenômeno *Tropa de elite* foi da consolidação de novos meios de distribuição e circuitos cinematográficos potencializados pelo mercado informal de cópias digitais de filmes e pela internet.

[168] NAPOLITANO, Marcos. A História Depois do Papel. 2006
[169] *TROPA de Elite*. José Padilha. (1h55min) Zazen Produções, 2007.

A história de *Tropa de Elite* se distancia um pouco dos outros filmes que retratam os embaraços da violência na cidade do Rio de Janeiro, como *Cidade de Deus* (2003), de Fernando Meirelles, e até mesmo *Ônibus 174* (2002), do mesmo José Padilha, para citar alguns dos principais exemplos. A obra aqui comentada se caracteriza por fazer uma abordagem do cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em especial do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais). O protagonista do filme, interpretado pelo ator Wagner Moura, se trata de um capitão do órgão, que após sua mulher engravidar, decide sair das operações realizadas pela instituição nas favelas cariocas, e então procura por um substituto seu para chefiar o BOPE. O filme traz o tratamento da questão do ponto de vista do policial, que também é o narrador da obra, fato esse que aproxima ainda mais o espectador do protagonista e de suas ideias.

DESENVOLVIMENTO

Tropa de Elite despertou a atenção do público antes mesmo de sua estreia, devido ao fenômeno da difusão de suas cópias piratas pelos camelôs e pela internet brasileira. O lançamento da obra se viu envolvido em diversas polêmicas, desde a questão da pirataria até a abordagem narrativa que o filme fazia da temática da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro. Discussões acaloradas polarizavam a recepção crítica do filme, onde algumas pessoas alegavam que o filme se caracterizava por glorificar a violência policial, fazendo com que os métodos de tortura adotados pelo BOPE fossem fetichizados e as práticas truculentas da corporação fossem consideradas formas legítimas de combate ao crime organizado. As críticas relacionadas à forma como o filme aborda a violência policial caminhavam ao ponto de a obra de Padilha ser apontada como fascista[170]. Por outro lado, haviam aqueles que defendiam a produção, argumentando que o filme inovava quando contava sua história na perspectiva dos policiais, fato esse que não havia sido explorado até então pelo cinema nacional da Retomada, que voltava suas atenções para o lado do

[170] Um exemplo dessa leitura aparece em no texto: SALLES, Marcelo. “Porque Tropa de Elite é fascista”. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-38/67-porque-tropa-de-elite-e-fascista>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

marginalizado e com uma estética que servia de sustentáculo ao paternalismo brasileiro com relação a essas classes[171].

Explicitando melhor essa relação controversa que o filme suscitou em suas críticas, o pesquisador Augusto César Freitas de Oliveira observou:

> A premiação internacional "coloca lenha" numa "fogueira" brasileira; ela sacramenta o filme na categoria de um grande filme político de "esquerda", ou seja, uma denúncia do caráter injusto, excludente e caótico da sociedade brasileira. Enquanto isso, a recepção do filme por intelectuais brasileiros foi controversa com um grupo grande o suficiente para "parecer" uma maioria dizendo que o filme era fascista. Tropa de Elite, portanto, teve a estranha capacidade de ser entendido simultaneamente como filme de esquerda e de direita.[172]

Independente das discussões apaixonadas que o filme levantou, o que é bastante perceptível é a forma como as imagens propõem uma idealização do Batalhão das Operações Policiais Especiais do Rio. A montagem da obra aponta o tempo inteiro para uma transformação da instituição em um aparato incorruptível e imbatível. Isso é bem visível no enredo, explicitado principalmente através do roteiro e da narração do protagonista que enfatiza inúmeras vezes ao longo da projeção que o caráter principal da corporação é o de que esta não tolera policial corrupto. Logo ao início do filme, Capitão Nascimento lança uma afirmação para o espectador que vai se sublinhar outras vezes na trama, direta ou indiretamente, a de que o policial do Rio de Janeiro tem três opções: ou se corrompe, ou se omite ou vai para a guerra. Essa questão é bastante eficaz de um modo que projete uma certa imagem dos policiais do BOPE, podendo ser sublevados devido à sua opção de combater a "guerra" ao tráfico no Rio de Janeiro. As tensões presentes em cada sequência de ação, o movimento da câmera na mão e a escolha de uma trilha sonora que transmite a sensação apreensiva dos policiais ajudam a fortalecer a efetivação dessa imagem e a

[171] A pesquisadora Ivana Bentes (2007) defende em seu artigo "Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome" que o Cinema brasileiro da Retomada se caracteriza por trazer uma abordagem das "periferias" brasileiras com um olhar paternalista, onde há uma profunda lamentação dos problemas exibidos, porém nada se faz para trazer uma explicação maior para aquilo que está sendo representado. A autora nomeia isto de "cosmética da fome", onde a pobreza e a miséria humana se tornam algo natural e esteticamente apurado, indo de contraponto as teorizações de Glauber Rocha com sua "estética da fome" na década de 1960.

[172] OLIVEIRA, Augusto César Freitas de. O FILME DO ANO: observações periféricas sobre Tropa de Elite. 2008

aproximação do espectador com os personagens que são membros da corporação. Aqui entra uma das questões mais pertinentes no filme, pois as escolhas narrativas de glorificação do BOPE acabam colocando a Policia Militar em segundo plano, sendo diversas vezes no filme reduzida a uma imagem de corrupta e omissa. Durante uma operação na favela, ao verem os "caveiras" subindo o morro com sua tradicional estratégia, um personagem policial militar exclama: "faca na caveira e nada na carteira". Essas situações bastante recorrentes na trama, como mostra o exemplo da rede de corrupção na oficina onde o personagem Neto vai trabalhar, contribuem significativamente para transformar os policiais militares em personagens picarescos.

Outra característica do filme que provoca uma grande aproximação do público com a obra é a estética hollywoodiana da produção, despertando a atenção daquela massa acostumada com os tradicionais *blockbusters* de ação norte-americanos. Isso é claro na montagem ágil das sequências, como nas cenas de tiroteio e a maneira imponente com a qual os policiais agem na maioria das vezes. Um grande conjunto de cenas de violência, principalmente aquelas que retratam as práticas de tortura, são bastante comuns em produções dos Estados Unidos que são fenômenos de bilheteria. A pesquisadora Magali Simone de Oliveira defende a tese de que ao adotar uma mistura entre o documentário (o filme contém sequências audiovisuais de arquivo, como as cenas que envolvem o Papa João Paulo II) e a ficção, Padilha acaba por legitimar perante o espectador as táticas do BOPE, empregando um discurso de defesa da instituição na obra:

> A fusão real/ficção que, graças ao vazamento do filme na web, já havia impregnado os discursos sobre o filme, antes mesmo do lançamento, tornou-se a principal estratégia narrativa para a configuração dos sentidos que impregnam os discursos elogiosos ao BOPE/RJ difundidos pelo filme. E essa mistura de realidade/ficção, na vida real ou na trama de Tropa de Elite (2007) tornou mais crível os discursos e as ideologias divulgadas no filme.[173]

Um aspecto bastante fundamental da obra que alude a essa defesa ao BOPE é a escolha da trilha sonora do filme. A música-tema do filme, "Tropa de Elite", da banda Tihuana, que originalmente foi lançada no ano de 2000 foi escolhida pela produção do filme para dar enredo a algumas sequências das operações do BOPE,

[173] OLIVEIRA, Magali Simone de. *Tropa de Elite:* A espetacularização da fusão real/ficção no cinema nacional a serviço do BOPE e do IBOPE. 2010.

como em um momento na qual Neto e outros policiais invadem a favela com a música ao fundo, atirando contra as pessoas, em um exuberante espetáculo de violência. Com o lançamento do filme, a música se tornou sucesso nacional e virou o hino da corporação. Antes mesmo do lançamento, devido a difusão das cópias piratas, a música já despontava pelas paradas, como aponta uma reportagem do Portal Terra[174]. No youtube, um vídeo com a música possui mais de 3 milhões de acessos. Os trechos "Tropa de elite/Osso duro de roer/Pega um, Pega Geral/e também vai pegar você" se tornaram elementos simbólicos para a constituição de uma imagem do BOPE no público. Além disso, ao se dirigir diretamente ao espectador, a letra da canção adquire um significado dual, referindo-se à ação policial mas também – e sobretudo – ao "fenômeno BOPE" que a música e o filme inauguram.

A sequência que envolve desde a seleção dos policiais militares que irão participar do curso de treinamento do BOPE até as cenas da própria fase de preparação se mostram emblemáticas para a efetivação dessa idealização de uma imagem incorruptível e de eficiência da instituição. Os superiores que escolhem quais serão os membros a participarem do treinamento, e optam por escolher tanto os oficiais que possuem um certo histórico de corrupção e também os com o potencial necessário para entrar para a "tropa de elite" da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. A ideia é que os policiais corruptos e "fracos" vão desistindo do curso, devido à pressão física e psicológica que terão de enfrentar, sendo que ao final irão restar aqueles que verdadeiramente estão prontos para entrar na corporação. Nas sequências que mostram o treinamento em si, é possível para o espectador notar todo o teor ritualístico que envolve a preparação dos PMs que aspiram se tornar policiais do BOPE. Durante as inúmeras provas que os aspirantes têm de exercer nesta fase, se destacam aquelas na qual eles propagam aos berros sua missão: "Homens de preto, qual é sua missão? Entrar na favela e deixar corpo no chão. " Esse grito de guerra é bastante eficaz em toda mise-en-scène que constituem as operações do BOPE nas favelas. Entram na surdina e saem atirando em uma velocidade hábil, muitas vezes sem nem identificar o alvo que estão atacando.

[174] Disponível em :< http://musica.terra.com.br/interna/0,,OI1917093-EI1267,00-Banda+Tihuana+faz+sucesso+com+musica+na+trilha+de+Tropa+de+Elite.html.> Acesso em: 28 nov. 2018.

O filme também perpassa uma noção da imagem que os traficantes possuem dos policiais. Muitas vezes, através da forma como os traficantes se referem aos policiais e vice-versa, o filme fortalece a idealização de uma guerra civil entre policiais e traficantes. Quando o traficante Baiano, o responsável por comandar a rede de tráfico do morro, atira contra o personagem Neto, policial do BOPE, e se dá conta de que acabou de assassinar uma "caveira", sua reação é um misto de medo e raiva. Medo por perceber que seu destino está traçado (as consequências por ter exterminado um policial são iminentes) e raiva ao saber que falhou ao deixar um policial da instituição entrar na sua "área". Essas sequências consolidam uma memória na coletividade a respeito das estruturas que envolvem o tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a violência urbana.

Um dos principais elementos da obra que revela o arranjo ideológico presente em sua estrutura narrativa é o personagem principal, que também narra o filme em primeira pessoa, Capitão Nascimento. O personagem se caracteriza por ser alguém de pulso firme, comportamento e personalidade violenta, mas que, impulsionado principalmente pela montagem do filme, acaba se tornando uma figura carismática. Isso já se torna possível desde a escolha do ator, Wagner Moura, bastante conhecido por suas atuações em novelas da Rede Globo e também por algumas participações em filmes de destaque no cinema nacional. O espectador brasileiro, acostumado com os melodramas que são os produtos de maior audiência da televisão brasileira, se aproxima do personagem já com uma simpatia determinada pelos trabalhos anteriores do ator. A característica que melhor efetiva essa aproximação é a escolha de tornar o personagem o narrador da obra. Capitão Nascimento traz ao público seu ponto de vista, o dos policiais, e através de uma *focalização mental*[175] com o espectador, o aproxima desse ideário propagado ao longo de toda a narrativa. Por fim, ocorrem situações no universo diegético do personagem que acabam por "humanizar" seu comportamento, deixando de lado a crítica às suas ações e algumas vezes até justificando sua brutalidade. O personagem possui crises de pânicos, que são enfatizadas nas cenas em que está ao lado de sua esposa, que está prestes a ganhar

[175] Francis Vanoye e Anne-Golit Lété exploram o conceito de *focalização mental* de Christian Metz, que consiste na ação direta do personagem que está narrando sobre o espectador, impondo através disso o seu pensamento e ponto de vista do universo diegético para quem está assistindo.

um bebê, elementos-chaves para uma identificação e compreensão do espectador com o protagonista. É interessante uma informação que diz respeito ao processo de montagem do filme: quando escrito e filmado, a intenção era que o protagonista da obra fosse o personagem de Matias, interpretado pelo ator André Ramiro, porém durante a edição do filme, acabaram por escolher dar voz ao personagem de Wagner Moura. Isso mostra como a montagem de um filme pode determinar todo o discurso que vai ser impregnado na obra.

Muitas afirmações são proferidas pelo protagonista ao longo da película que servem de consumação para o espectador aderir aos valores do universo fílmico de *Tropa de Elite*. Se destaca justamente aquela que trará uma percepção sobre a violência retratada na obra. Nascimento reproduz, diversas vezes, o discurso maior sobre as estruturas dessa problemática: o Estado está numa guerra declarada contra o tráfico de drogas e os policiais estão prontos para "exterminar" todos os componentes envolvidos. Em certo momento da trama, o personagem afirma: "homem com farda preta entra na favela pra matar, nunca pra morrer." Essas perigosas declarações auxiliam para uma visão simplista sobre toda a rede hierárquica que o tráfico de drogas, não somente no Rio de Janeiro, como também em todo o Brasil, possui. Uma população exausta dos altos índices de violência pelo país inteiro pode acabar adotando esse ponto de vista e renegando uma análise histórica, ampliada e complexa sobre todo o corpo extenso que envolve o problema da violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tornar fenômeno nacional e atingir diversos públicos e classes sociais, *Tropa de Elite* assume a difícil tarefa de representar uma questão bastante polêmica e conflituosa que é envolta de diversas complexidades, de modo que vai revelar uma leitura a respeito do assunto. O diretor, José Padilha, defende nas suas entrevistas que uma parcela do público e da crítica acabaram por ter uma recepção precipitada do filme, alegando que em momento algum suas intenções recaiam em fazer apologia das ações do BOPE ou glorificar a violência urbana. Não se deve deixar o discurso do diretor de lado, porém o fato é que o filme discursa por si próprio. De um gênero de ação tradicionalmente hollywoodiano, com uma técnica ágil e bastante tensa em suas sequências de ação, a obra encontra êxito perante uma massa já acostumada com

esse gênero cinematográfico. O filme acaba idealizando uma imagem positiva do Batalhão de Operações Policiais Especiais do Rio de Janeiro, representado como uma corporação que não tolera corrupção e que está pronta para sair nas favelas combatendo o tráfico de drogas. A pesquisadora Michéle Lagny escreveu sobre o poder que as imagens podem exercer na mente humana, agindo de um certo modo que facilitem muito mais a memorização daquilo que está sendo retratado.

> Como com outros sinais da arte, ocorre ao cinema de fazer o papel revelador: eis porque Dziga Vertov, "o homem da câmera", queria perseguir com seu olho mecânico o invisível do visível, e porque Godard em *história(s) de cinema*, sabe que nos lembraremos dos campos de concentração graças a alguns planos de um filme de ficção polonês *A passageira (Passazjerka)* de Andrei Munk em 1962, como nos lembramos de Guernica graças a Pablo Picasso e a Alain Resnais.[176]

Assim sendo, ao montar essa imagem do BOPE, produzir os discursos na mise-en-scène sobre o problema da violência urbana carioca e do tráfico de drogas, o filme penetra na mente do espectador fazendo que haja a possibilidade do mesmo adotar o ponto de vista abordado na obra, especialmente por meio de seu protagonista-narrador. Todos esses componentes se efetivam de um modo que, por mais que o realizador se posicione externamente através de um discurso contrário à violência policial, o filme nos mostra uma mensagem sobre o contexto que se propôs a representar, e que tamanha repercussão gerou uma sequência fílmica que buscava responder algumas das principais polêmicas levantadas.

REFERÊNCIAS

FONTE:

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha, Marcos Prado.Rio de Janeiro, Zazen Produções. 2007.

REFERÊNCIAS:

BENTES, Ivana. **Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo**: estética e cosmética da fome. ALCEU. Ano 8 nº 15. JUL/DEZ; 2007. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/Alceu_n15_Bentes.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2018. CALAZANS, Ricardo. *Banda Tihuana faz sucesso com*

[176] LAGNY, Michele. O cinema como fonte de história. 2009.

música na trilha de "Tropa de Elite". Disponível em: < http://musica.terra.com.br/interna/0,,OI1917093-EI1267,00-Banda+Tihuana+faz+sucesso+com+musica+na+trilha+de+Tropa+de+Elite.html>. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

LAGNY, Michele. O cinema como fonte da história. IN: Jorge Nóvoa, Soleni Biscouto Fressato, Kristian Feigelson (org). **Cinematógrafo**: um olhar sobre a história. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 99-129.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2.ed, São Paulo: Contexto, 2006. p. 235-289. .

OLIVEIRA, Augusto César Freitas. **O FILME DO ANO**: observações periféricas sobre *Tropa de Elite.* Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/38/augusto_38.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Magali Simone de. ***Tropa de Elite:* a espetacularização da fusão real/ficção no cinema nacional a serviço do BOPE e do IBOPE.** Tese (Mestrado em Letras). Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 161p. 2010.

SALLES, Marcelo. **Porque Tropa de Elite é fascista**. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-38/67-porque-tropa-de-elite-e-fascista>. Acesso em: 09 de dezembro de 2018.

VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise fílmica.** Francis Vanoye, Anne Goliot-Lété; tradução de Marina Appenzeler. – Campinas, SP: Editora Papirus, 1994.

O JORNAL *VERSUS*: DUAS FASES DE UM PERIÓDICO

Roberto da Silva Rodrigues
(Mestre em História Política pela Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. A presente comunicação tem por objetivo divulgar resultados de trabalho de pesquisa desenvolvida durante o mestrado em História Política na Universidade Estadual de Maringá. A pesquisa realizada buscou analisar as duas fases de existência do jornal *Versus. Versus* foi um periódico pertencente à categoria da imprensa alternativa. Um tipo de jornalismo produzido no período do regime militar. *Versus* e os demais jornais alternativos se destacaram pela oposição e resistência à ditadura ao mesmo tempo em que os jornalistas desta categoria buscavam uma linguagem também alternativa para o exercício do jornalismo. A literatura a respeito do jornal *Versus* basicamente obedece à versão narrativa de Bernardo Kucinski sobre a história do jornal. Desse modo observa-se que os trabalhos que abordam a história de *Versus,* focam suas análises, sobretudo na primeira fase do periódico. Sustento que o jornal possuiu duas fases a primeira de 1975 a 1977, e a segunda de 1977 a 1979. O principal resultado da pesquisa foi evidenciar a segunda fase do periódico, a qual se trata do momento mais político do jornal, no qual os debates sobre a conjuntura política brasileira se tornam uma constate em suas páginas, sendo essa fase mais política um dos elementos que permitem distinguir as duas fases do periódico.

Palavras-chave: imprensa alternativa; cultura política; ditadura civil-militar; periódico de resistência.

Introdução

Meu trabalho com o jornal alternativo *Versus* começou no ano de 2011 quando realizei minha monografia de conclusão do curso de História na Universidade Estadual de Londrina. Nesta época eu era militante da organização Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), uma tendência política interna do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Não me lembro ao certo como fiquei sabendo da existência do acervo do jornal *Versus* no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL (CDPH-UEL), mas me deparar com exemplares do jornal no centro de documentação foi motivo de felicidade já que poderia trabalhar com a pesquisa de um objeto de certa familiaridade com minhas experiências políticas.

O coletivo político do qual fazia parte, na época o CSOL, possui uma história de ligação com o jornal *Versus.* O CSOL era fruto de um rompimento político de militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). O PSTU tem uma ligação direta com o jornal já que na década de 1970, tinha como organização de origem a Convergência Socialista, uma organização política trotskista que passou a ter grande influência sobre o jornal, vindo a possuir o controle do periódico em sua segunda fase até o final de *Versus.*

Portanto, meu trabalho de conclusão de curso, defendido em 2011, foi minha primeira experiência de pesquisa com o objeto: jornal alternativo *Versus*. Neste trabalho procurei analisar o jornal no contexto da transição democrática que se anunciava, haja vista que o jornal *Versus*, que circulou de 1975 a 1979, tinha como contexto social e político o regime militar, à época sob a presidência do general Ernesto Geisel. Neste trabalho procurei analisar como o jornal debatia e apresentava em suas páginas ideias sobre redemocratização do país. Esta análise teve como suporte metodológico o trabalho da socióloga Maria José de Rezende intitulado *A transição como forma de dominação política: o Brasil na era da abertura, 1980-1984*.

Desse modo minha monografia procurou analisar como jornal via e procurava intervir nos debates sobre a transição democrática brasileira. Embora a transição em si tenha acontecido na década de 1980, portanto quando o jornal *Versus* não mais existia, já na década de 1970 as autoridades militares começavam a falar de uma transição lenta, gradual e segura, ideia esta atribuída ao general Ernesto Geisel.

Sendo assim, minhas primeiras pesquisas como o jornal tiveram como conclusão o resultado de que *Versus* procurou intervir no debate sobre a transição democrática no sentido de denunciar a saída conciliatória que os militares, setores empresariais e dirigentes políticos pró-regime apontavam como caminhos para a crise política e econômica na qual se encontrava o regime militar.

O jornal *Versus* como objeto de exposição museológica

No ano de 2012 iniciei o curso de especialização em Patrimônio e História, na universidade Estadual de Londrina. Ao final do curso produzi um artigo que também tinha como objeto de pesquisa o jornal alternativo *Versus*. No trabalho de conclusão da especialização procurei apresentar outra abordagem sobre o jornal, passando a enxerga-lo como objeto de exposição museológica.

No meu entender, tal abordagem se tratou de uma iniciativa inovadora pela proposta de execução de uma exposição museológica com um jornal alternativo. Esta ideia só foi possível pelo movimento de renovação dos museus, observado entre outros, nos estudos desenvolvidos pela pesquisadora Letícia Julião, o que pode ser verificado no texto *Apontamentos sobre a história do museu*.

No texto mencionado Letícia Julião discute ideias sobre o surgimento dos museus e como neste período estas instituições estavam voltadas para a apreciação do objeto museológico numa perspectiva tradicional. Desse modo, os primeiros museus históricos no Brasil possuíam uma perspectiva identitária a qual procurava apresentar como objeto de exposição uma ideia tradicional, por exemplo, sobre os heróis da nação. Operando uma espécie de antítese desta concepção inicial, o movimento de renovação dos museus na década de 1960 e 1970, procurou questionar os objetos tradicionais. Do mesmo modo em que décadas passadas a história procurou questionar suas fontes, abordagens e objetos, os meus também envidaram esforços no sentido de incorporar novos atores sociais em suas exposições.

Desse modo, meu artigo de conclusão de curso procurou inserir a ideia da realização de uma exposição de um jornal tido como alternativo no bojo das ideias e iniciativas do movimento de renovação de museus. Como não possuo habilidades de curadoria em museus, não cheguei a realizar a exposição museológica com o jornal *Versus*, mas entendo que na contemporaneidade tal perspectiva de exposição é uma

ideia perfeitamente possível se levarmos em conta que a história, e também os museus, estão abertos a novas abordagens e objetos.

O Jornal Versus: metamorfoses de um periódico alternativo (1975-1979)

Terminado o curso de especialização na UEL no ano de 2013, em 2016, ingressei no curso de mestrado na Universidade Estadual de Maringá, na linha de pesquisa de História Política. Neste curso percebi que estava em sintonia com meu objeto de pesquisa, já que a política foi uma das áreas de intervenção do jornal *Versus*.

Neste curso meu projeto de pesquisa propunha investigar o jornal alternativo *Versus* a partir do conceito de cultura política, com aportes teóricos da contribuição de Serge Bertein, Jean Sirinelli e Almond e Verba. A hipótese de meu projeto de pesquisa foi a de que o jornal *Versus* passou por um processo de metamorfose modificando sua natureza jornalística. Desse modo sustento que o jornal possuiu duas fases, a primeira de outubro de 1975 a 1977 e a última de 1977 a 1979.

Na primeira fase do jornal predominou em suas publicações, temas sobre a América Latina, poesia, literatura, artes, música teatro. Diz-se que nesta fase o jornal operava por meio de metáforas e tinha como lema a arte como arma política. Na pesquisa que realizei durante o mestrado pude observar que o jornal mudou sua cultura política de uma fase para a outra. Enquanto na primeira fase pode ser verificado um discurso de denúncia e contestação, estes expedientes são observados sem se fazer uma referência direta aos regimes ditatoriais que vigoravam na América Latina. Para usar um termo dos editores do jornal, o periódico fazia uma crítica indireta ao regime mas não procurava “sujar as mãos”.

Procedimento contrário é observado na segunda fase do jornal *Verus*. Nela o periódico passa a discutir e a disputar abertamente as teses políticas no Brasil no contexto da transição democrática que se anunciava. Aqui, o jornal “veste a camisa” de uma das bandeiras políticas com a possibilidade do fim do bipartidarismo e passa a defender a necessidade de criação de um partido socialista no Brasil como uma das tarefas históricas colocadas para a classe trabalhadora brasileira.

Na segunda fase de *Versus,* abandona-se a perspectiva de denúncia indireta. Os adversários políticos têm nome e endereço. O periódico assume uma posição no debate político. Diferente da primeira fase, na qual o latino-americanismo meio que encobria a expressão de ideias sobre a realidade política brasileira, agora o jornal passa a dedicar mais espaço para a publicações em suas páginas sobre a política no Brasil.

Desse modo, é possível constatar a metamorfose ocorrida no jornal *Versus* é de natureza política e jornalística. Sendo a análise deste processo a questão para a qual me dediquei a pesquisar durante o mestrado em Histórica Política na Universidade Estadual de Maringá.

Justificativa

A justificativa que sustentou a realização da pesquisa é a de que a principal obra a render contribuições sobre a história do jornal *Versus*, e da imprensa alternativa, o livro de Bernardo Kucinski, *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*, apresenta o limite de analisar *Versus* em sua primeira fase. Na verdade o livro de Bernardo Kucinski não faz distinção de fases sobre a história de *Versus*. Além do mais, a contribuição de Kunciski pode ser concebida como uma ideia reducionista sobre a história do jornal já que este autor sustenta que o periódico teria passado por um golpe por parte da organização Convergência Socialsita, no qual esta teria se valido deste golpe para assumir o controle do periódico e utilizá-lo como instrumento de divulgação de suas políticas.

Em minha pesquisa durante o mestrado procurei relativizar esta ideia de golpe já que um daqueles que teria sido o principal prejudicado por tal golpe, o líder e idealizador, Marcos Faerman, não demonstrou preocupação com as movimentações iniciais dos membros da Convergência Socialista em fazer parte do jornal.

É bem verdade, que a distinção do jornal em duas fases trata-se de algo controverso já que outros pesquisadores sustentam que *Versus* possuiu três fases. Em minha pesquisa defendo que o jornal possuiu duas fases por apresentar claramente elementos que permitem distinguir estas duas fases como veremos adiante. Além do mais, entendo que a contribuição de Bernardo Kucinski, ao não diferenciar uma fase da outra acaba perdendo em termos de potencial e contribuição

de pesquisa já que assume como ponto final para análise de *Versus* o momento em que a Convergência Socialista assume o controle do periódico não se dedicando à análise do que eu chamo de a segunda fase de *Versus.*

O objeto

O objeto de pesquisa como pode ser constatado nas palavras anteriores é o jornal alternativo *Versus,* no qual procurei analisar o que eu chamo de metamorfose do jornal, ou seja, o processo de modificação de seus conteúdos e temas sobre os quais o periódico dedicava suas publicações.

Portanto, o jornal *Versus* era pertencente à categoria chamada imprensa alternativa, popularmente conhecida como “imprensa nanica” numa referência ao tamanho dos jornais de formato tabloide, menores se comparadas como os jornais da grande mídia publicados em tamanho standard.

Versus tinha as suas capas coloridas, e as matérias em preto e branco. O papel utilizado era o couchê e as técnicas de impressão era o offset. O jornal tinha uma circulação bimestral, durante um tempo circulou mensalmente. Ao longo de sua história foram produzidas 33 edições normais, além de duas edições em formato de quadrinhos. No Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da UEL, existe também algumas edições especiais dedicadas à campanhas sindicais.

O idealizador e líder do jornal, até a sua primeira fase, foi o jornalista gaúcho Marcos Faerman. O periódico contou com as colaborações de uma série de jornalistas e intelectuais, entre eles, algumas personalidades de maior conhecimento público como o cartunista Luis Gê, o jornalista Caco Barcellos, o escritor Eduardo Galeano, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Podemos dizer que o periódico era antenado aos principais debates políticos e filosóficos da época, fato que pode ser constado pela presença de uma entrevista com o filósofo Michel Foucault.

Três influências foram fundamentais para a criação do jornal Versus: o clima possibilitado pelas experiências do new-jornalism norte americano, no qual os jornalistas se utilizavam de recursos literários para a vivência das reportagens, a revista argentina *Crises* e a revista uruguaia *Marcha*. Destas, Versus herdaria a vocação para discutir questões que afligiam os povos latino-americanos.

Estes são alguns dos ingredientes a compor a experiências de realização do jornal *Versus*, o qual pode ser qualificado como inovador, inventivo, provocador e de oposições, em síntese, um exemplo claro da expressão do jornalismo característico da imprensa alternativa.

Os jornais alternativos eram assim chamados por uma dupla característica: eram alternativos ao modelo de jornalismo praticado pela imprensa tradicional baseado no lide, uma técnica de jornalismo no qual as reportagens consideradas de maior importância ganham o topo das páginas numa espécie de hierarquia em que as matérias procuram objetivamente responder à perguntas como o quê? Quem? Onde? Como? Quando?

A imprensa nanica também era alternativa no sentido de fazer oposição ao regime militar, algo que não era concebido pela imprensa tradicional que muitas vezes eram complacentes com o regime e até obedeciam às regras da censura impostas aos meios de comunicação.

Objetivos

Portanto os objetivos da pesquisa foram analisar o que foi a experiência de produção e circulação do jornal alternativo *Versus* durante a década de 1970. Observar e distinguir o que eu chamo de as duas fases do periódico na qual é possível apontar uma espécie de metamorfose na natureza das publicações do jornal.

Também procurei discutir a literatura sobre *Versus*, principalmente o trabalho de Bernardo Kucinski, e também, os estudos de Jeferson Cândido, Luis Carlos Eblak de Araújo e Maria Paula Nascimento Araújo. Destes estudos pude perceber que basicamente estes autores obedecem à versão narrativa de Bernardo Kucinski sobre a história do jornal, não se dedicando em pormenores ao que eu chamo de a segunda fase de *Versus*.

Por fim, tive também como objetivo analisar o periódico a partir do conceito de cultura política, por entender que este conceito pode ser operacionalizado para analisar ao que chamo de fases e metamorfoses de *Versus*. Desse modo, as discussões e reflexões desenvolvidas durante o mestrado na disciplina de Teorias e Metodologias em História política foram muito proveitosas já que me possibilitou a apropriação deste conceito, o que se mostrou útil para a análise do objeto.

Resultados

Como resultados da pesquisa é possível apontar que o jornal *Versus* como objeto de pesquisa em história possui bons e importantes trabalhos já efetuados, mas os mesmos se limitam a uma ideia matriz presente na obra de Bernardo Kucinski sobre a história do jornal. Com minha pesquisa, pude perceber que Versus possui uma história para além de sua primeira fase. É bem verdade que o periódico teve uma curta existência, quatro anos, mas constitui em um objeto importantíssimo para compreender a história da imprensa alternativa e os setores que se lançaram na oposição ao regime militar.

Na primeira fase de Versus é possível dizer que vale o lema do jornal, a arte como arma política. O jornal se baseava em uma espécie de denúncia indireta aos regimes de exceção que vigoram em vários países da América Latina. Operando por meio de metáforas, o jornal pode ser qualificado como a síntese das experiências do jornalismo alternativo. Nesta fase, é perceptível nas páginas do jornal, o clima de tensão, morte, perseguição, medo, marcado pelas experiências de regimes ditatoriais.

Já em sua segunda fase, Versus não opera mais por meio de metáforas. Passa a debater e discutir abertamente em suas páginas as principais teses políticas que circulavam no meio social com a crise do regime militar no Brasil. Nesta fase, o jornal assume claramente a defesa da criação de um amplo partido socialista como uma das tarefas colocada para a classe trabalhadora. Este fato se relaciona ao contexto social e político da época o que se expressa internamente no jornal com a crescente politização da redação.

Portanto, posso dizer que de uma fase para a outra, ocorre uma mudança de cultura política no jornal *Versus*. De um livre instrumento da experimentação de novas abordagens jornalística, de tom eclético quanto a referenciais teóricos, *Versus* assume em sua segunda fase o marxismo como filosofia do tabloide, tornando-se militante, ambicionando pautar os principais debates políticos da época.

Considerações finais

A realização desta pesquisa foi uma experiência desafiadora, acadêmica e pessoalmente falando. Entendo que não possuo a verdade sobre a história. Ouso

inclusive questionar se a verdade é algo que se possa ser concebido por meio de posse. Sou consciente que o trabalho possui limitações, as quais compreendo que refletem as milhas limitações como pesquisador. Mas entendo o ser humano como um processo, e estou em constante processo de aprimoramento.

Desse modo não pretendo sustentar que possuo uma versão narrativa melhor sobre o objeto de pesquisa, mas apenas uma olhar sob outra perspectiva, uma perspectiva que humildemente posso chamar de minha. Com isso posso dizer que a realização desta pesquisa me deixou extremante feliz por conseguir concluir esta etapa em minha vida.

Evidentemente o debate sobre a história do jornal *Versus* não está esgotado. No desenvolvimento da pesquisa deparei-me com questões e lacunas que não foram resolvidas na produção do texto final, por exemplo, como em plena ditadura militar, os jornalistas da imprensa alternativa, desafiando o regime, conseguiam publicar seus jornais. Estas e outras questões não foram resolvidas em meu trabalho, mas acredito que são perguntas a renderem novas iniciativas para a pesquisa sobre a imprensa alternativa.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Luis Carlos Eblak. ***Versus* e a Imprensa Alternativa**, Em busca de uma identidade latino-americana. (1975-1979). São Paulo – SP: USP. Dissertação de mestrado. 2002.

ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. La cultura política. In: ALMOND, g. ET. ALL. **Diez textos básicos de ciência política**. 2ª Ed. Barcelona: Editora Ariel, 2001, p. 171 – 201.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Coord.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília Et. All. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 29 – 46.

BUCCHIONI, Xenya de Aguiar e OGASSAWARA, Juliana Sayuri. *Versus:* A busca por uma identidade cultural latino-americana. Revista Acadêmica de La Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social. **Diálogos De La Comunicación.** Nº 79. Janeiro-julho de 2009.

CANDIDO, Jeferson. *Versus*: a arte como arma. **Boletim de Pesquisa NELIC,** Florianópolis, v. 5 n.6/7. Polêmicas. 2003.

CANDIDO, Jeferson. **Dois lados da moeda**? Versus, um jornal alternativo, e Cultura uma revista do MEC (1976 – 1978). Florianópolis, SC: UFSC. Dissertação de mestrado. 2008.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: Minc/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.
KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
REZENDE, Maria José. **A transição como forma de dominação política.** Londrina. Editora UEL, 1996.
SIRINELLI, Jean-François – L'Histoire politique et culturelle. **Sciences Humaines**, Paris, n. 15, p. 157-164, out. 1997.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

ENSINO NORMAL NO BRASIL: ASPECTOS LEGISLATIVOS DE 1946 A 1971

Milena Amanda dos Santos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Resumo. O trabalho é intitulado como História do Ensino Normal no Brasil: aspectos legislativos de 1946 a 1971. Apresenta como tema História do Ensino Normal no Brasil, com o recorte histórico de 1946-1971, incorporando as legislações acerca do tema como fio condutor da discussão. Tem o objetivo geral de discutir brevemente sobre quais foram as políticas públicas para o ensino normal e quais os seus desdobramentos dentro do recorte histórico estabelecido. Como objetivos específicos, trata sobre uma breve contextualização inicial sobre a formação de professores no Brasil República (1889-1945). Também tem como objetivo específico fazer uma pequena abordagem sobre a realidade de implementação das legislações acerca do Ensino Normal no período de 1946-1971. Para tanto, o trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, com subsídios teóricos (ROMANELLI, 1980; TANURI, 2000) e legislativos (Lei Orgânica do Ensino normal de 1946; Lei de Diretrizes e Bases de 1971). Com a pesquisa realizada, foi possível constatar como apesar do empenho formal de dar organicidade na instrução do ensino normal a realidade foi outra, acabando por manter a elite brasileira com acesso facilitado ao ensino secundário enquanto as camadas mais baixas da sociedade continuavam por completar somente o ensino primário. Concluiu, portanto que o Ensino Normal e suas respectivas regulamentações muito colaboraram para a formação de docentes até certo período e deram uma maior importância para o ensino e sua organização como um todo.

Palavras-chave: História da Educação; Ensino Normal; Lei Orgânica do Ensino Normal; Lei de Diretrizes e Bases.

Introdução

O trabalho apresenta como tema história do Ensino Normal no Brasil, modalidade esta mais conhecida como Magistério, compreendida como um curso de nível médio com ênfase na formação docente para o ensino elementar, ou primeiras letras, o que pode ser equiparada atualmente com a Educação Infantil e os Anos Iniciais. A importância desse tema reside justamente na necessidade de manter viva a história da instituição, compreendendo que

> Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro (ARANHA, 1993 p. 12).

Por conseguinte, o debruçar sobre esse tema também ocorreu pelo interesse particular, por conta de ser o cenário educacional o qual foi vivenciado diversos questionamentos sobre as práticas docentes, como ocorreu o surgimento do ensino normal? Como se constituía o currículo? Qual o contexto de sua criação? Entre outras questões acerca de sua composição.

Tendo em vista essas indagações particulares, cabe elucidar uma questão geral norteadora para o desenvolvimento do trabalho. Quais foram as políticas públicas para o ensino normal no Brasil e quais seus respectivos desdobramentos? Com isso, uma aproximação maior com o objeto de estudo se fez necessária, para tanto, foram escolhidas a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e a de 1971.

Tratando-se de uma pesquisa histórica, foi necessário estabelecer um recorte histórico, no intuito de que a pesquisa tomasse uma maior profundidade em sua abordagem. Frente ao fato de que a primeira organicidade do Ensino Normal em nível nacional ocorreu com a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946 e, atentando-se para outros pontos marcantes da legislação acerca do ensino normal no Brasil, o recorte foi do ano de 1946 até o ano de 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases que desconfigura o Ensino Normal.

Enquanto objetivo, o principal deste trabalho foi o de discutir brevemente sobre quais foram as políticas públicas para o ensino normal e quais os seus desdobramentos dentro do recorte histórico estabelecido (1946-1971), levando como

fio condutor da discussão a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional doa anos de 1961 e 1971.

Para a Elaboração do trabalho, foi utilizada a metodologia de pesquisa bibliográfica, sustentando-se em fundamentos teóricos consistentes e também da pesquisa documental, tendo as legislações e políticas públicas de ensino como fio norteador para a discussão do trabalho. Compreende-se que:

> Ora, é absolutamente impossível o levantamento histórico dos sistemas de instituições educacionais, sem o conhecimento de seus fundamentos legais. Evidentemente, não se esgota o conteúdo histórico de um sistema de ensino pelo conhecimento de uma lei que criou, o organizou e o controla. Mas, a lei forma o substrato sobre o qual a dinâmica das instituições vai se processar. (REIS FILHO,1998, p.12-13 apud MIGUEL, 2007, p.33)

Breve histórico do Ensino Normal no Brasil de 1989 a 1945

A iniciar pela Constituição de 1891, a primeira após proclamação da república, em seu artigo 72 parágrafo 6, propõe que o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos será leigo. Coloca como dever da União a criação de instituições de ensino superior e ensino secundário e prover instrução do ensino secundário no Distrito Federal segundo o 3º parágrafo do artigo 35. Como pode ser percebido, pouco se trata sobre educação nessa primeira constituição da república.

Pode-se dizer que o período da Proclamação da República em 1889 até a década de 1930 marcada pelos movimentos da Escola Nova e a Constituição de 1934, o ensino público não teve grandes mudanças.

Assim, a partir da década de 1930 que a educação enquanto preocupação nacional e dever do Estado passou a ser fortemente discutida. Essa afirmativa pode ser evidenciada com o surgimento do movimento da Escola Nova e com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. A importância dada às discussões educacionais nesse período levaram a população geral a crer em um ensino laico, gratuito, universal e de qualidade, na contramão do que até então foi vigente. Segunho Aranha (1993),

> O fenômeno da urbanização acelerada, decorrente do desenvolvimento do capitalismo industrial, cria uma forte expectativa com relação a educação pois a complexidade maior do trabalho exige melhor qualificação de mão-de-obra. Já no século anterior ocorreram tentativas de universalização do ensino, mas é no século XIX que esses esforços se concretizam com a intervenção, cada vez maior do

> Estado no sentido de estabelecer a escola elementar universal, leiga, gratuita e obrigatória. (p. 175)

Assim, era necessário qualificar a mão de obra para as indústrias. Tendo em vista que as aglomerações ocorreram principalmente na zona sudeste do país, a qual era localizada a capital nacional além da instalação de indústrias por todo o estado de São Paulo, o foco educacional também se deu nessas regiões, assim, o atraso educacional que todo o país já possuía pelo fato da Revolução industrial chegar tardiamente aqui, ainda acabou por haver disparidades dentro do próprio país, gerando um desnível educacional nacional. Com isso, a necessidade de uma organização geral em nível federal surgiu, assim, aconteceu a Reforma Francisco Campos a qual instituiu decretos a favor da organização do ensino superior e o ensino secundário, com ênfase no ensino comercial, como afirma Romanelli (1980):

> Por esse motivo, a Reforma Francisco Campos teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. (p. 135)

A Constituição Federal de 1934 outorgada no primeiro governo de Getúlio Vargas, fortaleceu todas essas concepções descritas anteriormente acerca da Escola Nova e da Reforma Francisco Campos sobre a necessidade de uma educação para todos, de igual maneira, gratuita e secularizada, fato esse que foi um ganho para a educação brasileira. Mesmo que no papel soasse bonito as propostas colocadas, não foi isso que ocorreu de fato. O ensino secundário não se interligava com o ensino superior, além de que o ensino primário ainda não era destinado à todos. Também o modo de avaliação presente tanto no ensino secundário quanto no ensino profissional não possibilitavam o estudante continuar os estudos assim também os modos de promoção, o que enfatizava a elitização do ensino.

No período seguinte, de 1937 a 1945, a Ditadura Vargas se instaurou e todos os ganhos ainda que somente em lei para a educação foram perdidos, pois foi dada à iniciativa privada o exercício de ofertar o ensino à população, tirando do Estado esse dever. Na Constituição de 1937, fica claro como a educação não era prioridade para o governo vigente, colocando o dever do estado em prover ensino em segundo plano. O artigo 130 demonstra bem essa realidade.

> Art 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937).

Assim, as conquistas realizadas pelo Movimento da Escola Nova, pela Reforma Francisco Campos e pela Constituição de 1934 foram cortadas pela proposta da Ditadura Vargas, tirando responsabilidade do Estado em manter a educação no país e sendo mais moderada com o ensino religioso.

Somente no início de 1942 é que se iniciaram movimentos acerca do resgate da educação enquanto dever do Estado entre outras características próprias da educação gratuita. Esse movimento foi instaurado pelas Lei Orgânicas de Gustavo Capanema, entre os anos de 1942 e 1946.

Foram as Lei Orgânica do Ensino Industrial nº 4.073 de 30 de janeiro de 1942; a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942; a Lei Orgânica do Ensino Secundário nº 4.244 de 09 de abril de 1942; Lei Orgânica do Ensino Comercial nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943; Lei Orgânica do Ensino Primário nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946; Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946; Leis nº 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946 que criaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Lei Orgânica do Ensino Agrícola nº 9.613 de 20 de agosto de 1946.

Ao que concerne neste estudo são as Leis Orgânicas do Ensino Primário e do Ensino Normal. Quanto ao ensino primário, as reformulações e normatizações dessa etapa da educação colaboraram para a diminuição do analfabetismo no Brasil.

> A organização do ensino primário [...] contribuiu efetivamente para a diminuição da taxa de analfabetismo, no final da década de 1940 e toda a década de 50. Esse foi um dos aspectos positivos da lei que, por sinal, foi aplicada de forma positiva (ROMANELLI, 1980 p. 161)

Considerações acerca das legislações do Ensino Normal de 1946 a 1971

Tendo em vista que a análise legislativa diz muito sobre a realidade educacional, foram utilizadas neste capítulo as Leis Orgânicas do Ensino Normal de 1946, a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e de 1971, comentando também as

Constituições de 1946 e 1967 além da Reforma Universitária de 1968. Para tanto, esta parte tem como objetivo geral fazer uma breve reflexão acerca das políticas educacionais para o ensino normal no Brasil de 1946- 1971 a fim de compreender como se deu o ensino normal neste período, sua consolidação e quais suas propostas.

As Leis Orgânicas de Ensino foram renovadoras para o contexto social e político do período. Foi utilizado para estudo somente a Lei Orgânica do Ensino Normal para este trabalho, com a intenção de não dispersar o foco geral.

No ensino normal, a organização geral dos objetivos de formação do curso se mantiveram numa mesma linha anterior (como visto no primeiro período de Vargas), a diferença é que essa nova proposta era menos centralizadora. Tanuri (2000, p. 75) afirma que “A Lei Orgânica do Ensino Normal não introduziu grandes inovações, apenas acabando por consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado por vários estados.” Em seu artigo 1º, a Lei nº 8.350 propõe a finalidade do ensino normal:

> 1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias. 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, 1946).

Além disso, a lei prossegue definindo que o ensino normal deveria ser ministrada em dois ciclos. O 1º ciclo em nível secundário tinha a duração de 4 anos formando regentes de primário e o 2º ciclo a duração de 3 anos formando professores do ensino primário. Formava também para a administração de escolas de ensino primário.

O primeiro ciclo era ofertado principalmente pelas Escolas Normais Regionais, dispondo de disciplinas mais gerais e elementares com pouco conteúdo pedagógico, eram as disciplinas de português, matemática, geografia geral, geografia do Brasil, história geral, história do Brasil, ciências naturais, anatomia e fisiologia humanas, higiene, educação física, desenho e caligrafia, canto orfeônico, trabalhos manuais, psicologia e pedagogia e por fim didática e prática do ensino (ROMANELLI, 1980).

Mesmo com a presença de disciplinas de caráter pedagógico, as demais se sobressaiam. Conteúdos gerais como português e matemática estavam presentes em quase todos os anos, assim também como canto orfeônico estava presente em todos

os anos, enquanto psicologia e pedagogia e a disciplina de didática e prática do ensino eram ministradas apenas no último ano do curso.

Já o segundo ciclo era ofertado nas Escolas Normais, possuindo disciplinas mais avançadas, com conteúdos de caráter mais pedagógico. Eram as disciplinas de português, matemática, física e química, anatomia e fisiologia humanas, música e canto orfeônico, desenho e artes aplicadas, educação física, recreação e jogos, biologia educacional, psicologia educacional, higiene, educação sanitária, puericultura, metodologia do ensino primário, sociologia educacional, história e filosofia da educação e por fim práticas de ensino (ROMANELLI, 1980).

É possível perceber como no currículo do segundo ciclo há mais disciplinas com conteúdo pedagógico e, diferentemente do primeiro ciclo, as disciplinas elementares são ministradas na minoria dos anos do curso, enquanto as de caráter científico pedagógico se estabelecem em mais anos do curso.

Levando em conta o conteúdo da Lei Orgânica, para o ingresso nos cursos de 1º e 2º ciclos era necessário ter concluído o ensino primário e estar em idade escolar, não era aceito estudantes acima dos 25 anos de idade. Essa regra acabou por impossibilitar de capacitar os profissionais já em exercício de professor, fazendo com que de certa forma essa reforma do ensino normal fosse um insucesso.

Segundo Romanelli (1980), até por volta de 1957 os números de professores no ensino primário que não foram capacitados pelo ensino normal eram grandes, por vezes maiores do que os que eram normalistas. Essa foi a primeira maior organicidade da formação de professores em nível secundário do país, teve grande relevância por suas propostas condizentes com a realidade.

Certamente houve uma grande expansão do ensino normal nos estados do país, isso junto à adequação dos institutos às organicidades previstas em lei. Porém, ainda se mantinha grande a quantidade de não-normalistas por todo território nacional. O seguinte debate colocado em questão foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a qual levou longos 13 anos de debate até ser promulgada.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1961 demorou 13 anos para ser promulgada. Sua elaboração teve início no ano de 1948 no governo Dutra, e sua promulgação durante o governo de João Goulart. A primeira Lei de Diretrizes e Bases do país, faz

uma nova divisão do ensino, colocando em lei a existência da educação pré-primária (crianças até 7 anos de idade), porém não se coloca o dever de ofertá-la. O ensino primário era obrigatório e constituia-se de quatro anos iniciais, podendo ser estendido por até seis anos.

Quanto ao ensino secundário, a Lei propunha em seu Artigo 34 “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginasial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.” (BRASIL, 1961).

Na lei, há um capítulo específico para conteúdos acerca da formação de professores. Define o papel o ensino normal em seu artigo 52 “O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.” (BRASIL, 1961).

Segue orientando a divisão de escolas normais regionais, escolas normais e institutos de educação conforme a Lei Orgânica de 1946, assim também como as divisões em 1º e 2º ciclos. Segundo Tanuri (2000) a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal, trazendo apenas uma descentralização administrativa e flexibilização curricular aos estados.

A instrução pública, quanto mais universal mais gera interesse por um progresso no ensino pelas camadas mais populares. Tanto as Leis Orgânicas do Ensino quanto a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, foram bonitas de ver em papel. Na realidade acabaram por manter elitizado o acesso ao ensino secundário, pelo fato da obrigatoriedade se manter apenas no ensino primário.

Romanelli (1980), aponta que essas legislações não falharam completamente, mas que não cumpriram com o papel da democratização do ensino. Mesmo que as conquistas educacionais tenham sido principalmente formais, ainda assim foram de certa forma progressos na educação. Os quais foram bruscamente lançados à uma pedagogia tecnicista a partir do Golpe Militar de 1964.

Mais adiante, uma nova Constituição foi elaborada, em 1967. Quanto à educação, as leis eram as mesmas da Constituição de 1946, que propunha um ensino gratuito, ensino primário obrigatório, ensino religioso facultativo, entre outras

características já citadas. O que muda nesse novo cenário é a entrada de ajuda internacional no ensino brasileiro.

As décadas de 1950 e 1960 foram responsáveis por grande crescimento industrial no país, pelo governo Juscelino Kubitschek que trouxe diversas empresas estrangeiras para o país. Assim, a mão-de-obra qualificada foi requerida, com a instauração logo a seguir da Ditadura Militar, o ensino passou a ser utilizado como ferramenta de manipulação do governo.

Cabe destacar a Reforma Universitário (1968) que regulamentou o ensino superior, colocando a licenciatura em Pedagogia como único curso responsável por formar professor das escolas de Ensino Normal, assim, os cursos específicos ministrados nos institutos de educação extinguiram-se, assim também como os institutos como um todo por não formarem mais administradores de escola de ensino primário. Tanuri (2000, p.80) aponta que:

> Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os institutos de educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (grifo da autora).

A Lei nº 5.692 de 1971, fixava as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Com essa reformulação, os ensinos primário e secundário passaram a receber uma nova nomenclatura, ensinos de 1º e 2º graus. Objetivou principalmente dar uma regularidade nacional, procurando minimizar as diferenças existentes dos níveis de ensino em todo país. Em seus artigos 4º e 5º a Lei dispõe:

> Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos; [...] Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o currículo pleno do estabelecimento. (BRASIL, 1971).

Assim, pode ser percebida a intenção do governo em equivaler o ensino em todo território nacional. Outro quesito importante no documento é a mudança do curso de Ensino Normal para a Habilitação Específica em Magistério (HEM). A Lei em seu

artigo 22, dispõe que “O ensino de 2º grau terá três ou quatro séries anuais, conforme previsto para cada habilitação, compreendendo, pelo menos, 2.200 ou 2.900 horas de trabalho escolar efetivo, respectivamente.” (BRASIL, 1971).

Portanto, o Magistério para a ser mais uma das habilitações específicas do segundo grau, perdendo seu caráter de formação de professores, passando a formar apenas regentes do ensino de primeiro grau. A lei em seu artigo 30 afirma que passa a ser exercício do licenciado em Pedagogia o título de professor de magistério e a administração escolar

> Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério:
> a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971)

Além disso, havia a fragmentação do magistério em séries, o que acaba por acentuar a pedagogia tecnicista do período da Ditadura Militar. Para Tanuri (2000)

> Além do já mencionado outras críticas contundentes às HEMs receberam no período diziam respeito: à dicotomia entre teoria e prática, entre conteúdo e método, entre núcleo comum e parte profissionalizante; à inexistência de articulação entre processo de formação e a realidade do ensino de 1º grau; ao desprestígio social do curso e à sua inconsistência em matéria de conteúdo; à inadequação dos docentes ao curso, em termos de formação, tendo em vista a inexperiência de muitos deles no ensino de 1º grau e a necessidade de assumirem várias disciplinas; à insuficiência e à inadequação dos livros didáticos; aos problemas pertinentes à realização do estágio de Prática de Ensino. (p.82)

Assim, o ensino ministrado no Magistério acaba por se distanciar da realidade de trabalho, o que leva ao desprestígio da habilitação, que gradativamente foi se extinguindo e tornando-se escassa como é atualmente. A valorização da licenciatura em Pedagogia colaborou também em muito para essa realidade já que era pré-requisito para diversas funções antes exercidas pelos normalistas.

Considerações finais

Levando em consideração que a educação institucionalizada no Brasil ocorre desde o período colonial com os Jesuítas, a modalidade de Ensino Normal teve seu

exercício em um curto período de tempo. Pensando que as Escolas Normais tiveram seu êxito apenas a partir da década de 1870, constatar que em apenas um século sua estrutura foi toda modificada, transformando suas características principais e que a partir desse momento seu declínio foi gradativo.

Foi possível perceber que no início do Brasil República, as políticas públicas de educação para o Ensino Normal foram desconexas, interdependentes e culminaram numa acentuação das desigualdades de níveis educacionais em todo território nacional.

Quanto ao recorte histórico selecionado para a elaboração deste trabalho, identificou-se que a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946 foi a primeira regulamentação em nível nacional que deu certa organicidade na estrutura do curso como um todo, estabelecendo um currículo comum, a divisão em ciclos e de diferentes ofertas de cursos (nas Escolas Normais Regionais, Escolas Normais e Institutos de Educação).

Foi possível constatar que apesar da intenção de universalização e gratuidade do ensino, além de sua visível organicidade, a obrigatoriedade de ensino no país até então só se dava no ensino primário, atinando a situação de que o ensino secundário se direcionava à elite, como uma forma de seleção e preparação para o ensino superior.

Às camadas mais baixas dos estratos sociais, se direcionava apenas o ensino primário obrigatório à todos. Assim, apesar dessas legislações serem vistas como avanço na educação nacional, elas não mudaram o cenário real, mantendo os mais abastados como sempre prosseguindo com a carreira acadêmica, enquanto a população mais pobre se mantinha com o ensino elementar.

Para além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do ano de 1971, trouxe muito mais do que uma nova nomenclatura para os ensinos primário e secundário, que passaram a ser compreendidos como 1º e 2º graus. Trouxe uma nova caracterização para o ensino profissional, e que tange salientar aqui para o Ensino Normal, que se extingue e em seu lugar passa a existir a Habilitação Específica em Magistério.

Com a inserção do Magistério e, com a Reforma Universitária de 1968 algumas atribuições dos normalistas, como a de administrador de escolas de ensino primário e

como a especialidade para se formar como professor de ensino formal de dissiparam. Passou então a ser exercício exclusivo do licenciado em Pedagogia essa função. Assim, o magistrado fica somente com a função de regente de escolas de primeiro grau. Sua dicotomia entre aprendizado teórico e realidade de trabalho, além da diminuição de atribuições que passaram a ser dos pedagogos, a habilitação específica em Magistério teve uma gradativa decadência, visível nos dias atuais.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. Moderna: São Paulo - SP. 1993. 288 p.

_____. Decreto-lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946. **Lei orgânica do Ensino Normal**. Rio de Janeiro, RJ.

_____. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF.

_____. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A escola normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, J. C. S., FREITAS, A. G. B., LOPES, A. P. C. (orgs). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Alínea: Campinas, SP, 2008. P. 145-162.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Vozes: Petrópolis - RJ. 2ª ed. 1980. 268 p.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/jun/jul 2000. Nº14. P.61-88.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

TEORIA DAS "TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS": SUA APLICAÇÃO E IMPACTO EM UMA HISTORIOGRAFIA "TRANSNACIONAL"

Laiane Vieira dos Santos, discente em Licenciatura em História, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
Thiago Granja Belieiro, professor doutor na graduação Licenciatura em História, Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)

Resumo: Com um ritmo cada vez mais presente de mundialização, a teoria das "transferências culturais", possibilita a compreensão de passagens de ideias, modos, produções e tudo aquilo que pode ser conectado, entre espaços e realidades, nas relações. A presença de imbricações, emissões, recepções, cruzamentos, aglutinações ou não, misturas e mesclas, tendo nas próprias transferências, a busca pela investigação das peculiaridades e amplitudes envolvidas no processo. Pode-se dizer, que é o esmiuçamento da própria metamorfose, dentro do contexto da qual está inserida. Com a noção difundida por Michel Espagne e Michael Werner, em pesquisa sobre relações específicas entre a Alemanha e França, no século XIX, essa teoria possibilita uma nova ótica para o campo dos estudos culturais nas ciências humanas e sociais. O presente trabalho, busca a compreensão e valor da teoria das "transferências culturais", bem como seu impacto em uma historiografia "transnacional".

Palavras-chave: transferências culturais; cruzamentos; historiografia.

Introdução

Inseridos em uma sociedade, construída à nuances de uma desenfreada globalização, enxergamos a dicotomia entre ser cada vez mais totalizante[177], mas ao mesmo tempo, tornar-se cada vez mais, individualizada. Localizados em grandes fluxos de ideias, pessoas e objetos, em interações dinâmicas, com uma aproximação virtual crescente e circulações em geral, pensar, a inserção e relação humana, nessa sociedade, é cada vez mais, uma atitude complexa. Nesse sentido, refletir nossa produção historiográfica, também se torna, um verdadeiro desafio. A partir da problemática: Onde nossa produção historiográfica está inserida? Como está inserida? E por quê?

A fundação da revista "Annales d'Histoire Économique et Sociale" (Anais de História Econômica e Social), em 1929, pelos historiadores franceses Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), inauguraram, o que mais tarde, na historiografia, ficou conhecido como a Escola dos Annales[178]. Movimento que contestava a maneira positivista[179], política e nacional-elitista com a qual, até aquele momento, se fazia História. A inserção da Cultura, na História, se dá por esse movimento, alargando-o as fronteiras do "fazer história, bem como o conceito de "fonte histórica".

Surgida na França, em meados dos anos 70, a Nova História, corrente correspondente a terceira geração dos Annales, fica responsável pelo o que hoje, muitos historiadores afirmam ser, a "antropologização da História". Um ampliamento em relação a temas, objetos e abordagens[180], presentes na História, bem como uma aproximação com a antropologia. Aqui, já se podia falar desde história das religiosidades até da sexualidade.

---

[177] NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Pierre Nora, é um importante historiador francês, localizado na 3º geração dos Annales, ao qual, uma das premissas discutidas nesse texto, é a problematização da Memória e da História, inseridas na sociedade presente da data de publicação.

[178] Escola dos Annales, surgida na França, na primeira metade do século XX, possui, conhecidamente, três notórias fases, inseridas nela, nomes como Fernand Braudel; Jacques Le Goff; Pierre Nora; Philippe Ariès; dentre outros.

[179] Leopold von Ranke (1795-1886), importante historiador alemão, que no século XIX, será responsável pela oficialização da História enquanto ciência. Sob os fundamentos de se fazer uma História Nacional, mais tarde, seu método, ficará conhecido como "Escola Metódica".

[180] BELIEIRO, Thiago Granja. Apropriações da Nova História na historiografia Uspiana (1985-1994). **Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas.** Congresso Internacional de História**,** Jataí – GO, p. 1, 2016.

É seguindo esse viés, que nos propusemos a investigar, uma teoria ainda muito recente no campo da historiografia: as transferências culturais. Difundida pelos franceses Michel Spagne[181] e Michael Werner[182], a partir de estudos[183] relacionais sobre a Alemanha e a França, no século XIX, a teoria busca compreender as transições, as transferências, as passagens e incorporações.

Inseridos dentro da forma de método relacional, nesse presente estudo, buscaremos compreender, teoricamente, essa teoria que está localizada em um contexto de quebra de fronteiras rígidas e imobilizadas. Iniciaremos refletindo o conceito de mobilidade, caminharemos desde a "história comparada" até a "história cruzada". Debateremos a teoria das "transferências culturais" nesse contexto, e em seguida, pensaremos como esse modelo, pensado por meio da História, auxilia-nos a construção de uma historiografia que supera os limites nacionais e que conecta objetos de estudo, construindo, aos poucos, o que conhecemos como uma "historiografia transnacional".

Objetivos

- Compreender, teoricamente, a teoria das "transferências culturais", seu contexto de inserção e uso, bem como, a reflexão do impacto na construção de uma "historiografia transnacional".
- Refletir acerca da historiografia brasileira, e onde, a mesma se encontra dentro desse contexto e diálogo com as demais produções historiográficas existentes.

Resultados

Pensar o conceito de "mobilidade", nos parece, uma tarefa fundamental, para entender modelos de circulação, vias de diálogo, imbricações, emissões e recepções, visto que, é na tentativa de destrinchar o conceito da mobilidade, que entenderemos seus dinamismos e suas existências.

---

[181] Michel Spagne, nascido em 1952, é um historiador francês, conhecido pelo estudo dos intercâmbios culturais, escreveu a conhecida obra "Les Transferts culturels franco-allemands. Paris: PUF, 1999.

[182] Michael Werner, nasceu em 1946 na Alemanha. Conhecido por textos sobre a "história cruzada", é um dos expoentes da teoria e participantes dos estudos sobre as relações franco-alemãs.

[183] ESPAGNE, Michel. WERNER, MICHAËL. La construction d'une référence culturelle allemand en France: genèse et histoire (1750-1914). In: **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. 42º année, N.4, 1987. pp. 969-992.

> Definido em termos filosóficos, o *nomadismo* ("mobilidade" para Deleuze) refere-se a uma prática geográfica de migração, mas também a alguma coisa de irredutível na identidade humana. Uma leitura antropológica da "mobilidade" em Deleuze revela um tropismo de uma identidade refratária. De fato, desenraizar-se é um ato revolucionário que confirma uma mudança identitária, isto é, aceitar "desterritorializar-se", ou seja, ceder à "pulsão de errância", não interiorizar a ordem pretendida pelo estado e consentir em tornar-se um fenômeno de "margem", um outsider.[184]

As autoras, no capítulo em específico, expõem como esse conceito de mobilidade tornou-se importante e valorizado a partir dos filósofos iluministas (RODRIGUES; KOHLER. 2008, p.13), que valorizavam o ato de viajar, como uma jogada ao desconhecido e por isso, libertador. E então, reafirmam, que essa noção passa a trazer-nos uma ideia de emancipação, tanto pessoal quanto social. Elas seguem trabalhando esse conceito, a partir, das ideias dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari[185], assim expondo:

> A *desterritorialização* permanente, que induz o fenômeno do nomadismo, significa para Deleuze descentrar-se continuamente em relação à norma, ousar encarnar um novo esquema identitário e recusar o fechamento em um "pensamento único". Trata-se, portanto, de uma "desterritorialização" interior, geográfica, social ou cultural. É importante assinalar que, na filosofia de Deleuze, o conceito de "rizoma" é o vetor dessa desterritorialização permanente que induz o fenômeno do nomadismo [...] Evocando o caráter irregular e prolífero das estruturas de pensamento, para Deleuze "um rizoma não começa e não chega a nenhum lugar, ele está sempre no meio, entre as coisas, 'inter-ser', *intermezzo".*[186]

Sendo assim, essa ideia de movimento, gera uma postura combativa aos ideais de permanência e enraizamento, é uma composição na mentalidade, que já não se vê mais, como pertencido somente a algum específico lugar, admitindo então, uma postura de circulação e movimento, que gera, essa quebra de fronteiras materiais e imateriais, presentes, mas também, a quebra dessas fronteiras, produz, outras a

---

184 ROGRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. Introdução teórica. In: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane, organizadoras. **Travessias e cruzamentos culturais:** a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 13.

185 Gilles Deleuze (1925-1995) e Félix Guattari (1930-1992), foram dois filósofos franceses, influentes nas ideias pós-modernistas, que realizaram trabalhos em conjunto, apresentando, uma visão paradoxal, assim como do momento do pós-modernismo.

186 DELEUZE; GUATTATI, 1980, apud, RODRIGUES; KOHLER. 2008, p. 14.

serem enfrentadas[187]. Nossa sociedade, atualmente, é palco para esse fenômeno, vivemos a todo momento nas circulações, como diria as autoras:

> Ora, não se pode esquecer que, nos dias atuais, a *mobilidade* exprime igualmente uma palavra de ordem das estratégias econômicas (flexibilidade, adaptabilidade, mas também precariedade), num mundo globalizado onde tudo evolui de maneira extremamente veloz. "Mobilidade" significa assim adaptação às novas regras do mercado, o que exige deslocamentos e efemeridade.[188]

É das mazelas do século XX, que surgirá um maior respaldo a metodologia da "história comparada", entre os historiadores. Segundo o autor, José D'Assunção Barros[189], provado dos dissabores que a exacerbação nacionalista vinha causando, um mal-estar se "aumentava" na produção historiográfica da época, o que possibilitou um modelo de quebra de uma antiga forma de historiografia nacional.

> Tal como propunham autores vinculados a propostas as mais diversas – e aqui podemos incluir nomes como o de Marc Bloch, Toynbee ou Norbert Elias – "comparar" era de algum modo abrir-se para o diálogo, romper o isolamento, contrapor ao mero orgulho nacional um elemento de "humanidade", e, por fim, questionar a intolerância recíproca entre os homens – esta que logo seria coroada com a explosão da primeira bomba atômica.[190]

Entretanto, com o passar do tempo, modelos são criados para a superação de supostos vácuos metodológicos, deixados pelo comparatismo e críticas vieram a acontecer. Michel Spagne em uma crítica sobre o comparatismo:

> Comparar dois objetos significa opô-los para enumerar suas semelhanças e diferenças e, por meio de um deslizamento inevitável, petrificar as oposições. Com efeito, é possível comparar apenas o que não se confunde [...] a comparação reforça a clivagem nacional e torna problemática colocá-la em questão [...] o problema principal diz respeito à posição do observador. Quase sempre a comparação se reduz às diferenças do eu e do outro. O nível no qual a comparação acontece corresponde então apenas a uma extensão da dimensão subjetiva e nacional. A história do comparatismo na França, desde o início do século XIX, mostra que o princípio da comparação nunca

[187] JEANPIERRE, apud, RODRIGUES; KOHLER. 2008, p. 189. O livro traz um capítulo intitulado "O Lugar da Exterritorialidade" de Laurent Jeanpierre, onde o autor trabalha a experiência da mobilidade, a partir de um outro viés de reflexão.
[188] RODRIGUES; KOHLER. 2008, p. 15.
[189] BARROS, José D'Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História social,** Campinas, nº13, p. 7-21, 2007.
[190] BARROS, José D'Assunção. 2007, p. 9.

> redundou em autonegação, mas, ao contrário, consistiu em defender indiretamente o ponto de vista nacional.[191]

Em um famoso texto[192] de Bénédicte Zimmermann e Michal Werner, os autores mostram como a história cruzada, pertencente à família dos procedimentos relacionais, "fornece a ocasião de sondar, por um viés particular, questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e da reflexividade" (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 90). Assim, então um dos pontos a serem discutidos no texto, é, como a história cruzada, preenche lacunas deixadas tanto pelos estudos comparados (pelo seu apego com as sincronias), até mesmo pelas transferências (pelo seu trabalho com as diacronias).

Envolvidos nessas teorias metodológicas, de viés "relacionais", chegamos, a teoria das "transferências culturais". Pensada como já exposto aqui, por Michel Espagne e Michael Werner, em uma série de estudos sobre relações franco-alemãs (a partir do século XVIII), a teoria busca compreender as transições, empréstimos, trocas, passagens, incorporações e apropriações, ou seja, a teoria busca entender as dinâmicas de funcionamento da própria mobilidade. Sobre pensar um conceito de Cultura:

> La culture serait um circuit métabolique qui, em joignant l'infrastructure au superstructurel, assure les échanges entre les individus et fait communiquer les expériences existentielles et les savoirs constitués [193]

A própria definição de cultura do sociólogo francês Edgar Morin, citada no texto por Espagne e Werner, trabalha com uma dinâmica de cultura, que assegura inter-relações e naturais trocas. Pois então, admitimos a cultura estar sempre, como os indivíduos, em transição e transmissão.

> A noção de transferências culturais pressupõe o processo de relação entre dois "sistemas autônomos e assimétricos". Segundo seus teóricos, existem vários modelos (disciplinares, metodológicos) para a análise da passagem de uma cultura a outra. Trata-se, inicialmente,

[191] ESPAGNE, Michel. Sobre os limites do comparatismo em história cultural. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. In: **Genèses**, 17, 1994. Les objets et les choses. pp. 112-121. Tradução de Guilherme Simões Gomes Júnior.

[192] WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. Artigo traduzido por Jaime de Almeida. **TEXTOS DE HISTÓRIA**, vol. 11, n° 1/2, p. 89-127, 2003.

[193] MORIN, 1984, apud ESPAGNE; WERNER, 1987, p.970. La construction d'une référence culturelle allemande em France: genèse et histoire (1750-1914). **Annales ESC**, nº4, pp.969-992.

> da análise da conjuntura e, em seguida, da utilização da hermenêutica[194]

Há dinamismo tanto na entidade que está em transferência, tanto ao estado em si de transferência, até a questão do uso da hermenêutica para tentar compreende-lo. A autora explica: “Em outras palavras, toda mensagem transmitida, seja dentro ou fora de um espaço cultural, é objeto de uma reinterpretação” (RODRIGUES, 2010, p. 209). Sobre as diferentes abordagens, a autora segue:

> As pesquisas atuais privilegiam grades de leitura diversas. A primeira abordagem inscreve-se, particularmente, no aspecto linguístico (via literatura comparada) e interessa-se, particularmente, pela tradução (mas, igualmente, pela transmissão e recepção); a segunda abordagem, de ordem sociológica e intelectual, volta-se para os processor de produção, de difusão e de apropriação por parte dos agentes; uma terceira, de ordem econômica, preocupa-se com a análise dos mercados e das concorrências[195]

É seguido por parte do estudioso, portanto, investigar os objetos, e organizar a utilização dessa teoria em seu estudo, para que assim, mais completo fique, o destrinchamento do processo de transferência. Sendo a todo momento, existente possibilidade de reinterpretações, “Ora, o método hermenêutico permite o diálogo entre o sujeito que interpreta e o objeto a ser interpretado” (RODRIGUES, 2010, p.211), sendo assim, parafraseando a autora, coexistem o contexto de produção e o de recepção, e o investigador (intérprete), está em intermediário a esses dois.

Considerada essa teoria, como um importante avanço dentro das perspectivas transversais de estudos culturais, as imbricações possíveis resultantes de sua aplicação, um hibridismo existente e as conexões e quebras aceitas, pensamos, um pouco, o impacto da mesma dentro de uma historiografia transnacional.

> Assim, o estudo das imbricações interculturais abriu espaço ao enfoque do transnacional, do transversal e do cruzamento cultural. Permitindo ultrapassar o quadro nacional do pensamento, as “transferências culturais” acentuaram as inter-relações e suas mestiçagens[196]

---

[194] RODRIGUES, Helenice. Transferências de saberes: modalidades e possibilidades. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n.53, p. 203-225, 2010. p. 208.
[195] Cf. JOYEUX, 2002, apud RODRIGUES, 2010, p. 209.
[196] RODRIGUES, 2010, p. 205.

Presente então em uma nova paginação das ciências humanas, que quebra fronteiras nacionais e conecta realidades, lançamos o questionamento, qual lugar o Brasil e sua historiografia ocupa na historiografia global?

> A historiografia brasileira experimentou nas últimas quatro décadas um vertiginoso crescimento quantitativo dos seus *lugares* de produção, isto é, dos seus programas de pós graduação em História, e que, por isso mesmo, viu sua produção aumentar em números e em qualidade. Além disso, a relação dos historiadores brasileiros com diferentes contextos e modelos historiográficos (uma constante na história da historiografia brasileira) ganha em riqueza e complexidade nessas últimas décadas, pois se intensificam os contatos e a interlocução dos historiadores brasileiros com diversas correntes historiográficas que circulam na historiografia global [197]

A historiografia brasileira, inserida dentro de um "diálogo assimétrico"[198], experimenta hoje, mesmo que ainda em um processo de escuta maior do que de fala, uma significativa produção historiográfica recheada de intercâmbios culturais. Dentro desse contexto, existem inúmeros trabalhos[199], que estão, de certo modo, estudando em perspectivas historiográficas, esses contatos, às vezes, não propriamente pela via das transferências culturais como foco principal, mas que, pensando os valores e termos de apropriações, que indicam outra categoria heurística, a fundo, lidam também com os intercâmbios contido nas transferências, e possuem, como resultado, uma produção de cunho transnacional.

Sendo assim, a teoria das transferências culturais, se encontra de forma, a constituir-se em seu panorama de produção, o fomento para uma historiografia de cunho transnacional. Podendo, enquanto metodologia abrir a reflexões, quando colocadas sob o viés das relações, inicialmente pensar a conjuntura e depois a

---

[197] BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO Jr, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. **Locus:** revista de história. Juiz de Fora, v.23, n.2, p.399-462, 2017. p. 401.

[198] BELIEIRO; CARDOSO Jr, 2017, p. 26. O conceito de "diálogo assimétrico" defendido pelos autores, no campo da historiografia, expõe sobre uma posição assimétrica em relação aos "centros hegemônicos" de produção. Uma postura muito mais de escuta do que de fala.

[199] BELIEIRO, Thiago Granja. ***A presença dos Annales no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, 1985-1994*.** Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Assis, 2018.

RAMOS, Igor Guedes. ***Genealogia de uma operação historiográfica:*** as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. São Paulo: Edunesp, 2015.

LINO, Raphael Cesar. ***Apropriações da micro-história na historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990.*** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

hermenêutica e teoricamente, compreender a dimensão que o próprio termo carrega, enquanto “transferências culturais”.

Considerações finais

Diante de um cenário, de uma constante e desenfreada globalização, que quebrou limites, quando pensadas em aproximações, ou até mesmo, espaços, ponderar a ideia de inter-relações presentes, dentro desse contexto, não se parece, uma tarefa improvável, entretanto, é sempre uma tarefa complexa. Refletir sobre as questões de movimentação, de mobilidade, também funda a necessidade de se refletir sobre o panorama político, social e econômico, bem como suas estruturas e conjunturas.

Os estudos comparados, cruzados, conectos, de transferências estão, inseridos dentro de uma lógica, que é compreender mecanismos relacionais. Sobre a limitação do comparatismo, está o fato de se elevar as sincronias, e ainda, reafirmar o nacional, de onde é proveniente, segundo Espagne. Enquanto a crítica da história cruzada para os estudos das transferências, segundo Zimmermann e Werner, seria a ideia de que o mesmo, se apega muito aqui, para aquilo que é diacrônico. Então, para os estudos cruzados, os cruzamentos são os responsáveis por preencherem lacunas, tanto do comparatismo até as transferências.

O que se subentende é que, o estudo de transferências, dentre várias apreensões, busca compreender o próprio processo do transferir e tudo o que nele inclui, ou seja, é o estudo da própria metamorfose, de onde ela está inserida e de uma possível hermenêutica, que envolve essas categorias de análise. Dentro do campo das abordagens, há diferentes vias, como a linguística, a social e a econômica, cabe ao estudioso organizar-se metodologicamente, com o propósito, de melhor destrinchar o processo e objeto a ser estudado.

Em relação a historiografia, a teoria das “transferências culturais” nutre e estimula, uma produção transnacional, isto é, uma produção que quebra com a ideia rígida de barreira nacional e começa a discutir, as multiplicidades contidas no singular. Que desenraiza objetos de estudo e se coloca no dever de identificar, verificar, esmiuçar e compreender suas especificidades processuais, estruturais e conjunturais.

O presente estudo, inserido dentro de seu campo, entende a ciência histórica, como uma eterna continuidade, sempre uma construção viva. Assim como a teoria, pensamos a metamorfose e suas próprias dinâmicas de existência. Deixando aqui, uma presente exposição sobre as “transferências culturais”, sua reflexão, metodologia e possíveis realizações, envolvida na singular fabricação historiográfica.

Referências

BARROS, José D’Assunção. História comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História social,** Campinas, nº13, p. 7-21, 2007.

BELIEIRO, Thiago Granja. Apropriações da Nova História na historiografia Uspiana (1985-1994). **Novas Epistemes e Narrativas Contemporâneas.** Congresso Internacional de História**,** Jataí – GO, 2016.

BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO Jr, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. **Locus:** revista de história. Juiz de Fora, v.23, n.2, p.399-462, 2017.

ESPAGNE, Michel. WERNER, MICHAËL. La construction d’une référence culturelle allemand en France: genèse et histoire (1750-1914). In: **Annales. Economies, sociétés, civilisations**. 42º année, N.4, pp. 969-992, 1987.

ESPAGNE, Michel. Sobre os limites do comparatismo em história cultural. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. In: **Genèses**, 17, 1994. Les objets et les choses. pp. 112-121. Tradução de Guilherme Simões Gomes Júnior.

RODRIGUES, Helenice. Transferências de saberes: modalidades e possibilidades. **História**: Questões & Debates, Curitiba, n.53, p. 203-225, 2010.

ROGRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane. Introdução teórica. In: RODRIGUES, Helenice; KOHLER, Heliane, organizadoras. **Travessias e cruzamentos culturais:** a mobilidade em questão. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. Artigo traduzido por Jaime de Almeida. **TEXTOS DE HISTÓRIA**, vol. 11, n° 1/2, p. 89-127, 2003.

COMPREENSÕES SOBRE O ÓPIO ENTRE AS DUAS PRIMEIRAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

André Marco de Lima e Limão
Marco Antonio Neves Soares (orientador)
Universidade Estadual de Londrina - Centro de Letras e Ciências Humanas

RESUMO. O conteúdo a ser apresentado compreende parte já estruturada do que será elaborado como trabalho de conclusão de curso em História pela Universidade Estadual de Londrina. Thomas de Quincey (1785 - 1859), Charles Baudelaire (1821 - 1867) e Jean Cocteau (1889 - 1963) são os autores que em suas obras, respectivamente, *Confissões de um comedor de ópio* (1821), *Paraísos artificiais* (1860) e *Ópio: Diário de uma desintoxicação* (1930), abordam em comum o tema do produto de uma planta, a papoula, conhecida pela humanidade antes mesmo da invenção da escrita, o ópio. O século XIX, com o fenômeno da Revolução Industrial, trouxe à humanidade o poder dos navios à vapor, das locomotivas que facilitaram o transporte de maiores volumes e variedades de "especiarias". Em parte destas "especiarias", produtos vindos da América e do Oriente, compreendia-se também o ópio, que será trabalhado com autores que apropriam-se desta substância após a Primeira Revolução Industrial. Passando pelo caminho onde primeiramente é visto como remédio de difícil acesso e custosa aquisição, depois como produto de alívio não só das dores do corpo mas das dores emocionais, das angústias urbanas, também ingerido para a busca de inspiração por artistas e como alternativa ao álcool e outros artigos psicoativos recreativos até finalmente chegar a Segunda Revolução Industrial. A revolução química, onde o ópio perde terreno e é marginalizado junto com outras substâncias cujo seus princípios ativos são isolados e vendidos como fármacos pelas ascendentes indústrias farmacêuticas e, a matéria prima "crua", antes utilizada no consumo final, é proibida e alvo de repressão por parte do Estado. Três autores europeus, três usuários de ópio, cada qual de sua forma mas que não se viram alheios ao processo de industrialização e a espiral da modernização onde a lógica do capital passou a abarcar crescentemente os espaços e afazeres do ser humano, sem esquecer o "orientalismo", a visão preconceituosa dos europeus que buscavam compreender as sociedades orientais, conforme explicada por Edward Said.

Palavras-chave: Ópio; Imperialismo; Orientalismo; Modernidade.

O ópio, segundo Martin Booth, compreende o látex retirado do bulbo da flor da papoula, sendo mais utilizado para consumo o extrato da espécie *Papaver somniferum*, devido a sua maior concentração de princípio ativo. Este látex é submetido à um processo de secagem e posterior cozimento, garantindo assim a pureza da substância e a concentração do alcalóide em suas dosagens. Um processo que perdura por gerações e que em seu término garantirá uma substância que "... está pronta para o viciado, o vendedor ou o barão dos laboratórios de droga." (BOOTH, 1996, p.7, tradução minha)[200]. Nas páginas a seguir, busca-se analisar obras literárias de três indivíduos pertencentes aos séculos XIX e XX, cujo contato com tal substância, seja por experiência própria ou por relatos de terceiros, está registrada nas obras: *Confissões de um comedor de ópio* (1821) de Thomas De Quincey, *Paraísos Artificiais* (1860) de Charles Baudelaire e *Ópio: Diário de uma desintoxicação* (1930) de Jean Cocteau.

Imagem 1: Ilustração demonstrando o ciclo da papoula. Após a fecundação da flor, as pétalas caem promovendo o desenvolvimento do bulbo que encapsula as sementes. O bulbo desenvolvido é alvo de uma escarificação para retirada do látex que retirado e tratado dará origem ao ópio. Disponível em: **<http://bioweb.uwlax.edu/bio203/2011/andryscz_tyle/reproduction.htm>**. Acesso: Nov. 2018.

Embora haja relatos da utilização da papoula em diversas regiões do globo desde a antiguidade, o ópio, na sua massificação do consumo em solo europeu nos

200 ".... is now ready for the addict, the trader or the drug baron's laboratories."

séculos XVIII e XIX, era produzido em maior quantidade e reconhecido na Europa como proveniente das regiões que hoje compreendem a Índia, Turquia, Egito e regiões ao sul da China. Europeus do período relataram que os sujeitos nativos que desejassem fazer uso da substância em regiões produtoras que por conseguinte eram alvos de visões carregadas de preconceito, comiam o ópio, com seu gosto amenizado por temperos com canela ou cardamomo. Na China, cuja principal rota de abastecimento da droga se dava pela via da produção realizada na Índia cuja intermediação, transporte e a maior fatia de lucros estavam em poder da Coroa Inglesa, o hábito de fumar o ópio era mais frequente, sendo este levado para a Europa como uma representação do exotismo oriental. (BOOTH, 1996, p.9 - 12).

Apesar da presença da papoula na Europa, Martin Booth defende que seu uso em solo ocidental firmou-se somente no século XVI com o consumo da droga realizado através de preparações elaboradas contendo também álcool e substâncias como pó de pérolas, pedras preciosas, ervas e outros produtos sendo uma das preparações mais conhecidas; o *láudano de Paracelso*[201]. Em suas experiências primárias na Europa Moderna, o ópio adquiriu a posição de "panacéia", termo originário do grego *panákeia*, significando um remédio para todos os males. Observa-se um produto de alquimia, onde a representação mágica adicionaria maior confiabilidade aos seus efeitos e com fórmulas sempre variáveis dependendo de quem as elaborava. (BOOTH, 1996, p.25 - 27) (ESCOHOTADO, 1998, p. 102).

Foi no formato de láudano[202], que Thomas De Quincey, na obra *Confissões de Um Comedor de Ópio* fez uso da substância pela primeira vez e foi bebendo a "tintura de ópio" (QUINCEY, 2007, p.78) que o autor perdurou durante anos no consumo deste produto. Devido à uma nevralgia que o acometera no outono de 1804, ele conta em sua obra ter recebido a indicação do consumo do entorpecente através de um conhecido. O autor adquirira a preparação através de um farmacêutico, não sendo utilizado primeiramente com a finalidade de entorpecimento, mas em 1821, ano em

[201] Paracelso (1493-1531) foi um dos médicos com maior legado para a medicina ocidental ao elaborar escritos relacionando males comuns à tratamentos com plantas e outras substâncias. Mais próximo de um mago do que de um médico nos modelos atuais, o ópio esteve presente em suas preparações onde este buscaria também a cura para todos os males. cf. ESCOHOTADO (p. 102 e 248)

[202] No século XIX as preparações à base de ópio eram menos custosas do que as encontradas em séculos anteriores, além da maior capacidade de entrada do produto em solo europeu, os compostos tornaram-se mais "democráticos" devido ao surgimento de láudanos em que os ingredientes eram mais comuns e baratos como o mel e a levedura de cerveja. cf. ESCOHOTADO (p. 303)

que Quincey elaborou suas confissões e publicou-as anonimamente na *London Magazine*, descreveu com notável sacralidade a lembrança da primeira compra “Nenhuma das minhas lembranças mortais é superior àquela, como a hora, o lugar e a pessoa que me pôs em contato pela primeira vez com a droga celestial.” (QUINCEY, 2007, p.79)

Quincey, com seu relato, inaugura uma nova temática para a literatura onde o vício e a droga são colocados em papel principal (BOOTH, 1996, p.35). Para o autor, a bebida alcoólica age diferente do ópio visto sua descrição que o álcool, ao contrário do que acredita-se, de ser um disfarce à verdade do ser humano, leva à tona a real complexidade de ser caráter enquanto o comedor de ópio “*(*...) sente que está sob o domínio da parte mais divina de ser; isto é; as afeições estão em completa serenidade e acima de tudo brilha a luz do majestoso intelecto.” (QUINCEY, 2007, p.85) Quincey procura então descrever o que para ele é a droga divina, a panacéia merecedora de uma Igreja, onde o autor julga ser o único membro. (QUINCEY, 2007, p.85)

Mesmo reservando uma parte da obra somente para descrever os males que o uso frequente causaram-no, Quincey mostra-se eufórico pelo consumo da droga mas sem deixar de lado seu caráter medicamentoso beirando ao sagrado que a substância fora apresentada para ele. Esta sacralidade a substância adquire na Europa moderna no momento de sua redescoberta por volta do século XV e, através de Quincey, compreende-se perdurar ainda do século XIX (ESCOHOTADO, 1998, p.272). Esta visão sagrada da substância também está presente com Jean Cocteau. Mais de cem anos depois de Quincey, Cocteau ainda classifica o usuário como um ser que “(...) se observa das alturas.” (COCTEAU, 1985, p.103). Ópio seria a caixa de Pandora para o literato, onde sua abertura disponibilizaria o alívio de uma vida conturbada mas também traria o peso das imagens de sofrimento e fantasmas que Quincey a muito desejava exorcizar, além, é claro de criar um caminho de escrita onde outros trabalharam posteriormente, ao seu modelo. (BOOTH, 1996, p.38 - 40)

Atentemo-nos ao trecho: (QUINCEY, 2007, p.96 - 97)

> Oh! justo, sutil e poderoso ópio! que aos corações dos pobres e dos ricos, às feridas que nunca cicatrizarão e às angústias *que induzem o espírito à rebelião* és um doce bálsamo: ópio eloquente! tu, com tua poderosa retórica, roubas os argumentos da ira; ao criminoso devolves por uma noite as esperanças da juventude, mãos levadas de todo o

> sangue; e aos orgulhoso, trazes um esquecimento fugaz dos erros não redimidos e insultos não vingados;

Quincey, em sua elogiosa exaltação aos poderes que alega o ópio possuir, cita a abrangência da população cujo uso da substância abarcaria no período em que escreve, “dos pobres e dos ricos”. Vale ressaltar que vários outros escritores, artistas e abastados também foram usuários da substância, como os três apresentados neste artigo, mas haveria ainda uma grande parcela da população que dedicava-se somente à garantir seu sustento e mesmo assim consumiam para aliviar as dores diárias (BOOTH, 1996, p.48 - 49). Baudelaire, escrevendo em 1860, analisando a mesma obra de Quincey, concorda com esta afirmação e vai além ao descrever que o uso da droga difundia-se nas camadas operárias de forma a transformar o ópio na melhor alternativa após uma prolongada jornada de trabalho. A cerveja e outras bebidas alcoólicas, principal meio de sublimação da população urbana, representam para Baudelaire um artigo de alto custo comparado ao ópio, mas afirmou que mesmo preços favoráveis não teriam grande efeito na diminuição do consumo de opiáceos. Segundo o autor: (BAUDELAIRE, 1998, p.84)

> (...) A fascinação operou-se; a vontade está domada; a lembrança do prazer experimentado exercerá sua eterna tirania. Se naturezas grosseiras e embrutecidas pelo trabalho diário e em encanto encontram no ópio grande consolo, qual não será então o seu efeito num espírito sutil e letrado (...)”

Escohotado (1998, p.271 - 276), classifica que o uso nos períodos iniciais da presença moderna do ópio na Europa, sendo um dos elementos da redescoberta dos usos gregos e romanos, seria um artigo de difícil acesso e portanto um remédio de alto custo cujas preparações e mesmo a matéria-prima bruta não estavam à disposição da população e menos ainda em um formato de uso desregrado que Quincey descreve a partir de 1804. Qual seria portanto o elemento que disponibilizaria para uma boa parcela da população o uso desta panacéia?

Em períodos anteriores à Primeira Revolução Industrial, segundo Hobsbawn, a economia encontrava-se em um momento de recessão e marasmo cujo lucro potencial das mercadorias estava baixo. Portanto, haveria a necessidade emergente de novas tecnologias cujas inovações nos transportes e a melhoria no rendimento da

produção seriam o motor do mercado nos anos alvo desta pesquisa. O trem, os navios à vapor e mesmo os novos veleiros, mais rápidos e menos dependentes das condições meteorológicas, seriam os elementos que disponibilizariam a maior oferta de produtos orientais na Europa. (HOBSBAWM, 1988, p.75) (BOOTH, 1996, p.117) Além dos avanços tecnológicos essenciais para uma logística que disponibilizasse para a população das grandes nações um montante de mercadorias que possibilitaria um consumo exacerbado, regulações também foram necessárias, portanto, mesmo não sendo uma garantia certa de crescimento econômico: (HOBSBAWM, 1979, p.53)

> (...) estas mudanças indicaram uma profunda e grande confiança no liberalismo econômico, que parecia ser justificado por uma geração. Dentro de cada país isto não era tão surpreendente, já que a iniciativa capitalista privada florescia tão claramente.

Circunstâncias que possibilitaram o crescimento da oferta de ópio na Europa pouco seriam efetivas se não houvessem nas nações ocidentais a demanda necessária para garantir o lucro; o principal motivo para a mobilização de colônias e empresas, tanto estatais quanto privadas, para sua produção, transporte e distribuição. Martin Booth (1996, p.58) descreve que no século XIX todo inglês esteve em contato com a substância em algum momento de sua vida, ópio seria o mais famoso analgésico da época, sendo utilizado na lógica que a aspirina é utilizada atualmente e além disso estaria presente em anestésicos cirúrgicos e seria o principal tratamento para uma das mais perigosas enfermidades do período: a disenteria. Este fator leva a acreditar na veracidade da forma que Quincey descreve o seu primeiro contato com a droga, de início um remédio para os males do corpo e em seguida o remédio para os tormentos da alma. Apesar destes fatores não deve-se descartar que talvez a experiência com a droga tenha surgido com a prostituta que esteve junto com Quincey durante seus anos de andarilho das ruas de Londres, segundo Booth (1996, p.62) a droga era utilizada para amenizar o fardo de um trabalho tão degradante como é o da prostituição e também possibilitaria ao induzir o cliente a utilizar tal droga, porque o sono que esta produziria seria o tempo necessário para roubá-lo.

As três obras aqui discutidas estão inseridas no momento quando, segundo Eric Hobsbawm (1988, p.310), há uma ampliação, notavelmente, do desenvolvimento técnico das artes mais significativas do que suas realizações. O aumento da riqueza, principalmente das classes médias urbanas e também seu aumento de extensão

geraram uma maior parcela da população com interesse em cultura. Neste quesito encontram-se nossos três autores. Quincey, além de possuir grande conhecimento da língua grega, garantiu alguns dias de sustento graças a escrita de cartas de amor e da realização de pequenos trabalhos. Trabalhando em um jornal e publicando as confissões de sua autoria, Quincey valida o argumento de Hobsbawm ao dizer que aquele seria o marco de um período onde seria mais fácil do que nunca viver com o sustento de sua criatividade, isto vale tanto para Quincey e seus escritos quanto para os teatros que o autor frequentava embevecido pela sua tintura opiácea. (HOBSBAWM, 1988, p.312) (QUINCEY, 2007, p.40, 88-90) Baudelaire também servia-se de sua inspiração para garantir sustento e mais do que isso, retratava em suas obras um elemento próprio do século XIX, a explosão demográfica urbana. Segundo Sevcenko a noção de aceleração do tempo, do surgimento das grandes massas e a impressão deste movimento de "desenvolvimento" que não poderia ser detido afetava parte da população com uma compreensão de inanição frente ao que seria considerado os tempos mais avançados da humanidade, essa compreensão do ambiente urbano é visível em sua análise das perambulações de Quincey em sua juventude. (SEVCENKO, 1984, p. 71)

> "Nas ruas de Londres, mais ainda que no País de Gales, o estudante emancipado era então uma espécie de peripatético, um filósofo de rua, meditando sem cessar em meio ao turbilhão da grande cidade." (BAUDELAIRE, p.104 - 105)

Baudelaire era o típico *flanêur*, o homem que sentia-se enclausurado pela multidão mas que nela encontrava o anonimato necessário para mascarar suas perversões. A cidade, para este autor possuía a lógica do capital cada vez mais acirrada e, visto que Hobsbawm cita os movimentos de "decadência" como possuidores de caráter político, seria possível compreender Baudelaire como um ser político ligado aos movimentos latentes do período, como o socialismo em sua oposição à lógica capitalista dos grandes centros urbanos. A criação dos "paraísos artificiais" poderia significar também o afastamento proposital da sociedade pós primeira revolução industrial. (SEVCENKO, 1984, p.81) (HOBSBAWM, 1988, p.319).

Jean Cocteau, inserido no contexto de democratização da cultura, foi escritor, diretor de teatro e participou da produção de diversos filmes em sua carreira[203], possuindo seu sustento também graças aos seus esforços criativos. Para Cocteau, já em 1930, a droga possui conotações melancólicas, primeiramente pelo consumo de ópio surgir menos de um ano após a morte Raymond Radiguet, amigo e amante que influenciou boa parte de suas obras. (COCTEAU, 1985, p.9 - 10)

> "Eu relato uma desintoxicação: ferida em câmera lenta. Os desenhos que se seguem seriam gritos lassos de sofrimento, e as notas, as etapas de passagem de um estado considerado anormal a outro considerado normal." (COCTEAU, 1985, p.13)

A obra *Ópio: Diário de uma desintoxicação* retrata o sofrimento do autor perante a droga que o consome mas que principalmente ressurge nesta obra com um caráter diferente ao observado nas anteriores. É certo que tanto Quincey como Baudelaire relatam em seus livros os pesares do ópio mas não na intensidade em que Cocteau os descreve. A desintoxicação de Cocteau e sua visão da droga no cárcere da internação aparecer por retirar a humanidade do sujeito, onde "(...) as torturas provêm de um retorno forçado à vida." (COCTEAU, 1985, p. 18)

O caráter marginal da droga no livro de Cocteau muito tem de se relacionar ao período vivido. A Segunda Revolução Industrial, trouxe à tona uma das maiores invenções no tocante aos fármacos: a aspirina. (HOBSBAWM, 1988, p.81). Portanto, as invenções de novos compostos químicos tendo como matéria prima inclusive o ópio acabavam por suplantar moralmente e cientificamente os produtos anteriores de medicação e vício da população. O que ocorria seria, portanto, a troca das matérias primas psicoativas e seus láudanos por industrializados químicos de compostos ativos isolados que estariam agora, por um lado, inseridos quase em sua totalidade pelo discurso médico e de outro garantiriam o lucro necessário para a satisfação dos que capitaneavam a produção em massa destes novos compostos. (BOOTH, 1996, p.68 - 78)

A todo momento, nas três obras, deparamo-nos com elementos que se utilizam ou fazem menção ao contexto oriental. Esta visão, do uso do ópio relacionado ao

[203] La Belle et la Bête (A Bela e a Fera). França: 1946.
Le Sang d'un Poète (O Sangue de um Poeta). França:1930.
Le Testament d'Orphée (O Testamento de Orfeu). França: 1959.

Oriente é um reflexo nos livros sobre um traço cultural da população do período em que estes foram concebidos, Edward Said apresenta-nos este conceito como o *Orientalismo*. O Orientalismo seria, portanto, um movimento cultural, político e posteriormente acadêmico onde a fatia de mundo exótica ao Ocidente seria denominado como Oriente e delimitada às vestes de exotismo e mistificação. Mais do que somente um elemento de diferenciação, o Orientalismo era o esforço de compreensão para a melhor adaptação tanto do colono quanto do colonizado, isso no discurso do dominador. O Orientalismo, seria também a classificação das autoridades do que seria bom para as populações colonizadas, visto que as explicações sempre buscavam classificar o oriental como um povo de traços iguais e que sempre dependeram de governos autoritários. (SAID, 2007, p.62 - 74). Com base nisto, considerando o que é dito por Hobsbawm e Sevcenko acerca de obras literárias, o conteúdo da arte escrita no período, seria um objeto de catarse indo além do âmbito individual, mas com aspirações coletivas. Percebe- se que a literatura:

> "(...) extrapola a própria especificidade da situação circunstancial dos intelectuais, ganhando espaços, agrupamentos e temporalidades inusitadas e se realizando plenamente enquanto uma cerimônia de catarse coletiva, cumprindo-se como arte enfim." (SEVCENKO, 2003, p.300)

Portanto, a parafernália e todo o ritual que envolvem o ato de fumar ópio[204], as visões atormentadoras de um malásio[205] e o suposto embrutecimento, defendido por Baudelaire, que o ópio causa aos turcos[206] seriam traços de uma mentalidade européia que vivia este fascínio que incluía a utilização do ópio. Carlo Ginzburg, no livro *O Queijo e os Vermes* debate em sua introdução uma concepção de Bakhtin acerca da dominação cultural (GINZBURG, 2010, p;12-13). A dominação no caso dos nossos autores ocorreu de suas nações perante a Ásia, em como o uso de sua droga estava diretamente ligado com a dominação econômica, social e de produção nas colônias, mas, a dominação cultural não ocorre da mesma forma entre dominante e

[204] "Às vezes, com tempo úmido, os cachimbos melam. O fumante chega na praia, a droga incha, se recusa a carburar." (COCTEAU, 1985, p.60)
[205] "(...) esse malásio (...) rapidamente ingressou nos meus sonhos, trazendo consigo outros malásios ainda piores do que ele, que me perseguiram desde então (...)" (QUINCEY, 2007, p.109)
[206] "Quanto a esse torpor, do qual tantos escritores falaram e para cuja crença muito contribuiu o embrutecimento dos turcos (...)" (BAUDELAIRE, 1998, p. 121)

dominado. As tentativas de dominação cultural da Ásia também influenciaram as idéias européias e dentre elas, o que os autores acreditam ser o uso do ópio.

Bibliografia

BAUDELAIRE, Charles. **Paraísos Artificiais: O Ópio e Poema do Haxixe.** Porto alegre: L&PM, 1998.
BOOTH, Martin. **Opium: A history.** Londres: Simon & Schuster Ltd., 1996.
COCTEAU, Jean. **Ópio: diário de uma desintoxicação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
DE QUINCEY, Thomas. **Confissões de um comedor de ópio.** Porto Alegre: L&M Pocket, 2007.
ESCOHOTADO, Antônio. **História General de las Drogas.** Madrid: Alianza Editorial, 1998.
HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital (1848 - 1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios (1875 – 1914).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e a criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
SEVCENKO, Nicolau. **Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe.** In: Revista Brasileira de História v.5 nº 8/9. São Paulo: set. 1984/abr.1985. (p. 69 - 83).

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

TEODORO DE ALMEIDA E A INVENÇÃO DO COTIDIANO PORTUGUÊS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII

Júnior César Pereira
(Mestrando- PPGHS UEL)

Resumo: O trabalho que segue reflete acerca de alguns modelos comportamentais presentes na primeira parte da obra Exercícios cotidianos segundo o espírito da igreja, atribuída ao padre oratoriano Teodoro de Almeida (1722-1808). Importante difusor da filosofia iluminista em terras lusitanas, esse homem multifacetado legou uma enorme produção, materializada em seus tratados filosóficos onde abordou temas desde a filosofia natural até a moral, passando pela lógica e metafísica, obra caracterizada pelo ímpeto missionário. Pouco privilegiado pelos estudiosos no interior da tradição de pesquisas acerca desse padre filósofo português, o material analisado atendeu ao objetivo principal desse artigo, qual seja, observar por meio das prescrições comportamentais de Teodoro nos Exercícios cotidianos as práticas cotidianas portuguesas na segunda metade do século XVIII. A partir das proposições de Clifford Geertz sobre a religião e as de Michel de Certeau acerca da invenção do cotidiano, o presente trabalho apresenta-se como um exercício de entendimento da vida lusitana em pleno tempo das luzes por meio da proposta de um de seus mais destacados atores.

Palavras-chave: Teodoro de Almeida; modelos comportamentais; cultura portuguesa; século XVIII.

Financiamento: Capes

Introdução

Qual o sentido de uma enfermidade? E a explicação para o sofrimento, para a dor? Como se comportar perante a morte de um ente querido? Quais são os momentos pertinentes para se visitar um amigo? O que fazer ao levantar da cama? Como refletir após um dia inteiro antes de dormir? Existiria um sentido na alimentação diária para além do básico? Por que trabalhar? Qual a necessidade de se divertir? Em suma: qual o sentido da vida? Perguntas intrínsecas à existência humana. Questões também encaradas pela sociedade portuguesa na segunda metade do século XVIII, certamente.

Compartilhamos aqui da posição assumida por Geertz, de que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (GEERTZ, 1989, p.15), ou seja, a cultura, definida como “padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, por meio dos quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p.103).

Cultura também entendida como modelo “de” e “para” a realidade, cuja articulação se dá nos conflitos. Conflitos dinâmicos entre os sistemas de produção cultural que, como observou de Certeau (1994), pretendem gerir os modos como os não produtores de cultura, consomem suas legítimas e institucionalizadas produções. Mero engano, pois os dominados, não são tão passivos. Entre estratégias e táticas, a arte do dominante e as sabotagens dos dominados, a cultura se articula, a realidade dada a ler é lida/conformada de diversas formas.

As lentes disponibilizadas por esses grandes pensadores nos permite embarcar em uma aventura cujo objetivo é conhecer alguns modelos de comportamento disponibilizados por um pensador do cotidiano português setecentista: Teodoro de Almeida. Formado na Congregação do Oratório, espaço receptor das ideias oriundas das luzes que grassaram na Europa, Teodoro se utilizou de diversas formas para difundir seu pensamento, dos tratados filosóficos à poesia, do romance às cartas pastorais.

Sua obra Exercícios cotidianos segundo o Espírito da Igreja é refletida aqui como protocoladora de modelos comportamentais, a partir do pressuposto orientado

por Geertz de que a religião como sistema cultural também pode ser entendida como conhecimento de mundo.

Por meio desse manual de civilidade cristã, temos um bom motivo para olhar possíveis configurações mentais daquele tempo, ferramentas ofertadas para a constituição daqueles sujeitos.

E para viajarmos com mais segurança, é prudente conversar um pouco mais com os ditos autores, para aí então mergulhar na cultura portuguesa do século XVIII, a chamada cultura das luzes, observando a trajetória de Teodoro de Almeida para compreender suas prescrições comportamentais como respostas às questões aventadas no início, ouvindo-as com os olhos, e imaginando ... principalmente. Pois então, comecemos.

Tentativas teóricas ou escolhas estratégicas

Na sua célebre obra A interpretação das culturas Clifford Geertz abordou a religião como um sistema cultural. Segundo tal definição uma religião consiste em:

> um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GERRTZ, 1989, p.104-105).

Desse modo, a noção de símbolo utilizada pelo autor é a de “objeto, ato, acontecimento, qualidade ou relação que serve como veículo a uma concepção – a concepção é o “significado do símbolo” (GEERTZ, 1989. p.105). A investigação de uma prática cujo simbolismo configura o conteúdo positivo, uma atividade cultural, é a realização de uma análise social. As práticas culturais, a produção, apreensão e utilização de formas simbólicas, são acontecimentos sociais como quaisquer outros.

Nessa ótica, os sistemas simbólicos também podem ser entendidos como padrões culturais e representam fontes extrínsecas de informação. Eles fornecem programas para os processos social e psicológico que conformam o comportamento público. Os padrões culturais são extremamente relevantes, uma vez que as fontes de informações interiores (genes e fisiologia) são instáveis. Os padrões culturais assumem duas dimensões modelares: funciona como modelo “da” realidade e como

modelo “para” a realidade. Os modelos “para” funcionam para estabelecer informações para padrões de comportamento. Por sua vez, os modelos “de” são a representação de modo simbólico destes padrões de comportamento, viabilizando a vida humana. Os modelos “de” são concepções gerais e os modelos “para” são disposições mentais (GEERTZ, 1989, p.106).

Às atividades religiosas dizem respeito dois tipos de disposições: o ânimo e a motivação. A motivação é uma tendência crônica para a execução de determinados tipos de atitudes e experimentar certas espécies de sentimentos em algumas ocasiões, ou seja, motivações são duradouras e significativas quanto a seu fim. Já os ânimos são significativos quanto a seu surgimento, são intensos enquanto duram, mas possuem menor duração que as motivações, surgem e desaparecem com facilidade (GEERTZ, 1989, p.110-111).

A religião, além de incitar motivações e disposições, elabora ideias gerais de organização, caso contrário, segundo o autor, ela seria apenas um arranjo normativo da moralidade. Dessa forma, a religião, sempre necessita explanar a ordem geral das coisas, independente do modo como o faça (GEERTZ, 1989, p.112).

A questão do significado (o fato de existirem a perplexidade, a dor e o paradoxo moral) é um dos principais fatores da crença religiosa. O postulado mais elementar da perspectiva religiosa é que “aquele que tiver de saber precisa primeiro acreditar” (GEERTZ, 2008, p.126). Uma perspectiva religiosa é um modo de entendimento, um entre outros modos. Esta perspectiva difere da do senso-comum, da ciência e da estética. Ela repousa em uma aura “verdadeiramente real”, a qual suas atividades simbólicas se devotam a produzir (GEERTZ, 1989, p.127).

Em síntese, o difícil entendimento de determinados fatos implica na dúvida, que se torna bastante desconfortável, quanto à existência de uma ordenação verdadeira do mundo. No entanto a religião elabora, em contrapartida a toda esta dúvida, uma ordem do mundo que apresentará respostas confortáveis para as possíveis contradições. Nesse sentido, a religião pode ser entendida como um modo de conhecimento do mundo (GEERTZ, 1989, p.128).

Por sua vez, Michel de Certeau (1994) legou um importante arcabouço conceitual para refletirmos melhor acerca das relações entre os sistemas produtores de cultura legitimados e os supostos usuários, não produtores. Pressupondo que a

cultura se articula no conflito entre produtores e consumidores, o que equivaleria à metáfora da escrita e da leitura, o autor lançou mão de dois conceitos oriundos da linguagem militar para pensar esses dois tipos de comportamentos: a estratégia e a tática. Escutemos o que o autor tem a nos dizer sobre o primeiro conceito:

> Chamo de estratégia o cálculo ou a manipulação das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização "estratégica" procura em primeiro lugar distinguir de um "ambiente" um "próprio", isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitiçado pelos poderes invisíveis do Outro. Gesto da modernidade científica, política ou militar (CERTEAU, 1994, p.99).

Nesse sentido, reflito as fontes elencadas como manifestações físicas do discurso proferido por Teodoro de Almeida de seu lugar estratégico, lugar representativo de um enorme investimento de espaço e de tempo, como membro de uma tradição religiosa estabelecida, possuindo uma identidade e um modo de operar determinados. A desestruturação de uma estratégia e seu reagrupamento não se dá tão facilmente como no caso da tática, pois é inflexível, calcada em uma localização geográfica ou institucional. Mas, o que é tática? Com a palavra, o autor ...

> Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de forma lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do Outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e convocação própria: a tática é movimento "dentro do campo de visão do inimigo", como dizia von Bullow, e no espaço por ele controlado ... Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 1994, p.100).

Haveria muito mais a se extrair de uma conversa com Certeau e Geertz, mas não há tempo, ou melhor, espaço aqui. É preciso correr com a história. Vamos a ela, finalmente!

Um luminar da cultura portuguesa setecentista

O limiar da formação intelectual de Almeida deu-se na Congregação do Oratório, instituição que teve seus pilares erigidos em Roma, no ano de 1565, pelo clérigo florentino Felipe Neri, tendo sido acolhida em diversas outras parte da Europa. Em Lisboa, onde se instalou no ano de 1668, o trabalho desempenhado pelos oratorianos caracterizou-se pelo seu caráter assistencial, voltado à recuperação dos desvalidos da sociedade, além de ter sido um importante pólo difusor das novas perspectivas filosóficas advindas dos movimentos iluministas que grassavam em algumas partes da Europa, apontando deste modo, novos rumos para a produção científica e orientação pedagógica no Reino às vésperas do começo do século XVIII (GOVASKI, 2017, p.30).

Nesse tempo, uma das bases mais significativas da cultura portuguesa foi a valorização da língua pátria, o que implicou na paulatina subalternização do latim, utilizado sobretudo pelos membros do clero. Para esses, a utilização dessa língua fazia parte do cotidiano, ao contrário do uso de alguns laicos, decorrente dos currículos escolares, onde o aprendizado da lógica, retórica, aritmética e todos os outros saberes se davam em latim (BRAGA, 2001, p.425).

Concomitante a esse marco, a circulação de obras oriundas das *lumière* contribuíram para a presença da cultura de língua francesa em Portugal, no entanto, o castelhano permaneceu como a terceira língua mais usada nessa conjuntura. O italiano interessava a poucos, sobretudo aqueles ligados à música e às óperas. O idioma alemão era quase desconhecido, assim como o holandês e o inglês (BRAGA, 2001, p.475-479).

A prática privada e silenciosa da leitura foi uma transição marcante na modernidade, e Portugal não ficou de fora dessa tendência. Nota-se ainda, de forma adicional a esse movimento, a fixação de uma ortografia, a utilização da imprensa e a gramaticalização das línguas vulgares. Pessoas menos cultas, mas capazes de ler e escrever em português juntaram-se àqueles conhecidos consumidores de letra

impressa, como os membros do clero, letrados, cortesãos e mercadores endinheirados. Vislumbra-se portanto, a paulatina ampliação do público leitor (BRAGA, 2001, p.487).

Na segunda metade do século XVIII grande era a importância pedagógica da Congregação do Oratório, onde Teodoro de Almeida foi admitido como membro aos 13 anos de idade, fato incomum no meio oratoriano, conforme indica os estatutos da insituição, que preconizava os 18 anos de idade para o ingresso de seus membros. Sendo assim, dedicou-se à Filosofia por três anos, seguindo por mais quatro no ramo da Teologia, e aplicando-se ao estudo da Matemática posteriormente. Sob a tutela do padre João Baptista de Castro conheceu as novas ideias que configuravam o quadro da filosofia moderna, sobretudo as iluministas (GOVASKI, 2017, p.43).

Em 1744, Teodoro de Almeida ordenou-se sacerdote, assumindo logo na sequência o posto de pregador da Congregação lisboeta. Em 1748, foi nomeado professor de filosofia do Convento das Necessidades, posto ocupado até 1754, tendo como pupilos, entre outras figuras da nobreza, José Maria Távora, filho do Marquês de Távora. Suas bases filosóficas indicavam a formação ilustrada que teve. Descartes, Newton, Locke e uma gama de outros importantes pensadores endossavam as atividades intelectuais do clérigo, que contribuiu em grande medida para a conformação do iluminismo português (GOVASKI, 2017, p.35).

Os anos de 1740 assistiram a publicação do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney, e da *Lógica racional, geométrica e analítica* de Manuel Azevedo Fortes, obras basilares da ilustração portuguesa. A atividade intelectual e acadêmica de D. Rafael Bluteau e do 4. Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, representou em Portugal, um primeiro movimento convergente com o novo clima propugnado pelas Luzes na Europa. Sob os auspícios de D. João V contemplam-se inúmeros pontos nodais para a participação do Reino Lusitano nesse novo cenário, como a instituição da Aula de Física Experimental no Palácio das Necessidades, e ainda as aulas de Filosofia proferidas pelo P. João Baptista na Congregação do Oratório (BIRON, 2014, p.1).

O iluminismo em Portugal não foi avesso ao catolicismo, pelo contrário buscou atualizar a tradição de pensamento católico aos novos paradigmas oriundos da ilustração. A forte influência de pensadores italianos como Muratori e Genovesi

converge com essa atualização do pensamento cristão, que ao contrário de diversos pensadores ingleses e franceses não defendia princípios deístas e materialistas (CARVALHO, 2007, p.25).

No entender de Cândido dos Santos a ilustração em Portugal pode ser denominada de Iluminismo Católico, pois

> caracterizou-se pela renovação da liturgia, pelo abandono de formas populares de devoção, pelo sentido histórico, pelo gosto da história eclesiástica, pela oposição ao escolasticismo, pela austeridade moral e recusa do probabilismo, pela predileção das línguas vulgares, pela crítica do barroco de pregação etc ... assim, alguns aspectos deste movimento regalista em política, jansenista em moral, progressista na cultura anti-Aristóteles e anti-Escolástica estão presentes em Portugal. Regalista, Jansenista e progressista. Não, porém, anti-religioso como na França. É, talvez, anti-clerical. Com certeza, anti-jesuíta. Como quase todas as ordens religiosas e uma parte dos bispos portugueses (SANTOS, 2004, p.948-949).

Mas logo as luzes se tranformaram em trevas para Teodoro de Ameida. Conforme Eugênio dos Santos:

> Nos anos que cobrem os fins da década de cinquenta e os inícios da seguinte, a maioria dos membros do instituto a que Teodoro pertencia mantinha relações difíceis com o poderoso ministro de D. José. A intransigência deste último tinha que fazer vítimas entre aqueles que ousassem opôr-se-lhe. E foi o que aconteceu ... Quatro dos filipinos mais ilustres tiveram que deixar Lisboa a caminho do desterro. Chamavam-se João Baptista, João Chevalier, Teodoro de Almeida e Clemente Alexandrino. O primeiro e último foram para o Hospício de Monção de onde, depois, o padre alexandrino, irmão de João Baptista, passou para Viseu, prestando a essa cidade excelentes serviços. Teodoro rumou ao Porto e João Chevalier esperava-o o remoto Alto Douro, como já referimos. Que crime, afinal, haviam cometido? Recusaram o *imprimatur* às ideias regalistas da obra De Protestate Regis escrita pelo intendente geral de polícia Inácio Ferreira Souto ‘mas inspirada diretamente por Pombal’. João Baptista e Teodoro manifestaram sem equívocos o seu desacordo para com a doutrina do escrito. O mesmo acontecendo, ao que se presume, aos outros dois, até porque João Chevalier era homem de prestígio firmado (SANTOS, 1980, p.63).

Nesse seguimento, os dias que se seguiram no trajeto de Teodoro de Almeida foram marcados pela perseguição do Marquês de Pombal, tendo que partir de Lisboa imediatamente, reconhecendo morada na cidade do Porto, onde chegou em 1760.

Nessa cidade, obteve acolhimento e sustentação para continuar exercendo seus trabalhos de missionário e escritor até 1768. O ano seguinte tornou-se traumático para o padre, que não conseguiu estabilizar-se em nenhum dos lugares por onde esteve. Adquiriu nesse tempo, grande aversão por viagens marítimas, passou ainda, por humilhações, como quando fora expulso do solo espanhol de forma humilhante. Todavia, em 1769 conseguiu sossego espiritual em Bayonne, na França, onde permaneceu junto ao mosteiro das religiosas da Visitação. Gozou de grande prestígio nesse lugar por oito anos, aliando trabalhos religiosos e prática docente (SANTOS, 1980, p.75).

Se por um lado, os anos finais de seu exílio deram-se sob conforto e estabilidade financeira, por outro, a saudade de sua terra natal não o deixava completamente em paz. O retorno à pátria ocorreu em maio de 1778, quase um ano após a queda de Pombal. Em Lisboa, não tardou em retomar aquilo que o diferenciou entre os demais, a aguda lida com as matérias do intelecto (SANTOS, 1980, p.76).

Em 1779, um antigo projeto de Teodoro de Almeida idealizado em parceria a um amigo também apreciador das mais diversas ciências, Duque de Lafões, materializou-se enfim na capital do reino. A Acadêmia Real das Ciências de Lisboa configurou-se como um importante espaço de produção e divulgação do conhecimento (SANTOS, 1980, p.79).

Entre 1792 e 1795 Teodoro de almeida retornou à docência na Congregação do Oratório, ministrando aulas de Filosofia natural na Casa das Necessidades. Nos anos finais do século XVIII continuou atuando vigorosamente nestes mesmos ambientes de produção intelectual. Faleceu em 10 de abril de 1804 legando uma vasta produção composta por obras como: *Recreação Filosófica* (1751-1800); *O feliz independente do mundo e da fortuna* (1779); *Sermões* (1787); *Lisboa destruída* (1803); *A morte alegre do filósofo cristão; Uma drama para a festa de nascimento do menino Jesus; A vida alegre do filósofo cristão* (as três publicadas em 1767); entre outras.

Exercício sobre exercícios

Os exercícios cotidianos se apresentam em uma linguagem simples, em formato de perguntas e respostas curtas. Este pequeno livro com letras garrafais é

composto de cinco capítulos. O primeiro, objeto de nossa análise, refere-se aos exercícios a serem realizados nos dias ordinários. No segundo capítulo Teodoro aponta as práticas que os cristãos deveriam realizar nas solenidades da igreja. O comportamento adequado do fiel enquanto assiste a missa é abordado na terceira parte do livreto. Na quarta o tema abordado é o preparo para a confissão, e por fim, o capítulo cinco direciona o cristão a receber a santa comunhão.

O primeiro exercício a ser realizado por um cristão pela manhã ao acordar deveria ser composto por quatro atos. O Ato de agradecimento aonde agradeceria a Deus pela continuação da vida e pela concessão de um tempo maior para assegurar a salvação; ato de adoração para oferecimento das palavras e dos pensamentos; ato de petição para livramento das armadilhas do demônio, inimigo de Deus; e por fim, o ato de invocação dos santos para reforçar a proteção contra os perigos da alma e do corpo (ALMEIDA, 1796, p.1-5).

Ao se deitar pela noite, cinco atos são preconizados pelo oratoriano, a saber: ato de ação de graças, aonde o cristão deveria agradecer a deus pelo livramento dos perigos e traições do demônio; ato de perdão: pela perversidade de seu coração, preguiça, negligência, pensamentos, palavras, murmurações, e impaciências; ato de arrependimento, por colocar em risco a amizade divina; ato para entregar-se inteiramente a nossa senhora, para obter proteção contra o risco de morrer sem os sacramentos; ato para entregar-se ao anjo da guarda, onde ocorre o agradecimento pelos conselhos internos dados e ao livramento dos perigos; por fim ainda se rezaria um pai nosso, uma ave maria, e uma litania a nossa senhora (ALMEIDA, 1796, p.5-12).

Nas horas concernentes às refeições o bom cristão deveria sentar-se à mesa com o intuito de obedecer a Lei Natural, qual seja, sustentar a vida que Deus lhe deu, cujo fim é estar em estado de cumprir as obrigações de sua família, comunidade e corporação pertencente. Como se pode ler:

> P. Com quê Espírito o cristão deve se sentar à mesa?
> R. Com desejo de cumprir o preceito de Deus na Lei Natural, que nos obriga a sustentar a vida que Deus nos deu.
> P. Quais outros fins o cristão deve ter ao tomar o sustento?
> R. Colocar-se em estado de cumprir as obrigações de sua família, comunidade, ou corporação a que pertence.

(ALMEIDA, 1796, p.12)

Expor a vida e a saúde em risco seria um grave pecado, uma vez que de acordo com Almeida a vida e a saúde não são nossas, ao contrário, somos apenas depositários delas. O pecado contra a temperança seria realizado se outros fins sobressaíssem à esses, e se não houvesse orado antes e depois de sentar-se à mesa (ALMEIDA, 1796, p.12-20)

À pergunta “Com que espírito deve se ir ao trabalho?” Teodoro responde: Ganhar o pão com o nosso trabalho, comportando-se de modo a cumprir as obrigações de pai de família, sustentar os que estão a seu cargo ou socorrer os necessitados, não perder tempo e prestar muita atenção nas atividades. A negligência e a preguiça seriam pecados contra a justiça, pois não se fez o combinado com os legítimos superiores, devendo-se então restituir o dano causado em justa proporção. Enquanto o corpo estivesse na labuta, o pensamento tinha que ser direcionado constantemente a Deus (ALMEIDA, 1796, p.20-24).

Nas ocasiões de enfermidades, as mesmas deveriam ser vistas como cruzes colocadas por deus para a redenção dos pecados cometidos. Os remédios prescritos pelos médicos poderiam ser tomados normalmente, sendo que o desprezo das moléstias em razão de uma entrega total à providência divina seria aceitável se a doença fosse muito grave.

> P. Será perfeição desprezar a moléstia e entregar-se à Providência?
> R. Em coisas graves não será, porque é matéria muito grave a de conservar a vida.
> P. Será pecado gemer, e queixar-se muito das dores agudas?
> R. Isto não é delito, é um efeito natural, e desafogo da natureza.
> (ALMEIDA, 1796, p.26)

Sendo a dor muito aguda, caberia oferece-la à Cristo em satisfação dos pecados. Se a morte fosse pressentida, os sacramentos deveriam ser pedidos. Para mais, não seria pecado desejar a saúde, pois isso é um desejo natural (ALMEIDA, 1796, p.24-29).

O cristão deveria procurar algumas recreações como passeios, jogos, músicas, conversações, leituras etc, para que o ânimo respirasse e conseguisse aturar as atividades laboriosas da vida. O passeio seria lícito quando não levasse a lugares onde a alma e o corpo corressem perigo, a música louvável, quando os cantares não fossem amorosos, as letras afeminadas e quando o canto não provocasse dissolução.

O jogo seria lícito quando não fosse proibido pelas leis, causasse fadiga e quando durasse tempo moderado, a leitura seria recreativa quando não fosse de livros obscenos, novelas amorosas, que causassem pensamentos pecaminosos. Por fim, a conversação adequada seria aquela que não se satirizasse o próximo, nem se utilizasse palavras indecentes (ALMEIDA, 1796, p.29-33).

As ocasiões adequadas para visitar parentes, vizinhos e amigos seriam aquelas de pena e de grande contento como enfermidades e prisão, seriam nocivas e perigosas quando servissem de dissipação e causassem más companhias. Quando as visitas falassem mal dos outros o assunto deveria ser mudado ou dissipado. Na morte dos amigos o dever fundamental seria o cuidado para que o recebimento dos sacramentos ocorresse. A encomendação de missas e obras de misericórdia caberiam como sufrágios (ALMEIDA, 1796, p.33-38).

Vemos portanto, a construção de um programa de orientação a ser interiorizado pelas pessoas. Um modelo com respostas a situações em que os indivíduos pudessem se deparar com a dor, o paradoxo moral e a perplexidade. No entanto, a preconização das confissões noturnas supõem a permanente possibilidade da realização de leituras diferentes das prescritas. Práticas pecaminosas de acordo com a crença do padre filósofo. Atitudes que contribuiriam para o fortalecimento do exército do demônio. Soldados de Satanás para Almeida, sabotadores à maneira de Certeau.

Apreciações finais

Crítico dos costumes de seu tempo, Almeida prescreveu modelos de comportamento perante situações como a morte, trabalho, recreação, enfermidades etc, em uma linguagem simples e acessível. Frente a dificuldade de intentar captar as várias leituras possíveis realizadas pelos leitores dos exercícios, por hora optamos por focar no próprio texto, que ofereceu lentes de aumento para vislumbrarmos o cotidiano português da segunda metade do século XVIII.

A partir de Geertz e Certeau empreendemos uma tentativa de embasamento teórico. A conversa com o primeiro foi necessária para a obtenção de um conceito de cultura adequado para olhar uma obra de prescrição comportamental religiosa, e a visita ao segundo teve o intuito de auferir um conceito para pensar o lugar da produção cultural em que se localizava Teodoro de Almeida.

A experimentação aqui realizada, certamente é uma entre várias possíveis. Há muitos temas na obra que podem ser recortados e estudados à parte, temas inclusive estudados com mais fôlego pelo próprio autor, como por exemplo a morte, na obra A morte alegre do filósofo cristão. Certamente Teodoro renderá muitos estudos, e por conseguinte muitas reflexões.

Referências

Fonte

ALMEIDA, Teodoro de. **Exercicio cotidiano segun el espiritu de la iglesia**. Oficina d. Blas Román, Madrid, 1796.

Estudos

BIRON, Berty. Considerações acerca do iluminismo luso-brasileiro. RCL, **Convergência Lusíada** n. 32, julho - dezembro de 2014.
BRAGA, Isabel M. R. Drumond. As realidades culturais. In: MENESES, Avelino de Freitas (cor). **Nova história de Portugal:** Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil. Editorial Presença, 2001.
CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação:** fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Editora Guanabara, Rj, 1989.
GOVASKI, Patrícia. **Ilustração e filosofia natural em Portugal :** a Recreação Filosófica (1751-1800) do padre Teodoro de Almeida. Universidade Federal do Paraná: Dissertação de Mestrado em História, 2017.
SANTOS, Cândido dos. **Matizes do Iluminismo católico da época pombalina.** Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2004, p.949-956.
SANTOS, Eugénio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980**,** p.53-90.

CONCEITOS RELACIONADOS À MEMÓRIA, PATRIMÔNIO, AÇÕES EDUCATIVAS PATRIMONIAIS E SEUS CAMINHOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ E O MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ.

Bruna Garcia Catarino
Especialista em Patrimônio e História
Mestranda em História Social PPGHS/UEL

Resumo. A "história oficial" e por consequência a mais divulgada do município de Cambé tem seu início principalmente a partir da chegada da CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná. A mesma avança por meio de discursos veiculados por uma propaganda sistemática, possibilitando sua propagação através dos anos e marcando as memórias sobre a história do município. Estas memórias, fruto pensado e criado pela CTNP, se apresentam como uma construção social, permeada na memória coletiva. Contudo, mudanças ocorridas na historiografia a partir dos anos 1980 possibilitou uma história repensada, sendo viável por meio da descoberta e estudos sobre as Missões Jesuíticas instituídas na região ainda no século XVII, e o grande número de povos indígenas que aqui viviam. Cambé acompanha essas mudanças e assim mediante estudos e descoberta dos sítios arqueológicos, demonstram a presença de conflitos e disputas neste território, não somente de questões ligadas à cultura, mas da memória. Nesta perspectiva, o objetivo desta comunicação é trabalhar com alguns conceitos relacionados à memória, patrimônio, ações educativas patrimoniais e seus caminhos, elegendo no caso dessa pesquisa, o município de Cambé, o Sítio Arqueológico "Fazenda Santa Dalmácia", como vestígio da possível Missão Jesuítica "San Joseph" e o MHC - Museu Histórico de Cambé, trabalhando com Bosi (1987), Halbawachs (1990), Pollak (1992), Nora (1993) e a respeito do reconhecimento patrimonial e práticas de ações educativas, pautaremos em Canclini (1994) e Scifoni (2015). Percebemos que é de grande importância trabalhar com essa temática, pois constatamos que não há pesquisas relacionadas. Sendo assim, a inclusão de novas memórias a respeito da ocupação do município, nos remete uma identidade reorganizada, que interfere não só na educação patrimonial, mas nas questões de reconhecimento patrimonial e regional, além de intervir em questões políticas, sociais e culturais, ou seja, se percebe que há uma nova apropriação e readequação das memórias coletivas de pertencimento disseminadas.

Palavras-chave: Memória; Educação Patrimonial; Museu Histórico de Cambé; Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”; Missão Jesuítica “San Joseph”.

Financiamento: Bolsista CAPES

Introdução

Quando os historiadores trabalham com o conceito de memória, é interessante observar o que os autores disponíveis com essa temática nos indicam a respeito. Entender o que cada autor nos oferece a partir da ideia de memória é importante, fazendo com que possamos realizar uma intersecção com qualquer pesquisa em que esteja em voga, como por exemplo, o conhecimento de história que a população de determinado lugar tem de si, do seu patrimônio material, cultural e reconhecimento das ocupações do espaço. Nesta mesma perspectiva, traremos alguns conceitos relacionados ao patrimônio e seus caminhos, elegendo no caso dessa pesquisa, Cambé.

Pensando nisto, optamos por alguns autores que se apresentam caro a essa questão da memória. Trabalharemos com Bosi (1987), Halbawachs (1990), Pollak (1989,1992), Nora (1993). E a respeito do patrimônio, pautaremos em Canclini (1994) e Scifoni (2015). Além de outros autores que trabalham com essa temática e também pautam seus trabalhos nesses autores fundamentais.

Para que possamos dar início ao pensamento sobre memória, precisamos compreender o quando Bosi nos fala que “A memória é a reserva que se dispõe da totalidade de nossas experiências” (BOSI, 1987, p. 13), entendemos com isso que as memórias vão muito além da questão individual, mas, de uma relação coletiva, que para Halbawachs (1990) é denominada memória coletiva.

> [...] a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. (POLLAK, 1992, p.204).

Halbawachs (1990) fala que os homens tecem suas memórias a partir das diversas maneiras de interagir com outros indivíduos e, como esses indivíduos não

mantém contato em apenas um grupo, e então diversas relações sociais são estabelecidas. As memórias individuais vão expressar como resultado o caminho de cada um ao longo de sua vivência.

A região que corresponde atualmente o Norte do Paraná, ao longo de sua história mostrou-se uma forte presença de colonizadores, tanto espanhóis como portugueses, populações indígenas, bem como das Missões Jesuíticas. No entanto, estes dois últimos nem sempre estiveram aparentes na percepção da atual população local. O oposto aconteceu, por conta da homogeneização do discurso vinculado e promovido pelos seus moradores ao longo da história recente, onde é feita uma ligação a um “legado europeu”, uma memória que conecta esta região a ingleses, alemães, eslavos, entre outras etnias. Uma região que possui sua história e memória fortemente atrelada ao projeto de composição da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. Pollak (1989) salienta ainda a respeito das memórias coletivas que:

> [...] as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. (POLLAK, 1989, p.07.)

A CTNP gerou a criação e a constância de uma memória estritamente ligada à questão da terra, em particular a sua cor e fertilidade. Tal questão já foi muito bem debatida por Oberdiek (1989), Adum (1991), Arias Neto (1993), Steca e Flores (2002), entre outros pesquisadores responsáveis por pesquisas relacionadas a essa temática, gerando na historiografia paranaense uma mudança de direção nos resultados sobre o processo histórico do norte do Paraná a partir das décadas de 1970 e 1980.

A sociedade, e/ou grupo, estabelece e reflete a sua identidade mediante ao apego permanente ao seu passado, mitológico, histórico e, especialmente, simbólico religioso. A “história oficial” e, por conseguinte a mais corrente do município de Cambé tem princípio nomeadamente a partir da chegada da CTNP. A mesma avança por

meio de discursos veiculados por uma propaganda sistemática, possibilitando sua propagação através dos anos. A “história oficial” ou “história real” corresponde à construção da identidade de um grupo, sua memória, seja ela vivida ou adquirida como nos sinaliza Pollak

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao longo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1992, p. 05).

Esta história oficial permeia o grupo e as memórias do município de Cambé, uma construção identitária que possui um importante papel na região Norte do Paraná, pois foi eleita não ao acaso, e sim, primeiramente pelos donos da Companhia, em seguida alimentada e propagada pelos que aqui se instalaram atraídos por rumores de fertilidade, prosperidade, etc. Estas memórias, fruto pensado e criado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, se apresentam como uma construção social.

> Se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de **luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos.** [...] Consagram-se como superiores certos bairros, objetos e saberes, porque estes foram gerados pelos **grupos dominantes**, ou porque tais grupos contam a informação e formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los, ou seja, para **controlá-los melhor**. (CANCLINI, 1994, p.97, grifos nosso).

Assim podemos entender quando Poulot (2009, p.15) esclarece que “O patrimônio contribui, tradicionalmente, para a legitimidade do poder, muitas vezes, participa de uma mitologia das origens”. Temos este fato presente, por exemplo ao analisar os livros disponíveis a respeito das origens do município que afirmam

> A primeira cidade prevista depois de Londrina, no sentido leste-oeste, foi denominada Nova Dantzig. O nome foi escolhido pela Companhia de Terras, que previu para a cidade a vinda de um grande número de pessoas de Danzig. Essas pessoas foram um dos primeiros grupos de imigrantes a constituírem uma colônia na região. (CAMBÉ,1992, p.26).

Estas publicações, até 1992, remetem a uma memória na qual há um silêncio a respeito das ocupações indígenas deste território. Assim Cambé, há uma memória exaltada a respeito da ligação a sua imigração europeia, relegando e apagando, em sua maioria, as ligações com outros grupos que não os “escolhidos” para pertencer a esse lugar.

Cambé, que anteriormente era denominada Nova Dantzig, se insere nessa conjuntura de iniciativa imobiliária desenvolvida pela CTNP. Entre os habitantes dessa nova ocupação do espaço por volta do ano de 1932, estão presentes em um primeiro momento, habitantes da Cidade Livre de Danzig[207] – que por conta dessa motivação, a primeira denominação da cidade se esclarece.

Esses imigrantes se refugiavam do desemprego e da conjuntura de crise existente neste período pós-queda da bolsa de 1929 que se estendeu e refletiu diretamente na Cidade Livre de Danzig. Outro fator de relevância para essa imigração se justifica por conta da obrigação de filiação ao partido nazista para conseguir emprego. Por conta da propaganda realizada pela CTNP em outros Estados do Brasil e no exterior, imigrantes de diversas etnias e lugares se estabeleceram na região por meio das colônias que a CTNP arquitetou.

A homogeneização desta ocupação feita através do discurso da CNTP, onde não houve problemas, sem brigas e principalmente, um silêncio a respeito dos povos indígenas que habitaram e habitam esta região, ou melhor, foram omitidos. Um silêncio presente até pouco tempo e ainda hoje dificilmente abordado, onde há o direcionamento da identidade da região com a cultura europeia como já falado anteriormente. Pollak (1989) nos revela em seu texto “Memória, Esquecimento, Silêncio” que há uma seletividade da memória, bem como um processo de "negociação”.

> Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum. (POLLAK, 1989, p. 03).

[207] A Cidade Livre de Danzig estava localizada entre os territórios alemães da Pomerania e Prússia Oriental, no denominado “Corredor Polonês”. Devido a essa localização, Danzig foi palco de muitos conflitos. (CORTEZ, 2012, p.25). Para mais informações sobre a história da Cidade Livre de Danzig ver Edna Scalon Cortez. Danziger Hof: a hospedaria dos danziguenses em Cambé. 2012.

Entretanto, transformações referentes a uma história repensada acontecem com a evidenciação e pesquisas em relação às Missões Jesuíticas, que foram estabelecidas na região ainda no século XVII, e a grande composição de povos indígenas que aqui conviviam. Algumas dessas Missões ocuparam o espaço atual do Estado do Paraná, e por meio dos estudos e descoberta dos sítios arqueológicos, demonstram a presença de conflitos e disputas neste território, não somente de questões ligadas à cultura, mas da memória. Pollak (1989), em análise nas pesquisas efetuadas com memórias de sobreviventes dos campos de concentração nazistas da Segunda Guerra, refere-se às zonas de sombra, silêncios e “não-ditos" que encobrem as lembranças.

> As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p.07.)

A arqueologia consegue apontar neste caso em específico, uma pequena parte da intervenção europeia-jesuítica, junto aos indígenas da região. Seus aldeamentos e ensinamentos, bem como sua interferência na cerâmica, são percebidos por arqueólogos e visitantes do Museu Histórico de Cambé, onde conseguem ter contato com as peças de cerâmicas e líticas que compunham o acervo e a exposição permanente de arqueologia.

Essas Missões possuem uma relação entre patrimônio cultural e a memória, e um exemplo disto é o Sitio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” que possui segundo a literatura (Parellada, 2013, Menegusso, 2015, 2016) instituída a possível Missão Jesuítica “San Joseph”, que influenciou no processo de reconstrução da memória e de reconhecimento deste, na região que hoje compreende o município de Cambé. Canclini (1994) aponta que

> O patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. **Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e**

> **merecem ser conservados**, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, **para imprimir a esses bens maior qualidade e refinamento.** (CANCLINI, 1994, p.97, grifo nosso).

É interessante compreender como essas concepções são expressas nas iniciativas contemporâneas da memória e identidade na região, pois tal tema perpassa pela questão acerca da valorização do patrimônio cultural e a um redirecionamento nas discussões sobre a presença indígena na região.

> O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução politica, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (POLLAK, 1989, p.10).

Nesse sentido é importante observar, segundo Halbawachs (1990), que o indivíduo não controla sozinho o resgate sobre o passado, mesmo que este acredite que sua memória é inteiramente pessoal, uma vez que ele crê que pode resgatar episódios, casos, eventos, etc., que apenas ele tenha presenciado, ela é coletiva, pois como dito antes, o sujeito é resultado de suas interações sociais.

> É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1992, p.02).

A memória coletiva tem, portanto, o importante papel de garantir o sentimento de identidade do indivíduo, fundamentado nesta memória compartilhada.

Compreendemos que refletir sobre estas mudanças como um todo é amplo e possui muitas particularidades. Nesta perspectiva recortaremos este estudo na região que responde atualmente ao município de Cambé, que possui o Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia, respectivamente a possível Missão Jesuítica, conhecida como San Joseph.

Como dito anteriormente, Cambé apresenta fragmentos e peças procedentes do Sítio Arqueológico Fazenda Santa Dalmácia que fazem parte do patrimônio do município, e que estão neste processo de inclusão na memória da coletividade, de identidade e do amplo pertencimento e reconhecimento da população sobre a história e patrimônio de Cambé, fazendo parte do acervo do MHC. Esse acervo possui elementos marcantes e existentes nesta memória coletiva, sendo principalmente de origem tupi-guarani[208]

> Um dos elementos marcantes desta cultura tupi-guarani é a cerâmica. Ela se caracteriza por uma grande quantidade de vasilhas feitas de barro, de diferentes formas e dimensões, compreendendo desde pequenas tigelas a grandes e bem elaboradas urnas funerárias.
> Normalmente estas cerâmicas se apresentam decoradas, embora, predominantemente ocorram recipientes sem decoração. Entre as decorações mais comuns ocorrentes na cerâmica tupi-guarani estão a corrugada, ungulada, escovada e pintada. (CAMBÉ, 1992, p.20).

A ocupação deste território em diferentes épocas influencia diretamente a formação da identidade da região. Ao refletir sobre esta incorporação de novas memórias a respeito da ocupação, nos aponta uma identidade reorganizada, que interfere não só na educação patrimonial, mas nas questões de reconhecimento patrimonial e regional, além de envolver as questões políticas, sociais e culturais, ou seja, há uma nova apropriação e readequação das memórias coletivas de pertencimento propagadas.

> A memória do individuo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos do convívio e os grupos de referências peculiares a esse individuo. (...). A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. (BOSI, 1987, p.17).

Pensando desta forma, percebemos que colocar em pauta essas questões nos remete a novos personagens, que determinam a construção e alimentação do

[208] Grupo dos agricultores-ceramistas. No início do século XVI, quando chegaram os primeiros europeus onde hoje é o estado do Paraná, já se encontravam na região as populações indígenas conhecidas como históricas. São elas: Os Guarani e Xetá do tronco linguístico Tupi, e os Kaingang e Xokleng do tronco linguístico Macro-Jê. Para mais informações, ver em MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2ª Edição Maringá: Eduem, 2008.

patrimônio de uma região e a memória coletiva do município, a partir da educação patrimonial existente e registrada nos relatórios de atividades do Museu Histórico de Cambé, e suas publicações impressas desde a sua fundação em 1985.

A temática dos povos indígenas no município está presente no Museu Histórico de Cambé desde a sua fundação, datado de 1985, no qual a confirmação decorre do levantamento realizado nos seus relatórios de atividades que revelam exposições e trabalho junto à comunidade escolar. As atividades realizadas ao longo do tempo de atuação nos possibilita afirmar essa ligação a atividades sobre a temática indígena, que se intensifica a partir da década de 1990.

Este período temporal é importante, por conta do início do processo que se estende até os dias atuais. Neste momento inicial, o MHC contava com um acervo pequeno e acontece a iniciativa de se buscar juntamente à comunidade novas peças para enriquecê-lo. Assim uma campanha iniciou-se no sentido que os moradores doassem peças.

Inicialmente o projeto imaginava a captação de peças sobre os pioneiros e sua história, porém, peças líticas e cerâmicas aparecem juntamente com os objetos de pioneiros, e desperta a curiosidade para a possibilidade de mais peças desse tipo. Então, gincanas foram promovidas dando início a um projeto especifico para a captação de peças indígenas, motivado por algumas doações já feitas anteriormente para o MHC pela população, mas em específico pelo professor da rede pública de ensino João Sabaini, por outros professores e moradores da zona rural da cidade com o objetivo de incentivar a população em geral, mas especificamente da zona rural. O projeto foi bem empreendido, e diversos fragmentos, recipientes de cerâmica e peças líticas foram conseguidas.

Após esse primeiro momento de captação de peças, começou um estudo investigativo de campo pelos arqueólogos Miguel Gaissler e Oldemar Blasi, nomeado como Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”, onde foram realizadas escavações e identificadas diversas peças e fragmentos, inclusive inteiras.

Entre 1991 e 1993 alunos do Curso de Artes e Design da Universidade Estadual de Londrina, coordenados pela professora Maria Sherlowski e a arqueóloga Dra. Cláudia Inês Parellada do Museu Paranaense e colaboração do professor Dr. Carlos Appoloni, coordenador do Laboratório de Física Nuclear da UEL, realizam

pesquisas mais aprofundadas, com a finalidade de identificar melhor os materiais recuperados por Blaisi e Gaissler.

Só por volta dos anos de 2009 á 2011, é que a arqueóloga responsável por este departamento no Museu Paranaense, Dr. Cláudia Inês Parellada desenvolve suas análises com os materiais pertencentes ao Museu Histórico de Cambé, sobretudo nas cerâmicas e pode constatar

> […] o contato do Guarani com o europeu através do uso intensivo da pintura vermelha nas superfícies externas e internas dos vasilhames, além de formas características como bases de estatuetas, asas, alças e bases planas, entre muitos outros dados levantados. (PARELLADA, 2013, p.11).

Notícia no jornal *Folha de Londrina* sobre o encontro da possível Missão Jesuítica “San Joseph” em 2011

FOLHA Cidades

JUL 19, 2011

Missão Jesuítica é encontrada em Cambé

QR Code
Enviar por Email
Compartilhar
Twettar
Linkedin
A+ Fonte A-
Comunicar erro
Ler depois

Vestígios da Missão Jesuítica San Joseph, fundada em 1625, foram reconhecidos no Sítio Arqueológico da Fazenda Santa Dalmácia, a 27 quilômetros do Centro de Cambé (Norte). O anúncio foi feito durante a 9ª Reunião de Antropologia do Mercosul, que aconteceu entre os dias 10 e 13 de julho, em Curitiba.

Os trabalhos para identificar o local foram iniciados em 1990, quando foram encontrados na região indícios arqueológicos por alunos da Escola Rural Municipal Fazenda Santa Dalmácia.

Segundo o relatório da descoberta dos pesquisadores, a Missão Jesuítica San Joseph esteve localizada no Norte do município, perto do Córrego Palmeira e à margem direita do Rio Vermelho. No local foram encontrados um sítio arqueológico de grande dimensões e muitas amostras cerâmicas, onde se concluiu que uma população indígena, da cultura tupi-guarani, viveu no local e desenvolveu atividades de produção oleira.

A arqueóloga do Museu Paranaense, Cláudia Inês Parellada, que fez o anúncio oficial da descoberta, garantiu que há entendimentos para a preservação da área nos órgão públicos da cidade e junto à secretaria de cultura do município devem realizar novas ações para determinar detalhes da instalação da Missão San Joseph. (Com informações da Secretaria de Comunicação de Cambé)

Redação FolhaWeb

Fonte: https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/missao-jesuitica-e-encontrada-em-cambe-760118.html

Uma das dificuldades de se localizar o sítio arqueológico como a Missão Jesuítica consiste, conforme Menegusso (2015, p. 3283) descreve que “O que restou das reduções jesuíticas são apenas alguns vestígios materiais que ainda estão presentes em sítios arqueológicos, outros recobertos pela mata, ou simplesmente destruídos pela ação de agricultores no processo do plantio”.

> Com o passar dos anos os padrões culturais dessas sociedades foram se modificando, mas foi a partir do contato com os não-índios que o processo de mudança ocorreu de uma maneira mais acelerada. [...] Um exemplo de vestígios dessas missões é

> o da redução jesuítica de San Joseph fundada em 1625 e destruída pelos bandeirantes em 1631. (MENEGUSSO, 2015, p. 3283).

Partindo do momento em que feita a identificação do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” como a possível Missão Jesuítica “San Joseph”, se faz fundamental não só a sua conservação e restauração de estruturas e peças encontradas, mas também de abertura do local para futuras pesquisas e visitações gerando movimento e concretude sobre o local localizado. Segundo Pierre Nora (p.13, 1993)

> Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. (...) Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los, transformá-los, sová-los e petrifica-los eles não se tornariam lugares de memória.

A readaptação da educação patrimonial, que se deslocou da origem Danziguense, do europeu, para a origem indígena. Houve um acréscimo de personagens locais as memórias da população. Como descreve Poulot (2009, p.12) “[...] a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio.”. Tal presença altera a memória bem como o próprio patrimônio, pois segundo Pinheiro (2014):

> Patrimônio é memória que não apenas transmuta um passado, mas constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade. (PINHEIRO, p.13, 2014)

Outro ponto relevante a este estudo é a questão da educação patrimonial e da identificação da região voltada além da já conhecida e direcionada ao projeto da CTNP, mas para a questão da região atrelada à ocupação do espaço pelos indígenas, desmistificando a questão do vazio demográfico e do sertão desabitado como explicitado em Arruda (1997) e por Mota (1994)

> (...) a construção do vazio demográfico. *O sertão esquecido, as terras devolutas, a região abandonada* são a expressão de uma ideologia que constrói espaços desabitados e apagam da

> história as populações indígenas e os pequenos posseiros. (MOTA, 1994, p. 48).

Portanto como Canclini (1994) nos revela que além das políticas de preservação é de real importância, que este seja avaliado de forma adequada pelo público de museus e sítios arqueológicos, centros históricos e receptores de programas educativos e de difusão.

> Para cumprir estes objetivos, não basta multiplicar as pesquisas patrimoniais, os museus e a divulgação: é necessário conhecer e entender os parâmetros de percepção e compreensão em que se baseia a recepção dos destinatários. (CANCLINI, 1994, p. 106).

Compreender a importância da educação patrimonial para a preservação e reconhecimento do acervo arqueológico, a presença do indígena e a do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia” no município de Cambé transcorre tal questão da institucionalização da memória indígena.

No caso do Museu Histórico de Cambé, esta institucionalização é precedida por um enaltecimento do pioneiro em suas primeiras ações educativas, passando em seguida a ações ligadas às memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural.

> A educação não pode ser vista como produto ou como sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo. (SCIFONI, 2015, p.198)

Relações essas que divulgam informações e se adaptam a novos parâmetros. Porém, em certos casos, como analisa Scifoni (2015).

> As atividades educativas não fazem parte das prioridades de trabalho ou elas estão relegadas à etapa final dos estudos e ações de identificação e proteção do patrimônio, funcionando meramente como divulgação dos bens tombados ou como forma de resolução de conflitos gerados pela ausência de participação social no processo. (SCIFONI, 2015, p.197).

O trabalho proposto tem por motivações a falta de material neste sentido, e perpassa ainda por ordem pessoal, devido ao estágio de quase três anos efetuado diretamente nesta questão da educação patrimonial no Museu Histórico de Cambé.

Com tal experiência percebeu-se este novo contexto, no qual há a necessidade de valorização do patrimônio cultural e um direcionamento nas discussões sobre a presença indígena na região com o reconhecimento do sitio arqueológico, na qual se inclui o indígena e uma possível Missão Jesuítica.

Deste modo o tema se justifica pela necessidade de analisar a reordenação da memória coletiva do município de Cambé, partindo das atividades de ações educativas realizadas pelo Museu Histórico de Cambé. Considerando que estas atividades são um dos principais objetivos da existência do MHC, que promove a identidade coletiva, manutenção das tradições, costumes e a memória cambeense, portanto, há reconhecidamente neste órgão público, uma importância para a cidade. Desta forma pode-se entender a memória coletiva atual.

Considerações Finais

A valorização da memória do Brasil na década de 80 dentro da historiografia e das tendências em consequência do processo de produção da Constituição Federal de 1988 faz com que novas abordagens e redirecionamentos sejam feitos. Esse reconhecimento sobre a memória, juntamente com a valorização e importância do indígena para a memória do Brasil a partir de meados da década de 70 e 80 pelos antropólogos e historiadores, são uma das causas do impulsionamento da abordagem adotada pelo MHC.

Inicialmente, como percebido nos relatórios de atividades (1985, 1986) do MHC, acabaram elegendo seguir a “lógica” do enaltecimento do pioneiro, do pioneirismo e dos feitos da CTNP, que como visto anteriormente foi à memória e a visão perpetuada e seguida durante anos e que ainda sofre pressão para ser desconstruída. Mas influenciados por essas frentes de mudanças historiográficas e de pesquisas, segue quase que ao mesmo tempo trazendo elementos da história e memória do indígena, ainda que não tenha praticamente quase nenhum elemento material e local sobre o indígena da região, como relatado nas documentações dos relatórios de atividades (1985, 1986) do MHC.

Creio que essas poucas peças cerâmicas e líticas do início de fundação do MHC, foram consideradas corriqueiras, já que a presença de peças indígenas é comum em todo o território brasileiro por conta da presença maciça dos diversos

povos indígenas que aqui habitaram. Por essa questão, possuir peças indígenas, independente do lugar, se torna comum. A partir do momento do recorrente encontro e uma maciça presença desses materiais arqueológicos é que se percebe a importância e a proporção dessas peças no município e da grandeza da presença do Sítio Arqueológico “Fazenda Santa Dalmácia”, e posteriormente da Missão Jesuítica “San Joseph”.

Entender como a população do município de apropria das memórias fornecidas pela história é de enorme importância para esse trabalho, e assim perceber quais os caminhos ainda a serem percorridos caso os objetivos estabelecidos pelas ações educativas patrimoniais ainda não estejam alcançados.

Referências Bibliográficas

ADUM, Sonia Maria e Lopes. **Imagens do progresso**: barbárie e civilização (1930-1960). 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1991.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado**. Representações da política em Londrina (1930-1975). 1993. (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões**: entre a História e a memória. Bauru: Edusc, 1997.

BOSI, Ecléa**. Memória e Sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1987.

CAMBÉ. **Cambé:** repensando a sua História. Cambé: Gráfica e Editora, 1992.

CANCLINI, Néstor García. **O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional**. Revista Patrimônio Histórico e Artístico **Nacional**. n. 23, 1994.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

MENEGUSSO, Maquiele Elisabete. Os ceramistas Tupiguarani e Itararé-Taquara: ocupação, história e presença em Londrina/PR, p. 3277-3289. In: **Anais do VII Congresso Internacional de História**. Maringá, 2015. ISSN 2175 – 4446. Disponível em: < http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1176.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MENEGUSSO, Maquiele Elisabete; MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques; "DA CERÂMICA ARQUEOLÓGICA ITARARÉ-TAQUARA À CESTARIA KAINGANG: UM ESTUDO DO ACERVO INDÍGENA DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMBÉ", p. 1050-1062. In: **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciencias Humanas [=Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]**. São Paulo: Blucher, 2016.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang:** a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924). Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 1994.

OBERDIEK, Iak, Hermann. **A imigração judaica** – alemã no Norte do Paraná- O caso

de Rolândia. Dissertação do mestrado, UNESP, 1989.
NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História.** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC. São Paulo, 1993.
PARELLADA, Cláudia Inês. Sítio arqueológico Fazenda Santa Dalmácia: uma das fundações da Missão Jesuítica de San Joseph, Guairá, século XVII. **Boletim Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v.4 n.8 jan/jun 2013, p.8-12. Disponível em http://www.uel.br/museu/publicacoes/Boletim_08.pdf. Acesso em: 25 jan. 2017.
PINHEIRO, Adson. **Patrimônio Cultural**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Cultural, 2014.
POLLAK, Michael. Memórias, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Ed UFRJ, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.
SCIFONI, Simone. Para repensar a educação patrimonial. In PINHEIRO, Adson (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural:** Educação Patrimonial, v. 1, Fortaleza: Secultfor/Iphan, 2015, pp. 193-206.
STECA, Lucinéia C, e FLORES, Mariléia d. **O Norte pioneiro in: História do Paraná**. Londrina: Ed UEL, 2002.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: A LEI 13.415/2017 E A CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Amanda Camargo Rocha[209]
Universidade Estadual de Londrina

Ana Beatriz Camargo Rocha[210]
Universidade Estadual de Londrina

Resumo .O trabalho objetiva refletir sobre as perspectivas iniciais para o Ensino de História frente à recente reforma do Ensino Médio sancionada pela Lei 13.415/2017, e suas alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que afetam diretamente a oferta do ensino de História no Ensino Médio, produzindo efeito também nos cursos superiores de licenciatura. Para tanto, analisaremos os textos legislativos, produções jornalísticas e bibliografia sobre o tema, que juntos comporão as fontes para pesquisa. Nesse sentido, ressaltamos que, para que se pense o desenvolvimento e implementação de políticas educacionais, é importante que se considere que essa legislação contém em seu cerne não somente a força de normatização do ensino, mas também traz implícito em seus textos um projeto de sociedade e de nação que interfere diretamente na vida, formação e perspectivas de futuro de seus cidadãos. Para que essas intenções que, por vezes, se encontram camufladas no texto legislativo se tornem mais claras e sejam compreendidas em sua totalidade, não se pode prescindir de uma análise que considere a conjuntura social, econômica, jurídica e política que possibilitou sua promoção, ou seja, uma análise historicizada do processo. Sendo assim, faremos uma breve reflexão sobre o contexto de crise política que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos, a partir do processo de reeleição e impeachment da presidenta Dilma Rousseff e instalação do governo Michel Temer. Além disso, apresentaremos os meandros jurídicos percorridos para a sanção de tal legislação através de Medida Provisória, questionando sua convergência com o Estado democrático de direito. A análise das evidências se dará a partir de perspectiva crítica, considerando o período de fragilidade democrática que permeia a sociedade

[209] Graduada em História e especialista em Patrimônio e História pela Universidade Estadual de Londrina, graduanda em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná.
[210] Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Londrina.

brasileira nos últimos anos e as relações que têm sido observadas ao longo do tempo entre educação, trabalho, formação escolar e seus efeitos nas políticas educacionais e no Ensino de História.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Ensino de História; Reforma do Ensino Médio.

A proposta inicial de reformulação do Ensino Médio, teve sua origem no PL 6840/2013, fruto do Relatório da Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio. Neste momento seus autores justificaram a medida afirmando que “o atual modelo de ensino médio está desgastado, com altos índices de evasão e distorção idade/série e de que, apesar dos investimentos e do aumento ao número de matrículas, não conseguimos avançar qualitativamente neste nível [...]” (BRASIL, 2013). O fato de Michel Temer ter se utilizado do dispositivo de Medida Provisória, acelerando assim o processo de aprovação da lei, demonstra a característica antidemocrática de seu governo. Por esse motivo, pensaremos inicialmente sobre as bases legais e fundamentações que normatizam o dispositivo de Medida Provisória, que no caso da Reforma do Ensino Médio tem gerado questionamentos em relação à sua constitucionalidade, especialmente ao considerarmos a atual conjuntura política brasileira. Em seguida, refletiremos em linhas gerais, sobre a lei 13.415/2017 e as perspectivas para o ensino de História na última etapa da educação básica brasileira.

Medidas Provisórias e Constitucionalidade

Prevista no Art. 59, inc. V da Constituição Federal, as medidas provisórias podem ser compreendidas como espécies normativas com força de lei, cuja edição cabe ao Presidente da República, observada a forma expressamente determinada no texto constitucional.

Espelhando-se no modelo italiano, as medidas provisórias representam um ato normativo de caráter excepcional e célere, destinado a situações de relevância e urgência. Assim, a fim de tornar efetiva e eficaz a prestação legislativa do Estado, o legislador constituinte de 1988 elencou referido instrumento como forma de melhor

atender os interesses democráticos. Sobre a utilização do modelo italiano como base, Alexandre de Moraes explica que

> O Art. 77 da Constituição Italiana prevê os chamados decretilegge in casi straordinarí di necessitá e d'urgenza (decretos-lei em casos extraordinários de necessidade e urgência), prevendo que em caso extraordinário de necessidade e urgência, o Governo adotará, sob sua responsabilidade, providências provisórias com força de lei, devendo apresentá-las imediatamente à Câmara, para sua conversão. Estipula, ainda, que o decreto perderá eficácia retroativamente se não houver a conversão em lei, no prazo de 60 dias de sua publicação, devendo a Câmara regulamentar as relações jurídicas resultantes do decreto-lei não convertido em lei. (MORAES, 2014, P. 689)

Assim, verifica-se que, apesar da medida provisória inegavelmente possuir como seu antecessor imediato o antigo decreto-lei, não mais previsto na Constituição atual, e este ter sido historicamente um instrumento utilizado de forma arbitrária e abusiva pelos Presidentes da República, houve por ocasião da Assembleia Constituinte a preocupação de possibilitar o uso de instrumento similar já que de competência do Presidente da República, porém com diferenças importantes como:

a) Enquanto a expedição do Decreto-lei demandava, alternativamente, a existência de casos de urgência ou se interesse público relevante, na medida provisória são necessários, cumulativamente, os pressupostos de relevância e urgência;

b) A expedição do Decreto-lei precisava respeitar a condição de inocorrência de aumento de despesa bem como apontava as matérias que podia ter por objeto; já a medida provisória não está subordinada a nenhuma condição financeira, e pode tratar de toda e qualquer matéria, exceto aquelas vedadas nos parágrafos do Art. 62 da Constituição Federal, instituídos a partir da Emenda Constitucional nº 32/01.

c) O Decreto-lei, não havendo manifestação expressa do Congresso Nacional no que concerne à sua apreciação, era automaticamente aprovado, com a justificativa de decurso do prazo, enquanto que a medida provisória necessita da aprovação expressa do Congresso para sua devida conversão em lei;

d) O decreto-lei só poderia ser rejeitado ou aprovado na sua totalidade, não permitindo a apresentação ressalvas na forma de emendas pelos parlamentares, enquanto que no caso da medida provisória é possível realizar essas ressalvas;

e) A rejeição do decreto-lei não ocasionava a nulidade dos atos praticados durante a sua vigência; já a medida provisória não tem eficácia, desde a edição, caso não seja convertida em lei, sendo responsabilidade do Congresso Nacional tratar das relações jurídicas dela resultantes. Excepcionalmente, apenas em caso de inércia do Congresso, no prazo de 60 dias, as medidas provisórias rejeitadas se revestirão do efeito *ex nunc* assemelhando-se nessa situação aos Decretos-lei.

Por fim, para diminuir a excessiva discricionariedade na edição de medidas provisórias, buscando a superação de tendências que resgatassem o contexto em que eram utilizados os Decretos-lei, outro meio utilizado foi a Emenda Constitucional nº 32 de 11 de setembro de 2001. Tal emenda, ao estabelecer regras ao processo legislativo, trouxe uma série de limitações materiais, impossibilitando também as reedições sucessivas de MP. De acordo com o Art. 62 da Constituição, havendo relevância e urgência para tratativa de algum tema, o Presidente da República pode lançar mão das medidas provisórias, que possuem força de lei e uma vigência temporal de 60 dias. É necessário, todavia, submetê-las em caráter imediato à apreciação pelo Congresso Nacional.

Para a análise de cada medida provisória é composta uma comissão mista de 12 senadores e deputados e igual número de suplentes, sem deixar de observar, geralmente, o critério de proporcionalidade em relação aos partidos ou blocos parlamentares em cada Casa. Esta comissão terá o prazo de 14 dias, contados da publicação da medida provisória em Diário Oficial, par emitir parecer definitivo, a respeito da matéria, separadamente, explanando o enquadramento dentro dos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito e de adequação financeira e orçamentária.

A comissão pode aprovar total ou parcialmente a medida provisória ou rejeitá-la, podendo propor também a sua alteração. Por fim, pode também manifestar-se aprovando ou rejeitando emenda eventualmente apresentada à MP. O parecer da

Comissão Mista será encaminhado ao Plenário da Câmara dos Deputados e quando aprovado, a medida provisória é encaminhada ao Senado Federal, para que lá seja discutida e votada. O Plenário de cada uma das casas do Congresso Nacional decidirá preliminarmente e por maioria simples, o atendimento ou não aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da MP, bem como possível inadequação financeira e orçamentária. Caso o Plenário de uma das duas casas decida pelo não enquadramento dentro desses limites, a medida provisória é arquivada. De outro lado, se houver a aprovação da MP, haverá a sua conversão em lei, com a respectiva promulgação pelo Presidente da República.

Ademais, vale dizer que a Emenda Constitucional nº 32/01 também instituiu uma nova espécie de regime de urgência constitucional para medidas provisórias. Esta regra prevê que, se elas não forem apreciadas em até 45 dias (dos 60 dias de sua vigência) entrarão nesse regime de urgência, sendo que em tal caso as duas casas do Congresso terão 15 dias para apreciarem o inteiro teor da MP, restando todas as outras deliberações da Casa Legislativa, sobrestadas, até que a sua votação seja concluída. Por fim, insta ressaltar que a medida provisória pode ser alvo de controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário. A respeito do assunto, Alexandre de Moraes explica que

> A medida provisória, enquanto espécie normativa definitiva e acabada, apesar de seu caráter de temporariedade, estará sujeita ao controle de constitucionalidade, como todas as demais leis e atos normativos. O controle jurisdicional das medidas provisórias é possível, tanto em relação à disciplina dada a matéria tratada pela mesma, quanto em relação aos próprios limites materiais e aos requisitos de relevância e urgência. A essa última forma de controle jurisdicional, o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, desde a constituição anterior e a respeito dos antigos Decretos-lei, é inadmiti-lo, por invasão da esfera discricionária do Poder Executivo, salvo quando flagrante o desvio de finalidade ou abuso de poder de legislar. A hipótese, portanto, é possível para evitar arbitrariedade, porém excepcional. (MORAES, 2014, p. 699)

A respeito dos pressupostos de relevância e urgência exigidos cumulativamente para que uma medida provisória seja editada, cumpre salientar a dúvida que ocasionalmente surge, no que concerne à abrangência de referidos vocábulos. Quanto ao pressuposto “urgência”, para Celso Spitzcovsky e Leila Pereira da Mota,

> [...] têm a doutrina e a jurisprudência entendido que debaixo dessa rubrica estariam inseridas somente aquelas matérias que não pudessem aguardar sua tramitação normal pelo Legislativo, mesmo com procedimento abreviado (Art. 64, §2º), diante do interesse público a ser protegido. Nada obstante, em que pese a importância dessa tentativa de enquadramento do conceito de "urgência", quer nos parecer que o problema permanece em se saber quais matérias não poderiam sujeitar-se a essa tramitação legislativa. Em outras palavras, o problema que se coloca é o de saber quem possui a competência para dizer se esse requisito está presente ou não. (SPITZCOVSKY e MOTA, 2013, p. 195)

Ainda, para os autores, tais pressupostos não podem se sujeitar apenas ao crivo da conveniência e oportunidade do Executivo e da apreciação política do Congresso, sob pena de causar um engessamento do Poder Judiciário. Nesse sentido, cumpre salientar que apesar dos conceitos de "relevância" e "urgência" parecerem genéricos, isso não impede a possibilidade de exercício do Controle de constitucionalidade pelo Poder Judiciário. (SPITZCOVSKY e MOTA, 2013, p. 195)

Trata-se de uma prerrogativa que deve ser exercitada, inclusive em defesa da sociedade civil, para que não se instaure novamente, no país, um contexto de insegurança jurídica que coloque em risco o Estado Democrático de Direito. Neste ínterim, o princípio constitucional da separação de Poderes previsto no Art. 2º da Constituição Federal fundamenta, inclusive, a apreciação das medidas provisórias, na condição de atos normativos que são, tanto pelo Legislativo como pelo Judiciário. É um movimento que, finalisticamente, visa evitar a prática de atos abusivos como se via quando da era dos Decretos-lei.

A Lei 13.415/2017 popularmente conhecida como Reforma do Ensino Médio é alvo, atualmente, de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), havia sido considerada, pelo relator do processo, Luiz Edson Fachin, como carente de objeto de ação, já que o texto original da MP havia sido consideravelmente alterado. No entanto, o Partido apresentou agravo regimental à referida decisão, e o Ministro Fachin determinou que a ADI volte a tramitar, fundamentando que a conversão da MP em lei não invalida o vício formal apontado na ação: a ausência do pressuposto "urgência" necessário para edição de medida provisória. Além disso, o PSOL alega que tema complexo como este não poderia ser tratado através de medida provisória, de forma "temerária e pouco democrática". Vale

dizer que já há vários projetos de lei, inclusive anteriores à MP, tramitando na Câmara de Deputados sobre a mesma matéria.

No recurso, o partido defende que “a burla ao requisito constitucional da urgência desrespeita o devido processo legislativo e, especialmente quando ausente o pressuposto constitucional de validade da urgência, usurpa a competência do Poder Legislativo para produzir normas gerais e abstratas, violando a separação de Poderes”. Ainda, acrescentou que há jurisprudência no STF a admitir a possibilidade de controle judicial envolvendo o critério de urgência de MP, e insistiu na continuidade do trâmite da ADI, com a consequente declaração de inconstitucionalidade da lei fruto da conversão. Já o Ministro Luiz Edson Fachin afirmou que:

> De fato, a perda de objeto da presente ação não se estende à inconstitucionalidade formal alegada, decorrente do não atendimento do requisito de urgência da medida provisória impugnada, de modo que cumpre ao Plenário desta Corte a análise de mérito da ADI quanto a este ponto. (BRASIL, 2017)

Ensino Médio, a História enquanto disciplina escolar e a Lei 13.415/2017

A História da Educação e das políticas educacionais para formação escolar da juventude brasileira, especialmente da etapa que hoje caracterizamos como Ensino Médio, tem revelado que este se constitui em território de disputas entre diferentes concepções e finalidades atribuídas à educação, que, ao longo do processo histórico, tem se constituído a partir do dualismo estrutural entre o ensino propedêutico e o profissionalizante, que segue a lógica capitalista.

> Dualidade e fragmentação no ensino médio e na educação profissional devem ser compreendidas não apenas na sua expressão atual, mas também nas suas raízes sociais – a estrutura secular da sociedade de classes e de implantação do capitalismo. Uma visão da totalidade social evidencia o sentido da disputa do consenso na sociedade e dos recursos públicos para a educação profissional reduzida ao mercado ou a travessia acidentada para a educação unitária, omnilateral, politécnica, de formação integrada entre o ensino médio e a educação profissional como política pública. (CIAVATTA e RAMOS, 2011,p. 27)

Somente a partir da Revolução de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e instituição das Reformas de Francisco Campos no ano de 1931, que são observados esforços no sentido de organização e regulamentação da educação brasileira em âmbito nacional. (SAVIANI, 2004, P.4) Neste período a disciplina de História ainda se ocupava primordialmente da questão da unidade e

identidade nacional brasileira. Foi também no ano de 1931 que o MEC, “elaborou o primeiro programa para as escolas secundárias, já com seriação unificada, a História Geral e do Brasil constituiam uma única disciplina: a História da Civilização, que era incluída nas cinco séries do curso secundário fundamental” (ABUD, 2006, p. 33) Ainda segundo Saviani, é importante lembrar que neste período temos o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que “Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, [...] esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino.” (2006, p.33).

As chamadas “Reformas Capanema”, em 1942 instituem as leis orgânicas do ensino, dentre elas a Lei Orgânica do Ensino Secundário, ao que Celso Ferreti, denomina como “os primórdios do que hoje conhecemos por Ensino Médio”. (2016, p.72) Essa reforma abrangeu “os ensinos industrial e secundário (1942), comercial (1943), normal, primário e agrícola (1946), complementados pela criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946)” (SAVIANI, 2004, p.5) Além disso, o segundo ciclo do ensino secundário, agora denominado colegial, passa a ser dividido entre os cursos “clássico” e “científico”, que ocorriam de maneira paralela e com mesma duração. Frigotto e Ciavatta (2011, p.625), ao se referirem às leis orgânicas, afirmam que estas “radicalizam a dualidade estrutural da educação”, fragmentando seu acesso de acordo com “os setores produtivos e as profissões, separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para o ingresso na universidade e os que deveriam ter formação profissional para os setores produtivos.

Apenas a partir da promulgação da constituição de 1946, com a determinação de competência da União em “fixar as diretrizes e bases da educação nacional” que é proposta a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, sancionada deu origem a Lei 4.024/1961. Segundo Saviani, a LDB possibilitou aos alunos a transferência de “um ramo a outro do ensino médio e, após concluir qualquer ramo desse nível de ensino, viessem a ter acesso por meio do exame vestibular, a qualquer curso de nível superior.” (2004, p.6). Além disso, “passou-se aos governos estaduais a atribuição de elaborar os programas da escola secundária” (ABUD, 2006, p.39). Sobre o ensino de História entre as décadas de 1950 e 1960, Circe Bittencourt afirma que, à época, os educadores criticavam a “[...] erudição histórica desvinculada de

formação que fornecesse aos alunos elementos de autonomia intelectual [...]. À parte essa formação intelectual, via-se igualmente como necessária a formação do cidadão político [...] (2008, p.82-83)

No contexto do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil no ano de 1964, apesar da necessidade de adequação à nova situação o governo militar não considerou necessário modificar toda a LDB. Isso se explica quando se considera que "[...]as diretrizes gerais da educação, em vigor, não precisavam ser alteradas. Bastava ajustar a organização do ensino à nova situação. " (2004, p.6). O curso colegial passou a ter duração de três anos sendo unificado e compulsoriamente profissionalizante. Nesse período "se introduziu e se assimilou, de forma submissa, a Teoria do Capital Humano" (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p.625). Sobre o Ensino de História, os programas sofrem redução de carga horária; essencialmente factuais, atendem apenas aos pressupostos da História Política, "Os valores inculcados neles eram os que predominavam no pós-guerra, [...] questões colocadas pela Guerra Fria, como a importância da democracia liberal e o repudio ao comunismo. " (ABUD, 2006, p.40)

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 consolidam-se conquistas de movimentos sociais e da comunidade educacional e se idealiza uma nova LDB, sendo aprovada proposta moderada do então senador Darcy Ribeiro, originando a Lei 9.394/1996, mantendo a essência da lei anterior e modificando apenas as denominações de 1º e 2º graus para Ensino Fundamental e Médio. (SAVIANI, 2004, p.8)

A partir dos anos 1990 e do governo FHC temos forte expansão do pensamento neoliberal, que marca profundamente as políticas educacionais até a atualidade. Trata-se, de uma constante adequação da legislação educacional com o objetivo de atender às demandas econômicas, acatando recomendações de organismos internacionais. Nesse cenário temos a ascensão da tendência pedagógica baseada em competências e habilidades. Os governos do PT, por sua vez, embora tivessem amplo apoio popular, não implementaram as reformas estruturais esperadas. O diferencial em relação aos anos 1990 se deu nas políticas de alívio à pobreza e expansão do ensino médio técnico e superior, "Mas, nestes dois casos, isso ocorreu deslocando-se recursos públicos para os setores privados. " (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2011, p.633) O que se segue é um período de instabilidade política que culmina com

um golpe ao estado democrático de direito. Nessa conjuntura as políticas educacionais apresentadas e sancionadas reforçam a característica dualista historicamente posta na educação brasileira.

O fato de Michel Temer ter se utilizado do dispositivo de Medida Provisória, reservado para matérias consideradas de relevância e urgência, acelerando assim o processo de aprovação da Reforma do Ensino Médio, demonstra a característica antidemocrática de seu governo. Assim, discussões e debates tão necessários para construção democrática de legislação de interesse público, especialmente em se tratando de proposta que reformula as políticas educacionais do último nível do ensino básico, foram coibidos, caracterizando um processo arbitrário (FLACH & SCHLESENER, 2017, p.171).

Entre as determinações da Reforma do Ensino Médio destacamos as seguintes: Torna obrigatório apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua inglesa como língua estrangeira, no currículo obrigatório dos três anos que compõe essa etapa de ensino; possibilita a atuação de profissionais de "notório saber" na docência e a parceria com instituições de ensino à distância e fomenta o ensino em tempo integral com ampliação gradual da carga horária mínima anual de 800 horas para 1400 horas. O Art. 4º, que altera o Art. 36º da Lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, merece especial atenção ao definir que:

> O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:
> I - linguagens e suas tecnologias;
> II - matemática e suas tecnologias;
> III - ciências da natureza e suas tecnologias;
> IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
> V - formação técnica e profissional.

Ao tornar obrigatório apenas o ensino de português e matemática, propondo a criação dos itinerários formativos eletivos, a Reforma do Ensino Médio traz em sua essência um esgotamento curricular que,

> [...] limita a formação dos jovens da classe trabalhadora, porque os mesmos não terão oportunidade de escolha, visto que os itinerários formativos serão definidos pelas Secretarias de Estado da Educação para cada escola, sendo que, mesmo que esta tenha o conjunto de professores de todas as disciplinas, não terá como ofertá-las, caso

> tenha apenas uma ou duas turmas de ensino médio (GARCIA e CZERNISZ, 2017, p.580)

A BNCC, por sua vez, é caracterizada pelo Ministério da Educação como um documento que possui caráter normativo pois define os conteúdos considerados essenciais a serem desenvolvidos pelos alunos ao longo de todas as etapas da educação básica, conduzindo a elaboração dos currículos. “A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.” (BRASIL, 2017, grifos nossos). Ao adotar a perspectiva da Pedagogia das Competências, observamos grandes semelhanças com a Teoria do Capital Humano e a Pedagogia Tecnicista (SAVIANI, 2008, p.13-14), que prima pela “racionalização” do processo pedagógico, em que o que importa é o “aprender a fazer”, bem como “determina quando e como fazer”, seguindo a lógica mercadológica capitalista que descaracteriza a função social da escola enquanto local de socialização dos saberes historicamente construídos, limitando-a como ambiente de formação para o trabalho.

A atuação empresarial como interlocutora favorável à reforma também é um dado imprescindível para pensarmos as intencionalidades dessa política educacional. Neste momento não foram ouvidas as “universidades, pesquisadores, professores e estudantes, mas, sim, empresários, através de organizações como o Instituto Alfa Beta, Sistema S, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Itaú, entre outros. ” (GONÇALVES, 2017, p.141). Exemplo disso é o chamado Movimento pela Base, organização que alcançou notoriedade nas discussões da BNCC e é formado por empresários e representantes de instituições como Itaú, Fundação Lehmann, Instituto Natura, entre outros.

Desobrigada enquanto disciplina curricular na última etapa do Ensino Médio, a História passa a figurar (junto à Filosofia, Sociologia e Geografia) como componente do eletivo itinerário formativo em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, dificultando ou anulando o acesso a estes saberes em sua plenitude por parte dos estudantes. Na tentativa de se mensurar o prejuízo que este fato traz para a formação dos estudantes, consideramos a importância da obtenção do que Peter Lee conceitua como Literacia Histórica, isto é, a capacidade de compreensão e interpretação do passado partir de sua interconexão com o presente e futuro. Esse conhecimento,

> Transforma a visão de mundo de crianças “e de adultos” e permite ações até então – literalmente – inconcebíveis por eles. [...] Tais transformações podem ser dramáticas em longas extensões ou mais localizadas e específicas. Elas podem mudar a forma como vemos oportunidades e constrangimentos políticos ou sociais, a nossa própria identidade ou dos outros, a nossa percepção das feridas e fardos que herdamos e a adequação das explicações das principais características do nosso mundo. Elas podem sugerir revisões constrangedoras do nosso entendimento e expectativas de como o mundo humano funciona. (LEE, 2016, P.108)

Por permitir o desenvolvimento de instrumentos que desenvolvem no individuo a capacidade de pensar o mundo à sua volta é que consideramos a fundamental relevância da presença da Educação Histórica nos currículos escolares. Dificultar ou negar seu acesso, corrobora com a visão de que “a Educação Histórica, como a própria história, é uma conquista precária; é vulnerável a agendas políticas e educacionais que procuram mesclá-la com outras partes do currículo ou reduzi-la a um veículo para a cidadania ou valores comuns patrióticos.” (LEE, 2016, p. 107). Sendo assim, devemos pensar os interesses que regem tais políticas que tolhem o acesso a saberes fundamentais para uma formação crítica e libertadora dos educandos

Bibliografia

ABUD, Kátia. “Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária”. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...] Disponível em: https://bit.ly/2Mgo51G Acesso em: 07 de novembro de 2018.

BRASIL. **Ministro reconsidera decisão e ADI contra reforma do ensino médio será analisada pelo STF**. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=351954

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. “Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e fragmentação”. In: **Revista Retratos da Escola**. Vol.5, nº 8, p.27-41. Brasília: 2011.

CIAVATTA, Maria. FRIGOTTO, Gaudêncio. “Perspectivas Sociais e Políticas da Formação de Nível Médio: Avanços e Entraves nas suas Modalidades”. In: **Educação e Sociedade**. V. 32 n.116. Campinas: 2011. Acesso 5 de novembro de 2018.

FACHIN, Zulmar. **Curso de Direito Constitucional**. 6 Ed. rev., e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FERRETI, Celso. “Reformulações do Ensino Médio”. In: **Revista Holos**, Ano 32, vol.6, 2016. P.7191.

FLACH & SCHLESENER. “Análise de conjuntura sobre a ocupação de escolas no Paraná a partir do pensamento de Antonio Gramsci.” In: ***ETD***, v.19p. 165-186, 2017.

LEE, Peter. “Literacia Histórica e História Transformativa”. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 30 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SAVIANI, Dermeval. “Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas”. In: **Revista de Educação**. nº24, p.07-16. PUC Campinas, 2008. Disponível em: https://bit.ly/2D4OCy9 Acesso em: 07 de novembro de 2018.

SAVIANI, Dermeval. “A Política Educacional no Brasil”. In.: MIGNOT, Ana et. Al. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** – Século XX. São Paulo: Vozes, 2004.

SPITZCOVSKY, Celso; MOTA, Leda Pereira da. **Direito Constitucional**. 11 Ed. rev., atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método,2013.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A NOVA REVOLTA DA VACINA: MOVIMENTOS CONTRA IMUNIZAÇÃO NO SÉCULO XXI

Giovana Ferreira de Faria[211]

Resumo. O século XXI é considerado revolucionário pela velocidade que as informações se propagam. Atualmente, vemos notícias circularem com extrema rapidez através de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. A tecnologia neste sentido, pode apresentar benefícios indiscutíveis em termos de comunicação, colocando-nos em contato com pessoas do mundo todo. Por outro lado, a circulação acelerada de informações também propicia infortúnios, os quais ainda estamos avaliando os efeitos que provocam. Dentre estes últimos, estão as *fake news*. Esta expressão estrangeira define as notícias falsas que circulam majoritariamente nos meios virtuais, causando tumultos e até mesmo caos. Neste contexto, tencionamos analisar os boatos sobre as vacinas, que ganharam força nos últimos meses através da circulação de rumores acerca dos supostos malefícios que as mesmas causam, dando origem às campanhas que se posicionam de forma contrária à imunização. Os movimentos de antivacina desencadearam tanto no Brasil quanto no mundo, surtos de uma série de doenças que estavam sob controle ou mesmo que haviam sido erradicadas, como a poliomielite. Visando estas questões, discute-se – a partir do viés histórico - o porquê estes boatos passaram a circular com tal intensidade, traçando paralelos com outro episódio semelhante na história do Brasil: a Revolta da Vacina ocorrida no início do século passado. Ademais, tenciona-se refletir também sobre as consequências de boatos desta natureza e de que maneira as mesmas afetam o funcionamento da sociedade.

Palavras-chave: Fake News; Vacina; Internet.

[211] Mestranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), graduada em História pela mesma instituição e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Email: giovana_ferreira001@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O advento da internet trouxe um mundo inimaginável diante de tantas possibilidades que oferece. Notícias sobre os acontecimentos mundiais, pesquisas, informações dos mais diversos tipos: tudo está literalmente a um *click* de distância. No mundo de hoje, a comunicação também foi afetada pela velocidade que circulam as informações, ocasionada pela adesão massiva da sociedade às redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas. Dependendo do conteúdo das mensagens, a mesmas viralizam com rapidez semelhante a combustão da pólvora. Recentemente, acompanhamos as notícias difundidas em diversos grupos a respeito da “Greve dos Caminhoneiros”, ocorrida no mês de maio. Boatos sobre corte de energia e internet, mercados saqueados e intervenção militar foram os principais rumores que movimentaram os grupos de aplicativos como o WhatsApp. Como consequência, a celeuma foi despertada gradualmente, resultando em filas quilométricas nos postos de gasolina e na estocagem de alimentos por aqueles que acreditavam na longa duração da greve.

Estes acontecimentos não são casos isolados na história. Ao nos debruçarmos sobre boatos e rumores, perceberemos que a necessidade de troca de informações remonta as primeiras eras da humanidade. Os boatos acontecem através da troca verbal de notícias, ocorrida nos reencontros informais entre pessoas pertencentes a grupos distintos. Os rumores surgem em períodos em que florescem sentimentos de incertezas ou conflitos latentes, e assim exercem a função de reconduzir o espírito da sociedade afetada por algum tipo de desordem (REUMAUX, 1999, p. 17-18). Assim, os boatos funcionariam como instrumento necessário para atenuar os ânimos da população em períodos de crises - sejam elas econômicas ou políticas – reestabelecendo o estado de normalidade.

O rumor segue uma lógica interna própria, composto por dois elementos distintos. O primeiro deles refere-se ao próprio relato. Por meio dele, somos comunicados do teor da “notícia”, expondo seu conteúdo de modo a informar do que ela trata. O segundo elemento concerne as reações desencadeadas pela “notícia”, surgindo novas narrativas sobre a informação original. Logo, o segundo componente viabiliza que o relato-notícia se introduza na realidade imediata, se a mesma for referente à situação atual (REUMAUX, 1999, p. 18). Tais proposições são facilmente

identificáveis ao analisarmos a anatomia do boato. No momento em que um indivíduo propaga determinada notícia proveniente de fonte não identificada, seu receptor automaticamente formulará conjecturas sobre o que acabou de ouvir e possivelmente passará a informação adiante carregada de comentários pessoais.

Nesta conjuntura, os rumores podem ser compreendidos como construção social, o que não equivale a dizer que são falsos. Esta perspectiva, defendida por Tamotsu Shibutani (1965, p. 9) considera que os boatos são originados de “transações coletivas”, notícias improvisadas surgidas da comunicação informal, apresentando inicialmente várias versões. Com o passar tempo, estas versões vão se refinando até reduzirem a uma dominante. O autor considera os rumores construções coletivas, considerando que embora o boato alcance estabilidade, ele gradualmente será reafirmado e reforçado pela troca simultânea de informações. Neste viés, o rumor depende da prática comunicativa para manter-se ativo, deixando de existir quando esta atividade cessa.

Nestas condições, Shibutani (1965, p. 31) prossegue afirmando que principalmente em situações caóticas como desastres naturais e epidemias, as notícias são as primeiras coisas a serem procuradas, tornando-se tão importante quanto sobreviver. O desespero da circunstância misturado a necessidade de obter novas informações, diminuem o senso crítico da população, que envolta pelo ambiente, colocam a credibilidade da fonte em segundo plano. Destarte, quando não há notícias suficientemente disponíveis, abre-se uma brecha para o surgimento de boatos, manifestando-se de forma espontânea.

Vertentes distintas entendem o boato como distorção em série. Defensores desta linha, como Allport e Postman (1945, p. 63) apontam que a credibilidade de histórias inacreditáveis, dá-se em função da ambiguidade da situação objetiva. Tal ambiguidade por ser originada pelo fracasso da comunicação ou falta de notícias autênticas. Estas condições podem ser muito comuns em países devastados pela guerra, que dispunham de limitado número de informações ou em que há controle dos canais oficiais pela censura. Para estes autores, a principal razão do rumor circular com significativa rapidez, deve-se à função dupla que exerce de explicar e aliviar as tensões emocionais da sociedade. Aqui, o boato também passa por processo de simplificação, diminuindo as versões existentes a medida em que circulam. Nas

versões sucessivas, a quantidade de palavras e detalhes utilizados no relato retraem-se, comparado ao início da série de reproduções.

OBJETIVOS

Dentre a gama de rumores que circulam atualmente, as notícias difundidas a respeito dos malefícios da imunização, alcançaram efeitos negativos em grande escala no Brasil e no mundo. Assim, os principais objetivos deste trabalho concentram-se em analisar os boatos sobre as vacinas que circularam nos últimos anos – especialmente as difundidas em âmbito nacional - dando origem às campanhas contra a imunização.

No final dos anos de 1990, o médico Andrew Wakefield divulgou uma pesquisa sobre vacinas na *The Lancet* – conceituada revista voltada para a saúde de crianças e adolescentes. A pesquisa apresentava o resultado de experimentos realizados com 12 crianças que desenvolveram autismo e inflamação intestinal grave. Segundo o médico, 11 delas teriam recebido as doses que protegem contra sarampo, rubéola e caxumba. Tratava-se apenas de uma hipótese, mas foi o suficiente para os números de imunização do tríplice viral caísse de forma considerável no Reino Unido (BBC BRASIL, 2017). Mais tarde, em 2011, a British Medical Journal afirmou que Wakefield havia falsificado dados da pesquisa. Segundo os editores do periódico não havia possibilidade de o médico ter cometido apenas um erro. A revista em que o estudo foi publicado, retratou-se formalmente na edição impressa de fevereiro de 2011 (REUTERS, 2011).

Com a associação da vacina ao autismo, outras motivações passaram a incitar sua objeção. Alguns acreditam que a mesma sirva de instrumento de controle do governo, outros preferem adotar práticas médicas alternativas, como homeopatia. De acordo com o Dr. José Cássio de Moraes, professor adjunto da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP), publicações e artigos sem fundamento que circulam na internet também contribui para a construção de uma série de mitos ligados à vacina (ISTOÉ, 2017). Algumas páginas na internet dedicam-se a defender a ideia da anti-imunização alegando que as acusações de fraude do caso Wakefield devem-se às pressões exercidas pela ambiciosa indústria farmacêutica.

Percebemos na análise do conteúdo veiculados por estes sites, que grande parte das fontes citadas são estudos realizados por instituições estrangeiras e no entanto, não apresentam qualquer endereço eletrônico que disponibilize ao leitor, a publicação dos estudos mencionados.

No Brasil, estes movimentos não tardaram a chegar, ainda que se manifestem de maneira tímida comparados aos do exterior. Em uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Saúde, a média de vacinação no país era de 81,4%, enquanto que o número de imunizações nas classes mais altas, giravam em torno de 76,3% (BBC BRASIL, 2014) Conforme o secretário da Vigilância em Saúde daquela gestão, Jarbas Barbosa, casos de sarampo ocorridos em 2011 na zona oeste de São Paulo, começaram por uma criança cuja família optou por não vacina-la (O GLOBO, 2011). Os brasileiros adeptos da ideia afirmam que desconfiam do alto número de doses obrigatórias recomendadas pelo governo e que haveria ali, uma pressão mercantil para estimular sua comercialização. Além disso, os defensores dessa linha, creem que a imunidade pode ser ativada através de boa alimentação e atividades físicas, sem a necessidade de recorrer a estes mecanismos artificiais.

No entanto, entre os anos de 2017 e 2018, o país enfrentou o maior surto de febre amarela desde a década de 1980. De julho de 2017 a fevereiro de 2018 foram registrados 723 casos da doença, resultando 232 óbitos (SAÚDE ABRIL, 2018). Com o alarde da contaminação, a população agiu de forma curiosa. Nos primeiros meses em que se confirmaram casos de febre amarela, via-se longas filas nos postos de saúde. Após o tumulto inicial, a procura pela imunização diminuiu consideravelmente. Conforme nota divulgada pelo Ministério da Saúde, até o mês de fevereiro deste ano, apenas 19,3% do público-alvo fizeram os procedimentos necessários para se proteger da doença.

Parte da resistência à adesão da vacina encontra-se em boatos que se espalharam pela rede. Mensagens sobre a febre amarela afirmavam a possibilidade de severos efeitos colaterais em pessoas que se imunizaram contra doença. Áudios circularam em grupos de WhatsApp, onde uma suposta médica desaconselhava a vacina. No conteúdo da mensagem de voz, a profissional de saúde declarou que as doses aplicadas no Brasil foram feitas sem as devidas exigências sanitárias e que os efeitos a longo prazo são desconhecidos (UOL NOTÍCIAS, 2018). Em função destas

mensagens, parte da população optou por não se vacinar. Outra notícia falsa, utilizava até mesmo pesquisas divulgadas na página da Fiocruz – a Fundação Oswaldo Cruz – para distorcer seus dados e defender a ineficácia da imunização. Este quadro de resistência populacional assemelha-se em muitos níveis a outro episódio da história do Brasil. Conhecida como a Revolta da Vacina, este acontecimento histórico marcou o período da República Velha.

A Revolta da Vacina ocorreu historicamente no contexto da Belle Époque Brasileira. Com a queda da monarquia e a instalação do regime republicano, muitas ideias começaram a ser importadas da Europa, dentre elas o novo conceito de urbanização e estética desenvolvidas na França. A Belle Époque francesa (1870-1914) foi considerada o período de ouro da beleza, em que a ideia de uma cultura cosmopolita movida pela novidade, o artificialismo e a tensão da vida moderna começaram a ser cultivada (SEVCENKO, 2013). Nesta época, houve transformações em vários âmbitos, como na arquitetura, artes e literatura. O surgimento de inovações, que incluía o telefone, o automóvel e o cinema aceleraram o ritmo da vida cotidiana dos cidadãos.

Na Belle Époque, a atenção dos indivíduos estava voltada para atividades de entretenimento, que frequentavam com intensidade bares e cafés, marcados pelo luxo e requinte. No Brasil, o movimento teve início no começo da República e trouxe a modernização urbana, podendo ser notada com mais intensidade nas duas regiões mais prósperas do país: a Amazônica, beneficiada pelo ciclo da Borracha e Rio de Janeiro e São Paulo, enriquecidas pelo cultivo do café. Luz elétrica, bondes, sistema de água encanada e esgoto foram instalados em locais com maior concentração populacional. Acerca da estética e das tendências vigentes, o modelo parisiense foi adotado em detrimento das tradições nacionais.

Além disso, o país passava por complicada situação política e econômica, quando Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu o cargo da presidência. O historiador José Murilo de Carvalho resume bem o período de instabilidade que se instalara no país:

> Rodrigues Alves assumiu o governo vendo seu antecessor sair do Rio sob imensa vaia popular que ecoava ao longo das estações suburbanas da central. O governo de Campos Sales tinha sido de recessão econômica produzida por uma política de combate à inflação que se caracterizava pela redução do meio circulante, pela contenção

> drástica de impostos, especialmente através da tarifa-ouro sobre produtos de importação. O ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, um darwinista social, conseguiram no final elevar o câmbio e produzir superávits orçamentários. Porém, fizera-o à custa da insatisfação geral que ia dos cafeicultores aos operários, passando pelos banqueiros e industriais. Na crítica, talvez exagerada, de um industrial do Rio, Murtinho conseguira elevar o câmbio, mas deixara o país na miséria. Os preços internos tinham baixado significativamente, todavia os benefícios dessa mudança para a população em geral eram contrabalançados pela queda na oferta de emprego e pelo aumento de impostos (CARVALHO, 1987, p. 92)

Neste ínterim, o projeto de urbanização, higienização e saneamento do Rio de Janeiro passou a ser delineado. Sob a alegação de buscar melhores condições de saneamento, o governo de Rodrigues Alves iniciou um processo de desapropriação e derrubada dos prédios e casarões das ruas centrais. É importante lembrar que nestas locações funcionavam cortiços, muitos deles abrigando centenas de famílias. Em função da superpopulação destes locais e falta de saneamento, lixo e outros detritos eram descartados nas próprias ruas, atraindo ratos, baratas, entre outras espécies transmissoras de doenças. Mesmo havendo a necessidade de tomar medidas profiláticas, o governo não ofereceu nenhuma alternativa às famílias que foram despejadas e a única solução foi a de se deslocarem para o subúrbio da cidade.

A capital neste período encontrava-se desolada pelo surto de varíola, febre amarela, tuberculose e peste. Na tentativa de controlar a endemia, o governo decretou a obrigatoriedade da vacina contra a doença. O projeto de saneamento, liderado por Oswaldo Cruz não foi bem recebido pelos cariocas. Assim que a população tomou conhecimento da medida, alguns cidadãos se organizaram em oposição, alegando que no Brasil os métodos de aplicação eram truculentos, os soros e aplicadores não eram confiáveis e os enfermeiros e fiscais eram brutos e tinham moralidade discutível. Além disso, a sociedade naquele período era extremamente recatada e considerou uma obscenidade o fato do medicamento ser aplicado nas nádegas. A oposição também afirmava que se a vacina fosse realmente confiável, o governo deixaria livre para a população decidir sobre sua própria imunização.

Boatos surgiram neste cenário, contribuindo para agravar ainda mais o contexto da epidemia. O primeiro deles, referia-se a dificuldade dos cariocas em assimilar que as doses para varíola fossem provenientes do líquido de pústulas de vacas doentes. Desta maneira, disseminou-se a história que as pessoas imunizadas desenvolveriam

feições bovinas como efeito colateral (FIOCRUZ, 2005). Outro rumor, atrelado ao desalojamento da população habitante das pensões e dos cortiços, consistia na ideia da vacina como instrumento de extermínio da população mais pobre (HISTÓRIA BRASILEIRA, 2010). Assim, implantou-se no imaginário popular que as campanhas de vacinação na verdade, eram mecanismos para atrair a população mais pobre, na tentativa de concluir o projeto higienista de forma mais “efetiva”.

Para resolver a questão da resistência, o governo passou a pressionar ainda mais a sociedade, ameaçando demitir ou aplicar multas para quem não aderisse à campanha. Como resposta a pressão exercida, mobilizações populares passaram a ocorrer com frequência e muitas delas enfrentaram repressão policial. Neste ínterim, foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória, que organizava as manifestações. A violência neste período agravou-se de tal forma que o governo suspendeu a obrigatoriedade da imunização e declarou estado de sítio até que a situação fosse controlada. Com os ânimos acalmados, a campanha foi retomada tempos depois, até a erradicação da doença.

Na Primeira República, a estimativa da taxa de analfabetismo era de 85% em uma população de 14 milhões de habitantes (VEIGA, 2007). Com o baixo número de leitores, as informações veiculadas por jornais e outros meios impressos propagavam-se através da oralidade. Falhas na transmissão das notícias poderiam facilmente dar origem a novas interpretações, e consequentemente, novos boatos. Para auxiliar na divulgação dos últimos acontecimentos ou na disseminação de ideias, as imagens eram bons meios para aqueles que ainda não dominavam as letras. Mesmo após a redução do analfabetismo no país, os recursos imagéticos continuam sendo utilizados por chamar a atenção do leitor. A seguir, selecionamos duas charges que demonstram bem este artifício. A primeira circulou durante o início do século XX, na Revolta da Vacina. A segunda, no decorrer das epidemias ocorridas desde 2014. Ambas revelam as preocupações e temores da população em cada período histórico.

RESULTADOS

Ilustração 1 – Uma Limpeza Indispensável

Fonte: Pinterest

A charge acima ilustra as ideias que habitavam o imaginário popular da Revolta da Vacina. Vemos à esquerda a favela simbolizada pela cabeça de um homem, provavelmente representando o estrato mais pobre, vítima das reformas no centro da capital. O homem exprime um olhar cansado e oprimido, causado pelas ações governamentais dos desalojamentos. Em seu cabelo, pessoas – os habitantes forçados a residir no subúrbio - aparecem emaranhadas como piolhos. À direita, vemos Oswaldo Cruz segurando o pente fino da “Delegacia de Hygiene”, assim Cruz utiliza o instrumento para eliminar os “parasitas” indesejados. Logo abaixo, notamos a presença de um trem a vapor, simbolizando a chegada do progresso e das inovações que marcaram o início do século XX.

Como percebemos na imagem, a conjuntura deste acontecimento envolveu mudanças políticas, econômicas e culturais. Corroborando com o boato de extermínio por meio da imunização, a charge mostra a conduta da sociedade diante das mudanças na gestão de Rodrigues Alves. A falta de informações oficiais sobre os efeitos das doses aliadas à instabilidade política, fomentou o despontamento de rumores entre os cariocas na República Velha. Magalhães de Oliveira (2016, p. 2) afirma que “boatos são apenas uma forma de interpretar um ambiente de incertezas, de reforçar os laços e convicções entre um grupo engajado ou de perceber os sinais da abertura de oportunidades para grupos de interesse”. Neste sentindo, a dificuldade

em absorver a novidade e as ações truculentas do governo estimularam a difusão notícias confusas ou falsas, associadas à tentativa da população de lidar com as incertezas causadas pelo caótico cenário político.

Ilustração 2 – Saúde Pública

Fonte: Genildo Ronchi (2017)

Nesta segunda ilustração dois homens trajados com roupas sociais, aludindo a vestimenta dos políticos, discutem sobre o estado da saúde pública no país. O diálogo entre eles sugere que a epidemia na verdade, é um mecanismo utilizado para desviar a atenção da sociedade dos recentes casos de corrupção no país. Um deles, apontando para o televisor – exibindo o nome das doenças que atemorizaram o Brasil - afirma que é uma trágica coincidência as patologias despontarem justamente no período de operações que revelaram grandes casos de desvio de dinheiro público. A principal delas, a *Operação Lava Jato*, começou as investigações em 2009, porém as ações mais ostensivas se iniciaram em 2014. Através desta imagem, percebemos que assim como na Revolta da Vacina, o cenário político e econômico apresentava-se de forma inconstante, resultando na insatisfação geral dos cidadãos. Este período de instabilidade, coincidiu com o aparecimento de outras doenças transmitidas pelo *Aedis Aegypti*. O mosquito, além de transportar o vírus da dengue e da febre amarela,

também é capaz de transmitir doenças que ainda eram inéditas no Brasil, como a Febre Chikungunya e o Zika vírus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que os boatos causados pelas vacinas em ambas situações, ocorreram em conturbados cenários de instabilidade política e econômica, ainda que motivados por razões diferentes. Na Revolta da Vacina, a falta de informações sobre os efeitos da medida profilática resultou na forte resistência da população em adota-la. Atualmente, apesar da eficácia comprovada de muitas imunizações, a relutância de parcelas da população, se constitui um ponto comum. Ao compararmos estes dois episódios da história nacional, vimos que nos acontecimentos mais recentes, a internet foi um elemento diferencial na propagação dos boatos e rumores sobre as epidemias. O mundo digital, proporcionou maior acesso a todo tipo de informação, facilitando a divulgação de notícias e acontecimentos.

Contudo, a falta de filtros que controlem estas informações pode estar levando ao gradual descrédito do que se difunde nestes meios. O número de notícias falsas aumentou consideravelmente nos últimos tempos, contribuindo para a falta de credibilidade. Numa tentativa de minimizar seus efeitos, páginas como E-farsas, Boatos.org e Fatos & Boatos – esta última criada pelo Governo Federal – tem tentado esclarecer as *fake news* que se propagaram. Todavia, estas páginas ainda não são suficientes. Deve-se estimular os usuários da rede a verificarem as fontes das notícias e mensagens viralizadas, a fim de evitar consequências graves, como as descritas ao longo deste trabalho. Acreditamos que por meio destes mecanismos, se possa desenvolver maior senso crítico da população no momento do compartilhamento, questionando-se acerca daquilo que se lê e avaliando os efeitos do enunciado aos futuros receptores.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, Gordon W. POSTMAN, Leo J. The Basic Psychology of Rumor. **The New York Academy of Sciences**,1945. p. 61 – 81.
BARBA, Mariana Della. Brasil também tem adeptos do movimento antivacina. **BBC Brasil**, 2014. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140220_vacinas_brasil_mdb. Acesso: 10 de julho de 2018.
CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
FIOCRUZ. A Revolta da Vacina. **Fiocruz**, 2005. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/revolta-da-vacina. Acesso: 23 de julho de 2018.
G1. Boatos se espalham na web durante paralisação de caminhoneiros; veja as mensagens mais compartilhadas. **G1, 2018.** Disponível em: https://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/boatos-se-espalham-na-web-durante-paralisacao-de-caminhoneiros-veja-as-mensagens-mais-compartilhadas.ghtml 16.07. 2018. Acesso: 31 de junho de 2018.
IDOETA, Paula Adamo. A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo. **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622 j2017. Acesso: 20 de julho de 2018.
JANSEN, Roberta. Boatos e fake news podem explicar por que vacina contra febre amarela encalhou. **UOL Notícias**, 2018. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2018/03/09/boatos-podem-explicar-procura-baixa-por-vacina-contra-febre-amarela.htm. Acesso: 02 de julho de 2018.
MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. Boatos, crises e oportunidades políticas na Antiguidade Tardia. **Revista História (São Paulo)**. v.35, e89, 2016.
MARINHO, Antônio. Grupos fazem campanha anti-imunização e não vacinam crianças contra a coqueluche. **O Globo**, 2011. https://oglobo.globo.com/sociedade/saude/grupos-fazem-campanha-anti-imunizacao-nao-vacinam-criancas-contra-coqueluche-2696929.
PINTEREST. **Charge República das Oligarquias**. Disponível em: http://3.bp.blogspot.com/-HhwKJ1zlw1s/UgAjE4wm5eI/AAAAAAAAB_s/LyobvgNrapA/s1600/LA20100827LJ0417-CHARGE-REPUBLICA-DAS-OLIGARQUIAS.jpg. Acesso: 22 de julho de 2018.
PRASS, Ronaldo. Boatos na internet: sites auxiliam a identificar informações falsas espalhadas na rede.
REUMAUX, Françoise. Um rito oral urbano, o rumor. trad. Eliana Alvarez. **Projeto História**, São Paulo, 1999. p. 17 – 30.
REUTERS. Estudo relacionando vacina a autismo era fraude, diz publicação. **Reuters**, 2011. Disponível em: https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE70507420110106. Acesso: 10 de julho de 2018.
RONCHI, Genildo. Muito mais existe entre o céu e a terra! **Humor Político**, 2017. Disponível em: https://www.humorpolitico.com.br/genildo/muito-mais-existe-entre-o-ceu-e-a-terra/. Acesso: 22 de julho de 2018.
SEVCENKO. Nicolau. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2013.
SPONCHIATO, Diogo. 5 mitos sobre vacinação amplamente difundidos hoje em dia. **Saúde Abril**, 2018. Disponível em: https://saude.abril.com.br/medicina/5-mitos-sobre-vacinacao-amplamente-difundidos-hoje-em-dia/. Acesso: 31 de julho de 2018.
SHIBUTANI, Tamotsu. **Improvised News**: A Sociological Study of Rumor. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co, 1966.
VEIGA. Cynthia Greive. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A HISTÓRIA ANTIGA EM COMPÊNDIOS ESCOLARES FRANCESES ADOTADOS PELO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE 1840 E 1855

Luís Ernesto Barnabé
Professor Assistente - UENP
Doutorando – Unesp/Assis

Resumo. A criação do Imperial Colégio de Pedro II foi responsável pela primeira regulamentação para o ensino de História, em finais da década de 1830 no Brasil. Consequentemente, sob a decisão do ministro Bernardo de Vasconcelos, foi importada da França a coleção de *Précis de l'Histoire*, que produzida ao longo dos anos de 1820, passou a ser chancelada pelas instâncias de Instrução Pública do Estado francês e consequentemente adotada pelos colégios reais. Dois de cinco compêndios desta coleção foram traduzidos e adotados pelo colégio brasileiro: *Précis de l'Histoire Ancienne* e *Précis de l'Histoire Romaine*, e ao que tudo indica circularam por outros estabelecimentos de ensino no Rio de Janeiro ao longo das décadas de 1840 e meados de 1850. Em 1855, com a Reforma Couto Ferraz, outro compêndio francês foi adotado: *Mannuel du Baccalauréat*, publicado no início dos anos de 1840, que apresentava uma nova configuração na distribuição dos conteúdos, e, portanto, uma nova concepção de História, pautada pela tripartição Antiga –Medieval - Moderna. Esta comunicação objetiva analisar comparativamente, em manuais e documentos oficiais, as concepções referentes à Antiguidade nestes dois momentos históricos, de modo a identificar disputas pelo passado e a relação entre o saber acadêmico e escolar.

Palavras-chave: Manuais Escolares; História Antiga escolar; Usos do Passado.

Introdução

A criação do Imperial Colégio de Pedro II (ICPII) em 2 de dezembro de 1837 daria início a grandes transformações nas práticas escolares no Brasil dos níveis mais elementares ao ensino superior. Isso porque, por um lado, a inédita institucionalização do ensino secundário reorganizava toda a dinâmica de aprendizagem que ocorria anteriormente com as aulas avulsas, ainda que estas convivessem com o novo padrão por mais alguns anos. No caso específico da História, de incomum – havia registro de apenas uma cadeira de História em Minas Gerais (PENNA, 2008, p. 64) – passa a ser uma disciplina com considerável carga horária nos programas de ensino, tal como ocorria na França, país alçado a modelo de educação na época, motivo pelo qual, a coleção de compêndios produzida para o curso de História do ensino secundário, e publicada em 1830, ter sido importada.

Por outro lado, em termos para além das questões das práticas escolares, tanto a criação de um colégio como a adoção da História como disciplina escolar devem ser compreendidas como peças de uma engrenagem complexa na constituição do Estado nacional. No âmbito territorial da Corte, o ICPII "produz um corpo social minimamente homogêneo e ligado ao Estado" (TURIN, 2015, p.306.). O início desse movimento não pode ser dissociado do contexto político desenhado com a queda de Feijó e o foralecimento dos regressistas e deve ser visto como uma tentativa de se constituir "a estabilização social e semântica, após os conturbados anos do Primeiro Reinado e das Regências" (TURIN, 2015, p.307), pois a criação do ensino secundário no Brasil, como agenda política, reflete os interesses regressistas pela "centralização administrativa e pela formação de um *ethos* comum, voltado ao estrato social específico" (TURIN, 2015, p.303).

Partindo de tais questões, esta comunicação visa traçar uma análise que contemple os desdobramentos da História Antiga escolar presentes no ICPII para o período entre 1840 e 1855, sem ignorar a influência das alterações da disciplina ocorridas na França sob o período que abarca desde os anos 1820 – momento de elaboração da coleção adotada na inauguração do ICPII – até a lei *Falloux* (1852). Acreditamos que no período em questão é possível identificar a tensão entre duas perspectivas que se materializam na escrita dos compêndios e na produção de regulamentação por parte dos respectivos Estados nacionais a partir de três

elementos: os debates historiográficos ocorridos na Europa entre os anos 1820 e 1850; as demandas específicas do saber escolar – tais como organização e distribuição de conteúdos ao longo do curso escolar; e finalmente a (re)ação de forças conservadoras, tal como a Igreja.

Tudo isso conflui para aquilo que designaremos de a escrita da História Escolar, ou mais especificamente, a escrita da História Antiga escolar, uma vez que nos debruçamos sobre os conteúdos acerca da Antiguidade. Dois compêndios são tomados como referência para a análise proposta: para os anos iniciais do ICPII o compêndio de Cayx e Poirson, *Précis de l'Histoire Ancienne* (2ª, 3ª e 8ª edição)[212] e sua versão traduzida no Brasil em 1840; enquanto que para 1855, como não foi possível localizar o compêndio adotado desde então, o *Mannuel du Baccalauréat* (HAIDAR, 1972, p.150-151), serão utilizados o Programa de Ensino para o ano de 1856 do ICPII, o c*apítulo: Questions de Histoire* do *Nouveau Mannuel du Baccalauréat et lettres* (PARISOT, 1846), o *Plan de Études des Lycées,* de 30 de agosto de 1852, o *Règlement pour l'examen du Baccalauréat ès lettres, de 14/07/1840* e *Programme pour les classes d'Histoire*, de 02/03/1838.

Análise

Através de dois documentos é possível estabelecer a relação que se deu entre França e Brasil no que tange à implantação de um curso de História no ensino secundário. Um artigo um artigo do periódico *Le Lycée, Journal Général De L'instruction*, intitulado *Examen Critique d'Ouvrages Classiques,* apresenta a finalização do empreendimento dos professores dos principais colégios parisienses e ao mesmo tempo membros da *Comission Royale de l'Instruction* Publique: cinco obras "prescritas pelo *Conseil Royal* para o ensino de História nos *collèges royaux* e outros estabelecimentos de instrução pública":

> 1º Précis de l'Histoire ancienne, divisé em deux parties, par M.M. Cayx et Poirson.
> 2º Précis de l' Histoire de La Republique Romaine, por M. Du Rozoir.
> 3º Précis de l'Histoire des empereurs, par M. Dumont.
> 4º Précis de l'Histoire Du Moyen age, par M. Des Michels.

[212] A 8ª edição, de 1843, é equivalente ao volume traduzido no Brasil: *Compendio de Historia Antiga* (1840). Por isso, é possível afirmar que a 4ª edição (1837) foi adotada pelo ICPII e esta versão do texto permaneceu nas edições posteriores.

> 5º Précis de l'Histoire moderne, par M. Michelet.
> (LE LYCEE, Journal Général De L'instruction, 1830, p.76[213]).

Um manuscrito de data incerta[214] de Justiniano José da Rocha, primeiro professor de História do ICPII, e também responsável pela tradução dos compêndios, traz informações consistentes sobre os primeiros momentos e as decisões tomadas acerca da implantação da disciplina História, ao mencionar quais teriam sido as obras francesas adotadas e traduzidas, e que, sobretudo, não foram escolhidas aleatoriamente[215].

> Diz Justiniano José da Rocha, professor do Imperial Collegio de Pedro 2º, que havendo em Outubro de 1838 recebido das mãos do Ex*celentissi*mo *Senhor* Ministro do Imperio quatro compêndios de historia, formando o curso completo, adoptados pela [Uni-]versidade de Paris, e que o mesmo Ex*celentissi*mo *Senhor* [man]dara vir de França, para supprir a falta [ab-]soluta, que em nossa patria se sentia, de [*palavra cortada*] desta natureza, e havendo-lhe ao mesmo tempo ordenado que os examinasse; e visse se pod[eria] ser adoptado para o Collegio de Pedro 2º: p[*palavra cortada*] de prompto a obedecer, e achou que pela clareza e methodo da exposição, pelo encadeamento, e exactidão dos factos, farião esses livros honra [*palavra cortada*]ção que para o ensino de sua mocidade o [ha-]via adoptado, e que podião, ao menos os de historia antiga e romana, senão os da idade-media e moderna servir tanto para alumnos Brasileiros como para os Francezes. Convinha [para] que fossem traduzidos, e impressos. (grifos nossos)

Em uma análise comparativa entre as quatro primeiras edições do *Précis de l'Histoire Ancienne* (*PHA*) é possível perceber o esforço dos autores na concepção e escrita de um compêndio que contemplasse demandas educacionais e historiográficas, e ao mesmo tempo, como as circunstâncias políticas dos regimes franceses no período entre a Restauração e o governo ultra (1814-1830) e os inícios da Monarquia de Julho (1830-1837).

---

[213] Disponível em: http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9790674c.r=le%20lycee%20journal%20general%20de%20instruction?rk=107296;4; acesso em 17/09/2017.

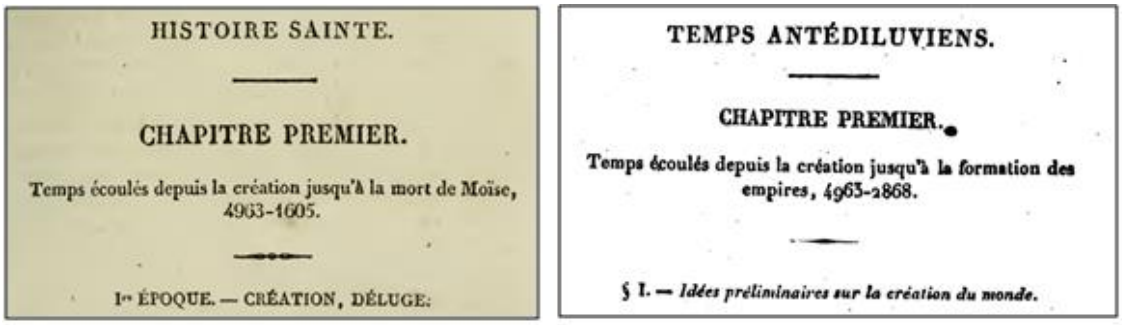
[214] Manuscrito 7 da Coleção da Biblioteca Nacional. A impressão das traduções dos compêndios franceses se deu no início de 1840.

[215] Como se sabe, foram traduzidos os Compêndios de História Antiga, de Cayx e Poirson, e de História Romana, de Du Rozoir e Dumont (BITTENCOURT, 2008, p.120; VECHIA, 2003, p. 28). Estes últimos já formavam uma edição conjunta em volume único quando chegaram ao Brasil.

Em linhas gerais é possível apontar que havia uma tensão entre dois modelos de escrita da História, a saber, o modelo de Bossuet, que exaltava a História Sagrada e uma narrativa da História Universal a partir de uma perspectiva da intervenção divina, com o modelo iluminista, identificado principalmente a partir da obra do alemão Heeren, que ignora a questão das origens da humanidade e do protagonismo do povo de Deus, se dedicando à "formação dos Estados, as mudanças relação às suas constituições, e a direção que isso imprime ao comércio do mundo, com a contribuição de cada nação por meio do estabelecimento de suas colônias" (Prefácio da 1ª edição alemã, 1799, apud 1827, p. viii). Nos desdobramentos entre a 2ª (1828) e a 3ª edição (1831) a presença de Heeren fica evidente a partir da análise da estrutura da obra e os dois sistemas são acomodados na construção da inteligibilidade da História Antiga.

A 2ª edição se estruturava a partir de uma divisão por épocas, com o epíteto de *Histoire Sainte* e conduzia a narrativa da História Universal a partir do Éden e do dilúvio seguindo o relato a partir dos hebreus. Em seguida eram abordados egípcios e gregos. Tal estrutura remete aos esforços capitaneados por Eusébio de Cesaréia, que buscou fundir a cronologia bíblica com a do mundo grego, a partir da obra de Diodoro da Sicília. Já a 3ª edição abandonava a divisão por épocas, bem como o epíteto de *Histoire Sainte*, e embora mantivesse o relato bíblico como o ponto de partida da História Universal, reposicionava os hebreus na sequência narrativa: Éden/dilúvio; Egito; Babilônia e Assíria; Israel.

Imagem 1 - Comparação entre a 2ª Edição (1828) à esquerda e a 3ª Edição (1831) à direita



HISTOIRE SAINTE.

CHAPITRE PREMIER.

Temps écoulés depuis la création jusqu'à la mort de Moïse, 4963-1605.

Ire ÉPOQUE. — CRÉATION, DÉLUGE.

TEMPS ANTÉDILUVIENS.

CHAPITRE PREMIER.

Temps écoulés depuis la création jusqu'à la formation des empires, 4963-2868.

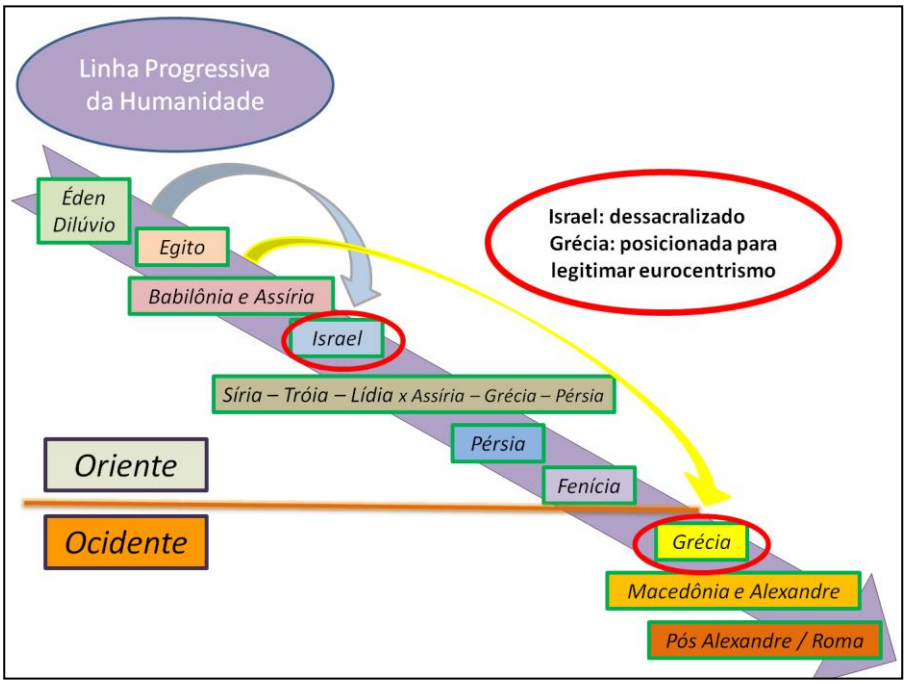
§ I. — *Idées préliminaires sur la création du monde.*

Fonte: CAYX, C. & POIRSON, p.1. 1828 ; CAYX, C. & POIRSON 1831

O arrefecimento da tradição de Bossuet na 3ª edição pode parecer apenas aparente quando se analisa o primeiro capítulo, que reescrito, incluiu um item denominado “idéias preliminares sobre a criação do mundo” com argumentos muito próximos dos de Frayssinous (1825), do ex-ministro da Instrução Pública entre 1822 e 1828. Em linhas gerais, busca conciliar a explicação bíblica com as cosmogonias de outras religiões, as escolas gregas, e as recentes descobertas científicas, embora em última instância, qualquer que seja a explicação sobre a origem do universo, confirme a verdade proclamada no Gênesis. Ainda assim, a reestruturação do *PHA* como um todo parece inovadora para o contexto francês, e deve ser medida também pela reação que causou um movimento que continua durante sob o ministério de Guizot na Monarquia de 1830.

O posicionamento dos gregos é outro ponto interessante a ser assinalado. Na 3ª edição ele avança do início da narrativa para o fim, constituindo-se assim no limiar entre oriente e ocidente.

Imagem2: Estrutura do *PHA* a partir da 3ª edição (1831)



Os compêndios e programas posteriores retomariam a perspectiva de História Sagrada e do protagonismo do povo eleito como fator de inteligibilidade do início da

História Universal; e apesar do alinhamento do Guizot historiador com os requisitos contemporâneos de rigor para a escrita da História, sua atuação no governo prezou pela cautela para não desagradar o Clero (MOLLIER, 2008, p.144).

. É o que se verifica a partir do catálogo das obras adotadas para o ano escolar de 1831-1832: a coleção do *précis* é indicada do *sixtième* ao *troisième*, enquanto que Bossuet reina absoluto nos dois últimos anos do secundário; e também no programa para as aulas de História de 1838, que não acompanha mais a estrutura do *PHA* e divide a História Antiga em duas partes, sendo que a primeira, está dividida em três capítulos: História Sagrada, Ásia e Grécia. De maneira explícita, fica enfatizada a tradição de Bossuet e a fronteira entre Oriente e Ocidente.

Sob tal cenário francês que em um primeiro momento acomodava estes dois sistemas, e em seguida reforçava-se em torno do modelo conservador de Bossuet é que se desenrola a primeira experiência de implantação da disciplina da História no Brasil, no ICPII. Apesar da pouca documentação remanescente para a década de 1840, é provável que tenha ocorrido o uso contínuo do *Compendio de Historia Antiga*, versão traduzida do *PHA,* em conjunto com as traduções dos *précis* de Du Rozoir e Dumont, até a adoção do *Mannuel du Baccalauréat* em 1855, mesmo com a tendência de predominância do sistema de Bossuet. Isso pode ser verificado através da análise dos *Programas de Exame para o ano de* 1849 e de 1850 do ICPII, os quais indicam que a perspectiva iluminista de dessacralização dos hebreus da 3ª edição do *PHA* é abandonada, dedicando à temas da História Sagrada ao menos 15 dos 40 pontos para o exame de História Antiga[216]. Além disso, não se pode ignorar os prováveis impactos causados pelos acontecimentos na França e no Brasil em 1848, embora esta questão necessite de análise mais apurada.

Em relação ao compêndio *Mannuel du Baccalauréat*, não foi possível sua localização no Brasil ou mesmo consulta em edição disponível *online*, o que nos obrigou a adotar alguns procedimentos de cotejamento entre compêndios franceses, regulamentos franceses e brasileiros.

Por isso, buscando compreender este processo de (re)definições da formatação da História enquanto disciplina escolar do secundário francês, que

[216] Os pontos de 1849 estão publicados como anexo em Santos (2011). Os de 1850 em VECHIA & LORENZ (1998)

constituem o segundo período da análise aqui proposta, a estratégia foi partir da análise de Vechia (2003, p.30), que comparou os Planos de Estudos para o ICPII (Decreto nº 1.556, de 17 de Fevereiro de 1855), o Programa de ensino aprovado pela portaria de 24 de janeiro de 1856 e o *Plan d'études des Lycées* de 30 de agosto, os conteúdos de História Antiga e História da Idade Média "são cópias, na íntegra, dos conteúdos indicados para os liceus franceses", exceto pelo tópico 37 do programa de História Antiga: *Condition de La Gaule pendant tout La durée de l'empire*, ao passo que os conteúdos de História Moderna seguem parcialmente a prescrição francesa, e por isso, teriam sido feitas adaptações para as necessidades brasileiras. Além disso, Bittencourt (2008, p.120; 229) ao apresentar os compêndios de História do ICPII, aventa a possibilidade de o *Mannuel du Baccalauréat* ser a obra de Duruy de 1853: *Nouveau Mannuel du Baccalauréat et lettres – histoire ancienne, du moyen age et des temps modernes, redige conformément* aux programmes de 1852.

Tudo isso nos conduziu a busca pelo referido título através do repositório *Emanuelle*[217], que por sua vez nos levou ao *Nouveau Mannuel du Baccalauréat et lettres* (1846), obra com vida editorial entre 1841 e 1846, e em seguida com reformulações –provavelmente as de 1852– que resultaram em uma obra com duração editorial de 1853 a 1856, contando com a participação de Duruy entre os editores. Na edição consultada de 1846, o capítulo *Questions de Histoire*, escrito por Parisot e Berberet, em linhas gerais delineava a História a partir de uma concepção tripartite – História Antiga, História da Idade Média e História Moderna. O fio narrativo retomava a tradição dos inícios bíblicos, mas trazia como novidade o emprego do termo raça, para designas as descendências dos filhos de Noé que teriam se espalhado por África, Ásia e Europa. E a comparação do índice deste compêndio com o *Règlement pour l'examen du Baccalauréat ès lettres, de 14/07/1840* demonstram que eles são exatamente idênticos. Ou seja, de maneira geral, os posicionamentos de 1852 em relação às concepções de História descritas até agora, já estavam em curso de implantação desde 1840.

Mas se compararmos o capítulo de Parisot (1846) com o Programa de Ensino para o ano de 1856 do ICPII, veremos que há diferenças em termos de estrutura e organização. A discussão que suscita o primeiro capítulo Parisot e Berberet, *Définition*

[217] http://www.inrp.fr/emma/web/vueNot.php

de l'histoire, son objet – grandes divisions et périodes lês plus remarquables de l'histoire universelle, não está contemplada no *Plan de Études des Lycées,* de 30 de agosto de 1852, e consequentemente no regulamento do ICPII.

Outro ponto importante a se destacar é que a própria organização das disciplinas sofreria alterações, o que se verifica pela aproximação entre História e Geografia na descrição dos conteúdos. Ainda sobre este ponto, tanto na França como no Brasil, ocorreu reestruturação do secundário, dividido desde então em duas etapas, e que postergava História Antiga e da Idade Média para o segundo ciclo, oferecendo primeiramente História Moderna e História Pátria.

Considerações Finais

Entre os dois momentos aqui tratados, o enfrentamento de questões caras à Igreja, como o criacionismo pelo viés científico, provocou forte reação. Apesar da conjuntura política específica de cada país, o resultado foi o mesmo: o Estado, em busca de apoio político chancelou a posição da tradição cristã. Assim, na escrita da História Antiga escolar, a narrativa da História Sagrada conseguiu prevalecer e a ela foram se acomodando outros dois pontos proeminentes ao debate historiográfico do momento: a consolidação da construção da Grécia como o berço da civilização ocidental, que remonta ao século XVIII; e as discussões raciais em voga principalmente a partir do desenvolvimento das ciências da filologia e da antropologia, que realimentavam por sua vez, o debate entre monogenistas e poligenistas.

Referências

14 juillet 1840: Règlement pour l'examen du baccalauréat ès lettres (extraits) (48). In: **L'histoire et la géographie dans l'enseignement secondaire.** Textes officiels. Tome 1: 1795-1914. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2000. p.156-167. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 8). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2000_ant_8_1_2378. Acesso em 01/12/2017.

2 mars 1838: Programme pour les classes d' histoire (46). In: **L'histoire et la géographie dans l'enseignement secondaire**. Textes officiels. Tome 1: 1795-1914. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2000. p.141-154. (Bibliothèque del'Histoire de l'Education, 8). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2000_ant_8_1_2376. Acesso em 01/12/2017.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008

CAYX, C. & POIRSON, A. **Compendio de Historia Antiga**. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const de J. Vileneuve e Comp., 1840.
CAYX, C. & POIRSON, A. **Precis de l'histoire ancienne**. Paris: Ed. Colas, 2e Edition, 1828
CAYX, C. & POIRSON, A. **Precis de l'histoire ancienne**. Paris: Ed. Colas, 3e Edition, 1831.
CAYX, C. & POIRSON, A. ***Précis de l'histoire ancienne***. Paris: Ed. Colas, 8e Edition, 1843.
Fortoul Hippolyte. 30 août 1852: Programmes annexés au plan d'études des lycées (extraits) (68). In: **L'histoire et La géographie dans l'enseignement secondaire**. Textes officiels. Tome 1: 1795-1914. Paris: Institut national de recherche pédagogique, 2000. p.209-234. (Bibliothèque de l'Histoire de l'Education, 8). Disponível em: https://www.persee.fr/doc/inrp_0000-0000_2000_ant_8_1_2398. Acesso em 01/12/2017.
FRAYSSINOUS, D. **Défense du Chrristianisme ou Conferences sur la Religion.** Paris: Ad. Le Clere et Imprimeurs – Libraries, 1825.
HAIDAR, Maria de L. M. **O Ensino Secundário no império brasileiro**. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo. 1972
LE LYCEE, Journal Général De L'instruction. **Examen Critique d'Ouvrages Classiques**. Paris : Hachette, 6 vol, 1828-1830, t. VI. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9790674c/f88.item.r=cayx. Acesso em 09/10/2017.
MOLLIER, Jean-Yves. **A Leitura e seu Público no Mundo Contemporâneo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
PARISOT, V. Questions d'Histoire – Histoire Ancieene. In: **Nouveau Manuel du Baccalauréat ès Lettres: Résumé dês Histoires Anciennes, Du Moyen Age et dês Temps Modernes**. Paris: Hachette, 1846.
PENNA, F. **Sob o Nome e a Capa do Imperador:** A Criação do Colégio de Pedro Segundo e a Construção do seu Currículo.Rio de Janeiro, 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
Programa de Ensino para o ano de 1856.In: VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael (Orgs.). **Programa de ensino da escola secundária brasileira**: 1850-1951. Curitiba: Ed. dos Orgs., 1998.
Série de Manuscritos de Justiniano José da Rocha do Acervo da Biblioteca Nacional. Manuscritos - C-0344,002.
TURIN, A Prudência dos Antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II. **Anos 90**. Porto Alegre, v. 22, n.41, p. 299-320, jul. 2015.
VECHIA, Ariclê. Imperial colégio de Pedro II no século XIX: portal dos estudos históricos franceses no Brasil. IN: VECHIA, A. &CAVAZOTTI, M.A. **A escola secundária**. SP: Annablume, 2003.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A VISÃO DE UM MUNDO: A *CRÔNICA* DE HIDÁCIO DE CHAVES NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Juliana Bardella Fiorot (Doutoranda em História)
Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis

Resumo. A *Crônica* de Hidácio, bispo de Chaves, contempla a narração dos acontecimentos ocorridos na Hispânia entre os anos de 379 a 469. Defensor do Império Romano, Hidácio narra a desagregação deste a partir de uma perspectiva apocalíptica, na qual os povos germânicos teriam sido os responsáveis pela alteração da ordem do mundo, introduzindo uma série de modificações no espaço em questão. Portanto, nosso objetivo, nesta comunicação, será compreender como um membro da Igreja Católica entendeu e narrou um momento de transformações que mudaria significativamente a realidade até então vivida pelos povos hispânicos. Em nossa análise privilegiaremos, sobretudo, as considerações tecidas pelo bispo acerca dos suevos que se instalaram na Galiza, terra natal de Hidácio, mantendo contato direto com este. Para empreendermos nossas reflexões, recorreremos ao referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso desenvolvida pelo linguista britânico Norman Fairclough que entende os discursos como inseridos em uma concepção tridimensional que prioriza o texto, a prática discursiva e a prática social nos permitindo, assim, verificar as intenções de Hidácio, os poderes por ele defendidos e a forma como os germânicos foram caracterizados em seu texto a partir da compreensão do bispo sobre a realidade vivida por ele.

Palavras-chave: Crônica; Hidácio de Chaves; Germânicos; Análise Crítica do Discurso.

Introdução/Justificativa

A *Crônica* de Hidácio, bispo de Chaves[218], configura-se como a fonte de maior importância para o estudo das mudanças ocorridas no século V na Hispânia no que tange os momentos finais do Império Romano e a ascensão das monarquias germânicas. Abarcando um período de noventa anos (379 a 469), a obra narra os acontecimentos que Hidácio julgou serem os mais relevantes, e dentre as temáticas abordadas apontamos, principalmente, os assuntos de ordem religiosa e política que envolvem o Império, a Igreja Católica e os povos recém-chegados a região. Sendo assim, a *Crônica* revela-se como uma fonte essencial por nos proporcionar um panorama acerca dos fatos ocorridos ano a ano no contexto hispânico.

Isso posto, o estudo que procuraremos desenvolver se baseará em uma análise do discurso[219] produzido pelo bispo de Chaves a fim de verificarmos a visão de mundo que um membro da Igreja Católica procurou difundir para o período. Nosso propósito será compreender como um clérigo, herdeiro da tradição romana, enxergou este momento de transformações pós entrada dos germânicos no território em questão, além de avaliar quais foram suas intenções ao escrever a obra e as ideologias[220] e hegemonias[221] por ele defendidas. Todavia, antes de nos atermos mais profundamente a essas indagações, esclareceremos alguns aspectos particulares de nossa fonte.

Primeiramente apontamos que a *Crônica* teve a pretensão de ser uma história universal, sendo esta obra uma continuidade dos escritos de Eusébio de Cesaréia (270-339/340) e Jerônimo de Stridon (347-420)[222]. Para Pablo C. Díaz Martinez (2011,

[218] Acerca da biografia de Hidácio não sabemos com exatidão a data de seu nascimento, mas supõe-se que era natural da região de Guinzo de Limia (Orense). Por volta de 403 teria partido rumo à Palestina com seus familiares, retornando à Galiza em 416 para seguir na vida religiosa.

[219] Sobre o conceito de discurso tomamos a definição proposta por Maria Lúcia da Cunha Victório Oliveira Andrade: "Em sua acepção mais ampla, o termo discurso designa um certo modo de apreensão da linguagem (...) como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados. Nesse sentido, o termo discurso deve ser visto como uma unidade de comemoração associada a condições de produção determinadas, ou seja, depende de um gênero de discurso específico: romance, editorial, crônica, artigo jornalístico, hagiografia, etc." (ANDRADE, Maria Lúcia C.V de Oliveira, 2005, p. 47)

[220] Entendemos o conceito de ideologia como significações ou construções da realidade que contribuem para a reprodução ou transformação de relações de dominação. (FAIRCLOUGH, 2001, p.121).

[221] Sobre o conceito de hegemonias compartilhamos com a opinião de Fairclough que concebe esta como incutida na prática discursiva. Para este linguista, a hegemonia não se consagra pela violência, mas sim baseando-se no uso do consenso através de discursos que a sustentem na produção e reprodução de ideologias que dão base a esses poderes (FAIRCLOUGH, 2001, p.80).

[222] Eusébio ficou conhecido como pai da história da Igreja. Entre seus escritos, destacamos sua História Eclesiástica que fora redigida em grego e tratou da formação do cristianismo primitivo. Jerônimo de

p.36-37) Hidácio assume a responsabilidade de ser o continuador de tais obras por acreditar que Jerônimo se descuidou da sucessão cronológica de sua história após a entrada dos bárbaros no Império. Desta forma, o bispo de Chaves inicia seu escrito remetendo-se ao momento do término da obra de Jerônimo (378), tentando situar o leitor das ocorrências que, em sua visão, levariam ao fim dos tempos. Como o próprio Hidácio afirma em seu prefácio, ele procuraria desenvolver a *Crônica* com uma metodologia processual semelhante a utilizada por seus antecessores[223]. Outra característica relevante da obra é o fato desta história que se pretendia universal adquirir uma perspectiva local, restringindo-se ao contexto galego a partir de 430 quando os suevos[224] passam a ser, definitivamente, os protagonistas da obra hidaciana permanecendo assim até 469. As notícias de âmbito universal (referentes ao espaço hispânico) podem ter se tornado mais escassas pelo fato de Hidácio ter sido ordenado bispo da sede de Chaves em 427 o que teria restringido as viagens que este anteriormente fazia e que agregavam informações a sua obra (TRANOY, 1974, p.50-55), ou ainda o fato dos suevos terem assumido, cada vez mais, uma postura combativa na conquista e anexação de territórios a partir do referido período, o que teria provocado um isolamento maior do bispo e de seus correspondentes temerosos das campanhas expansionistas dos povos "invasores". Ainda neste contexto, destacamos que a maioria dos fatos relatados é contemporâneo a existência de Hidácio e o próprio teria vivenciado alguns deles de forma direta, o que, ao seu ver, garante a legitimidade do relato por ser testemunha dos acontecimentos.

Stridon atuou como teólogo e historiador dedicando-se a escrita de várias obras (epístolas, escritos hagiográficos e crônicas).

[223] "Todavia, uma vez que o relato cronológico se desenrola até ao decurso dos nossos dias, como nos ensina a leitura dos textos que precedem o nosso, e já que o pergaminho com a crônica de Jerônimo caíra nas mãos de pessoas atentas aos acontecimentos, acudiu ao espírito do ignorante que sou, ainda com uma processologia desigual, também deixar-me guiar, por aquilo que eu conhecia, as pegadas de escritos que a Jerônimo precederam. Posto que meu espírito tivesse a intenção de permanecer fiel a tais relatos, quer se aproveitando do labor de historiadores precedentes quer do testemunho de alguns tantos quer ainda do acúmulo de informes ao longo da nossa já digna de lástima existência, logramos conhecer aquilo que se segue."(IDÁCIO. *Crónica*. p.04).

[224] Os suevos teriam penetrado na Península Hispânica no ano de 409, tendo sobrevivido do saque por um longo período, o que dificultou a fixação em um território. Relegados as zonas mais pobres do noroeste, com centro em Braga, expandiram seus territórios desde o oeste ao sul com seus primeiro monarcas – Hermerico, Réquila e Requiário. Entretanto, após um período de estabilidade e governança dos monarcas suevos na Hispânia setentrional o reino sofre o ataque de Leovigildo, soberano visigodo, que em 576, tenta unificar os territórios hispânicos sob o credo ariano. Assim o reino suevo cai em mãos visigodas. A partir de então, podemos considerar o fim do reino suevo com a anexação de seu último território ao reino visigodo em 585.

Por fim, destacamos a perspectiva apocalíptica alimentada em todo o escrito através de uma visão pessimista do autor. São muitos os parágrafos nos quais o bispo de Chaves descreve sinais tenebrosos enviados por Deus como forma de anunciar o fim dos tempos. Raios, chuvas torrenciais, cometas e eclipses, desastres que dizimam animais e seres humanos, colheitas estragadas e épocas de carestia seriam apenas o prenúncio de uma catástrofe maior que em breve se efetivaria. Geralmente tais descrições aparecem antes de Hidácio relatar alguma notícia considerada por ele como ruim, como invasões ou batalhas envolvendo os romanos e outros povos, todavia é interessante notarmos a utilização de tal recurso como forma de "pintar" um quadro angustiante e calamitoso diretamente relacionado aos bárbaros, provocadores da ira divina ao alterarem a ordem do mundo implementada e regulada pelo Império Romano. Esta característica da *Crônica* é justamente a que nos interessa neste trabalho e da qual analisaremos de forma mais detida posteriormente. Todavia, faz-se necessário esclarecer agora as bases teórico-metodológicas de nosso trabalho e que nos darão suporte para desenvolvermos nossas reflexões.

Com o objetivo de enxergar este documento para além do texto em si reconhecendo as intenções de seu autor e a imagem que ele buscou propagar, utilizaremos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso[225] proposta pelo linguista britânico Norman Fairclough (2011), pois sua teoria se apoia em um modelo tridimensional que prioriza o texto, a prática discursiva e a prática social que eram trabalhados separadamente na Análise do Discurso. Segundo este modelo, estes três elementos são indissociáveis:

> Aceito a afirmação interpretativa segundo a qual devemos tentar compreender como os membros das comunidades sociais produzem seus mundos 'ordenados' ou 'explicáveis'. Entendo que a análise de processos sociocognitivos na prática discursiva deva ser parcialmente dedicada a esse objetivo. Entretanto, argumentaria que, ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujos marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, seus procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos (e 'membros) (FAIRCLOUGH, 2001, p.100).

[225] Utilizaremos a sigla ACD para nos referirmos a Análise Crítica do Discurso.

Acreditamos, portanto, que a análise da *Crônica* através da ACD nos proporcionará um maior entendimento acerca de como Hidácio enxergou a realidade ao qual estava inserido e a reproduziu em seu discurso/texto. A prática discursiva que tomou forma através do escrito será, assim, o reflexo da sua existência na prática social e que representa não apenas o olhar particularizado de um clérigo que viveu os fatos e os descreveu ao seu modo, mas a visão da instituição ao qual ele representava, afinal o sujeito de um discurso não é único, pois ele dialoga e ecoa vozes de outros discursos.

Assentados no modelo tridimensional de Fairclough, recorreremos ao referencial de análise proposto pelas autoras Viviane Melo Rezende e Viviane Ramalho (2009) para o tratamento de nossa fonte:

> 1)legitimação que [...]estabelece e sustenta relações de dominação pelo fato de serem apresentadas como justas e dignas de apoio[...] (REZENDE; RAMALHO, 2009, p.50-51); 2) dissimulação que também [...]estabelece e sustenta relações de dominação por meio de sua negação ou ofuscação, pode ser realizada por construções simbólicas como deslocamento, eufemização e tropo. No primeiro caso, há uma recontextualização de termos, geralmente referentes a um campo e que são usados com referência a outro, deslocando conotações positivas ou negativas. Na eufemização, ações, instituições ou relações sociais são representadas de modo que desperte uma valorização positiva, ofuscando pontos de instabilidade. O tropo refere-se ao uso figurativo da linguagem, que pode servir a interesses de apagamento de relações conflituosas (REZENDE; RAMALHO, 2009, p.50-51); 3) unificação que é o [...]modus operandi da ideologia pelo qual relações de dominação podem ser estabelecidas ou sustentadas pela construção simbólica da unidade. Há duas estratégias de construção simbólica relacionas à unificação: a padronização – adoção de um referencial padrão partilhado – e a simbolização – construção de símbolos de identificação coletiva (REZENDE; RAMALHO, 2009, p.50-51); 4) fragmentação na qual [...]relações de dominação podem ser sustentadas por meio da segmentação de indivíduos e grupos que, se unidos, poderiam construir obstáculo à manutenção do poder. Uma das estratégias de construção simbólica da fragmentação é a diferenciação, em que se enfatizam características que desunem e impedem a constituição de um grupo coeso, com objetivo de desestabilizar a luta hegemônica (REZENDE; RAMALHO, 2009, p.50-51); 5) reificação [...]por meio do qual uma situação transitória é representada como permanente, ocultando seu caráter sócio histórico (REZENDE; RAMALHO, 2009, p.50-51).

Assim, atrelando a ACD à História seremos capazes de enxergar as estratégias utilizadas pelo bispo de Chaves para propagar uma visão apocalíptica dos acontecimentos culpabilizando a ação dos germânicos como os responsáveis diretos pelo fim do mundo romano.

Objetivos

Através da ACD seremos capazes de analisar alguns trechos da obra hidaciana de modo a refletir sobre a forma como o bispo de Chaves estruturou seu escrito a fim de propagar uma mensagem às gerações posteriores de como teriam se processado os acontecimentos que levaram a desagregação do Império Romano, que representariam, na visão dele, o fim de uma ordem instaurada. Verificaremos que o religioso caracterizará os povos germânicos como selvagens, assassinos e sanguinários associando vários prodígios catastróficos com a imagem destes.

Resultados

A partir das considerações anteriores que traçamos acerca do modelo tridimensional de Fairclough para a compreensão dos discursos e dos itens propostos pelas autoras Rezende e Ramalho para a análise dos mesmos, passaremos a citação de trechos da *Crônica* empregando a ACD.

Para analisarmos a visão de mundo que Hidácio produzirá para o período citamos, primeiramente, uma colocação presente no término de seu prefácio:

> A partir deste ponto, fui elevado sem merecer ao ofício de bispo, sem ignorar todas as desgraças desta época miserável. Acrescentamos as fronteiras do Império Romano ao ponto de ameaçarem entrar em um colapso (IDÁCIO, p.69).

Neste trecho, observamos a reflexividade, no qual o religioso coloca-se no relato para afirmar não ser merecedor do cargo de bispo, deixando subentendido ainda as dificuldades que enfrentará diante das ameaças que o Império Romano vivencia em suas fronteiras. O “colapso” nos limites territoriais do império

representariam a própria ruína que este estava prestes a enfrentar, pois o “mundo” havia sido invadido.

Avançando na análise da obra, nos reportaremos ao ano de 410, quando o religioso narra a entrada das primeiras levas germânicas (Alanos, Vândalos e Suevos) ao território hispânico:

> Enquanto por toda a Espanha os Bárbaros se entregam a bacanais e, (por outro lado), a epidemia da peste não faz menores devastações, as riquezas e os víveres armazenados nas cidades são esbulhados pelo tirânico coletor de impostos. E as hordas da militância encarregam-se de tudo malbaratar. Grassa uma fome medonha a tal ponto que, sob o acicate da fome, carne humana é devorada por carne humana. E até as mesmas mães tomam por pascigo os corpos daqueles que elas próprias geraram, matando-os e cozendo-os em seguida. Os animais selvagens e ferozes, acostumados aos cadáveres dos que morriam pelo ferro, pela fome e pela peste, matam os homens, ainda os mais fortes, e, alimentados pela sua carne, por toda a parte se entregam ao extermínio do gênero humano. E dest’arte, pelas quatro pragas, a saber: ferro, fome, peste e feras, seviciados por toda a parte no mundo inteiro, se cumprem os avisos anunciados pelo Senhor através dos seus profetas. (IDÁCIO, p.73).

Observamos que a descrição de Hidácio tem como propósito apresentar a penetração dos germânicos como um quadro catastrófico e sanguinário, sendo eles provocadores de todas as desgraças que viriam assolar o Império, intenção que fica evidente no último parágrafo do trecho quando observamos um tom de fim dos tempos. Neste caso empregamos o critério da fragmentação, pois o autor do texto visa apresentar os “invasores” como um grupo desordeiro que entra no território sem nenhuma organização, mas movidos pelo objetivo de tudo destruir. Ao representá-los através de adjetivos pejorativos, Hidácio nos mostra como as atitudes dos germânicos provocaram uma onda de desgraças (peste, fome, mortes) em um território que anteriormente gozava de ordem através da política empregada pelo Império Romano.

Acerca dos suevos, são vários os fragmentos nos quais o bispo de Chaves dedica-se a escrever a relação estabelecida entre estes e o império. Fica evidente que o governo romano está disposto a negociar com os invasores, todavia, os suevos descumprem os tratados, fato que é mostrado pela desqualificação que Hidácio faz dos mesmos (fragmentação) ao afirmar que estes não possuem palavra, portanto não são dignos de confiança. Exporemos o trecho a fim de analisarmos também o critério

da legitimação/hegemonia presentes no excerto, no qual observamos a clara intenção de reforçar que o Império é legítimo por empregar meios legais para sua imposição, estando dispostos a negociar com um grupo menor e, consequentemente, submisso a eles:

> O Augusto Avito envia ao país dos suevos o conde Frontão como embaixador. De igual modo Teodorico, rei dos Godos – na sua qualidade de fiel aliado do Império Romano – envia embaixadores aos mesmos suevos. E isto para preservarem e salvaguardarem as promessas do tratado de aliança jurado (entre romanos e suevos) – não só pelo que diz respeito a eles próprios, mas também no que toca ao Império Romano, já que estavam ligados entre si por um mesmo tratado de paz e aliança. Despediram os suevos aos embaixadores e infringiram toda a espécie de juramento de ambos (romanos e suevos). Entretanto, a horda sueva invade e ocupa a província da Tarraconense – que estava sujeira à autoridade e jurisdição do Império Romano. (IDÁCIO, p.85).

É evidente que os romanos, na visão fornecida pelo autor da obra, mostram-se solícitos a negociar com os “invasores”, de modo que representam o verdadeiro poder em contraposição a novos organismos políticos ilegítimos que não respeitam os territórios romanos. No último parágrafo do texto é mencionado o rompimento do pacto, portanto verificamos que a hegemonia sempre está em um equilíbrio instável, tendo que ser reafirmada por diversas vezes no texto em excertos de conteúdo semelhante a este.

Ainda sobre os suevos nos deteremos em outros dois exemplos, haja vista que o bispo de Chaves manteve uma relação próxima com este povo por terem se estabelecido no mesmo território de origem do religioso, como apontamos anteriormente. No trecho a seguir observaremos novamente o critério da fragmentação como forma de expor a desunião do grupo, desqualificando suas ações: (...)os suevos – como sempre falazes e perjuros no que diz respeito às suas promessas e à sua palavra – arrasam, como é habitual, diversas regiões da infortunada Galiza (IDÁCIO, p.90). No caso a seguir veremos também um exemplo de fragmentação, mas com a utilização da diferenciação, que tem por objetivo ressaltar características que destacam conflitos que impedem a plena coesão de um grupo (suevos *versus* povo):

> Sob a direção do rei Hermerico, os suevos devastaram as regiões interiores da Galiza. Alguns deles, tendo sido mortos em parte e em parte havendo sido feitos prisioneiros pelo povo, que detinha as praças fortes mais seguras, os suevos restauram a paz que haviam infringido e restituem as famílias que tinham em seu poder (IDÁCIO, p.77).

Por fim, apresentaremos alguns trechos que demonstram sinais prodigiosos na Galiza. Hidácio menciona em muitos parágrafos a manifestação de fenômenos naturais associando-os com um sinal da providência divina. Os terremotos, eclipses, vendavais, cometas e doenças geralmente aparecem no início dos trechos em que o religioso anunciará uma notícia relevante, mas também estão presentes de forma aleatória desvinculadas de contextos específicos e que estariam atrelados a narração de qualquer evento de cunho religioso ou político, como nos casos citados abaixo:

> Começa a aparecer um cometa no mês de Dezembro. Este prodígio, observado durante alguns meses, que se seguiram ao seu aparecimento, anunciou a chegada dum flagelo, a peste, que grassou por quase o mundo inteiro (IDÁCIO, p.80).

> Em um intervalo de pouco meses, não longe do supracitado município, caiu do céu uma certa espécie de sementes muito verdes, como erva, semelhantes as lentilhas, mas cheias de um sabor amargo. E muitos outros prodígios que seria prolixo enumerar (IDÁCIO, p.93).

O primeiro trecho é apenas um dos tantos exemplos presentes no escrito que revelam a atmosfera negativa que o bispo cultivou em toda a *Crônica*. Deus aparece de forma subjetiva no relato através de suas ações punitivas sobre uma localidade que sofre com depredações e mudanças oriundas das ações bárbaras. No segundo caso apresentamos o parágrafo final da obra que está diretamente associado ao evangelho de São João. Nos dois casos mencionados podemos nos reportar ao critério da unificação, onde a adoção de um referencial simbólico é partilhado e serve como elemento identificador para sustentar relações hegemônicas. O fato da peste grassar o mundo após o aparecimento do cometa ou sementes verdes caírem do céu são vinculadas a manifestação de Deus que se mostra insatisfeito diante do cenário calamitoso instaurado no século V. As claras referências a situações que remetem ao apocalipse e ao evangelho de São João são mostras de que Hidácio utilizou-se de passagens bíblicas conhecidas para fazer alusão aos perigos que a Igreja Católica e

o Império Romano estavam sofrendo diante dos invasores. Tais sinais não se manifestavam antes, mas diante das novas circunstâncias aparecem com frequência no relato contrapondo os poderes anteriores vinculados a ordem *versus* as transformações oriundas pós instalação dos germanos no território hispânico.

Considerações finais

Diante do exposto notamos que a visão de mundo que Hidácio preocupou-se em propagar para as gerações posteriores possui algumas características peculiares: após o emprego da ACD nos trechos selecionados, observamos que uma das estratégias discursivas do bispo de Chaves fora associar a desagregação do Império Romano única e exclusivamente a atuação dos germânicos. Em nenhum momento tal instituição política fora criticada em suas ações, desta forma, construiu-se um quadro no qual o governo imperial ficou isento de qualquer culpa acerca de seu declínio. Ao longo dos anos em que a *Crônica* se desenrola notamos ainda o protagonismo dos suevos devido à proximidade espacial entre estes e o religioso. Com a escassez das notícias vindas de fora do contexto galego, Hidácio centra-se em fragmentar os suevos através de adjetivações negativas, além de evidenciar os problemas destes com as populações locais e até mesmo entre seus familiares.

Desta forma, concluímos que a visão de mundo que a *Crônica* hidaciana visou propagar esteve assentada na ideia de fim dos tempos, com clara defesa da legitimidade e hegemonia do Império Romano sustentada através da depreciação dos germânicos.

Referências

Fonte

LÓPEZ SILVA, José Antonio. **A *Crónica* de Idácio de Limia, Bispo de Chaves.** Ourense: Imprenta Deputación de Ourense, 2004.
HIDACE. **Chronique***.* Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris, 1974.

Bibliografia específica

ANDRADE, Maria Lúcia C.V de Oliveira. História e Linguística. Oralidade e Escrita no Discurso Religioso Medieval. In: ANDRADE FILHO, Ruy de O. (Org.). In: **Relações de Poder, Educação e Cultura na Antiguidade e Idade Média**. Estudos em homenagem ao professor Daniel Valle Ribeiro. Santana de Parnaíba: Editora Solis, 2005, p.47-55.
DÍAZ MARTINEZ, Pablo. **El reino suevo (411-585)**. Madrid: Ediciones Akal, 2011.
FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
REZENDE, Viviane Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise do Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2009.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

DITO, NÃO DITO, ESCRITO
APORTES METODOLÓGICOS PARA UM ESTUDO SOBRE O CATOLICISMO EM MARINGÁ, NO PARANÁ A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE FONTES ORAIS (1969-2000)

Marcia Regina de Oliveira Lupion
UEM/LERR/CAPES

Resumo: Apresentar a metodologia sobre a qual serão criadas e analisadas as fontes orais utilizadas na pesquisa sobre a religiosidade católica maringaense. Pautada na corrente historiográfica conhecida como História das Sensibilidades, a pesquisa visa estudar os motivos que levaram a formação de um grupo específico sob a batina de Bernardo Cnudde, padre cuja prática religiosa pode ser considerada peculiar quando comparada a de outros sacerdotes por envolver mais do que rituais comuns ao catolicismo como o ritual do batismo ou das exéquias por exemplo. Conhecimentos acerca da peculiar vivência do monsenhor foram sendo colhidos aos poucos nos últimos trinta anos e, de forma mais incisiva no último ano e foi ao observar essa coleta informal que um fato chamou a atenção: as sessões de exorcismo, as orações que coibiam possessões ou que ajudavam a restaurar o emprego e o bem-estar psicológico, assim menções às graças recebidas tanto em vida quanto após a morte do padre são fatos cuja referência não é feita de forma explícita. Outro dado interessante sobre a vivência de Bernardo é sua relação com os centros espíritas de Maringá, fato pouco explorado até mesmo em conversas informais e cuja ocorrência necessita de maiores investigações. Observa-se então, que paira um tom de segredo quando são feitas referências a Cnudde e sua forma de agir, algo entre o dito e o não dito. Por meio do uso de fontes orais esses ditos e não ditos podem revelar uma sensibilidade em Bernardo que atingiu um grupo de pessoas que se identificou com sua forma de manifestar a religiosidade. Os aportes teóricos da História das sensibilidades aliada à construção de fontes orais são estratégias de pesquisa histórica capazes de tornar esses ditos e não-ditos em escritos. As balizas cronológicas datadas entre os anos de 1969 e 2000 foram escolhidas por permitirem uma visão panorâmica da experiência vivida pelo padre na Paróquia Divino Espírito Santo e da formação de um grupo de leigos cuja fé em Bernardo permanece após seu

falecimento. Passamento que encerra o período da pesquisa enquanto a história da religião católica em Maringá continua sua trajetória.

Palavras-chave: Religiosidade Católica. Maringá. Metodologia. Fontes Orais. Pe. Bernardo Cnudde.

1 Padre Bernardo, o objeto de estudo

A história da Igreja católica em Maringá acompanha o processo de diocesanização em diversas direções do país a partir dos anos 1930 e também é parte da história de estabelecimento do próprio município em meados da década de 1940 quando ocorreu o processo de ocupação das terras a norte e noroeste do Paraná. De forma específica é possível citar a obra de Orivaldo Robles (2017), monsenhor que escreveu a história da)instituição de forma genérica como sendo o trabalho mais expressivo sobre a temática e, em seguida, obras acadêmicas como as dos historiadores Selson Garutti (2006) e Marcia Maria Pereira (2007), todas com temáticas específicas e temporalidade delimitadas, mas, sem abandonar o caráter institucional do objeto. Em todas essas obras, entretanto, se destaca de forma expressiva a participação do primeiro bispo e arcebispo da diocese, Dom Jaime Luiz Coelho como pivô do estabelecimento da Igreja Católica em Maringá e região.

Não se discute, no entanto, a relevância do papel de D. Jaime para a Igreja Católica na arquidiocese. É fato notório que sob sua batina Maringá se fortaleceu como município e como matriz religiosa donde novas dioceses seriam criadas. Nesta comunicação no entanto, não é o caráter genérico do catolicismo que será abordado e sim, um caso específico de um padre de origem francesa que se estabelece na cidade em meados dos anos 1960 e se torna uma figura ímpar na história da religiosidade católica maringaense devido ao fato de que a ele foram atribuídos dons de cura e exorcismo que fizeram com que milhares de pessoas da cidade, região e também da América Latina se dirigissem à sua paróquia para participar de suas orações e bênçãos coletivas ou individuais.

O padre em questão chamava-se Bernardo Abel Alfonse Cnudde e veio para Maringá no ano de 1966 a pedido do próprio bispo Jaime ainda durante a participação deste nos Concílios do Vaticano II. Jovem, com apenas 27 anos, Bernardo chega a cidade com pouco conhecimento sobre a língua portuguesa e, após breve período de

trabalho na paróquia Santa Maria Gorette, é alçado a pároco em Santa Isabel do Ivaí, município que fica a aproximadamente duzentos quilômetros de Maringá, onde viverá seus primeiros anos como sacerdote no Brasil.

De Santa Isabel do Ivaí o padre retorna para Maringá em 1969 para nunca mais deixar a cidade e, já como cidadão brasileiro, viverá por mais 31 anos até que um infarto fulminante lhe tire a vida aos 61 anos de idade em 20 de novembro do ano 2000. Foi nesse período de pouco mais de trinta anos que Bernardo se tornou uma figura emblemática da religiosidade católica pois, além de exercer as responsabilidades comuns aos padres, ele irá se tornar internacionalmente conhecido por promover curas e exorcismos e por interagir com instituições religiosas de outras denominações como o Centro Espírita Caminheiros que fica, ainda hoje, há poucos metros da Igreja Divino Espírito Santo, paróquia na qual o padre atuou desde que voltou para a cidade em 1969.

Sobre essa particularidade da religiosidade de Bernardo, ou seja, sobre sua capacidade em promover curas e exorcismos, muito se ouve a partir de relatos de pessoas que o conheceram pessoalmente ou não, mas, há pouca documentação escrita que se refira a essa particularidade do padre. Em levantamentos feitos na documentação da paróquia a qual ele esteve à frente por três décadas não foi encontrado documento algum nesse sentido. Apenas no acervo da Cúria Metropolitana foi encontrado um recorte de jornal que faz menção ao fato de forma que a construção de fontes a partir da oralidade tornou-se o melhor veículo para obter informações sobre essa característica do monsenhor.

2 Fontes Orais e sua metodologia

Será no campo das subjetividades, da imaterialidade, da emoção, da sensibilidade que se constituirá a pesquisa sobre a religiosidade maringaense praticada pelo padre Bernardo Cnudde. Construir fontes a partir da oralidade é essencial nesse processo posto que se tais documentos são ricos em informações por revelarem as múltiplas facetas de um processo histórico e por conectarem o entrelaçamento entre as individualidades e as coletividades que se manifestam na cultura e sociedade. Além disso, o trabalho com a oralidade resultou num acervo fotográfico e audiovisual que se tornou uma rica contribuição para a pesquisa pois

revelou um Bernardo vivo e atuando em sua paróquia e junto ao seu “querido e amado povo”, como ele gostada de referir àqueles que o procuravam.

Registra-se que além das fontes orais, uma ampla busca na internet de dados sobre o padre foi realizada ainda durante as primeiras incursões para conhecer o objeto pesquisado. Outros levantamentos também foram ser feitos em visitas aos acervos da Cúria Metropolitana; das paróquias Divino Espírito Santo e São José Operário; ao Centro Espírita Caminheiros e à documentação específica da Catedral Nossa Senhora da Glória. É conveniente esclarecer que a visita a Centros Espíritas e outras denominações religiosas maringaenses e de outros do munícipio se deve à estreita ligação entre essas instituições e o Padre Bernardo Cnudde dada à sua especificidade, nem sempre exposta, de praticar o exorcismo. Ação quase sempre citada com gestos marcados pelo segredo como se tais atos não devessem ser citados em voz alta, talvez exatamente o “maior” não-dito dito, dessa história.

Construir uma fonte oral, contudo, demanda mais do que a identificação de possíveis depoentes. Para a produção deste tipo de material existe toda uma logística específica que envolve um saber técnico, um saber teórico e um saber legal. Trabalhar com a construção de documentos orais embora seja uma técnica utilizada desde o início do XX como se verá a seguir não resulta apenas em definir quem será entrevistado ou a forma como a narrativa presente nos depoimentos será analisada. No Brasil a Resolução nº 466 baixada pelo Ministério da Saúde em 12 de Dezembro de 2012 estabeleceu, dentre outras prerrogativas, que cabe ao pesquisador elaborar um projeto cuja execução necessita de aprovação do CEP/CONEP, respectivamente Comitês de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética e Pesquisa quando a pesquisa envolve seres humanos e em 2016, a Resolução n. 510 verticalizou as pesquisas da área de ciências humanas e sociais por considerar esse campo com especificidades próprias e, portanto, com critérios definidores diferentes da área da saúde por exemplo.

O rigor com que as pesquisas com seres humanos vêm sendo tratadas desde 2012 no Brasil nos levou a considerar o trabalho com as fontes orais a partir das três dimensões citadas acima, ou seja, a técnica, a legal e a teórica para desenvolver o trabalho com o monsenhor e seu grupo. Iniciemos pela técnica.

2.1 A História Oral como técnica

Diversos autores são criteriosos em postular o rigor acerca da técnica de construção de fontes orais, mas, o importante é que todos também são unânimes em definir História Oral como mais do que uma técnica. Dentre esses podemos citar os historiadores Paul Thompson e Carlos Sebe Bom Meihy, britânico e brasileiro respectivamente. De acordo com Paul Thompson e sua célebre obra A voz do passado, a história oral é, além de um método, “uma história construída em tomo de pessoas [e] propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história” (1998, p. 44). José Carlos Sebe Bom Meihy compartilha com Thompson no que concerne aos aspectos subjetivos e o sentido social do trabalho com a oralidade, e, em seu Manual de História Oral publicado em 1998 define que o trabalho com História Oral se divide em três categorias: História de Vida, História Temática e Tradições Orais. Enquanto as duas últimas são formas de trabalhar com a oralidade caracterizando grupos ou espaços específicos – história local ou de comunidades no caso da História temática e, sociedades tradicionais no caso das Tradições Orais – a História de Vida se caracterizaria por ser uma técnica que objetiva colher relatos de pessoas cujas memórias retomem um passado coletivo, porém, na singularidade do particular e como auto representação (MEIHY, 1998, p. 14). Entretanto, embora Bom Meihy defina na paráfrase acima a história oral como uma técnica de fato o autor demonstra a impossibilidade de uma definição unívoca em relação às fontes orais. Assim, é possível encontrar discussões acerca das diversas definições para a construção e análise dos documentos orais que os conceituam como um método, uma técnica, uma ferramenta, uma disciplina, uma narrativa, um gênero, um discurso. Ou seja, a História Oral é multifacetada e multidisciplinar e tem nesse aspecto sua riqueza.

Bom Meihy e Thompson historicizam a História Oral para além da invenção do gravador e da fita K7 e mesmo do uso do computador uma vez que a internet ainda não havia se popularizado em fins dos anos 1990 quando as obras citadas foram escritas. Para demonstrar sua teoria acerca do uso da oralidade como fonte de pesquisa Thompson cita a obra História da Revolução Francesa, publicada em fins do XIX por Jules Michelet como um trabalho que foi produzido com dados coletados

também a partir da experiência de pessoas que participaram daquele evento e Bom Meihy vai ainda mais longe identificando as raízes da história oral ainda na Antiguidade Clássica. Registre-se, no entanto, que Bom Meihy conceitua a história oral praticada após o emprego da tecnologia como a “moderna história oral” em contraposição a Tradição, sendo esta última a definição para os testemunhos ou para a história que se caracterizava pela narrativa oral sem registro escrito sendo possível incluir nessa categoria tanto a história praticada pelos *griots* africanos quanto a história praticada por Heródoto.

A definição acima é bastante técnica, mas, de fato, explicita o que vem a ser uma fonte oral, isto é, o uso acadêmico ou não de relatos de pessoas cuja experiência vivida em determinado momento ou evento torna-se fonte histórica podendo ser utilizada também para outros fins, como documentários, construção de biografias ou filmes por exemplo. E, nessa perspectiva, as fontes construídas a partir da oralidade garantem sua legitimidade como produtora de informações e como forma de registro de memórias individuais e coletivas cujo uso para fins de pesquisa pode ser exclusivo ou atrelado a outras fontes.

Sendo portanto o tema deste artigo discorrer sobre a metodologia proposta para a pesquisa sobre a religiosidade católica maringaense a partir da vivência do monsenhor Bernardo Cnudde e o grupo que o seguia e que a mesma está pautada sobretudo na construção de fontes orais, num primeiro momento serão feitas incursões ao cemitério municipal de Maringá com o objetivo de perceber qual a incidência de visitas ao túmulo do padre tanto em dias comuns quanto em datas comemorativas como finados e aniversário de morte do monsenhor. Nessas ocasiões, também serão identificados possíveis depoentes, mas, tendo em vista que o número de fiéis que visitam o túmulo é bastante expressivo, num segundo momento será lançada mão da formação de grupos de amostragem quando então as entrevistas serão efetivadas. Parte dessa estratégia de levantamentos já foi realizada quando se verificou que é possível organizar os fiéis em cinco grupos sendo, fiéis da paróquia Espírito Santo cujo contato com o padre foi mais intenso; participantes da RCC quando da sua fundação; pessoas que acreditam ter recebido graças após pedirem a intercessão do padre; conhecidos de Bernardo pertencentes a outras religiões e com os quais o padre manteve contato pessoal ou apenas esporádico e, visitantes do

túmulo do padre. O levantamento de dados se dará no formato de questionários abertos e entrevistas temáticas cujo foco será a experiência dos integrantes dos grupos de amostragem com o padre. Informações quantitativas podem vir a tornar-se gráficos cujos dados estatísticos serviriam para demonstrar o alcance da população em relação ao fato de conhecerem o padre e parte de sua biografia e prática peculiar.

Feitos esses esclarecimentos, a construção e análise das entrevistas deverá seguir o proposto por pesquisadores da área cujas experiências com a oralidade resultaram num extenso e minucioso trabalho sobre como construir e avaliar as fontes orais. A historiadora mexicana Graciela de Garay (1999) sugere por exemplo, que depois de escolhido o tema da pesquisa, esse seja problematizado e tente responder a uma pergunta central que deve permear todo o trabalho. Essa pergunta deve subtender uma resposta que seja a síntese daquilo que estou procurando descobrir. É nesse sentido que deve ser utilizada a técnica da construção de documentos orais, ou seja, a elaboração do questionário necessita de um planejamento anterior à construção da fonte. Existe todo um projeto que deve ser elaborado com antecedência para que o trabalho com as experiências de vida alcance seu significado dentro da pesquisa. Como a pesquisa se baseia na experiência de quatro grupos em relação ao padre, a pergunta central poderá se diferenciar para cada grupo de acordo com as especificidades de cada um.

Além de estabelecer o questionário, outros passos devem ser seguidos no que diz respeito às entrevistas. Sebe Bom Meihy (1998) sugere que uma entrevista siga os seguintes passos: em primeiro lugar, uma pré-entrevista, momento no qual o pesquisador entra em contato com o entrevistado e prepara a entrevista denominada pré-entrevista. Em seguida viria a entrevista propriamente dita e na sequência uma pós-entrevista para só então partir para a registro escrito do depoimento. Um outro ponto a ser observado quando se organiza o trabalho com as entrevistas é a influência que estar na presença de uma câmera ou gravador pode ter sobre o entrevistado. Dessa forma, realizar mais de uma entrevista torna possível ao depoente sentir-se menos intimidado frente ao material tecnológico ou ao caderno de anotações do pesquisador. É sempre interessante observar a experiência de outros pesquisadores da oralidade e com elas aprender, contudo, é essencial ao pesquisador aprender com

suas próprias experiências e verificar as variáveis presentes nos depoimentos é tarefa que nos incumbimos na pesquisa sobre Bernardo.

Definidos tema e questionário, o passo seguinte será a avaliação da narrativa presente nas entrevistas cujos critérios norteadores serão dados pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal e o historiador italiano Alessandro Portelli discutidos no subtópico 4.3. Sigamos descrevendo a produção e o registro legal das fontes orais.

3 O registro legal dos documentos orais

O ano de 2012 marca um momento de inflexão acerca do uso de seres humanos em pesquisas de cunho científico por meio da Resolução n. 466 no Brasil. Desenvolvida tanto para o âmbito da saúde quanto das ciências humanas e sociais, a Resolução preza pela dignidade humana e pela proteção aos participantes em pesquisas científicas e não é uma prerrogativa iniciada em terras brasileiras. Buscando manter a integridade dos depoentes, o disposto na Resolução brasileira remonta à Resolução n. 196/1996 que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e que por sua vez foi criada considerando diversos organismos internacionais criados no pós-Segunda Guerra Mundial, sendo um de seus marcos referenciais o Código de Nuremberg (1947) considerado o primeiro documento a enfatizar a necessidade do consentimento do indivíduo para fins de pesquisa científica. Segundo o Editorial da Revista Educação e Sociedade:

> [...] historicamente, tem-se criado consensos em torno da necessidade de estabelecer normas que regulamentem a relação pesquisador/pesquisado mediante procedimentos que possam causar constrangimentos ou mesmo ferir, direta ou indiretamente, a dignidade de pessoas ou comunidades investigadas (REVISÃO, 2018).

Assim, o que se tem é que o uso da oralidade em pesquisas científicas extrapola o simples trabalho de encontrar e entrevistar pessoas cujas experiências sobre um determinado fato sejam do interesse do pesquisador. O trabalho com fontes orais demanda um caráter ético que deve ser observado assim que a pesquisa se inicia e, no caso das Ciências Humanas e Sociais, a Resolução n. 510/2016 trouxe especificidades ainda mais singulares para o trabalho com seres humanos quando considera

> [...] que as Ciências Humanas e Sociais têm especificidades nas suas concepções e práticas de pesquisa, na medida em que nelas prevalece uma acepção pluralista de ciência da qual decorre a adoção de múltiplas perspectivas teórico-metodológicas, bem como lidam com atribuições de significado, práticas e representações, sem intervenção direta no corpo humano, com natureza e grau de risco específico (RES. N. 510/2016).

A Resolução n. 510/2016 se constitui num documento com oito página, oito capítulos e 34 artigos nos quais as diretrizes para o trabalho de pesquisa realizado na área de Ciências humanas e sociais está disposto. Estão lá definidos os papéis relativos à participação do CNE/CONEP; das Instituições às quais a pesquisa está vinculada; dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa. Define ainda em parágrafo único pesquisas que não serão registradas nem avaliadas pelos dois órgãos citados acima. Nesse quesito registram-se oito tipos de pesquisa e uma atividade cujo desenvolvimento não será objeto de avaliação e registro por parte dos Comitês. Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias e similares não se enquadram nessa categoria e serão objeto de análise e registro. A Resolução n. 510/16 trata ainda dos termos e suas definições, princípios éticos, processo de consentimento e assentamento livre e esclarecido por parte do participante da pesquisa, dos riscos que o participante possa correr e suas precauções e das atribuições do CEP/CONEP. Trata ainda das responsabilidades do pesquisador responsável e das disposições transitórias relativas ao procedimento adotado pelos Comitês acerca do registro da pesquisa/pesquisador responsável que deverão, no caso das Ciências Sociais, serem registrados também na Plataforma Brasil, um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país.

4 Fundamentos teóricos do trabalho com os relatos orais

Muito tempo discorreu desde 1948 quando os gravadores possibilitaram o registro sonoro das memórias e, mais do que simplesmente utilizar as informações oriundas da oralidade, os pesquisadores se deram conta de que cada narrativa era constituída a partir de singularidades e assim, a História Oral estabeleceu também como um de seus critérios a análise do discurso presente nos relatos, ou seja, verificou-se que o caráter subjetivo presentes no documento oral devia ser

considerado quando do seu uso. Dessa forma, observamos que conceituar a História Oral como uma técnica não abrange a complexidade que acompanha esse tipo de documento. Complexidade essa que foi definida por Alessandro Portelli como sendo um discurso dialógico no qual se entrelaçam o entrevistador, o entrevistado e o material final como sendo produto de ambos (PORTELLI, 2001, p. 10). Assim, o documento oral extrapola o simples relato de experiências e torna-se o resultado de um produto mediado pelo encontro entre entrevistador que houve e o entrevistado que conta.

Mas, este é apenas um dos pontos a serem considerados numa entrevista. Esse método deve passar ainda por outros crivos avaliativos como questões gramaticais e a definição da identidade sob a qual o depoente se coloca. Fica ainda o registro que, não obstante o estatuto alcançado pelas fontes orais ser o mesmo que das escritas, imagéticas e audiovisuais, é valido que informações presentes nos relatos devem ser objeto de confronto com outros documentos não no sentido de validá-las a partir dos últimos, mas como uma forma de verificar em que medida o depoimento revela, confronta, inova ou mesmo “inventa” novos dados por vezes com interesse de agradar o entrevistador. Uma forma de evitar esse tipo de “ajuda” é realizar mais de uma entrevista e comparar as informações.

Com relação às questões gramaticais, o crivo da avaliação deve compreender a análise dos pronomes e tempos verbais utilizados e, sobretudo, o tempo e o espaço presente na narrativa. Aliado a esse escrutínio gramatical, a socióloga Gabriele Rosenthal considera essencial que os papéis sociais nos quais o entrevistado se auto reconhece também sejam definidos assim como seus pontos de vista e códigos de ética. O levantamento dos pronomes pessoais “eu” e “nós” por exemplo, é essencial para estabelecer se o entrevistado se posiciona como sujeito ou objeto perante os fatos experienciados ou como observa Rosenthal, verificar “a ordem da inter-relação primordial do ‘mundo’ e do ‘eu’” apresentada pelo mesmo (ROSENTHAL, 2001, p. 196). E, ao verificar-se essa ordem é essencial ao pesquisador que compreenda que há na narrativa uma linearidade que lhe é própria é que é dada pelo depoente. Perder de vista essa linearidade e analisar somente partes do depoimento é, segundo Rosenthal, “rigorosamente proibido” sob pena de perder a *gestalt* ou identidade do

depoente que se revela, por exemplo, na incidência dos pronomes pessoais citados acima.

Contudo, há que se refletir sobre o fato de que um indivíduo pode apresentar mais de uma identidade. Não se questiona o fato de que em alguns casos, uma dessas identidades aflore com mais intensidade em alguns momentos e menos em outros. Mas, deve-se ter em mente que quando o pesquisador chega para entrevistar um provável depoente ele apresenta as razões de sua vinda, ou seja, o pesquisador, ao esclarecer o porquê daquela entrevista e para qual fim ela será utilizada, de certa forma, já está induzindo o depoente a adotar um tipo de posicionamento – ou "identidade" – que ele acha que seja coerente com o pretendido pelo historiador. Todos esses passos criteriosos têm, por objetivo dar forma, ou construir, uma figura na qual se vislumbre o rosto do entrevistado dimensionando como ele próprio se posiciona perante a vida.

Como os depoimentos ainda não foram coletados, é impossível fazer uma descrição apurada das condições sob as quais as fontes foram criadas. Resta-nos, por hora, estudar as teorias e metodologias propostas e, após resolvidas as questões legais, colocá-las em prática e descobrir os rostos dos depoentes, sua identidade perante o evento e o mundo, e por meio dessas informações, dos ditos e não-ditos e escrever um capítulo acerca da religiosidade católica maringaense.

REFERÊNCIAS

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral***.** São Paulo: Loyola, 2000.
BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 196, DE 10 DE OUTUBRO DE 1996. Brasília, DF, out 1996. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 03 jan. 2018.
BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. Brasília, DF, dez 2012. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 03 jan. 2018.
BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 510/2016, DE 07 DE ABRIL DE 2016. Brasília, DF, abr 2016. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/nova-resolucao-5102016-de-etica-na-pesquisa>. Acesso em: 03 jan. 2018.
GARUTTI, Selson. **O poder do Anel na diocese de Maringá**. 2006. 111 f. Dissertação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Escrita e Digital.

PEREIRA, Marcia. M. **A igreja católica em Maringá e a gestão de Dom Jaime Luiz Coelho (1947-1980)**. 2007. 87 f. Dissertação – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Escrita e Digital.
PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22. j. 2001. p. 9-36.
REVISÃO ÉTICA NA PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00857.pdf> Acesso em: 03 jan. 2018.
ROBLES, O. **História da Igreja Católica em Maringá**. Maringá: Sinergia Casa Editorial, 2017.
ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a *gestalt* das autobiografias e suas conseqüências metodologias. In: FERREIRA, Marieta. M.; AMADO, Janaina. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 196.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO E O EXEMPLO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Daniel Sartori Borges
(UEL)

Resumo. O seguinte trabalho busca refletir sobre a relação entre violência e Estado. À luz da teoria do Estado e da historiografia serão levantadas questões referentes ao monopólio da violência da qual o ente estatal goza de sua suposta legitimidade como mecanismo de manutenção da ordem do convívio social. Também será abordado o aspecto da violência como questionadora do Estado e da dominação, bem como instrumento de fundação de um novo Estado. Por último, a Ditadura Militar brasileira é analisada para elucidar, enquanto exemplo de utilização da violência por parte do Estado, os abusos e mecanismos que justificam a violência para a garantia da ordem. O trabalho tem como objetivo refletir sobre o uso da violência enquanto instrumento mantenedor da ordem, bem como questionar o significado dessa "ordem" na qual as instituições buscam justificar o uso da força.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Um dos traços fundamentais que marca e busca garantir o poder do Estado é o uso da violência dentro dos padrões da legalidade. Embora a ação violenta possa ser compreendida como uma característica natural dos animais para se resolver conflitos, nas organizações institucionais humanas modernas a permissão de se fazer uso dessa ferramenta é concedida apenas àqueles aparatos que são parte do que entendemos como Estado.

Mesmo que não caiba aqui discutir de forma aprofundada a origem histórica do Estado, é importante fazer alguns apontamentos quanto à origem do termo e levantar discussões sobre o que ele significa para melhor debater sobre o funcionamento, e possível legitimidade social, do monopólio da violência da qual o Estado faz uso para se perpetuar.

A denominação *Estado* (do latim *status* = estar firme), significando situação de convivência permanente e ligada à sociedade política, aparece pela primeira vez em "O Príncipe" de Maquiavel, escrito em 1513. Por ter surgido no século XVI, muitos autores não admitem a existência de um Estado antes dessa marca. Entretanto, a tese sobre o Estado não se reduz ao nome, mas sim a um tipo de sociedade política com características bem definidas. Por esse motivo, aqui será compreendido o Estado como uma sociedade política que, com autoridade superior, fixa as regras de convivência de seus membros. Portanto, a nomenclatura é aplicada a todas as sociedades que compartilhem dessa forma de organização, sejam elas anteriores ou não ao século XVI. (DALLARI 2005)

Quando surgiu esse ordenamento social - pautado em uma autoridade superior que fixa as regras de convivência de seus membros - ainda não se sabe com clareza. Algumas teorias, como as chamadas *naturalistas* dirão que o Estado surgiu de forma natural, como algo espontâneo das sociedades humanas. Por outro lado, outros teóricos, como os *contratualistas*, afirmarão que tal ordenamento surgiu por meio de um acordo entre indivíduos por diversas causas, sendo elas de teores familiares, econômicos ou de desenvolvimento interno da sociedade. Não cabe aqui discutir tais teorias, contudo, é importante perceber que essas ideias fundamentam (ou justificam) a existência desse "ente" superior que tem como função organizar a convivência das

sociedades humanas e que tem à sua disposição a premissa do uso da violência para garantir sua função.

O monopólio da força do Estado é justificado na manutenção da ordem. Contudo, é necessário refletir sobre o que significa essa ordem, pensar, afinal de contas, o que quer dizer "organizar a convivência das sociedades humanas". Uma sociedade organizada seria aquela em que há uma estabilidade absoluta, que toda e qualquer mudança é vista como ameaça e em que o Estado, enquanto ente fundamental da manutenção da ordem, deve utilizar de quaisquer recursos para alcançar seus objetivos? Ou seria a dinâmica social e o questionamento da ordem imposta fundamentais para o convívio, uma vez que os seres humanos, pelo princípio da contingência, modificam suas maneiras de se relacionar entre si e com a própria natureza exterior a eles? Em outras palavras: seria toda e qualquer forma de distúrbio da ordem imposta uma ameaça ao convívio social ou alterações na ordem devem ser aceitas e compreendidas como possibilidade de um melhoramento da convivência? Diante destes dilemas, quais violências por parte do Estado seriam legítimas ou não? Essas são questões ainda em debate que serão retomadas mais adiante.

A permissão à ação violenta do Estado pode ser compreendida também como uma questão de poder. Walter Benjamin em "O anjo da história", analisa, dentre outras coisas, o poder como violência. Em determinado momento, o autor reflete, à luz do Direito positivo, sobre a explicação histórica de determinado poder (ou violência):

> Sugerimos já que o Direito positivo exige a toda forma de poder uma explicação sobre a sua origem histórica, da qual depende, em determinadas condições, a sua legitimidade, o ser ou não sancionado. Uma vez que o reconhecimento da legitimidade do poder se manifesta de forma mais palpável na obediência aos seus fins, por princípio sem resistência, pode considerar-se como base hipotética para a classificação dos poderes a existência ou falta de um reconhecimento histórico universal dos seus fins.[226]

Distinguindo a violência em formas sancionadas ou não, ou seja, violência "permitida legalmente" ou não, o autor argumenta que a legitimidade de determinado poder se manifesta na obediência a seus fins, ou no reconhecimento histórico universal dos seus fins. Ou seja, o uso da violência seria legítimo (ou justificado) uma

[226] BENJAMIN, W, 2012, p. 125

vez que houvesse obediência histórica aos fins que busca alcançar, sejam esses fins a ordem, o lucro ou o progresso, por exemplo.

É importante notar que essa premissa de uso da violência justificada com base no reconhecimento histórico de seus fins não se manifesta apenas visando a manutenção do Estado. A utilização da violência justificada na obediência a fins reconhecidos historicamente também pode ser percebida em determinadas lutas contrárias ao poder do Estado, principalmente quando uma significativa parte do povo se sente mais refém da violência estatal do que protegidos por ela.

Frantz Fanon em “Os Condenados da Terra”, analisando o processo de independência da Argélia, defende a ideia de que não é possível haver descolonização sem que exista violência no processo. A violência seria, segundo sua concepção, a marca principal da relação colonial, sendo o processo de colonização um processo violento. Uma vez que a dominação da metrópole sobre a colônia se deu de maneira violenta, também o processo de descolonização haveria de ocorrer nesses termos.

> A violência que presidiu o arranjo do mundo colonial, que ritmou incansavelmente a destruição das formas sociais indígenas, que arrasou completamente o sistema de referências da economia, os modos da aparência e do vestuário, será reivindicada e assumida pelo colonizado no momento em que, decidindo ser a história em atos, a massa colonizada se engolfar nas cidades interditas.[227]

Nesse caso a violência pode não ser entendida, a princípio, como violência de Estado. Ao contrário, poderia ser percebida como um processo de violência contrário à organização estatal. Contudo, uma vez que sua finalidade é a constituição de uma nação e de um novo Estado independente, e esse processo de construção se daria, inevitavelmente, eliminando aqueles que impedem a prosperidade e harmonia da nação, talvez seja possível também analisar esse processo violento como parte da função de organização de um Estado.

A violência que marca o processo de descolonização também é a violência que congrega as massas. Os grupos se reconhecem entre si em uma única direção, em um único sentido. Ao final da luta pela libertação, e no momento em que ocorre o

[227] FANON, F, 1968, p.30

processo de construção da nova nação, a violência se torna símbolo da nação, sendo os mortos em batalha consagrado como heróis - muitas vezes seus nomes são utilizados para batizar praças e até mesmo feriados nacionais. Toda aquela violência, *a priori*, contrária à ordem do Estado, se torna agora o fundamento da organização e harmonia de um novo Estado.

Fica claro, portanto, o quão complexa é a relação entre violência e Estado. Em certo momento ela é percebida como instrumento legítimo para perpetuar o poder e estrutura estatal e garantir sua ordem, em outro momento, entretanto, se mostra como força que busca destruir o Estado, ao mesmo tempo em que se propõe a instaurar outro.[228] Por esse caráter ambíguo da violência em sua relação com o Estado é que o próprio aparato estatal busca formas de impedir que o poder da violência saia de suas mãos.

Anteriormente foi questionado qual o significado da "ordem" que o Estado faz uso da violência para defender. Recorrendo novamente a Benjamin, o autor propõe uma reflexão que permite ampliar o sentido desse questionamento e, talvez, fazer notar que "organizar a convivência das sociedades humanas" não significa, necessariamente, buscar a melhor forma de convívio entre as pessoas. Segundo o autor

> O Direito [Estado] vê o poder nas mãos de pessoas individuais como um perigo de subversão da ordem estabelecida[...]. Talvez tenhamos antes de dar atenção à surpreendente possibilidade de o interesse do Direito pela monopolização do poder [violência] em face da pessoa individual não se explicar pela intenção de garantir os fins de Direito, mas antes o próprio Direito.[229]

A reflexão sugerida por Benjamim é bastante salutar. Antes de buscar compreender qual o significado de "ordem" para o funcionamento do aparato estatal, parece fundamental compreender que o Estado, enquanto instituição fundamentada no poder, tem por objetivo principal não a garantia do bom convívio dentro de uma sociedade, mas a garantia de seu *status quo*, a perpetuação de si próprio antes de

[228] Dalmo Dallari em *Elementos de Teoria Geral do Estado* entende a formação de um Estado por meio da independência com relação a outro como "Formação Derivada do Estado por meio de Fracionamento".
[229] BENJAMIN, W, 2012, p. 127

mais nada. Nesse sentido, o Estado usa do Direito para decidir quando deve ser utilizada a violência e contra quem, definindo como bem entender quem são os inimigos que o ameaçam.

Episódios de grande tensão política podem expressar melhor a base violenta na qual o Estado tem se fundamentado. O período da Guerra Fria - em que forças ideológicas capitalistas e socialistas disputavam espaço tanto na política quanto no campo das mentalidades - expressa com bastante clareza essa situação. Nesse momento, na América Latina por exemplo, diversos Estados adotaram posturas cada vez mais violentas para com sua população fazendo uso indiscriminado da força sob a justificativa da manutenção da ordem contra as forças que ameaçavam o Estado. O caso da Ditadura Militar Brasileira pode servir de exemplo para melhor elucidar essa situação.

Em 1964, por meio de um golpe de Estado, as forças armadas tomaram o poder do Estado brasileiro depondo o então presidente João Goulart. O Golpe se deu com base no argumento de que os militares defenderiam a democracia e livrariam o país da corrupção e do comunismo. Porém, a partir dos Atos Institucionais (AI), instrumentos utilizados pelos presidentes para institucionalizar a repressão, foram expostas as reais intenções do regime.

Não cabe aqui analisar quais as motivações do golpe, temática ampla que conta com uma vasta literatura sobre. Porém é importante notar que, concordando com José Murilo de Carvalho (2004), os militares buscavam o poder desde a proclamação da República, tendo se preparado para o governo dentro da Escola Superior de Guerra (ESG), elaborando doutrinas de segurança nacional e estudos sobre os principais problemas nacionais. Organizados para assumir o poder, quando o fizeram, iniciaram uma intensa atividade para suprimir os principais focos de oposição, garantindo, por meio da força, sua permanência no poder.

Por meio dos Atos Institucionais, diversas modificações foram feitas no funcionamento do Estado, dando início à repressão. Direitos políticos foram caçados, aposentadorias forçadas de funcionários públicos civis e militares foram utilizadas como forma de eliminar oposições, ocorreram intervenções em sindicatos e até mesmo invasões militares e fechamento forçado de sedes de movimentos organizados.

Comissões de inquéritos foram criadas no intuito de apurar crimes de corrupção e subversão. As mais famosas foram os Inquéritos Policiais Militares (IPMS), o que desencadeou perseguições, torturas e assassinatos dos opositores ao regime, uma vez que aos IPMS ficavam sujeitos os responsáveis “pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária”[230], o perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar as perseguições, mesmo que os perseguidos não fossem de fato opositores do governo ou comunistas.

Ainda em 1964, um passo importante no controle dos cidadãos foi dado com a criação do Sistema Nacional de Informações (SNI), que tinha como objetivo principal a coleta e análise de informações pertinentes à segurança nacional, à contra informação e à informação sobre questões de subversão interna. O SNI se transformou em um centro de poder tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria contra o “inimigo interno”. Quatro anos após a criação do SNI foi editado o Ato Institucional 5, que ficou marcado na história do Brasil como ponto inicial do momento de maior repressão da ditadura.

O AI-5 atingiu profundamente os direitos políticos e civis. O congresso foi fechado, fazendo com que o presidente, general Costa e Silva, governasse ditatorialmente. Houve suspensão do *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, além disso todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial. Ao mesmo tempo ocorreram diversas cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos. Em resposta à repressão, grupos de esquerda radicalizaram, agindo na clandestinidade adotaram táticas militares de guerrilha, os principais grupos de oposição armada foram a Aliança de Libertação Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Uma luta desigual entre oposição e repressão marcou os anos 70.

A máquina repressiva do governo cresceu rapidamente, tornando-se praticamente autônoma. Se nos anos iniciais da ditadura o sistema de repressão não correspondia às expectativas do governo, a partir de 1969 foi elaborada uma integração dos organismos repressivos. Organizou-se uma operação piloto, a

[230] FAUSTO, B, 2009. p. 467.

Operação Bandeirante (OBAN), em São Paulo, que visava coordenar os serviços repressivos, sendo composta por efetivos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Política Estadual, do Departamento de Polícia Federal, da Polícia Civil, da Força Pública, da Guarda Civil além de civis paramilitares. A OBAN foi aprovada pelo regime militar enquanto experiência de centralização das ações repressivas. Buscando estender esse formato para todo o país, nasceu o Departamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, o DOI-CODI, que, chefiado por um alto oficial do Exército, se tornou o primeiro posto de repressão política do país. É importante lembrar que embora o DOI-CODI fosse o maior órgão de repressão do país, outros órgãos mantiveram suas atividades repressivas independentes, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), as delegacias regionais da Polícia Federal, entre outros.

A oposição foi duramente atacada. Os grupos armados praticamente desapareceram. Líderes da luta como Carlos Marighella (ALN) e Carlos Lamarca (VPR) foram assassinados, a guerrilha urbana foi liquidada pelo aparelho repressor e a oposição legal chegou ao seu nível mais baixo. A violência causada pelo Estado deixou marcas e medos presentes ainda hoje.

Ao final do governo Médici (1969 – 1974), ápice da repressão política, a temática dos direitos humanos, que antes da ditadura era um elemento praticamente ausente na pauta política nacional, passou a ganhar notoriedade, uma vez que denúncias de tortura eram relatadas cada vez mais com mais frequência pelos presos sobreviventes. Até mesmo internacionalmente a imagem do Brasil se desgastou.

Flávia Piovesan (2011) faz uma análise a respeito de dez casos de detenção arbitrária e tortura cometidas durante o regime autoritário militar. Fundamentadas na Declaração Americana dos Direitos do Homem e submetidas à apreciação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no período de 1970 a 1974, as denúncias constatavam que eram vítimas da repressão líderes da Igreja Católica, líderes de trabalhadores, estudantes, professores, advogados e diversos outros profissionais.

Consta no livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, organizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que cerca de 50 mil pessoas teriam sido detidas nos primeiros anos do regime, em torno de 10 mil

cidadãos teriam vivido em exílio em algum momento do longo período, 130 pessoas foram banidas do país, 4.862 tiveram cassados seus mandatos e direitos políticos, além de professores, estudantes e diversos outros cidadãos que tiveram seus direitos violados. Ainda, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – instituída pela Lei nº 9.140/95 – analisou e investigou mais de 400 casos de mortes e desaparecimentos de opositores políticos por autoridades do Estado durante o período 1961 – 1988.

É possível perceber, diante das discussões aqui feitas, o uso indiscriminado da violência por parte do Estado utilizando do argumento de que estaria garantindo a ordem e lutando contra os inimigos da nação. Essa argumentação tinha função de dar legitimidade para as práticas violentas e proporcionar um clima tenso e de constante medo do inimigo. Entretanto, a ameaça de um grande inimigo do Estado não se mostra factível. Muitas pessoas foram presas pela Ditadura Militar, e até mesmo torturada e morta, sem que fossem de fato inimigos do regime. O medo esquizofrênico que marcou o regime ditatorial transformou toda e qualquer pessoa em uma vítima em potencial do regime.

OBJETIVOS

Esse trabalho possui o objetivo de refletir sobre a relação entre violência e Estado, sendo a violência um instrumento, dentro de certas formas legais, de manutenção do Estado.

É também intenção aqui notar o aspecto da violência como questionadora do Estado e da dominação, bem como instrumento de fundação de um novo Estado, havendo, portanto, uma relação ambígua entre esses dois aspectos da realidade analisados.

Em termos de elucidação, é intenção analisar a Ditadura Militar brasileira enquanto exemplo de utilização da violência por parte do Estado, expondo os abusos e mecanismos que justificaram a violência para a garantia da ordem e manutenção do regime

RESULTADOS

A postura adotada pelo Estado brasileiro durante a Ditadura Militar corrobora a tese de Benjamin de que antes de mais nada o Estado, componente da sociedade civil e envolto nas disputas de poder que dela fazem parte, busca garantir seu poder e sua existência, e que para isso faz uso dos mecanismos jurídicos e burocráticos (Direito) para dar legitimidade às suas ações, mesmo que sejam, inclusive internacionalmente, reprováveis aos olhos da sociedade. Por outro lado, a parcela da sociedade que discorda das ações do Estado e compreende que seus mecanismos - mesmo que em tese sirvam para combater o abuso de poder - por finalidade tendem a garantir o *status quo*, recorrem também à violência, voltada para o Estado, no intuito de alterar a dinâmica social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se de um lado o Estado, para garantir sua sobrevivência, tem à sua disposição a liberdade de utilizar da violência contra aqueles que considera uma ameaça, e por outro, as sociedades apresentam ao longo da história um movimento dialético de constante mudança e crítica ao *status quo*, seria possível concluir que a existência do Estado significa inexoravelmente a existência da violência como forma de resolução dos conflitos humanos.

Em contrapartida, não é conveniente ao próprio ente estatal se fazer perpetuar apenas por meio da violência. Um conflito explícito e ininterrupto entre Estado e população é desgastante para ambas as partes e raras vezes é eficiente para a manutenção da ordem e perpetuação do Estado. Por esse motivo os Estados contemporâneos, principalmente as democracias, buscam (teoricamente) resolver os conflitos da sociedade por outros meios que não os meios violentos. Contratos jurídicos que envolvam as partes do conflito são muitas vezes tidos como uma forma de resolver pacificamente determinados conflitos. O parlamento representaria essa relação. Uma vez que os parlamentares (em teoria) representam a vontade da população, caberia a eles expor os descontentamentos com a forma como o Estado vem atuando e propor formas pacíficas de resolução desses descompassos entre Estado e população.

De fato esses “contratos jurídicos” ou “acordos jurídicos” podem ser citados como a busca pela resolução dos conflitos de forma pacífica, contudo

> Por mais pacífico que tenha sido o clima que levou as partes a firmá-lo [o contrato jurídico], um contrato desse tipo pode acabar sempre por conduzir à violência, porque concede a cada uma delas o direito de reclamar o recurso a alguma forma de violência contra a outra, no caso de esta violar o contrato.[231]

Seria possível então pensar uma maneira pacífica de convivência? Ou seria o ser humano uma espécie, assim como tantas outras, incapaz de promover o convívio entre pares pacificamente?

Essa ainda é uma questão a ser debatida e não cabe aqui propor grandes conclusões sobre essa temática. O intuito deste trabalho foi de expor a relação íntima entre a violência e o Estado, buscando exemplificar suas contradições e possibilidades a luz de alguns episódios que marcam a história recente da humanidade.

Contudo, buscando contribuir para a reflexão anteriormente levantada, é importante retomar Benjamin quando ele afirma que

> O entendimento sem violência encontra-se por toda a parte onde a cultura do coração ofereceu às pessoas meios puros para se entenderem. Aos meios legais e ilegais de toda a espécie, todos eles expressão da violência, podem contrapor-se, como meios puros, os que renunciam à violência. Os seus pressupostos subjetivos são a delicadeza, a simpatia, o amor da paz, a confiança e outras qualidades que poderíamos acrescentar. Mas é a lei – cujas imensas implicações não podemos comentar aqui – que determina a sua manifestação objetiva, dizendo que os meios puros nunca poderão servir para soluções diretas, mas apenas mediatizadas[232]

Referências

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil**: 1964-1984. Bauru: EDUSC, 2005.
BENJAMIN, W. Sobre a crítica do poder como violência. In: BARRENTO, J (org.) **O anjo da história.** Rio de Janeiro: Autêntica, 2012

[231] BENJAMIN, W, 2012, p. 145
[232] BENJAMIN, W, 2012, p. 149

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à Memória e à Verdade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2009.
FON, A. C. **A História da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1979.
PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional.** São Paulo: Saraiva, 2011.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A TRAJETÓRIA DE JEAN-MAURICE FAIVRE E OS ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EXPERIÊNCIA DA COLÔNIA THEREZA CHRISTINA (1847-1858)

Alef Guilherme Zangari da Silva – Bolsista (CAPES)
Ângelo Aparecido Priori (Orientador)
(Universidade Estadual de Maringá)

Resumo. O objetivo deste trabalho é compreender a biografia de Jean Maurice Faivre, responsável pela fundação da Academia Nacional de Medicina e da Colônia Thereza Cristina. A Academia Nacional de Medicina foi fundada na cidade do Rio de Janeiro em 1829, e tinha como objetivo contribuir para o estudo, a discussão e o desenvolvimento das práticas da medicina, cirurgia, saúde pública e ciências. Já a Colônia Thereza Christina, fundada em 1847, na Província do Paraná, caracterizou-se na filosofia dos socialistas utópicos como Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825) que formularam os princípios do pensamento socialista e movimentaram muitas atitudes praticadas no Velho e Novo Mundo. Essa experiência agrícola, que deu início ao primeiro processo de cooperativismo no Brasil. Na Colônia adotou-se um sistema anti-escravocrata em tempos que a escravidão era vista como algo normal. Este sistema tornou a produção agrícola mais exitosa do que regiões escravistas conhecidas, como Ponta Grossa, Castro e Guarapuava. Faivre esperava que esta colônia fosse exemplo para outros lugares da província. Nesse sentido, essa pesquisa, além de se basear em uma revisão bibliográfica sobre o tema, utilizará como fontes os Jornais "Dezenove de Dezembro" e o "Correio Official", além de relatórios de governo preparado por Jean-Maurice Faivre encaminhado ao Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, por meio dos quais expunha uma prestação de contas da situação da entidade e da colônia.

Palavras-chave: Biografia; Academia Nacional de Medicina; Socialismo utópico; Paraná.

Financiamento: CAPES

Introdução/Justificativa

Jean-Maurice Faivre chega ao Rio de Janeiro em 1826, ano que conclui o curso de medicina em Paris, o Brasil passava por um dos períodos mais conturbados de sua história, tanto político quanto econômico e é nesse período que Faivre vem viver no Brasil.

Ao chegar ao Brasil, se depara com um país arcaico comparado a França em termos de saúde pública, ainda aqui, eram comuns práticas utilizadas por costumes de curandeiros. Com intuito de melhorar as condições de saúde pública no Brasil, o médico inicia um trabalho que visava o atendimento à população em geral, devido a sua qualidade profissional, logo passa atender a corte e a elite e, também passou a consultar aqueles que não tinham condições de pagar por uma consulta de forma gratuita (FERNANDES, 1996).

O Dr. Faivre juntamente com alguns outros colegas achava que o exercício da medicina no Brasil após sua independência necessitaria da presença de um órgão institucional para que pudessem trocar informações através de pesquisas realizadas pelos colegas de profissão para contribuir no avanço da medicina e da ciência, pois também precisavam auxiliar as autoridades governamentais sobre higiene e saúde pública.

Devido à precariedade que era a saúde pública no Brasil, Faivre, De-Simoni, Meirilles, Sigaud e Jobim, esses cinco médicos decidem criar a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, a primeira reunião para levar adiante o ambicioso projeto ocorreu no dia 28 de maio de 1829 na casa do senhor Dr. Sigaud[233].

> Aos 28 dias do mês de Maio do ano de Nosso Senhor, 1829. Cidade do Rio de Janeiro, na casa do Sr. Dr. José Francisco Sigaud, sita a rua do Rosario n 185, acharam-se presentes, e reunidos, as 7 horas da noite, os Srs Drs. José Francisco Sigaud – Joaquim Candido Soares de Mairelles – João Mauricio Faivre – José Martins da Cruz Jobim – e Luiz Vicente de Simoni, redigente a presente act.(...)todos de comum acordo resolverão de empregar suas luzes e esforços para efeituar n' esta muito leal e heroica Cidade do Rio de Janeiro, a instituição de huma Sociedade de Medicina, destinada a promover a illustração, progresso e propagação das Ciências Medicas, a socorrer grátis com seus conhecimentos e conselhos os pobres nas suas enfermidades, e a beneficiar geralmente a humanidade, favorecendo e velando a

[233] A primeira ata escrita por esses cinco médicos e assinada por eles se encontra em perfeito estado de leitura nos arquivos da entidade.

> conservação e melhorando da Saude Publica.(...) (RIO DE JANEIRO, 1831, S/P).

O número de participantes aumentava no decorrer de cada reunião, e com isso se tornava nítida a importância dessa instituição a população, pois se tratava de assuntos em que discutiam questões de saúde pública, desenvolvimento das práticas da medicina, cirurgia e ciências.

Em 1835 após seis anos da criação da entidade foi decretado a última reunião como entidade que contou com a presença do D. Pedro II junto com seu Regente Francisco de Lima e Silva. A instituição a partir de 1835 passou a ser decretada como Academia Imperial de Medicina, desde as primeiras reuniões até em 1845 Faivre se encontrava sempre presente nas reuniões, após a criação da colônia ele se desliga da Academia (FERNANDES, 1996).

Após Faivre trabalhar no Rio de Janeiro como médico da corte e também em Goiás, após atender estas duas regiões brasileiras e ver o quanto a população sofria com a falta de auxilio público. Poucos, se não raros, tiveram a história deste colonizador, o Império já estaria grato aos seus feitos, porém seu principal feito ainda estava por vir. A Colônia Thereza Christina foi seu maior legado.

A colonização francesa ocorrida no Vale do Rio Ivaí de 1847 a 1858, apresentou em sua formação, aspectos que ultrapassaram o genérico âmbito socioeconômico e político gerador das tradicionais colonizações na América do século XIX. A colônia Thereza Christina pertenceu a um universo que a historiografia denomina como socialismo utópico[234], caracterizou-se pela sua postura antiliberal.

O pensamento liberal é o próprio individualismo que, ao defender a propriedade privada, contrapunha-se a entidade coletiva, ao propor a liberdade econômica, deixava a produção, a comercialização e a distribuição de riqueza a mercê das elites[235].

234Sinônimo taxado como socialismo irrealizável. Discordavam da realidade existente e de algum modo tentam modifica-la. (BUBER, 1986). A palavra utopia, vem do grego (“u” negação e “topos” lugar) ou seja, lugar, terra que não existe, serviu de título a um romance de Thomas More, nos princípios do século XVI.

235 Sobre o senário francês do século XIX, descreve Armand “Egoísmo feroz dos ricos, especulações, ruinas brutais de fortunas escandalosas, desonestidade fundamental do comércio, insegurança das classes médias, anarquia da produção, ameaça constante de desemprego e fome, miséria, ignorância e ausência de toda a consciência de classe nas massas operárias e camponesas, permanecia enfim, através da desordem econômica e acima das revoluções políticas e das mudanças de regime, um desenvolvimento capitalista cego”(ARMAND e MAUBLANC, 1984, p.31). Momento em que a civilização

Na Europa, acontecia manifestações contrarias as ordens liberais, motivando o surgimento de um novo processo político que originou o surgimento da classe operário europeia.

Os autores que tiveram estas primeiras posturas antiliberais e de essências socialistas, destacam-se Robert Owen (1771-1858), Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837) e outros[236], conheceriam na segunda metade do século XIX, um acaso determinado não só pela vitória do liberalismo, mas também, pelo desenvolvimento do socialismo libertário e socialismo marxista. Foram amplos observadores e críticos de seu tempo ao questionar de forma decisiva, o panorama de transição da Idade Moderna para Idade Contemporânea. (CERRONI, 1975).

> O termo socialismo parece ter sido usado principalmente na Itália em 1803, mas um sentido diferente do que passou a ter mais tarde. Em 1827 o termo socialista era empregado no Cooperative monager para designar os adeptos da doutrina cooperativa de Robert Owen; e socialismo apareceu em 1832, no jornal Le Globe, para caracterizar a doutrina do conde de Saint-Simon. Daí em diante ambos os vocábulos foram comumenstes utilizados na França, na Inglaterra, na Alemanha e nos EUA. (UNESCO, 1991, p.1138).

Os pensadores utopistas daquele período problematizaram as polêmicas referente ao quadro de pobreza da classe trabalhadora europeia e criavam formas de combater as injustiças sociais, por meio de um novo modelo de relação entre capital e o trabalho.

Os autores pioneiros desse sistema embora estejam neste mesmo grupo, cada autor possui peculiaridades em sua forma de pensar e articular suas propostas de transformação da sociedade.

Robert Owen acreditou que era possível modificar a vida dos trabalhadores através de um modelo de associação, pois nela, eliminaria o lucro e a concorrência. Também intitulou um movimento chamado “Novo Mundo Moral”, que pregava a construção de um novo mundo através de colônias ou comunidades, com objetivo de

---

do Velho Mundo se encontra desordenada; as formas de produção, o comércio e as instituições, levando os homens a viverem em total miséria.

236Essa nova política vai se formando com o surgimento de novos pensadores que apresentaram propostas alternativas aos novos problemas sociais. Os autores citados, possuíram pontos em comuns básicos que nos servem de critérios para caracterizá-los como representantes da nova corrente.

dissolver as grandes indústrias e retornar o velho sistema rural, Owen também competia com o pensamento de Saint-Simon. (SCHNEIDER, 1999).

Já Saint-Simon, apresentava a proposta dos cooperados serem governadas por uma elite de sábios e apoiava o progresso da industrialização, mas acreditava que todo esse processo do desenvolvimento deveria ser modificado devido a exploração dos patrões aos empregados. Do seu modo de pensar a sociedade, formula uma teoria que prima pelo livre mercado e por um sistema não propriamente democrático, pois prevê a hierarquização e a elitização da sociedade (PETITFILS, 1978).

Charles Fourier, não aceitava o processo de industrialização, encontrava contradições desse sistema. Segundo Mladenatz (2003), Fourier combate a indústria, acusando Owen e Saint-Simon de charlatanismo ao prometerem a associação e o progresso. Fourier não adotava a denominação de socialista utópico, pois, para ele, a utopia já era vista como algo não consolidado e, por pensar dessa forma, tenta utilizar métodos eficazes para elaborar um plano concreto.

Nesse dado momento histórico em sintonia com os ideais de Fourier, a sociedade movia-se em direção a uma nova “esfera pública”, mantendo os princípios da individualidade pois se mantinham a propriedade, a hereditariedade e o lucro, inclusive o do capital. Através dessas características Fourier pode ser considerado pioneiro quanto ao cooperativismo popular e, ainda, do cooperativismo de crédito (MLADENATZ, 2003).

Apesar da era no socialismo utópico ser muito breve, ocupou um importante patamar na oposição ao liberalismo clássico. Os socialistas utópicos acreditavam ter encontrado a resposta para solucionar os problemas sociais da realidade que viviam. Conseguindo formar um grande número de adeptos e discípulos, obtiveram resultados devido a nova ordem capitalista que trazia consigo novos problemas a sociedade. A resposta oferecida por aqueles reformadores, supriram as necessidades daqueles descontentes.

É neste cenário que surge a Colônia Thereza Christina. Atores decepcionados pelas frustradas ações do Velho Mundo, acreditando que o Novo Mundo não apresentaria os obstáculos dos novos sistemas[237].

237 As autoridades europeias impediam as instalações das colônias utópicos, por se tratar de aspectos revolucionários e ser considerado uma ameaça ao governo local.

Faivre foi quem proporcionou os princípios da colônia, nela todos trabalhavam sem exceção. Todas as famílias eram responsáveis pela produção de alimentos que no mínimo dessem para sua subsistência, tudo que era colhido na colônia era armazenado, cada indivíduo retirava os grãos que achavam necessário para sua alimentação. Visto que o suspeito que consumia mais que produzia era expulso da colônia. (FAIVRE, 1857).

A Colônia Thereza Christina passou aprimorar as técnicas agrícolas, através de um sistema cooperativista e uma agriculta modernizada e uma política anti-escravocrata, faz dela entre os anos de 1850 a 1870 uma exportadora de produtos alimentícios para regiões da província paranaense. (DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1870).

A Lei Eusébio de Queiroz, pôs fim ao tráfico negreiro e, a situação dos fazendeiros de café de São Paulo se complicou, uma vez que a lei proibia a entrada de escravos africanos no país, o que acentuou a escassez de mão-de-obra no país, tal situação levou os fazendeiros paulistas passaram a comprar escravos de outras regiões, sobretudo das vizinhas províncias de Minas Gerais e do Paraná (WACHOWICZ, 1988).

Os escravos do Paraná estavam envolvidos com atividades agrícolas, então com a venda deles para os fazendeiros paulistas, a produção de alimentos começou a diminuir e a afetar o abastecimento. O resultado prático desse contexto foi um aumento do custo de vida para a população paranaense, pois os produtos alimentícios chegaram a subir 200% em 1852 (WACHOWICZ, 1988).

Em contraste com todo Império a colônia Thereza Christina não se encontrava em crise com produtos alimentícios, pois tinha um sistema anti-escravista isso quase a meio século da Lei Áurea fator que contribui para que não houvesse crise no setor agrícola da colônia, pois nela existia um sistema de cooperativismo e todos trabalhavam sem exceção.

> (...) foi hontem somente que eu tive conhecimento da circular do Governador da Província enviado por V.S ao Diretor desta Colônia, perguntando quais as causas da elevação dos preços dos gêneros alimentícios(...). A carestia

> hem geral nos grandes como nos pequenos mercado aqui estes gêneros não tem faltado, todos comem. (...). (FAIVRE, S/P 1857).[238]

Faivre explica ao Presidente da comarca municipal de Guarapuava que o Presidente da Província gostaria de saber sobre as faltas de produtos alimentícios em toda a colônia, porém Faivre explica que a crise ainda é desconhecida em sua colônia, pois nela todas as famílias estão consumindo normalmente os alimentos.

Tal crise, não afeta em nada sua produção, pelo contrário, ainda tiveram que fornecer produtos alimentícios nas regiões de Guarapuava e Castro entre 1850 a 1870 como mostra em uma reportagem do jornal Dezenove de Dezembro.

> Na colônia Thereza; o terreno das margens do rio Ivahy produz trigo, café, centeio, canna de assucar, algodão e o arroz de que se abastece em grande quantidade Guarapuava e a comarca de Castro. (DEZENOVE DE DEZEMRO, p.2. 1870).

Algumas reportagens mostradas na época no jornal Dezenove de Dezembro que mostra a importância da Colônia Thereza Christina no processo da agricultura da região e retrata o quanto não passava por crise no setor agrícola.

Faivre não consegue explicar ao presidente da província a falta de alimentos nos mercados, pois foi uma época em que todos se perguntavam o porquê da crise. Thereza Christina é uma forma clara da teoria de Sergio Buarque de Holanda (1980), a falta de produtos alimentícios no mercado foi gerada pela falta de mão-de-obra escrava, como Thereza Christina era antiescravista não presenciou tal crise.

Como podemos ver a colônia Thereza Christina era avançadíssima para sua época, além da utilização da mão-de-obra livre contavam também com arado mecânico no processo da agricultura, apenas Thereza Christina e Curitiba contavam com tal modernização[239].

> (...) o executivo, após ouvi-lo, incumbiu-o da aquisição de diversos desses instrumentos agrícolas, na Corte. Ao volver, trazia consigo os dois primeiros, que foram empregados com excelente resultado em nossas culturas. Um deles foram levados ao Ivaí e ao outro, coube a tarefa mui edificante da lavratura da primeira gleba que se lhe adequou, nos risonhos campos

[238] Arquivo Público do Paraná Ap54. Vol2. p.5 1857.
[239] Segundo a Revista Siniátrica (1940) diz que Faivre foi o primeiro a aconselhar o governo paranaense na utilização de arado mecânico, o que faz a Colônia Thereza Christina ser a pioneira na mecanização dos solos nos sertões do Ivaí.

> curitibanos. E Faivre foi assim, o precursor de mais essa grandiloquente obra em nosso meio. (ALMEIDA, p.211. 1934).

Thereza Christina não apenas contava com a matéria bruta dos alimentos, mas também tinha a sutileza de refinar seus alimentos. Pelo fato, de ser colonizado por franceses à agricultura parecia ser o maior problema da colônia, pois bem, em pouco tempo todos passam a dominarem as técnicas agrícolas.

> Em 1858, existiam quarenta e três famílias na colônia Thereza, composta de duzentos e quarenta e quatro pessoas. (...) nove engenhos de cana, quatro alambiques, uma “fábrica de licores”, uma “fabrica de fumo”, olaria, forno de cal, moinho de atafona, máquina hidráulica de serras madeira, estando em vias de instalação uma outra, a vapor(...) (FERNANDES, p.221. 1996).

Todos os fatores citados mostram o quando a colônia Thereza Christina se diferenciava das demais colônias espalhadas por todo território nacional. Mesmo com todas essas características única na história do Brasil. A verdadeira importância desse trabalho é resgatar a história da Colônia Thereza Christina, em que sempre será a pioneira precursora do sistema econômico que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riqueza.

Resultados

A partir das análises bibliográficas, documentais e busca em arquivo histórico do Paraná, pode-se dizer que a Colônia Thereza Christina possui características singulares em relação as outras colônias da época. Com essas análises descobriu-se que há 41 anos antes da princesa Isabel assinar a lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil, a Colônia Thereza Christina já era abolicionista neste período de 1847, além do mais, foi pioneira em praticar o processo de cooperativismo no Brasil.

Com a criação desta colônia foi implantada um novo modelo de colonização na época, mesmo com a autenticidade destes elementos novos deste modelo, todas essas características únicas na história do Brasil, não são lembradas nem mesmo pela população local. A razão desta ausência da memória local pode ser justificada pela falta de estudos científicos sobre o tema, ou seja, o grande resultado desta pesquisa nesse sentido, é entender esse período da história paranaense, principalmente, da Colônia Thereza Christina.

Considerações Finais

Dessa forma, o artigo demonstrar a fundação da Academia Imperial de Medina e, como Jean-Maurice Faivre foi importante na realização de vários feitos pelo Brasil.

Adam Smith, David Ricardo, William Godwin e Thomas Malthus dominavam o cenário inglês com as teorias econômicas gerando grande influência para a Europa. Entretanto, neste mesmo cenário surge as teorias de Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837) e Saint-Simon (1760-1825), que se apresentam neste contexto, como um contraponto aos economistas tidos como clássicos, proporcionando uma nova visão sobre o mundo, marcada por novas relações de trabalho mais igualitárias.

Portanto o artigo atingiu seu objetivo apresentando o pensamento dos socialistas utópicos, sendo estes os pioneiros e, inspirando a formação de diversas colônias como é o caso da Colônia Thereza Christina, fundada por Faivre. Ao abordar sobre a influência de Faivre neste processo, influenciado pelo socialismo acima citado, demonstrou-se neste trabalho detalhes do processo de formação da colônia e sua importância não somente agrícola para outras colônias da região, mas também política, pelo fato desta ser uma colônia anti-escravocrata. Verificou-se com este trabalho que na Colônia desenvolveu-se um sistema precursor das cooperativas que é a base de todas as atividades de produção e distribuição de riqueza.

A Colônia Thereza Christina nunca foi lembrada com o devido merecimento pelos pósteros, compreendendo ser esta uma colônia anti-escravocrata, fundada em 1847, não podemos ignorar a importância desta para a História do Paraná, considerando toda a colaboração histórica referente ao primeiro processo de cooperativismo que está colônia deixou para o Brasil, portanto, pode-se dizer que a história não lhe fez, até os dias de hoje, a necessária justiça. A relevância deste artigo está em resgatar a história deste local.

Referências

ALMEIDA, Joaquim Antunes de. **Jean-Maurice Faivre – Síntese biográfica.** Ver. Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. vol.169, 1934, p.211.

ARMAND, F. e MAUBLANC, R. **Fourier**. México, Fondo de Cultura Económica. 2d. 1984,

BUBER, Martin. **“Os socialismos utópicos”**. São Paulo. Perspectiva, 1986.

CERRONI, Umberto. **“O pensamento político: das origens aos nossos dias”**. Lisboa. 1975.
FERNANDES, Josué Corrêa. **Saga da Esperança: Trajetória de Jean-Maurice Faivre**. Ed. Planeta Ltda - Ponta Grossa, 1996.
MLADENATZ, G. **“História das doutrinas cooperativistas”**. Brasília: Confebrás, 2003.
O Correio da Unesco. **“As utopias ou a busca do impossível”**. Dicionário das Ciências Sociais. N.4. Rio, FGV, 1991.
PARANÁ. Relatório do Jean-Maurice Faivre apresentado ao presidente da comarca de Guarapuava em 1857, S/P.
PARANÁ. **Jornal Dezenove de Dezembro.** 07 de maio de 1870. Typ. de. C. M. Lopez, Curitiba. 1870.
PETITFILS, Jean-Christian. **“Os socialistas utópicos”**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
RIO DE JANEIRO. **Semana de Saude Publica pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 03 de Janeiro de 1831. Typographia Imperial, 1831.
SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. Ed 2. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
WACHOWICZ, Ruy. Imigração. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

MEMÓRIAS DE UM FRADE DOMINICANO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Bruno Dias Santos
(FCL-UNESP/ASSIS-SP)

Resumo. Escritor, membro da ordem dos dominicanos, e militante de movimentos sociais, frei Betto foi preso em 1969 por colaborar com a luta armada. Durante os quatro anos de cárcere o religioso iniciou sua carreira literária com a publicação das cartas que lá redigiu. Esta foi a obra inaugural de um trabalho memorialístico que já contabiliza quatro décadas de existência. A abordagem da memória busca afirmar seu caráter seletivo e militante que se volta para o passado para responder às demandas do presente como, por exemplo, justificar as ações passadas e reforçar identidades. Assim, debruçando-se sobre os cinco livros do frade dedicados a rememorar a ditadura militar brasileira e o envolvimento dos dominicanos de São Paulo com Carlos Marighella, procura-se desenvolver uma análise sistemática das estratégias de saber-poder e das discussões implícitas em seu projeto memorialística que permita compreender as disputas que permeiam essa edificação e de que maneira o presente modela o movimento de lembrar e esquecer. Conhecer os caminhos da construção da memória é uma contribuição importante para que se evidencie que as disputas sobre a ditadura não ficaram no passado, mas ainda são travadas no presente. Para que, dessa forma, se produza um conhecimento histórico ainda mais apurado sobre o período esmiuçando os mitos sobre o período 1964-1985.

Palavras-chave: Memória; Ditadura Militar; Frei Betto.

Financiamento: CAPES

ESCRITA EPISTOLAR: PROJETO MEMORIALÍSTICO

A proposta de analisar o processo de construção memorialística utilizando como fontes as cartas da prisão de frei Betto enseja questionar a respeito da capacidade elucidativa que esse tipo de fonte possui, visto que a escrita epistolar ─ diferente de outras fontes exclusivamente memorialísticas ─ não tem no ato de lembrar a sua intencionalidade principal. Ela busca prioritariamente narrar o cotidiano. No entanto, as missivas do dominicano possuem peculiaridades que levam a crer que suas funções vão muito além daquelas mais recorrentes e que, portanto, constituem um precioso material para se compreender as tensões e disputas que envolveram a constituição de uma memória sobre o regime ditatorial que se instaurou no Brasil a partir de abril de 1964.

O primeiro argumento para que as cartas sejam vistas distintamente das produções do mesmo gênero é o fato de terem sido publicadas. Frei Betto, recorrentemente, afirma que elas não foram produzidas com a intencionalidade de serem divulgadas.

Primeiramente, pelo fato de terem sido escritas e remetidas do interior de presídios em um período em que o país vivia sob um regime autoritário. Sendo assim, não existia qualquer garantia de que a correspondência dos detentos, principalmente a dos políticos, chegaria às mãos dos destinatários sem antes serem entregues aos serviços de informação do governo. A privacidade das missivas pode ser questionada com base em uma série de dados. O próprio autor registra em diversas cartas a ação da administração penitenciária ao censurar trechos de sua correspondência:

> Até semana passada, em sete meses que estamos aqui, era o diretor que censurava nossas cartas, e podíamos remetê-las duas vezes por semana. Agora transferiu esse encargo para o serviço de censura da penitenciaria, que cuida da correspondência de todos os presos. Isso significa algumas restrições. A partir do dia 22 só poderemos enviar cartas uma vez por semana, e os envelopes de quem nos escreve devem ser devolvidos para o arquivo. Antes assinávamos recibo num livro e os envelopes ficavam em nosso poder. A correspondência que nos chega do exterior é enviada a S. Paulo, a 700 Km daqui, para ser traduzida. Uma carta que recebi das monjas contemplativas de Blagnac, na França, deu entrada aqui em 25 de novembro; até agora não chegou as minhas mãos (BETTO, 2008, p.205).

Em outras cartas, o autor recomenda a seus interlocutores que mostrem suas correspondências a terceiros, o que reafirma a potencial publicidade a que foram submetidas.

Todavia, o dado inequívoco sobre a publicidade das cartas de frei Betto foi o lançamento do livro “Dai Soterranei Della Storia”, na Itália, em dezembro 1971, reunindo o conjunto daquelas que foram escritas nos dois primeiros anos de seu cárcere. Isto indica que mesmo que não fosse a intenção do religioso tornar sua correspondência pública, a partir de 1972, todas as missivas foram produzidas com a consciência de que eram enormes as possibilidades de serem publicadas, como no caso das primeiras.

Outro fato que corrobora essa interpretação é a consciência expressa pelo autor de que suas cartas poderiam chegar às mãos dos mais importantes personagens históricos, a exemplo do papa Paulo VI.

> Não há dúvida de que Paulo VI está muito atento ao que vocês dizem. Há três semanas fui chamado a Secretaria de Estado. O adjunto mostrou-me duas folhas escritas pelo próprio papa: suas reflexões sobre as cartas do Betto. Ele as leu para mim. Muito edificante; apesar de todo seu trabalho, ele se debruçou longamente sobre estes textos. [...]
> Isso não chega a me envaidecer, embora me sinta feliz por ver que essa provação não é inútil. Imagino o papa lendo as cartas, sinto a impressão de um diálogo intimo com ele. Vivendo na prisão, tenho certeza de um diálogo íntimo com a Igreja (BETTO, 2008, p. 150).

Isso justifica a abordagem de suas cartas em formato de publicação, em detrimento daquelas escritas e remetidas em sua plataforma original. Uma vez que, para o objetivo explanado, importa mais aquilo que o autor desejou que chegasse ao conhecimento do grande público do que o que foi preterido mediante o processo de edição das cartas para o suporte livresco.

Certamente, não é o fato das missivas de frei Betto terem um caráter público que as qualificam como fonte/objeto para a análise histórica da memória. É necessário que elas sejam vistas como parte de um projeto editorial mais amplo.

Desde o primeiro lançamento de suas cartas da prisão, ainda durante os anos de cárcere, periodicamente, o frade periodicamente dedica obras à construção de uma memória sobre a ditadura no Brasil. Pode-se dizer que, aproximadamente, a cada uma década suas publicações se voltam para o tema. Desse modo, é possível observar

que, em comparação aos livros que as sucederam, as cartas da prisão se relacionam com a passagem do tempo e com a memória de maneira peculiar. Ao invés de se dedicarem exclusivamente a rememorar o passado, seu esforço é demarcar uma posição sobre o que seria lembrado na posteridade. Por isso, podemos considerar que elas são o projeto inicial de um “edifício” memorialístico que seria realizado ao longo dos anos subsequentes.

Diante disso, a utilização desse material se justifica não só por contribuir, especificamente, para a compreensão da construção da memória sobre a ditadura militar no Brasil, mas, também por constituir um exemplo de variação possível das fontes utilizadas para se analisar esse tipo de discurso e, principalmente, por conta de seu processo de edificação não estar limitado a relacionar-se com o tempo de maneira retrospectiva.

Sendo a memória um empreendimento social, disputada politicamente, é preciso estar atento aos registros do seu planejamento para o futuro. Qualquer insatisfação com a maneira pela qual o passado é representado e divulgado revela, antes de tudo, uma preocupação com suas consequências políticas e culturais no porvir. Essa peculiaridade é explicitada mais intensamente quando se manifesta uma preocupação com a maneira como os fatos serão lembrados. O que corrobora a ideia de que fontes como as cartas, mesmo dedicando-se a sugerir o que deverá ser lembrado no futuro, não deixam de ter valor para se compreender o passado.

A análise das fontes revela a existência de uma tensão entre as representações que começavam a despontar na imprensa diária e em outros meios, sobre a participação do grupo de dominicanos, do qual frei Betto fazia parte, na luta armada e especificamente no episódio do assassinato do líder da ALN, Carlos Marighella.

Em sua correspondência, o dominicano não se dedica a fazer muitas perguntas, estabelecendo assim diálogos contínuos. Talvez isso se deva à incerteza acerca de quanto tempo suas missivas levariam para chegar às mãos de seus interlocutores e, até mesmo, se de fato chegariam algum dia; o que se estende também ao recebimento das respostas. Portanto, ele disserta longamente sobre diversos temas como a rotina na prisão e a morosidade sobre o processo judicial. No entanto, três temas se destacam como os mais profundos e extensos: a Igreja Católica, a ineficácia do sistema prisional e a cultura de massa.

Ao discorrer sobre esses temas de maneira quase despretensiosa, o autor revela um profundo desconforto com o modo como a participação dos dominicanos presos na luta armada era tratada na contemporaneidade por jornais e formadores de opinião, o que provavelmente definiria como elas seriam lembradas no futuro. Diante dessa "ameaça" frei Betto faz de suas cartas um verdadeiro manifesto endereçado aos grupos nos quais mais lhe interessava restaurar a imagem e memória do grupo de religiosos. São eles: as Igreja Católica, a sociedade brasileira (leia-se, a opinião pública) e, principalmente, a esquerda.

Em relação à Igreja Católica, a defesa dos dominicanos se inicia pelo ataque. O frade, ao invés de confessar sua preocupação com a memória que se construiria sobre os dominicanos presos, diversas vezes procura questionar as atitudes e omissões da instituição perante as suas prisões. Ou seja, em um futuro próximo, essa memória daria muito mais destaque à omissão dos bispos diante das arbitrariedades da ditadura, do que à ação de jovens religiosos que colaboraram com uma organização de luta armada.

> Quando tudo isso for contado no futuro, uma pergunta ficará: e a Igreja, não disse nada? Digo isso não para que venham em nossa defesa, mas porque é sua obrigação defender os direitos da pessoa humana, promover os pobres, combater as (riscado pela censura do presídio). Esta pergunta paira sobre a Alemanha, onde 6 milhões de judeus foram dizimados sem que "ninguém visse" (BETTO, 2008, p.52).

Frei Betto sabia que era enorme a desconfiança de parte da Igreja em relação aos dominicanos e severas as acusações de sua ala mais conservadora, as quais faziam coro àquelas promovidas pela imprensa diária. Assim, suas cartas procuram demonstrar que, ao contrário do que apregoavam os grandes meios de comunicação, os religiosos não eram terroristas, mas cristãos que, em sua visão, assumiram radicalmente a opção pelos pobres.

> Ontem dom Agnelo Rossi deu entrevista ao Estadão, na qual afirma que a nossa atitude nada teve a ver com o cristianismo. Disse que não fomos presos nem confessando, nem comungando... como se o cristianismo fosse apenas confessar e comungar – coisa, aliás, que jesus não fez, e ainda acrescentou que "nem todo aquele que diz 'senhor, senhor' entrará no reino dos céus" (BETTO, 2008, p.50).

A estratégia assumida pelo autor para dotar de legitimidade as opções dos dominicanos conduz a discussão de um aspecto prático que colocava em questão a participação de membros da Igreja na política nacional, chegando a apoiar a violência revolucionária, para um aspecto teórico que questiona o papel da Igreja na sociedade e a sua importância na promoção da justiça social na história da salvação.

Em suas cartas, o dominicano defende a tese de que a Igreja Católica passava por um processo de transformação que, embora lento, já dava seus frutos e era irreversível. Desse modo, ele procura filiar a visão que professa sobre o papel da Igreja na sociedade e sobre o processo soteriológico à essa nova visão do cristianismo que teria surgido com o Concílio Vaticano II, em 1962.

A renovação pela qual a Igreja passava não deixava, em sua perspectiva, de gerar o embate entre visões distintas do cristianismo. Aquela, anterior ao concílio e marcada pelo triunfalismo clerical, seria incapaz de compreender esse novo entendimento do papel da instituição na sociedade, ao qual os dominicanos se filiavam.

Assim, a demonstração da existência desse embate deixaria claro o quanto a incompreensão e a ignorância são a verdadeira razão das acusações explícitas ou veladas de que os dominicanos presos não passavam de comunistas que se infiltraram na Igreja para arregimentar quadros. Para o autor, a gravidade dessas acusações era reforçada pelos jornais e agentes da ditadura que não cessavam de questionar se as atitudes do grupo permitiam que ainda fossem considerados cristãos e, principalmente, membros da Igreja Católica.

Em carta à família o autor afirma:

> De fato, havia uma interpretação ideológica do cristianismo feita pelos poderosos. E a ordem social, que tem abusos na sua própria essência, encontrou nessa interpretação a sua justificativa. (...) um bispo como dom Sigaud pode afirmar, sem risco de ser considerado herético, que a ordem social, dividida em ricos e pobres, provem da vontade divina que não quer todos os homens iguais...
> Agora, na época pós-conciliar, estamos em fase de reformização (volta às fontes). Vemos claramente que o cristianismo não se identifica com nenhuma ordem social; o cristianismo desafia e contesta todas elas. (...). Vejo com otimismo a renovação da Igreja (BETTO, 2008, p.44).

Outro artifício evocado para dar legitimidade aos dominicanos presos, independentemente da consciência do autor ao utilizá-lo, é a recorrente alusão à figura de Jesus como um perseguido político que se constitui como paradigma inaugural do papel contestatório que o Cristianismo deve assumir diante das injustiças dos poderes constituídos. (BETTO, 2008, p.43).

A perseguição, prisão e condenação à morde de Jesus seriam a prova mais contundente de que, estando presos, os dominicanos davam testemunho de que seguiam fielmente o projeto salvífico de Cristo. Viver como pobres ao lado dos pobres e padecer pela justiça seriam demandas da renovação atravessada pela Igreja.

Apesar do talento literário com que o autor defendia as causas que o levaram à prisão, e a nobreza delas, em sentido prático era necessário deixar evidente para as alas conservadoras da Igreja, para a sociedade e, mais do que tudo, para a posteridade que os dominicanos eram apoiados por importantes membros da hierarquia da Igreja. Isso fica claro ao se observar o registro do nome completo de todos os bispos, padres e membros de ordens religiosas que os visitaram na prisão. Aqueles que os visitaram mais de uma vez, têm seus nomes repetidos por completo. Entre eles, se destacam os nomes de: Dom Vicente Scherer, Dom Agnelo Rossi, Dom Umberto Mazzoni, Dom Avelar Brandão, Dom Tomás Bauduíno, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom José Gonçalves da Costa, Dom Lucas Moreira Neves; também pelos representantes da Ordem dos Frades Pregadores: padre Vincent de Couesnongle, padre Aniceto Fernandez e frei Domingos Maia Leite.

Não obstante, o mais importante gesto de apoio veio do Vaticano. Os representantes da ordem religiosa transmitiram aos prisioneiros, em suas visitas e pelas correspondências, a certeza de que Paulo VI tinha ciência da situação em que se encontravam os dominicanos brasileiros; de que recebera a carta enviada pelos prisioneiros, e ainda, que escreveu uma reflexão acerca das cartas de frei Betto (BETTO, 2008, p.150). O apoio do papa era, para o autor, o atestado mais importante de legitimidade de suas opções.

Outra preocupação do frade é a opinião pública sobre os dominicanos, visto que ela era profundamente influenciada pela imprensa que os qualificava como terroristas. Assim como em relação à Igreja, o autor procura denunciar a passividade da sociedade civil, questionando como essa atitude seria lembrada no futuro.

Nesse sentido, diversas vezes o autor compara a indiferença da sociedade brasileira diante das arbitrariedades do regime que se instaurou com o golpe de 1964 com a postura da sociedade alemã diante dos crimes do regime nazista. Com essa analogia, o autor procura deixar patente a afirmação de que os dominicanos são vítimas do regime autoritário, e não inimigos do país, como queriam fazer crer as autoridades que os mantinha presos.

> Em pequenas aldeias do interior da Alemanha, durante a última guerra, as donas-de-casa reclamavam da fuligem expelida pelas chaminés das “fabricas” nazistas. Ninguém via nada, o único sinal era a fuligem. Derrotado o nazismo, o mundo soube que aquelas “fabricas” eram campos de extermínio de judeus e comunistas. Tarde demais. A fuligem desaparecera, as vítimas também. O Vigário permaneceu calado (BETTO, 2008, p.48).

Apesar da legitimidade perante a Igreja ser algo importantíssimo para os dominicanos por serem seus membros ativos, e mais ainda por participarem de uma ordem religiosa, o fator que mais instiga a reflexão de frei Betto em sua correspondência é a desconfiança da esquerda em relação aos dominicanos.

Essa desconfiança já se alimentava pela tradicional postura da Igreja Católica no Brasil de legitimadora do *status quo*. Assim, a participação de seus membros em movimentos contestatórios era vista com apreensão por muitos militantes.

Essa desconfiança se aguçou ainda mais após o episódio trágico da emboscada que resultou no assassinato de Carlos Marighella. Como já foi mencionado anteriormente, isso resultou em uma discussão entre frei Betto e o historiador Jacob Gorender sobre os meios que teriam levado o DEOPS de São Paulo a rastrear o guerrilheiro baiano.

Frei Betto defende a tese de que a CIA (Agência central de inteligência dos Estado Unidos), por meio de agentes infiltrados na ALN e grampos telefônicos instalados nos locais ligados aos dominicanos, foi a responsável por rastrear o paradeiro de Carlos Marighella e entregar aos agentes da ditadura brasileira as informações necessárias para que preparassem a emboscada na qual o líder comunista seria assassinado (BETTO, 1982, 141-186). Em sua obra célebre *Combate nas Trevas*, Jacob Gorender atribui a obtenção dessas informações às sessões de tortura a que frei Fernando de Brito e Ivo Lesbaupin foram submetidos pelo DEOPs de São Paulo (GORENDER, 1987, p. 171-179).

Em sua biografia *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*, Mário Magalhães afirma que uma das “ilusões capitais” alimentadas pelo líder comunista em seus escritos foi “associar a resistência à tortura meramente a uma escolha. Como se fosse possível isolar a mente sã do corpo flagelado” (MAGALHÃES, 2012, p.536).

Citando escritos de Marighella, Magalhães demonstra que o líder comunista define a entrega de informações mediante tortura como uma prova da inadequação e até mesmo de indignidade do militante diante da causa revolucionária:

> No opúsculo se fores preso, camarada... (1951), ele sustentou: a polícia tem consciência de que as “torturas físicas”, “por piores que sejam, não são capazes de dobrar a vontade de um militante digno”. Marighella relaciona confissões extirpadas a ferro e fogo à traição, como se a responsabilidade pelas informações obtidas não fosse do torturador e do Estado do qual é funcionário: “não há torturas que façam um militante revolucionário trair seus camaradas” (MAGALHÃES, 2012, p. 536).

Portanto, para os dominicanos havia o risco de figurarem na memória da esquerda como fracos e traidores. Por conta daqueles que não aguentaram e colocaram a perder o projeto da revolução. Diante disso, narrar o sofrimento dos religiosos na prisão se tornou, para frei Betto, a melhor estratégia para que, mesmo que não pudesse mudar a concepção da esquerda sobre a não resistência à tortura, fosse capaz de demostrar que eles eram verdadeiramente identificados com o grupo daqueles que lutavam bravamente contra a ditadura e eram cruelmente perseguidos por seus agentes, além de sofrerem na prisão e no pau-de-arara os mesmos males que todos os outros presos políticos.

Assim, Frei Betto faz de suas missivas um verdadeiro manifesto em defesa da dignidade dos dominicanos. Para isso, ele procura repetidamente alguns exemplos dessa condição.

Um dos muitos detalhes curiosos das cartas de frei Betto, que podem passar despercebidos, é o fato de inúmeras vezes os nomes de companheiros de cela serem mencionados por completo, inclusive dos confrades dominicanos. Mesmo em cartas endereçadas aos familiares que, portanto, conheciam bem os amigos do autor, os nomes completos são utilizados. Esse detalhe indica a consciência de que as cartas poderiam se tornar públicas, e que serviriam como um registro quase formal do sofrimento dos dominicanos.

Ao longo dos quatro anos de correspondência, o autor insiste no registro das péssimas condições da prisão na morosidade do processo no desrespeito a direitos básicos dos presos, além de fazer referência às sucessivas transferências injustificadas.

Em carta a uma religiosa, ele afirma:

> Na última quinta, nos mandaram pra cá, próximo 30 km do Mato Grosso, distante 640 Km de São Paulo – onde temos família e advogado. Parece pesadelo tudo isso; como se alguém brincasse com vidas humanas, tornando-as joguetes de seus caprichos. (BETTO, 2008, p.142)

Protestando contra a precariedade e as arbitrariedades dessas condições, o grupo de presos políticos que se formou, principalmente, no presídio Tiradentes na capital paulista, empreendeu em 12 de maio de 1972 uma greve de fome. Para o dominicano, essa é uma das mais importantes provas da grandeza moral de seus companheiros. Era a chance de demonstrar a resiliência e fidelidade dos religiosos aos outros companheiros presos:

> Ontem, às 18 horas, terminou a nossa greve de fome, que durou 33 dias nessa segunda fase, e seis na primeira, um total de 39 dias – provavelmente a mais longa de que se tem notícia no Brasil. Entre os 36 presos políticos que participaram não houve nenhuma defecção, todos firmes até o fim. (BETTO, 2008, p.153)

> A perda da liberdade não acarreta necessariamente a perda da dignidade. Por isso não me dobro às injustiças dentro da cadeia. Há presos, infelizmente, que tudo aceitam, como se fossem surdos e cegos. Para estes importa apenas uma coisa: recuperar a liberdade física, a qualquer preço. Não sou desses. Agir assim seria a minha destruição moral. Mesmo que aquela greve de fome venha a significar a perda da liberdade condicional, não me importo. (BETTO, 2008, p.139).

Apesar da importância que frei Betto atribuiu aos exemplos supracitados, dois são tomadas como os mais emblemáticos do sofrimento dos religiosos presos. Em primeiro lugar, as torturas sofridas pelo seu confrade Tito de Alencar Lima, na Operação Bandeirantes:

Em carta a uma amiga, o frade afirma:

> Ele estava bem, alegre, tranquilo, recuperado do que havia sofrido no DEOPS. Bem como todos nós, livres da fase de interrogatórios. Pouco

> implicado, aguardava o momento de o colocarem em liberdade. Mas veio o DOI-CODI e o levou. Isso há pouco mais de uma semana (...). Hoje, soubemos que frei Tito de Alencar Lima “tentou suicídio” no DOI-CODI...Levado ao Hospital Militar, recebeu transfusões de sangue, mas continua incomunicável. (BETTO, 2008, P.22).

O autor faz questão de ressaltar o orgulho com que frei Tito narrava o fato de ter resistido à tortura, não entregando, assim, qualquer informação aos agentes da repressão:

> Tito já se encontra conosco. Acamado, manca, recupera-se dos sofrimentos recebidos. A intensão do exército era interrogar de novo todos os dominicanos; considerava que nossos depoimentos no DEOPS haviam sido colhidos a toque de caixa. Agora Tito está bem, com o moral altíssimo. Todos que resistem ficam com o moral bem alto. (BETTO, 2008, p.25)

Em segundo lugar, o autor sublinha o fato de que os dominicanos, juntamente de alguns outros presos políticos tiveram seus direitos político cassados, passando assim à condição de presos comuns, tendo sido integrados à população carcerária, perdendo qualquer direito que os distinguissem dos muitos assassinos, estupradores e ladrões que ali cumpriam pena. (BETTO, 2008, p.161)

Por não ser um fato usual na história do Brasil, a passagem de um “preso político” para a condição de “preso comum” é interpretada, pelo autor, como algo que distingue os religiosos dos outros perseguidos:

> De um lado, recebo com profundo espirito de fé esta oportunidade de solidarizar-me na carne aos “condenados da Terra”. De outro, sei da responsabilidade histórica que pesa sobre os nossos ombros; a conquista do direito de prisão especial ao preso político é fruto de muita luta e incontáveis sacrifícios. O futuro indagará quem foram os primeiros obrigados, no Brasil, a anular essa conquista consagrada hoje pelo direito internacional. (BETTO, 2008, p.159)

Passar à condição de preso comum significava a perda de qualquer garantia, inclusive de segurança. Facilmente, a repressão poderia incumbir um preso qualquer de eliminar um deles. Para o frade, o julgo de uma arbitrariedade adicional era um sofrimento a mais que não poderia ser desconsiderado pela opinião pública, para que assim, na memória sobre o período o martírio dos dominicanos lhes rendesse ao menos, o benefício da dúvida, diante das acusações de fraqueza e traição.

Assim, o que se pretende é que o trabalho junto à obra de frei Betto contribua

para a compreensão do processo de solidificação da chamada “memória dos vencidos” e que, mais do que isso, demonstre as disputas políticas que permearam esse itinerário, não apenas entre militares e militantes, mas, também, entre aqueles que integravam um mesmo polo identificado como “esquerda”.

CONCLUSÃO

A análise do processo de construção da memória da ditadura militar brasileira utilizando como fontes documentos produzidos contemporaneamente ao regime, os quais buscam, na atualidade rememorar e significar fatos ocorridos nas prisões e, portanto, em espaços restritos e encobertos pelo próprio regime, visa demonstrar o quanto esse material pode oferecer subsídios para a compreensão das disputas que envolvem a memória sobre o período.

O trabalho com essas fontes permite observar que a relação que o indivíduo que narra o passado estabelece com o tempo não se restringe a uma visão retrospectiva. Esse tipo de fonte evidencia, portanto, que as tensões e disputas do presente podem ensejar e produzir as bases de sustentação de um projeto memorialístico que pode e provavelmente será executado na posteridade.

No caso específico de frei Betto, as suas cartas da prisão baseando-se nas opiniões que paulatinamente ganhavam força e eram expressas nos grupos sociais dos quais o dominicano fazia parte, como a Igreja Católica e a Esquerda brasileira (apesar da sua multiplicidade de organizações), antecipam e projetam uma disputa em torno da memória da resistência à ditadura militar brasileira.

A análise dessas missivas, compiladas em *Cartas da Prisão: 1969-1973*, demonstra uma constante preocupação por parte do autor, ainda que não se possa determinar que ela seja manifestada de maneira consciente, de que, caso não houvesse qualquer tipo de pronunciamento por parte do grupo dos dominicanos ligados a ALN, os dominicanos presos figurariam na memória da Igreja como comunistas que se infiltraram nos grupos de jovens para conquistar corações e mentes; pela sociedade brasileira seriam lembrados apenas como terroristas punidos com justiça por seus atentados à ordem estabelecida, e entre os militantes de esquerda ficariam estigmatizados como a ala mais fraca da luta armada que, desprovida da resiliência necessária para assumir o compromisso com a revolução

brasileira, os traiu ao não resistir as sevícias a que foi submetida; o que fatalmente teria resultado no rastreamento e assassinato do mais admirado líder da guerrilha urbana no Brasil, Carlos Marighella. Assim, reafirma-se a importância das cartas da prisão dos frades dominicanos como uma peça impreterível para se compreender o projeto memorialístico que frei Betto vem empreendendo desde sua libertação em outubro de 1973.

FONTES:

BETTO, Frei. **Cartas da prisão 1969-1973**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

BIBLIOGRAFIA CITADA

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue** – A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighela & Frei Tito. 14ªedição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

_____. **Batismo de Sangue**: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdias à luta armada. 2. Ed. São Paulo: Editora Àtica, 1987.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ENSINO DE HISTÓRIA NO FACEBOOK: A COMPARAÇÃO DO NAZISMO COM O PARTIDO DOS TRABALHADORES REALIZADA PELO MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE

Matheus Henrique Marques Sussai
Orientadora: Profa. Dra. Márcia Elisa Teté Ramos
(Mestrando em História - PPGHS - UEL)

Resumo. A presente comunicação visa expor uma amostragem dos resultados obtidos até o momento em uma pesquisa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina, que busca investigar os usos da ideia de "Nazismo" de uma página da rede social online *Facebook*. A página intitula-se MBL – Movimento Brasil Livre, foi criada em 2014 e desde lá se manifesta politicamente online e organizando manifestações de rua que defendam seus interesses, destacando-se atualmente como um dos principais grupos de pressão política do país. Ao manifestarem suas opiniões políticas, contrárias a tudo o que o grupo define como pertencente da esquerda, o MBL utiliza de temas históricos em suas narrativas online. A partir das discussões da Didática da História (BERGMANN, 1989/1990; RÜSEN, 2011) e da História Pública (ALBIERI, 2011; LIDDINGTON, 2011), busca-se investigar as suas ideias de "Nazismo" e como tal termo é utilizado pelo movimento, dado que a Didática da História e a História Pública se preocupam com as elaborações históricas que circulam na sociedade, mesmo que com perspectivas diferentes. Através da netnografia, uma metodologia que teoriza o levantamento das noções, ideias, práticas e representações dos sujeitos na internet (KOZINETS, 2014), visamos agrupar as ideias sobre o "Nazismo" difundidas tanto pelas publicações da página, quanto pelos comentários de seus seguidores ou opositores. Até o momento, podemos considerar que o MBL buscou relacionar de toda a forma possível o "Nazismo" à esquerda, para justificar suas ações (autodenominadas de "direita") e prejudicar a imagem daqueles que o MBL toma como inimigo iminente. Ao fazerem isso, ocorreram comparações forçadas do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Nazismo alemão, como apresentaremos neste texto.

Palavras-chave: Didática da História; História Pública; Facebook; Nazismo; Partido dos Trabalhadores.

Nos últimos anos da nossa história recente, diversas narrativas com temáticas históricas se difundiram nas páginas de várias redes sociais online. O MBL – Movimento Brasil Livre, nossa fonte de estudo do Mestrado em História Social, é uma das páginas da rede social *Facebook* que atua politicamente contra tudo o que o grupo considera de "esquerda", e que ao se manifestar online, também difunde ideias históricas através de suas publicações. Ao fazê-lo, o MBL utiliza de ideias condicionadas de passado, geralmente não reconhecidas pela historiografia, e por isso, surgiu o nosso interesse em investigar essas elaborações históricas não especializadas que estão sendo difundidas pela página e, de alguma forma, estão fazendo sentido para aqueles que concordam com o MBL.

Para embasar nosso trabalho, utilizamos de duas áreas teóricas principais: a Didática da História e a História Pública. Enquanto a primeira parte da reflexão sobre a Teoria da História, a segunda esteve relacionada diretamente com a vida prática: principalmente ao desemprego dos profissionais da História. Enquanto a Didática da História aparece como um campo de reflexão e pesquisa, a História Pública surge como expansão do mercado de trabalho do historiador, posteriormente tendo uma reflexão e fundamentação, que ainda são recentes, possuindo trabalhos significativos apenas nos últimos anos.

As duas disciplinas, em suma, dão atenção às narrativas históricas que circulam na sociedade, sendo estas produzidas pela academia ou não. A Didática da História tem como perspectiva de que a História enquanto ciência deve estar relacionada com a vida prática, pois, de qualquer forma, os sujeitos se utilizam de interpretações do tempo (do seu próprio passado) nas suas ações do cotidiano (SADDI, 2010). Jörn Rüsen (2011) vai dizer que a Didática da História atualmente se interessa por "todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da história na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; [...]" (RÜSEN, 2011, p. 32).

Rüsen é importante para a nossa discussão sobre essa orientação teórica que prevê o levantamento sobre o que as pessoas pensam sobre a história. Para o autor, o objetivo específico da Didática da História é investigar o aprendizado histórico (2011, p. 39), pois esta é uma dimensão fundamental para a construção do conhecimento histórico entre os "sujeitos comuns". O autor ainda complementa que: "A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática." (RÜSEN, 2011, p. 38). A História tem que estar ligada com a vida, com a orientação temporal no presente a partir das experiências passadas, pensando

nas perspectivas futuras. Como defende Cerri (2013), de forma mais ampla, “a ciência não é uma torre isolada do mundo [...]” (p. 37), ela também está inserida e é, de certa forma, um produto do mundo que estuda. Klaus Bergmann (1989/1990) ainda complementa, sobre os ofícios da Didática da História, que esta estuda não apenas a História “regulada e disciplinada pela ciência e pelo ensino”, mas também abrange a História que é aprendida no “processo de socialização, que não é filtrada por nenhuma disciplina científica.” (BERGMANN, 1989/1990, p. 32).

Sobre a História Pública, Jill Liddington (2011) diz que ainda não há um consenso sobre o que ela é especificamente. Para a autora, os últimos anos presenciaram uma “[...] explosão de representações populares do passado.” (p. 31), e a autora pensa a História Pública como sendo justamente “[...] a apresentação popular do passado para um leque de audiências [...]”. (LIDDINGTON, 2011, p. 34). A principal discussão feita pelos teóricos da História Pública é que existem narrativas históricas que circulam na sociedade que possuem muito mais eficácia do que a narrativa historiográfica mais viável, produzida na academia sob o critério dos historiadores.

Existe uma demanda social por História, e nos últimos anos no Brasil pudemos perceber essa demanda sendo suprida por outros meios de informação e estudo que não a Academia. É claro que muitas vertentes dessas narrativas que circulam na sociedade podem fazer parte da Academia, mas geralmente não é a corrente principal de pensamento. Um dos problemas que ocorrem é que essa demanda crescente por história não está sendo suprida pelos historiadores brasileiros. Estes, dificilmente produzem para fora da academia, deixando o espaço aberto para jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgarem versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade. (ALBIERI, 2011, p. 23). A *web* mostrou-se um espaço muito forte para divulgações dessas “versões” históricas diferentes daquelas produzidas pela Academia atualmente, sendo a nossa fonte, o MBL – Movimento Brasil Livre[240], um bom exemplo.

[240] Uma página da rede social *Facebook* que se destina a manifestações online, atuando no campo da direita neoliberal com várias características conservadoras. A página do *Facebook* pode ser acessada através do link: <https://www.facebook.com/mblivre>. Acessado em 15 de novembro de 2018.

O MBL – Movimento Brasil Livre, enquanto página da rede social *Facebook*, foi fundado no dia 01 de novembro de 2014, tendo como principais fundadores Kim Kataguiri e Renan Santos[241]. Com o objetivo de se posicionar contra "todo o tipo de corrupção", o MBL manifestou-se online ao longo dos últimos anos, organizando também passeatas em defesa de suas causas. O grupo mostrou-se nitidamente antipetista e defensor do Livre Mercado, dedicando a maioria de suas publicações em defesas dessas duas pautas, que claro, geraram diversas outras agendas para serem trabalhadas. O grupo obteve protagonismo em diversos acontecimentos políticos notáveis do Brasil na História recente, tais como a aprovação do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além de defender essas duas agendas, o MBL ainda conseguiu difundir com muita eficácia suas ideias de diminuição do Estado brasileiro, conquistando também a eleição de sete vereadores e um prefeito em 2016, e de quatro deputados federais, dois senadores e três deputados estaduais nas eleições de 2018.

Estudos mais recentes apontaram para as relações entre o MBL e outras instituições, como o EPL – Estudantes Pela Liberdade e a *Atlas Network*[242], destacando as redes de treinamento e financiamento destas entidades. O que importa focar neste trabalho, é que ao defender a sua agenda, o MBL não trabalhava como um grupo destreinado e ignorante de suas ações. Além do respaldo que tiveram do público que concorda com os ideais da página, a eficácia que o Brasil assistiu do MBL foi pensada desde sua criação. Não é apenas um grupo que criou uma página sobre política para se manifestar online (como muitos fizeram nos últimos anos). E, ao difundir ideias online, ao se manifestarem politicamente, o MBL utilizou de ideias

[241] O MBL teve outros criadores que não tiveram tanta notoriedade quanto os dois citados acima. Além do mais, fora Kim Kataguiri e Renan Santos, os outros fundadores da página já deixaram o movimento ao longo dos anos. Eram eles: Gabriel Calamari, Frederico Rauh e Alexandre Santos.

[242] Segundo a historiadora Kátia Gerab Baggio (2016): "A Atlas Network – *think tank* legalmente denominado Atlas Economic Research Foundation, sediado em Washington, D.C. – atua, desde 1981, na defesa e propagação de concepções da direita ultraliberal, com organizações parceiras em todos os continentes. Em 2013, o nome da organização foi alterado para Atlas Network, ainda que o nome legal tenha permanecido o mesmo [...]. Seu principal idealizador – e fundador – foi Antony Fisher (1915-1988), um empresário britânico defensor das concepções do economista austríaco Friedrich Hayeck – assim como, posteriormente, do norte-americano Milton Friedman [...]. Acerca do financiamento da Atlas Network, segundo consta no *site*, a organização não recebe recursos governamentais, apenas privados: de corporações, fundações ou doações individuais. É registrada como uma organização sem fins lucrativos. Portanto, todas as doações feitas nos Estados Unidos são dedutíveis de impostos. Entre os patrocinadores da Atlas Network, estão os irmãos Koch, bilionários norte-americanos cujas empresas atuam, entre outros setores, com petróleo e gás." (2016, p. 01-02).

históricas nas suas publicações. São essas ideias históricas, principalmente as narrativas que trataram do Nazismo, que nos interessaram enquanto objeto de pesquisa. Neste trabalho, apresentaremos como o MBL difundiu suas ideias do Nazismo sempre tentando relacionar tal acontecimento histórico à esquerda política, e principalmente, ao Partido dos Trabalhadores.

Para lidar com essas fontes, utilizamos principalmente dos instrumentos metodológicos da Netnografia, que nos auxilia a compreender as práticas culturais complexas que se desenvolveram no ciberespaço, lidando com "[...] ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos" (KOZINETS, 2014, p. 31). A Netnografia também leva em conta "[...] os processos de sociabilidade e os fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro das comunidades virtuais (AMARAL, et al, 2008, p. 35). Precisamos destacar que a nossa pesquisa não dá conta da comunidade inteira, pois existe um recorte temporal dentro da página do *Facebook* do MBL. Tal delimitação se insere dentro desse processo histórico, e temos que estar conscientes que analisamos "[...] um recorte comunicacional das atividades de uma comunidade online, e não a comunidade em si [...]" (AMARAL, et al, 2008, p. 39).

Para a nossa pesquisa de mestrado, o período das publicações analisadas refere-se aos meses de janeiro a agosto de 2017, ano em que o MBL já havia conseguido[243] o feito objetivado anteriormente: o *impeachment* de Dilma Rousseff. É neste ano que o MBL precisou repensar seus objetivos, sua agenda, sua concepção. Novas pautas deveriam surgir (e surgiram), o MBL precisava de novos motivos para continuar na ativa, e a corrida em favor da prisão do ex-presidente Lula[244] foi uma das alternativas. A maioria das postagens do MBL destina-se a criticar pautas e ideias de esquerda, seja no Brasil, seja no mundo. Em 2017, enquadrando-se também nesta categoria, muitas das publicações do grupo faziam críticas a Lula, à sua "herança" (como defendia o grupo) no governo brasileiro, e buscava polemizar suas ações, seus

[243] Claro que a realização do *impeachment* não é exclusiva do MBL, apenas estamos apontando para a importância que o grupo teve ao aglomerar manifestantes nas ruas ao longo desses anos em favor da pauta falada acima, e conseguir difundir suas ideias e se tornar um grupo de pressão política para a Câmara dos Deputados e para o Senado, como vimos na nossa História recente.
[244] A prisão de Lula foi efetivada no dia 07 de abril de 2018.

discursos, entre outros. Ao fazer isso, o MBL, em alguns casos, buscou relacionar a esquerda brasileira, ou mais diretamente o governo do PT, ao Nazismo.

A primeira publicação que apresentaremos aqui foi publicada na página do *Facebook* do MBL no dia 07 de dezembro de 2016[245], e possui 3.239 compartilhamentos, 666 comentários e aproximadamente 6,9 mil reações.

Figura 2: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 07 de dezembro de 2016.

Como podemos perceber, a publicação redireciona a um link da página "Ceticismo Político", página ligada ao MBL e uma das principais fontes de suas publicações via *Facebook*. No momento, o link redirecionado encontra-se inacessível devido às denúncias de *fake news*[246], das quais resultaram na queda de várias

[245] O período é anterior ao escolhido para a nossa pesquisa do Mestrado, mas achamos bastante conveniente apresentar este documento no presente trabalho.

[246] *Fake News* transformou-se em uma estratégia política. Argumenta Matthew D'Ancona que nos tempos atuais, "a honestidade [das informações] e a exatidão não são mais consideradas como a maior prioridade nas trocas políticas" (D'ANCONA, 2018, p. 20). Para este autor, importa mais o impacto, os efeitos, do que a veracidade. Ainda: certamente a "novidade" não é a falsidade dos políticos, a manipulação, as mentiras, mas a resposta do grande público. Este, acredita sem questionamentos naquilo que já está propenso a acreditar (D'ANCONA, 2018, p. 34).

publicações do site “Ceticismo Político”. Fora os empecilhos, podemos analisar a partir do nome da postagem que, segundo o “Ceticismo Político”, existiu uma suposta perseguição política realizada pelos petistas contra Sérgio Moro (principal juiz responsável pela Operação Lava-Jato), e essa perseguição traria o “pior do marxismo, do fascismo e do nazismo”. A narrativa faz questão de aproximar as concepções dos três conceitos citados, buscando apresentar o fascismo e o Nazismo como semelhantes do marxismo. Já na legenda do MBL, adicionada na publicação veiculada no *Facebook*, o que notamos é uma chamada para que seus seguidores “temam” os petistas, alertando que essa suposta “perseguição política” só existia nos “piores tempos do nazismo, do fascismo e do marxismo”, mais uma vez, agregados como semelhantes.

A segunda publicação que apresentaremos aqui foi postada pelo MBL no dia 23 de março de 2017, na qual o MBL realizou uma comparação entre o governo do PT no Brasil com o Nazismo alemão, trazendo como paralelo a falência de algumas agências de correios no Brasil e a “Alemanha devastada e entregue pelo Nazismo”. A crise que se manifestou para a população, em março de 2017, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, é usada como comparação com o Nazismo nesta publicação. Ao longo da matéria fornecida pelo site “Sul Connection”, extremista de direita, faz-se referências apenas à crise brasileira, sendo a própria página do MBL a fazer tal menção, mesmo que leve, do Nazismo:

Figura 3: Imagem capturada pelo autor na página do MBL. Publicação do dia 23 de março de 2017.

Como vemos, é mais uma tentativa de relacionar a esquerda com o Nazismo, considerando o governo petista como inimigo absoluto para o MBL, comparações entre Dilma e Hitler, Dilma e imagens do diabo, entre outras figuras que no imaginário social simbolizam um tipo de "mal", são bem comuns em páginas antipetistas. Tal comparação com a Alemanha Nazista possui o intuito de prejudicar a imagem do Partido dos Trabalhadores, pois o MBL também critica o Nazismo em suas publicações, pois o considera como um partido de extrema-esquerda. Logo, apresentar essas semelhanças forçadas entre o PT e o Nazismo, é também uma forma do grupo justificar a afirmação de que o Nazismo é de esquerda[247]. Tal

[247] Nos últimos meses, outras afirmações grotescas foram feitas por membros do MBL utilizando de temáticas históricas. Um bom exemplo foi quando David Duke, ex-líder da Ku Klux Klan, elogiou Jair Bolsonaro, que naquele momento ainda era apenas um candidato à presidência da República no Brasil. David Duke, ao dizer que "Ele soa como nós", referindo-se a Bolsonaro, tornou-se assunto em diversas mídias no Brasil. Setores da esquerda aproveitaram para continuar criticando o candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (eleito presidente do Brasil em 2018), enquanto a direita, e podemos especificar aqui o coordenador do MBL e vereador de São Paulo, Fernando Holiday (DEM), tentou defender Jair Bolsonaro, dizendo que a Ku Klux Klan seria de esquerda.
As fontes dos dois discursos (David Duke e Fernando Holiday) podem ser encontradas nos links a seguir: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344>. Acessado em 21 de novembro de 2018.

publicação obteve aproximadamente 5,6 mil reações, 175 comentários e 3.392 compartilhamentos.

Para nós, não importaram apenas as informações veiculadas pelas publicações do MBL nesses anos, mas a forma como os seguidores e os opositores responderam a essas informações. Por isso, apresentaremos alguns comentários que sintetizaram como o público do MBL recebia suas informações. Tais comentários fizeram referência às publicações analisadas na pesquisa geral, da qual estamos apresentando uma pequena parte aqui.

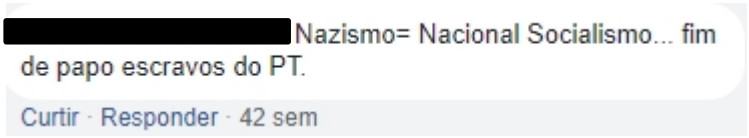


Figura 4: Comentário 01, masculino, 2017.

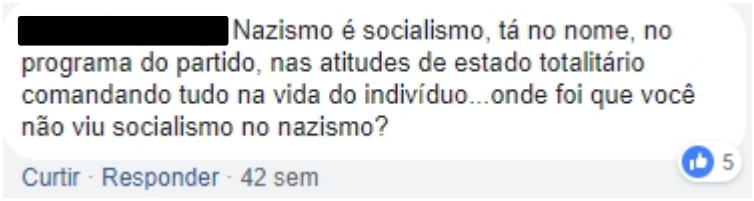


Figura 5: Comentário 02, feminino, 2017.

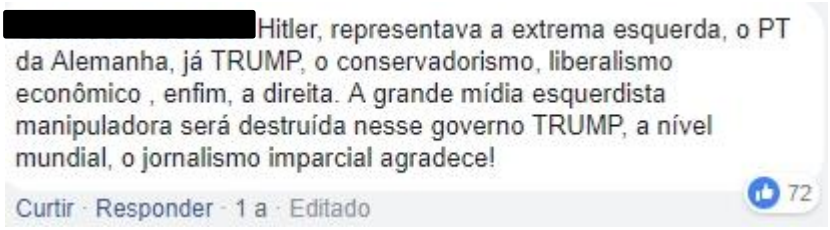


Figura 6: Comentário 03, masculino, 2017.

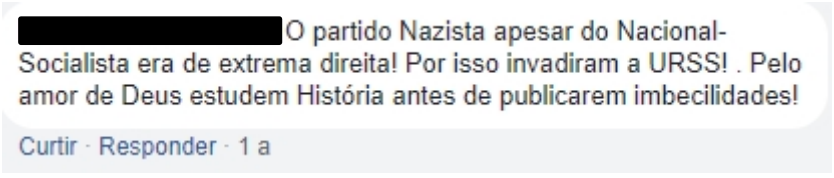


Figura 7: Comentário 04, masculino, 2017.

<https://twitter.com/fernandoholiday/status/1053013887208120320>. Acessado em 21 de novembro de 2018.

Figura 8: Comentário 05, masculino, 2017.

Os cinco comentários expostos acima apresentam reações diferentes das mesmas publicações. Os três primeiros concordam com as narrativas difundidas pelo o MBL de que o Nazismo seria um movimento à esquerda do espectro político, e que o Partido dos Trabalhadores no Brasil possui semelhanças com o Nazismo. Para corroborar tal afirmação, utilizaram principalmente dos seguintes argumentos: o nome completo do Partido Nazista (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães); o Estado totalitário (pois na interpretação dos mesmos, os governos petistas possuíam essas características); consideram a elite midiática do país esquerdista; entre outros.

Já os comentários 04 e 05 debocham das afirmações do MBL em suas postagens, tanto na comparação com o Partido dos Trabalhadores, quanto na narrativa de o Nazismo ser de esquerda. O comentário 04 aponta para o fato de que mesmo o nome do partido possuir o termo “socialista”, pertencia à extrema-direita, e por isso suas rivalidades e a invasão ocorrida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (que defendia ser ideologicamente socialista). Já o comentário 05, também contrário, apresenta um questionamento ao MBL sobre o nome oficial da Coreia do Norte: “Então pela sua logica o Estado Democrático da Coreia (Coreia do Norte) é democrática?”. Na realidade, o nome oficial é República Popular Democrática da Coreia, e a crítica existe devido ao país não ser tão aberto ao mundo e ser tachado de ditatorial por diversos especialistas em História, Ciência Política, Ciências Humanas em geral. Em suma, o quinto comentário está defendendo que não se pode analisar o partido apenas pelo seu nome, são as práticas que devem ser levadas em consideração.

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma parte dos resultados de uma pesquisa de Mestrado em História Social pela Universidade Estadual de Londrina, da qual o objetivo principal é investigar as ideias de “Nazismo” e seus usos pelo MBL – Movimento Brasil Livre, uma página da rede social *Facebook* que se

destina a manifestações online contra o que o grupo considera pertencente à esquerda política. Mostramos brevemente como as disciplinas da Didática da História e da História Pública embasaram teoricamente o nosso trabalho, e apresentamos também a metodologia da Netnografia.

Por ora, podemos considerar que ao difundir ideias sobre o Nazismo, o MBL possuiu o objetivo de prejudicar a esquerda, tentando constantemente "manchar" a imagem do que o MBL considera como "esquerda brasileira"[248]. Ao fazer isso, o grupo difundiu ideias de Nazismo que não correspondem à historiografia internacionalmente respeitada, e buscou de forma forçada, comparar o Partido dos Trabalhadores (ideologicamente de esquerda) ao Nazismo a partir de suas publicações, como pudemos ver uma amostra neste texto.

Referências

ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 19-28.

AMARAL, Adriana; NATAL, Geórgia; VIANA, Lucina. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, Ano 13, n. 20, dezembro 2008, p. 34-40.

BAGGIO, Kátia Gerab. Conexões ultraliberais nas Américas: o *think tank* norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas. **Anais do XII Encontro Internacional da ANPHLAC**. 2016 – Campo Grande – MS. p. 01-26.

BERGMANN, Klaus. A História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**. v.9, n.19, set.89/fev.90, p. 29-42.

CERRI, Luis Fernando. O historiador na reflexão didática. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 27-47, jan./jun. 2013.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade. A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro editorial, 2018.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia. Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LIDDINGTON, Jill. O que é a História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de O. (Org.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011. p. 23-40.

[248] Para o MBL, até o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), majoritariamente de centro-direita e direita, é considerado esquerdista.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

Sites
https://twitter.com/fernandoholiday/status/1053013887208120320

https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45874344

www.facebook.com/mblivre/

ESTRUTURALISMO E EPISTEMOLOGIA: A ARQUEOLOGIA DO SABER COMO UM HÍBRIDO TEÓRICO-METODOLÓGICO.

Pedro Ragusa*[249]
Universidade Estadual de Londrina.
pedroragusa@yahoo.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é mostrar como a pesquisa arqueológica de Michel Foucault foi desenvolvida a partir da composição de um eixo teórico – metodológico híbrido, o qual, serviu de aporte para a prática de suas histórias arqueológicas nos anos sessenta. Tendo em vista que Michel Foucault, desenvolveu sua pesquisa arqueológica nos anos sessenta através de uma adequação teórico - metodológica *híbrida,* ofertada por uma problemática originária com a Epistemologia Francesa, e pela introdução de análise Estruturais no domínio da história das ciências pôde realizar um conjunto de descrições histórico-estruturais sobre as relações discursivas entre os saberes em diferentes períodos históricos, chamados por ele de Epistemes.

PALAVRAS - CHAVE: Metodologia – Arqueologia – Estruturalismo.

* Doutor em História pela linha de pesquisa, Cultura, Historiografia e Patrimônio, pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (Unesp– Assis), Bolsista CAPES-CNPq. Professor colaborador no departamento de história da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Estagiário no programa de pós-doutorado pela Universidade Estadual de Londrina.

Introdução

Em uma entrevista em 1967, Michel Foucault declarou: "*O que tentei fazer foi introduzir análises de estilo estruturalista em domínios dos quais elas não haviam penetrado até o presente, ou seja, no domínio da história das ideias, da história dos conhecimentos, da história da teoria"* (FOUCAULT, 2013, 62). A introdução e o desenvolvimento dessas análises destacadas pelo filósofo, partiram da composição de um eixo teórico – metodológico híbrido entre *Epistemologia das Ciências* e um *Estruturalismo Histórico*[250]. Esse eixo de pesquisa serviu de aporte para a prática da pesquisa arqueológica em *As Palavras e as Coisas,* livro considerado o "mais estruturalista" escrito pelo filósofo onde encontra-se uma descrição *histórico-estrutural dos discursos sobre os saberes em diferentes períodos históricos, chamados por ele de Epistemes*[251] (DOSSE, 2007, 433).

A problemática arqueológica foi fornecida pela *Epistemologia Francesa* através de uma investigação sobre os saberes delimitada por uma noção descontínua sobre a história. Já com relação a estratégia teórico - metodológica definida para o desenvolvimento dessa problemática, foi com a introdução de um estilo de linguagem similar ao que faziam os Estruturalistas e por meio de um objeto estrutural nomeado de *Episteme,* que o filósofo pôde realizar suas descrições sobre a relações discursivas que constituíram os sabe res sobre o homem na modernidade.

Michel Foucault, mesmo declarando em várias oportunidades não ser um estruturalista, pôde desenvolver seus estudos arqueológicos através de um *hibridismo teórico – metodológico* que o colocou "ao lado" daqueles que estavam sendo chamados por estruturalistas. (VALLEJO, 2011, 137-185; VEYNE, 2011, 173)

Assim, a hipótese que serviu de fio condutor para nossa pesquisa, e pela qual se deve o desenvolvimento desse artigo pode ser definida pela seguinte formulação: Michel Foucault momentaneamente durante a prática da arqueologia dos saberes

[250] A noção de um Estruturalismo Histórico corresponde ao tema desenvolvido no capítulo III da tese desenvolvida no programa de pós-graduação de história na Unesp de Assis.
[251] Foi pelo uso do conceito de Episteme que Michel Foucault pôde desenvolver uma arqueologia dos saberes similar a uma história das *ciências*, desde a aparição das clássicas ciências empíricas, até o desenvolvimento das modernas *ciências e contra - ciências humanas*.

desenvolveu um método híbrido para a descrição histórica - estrutural dos saberes ocidentais mediado por uma linguagem estruturalista e por um objeto estrutural.

Dessa maneira, num primeiro momento, apresentaremos como o método arqueológico foi constituído pela influência da Epistemologia através de sua delimitação temática e na composição da problemática em descrever historicamente as relações discursivas a partir das condições históricas de possibilidade para o aparecimento dos discursos. Depois mostraremos como a arqueologia dos saberes também estabeleceu uma interface com estruturalismo, podendo ser considerada uma prática especifica de um estruturalismo histórico, uma vez que Michel Foucault buscou nas análises estruturais um método para auxiliá-lo a mostrar as rupturas e transformações históricas através da introdução da noção conceitual de Episteme[252].

Epistemologia Francesa e Arqueologia dos Saberes: Ruptura Epistemológica e Descontinuidade Histórica.

Ainda que a arqueologia foucaultiana guarde influências da Epistemologia francesa, é necessário deixarmos claro uma importante diferença para com o "método" de Michel Foucault. De fato, a Arqueologia não pode ser uma Epistemologia ao menos em um ponto: as descrições realizadas pela arqueologia de Michel Foucault diferentemente da Epistemologia francesa não conferem nenhum privilégio a diferença entre discurso científico e discurso pré-científico, isto é, para a arqueologia, o saber como objeto de investimento analítico pode ser delimitado nas suas mais diversas manifestações[253].

Reconhecida essa diferença, torna-se legítimo apontarmos dois traços fundamentais quem marcaram a influência da *Epistemologia francesa* definida pela linha de Canguilhem sobre a *Arqueologia do saber*. 1) a problemática sobre os regimes de racionalidade. 2) a perspectiva histórica da descontinuidade. Dessa maneira, através desses dois pontos de contato entre essas linhas teórico –

[252] Trata-se da introdução de um conceito que pôde delimitar o momento mais *estruturalista* no pensamento e nos escritos de Michel Foucault através de uma problematização desenvolvida por sua arqueologia dos saberes no campo da história.
[253] Como por exemplo, com os saberes relativos a loucura e expressados pela própria linguagem do louco que foram excluídos do campo da razão.

metodológica, *de que maneira a problemática delimitada pela Epistemologia francesa interveio na arqueologia de Michel Foucault*?

Michel Foucault indicou que a tarefa e os objetivos científicos atribuídos à Epistemologia enquanto análise histórica dos saberes seria o de mostrar "*em que medida esta história (das ciências) podia contestar ou manifestar seu fundamento absoluto em racionalidade"* (FOUCAULT, 2013b, 305)*.* E através dessa tarefa ser possível *"determinar as condições estruturais de produção dos discursos em determinado regime de racionalidade existente"* (MACHADO, 2006, 7). Dessa maneira, a abordagem epistemológica sobre os saberes de uma época apresenta um ponto de vista *histórico-estrutural* sobre a formação e o funcionamento das *filiações discursivas* interna aos saberes, postas por meio da ordem posicional entre os discursos dos saberes ao estabelecerem suas relações e seus sentidos de significação (DELEUZE, 1974, 293).

Foi através dessa perspectiva sobre a *história das ciências* delimitada no pensamento e nos escritos de Canguilhem, que a *filosofia* pôde manter com a *história das ciências* uma relação mais direta do que com a *história* ou com as *ciências* propriamente ditas. Isso foi possível sobretudo pela "nova problemática" filosófica desenvolvida com a contribuição dos trabalhos sobre as teorias da física de Gaston Bachelard, e das ciências biológicas com George Canguilhem. (YASBEK, 2008, 63).

Para recuperarmos a herança conceitual e teórica legada pela Epistemologia e introduzida na pesquisa arqueológica dos saberes de Foucault, cumpre realizarmos uma retomada dos fundamentos básicos desenvolvidos pela Epistemologia Francesa, a fim de mostrar posteriormente quais os gradientes teóricos que o método arqueológico de Michel Foucault pôde reter no desenvolvimento de sua pesquisa.

A reflexão histórica - filosófica desenvolvida pela disciplina da Epistemologia francesa associada ao pensamento de Bachelard e Canguilhem, procurou conferir a noção de *prática científica,* o próprio objeto e o critério para a verificação da verdade. Isto é, a Epistemologia ao definir sua problemática sobre o conhecimento através da noção de *prática científica*, estabelece que todas as técnicas empregadas na "produção" e "verificação" de provas experimentais sobre o "dizer verdadeiros das ciências" devam ser encaradas como o principal interesse do trabalho realizado pelos epistemólogos franceses.

De acordo com os epistemólogos as práticas científicas são historicamente modificadas ao serem regidas por um conjunto de regras provisórias (temporárias), e nem sempre bem explicadas. Dessa maneira, o interesse epistemológico em delimitar o conjunto de *práticas* que tornam possível o aparecimento de *um dizer verdadeiro* para as ciências, representa uma inversão teórico - metodológica com relação à postura e a tarefa científico-filosófica da Fenomenologia, que procurava reorganizar a validade do conhecimento a partir da noção de *experiência significativa do sujeito*.

Para a Epistemologia, a prática científica não *reproduz* a verdade, mas de fato ela a *produz,* sendo essa produção da verdade desenvolvida de acordo com as diversas regiões possíveis para a constituição de uma realidade científica no interior de um dado regime histórico de racionalidade. Assim, não é possível estabelecer critérios universais ou exteriores a partir dos quais seja possível avaliar o discurso com pretensão a verdade de determinada ciência somente a nível conceitual.

Logo, a problemática que delimita a preocupação científica da epistemologia é fazer notar e descrever não somente como se constitui os discursos *ditos verdadeiros*, mas principalmente em descrever, como se constituem *as práticas científicas* que introduzem a forma de *racionalidade dominante*. E sem com isso excluir as demais práticas científicas e formas de racionalidade consideradas como “erradas”, as quais, mesmo não sendo associadas ao discurso sobre a verdade definidos pela razão devem ser compreendidas como uma dentre as muitas possibilidades de existência dos “*regimes de racionalidade”.*

Assim, de acordo com a problemática sobre a descrição das práticas científicas delimitada pelos epistemólogos, tanto o *sujeito* como a noção de experiência com *sentido - significativo* para o conhecimento deixam de ser *ponto de partida e o fundamento* para o ato do conhecimento, tornando-se mais um objeto a ser conhecido internamente em determinado regime de racionalidade. Portanto, diante da perspectiva epistemológica todo o processo histórico e prático de produção e legitimação do conhecimento seja pelo sujeito, ou por disciplinas científicas, converte-se no próprio *objeto da prática científica-epistemológica.*

A perspectiva aberta pelos epistemólogos em delimitar os saberes e os discursos por seu *dizer verdadeiro* através das *práticas científicas,* possibilitou um estilo de descrição sobre o aparecimento dos discursos com dizer verdadeiro através

da introdução de uma análise histórica amparada com a noção de *descontinuidade histórica*. Essa perspectiva histórica da descontinuidade para descrição do aparecimento dos saberes foi retomada no século XX pela epistemologia de Gaston Bachelard. Para o epistemólogo o conhecimento possibilitado pelas práticas científicas, seja na sua condição de disciplina científica ou mesmo como um conceito, não deveria ser pensando por algum "começo silencioso" através de uma linhagem, ou de seus precursores.

Dessa maneira, tanto um conceito, como uma disciplina científica tornam-se "dizeres verdadeiros" a partir de um conjunto de práticas científicas que implicam em *"efeitos múltiplos de padrões de racionalidade histórico de uma época*" (FOUCAULT, 2013a). Nessa linha de pensamento Canguilhem pôde retomar as principais categorias metodológicas da epistemologia de Bachelard a partir de sua introdução sobre uma reflexão sobre o gradiente de racionalidade nas "ciências duras" (física moderna), e aplicá-las como categorias de análise para as chamadas "ciências da vida": Biologia, Anatomia e Fisiologia.

Durante o desenvolvimento de seu trabalho enquanto um historiador das ciências, George Canguilhem fez bem mais do que assegurar a revalorização de um domínio relativamente negligenciado, *ele remanejou a própria disciplina em pontos essências como a descontinuidade histórica no desenvolvimento dos saberes* (FOUCAULT, 2013a).

> Se há uma especificidade da história epistemológica de Canguilhem, é o fato de ter situado a análise da descontinuidade no nível do conceito, segundo ele o mais fundamental entre os elementos dos discursos científicos.[254]

Dessa forma, George Canguilhem deu continuidade as propostas de reconhecimento de uma historicidade radical para o pensamento filosófico e para as práticas científicas. De modo a sustentar que não existe uma lógica geral de cientificidade, mas, apenas como uma produção regional de discursos sobre a verdade de maneira sempre provisória.

[254] MACHADO, Roberto. Foucault: A Ciência e o Saber. 3° Edição. Rio de Janeiro. Editora: Jorge Jahar Editor. 2006. p.33.

Roberto Machado apontou que a ideia de Canguilhem sobre uma perspectiva temporal - descontínua para a história epistemológica, compreende que um conceito é produzido contextualmente em determinado momento da história, e sua formulação ao ser datada com o nome de quem o produziu não corresponde a uma associação legítima entre autor e obra. Assim, um conceito não pode formar-se de uma vez por todas e através de uma razão unitária, nesse sentido, a história das ciências deve ser a *"história da formação, deformação e da ratificação de conceitos científicos*". (CANGUILHEM, 1973, Apud MACHADO, 2006, 33).

A cada movimento de progresso ou desenvolvimento de uma disciplina científica, as fronteiras entre o científico e não – científico são renegociadas, redefinidas e ganham novas problemáticas, na perspectiva de Canguilhem "*a ciência moderna faz da descontinuidade uma obrigação da cultura*". (CANGUILHEM, 1973, Apud YASBEK, 2008, 60). Assim, a evolução do conhecimento científico possui um itinerário "*atravessado por acidentes, retardado ou desviado por obstáculos, interrompido por crises, quer dizer, por momentos de julgamento e de verdade*" (CANGUILHEM, 1973, Apud YASBEK, 2012, 34).

> Retomando esse mesmo tema, elaborado por Koyré e por Bachelard, Georges Canguilhem insiste no fato de que a identificação das descontinuidades não é, para ele, nem um postulado nem um resultado: é, antes, uma "maneira de fazer", um procedimento que se integrou à história das ciências, por que ele é requisitado pelo próprio objeto do qual ela deve tratar. A história das ciências não é a história do verdadeiro, de sua lenta epifania; ela não poderia pretender relatar a descoberta progressiva de uma verdade inscrita desse sempre nas coisas e no intelecto, salvo se se pensasse que o saber atual a possui finalmente de maneira tão completa e definitiva que ele pode usá-la como um padrão para mensurar o passado. E no entanto, a história das ciências não é uma pura e simples história das ideias e das condições e, que elas surgiram e se apagaram.[255]

Assim, a Epistemologia francesa pretende avaliar a ciência de um ponto de vista de sua cientificidade, e para realizar tal tarefa elege como instrumento privilegiado a análise histórica descontínua. Essa perspectiva se justifica tendo em

[255] FOUCAULT, Michel. A Vida: a Experiência e a Ciência. In: Ditos e Escritos volume 2, Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 3° Edição. 2013. p. 376.

vista que o a própria condição do objeto ciência necessite de uma análise histórica colocada nesses termos.

Dessa maneira, ao tematizar as ciências do ponto de vista de sua cientificidade, os estudos epistemológicos romperam com a tradicional noção sobre os acontecimentos históricos pensados através de uma historicidade cumulativa e continuísta. Essa posição é fundamental de ser destacada, pois permite o estabelecimento de uma reflexão sobre as rupturas e transformações do campo científico como a evidencia da *descontinuidade na história* através da ocorrência de *acontecimentos históricos – limites* no campo científico, os quais foram compreendidos como *rupturas ou cortes epistemológicos.*

Nesta medida, a história das ciências praticada pela epistemologia francesa não é uma história compreendida como a crônica descritiva dos acontecimentos, isto é, uma história do tipo factual e explicada através da sucessão de causas e consequências. Nesse sentido, a história das ciências deve ser uma história das *filiações discursivas – conceituais* na medida em que uma filiação desse tipo "ao possuir o estatuto da descontinuidade", não deve ser compreendida como um quadro de doutrinas e como progressão dos discursos relativos a verdade. (YESBEK, 2008, 62).

> [...] A história das descontinuidades não é adquirida de uma vez por todas; ela é "impermanente" por si mesma, ela é descontínua; deve ser ininterruptamente retomada através de novos esforços. Seria preciso concluirmos daí que a ciência faz e refaz a cada instante, de maneira espontânea, sua própria história [...].[256]

Através dessa metodologia para a história das ciências surge uma importante noção para sustentar a perspectiva histórica descontínua sobre a aparição dos discursos científicos, trata-se da noção de *ruptura* ou "*corte epistemológico*" (coupure epistemologique). Noção fundamental à epistemologia em geral, introduzida pela reflexão bachelardiana e desenvolvida nos trabalhos de história da ciência de George Canguilhem (MACHADO, 2006, 33).

[256] FOUCULT, Michel. A Vida: a Experiência e a Ciência. In: Ditos e Escritos volume 2, Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 3° Edição. 2013. p. 377.

O *corte epistemológico,* corresponde a uma delimitação temporal que marca uma *ruptura* entre diferentes regimes de racionalidade, isto é, *uma transformação radical* a nível *linguístico - histórico* entre os discursos científicos que marcam diferenças históricas. Dessa maneira, a noção de *descontinuidade histórica* permite o reconhecimento de *rupturas epistemológicas* a partir da delimitação de determinado "*acontecimento-limite*", assim o corte epistemológico é um marcador de diferenças entre os códigos linguísticos de uma época.

A noção de corte epistemológico oferta para a reflexão da história das ciências uma perspectiva contrária a qualquer forma de linearidade e continuidade histórica. Assim, através da delimitação de um acontecimento de *ruptura linguística* a nível dos saberes torna-se possível reconhecer as transformações e fissuras entre um regime de racionalidade e outro. Contudo reconhecer essas transformações não implica em pensar na historicidade dos conhecimentos a partir de um progresso cumulativo e continuísta.

Essas rupturas que marcam descontinuidades históricas podem ser evidenciadas no momento em que a linguagem utilizada no interior de uma ciência torna-se incompreensível na resolução de problemas em sua atualidade, tendo por referência as bem-sucedidas tentativas anteriores de utilizá-la na resolução de seus problemas fundamentais. Assim, cabe à Epistemologia a partir de sua apropriação descontínua da história, tornar inteligível este momento de identificação precária e intrincada do pensamento científico ao reconhecer o limite para a produção de uma nova linguagem através da história das ciências. (YASBEK, 2008, 60 - 61).

Assim, as duas consequências mais impactantes sobre o pensamento histórico-filosófico ofertada pela Epistemologia francesa nas primeiras décadas do século XX, podem ser delimitadas pela *recusa* em considerar a existência de um caráter unitário, progressivo e contínuo sobre o discurso racional e científico ao propor a noção de regime de racionalidade. Sendo o fundamento para a delimitação dos limites e transformações entre esses regimes de racionalidade, a introdução de uma nova abordagem sobre a temporalidade histórica numa perspectiva *descontínua* para os acontecimentos.

Dessa maneira, o interesse de Michel Foucault pela Epistemologia se justifica com a introdução do método histórico – filosófico chamado por *arqueologia dos*

saberes, utilizado pelo filósofo para descrever historicamente es relações discursivas que constituíram os saberes em diferentes épocas, a partir de um interesse *pelas condições históricas de transformação e ruptura das Epistemes.*

Assim, diante de uma perspectiva teórica definida pela influência dos estudos da Epistemologia de Canguilhem, a pesquisa arqueológica foi desenvolvida através da problemática sobre as condições históricas de aparecimento dos saberes e pôde desenvolver essa temática a partir de uma metodologia (um tanto quanto estruturalista) de colocar em “parênteses” todo o sentido - significativo com pretensão a verdade de uma determinada enunciação discursiva.

Estruturalismo e a Arqueologia dos Saberes: A Episteme.

Para descrever acontecimentos de transformação e ruptura *imperceptíveis* a nível dos saberes, Michel Foucault partilhou durante sua pesquisa arqueológica de critérios teórico – metodológico delimitados pelos pesquisadores estruturalistas. De acordo com o filósofo, os acontecimentos históricos que demarcam rupturas epistemológicas produzidas pela composição de novas relações discursivas sobre os saberes, não poderiam ser reconhecidas em análises históricas causais ou dialéticas (FOUCAULT, 2013).

Assim, foi através da introdução de um estilo específico de análise estrutural durante a prática de sua pesquisa arqueológica, que Michel Foucault pôde descrever as relações discursivas constitutivas dos saberes modernos sobre o homem. Dessa maneira, a caracterização da arqueologia dos saberes como um método similar aos diversos estruturalismos dos anos sessenta, só pode ser feita tendo em vista um *Estruturalismo – Histórico,* pelo qual a noção de *Episteme* não seja associada como um sinônimo ao conceito de *Estrutura.* Antes de mostrarmos como a arqueologia dos saberes pode ser compreendida como uma variação do estruturalismo, convém mostrarmos suas diferenças.

A *Arqueologia do saber* não se assemelha ao *Estruturalismo* delimitado por uma perspectiva teórico - metodológica *atomista e sincrônica* originária com a noção de *Estrutura Linguística* do curso de Saussure (DREYFUS, RABINOW, 2010, XIX). O Estruturalismo oriundo com a linguística desenvolveu-se por um conceito de Estrutura

que Michel Foucault nunca esteve interessado em utilizar em sua pesquisa arqueológica. Os saussurianos conceituavam que determinada Estrutura deveria representar uma forma, ou um *modelo sistêmico* (DELEUZE, 1974) referente a um conjunto inter-dependente e articulado por elementos, os quais possuiriam um valor significativo aleatório.

Essa delimitação conceitual, na qual, Estruturas representam modelos sistêmicos, pressupõe a caracterização das mesmas por um conceito teórico sustentado através de uma perspectiva sincrônica sobre a dimensão temporal. Isto é, a noção de Estrutura foi comumente utilizada sem uma preocupação com os acontecimentos de transformações e rupturas, dessa maneira, o conceito tornou-se tributário de uma perspectiva temporal reconhecida como *a-histórica*, onde a transformação da realidade demostrada com os acontecimentos históricos não devem ser relevantes como critérios explicativos. (DOSSE, 2007).

Ao contrário dessa tradicional noção de Estrutura derivada do curso de Saussure, o conceito de *Episteme* não foi empregado com o interesse em mostrar os discursos sobre os saberes como elementos integrantes de *Estruturas universais, sistêmicas, e anti - históricas.* Assim, Michel Foucault se utilizou do conceito de Episteme com a intenção em mostrar como as *transformações históricas* originárias com as *rupturas epistemológicas,* não sustentam a aparente “unidade discursiva” numa formação discursiva como a ciência e demais discursos sobre os saberes.

Dessa maneira, o interesse do filósofo em introduzir análises estruturais que possam evidenciar a mudança e a transformação histórica sobre acontecimentos a nível dos saberes, foi mostrar a *dispersão* de sentidos dessas relações discursivas sobre os saberes quando ocorrem as *rupturas epistemológicas no saber ocidental* possibilitando a sucessão entre uma Episteme e outra, assim; *“dispersão mais do que Estruturas, que se impõe a nós sem que possamos compreende-lo ou percebe-lo*” (VEYNE, 2011, 1973).

No caso da descrição arqueológica realizada em *As Palavras e as Coisas*, cabe destacar a análise *histórico – estrutural* feita sobre a correlação entre as ciências empíricas modernas (Biologia, Economia e Filologia), as quais fundaram a discursividade sobre o homem. Assim, foi somente através da composição de *quadros, ou séries discursivas* historicamente situadas entre diferentes saberes, ser

possível a delimitação de uma *Episteme* (códigos fundamentais), isto é, de relações discursivas que tornam possível o aparecimento dos discursos que marcam os saberes de uma época.[257] Dessa maneira, a noção conceitual de *Episteme,* antes de representar um conceito teórico sobre uma Estrutura, delimitou numa perspectiva geral o *objeto*[258] descrito pelo filósofo em sua pesquisa arqueológica a partir de um estilo de *linguagem estrutural.*

O Híbrido Arqueológico: Entre a Epistemologia e o Estruturalismo.

Se é aceitável que a pesquisa arqueológica de Michel Foucault sobre as ciências humanas foi constituída por um método hibrido entre o *Estruturalismo* e uma *Epistemologia,* através de uma perspectiva histórica descontínua a partir de sucessões epistemológicas, cabe desenvolvermos a seguinte problemática: *Como pode ser colocada a questão da descontinuidade para uma arqueologia dos saberes que se defina como história estrutural das ciências através das rupturas entre as Epistemes?*

Michel Foucault partilhou em sua pesquisa arqueológica da noção de tempo histórico desenvolvida pela história das ciências de George Canguilhem. De fato, aquilo que interessou a Foucault nessa concepção de história foi a distinção entre a noção de tempo da história das ciências, com relação a noção de tempo ofertada pela história tradicional através de uma perspectiva contínua e linear. Assim, a descrição arqueológica que procure encontrar transformações e modificações históricas representada pelos cortes e rupturas epistemológicas, deve orientar-se pela

[257] De acordo com Rabinow e Dreyfus, o alcance da noção foucaultiana de "código fundamentais" para definir a noção de Episteme por seu conteúdo, corresponde a uma perspectiva delimitada teoricamente pelos estruturalistas, e pode ser visto no próprio prefácio de *As Palavras e as Coisas*: "*Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas – fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar*". Cf: FOUCAULT, Michel. As Palavras e as Coisas. 9° Edição. São Paulo. Editora: Martins Fontes. 2007. p. XVII.

[258] Para Dosse o conceito e a abordagem do conceito de Episteme em 1966 no livro *As Palavras e as Coisas* representou o momento mais estruturalistas da pesquisa de Foucault, tendo em vista que o objeto Episteme é construído numa perspectiva estruturalista dupla, pois corresponde tanto a uma estrutura para organização dos discursos que constituem o saberes a partir de suas relações e transformações históricas, ao mesmo que indica um estilo de problematização teórica – metodológica desenvolvido por Foucault dada a introdução de uma linguagem estrutural utilizada por ele para delimitar esse objeto. Cf: DOSSE, François. História do Estruturalismo. O campo do Signo – 1945/1966 Bauru. Editora: Edusc. 2007. p. 433.

Epistemologia de Canguilhem através de sua perspectiva descontínua sobre a história.

Michel Foucault apropriou-se do método da descontinuidade histórica e o introduziu em sua pesquisa arqueológica nos anos sessenta, sua justificativa para essa apropriação metodológica foi dada em razão do próprio objeto de suas análises (rupturas epistêmicas). Dessa maneira, a descontinuidade histórica cumpriu com uma tarefa fundamental na pesquisa de Foucault ao permitir a ampliação da possiblidade de periodizações interna para os acontecimentos a nível dos saberes[259] (FOUCAULT, 2013).

A partir da perspectiva descontínua sobre a temporalidade histórica ofertada pela Epistemologia de Canguilhem, Michel Foucault pôde realizar uma *arqueologia dos saberes* similar a uma *história das ciências*. Essa perspectiva histórica descontínua, mostrou como se constituíram os *limites epistemológicos entre as Epistemes* (Renascimento, Classicismo e Modernidade). Foi pela sucessão entre as Epistemes que o filósofo pôde conhecer *as rupturas e transformações na ordem dos saberes,* e descrever as relações discursivas que constituem temporariamente os saberes numa estrutura histórica – epistemológica.

Nesse sentido, em *As Palavras es Coisas*, a arqueologia de Foucault foi feita com uma perspectiva metodológica de análise sobre os saberes com um caráter estruturalista, uma vez que o estruturalismo lhe serviu como um método para explicar as mudanças e transformações descontínuas na história, para Foucault: *uma análise é estrutural quando ela estuda um sistema transformável e as condições históricas nas quais suas transformações se realizam* (FOUCAULT, 2013, 304). Portanto, na arqueologia dos saberes de Michel Foucault, o estruturalismo através de sua introdução nos estudos epistemológicos, torna-se um método propriamente histórico e com a finalidade de ofertar uma análise rigorosa sobre as transformações históricas a partir da descontinuidade.

Ademais, foi através da perspectiva descontínua sobre a história que Michel Foucault pôde fazer do conceito de *Episteme* (DELEUZE, 1974) não somente seu

[259] Com essa estratégia de análise histórico – epistemológica foi possível ao filósofo descrever acontecimentos imperceptíveis para uma abordagem histórica linear e contínua como as fissuras e rupturas a nível dos saberes.

objeto de estudo, mas também, a “chave teórica - metodológica” que permitiu a introdução de uma metodologia para uma análise das transformações históricas e de uma linguagem estruturalista no domínio da história das ciências, possibilitando a associação de seu trabalho nos anos sessenta junto ao Estruturalismo sem recorrer ao determinado conceito de Estrutura (FOUCAULT, 2013).

A Arqueologia dos Saberes como método histórico-estrutural: Mudança e Ruptura.

Como mostramos no início desse artigo, Michel Foucault afirmou ter introduzido análises do tipo estrutural nos domínios da história para fazer uma história filiações discursivas relativas as ciências humanas (FOUCAULT, 2013, 62). Dessa maneira, a problemática que vamos desenvolver nesse item parte da seguinte questão: *Como Michel Foucault pôde se utilizar de um método Histórico – Estruturalista para explicar as rupturas e mudanças de maneira descontínua entre uma Episteme e outra*?[260]

O “arqueólogo - estruturalista”, deve observar e descrever as condições de produção e existência dos discursos sobre os saberes entre uma Episteme e outra, mas não para “positivar” os conteúdos significativos no que se refere a produção de verdades sobre os discursos legitimados cientificamente, mas, para coloca-los em *relação correlativa* demarcando suas *rupturas e mudanças* através do processo de “dispersão” dos sentidos dos discursos no restabelecimento de uma nova ordem epistêmica. Nesse sentido a arqueologia mostra as *diferenças* entre as práticas discursivas e os discursos sobre os saberes em diferentes períodos históricos através da organização das regras descontínuas e sem uma lógica que determine racionalmente o aparecimento dos discursos nas Epistemes.

Foucault buscou encontrar uma *tipologia das transformações* das *regras que organizam as Epistemes*, essas tipologias de transformações epistêmicas foram para o filósofo o meio pelo qual ele “mostrou” as sucessões e rupturas entre Epistemes através de uma perspectiva histórica *descontinua*[261], assim, o que deve ser

[260] Essa questão não foi respondida nem explicada em *As Palavras e as Coisas*, contudo em textos posteriores como: *Linguística e Ciências Sociais*, *Retornar a História*, *Resposta a uma Questão* e *A Arqueologia do Saber*, Michel Foucault se propôs a explicar como ele pôde fazer do Estruturalismo um método para a análise histórica sobre as mudanças e rupturas epistêmicas.

[261] O tema da descontinuidade não foi aprofundado nesse momento pois ele será discutido quando analisarmos o texto*, Retornar a História*.

problematizado como objeto para as descrições do *arqueólogo-estruturalista*, consiste nos espaços limites entre uma Episteme e outra.

Através desse "estruturalismo-arqueológico" as transformações históricas que ocorrem entre um período e outro foram delimitadas por rupturas, que, ao contrário da tradicional concepção linear sobre a história das ciências, mostraram como em alguns campos discursivos não ocorrem necessariamente transformações *derivadas* ou *consequenciais* com relação aos saberes anteriores, mas, que as rupturas expressam transformações *correlatas* entre os saberes de um período e outro. Assim, o estruturalismo histórico de Michel Foucault define o limite de ruptura como acontecimento que mostra a transição de uma Episteme a outra a partir deixando em relevo as diferenças entre as Epistemes.

Podemos exemplificar essa perspectiva de Michel Foucault sobre o estruturalismo como método que possa explicar a mudança:

> Seja um estado *A* da língua, estado caracterizado por um número certo de traços. Seja atualmente um estado *B*, no qual se constata que houve tal mudança e que, em particular, o elemento *a*` foi transformado em *a*``. Neste momento, os linguistas constatam que essa mudança é sempre correlativa de outras mudanças (b´ em b``, c´ em c`` etc.). A análise estrutural não consiste então em dizer: a mudança de a` em a`` provocou a série de mudanças, b´ em b``, e c` em c``, e sim: não se pode encontrar a mudança de a´ em a``, sem que haja igualmente a mudança de b´ em b`` de c` em c`` etc. (...) O Estruturalismo – isso acaba de ser dito aqui, dessa vez de maneira sistemática e com vigor – longe de se opor a mudança – ou seja, à história – é apenas uma modalidade de análise da mudança, uma modalidade de análise que a "precipita" de alguma forma e permite dar conta dela.[262]

Assim, a arqueologia dos saberes, partir dessa perspectiva sobre a história das ciências e através de uma linguagem e de uma metodologia histórico – estrutural, Michel Foucault pôde pensar as relações discursivas entre os saberes comumente reunidas em estudos históricos por conjuntos como séculos, mentalidades e espírito

[262] FOUCAULT, Michel. Linguística e Ciências Sociais. In: Ditos e Escritos, volume II. Arqueologia das Ciências, e História dos Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1° Edição. 2011. Pág. 175. Michel Foucault foi acusado por muitos críticos em não ter explicado de fato as causas e razões que justifiquem as mudanças epistemológicas, diante disso ele foi convidado a pelo círculo de Epistemologia francesa a esclarecer seu programa arqueológico. Esse esclarecimento foi transformando num texto publicado em 1968 chamado *Resposta a Uma Questão*.

do tempo, mas que através de sua problematização, foi possível mostrar como os discursos acabam por dispersar-se em diferentes Epistemes, adquirindo novos sentido-significativos através das reorganizações das regras de posição do discurso nas Epistemes.

Portanto, Michel Foucault pôde mostrar como saberes que são aparentemente distintos e desconexos, possuem pontos de contato e influencias uns sobre os outros, como por exemplo, com o *triedro dos saberes* e a constituição da figura do homem. Dessa maneira, ao realizar uma arqueologia dos saberes foi possível estabelecer a nível das relações discursivas e não dos objetos pelos quais essas relações se organizam, o filósofo estabelecer uma homogeneidade na heterogeneidade dessas relações entre os saberes sobre o homem.[263]

Considerações Finais

Foi através da composição de um *híbrido* entre a tradição de pensamento associada aos epistemólogos, e junto a perspectiva metodológica ofertada pelo estruturalismo, Michel Foucault pôde inserir momentaneamente sua pesquisa arqueológica num "lugar", um campo de pesquisa teórico – metodológico pelo qual ele pudesse introduzir um *método* para descrição dos discursos através de uma perspectiva *estruturalista-histórico-epistemológica* com relação a problemática relativa a formação dos saberes sobre o homem e instituições sociais. [264]

Dessa forma, esse complexo posicionamento teórico - metodológico de Foucault durante sua pesquisa arqueológica, demostrou um interesse ou uma

[263]JAQUET, Gabriela Menezes. A CONDUÇÃO DE SI E DOS OUTROS ATRAVÉS DE UMA ACONTECIMENTALIZAÇÃO DA HISTÓRIA EM MICHEL FOUCAULT. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

[264] Os trabalhos desenvolvidos durante sua pesquisa arqueológica*: História da Loucura, O Nascimento da Clínica e As Palavras e as Coisas*, foram trabalhos que objetivaram justamente a composição das formações discursivas, pela qual se pôde delimitar a existência de objetos como a loucura, o hospital e as ciências humanas. A preferência teórico-metodológica de Michel Foucault, em fins dos anos cinquenta e início da década de sessenta, irá assentar-se no que se refere a uma grade teórica metodológica estruturalista. O objetivo de suas análises nesse momento de sua pesquisa, não esteve mais preocupado com o significado do sentido, mas sim, *com as condições de produção, aparecimento e irrupção do sentido.*

finalidade menor, no em delimitar a “natureza” de suas pesquisas como sendo desenvolvidas por um programa *teórico-metodológico* estruturalista[265].

Dessa forma, cabe dizer com relação a Foucault, que durante seu período de produção da pesquisa arqueológica ele pôde *estar* no estruturalismo sem de fato ser um estruturalista. Pois, dessa forma, ele poderia estar num “lugar”, ou, numa posição teórico-metodológica[266], pela qual, de não compartilhar dos pressupostos de uma filosofia, ou prática científica fundada exclusivamente na racionalidade do sujeito. Ao colocar-se numa posição ao lado dos estruturalistas, Foucault, pôde desenvolver sua arqueologia dos saberes para fazer uma história estrutural das filiações discursivas.

Nesse aspecto, Foucault, sem de fato *ser* um estruturalista, pode ao menos participar desse momento de renovação do pensamento acadêmico francês por “*estar ao lado dele, mas não nele”*[267] (FOUCAULT, 2013, 159).

> Desse ponto de vista, tenho com o estruturalismo uma relação ao mesmo tempo de distância e de reduplicação. De distância, já que falo dele em vez de praticá-lo diretamente, e de reduplicação, já que não quero fala dele sem fala sua linguagem.[268]

Dessa maneira, a *estratégia* de adesão ao estruturalismo realizada por Michel Foucault não foi desenvolvida necessariamente pelo interesse em praticar análises estruturais, mas, para situar-se junto aos estruturalistas no que se refere a composição de um campo de pesquisa dominado por uma linguagem fértil para a resolução da problemática arqueológica sobre os saberes.

Já com relação a temática de pesquisa da arqueologia dosa saberes, as vantagens adquiridas pela arqueologia dos saberes com o Estruturalismo para realizar uma história estrutural das ciências, pôde ser reconhecida pelo esforço em conhecer as condições históricas de transformação e ruptura a nível dos saberes, as quais, não

---

[265] É importante destacarmos que não estamos negando que Foucault tenha realizado análises estruturalistas, mas o que estamos concluindo, é o fato de sua motivação para desenvolver esse estilo de análise não foi necessariamente para atuar como um pesquisador estruturalista, como o foram, Strauss e Lacan. Mas seu interesse foi estratégico, tendo em vista o grande desenvolvimento científico e filosófico balizado pelas análises estruturais, em contraste, com a falência da grade fenomenológica.

[266] Mesmo que motivado por uma questão política – epistemológica de contrariedade as filosofias do sujeito, e não por uma real paixão pelo sistema e pela estrutura.

[267] FOUCAULT, Michel. Michel Foucault Explica seu Último Livro. In: Ditos e Escritos volume 2*,* Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*.* Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária 3° Edição. 2013. p. 159.

[268] FOUCAULT, Michel. A Filosofia Estruturalista Permite Diagnosticar o que é a “Atualidade*”.* In: Ditos e Escritos volume 2*,* Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária 3° Edição. 2013. p. 62.

poderiam ser explicadas com análises históricas continuístas ou causais, mas *somente através da introdução de análises estruturais nos domínios da história*

Portanto, a qualificação do pensamento e do trabalho de Michel Foucault em sua pesquisa arqueológica junto ao estruturalismo, resultou da composição de um hibrido teórico metodológico para uma específica pesquisa sobre a história descontinua do aparecimento dos saberes, a qual, ainda que ausente da introdução e do desenvolvimento de um método sobre Estruturas como fizeram Strauss e Lacan no decorrer de suas obras, pôde encontrar na linguagem estruturalista e na metodologia das mudanças e rupturas pela análise estrutural uma base teórica para a composição da prática de pesquisa para a arqueologia do saberes.

Referências

CANGUILHEM, George. “Le rôle de l´épistemologie dans l`historiographie scientifique contemporaine”. In: **Ideologie et rationalité dans l´histoire des sciences de la vie**, 1973.

CANGUILHEM, George. Gaston Bachelard et les Philosophes. In: **Études d`historie et de Philosophie des Sciences.**

CANGUILHEM, George. “L`objet de l´historie des sciences”. In: **Études d´história et de philosophie des sciences**. Paris: Vrin, 1994.

DELEUZE, Gilles*.* **Em que se pode Reconhecer o Estruturalismo***?* CHATELET, François. História da Filosofia: Idéias e Doutrinas, volume 8, O Século XX*.* São Paulo. Zahar Editora. 1973.

DOSSE, François. **História do Estruturalismo. O campo do Signo**. Bauru. Editora: Edusc. 2007.

DREYFUS, Hubert, e, RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 3° Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault, 1926 – 1984**. São Paulo. Editora. Cia das Letras. 1989.

FOUCAULT, Michel. Retornar a História. In: Ditos e Escritos, volume II. **Arqueologia das Ciências, e História dos Sistemas de Pensamento.** Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1° Edição. 2013.

FOUCAULT, Michel. A Vida: A Experiência e a Ciência. In: Ditos e Escritos volume 2*,* **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento***.* Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária 3° Edição. 2013.a.

FOUCAULT, Michel. Linguística e Ciências Sociais. In: Ditos e Escritos, volume II. **Arqueologia das Ciências, e História dos Sistemas de Pensamento**. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1° Edição. 2013.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismo e Pós estruturalismo**.** In: Ditos e Escritos volume 2*,* **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento***.* Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária 3° Edição. 2013.

FOUCAULT, Michel. A Filosofia Estruturalista Permite Diagnosticar o que É “a Atualidade”. In: Ditos e Escritos, volume II**. Arqueologia das Ciências, e História dos**

Sistemas de Pensamento. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1° Edição. 2013.
FOUCAULT, Michel. Michel Foucault Explica seu Último Livro. In: Ditos e Escritos volume 2. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária 3° Edição. 2013.
FOUCULT, Michel. Conversa com Michel Foucault. In: Ditos e Escritos volume 6, **Repensar a Política**. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1° Edição. 2013.
FOUCAULT, Michel. Entrevista com Madeleine Chapsal. In: Ditos e Escritos, volume VII. **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1° Edição. 2011.
FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas.** São Paulo. Editora: Martins Fontes. 2007.
FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo. Editora: Perspectiva. 1997.
FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7° Edição. Rio de Janeiro. Editora: Forense Universitária. 2007.
GREGOLIM. Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos.** São Carlos. Editora: Claraluz. 2006.
JAQUET, Gabriela Menezes. **A CONDUÇÃO DE SI E DOS OUTROS ATRAVÉS DE UMA ACONTECIMENTALIZAÇÃO DA HISTÓRIA EM MICHEL FOUCAULT**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.
MACHADO, Roberto. **Foucault: A Ciência e o Saber**. 3° Edição. Editora: Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2006.
MADARASZ, Norman R.; JAQUET, Gabriela M.; FÁVERO, Daniela N.; CENTENARO, Natasha (Orgs.). **Foucault: leituras acontecimentais**. [recurso eletrônico] / Norman R. Madarasz, Gabriela M. Jaquet, Daniela N. Fávero, Natasha Centenaro (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora: Fi, 2016.
REVEL. Judith. Foucault. **Un Pensamento de lo descontínuo**. Buenos Aires. Editora: Amorrotu. 2010.
SAFATLE, Wladimir. **Literatura como contraepisteme: o lugar da experiência literária na arqueologia foucaultiana do saber**. In: **O mesmo e Outro, 50 anos de História da Loucura**. (Orgs) Salma Tannus Muchail, Márcio Alves da Fonseca, Alfredo Veiga – Neto. Belo Horizonte. Editora: Autêntica. 2011.
VALLEJO, Mauro. Michel Foucault y el estructuralismo: un sacerdocio apócrifo. In: Vallejo, M. & Rodríguez, F. **El estructuralismo en sus márgenes. Ensayos sobre críticos y disidentes: Althusser, Deleuze, Foucault, Lacan y Ricoeur**. Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2011.
VEYNE, Paul. **Foucault, Seu pensamento, sua pessoa**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2011.
YASBEK. André Constantino. **Itinerários cruzados: Os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean – Paul – Sartre e Michel Foucault.** Tese de Doutorado apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2008.
YASBEK. André Constantino. **10 Lições sobre Foucault**. Editora: Vozes. Petrópolis. 2012 p. 34.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO E A ARTE REVOLUCIONÁRIA SUPREMATISTA (1925): NOTAS INICIAIS DE UMA PESQUISA

Ana Paula Bertoncello Fontes
CLCH – Universidade Estadual de Londrina

RESUMO. O início do século XX caracterizou-se por uma verdadeira convulsão nos âmbitos sócio-político-cultural Europeu. Na esfera artística, o modernismo manifestava uma divergência revolucionária às concepções artísticas anteriores, priorizando os sentimentos e as percepções pessoais dos artistas. Iniciado entre 1913 e 1915, o Suprematismo foi um movimento artístico abstrato russo que rompia com as ideias de imitação e com as formas ilusionistas, suas obras eram conhecidas por não expressarem objetos próprios da realidade. O movimento foi criado, e sistematizado teoricamente em 1925, pelo pintor abstrato russo Kazimir Malevich. Estes estão inseridos a um cenário de ideias revolucionárias pré-outubro de 1917, o que propiciava uma arte transformadora que tivesse impacto na política e na sociedade. Os suprematistas acreditavam que as artes deveriam conectar as pessoas e estarem a serviço delas. Foi uma vanguarda ideológica e revolucionária, onde consideravam suas artes avançadas e a mesmo ritmo dos ideais comunistas implantados na Rússia. Através do manifesto deste movimento artístico, pretende-se compreender as relações entre a estética e a política, bem como investigar o papel que esses artistas tiveram na revolução cultural bolchevique e na construção de uma nova sociedade.

Palavras-chave: Suprematismo; Arte Revolucionária; Kazimir Malevich; Revolução Russa.

INTRODUÇÃO

O início do século XX caracterizou-se por uma verdadeira convulsão nos âmbitos sócio-político-cultural Europeu. Seus primeiros anos foram abalados por duas guerras mundiais, ondas de rebelião e revolução, que trouxeram ao poder um sistema que se mostrava uma alternativa histórica para uma sociedade capitalista burguesa em colapso. O velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos haviam falido.

As tensões provocadas pela Primeira Guerra foram tão destruidoras que os países e povos nela envolvidos se viram colocados até o seu limite e ruptura. Para todos esses, o fim da guerra significou inquietação. A sociedade estava à espera de uma alternativa para todo esse caos. Essa alternativa ficou conhecida em 1914. Em expansão em muitos países, os partidos socialistas, com apoio das classes trabalhadoras, significaram uma saída.

> [...] Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sentimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. (HOBSBAWN, 1995, p. 62)

Assim, a revolução foi filha da Primeira Guerra, mais especificamente a Revolução Russa de 1917, que produziu o mais admirável movimento revolucionário organizado na história moderna. Foi uma luta de forças da velha ordem contra a revolução social. A Rússia, madura para a revolução, cansada da guerra e à beira de uma derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa a desabar por tensões e pressões[269].

Nessa atmosfera de inquietude e renovação nos campos social e político, estão inseridas as artes. As vanguardas russas foram um dos fenômenos culturais e artísticos da história da arte moderna, resultado desse momento histórico revolucionário. Foi um campo agitado, vindo de uma juventude intelectualizada, influenciados inicialmente por cubistas, futuristas italianos e outros. Esses jovens manifestavam uma tendência a novos procedimentos estéticos, um

[269]Para melhor compreensão ver HOBSBAWN, Eric J,. 1917 - Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991 / Eric Hobsbawn ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (p. 63-66).

descontentamento com a linguagem convencional e, considerada por eles, ultrapassada. Isto é, decidiram-se por uma ruptura.

Grande parte dos movimentos que influenciaram as vanguardas russas foi o futurismo, iniciado com o poeta italiano Fillippo Marinetti, que encontrou um terreno fértil no meio artístico e cultural russo, justamente por sua dimensão social, pelo espírito de ruptura e a identificação do homem com a velocidade e o dinamismo do novo século.

> É extremamente difícil desenhar um quadro completo e preciso de todo o movimento futurista russo, especialmente entre os anos de 1910 e 1914, tal o ritmo frenético de suas atividades: os grupos se formam e se reformam, se dividem e se agrupam, polemizam uns com os outros, reaparecem em outras cidades, sempre prontos a novas experiências, as mais inesperadas e inusitadas. (CAVALIERE, 2017, p. 26)

Apesar da variedade de artistas que podemos ter, o futurismo russo está sempre relacionado ao Construtivismo e ao Suprematismo. O Suprematismo foi um movimento artístico abstrato russo que anunciava um rompimento com as ideias de imitação e com as formas ilusionistas, suas obras eram conhecidas por não expressarem objetos próprios da realidade. Iniciado entre 1913 e 1915, o movimento foi criado pelo pintor russo Kazimir Malevich.

A arte produzida pelo artista foi transformadora e teve impacto na política e na sociedade. Em 1925, foi publicado o manifesto do movimento, "*Do cubismo ao suprematismo"*, fonte desta pesquisa. Foi escrito por Malevich e com a colaboração do poeta Mayakovsky. Neste manifesto, composto por dez páginas, o artista defende uma arte que seja autônoma e sem qualquer intenção de imitar o real, que se concentrasse nas potencialidades, afirmando a "supremacia da sensibilidade pura nas artes figurativas".

O Suprematismo, assim como as demais vanguardas russas, manifestava um certo compromisso político. A guerra e a revolução politizaram vários movimentos de vanguarda não políticos. A princípio, grande parte das vanguardas russas não se entusiasmou tanto com o movimento de outubro, porém é neste ambiente de guerra mundial, revolução e uma era antifascismo, que a esquerda revolucionária atrai essas vanguardas. Artistas esses que se veem preparados para ir além, para romper com velho e construir uma nova sociedade, um "novo homem".

OBJETIVO GERAL:

- Problematizar o panorama socio-político-cultural russo através do Manifesto Suprematista (1925) e suas posições revolucionárias, estabelecidas pós-revolução de outubro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender o papel das vanguardas russas e suas relações com a Revolução de Outubro de 1917.
- Analisar o Movimento Suprematista, iniciado em 1913, estabelecendo relações entre a estética e a política.
- Discutir os fundamentos da chamada “arte revolucionária”.

JUSTIFICATIVA

Em *O que é História Cultural,* Peter Burke coloca que no início do século XXI esteve em reconstrução a Nova História Cultural, e que nas últimas décadas, esses estudos culturais despertaram um interesse maior por parte de pesquisadores que sempre enfatizaram temáticas econômicas e sociais. O mesmo ocorreu com historiadores de eventos políticos, que começaram a se interessar pela *cultura política*, termo, como coloca o autor, recentemente definido.

A Revolução de Outubro de 1917 foi e continua sendo um fenômeno exaustivamente estudado. Ainda assim, existe uma diversidade de significados que essa experiência política assumiu, e que podem nos trazer novas abordagens e problemáticas. Portanto, utilizar novos conjuntos documentais podem auxiliar para um melhor entendimento do que foi essa revolução e suas relações com as diversas áreas, inclusive a cultural.

A presente pesquisa se justifica, primeiramente, para dar continuidade numa linha de estudos, já existente, do que foi o Suprematismo no contexto da revolução cultural bolchevique. Como os artistas deste movimento contribuíram para a construção de uma nova sociedade e de “novos homens”, como essa revolução cultural foi imprescindível para a transformação da Rússia socialista e como este novo governo revolucionário teve que respeitar o tempo necessário para adaptação da sociedade aos novos parâmetros.

Conjuntamente, essa pesquisa se justifica para melhor compreender e identificar resquícios dessa arte na arquitetura atual da Rússia, uma arte que, de certa forma, não sobreviveu à ascensão de Josef Stalin e do realismo socialista, uma política de Estado para a estética (HOBSBAWN, 1995).

As ferramentas para análise de um manifesto são muitas. A fonte em questão não será analisada levando-se em consideração apenas sua inserção histórica, mas também como um instrumento de comunicação. Para esta análise, os estudos sobre comunicação e linguística são fundamentais. A partir do surgimento da linguística como ciência moderna, no início do século XX, aparecem alguns nomes de relevância, como Roman Jakobson. Este pensador russo foi pioneiro ao propor uma teoria do sistema de comunicação.

Em “Linguística e Comunicação”, Jakobson se dedicou as funções da linguagem e com que finalidades a língua é utilizada. Ele aborda a função da comunicação estabelecida entre o remetente, aquele que fala, e o destinatário, aquele que ouve.

> Como fatores constitutivos, o linguista apresenta: 1) remetente (codificador); 2) mensagem; 3) destinatário (decodificador); 4) contexto (ao qual se faz referência durante a comunicação e deve ser de possível compreensão ao destinatário); 5) código (deve ser parcial ou totalmente comum ao remetente e ao destinatário); e, 6) contato (canal físico a partir do qual se estabelece a comunicação; envolve também uma conexão psicológica entre remetente e destinatário). (WINCH, NASCIMENTO, 2012, p. 222)

Ademais, Jakobson trata dos aspectos linguísticos da tradução e os desafios que ela apresenta, pois se mostra, muitas vezes, infiel ao texto original e desafia os tradutores a buscarem conhecimentos sobre os aspectos simbólicos e representativos da língua. Ele acrescenta, destacando que o significado de uma palavra não pode ser inferido de um conhecimento não linguístico e divide, em três maneiras distintas, formas de se interpretar um signo verbal.

As três maneiras, propostas por Jakobson, são: a tradução intralingual, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua; a tradução interlingual, ou tradução propriamente dita, que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua; e a tradução inter-semiótica que consiste na interpretação dos signos verbais por meio de signos não

verbais. Para esta pesquisa, a tradução interlingual é significativa, pois o manifesto se trata de uma tradução de sua língua original, o russo, para o espanhol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Kazimir Malevich é um dos nomes mais expressivos das vanguardas russas. Foi pioneiro na pesquisa prática e teórica de uma linguagem visual não figurativa, trouxe inovações conceituais e plásticas formais desenvolvidas, não só pelos artistas das vanguardas russas, mas de todo o restante da Europa. Existia, à época, um intenso intercâmbio cultural.

Redigido em colaboração entre Malevich e o poeta Vladimir Mayakóvsky, *Do cubismo ao suprematismo* é o manifesto do movimento estudado nesta pesquisa. O manifesto se reveste de uma intensa atividade teórica. Este é composto por dez páginas e o encontramos disponível, em espanhol, para busca na internet.

Em um contexto de agitação ideológica, contestação às artes anteriores e em defesa a liberdade para criar, o formato escolhido pelo artista, para se expressar, foi emblemático. Em 1925, Malevich, pós-período revolucionário, se dedicou, através deste manifesto e de muitos outros escritos pedagógicos, ao desafio de esclarecer a formação e os valores desta nova cultura pictórica e de mostrar caminhos para o seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigo:

CAVALIERE, Arlete. **Vanguardas Russas: a arte revolucionária**. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rus/article/view/141312/137249. Acesso em: 17/11/2018.

FERRARI, Daniel Augusto. CABEZA, Edison Uriel Rodríguez. DA SILVA, José Carlos Plácido. PASCHOARELLI, Luis Carlos. **O Movimento Suprematista e sua influência nas características artísticas da Bauhaus**. Disponível em: http://wright.ava.ufsc.br/~grupohipermidia/graphica2013/trabalhos/O%20MOVIMENTO%20SUPREMATISTA%20E%20SUA%20INFLUENCIA%20NAS%20CARACTERISTICAS%20ARTISTICAS%20DA%20BAUHAUS%20-%20C%C3%B3pia.pdf

GRECO, Patricia Danza. **O suprematismo no contexto da revolução cultural bolchevique**. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/eha/atas/2007/GRECO,%20Patricia%20Danza.pdf. Acesso em: 20/11/2018.

NUCCI, Angela. **Ao quadrado preto – a passagem da figuração à abstração no trabalho de k. Malévitch**. Disponível em:http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/atas/atas-IEHA-v1-093-101-angela%20nucci.pdf. Acesso em: 20/11/2018.
WINCH, Paula Gaida; NASCIMENTO, Silvana Schwab. **A teoria da comunicação de Jakobson: suas marcas no ensino de Língua Portuguesa.** Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/215-1097-2-PB.pdf. Acesso em: 20/11/2018.

Autor de Livro:

BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 368p
BURKE, Peter. **O que é história Cultural?** / Peter Burke; tradução: Sérgio Goes de Paula. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
HOBSBAWN, Eric J,. 1917- **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991** / Eric Hobsbawn; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. Tradução Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. Editora Cultrix ltda. – 1. Ed. São Paulo.
LUKÁCS, Gyorgy. 1885-1971. **Marxismo e a teoria da Literatura** / Gyorgy Lukács ; seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho. – 2. Ed. – São Paulo: Exressão Popular, 2010. 296p.
Manifestos Vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa / introdução de Daniel Aarão Reis. – 1ª ed. – São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
MIÉVILLE, China. **Outubro: história da Revolução Russa**/ China Miéville; tradução Heci Regina Candiani. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

Dissertações e Teses:

DUNAEVA, Cristina Antonioevna. **De sistemas novos na arte de Kazímir Maliévitch: da história da arte à análise da linguagem artística** / Cristina Antonioevna Dunaeva. -- Campinas, SP: [s.n.], 2005.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

HISTÓRIA E IMAGENS: UMA ANÁLISE PRELIMINAR SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE SARANDI[270]

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini
(MBP, DHI e PPH/UEM)

Brenda Jaqueline da Silva
(DHI/UEM)

Resumo: O processo de ocupação de terras paranaenses, implementado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foi responsável pela criação de grande parte das cidades desta região, esse é o caso de Sarandi, objeto de análise desta reflexão. Trata-se de uma das cidades contempladas pelo projeto "Inclusão social e diversidade: o exercício da memória e reconhecimento das identidades coletivas no Paraná", apoiado financeiramente pelo programa Universidade Sem Fronteiras no ano de 2017 (USF/SETI) e cujo intento centrou-se na compreensão das histórias e das memórias da população residente em Sarandi. Para tanto, levantou-se algumas produções bibliográficas sobre a cidade e investigou-se dados da CMNP, assim como estatísticas disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Frente a constatação de contradições entre os materiais analisados, optou-se por confrontar as informações, de modo a atenuar as disparidades existentes nas narrativas sobre o patrimônio urbano e a memória social de Sarandi.

Palavras-chave: História e Narrativas, Memórias, Sarandi/PR.

[270] Projeto "Inclusão social e diversidade: o exercício da memória e reconhecimento das identidades coletivas no Paraná" foi financiado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná, por meio de processo seletivo do Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/Edital de 2016).

INTRODUÇÃO

A história a respeito da ocupação do Norte e do Oeste paraense reúne ideias díspares e informações desencontradas. A produção historiográfica a respeito da ocupação territorial da região que hoje compreende ao Norte Paraense, reproduziu, durante anos, a ideia de "vazio demográfico". "Terra inabitada" e "natureza inóspita" são algumas das expressões utilizadas para suprimir qualquer sinal da presença indígena e reforçar a idealização da figura do "pioneiro" como homem forte e desbravador.

A edição comemorativa dos cinquenta anos da Companhia Terras Norte do Paraná, posteriormente denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), por exemplo, apresenta um capítulo dedicado exclusivamente aos pioneiros, nele encontram-se passagens que enaltecem a coragem e a determinação das primeiras famílias que se deslocaram para a região, que mesmo vivendo em condições "precárias" dedicavam-se ao desbravamento da floresta e à construção de ferrovias[271].

Com o passar dos anos, investigações como as de MOTA[272] reformularam tais discursos, ao comprovar, a existência de comunidades indígenas acerca de pelo menos nove mil anos antes do presente. O pesquisador constatou deslocamentos migratórios internos de populações indígenas que posteriormente reocuparam essas regiões. Segundo Mota, há aproximadamente dois mil e quinhentos anos atrás, povos falantes da língua Tupi-Guarani e Jê, produtores de cerâmica e organizados em sociedades numerosas e extensas, habitavam praticamente todo o Norte do Estado.

De acordo com o autor, desde a chegada dos europeus, no início do século XVI, essas comunidades nativas tiverem sua presença ignorada nas documentações oficiais. A partir de 1554, a intensificação do processo de exploração do território americano pelos colonizadores portugueses, principalmente, os bandeirantes paulistas, os faiscadores de minérios e os habitantes envolvidos no trato de bovinos e

[271] CMNP. Paraná. 3. Ed. 1975. Disponível em: http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf. Acessado em: 23 nov. 2018. p. 35.
[272] MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). **História do Paraná:** pré-história, colônia e império. Maringá: Eduem, 2011. p. 23.

suínos, subjugou grande parte das populações indígenas estabelecidas no litoral e na margem oriental do Guairá.

No século XIX, a área da bacia do Tibagi foi definitivamente ocupada por fazendeiros dos Campos Gerais através de políticas de combate e catequização dos índios da região[273]. Em 1853, com o aumento da importância da região no cenário nacional, o território pertencente à Quinta Comarca de São Paulo foi elevado à categoria de província e nomeado como a Província do Paraná[274].

Após este primeiro momento de colonização e estabilização política, o governo do Estado passou a apoiar iniciativas privadas de ocupação, caso de sua união, com a CMNP, que fomentou a política de povoamento já existente na região[275]. Ao assumir tais terras a Companhia necessitava atrair imigrantes para concretizar o processo de ocupação. A análise do Jornal Paraná Norte, entre os anos de 1948 e 1950, que circulava diariamente em Londrina, mostra que um dos artifícios utilizados era a propaganda[276].

A figura abaixo apresenta um anúncio da CMNP, recorrente nos jornais, a utilização de diferentes tipos de letras indica a intenção da Companhia de persuadir os futuros compradores, destacando os aspectos positivos da região. A frase “Terras de alta qualidade”, por exemplo, está centralizada, em negrito e fontes maiúsculas, com intuito de focar a atenção do leitor na mensagem transmitida, logo abaixo os dizeres: “Vendas à Prestações em Pequenos e Grandes Lotes”, descreve as formas flexíveis de pagamento e a extensão dos lotes.

Há ainda no anúncio descrições dos produtos agrícolas cultivados na região “Vantajosa produção de café, cereais, fumo, algodão, cana-de-açúcar, mandioca, trigo, etc.” e ênfase no progresso e na fertilidade da terra “No *assombroso* e rápido progresso da região se encontra a afirmação da fertilidade da terra.”. O uso de adjetivos como vantajoso, assombroso e rápido subtendem a ideia de persuasão, também presente na exposição dos serviços de transporte do período “Estradas de Ferro – *Ótimas* estradas de rodagem – *Esplêndido* serviço rodoviário”. O fato de o

[273] Ibid., p. 81.
[274] Ibid., p. 103.
[275] Ibid., p. 128-134
[276] **Jornal Paraná-Norte**, Londrina, nº 898, 1948, pg. 3. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/parana-norte/830240.

estado possuir vias de comunicação entre as cidades significava facilidade no escoamento da produção, e subtendia a ideia de progresso.

Além disso, a última frase contida no anúncio “Não há saúvas”, construída de forma semelhante à primeira oração analisada, apresenta-se centralizada, com fontes maiúsculas e em negrito. As saúvas eram consideradas uma “praga” para as lavouras, a espécie de formiga era capaz de destruir plantações, a inexistência do inseto nos lotes vendidos pela Companhia, representaria, para os migrantes, a ausência de um obstáculo significativo do processo de colonização.

Figura 1: Anúncio da Companhia Melhoramentos

Fonte: Jornal Paraná-Norte, Londrina, nº 903, 1948 pg. 3. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/parana-norte/830240.

Além dos anúncios a CMNP, divulgou também projetos de loteamento que serviriam como base para a organização das cidades, que serão assunto de análise do próximo tópico.

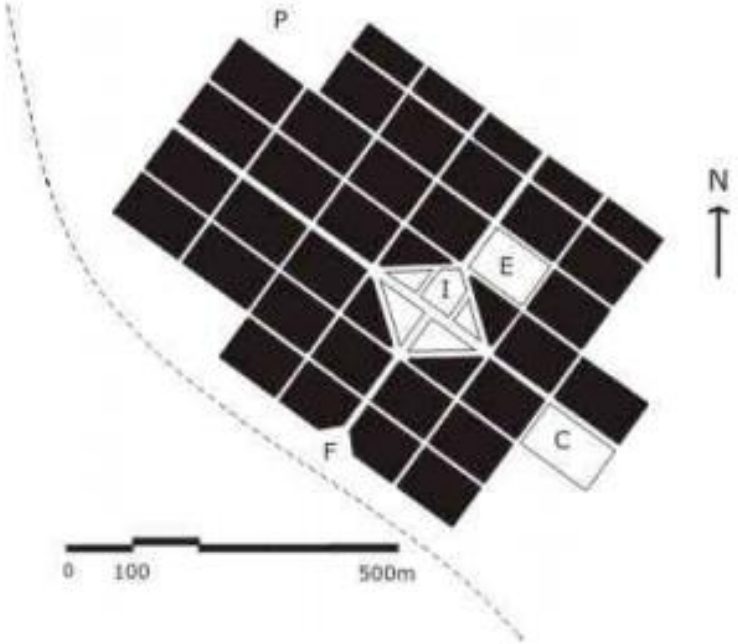
SARANDI: OS PROJETOS DE LOTEAMENTO E A OCUPAÇÃO URBANA

Datar o início do processo da formação de Sarandi constitui um desafio, uma vez que os dados disponibilizados pela companhia, nos anos de 1947-1948, diferem tanto das imagens coletadas quanto dos depoimentos dos primeiros moradores

(1937)[277].O projeto de loteamento e comercialização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), segundo REGO e MENEGUETTI (2006, p. 93), possuía três pontos base: divisão de terras, estrada de ferro e uma malha urbana que a acompanhava. O Noroeste do Paraná contaria com quatro grandes cidades (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama), com uma distância de aproximadamente 100 km entre si. No espaço entre os centros urbanos seriam fundadas cidades de médio e pequeno porte, baseadas no modelo inglês de “cidade jardim” para evitar o isolamento ou a dificuldade de comunicação das diferentes áreas.

No plano inicial, datado de 1948, apresentado na figura 2, a cidade de Sarandi, possuiria 40 quadras retangulares, posicionadas paralelas à ferrovia, a igreja ocuparia posição central, próxima a escola, o campo de esporte e o cemitério se situariam em extremidades opostas da cidade, norte e sul respectivamente.

Figura 2: Planejamento urbano de Sarandi



Legenda: F: Estação ferroviária; I: Igreja; E: Escola; P: Campo de Esporte; C: Cemitério.
Fonte: Renato Leão Rego e K. S. Meneguetti (2006)[278]

[277] PERGO, Vera Lúcia. **Olhares sobre Sarandi:** Um reavivar das lembranças por meio da fotografia (1942-1966). Monografia Especialização – História, Universidade Estadual de Maringá, 2005. p. 35.
[278][278] REGO, R. L; MENEGUETTI; K. S. “A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. **Acta Scientiarum.** Maringá, v. 28, n. 1, 2006, p. 100.

O confronto de tais informações, com os depoimentos de “pioneiros” coletados e publicados por OGBENI e BOTTON (2015, p.81) possibilitou a constatação de uma ocupação não planejada na área que hoje compreende o município, ou seja, os primeiros moradores chegaram à região antes mesmo da construção do projeto de ocupação e quando este foi estabelecido um pequeno núcleo habitacional já havia se formado.

De acordo com os autores mencionados, o povoamento teria se iniciado ao redor de uma máquina de beneficiamento de arroz, após a vinda de alguns agricultores que se utilizavam do serviço, o fluxo de pessoas teria estimulado o povoamento no local e a pequena “vila”, teria sido nomeada como “O Quinze”, por se localizar ás margens do Km 115 da ferrovia.

A imagem destacada abaixo, pertencente ao acervo da Família Fleiss apresenta uma descrição escrita à mão: “Colonizasão da família. 1942. 1º de maio. Estrada Marra. 115. Verá Cruz. Alexandre Rodolffo Vaz Espoza Izabel Fleiss Vaz”. A foto além de comprovar a existência do “Quinze”, no trecho da legenda que descreve a localização, também registra a maneira como os primeiros moradores viviam.

Figura 3: Casa da Família Fleiss, 1942

Fonte: Vera Lúcia Pergo (2005, p. 48)

Destaca-se que no registro imagético acima (Figura 3), a casa ocupa 2/3 da fotografia e ela aparece centralizada. No quadrante inferior, do lado direito da foto, identifica-se a presença de uma mulher em seus afazeres, todavia, provavelmente,

ela deve ter posado para o fotógrafo registrar também a criação de aves e de animais de pequeno porte – como uma representação da melhoria alcançada pela família.

A figura 3 indica que o lote de terra adquirido já estava passando por transformações, daí a presença de troncos cortados nos primeiros e segundos planos e a mata fechada ao fundo em processo de desmatamento. Apesar de se tratar de uma edificação muito simples, construída com a madeira retirada da própria floresta e recoberta com folhas de palmito[279], chama a atenção o cercado em torno do casebre e a quantidade de galinhas e de cabritos que estão sendo alimentados – aspectos que sugerem o estabelecimento dos moradores e a garantia de sua sobrevivência.

OBEGINI e BOTTON, afirmam que somente após o ano de 1954, com a chegada do primeiro trem e a abertura da estação ferroviária, o núcleo populacional que havia se desenvolvido até então, deslocou-se gradativamente para o quilômetro número 118, e os moradores passaram a habitar a área delimitada pela Companhia, hoje conhecida como Sarandi Velho [280].

A imagem abaixo (Figura 4) retrata o momento em que o trem teria chegado ao patrimônio. O aglomerado de pessoas no quadrante inferior, do lado esquerdo da fotografia, possibilita uma visão ampla dos vagões ainda em movimento. A importância atribuída para a locomotiva que ocupa toda a extensão horizontal do registro fotográfico, não deixa dúvidas sobre a relevância que esse meio de transporte tinha na década de 1950. Além de ser o principal meio de escoamento da produção de café e outros gêneros alimentícios, as ferrovias facilitavam o deslocamento das pessoas, traziam as novidades por meio revistas e jornais. Em outras palavras, as vias férreas eram consideradas sinônimos de progresso e modernização.

[279] PERGO, Vera Lúcia. **Olhares sobre Sarandi**: Um reavivar das lembranças por meio da fotografia (1942-1966). Monografia Especialização – História, Universidade Estadual de Maringá, 2005. p. 48.
[280] OGBENI, Fillipe Luiz Totoro; BOTTON, Fernando Bagiotto. “No dia em que chegamos: A memória dos migrantes na cidade de Sarandi”. **Ateliê de História**, Ponta Grossa, UEPG, v. 3, n. 2 pg. 75-89, jul./dez., 2015.

Figura 4: A chegada do primeiro trem (1954)

Fonte: Vera Lúcia Pergo (2005)[281].

Essa representação de prosperidade associada à imagem dos trens era muito comum naqueles anos, por essa razão fotografias de pessoas saudando a chegada das locomotivas também foram utilizadas como meio de atrair novos interessados na aquisição de terras, o que contribuiria para impulsionar o crescimento urbano do então patrimônio de Sarandi.

Práticas similares podem ser observadas em quase todas as cidades dessa região do estado do Paraná, uma vez que as empresas loteadoras e imobiliárias visavam à promoção e a venda de glebas e terrenos.

CRESCIMENTO POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SARANDI

Embora muitas famílias residissem em Sarandi e nas proximidades de seus limites, o tempo para sua completa ocupação foi expressivo e moroso, até a década de 1960, a área do patrimônio se resumia ao núcleo traçado pela Companhia[282].

A análise de censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que entre as décadas de 1970, ano do primeiro recenseamento, e a década de 1980, um ano antes da emancipação política do município, ocorreu um significativo aumento populacional no município.

Na tabela abaixo, aponta-se que dois fatores ganharam destaque: o primeiro, inerente ao número total de habitantes, que praticamente triplicou, durante o intervalo

[281] PERGO, Vera Lúcia. **Olhares sobre Sarandi**: Um reavivar das lembranças por meio da fotografia (1942-1966). Monografia Especialização – História, Universidade Estadual de Maringá, 2005.
[282] Idem.

de dez anos; o segundo, refere-se à redução significativa da população residente na zona rural. Na década de 1970, do total de 7457 munícipes, mais da metade residiam no campo, enquanto que na década de 1980 este número se restringiu à 2068 moradores, quantidade quase inexpressiva se comparada às aproximadamente 20 mil pessoas que ocupavam a urbe, no mesmo período.

Tabela 1: População Residente e Domicílio

Município	Domicílios	População	Urbana	Rural
1970				
Sarandi	X	7457	2087	5370
1980				
Sarandi	4683	21927	19859	2068

Fonte: IBGE[283].

Indaga-se, portanto, quais fatores teriam influenciado essa mudança considerável? Parte da historiografia consultada atribui esse crescimento urbano, ao êxodo rural provocado pelas sucessivas geadas ocorridas na década de 1970 que dizimaram as plantações de café, sendo a “Geada Negra” (1975), considerada o principal fator desencadeador desse processo.

No entanto, cabe destacar outros elementos que também contribuíram para o êxodo rural como, por exemplo, o processo de mecanização da produção no campo, a ferrugem e a situação dos “grãos de café” no mercado agroexportador. Esses três fatores, sem dúvida, transformaram a produção e o beneficiamento do “ouro verde” uma opção pouco lucrativa. Diante desse cenário,a implementação de novas culturas agrícolas mostrou-se uma oportunidade de investimento aos produtores, que demandaria menor quantidade de mão-de-obra e mais lucratividade.

Além disso, como assinalam os historiadores DIAS (2001), RODRIGUES e PELEGRINI (2014), o grão denominado “ouro verde” já estava sendo preterido pelo governo antes mesmo da “Geada de 1975”, fato que se comprova pelas leis de ampliação da área urbana. Aliás, como bem o lembra OLIVEIRA (2016), a criação do programa para a redução de cafeeiros (1962-1967) e a fundação do GERGA, um

[283] IBGE. **Censo Demográfico Paraná.** VIII Recenciamento Geral – 1970. Série Regional, v. 1, tomo XIX, p. 539 e 782; IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico Paraná.** IX Recenciamento Geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro, v. 1, tomo 1, n. 19, 1981, p. 14 e 88.

grupo organizado com intuito de erradicar a cafeicultura no Estado, muito contribuíram para a nova configuração da malha urbana do município[284].

Nesse sentido, infere-se que a urbanização não seja resultado imediato de um acontecimento climático, mas sim de um processo gradativo de transformações que atingiram o município em questão e grande parte das cidades que gravitam em torno de urbes maiores.

A partir do crescimento urbano, assim como ocorreu em outras cidades paranaenses, intensificou-se a busca pela emancipação política do patrimônio de Sarandi, até então subordinado à Marialva. Em 1981, finalmente, o patrimônio foi elevado à categoria de município pela Lei Estadual n. 7.502[285].

Após a emancipação política e com o passar dos anos, o município sofreu inúmeras mudanças socioeconômicas e demográficas. No último censo realizado em 2015, a população sarandiense já ultrapassava 82 mil habitantes e a sua área territorial total atingiu 82.847 km² (IBGE)[286].

Figura 5: Sarandi Hoje (2018)

Fonte: Google Earth. Acesso em: 24 nov. 2018.

[284] OLIVEIRA, Caroline, S. Memórias e histórias de um desastre sócio ambiental: A Geada de 1975 no Estado do Paraná. In: XV Encontro Regional de História. UFPR, Curitiba, PR. **Annais.** Curitiba, 2016. p. 2-3 Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468117636_ARQUIVO_TEXTOANPUHCAROLINE-HISTORIAAMBIENTALEDESASTRES.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.

[285] PARANÁ. **Lei n. 7.502 de 14 de outubro de 1981.** Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8791&indice=1&totalRegistros=1. Acesso em: 21 nov. 2017.

[286] IBGE. **Cidades do Paraná:** Panorama de Sarandi (2015). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi/panorama. >. Acesso em: 20 nov. 2018.

Ao se comparar o projeto inicial de planejamento urbano de Sarandi, concebido em 1948, com essa fotografia aérea datada de 2018 (Figura 5), depreende-se que o plano da Companhia Melhoramentos sofreu muitas alterações. Detecta-se que parte do traçado original foi mantido na área central, apesar do crescimento desordenado de outras regiões da cidade.

Além da demografia e do aumento da área total, nota-se também por meio da fotografia supracitada a presença de prédios de médio e pequeno porte o que, de certa forma, denota um processo de transição na malha urbana da cidade. A imagem próspera representada na figura 5, não consegue dissimular a constatação dos graves problemas enfrentados por parte significativa dos moradores como a falta de saneamento básico e asfaltamento das ruas dos bairros mais afastados. As dificuldades de acesso à saúde, educação e cultura, entre outros aspectos, contribuem para o aumento constante dos índices de violência e criminalidade existentes no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas históricas que se ocupam das questões do povoamento do Norte e Noroeste do Paraná, grosso modo, chamam a atenção principalmente para três pontos basilares: a ação da Companhia Melhoramentos, o pioneirismo dos migrantes e imigrantes que ocuparam a região e os estragos causados pela “Geada Negra” (1975), no entanto, o reconhecimento da complexidade e das especificidades do crescimento de cada município exigem a ampliação dessa construção discursiva a ser obtida por meio da diversificação dos enfoques e temáticas, de novas pesquisas e da confrontação de informações disponíveis nas produções bibliográficas já disponíveis.

A reprodução acrítica do conceito do “pioneirismo” responsável pela construção de uma memória coletiva de heróis desbravadores, oculta a existência de populações indígenas e caboclos que habitavam o Estado e que foram expulsos e/ou dizimados. Sarandi, tema dessa pesquisa em desenvolvimento, assim como a maioria dos municípios planejados pela Companhia Melhoramentos passaram por muitas alterações. No caso da cidade em questão, nota-se que antes de sua fundação oficial, no Km 115 da rodovia, houve a formação de um núcleo populacional denominado de “O quinze”, que permanece esquecido ou pouco discutido como parte integrante da

região designada “Sarandi Velho”. A “Geada Negra”, entendida como protagonista do processo de êxodo rural, apenas compõe o grupo de vetores, aliados a mecanização, a crise do mercado internacional e as políticas de diversificação de culturas agrícolas implantadas principalmente a partir da década de 1960.

Há muito a ser investigado sobre os modos de viver e as memórias dos cidadãos do município de Sarandi, em especial, sobre as suas tradições e práticas costumeiras, entre outras facetas de sua História.

REFERÊNCIAS

DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.) **Maringá e o Norte do Paraná Estudos de Histórias Regional.** Maringá: EDUEM, 1999 (1ª. edição).
OGBENI, Fillipe Luiz Totoro; BOTTON, Fernando Bagiotto. “No dia em que chegamos: A memória dos migrantes na cidade de Sarandi”. **Ateliê de História**, Ponta Grossa, UEPG, v. 3, n. 2 pg. 75-89, jul./dez., 2015.
OLIVEIRA, Caroline, S. Memórias e histórias de um desastre sócio ambiental: A Geada de 1975 no Estado do Paraná. In: Anais do XV Encontro Regional de História. UFPR, Curitiba, PR. Curitiba, 2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468117636_ARQUIVO_TEXTOANPUHCAROLINE-HISTORIAAMBIENTALEDESASTRES.pdf. Acesso em: 23 nov. 2018.
PELEGRINI, Sandra C.A.; ZANIRATO, Silvia H. **Dimensões da Imagem:** Uma abordagem teórica e metodológica. Maringá: EDUEM, 2005.
PERGO, Vera Lúcia. **Olhares sobre Sarandi**: Um reavivar das lembranças por meio da fotografia (1942-1966). Monografia Especialização – História, Universidade Estadual de Maringá, 2005.
PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
REGO, R. L; MENEGUETTI; K. S. “A forma urbana das cidades de médio porte e dos patrimônios fundados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”.**Acta Scientiarum.** Maringá, v. 28, n. 1, 2006.
RODRIGUES, João Paulo Pacheco e PELEGRINI, Sandra C. A. **Ivatuba: história, memória e tradição paranaense**. Maringá: Unicorpore, 2014.

FONTES

CMNP. Paraná.**Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (1975).
CMNP. Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná (2013) 3a. Edição. Disponível em: http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/50anos-cmnp/files/CMNP.pdf. Acessado em: 15 de nov. 2018.

IBGE. **Censo Demográfico Paraná.** VIII Recenciamento Geral – 1970. Série Regional, v. 1, tomo XIX, p. 539 e 782;
IBGE. **Cidades do Paraná:** Panorama de Sarandi (2015). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi/panorama. >. Acesso em: 20 nov. 2018.
IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico Paraná.** IX Recenciamento Geral do Brasil – 1980. Rio de Janeiro, v. 1, tomo 1, n. 19, 1981, p. 14 e 88.
Jornal Paraná-Norte, Londrina, nº 898, 1948, pg. 3. Disponível em: http://bndigital.bn.br/acervo-digital/parana-norte/830240. Acesso: 26 nov. 2018.
PARANÁ. **Lei n. 7.502 de 14 de outubro de 1981.** Disponível em: http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8791&indice=1&totalRegistros=1. Acesso em: 21 nov. 2018.

FAMÍLIA ESCRAVA E COMPADRIO NO BRASIL: UM EXERCÍCIO HISTORIOGRÁFICO

Vinícius Augusto Andrade de Assis
Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Eliane P. Marques Martinez
(Mestrando em História Social – PPGHS/UEL)

Resumo: A experiência da escravidão no território brasileiro foi marcada por contínuas resistências à ordem vigente por parte dos escravizados. Fugas, rebeliões, crimes, formações de quilombos, irmandades religiosas e as demais astúcias visavam amenizar suas condições de vida perante negociações e conflitos com os senhores. Assim como tais respostas à escravidão, a constituição de famílias e laços de parentesco também foi de fundamental importância para a sobrevivência desses, tendo havido diferentes variações conforme o local, a economia e os padrões de conflito, cooperação ou identidade entre os mesmos. A historiografia da escravidão no Brasil traz distintas abordagens teóricas referentes ao parentesco entre escravizados. Do interesse senhorial em amenizar o estado de guerra instaurando a paz das senzalas, das esperanças e recordações trazidas da África enquanto elementos de identidade no cativeiro à possibilidade de aproximação ao mundo dos livres, é nítido que os laços de parentesco foram uma forma de sociabilidade e resistência ao próprio sistema. Diante de tais questões propomos breve uma reflexão sobre tal historiografia a fim de promover novas indagações, hipóteses e problemáticas em torno do parentesco cativo no Brasil, focalizando aqui no batismo e nas relações de compadrio.

Palavras-chave: Compadrio; escravidão; família escrava; historiografia.

Financiamento: CAPES

Na chama reluzente do lar escravo, eis a flor!

Há cerca de duas décadas, *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX* (1999), do historiador norte-americano Robert W. Slenes, chegava às bibliotecas universitárias do país. Inserido numa geração de historiadores que, no decorrer e posteriormente às comemorações do centenário da abolição, buscaram dar voz aos escravizados e compreender a experiência escrava tanto como forma de trabalho quanto sistema social e cultural, tal historiador propôs não apenas documentar a presença da família escrava nas áreas de *plantation* do Sudeste, mas também recuperar nas relações de parentesco um nexo fundamental para a (re)criação das *esperanças* e *recordações* desses indivíduos: "isto é, para a formação de memórias, projetos, visões de mundo e identidades"[287].

Conciliando os resultados obtidos por uma vigorosa bibliografia africanista e afro-americana, com análises demográficas centradas em Campinas e uma "desmontagem crítica" dos relatos dos viajantes oitocentistas que supostamente não avistaram a "flor" na senzala", Slenes entendeu a família cativa – nuclear, extensa, intergeracional – como um campo de batalha travado entre escravizado e senhor e definida em torno da ordem escravocrata vigente. Mesmo tendo se desenvolvido em torno de tensões, negociações e conflitos, a família teria contribuído para a criação de uma "comunidade escrava" instauradas sob a tutela dos senhores e com recursos limitados, mas unida em torno das experiências do cativeiro e heranças culturais em comum (ainda que em grandes plantéis encontrava-se crioulos e africanos de diferentes origens étnicas, mas majoritariamente de grupos bantu).

A discussão trazida por Slenes promoveu uma série de debates sobre a vitalidade e adaptabilidade cultural entre a população africana escravizada no Novo Mundo que foram primordiais nos estudos brasileiros dos últimos vinte anos, sendo a grande divergência a questão de se no cotidiano escravista os cativos criaram "comunidades com identidades e solidariedades próprias, apesar da multiplicidade étnica existente, ou se as rivalidades foram tão preponderantes que provocaram a

[287] SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor**. **– Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011, p.27.

dissensão" no cativeiro[288]. Por contrastarem e completarem algumas das questões levantadas por Slenes, os trabalhos de José Roberto Goés e Manolo Florentino e o de Hebe Mattos merecem aqui destaque especial.

Em *A paz das senzalas* (1997), ao analisarem as relações entre o tráfico atlântico e a formação de famílias escravas no Rio de Janeiro na virada no Setecentos para o Oitocentos, Florentino e Góes afirmaram que a constante entrada de africanos de diversas etnias teria provocado mais dissensão que união entre os mesmos, sendo que a escravidão não devia ser um meio propício à sentimentos tolerantes. Vale lembrar que, para os mesmos, um plantel de escravos não era a tradução de um *nós*, mas uma reunião forçada e penosa de singularidades e dessemelhanças, características que legitimam a ideia de que por sobre esse conjunto de disparidades não pairavam necessariamente um poder maior, capaz de uni-los.

Assim haveria um ganho político por parte dos senhores ao misturarem os cativos mantendo-os em *estado de guerra.* Entretanto, a permanência das disparidades impossibilitaria o trabalho assíduo e sistemático nos engenhos fluminenses. Aí o incentivo do meta-*nós* constituído pelo parentesco escravo enquanto possibilidade e cimento da comunidade escrava. Aqui a formação de famílias, segundo os historiadores:

> [...] Era o amálgama imprescindível a senhores e escravos, por intermédio do qual se tecia a paz das senzalas. Ao cativo, ele tornava possível esconjurar a anomia, pelo estabelecimento de regras através das quais a vida poderia ser vivida. Ao senhor, ávido de homens pacificados, permitia auferir uma renda política, cuja contabilidade, por não aparecer nunca de maneira óbvia nos inventários que deixavam, tem sido com frequência despercebida. [...][289]

Um contraponto desse movimento de (re)criação de parentesco entre cativos enquanto projeto político dos senhores aparece em *Das cores do silêncio* (1995), onde Hebe Mattos considera a capacidade de cooperação cativa, especialmente na

[288] Para um balanço historiográfico acerca da posição de historiadores que defendem o pressuposto de que as heranças culturais africanas estavam bastante vivas entre os escravizados no Brasil até o fim do tráfico negreiro, ver: FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. In: **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v.22, 2007, p.122-146.

[289] FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p.31.

constituição de famílias, enquanto elemento de integração ao mundo dos livres. Para Mattos, a intensificação do tráfico no decorrer do Oitocentos resultou numa série de oportunidades e melhoramentos para sua infeliz condição aos cativos já estabelecidos: como a formação de laços de parentesco e dependência, além do acesso e cultivo de uma roça própria, o acesso à alforria e a eventual compra de um escravo. Em suas palavras:

> [...] a gestação de relações comunitárias entre os escravos, no Brasil, significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima e que podia, pelo menos em teoria, ser atingida através da alforria, de que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativeiro. A família e a comunidade escrava não se afirmavam como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativeiro, mas em paralelo com a liberdade.[290]

Assim, os requisitos e expectativas no acesso à liberdade fariam com que os escravizados não se constituíssem como comunidade em cativeiro. Em contraponto, Robert Slenes supôs que os africanos trazidos ao Brasil, apesar da separação de suas origens, teriam lutado com uma determinação de organizarem-se enquanto grupo, encontrando "condições *mínimas"* para a manutenção de grupos estáveis no tempo; "sua tendência teria sido de empenhar-se na formação de novas famílias conjugais, famílias extensas e grupos de parentesco ancorados no tempo"[291].

Com bem salientou Katia Mattoso no clássico *Ser escravo no Brasil*, para o escravizado o jeito era as adaptações ou as inadaptações assumidas, "a astúcia que o faz viver, a esperteza nascida da experiência e forjada na diversidade [...] é o saber sobreviver"[292]. Assim consideramos que, do interesse senhorial em amenizar o estado de guerra instaurando a paz das senzalas, das esperanças e recordações trazidas da África enquanto elementos de identidade no cativeiro à possibilidade de aproximação ao mundo dos livres, a constituição de famílias escravas pode ser entendida como afluência de tais interpretações enquanto astúcias para a sobrevivência ao próprio sistema e amenização de suas condições de vida perante negociações cotidianas.

---

[290] MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.127.
[291] SLENES. **Op. Cit.**, p.155.
[292] MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p.175.

Tendo como base tais prerrogativas, propomos uma breve reflexão da família escrava num contexto mais abrangente que os laços nucleares/consanguíneos, dando voz ao sacramento católico e prática social mais difundida entre os escravizados: o batismo e as relações de compadrio.

Diante da pia batismal

Sacramento fundamental "de toda a vida cristã, a porta da vida no Espírito [...] e a porta que abre o acesso aos demais sacramentos"[293], o batismo foi um dos elementos no qual cativos constituíam o compadrio dentro e fora do cativeiro e, como bem salientaram Stephen Gudeman e Stuart B. Schwartz, em estudo pioneiro (originalmente publicado em 1984), é revelador de aspectos das relações entre senhores e escravizados e do próprio contexto sócio-político.

Pela análise do compadrio podemos questionar, por exemplo, que se "os senhores brancos forjaram revelações paternalísticas fortes com seus escravos; pelo menos o compadrio não "funcionou" para reforçar diretamente a relação senhor-escravo[294]. Através de registros de batismos de duas freguesias açucareiras da Bahia em 1780, os autores citados acima observaram certos padrões no compadrio entre escravizados: como a pouca disponibilidade dos senhores a apadrinhar seus escravos, os desejos destes em encontrar padrinhos mais claros, em condição social superior e as vezes até fora dos limites geográficos da paróquia.

Em outra pesquisa Schwartz analisou os batismos de escravizados em Curitiba entre 1685 e 1888. Sendo inicialmente uma localidade marcada pela expansão paulista ao sul da colônia e mais tarde voltada a produção e criação de gado e produtos agrícolas – contrastando com a realidade encontrada pelo mesmo nas freguesias açucareiras da Bahia – os campos curitibanos também confirmam certo padrão no compadrio. Os dados de Curitiba referenciam que, para filhos de escravos era a escolha de padrinhos livres, sendo que nenhum dos dois era proprietário ou

[293] EDIÇÃO TÍPICA VATICANA. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p.340.

[294] GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora brasilense; CNPq, 1988, p.34.

parente do proprietário daquele escravo, vindo em sequência a escolha de dois escravos para padrinhos. Quando a condição social do padrinho divergia, a preferência era sempre padrinho livre e madrinha escrava, padrão também observado na Bahia setecentista. Nisso o autor argumenta que haveria um reconhecimento social do padrinho livre, que poderia fazer as vezes de protetor e intercessor no futuro; mas uma estratégia paralela e prática era levar em conta a possibilidade de, em caso de morte da mãe, a madrinha escrava assumisse a responsabilidade pela criação do afilhado, sendo que a mais rara dessas combinações seria entre padrinho escravo e madrinha livre.[295]

Mesmo havendo semelhanças entre os padrões de compadrio em Curitiba e na Bahia, estes ainda se contrastavam. No caso curitibano, por exemplo, entre 1685 e 1709 era irrelevante o número de negros batizados em relação aos indígenas e só a partir de 1740 que africanos e crioulos excederam nos batismos, resultados que testemunham a transição da escravidão indígena para a africana, que acompanhou o desenvolvimento da economia da região e suas ligações com o mercado em expansão. [296]

Sobre os registros de batismo, enquanto documento paroquial estes registram a introdução de indivíduos à doutrina católica através do primeiro de todos os sacramentos. Enquanto fonte para o historiador essa documentação é rica e primordial para pesquisas seriais, uma vez que (majoritariamente) abarcam uma parcela alargada de determinados grupos sociais (é massiva), se repete na longa duração (é reiterativa) e possui o mesmo tipo de informação (é homogênea), permitindo assim uma visão estruturalista e também microscópicas das sociedades a serem estudas.

Na América portuguesa sua elaboração foi normatizada com as instruções copiladas num sínodo de 1707 e publicados nas *Constituições Primeiras do*

[295] SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001, p.283.
[296] **Ibid.**, p.277.

Arcebispado da Bahia em 1720[297], onde se estabeleceu que cada paróquia deveria arquivar livros com folhas numeradas e rubricadas pelo vigário contendo informações sobre um determinado batismo: data e nome da paróquia, nome do batizando, dos pais e padrinhos, o estado civil e social (escravos, forros, livres, exposto, legítimo, ilegítimo) dos mesmos, seu pertencem a paroquia cuja cerimônia foi realizada e a assinatura do vigário, como se vê nas duas transcrições abaixo:

> "Aos vinte e nove dias do mês de setembro de mil, setecentos, noventa e nove anos, nesta Igreja Matriz da vila de Castro batizei e pus os Santos óleos a Manoel, **filho de Manoel, e de Sua mulher Maria [mulatos] escravos do Capitão Mor Jose Rodrigues Betim**: nasceu aos vinte dias do dito mês, e ano. **Foram padrinhos o Capitão Cerino Borges de Macedo e sua mulher Dona Rosa Maria da Silva**, todos desta freguesia: de que fiz esse assento que assignei. José Loureiro de Almeida Vigro"
>
> "Aos seis dias do mês de outubro de mil, setecentos, noventa e nove anos, nesta Igreja Matriz da Villa de Castro batizei, e pus os Santos óleos o Reverendo coadjutor Joaquim Jose de Sana Anna a Benedito, **filho de Dionizia escrava Solteira de João [Machado], e de pai incognito** nasceu aos vinte dias do mês passado de setembro do dito ano. **Foram padrinhos Boaventura escravo casado da Fazenda do Fundão do convento dos Religiosos carmelitas da Vila de Santos, e Maria Benguela escrava viúva do Capitão Mor Jose Rodrigues Betim**, todos desta Freguesia: deque fiz esse assento, que assignei: José Loureiro de Almeida Vigro" (Grifos meus)

Os registros de batismo de Manoel e Benedito foram assentados no segundo livro de batismos da Paróquia de Sant'Ana de Castro e testemunham não apenas a experiência da escravidão no atual estado do Paraná, mas algumas das formas pelas quais os escravizados constituíam o parentesco espiritual no momento dos batizados de seus filhos nessa região.

Ainda que não seja nossa primeira intenção a realização de uma análise empírica, cabe aqui algumas considerações sobre os batismos acima citados. O primeiro caso já é impactante pelo fato de uma família legítima de escravos (supostamente mulatos) pertencentes ao Capitão Mor José Rodrigues Betim terem

[297] VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide**: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo: Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

constituído laços de parentesco espiritual com o Capitão Cirino Borges de Macedo e sua mulher Dona Rosa Maria da Silva, indivíduos livres e potenciais membros da elite local, vide os títulos “Capitão” e “Dona” relatados pelo padre. O segundo caso se trata de uma família matrifocal, ou seja, constituída por mãe solteira e sua prole, cujos padrinhos foram escravos de diferentes plantéis, o padrinho pertencente aos religiosos carmelitas e a madrinha ao já citado Capitão Mor José Rodrigues Betim, sendo aparentemente africana de nação Benguela.

A simples descrição desses batismos no permite alguns questionamentos em relação às estratégias do compadrio de escravos em Castro. Como foi salientado por Schwartz, o modelo mais comum de compadrio para filhos de escravos era a escolha de padrinhos livres, sendo que nenhum dos dois era proprietário ou parente do proprietário daquele escravo e o segundo modelo mais comum era a escolha de dois escravos para padrinhos. Porém no primeiro caso o compadrio foi selado verticalmente entre casal de escravizados e casal de livres da mesma condição social do senhor. Estratégia escrava para garantir proteção e a possível alforria da criança ou estratégia do senhor em garantir laços entre sua propriedade e membros superiores da hierarquia escravista? Com que frequência os indivíduos livres e com “títulos” apadrinhavam escravos? Já no segundo temos uma relação horizontal no compadrio, no qual o filho de uma mãe solteira foi apadrinhado por dois indivíduos escravizados em plantéis distintos. Estratégia da mãe na produção de laços no cativeiro e extensão das sociabilidades entre escravizados de diferentes plantéis? Qual a frequência do compadrio entre escravizados de diferentes ou do mesmo plantel? Era comum os laços de parentesco entre os nascidos no Brasil e os africanos traficados?

Tais questões nos levam aos demais livros de batismo da paróquia de Sant’Ana de Castro[298] afim de compreender como o batismo e as relações de compadrio de escravos foi constituído numa área que, assim como as demais vilas e freguesias

[298] No projeto de mestrado intitulado “Campos Mestiços: compadrio e hierarquia social no sul escravista (Castro/PR, séculos XVIII e XIX) ”, propomos analisar o compadrio de escravizados e livres que carregavam na cor da pele as marcas da escravidão, a partir dos 4 livros de batismos que agregam o período de 1789-1820 e que estão disponíveis no famoso “site dos mórmons” *FamilySearch*.

paulistas[299] (vale relembrar que o Paraná se tornou província apenas em 1853), foi caracterizada pela agricultura de alimentos e abastecimento interno, com uma pequena população escravizada e distribuída majoritariamente em pequenos plantéis, e com uma população que pouco se diferenciava nas hierarquias sociais vigentes na ordem escravista, ou seja, muitos pardos, agregados e livres-pobres vivendo e sobrevivendo em pequenos domicílios pelo interior de São Paulo, ainda que, em Castro predominasse também as atividades voltadas ao comércio de tropas, na propriedade de campos para invernadas e fazendas absenteístas com supostas comunidades escravas "autônomas" e de criação com relevantes planteis de escravizados.

Considerações finais

Este trabalho propôs uma reflexão sobre a historiografia da família escrava a fim de promover novas indagações, hipóteses e problemáticas em torno do parentesco cativo no Brasil, focalizando aqui nas relações de compadrio estabelecidas diante da pia batismal. Num ambiente marcado pela ordem e hierarquia escravista, foi necessário que os escravizados constituíssem estratégias, astúcias e resistências que buscassem amenizar suas condições de vida perante negociações cotidianas**.**

Sendo que a escravidão foi uma instituição dominante no sistema colonial e no decorrer do Império, marcada pela exploração da mão-de-obra (predominantemente) negra, por diferenças raciais, dificuldades em integração na ordem e variando demograficamente de acordo com as condições sociais e econômicas das vilas e freguesias, consideramos necessária as atuais análises das relações parentais entre escravizados que tem em vista a economia local, o estatuto legal e demográfico das populações agregadas, o tamanho dos plantéis e as condições de cor, buscando menos a utilização de conceitos amplos que se percam na generalidade e mais a investigação das diferenças regionais e temporais em que as várias formas de organização familiares se desenvolveram.

[299] Ver os trabalhos de: BACELLAR, Carlos Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001. IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

Nesse cenário o batismo e as relações de compadrio seriam uma alternativa aos escravizados, uma vez que, além de garantir a introdução dos indivíduos à doutrina católica, também garantia um passo rumo à liberdade ou mesmo a diminuição das dores do cativeiro. Finalizamos este trabalho reiterando que, mais que a instauração da paz das senzalas, das esperanças e recordações trazidas da África enquanto elementos de identidade no cativeiro ou das possibilidades de aproximação ao mundo dos livres, os estudos da família escrava nos colocam em encontro de humanos escravizados que, através dos laços de parentesco, buscaram sobreviver e legitimar sua humanidade.

Fontes

PARÓQUIA SANT'ANA DE CASTRO. **Registros de Batismo**, livro 2, 1799-1811 (via www.familysearch.org).

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide**: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. S. Paulo: Na Typ. 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

Referências bibliográficas

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

EDIÇÃO TÍPICA VATICANA. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. In: **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, v.22, 2007, p.122-146.

FLORENTINO, Manolo. GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. **Escravidão e invenção da liberdade**: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora brasilense; CNPq, 1988, p.33-59.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades**: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava**: Brasil Sudeste, século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

ZOROASTRIANOS NA INGLATERRA: UM DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Iasmin Castro de Souza
(Universidade Estadual de Londrina)

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de debater questões teóricas e metodológicas iniciais para o desenvolvimento de uma pesquisa de dissertação de Mestrado. O tema proposto é o processo migracional de adeptos à religião chamada Zoroastrismo, denominados zoroastrianos/zoroastras, que migraram durante o século XX e XXI do continente asiático para o continente europeu, especificadamente para a Inglaterra. A problemática da pesquisa se encaixa em questões que envolvem o cotidiano religioso zoroastriano no país de origem e destino da migração, percebendo suas permanências e suas rupturas, e o papel e função de instituições religiosas criadas no país de destino como a *Zoroastrian Trust Funds of Europe* (ZTFE) e a *World Zoroastrian Organization* (WZO). Sobretudo, o trabalho em questão busca discutir conceitos teóricos norteadores e que formam o arcabouço metodológico da pesquisa, tais como problemáticas relacionadas a migração por Aurélia Castiglioni (2009), André Golgher (2004), e Abdelmalek Sayad (1998), o debate sobre diáspora estendido por João Bertonha (2015), as reflexões sobre memória e História Oral, que abrangem a metodologia da pesquisa, alicerçados por Michael Pollak (1992), Alessandro Portelli (1996) e Maurice Halbwachs (1990), entre outros autores como Fernand Braudel (1988), Roger Chartier (1988) e Norbert Elias (2000).

Palavras-chave: Migração; Zoroastrianos; Referenciais; Metodologia.

A atuação do movimento apresenta-se como uma característica necessária dos seres vivos, em geral. Seres humanos e animais se movimentam em diversos períodos da vida, não só por instinto de sobrevivência, mas também por estratégias articuladas. A História e outras ciências se ocupam a pensar nas movimentações do homem desde a antiguidade até a contemporaneidade.

Fernand Braudel durante muito tempo trabalhou com implicações acerca da migração de indivíduos na antiguidade. Algumas dessas são importantes para compreender os primeiros delineamentos dessa pesquisa.

Braudel (1988) coloca que a alvorada da História, ou seja o princípio da História, é a invenção da agricultura e a revolução neolítica. Antes desses acontecimentos, a necessidade do homem de se mover era dada pela busca de alimentos e sobrevivência. Agora, o homem busca o movimento tanto para gerar intercambio de produtos e materiais, como para expandir e conquistar novas terras que se formaram a partir das primeiras cidades no Oriente Próximo.

Famoso pelos seus grandes recortes historiográficos, característicos de uma macro-história, Braudel também exalta a importância do Mar Mediterrâneo para a movimentação de pessoas e materiais da Europa para o Oriente Próximo. É a partir do mover-se entre os mares e terras que se tem o nascimento, desenvolvimento e expansão de cidades, contudo, o declínio destas também se apresentam através do movimento, pois a guerra e o inimigo podem vir constantemente do exterior e por meio de embarcações.

Desde então, o ato de movimentar-se e migrar aparecem cada vez mais expansivos dentro das indispensabilidades do homem. No período moderno e contemporâneo, a globalização impulsiona as trocas comerciais e culturais num âmbito ainda maior. Os conceitos relacionados a migração ganham mais espaço para reflexão e estudo dentro dos campos da pesquisa.

O presente trabalho se trata de uma revisão teórica e metodológica para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado. Esta, tem o objetivo de estudar questões relacionadas a identidade dos migrantes zoroastrianos que se estabeleceram na Inglaterra a partir do século XIX. Dentre alguns pontos importantes,

estão, o papel das instituições religiosas, como a *Zoroastrian Trust Funds of Europe* (ZTFE), na construção e desenvolvimento de um cotidiano religioso e de uma identificação zoroastriana em um país de destino, a ideia de adaptação cultural relacionada aos padrões ocidentais que se debruçam sobre as práticas orientais zoroastrianas, e também as rupturas e permanências dos padrões religiosos no novo continente.

Para compreender o contexto histórico em que o objeto de estudo da pesquisa se insere, considero algumas discussões a respeito dos conceitos de migração e diáspora importantes.

O conceito de diáspora, que originalmente se restringia em torno dos judeus e armênios, ganha atualmente um novo caráter possível de ser usado em pesquisas sobre migrações (BERTONHA, 2015). Stuart Hall (2003) discutindo sobre identidades culturais na diáspora caribenha, e George Shepperson (1968) com o ensaio “The African abroad or the african diaspora” são importantes exemplos de pesquisas que passam a utilizar o termo fora da temática judaica ou armênia.

A princípio, o termo diáspora não seria adotado para presente pesquisa. Contudo, após a averiguação dos trabalhos acerca da minha temática específica, constatei que alguns importantes autores utilizam o termo diáspora para se referir aos movimentos migratórios de religiões sul-asiáticas, como o Zoroastrismo. Entre eles, estão Harold Coward, John R. Hinnells e Raymond Brady Williams.

Por essa razão, me aproximo da definição de diáspora trazida por João Fábio Bertonha como “uma grande dispersão de emigrantes a partir de um centro e uma motivação – que não precisa ser política, mas também econômica e racial – para ela” (BERTONHA, 2015, p. 64). Assim, me oriento a pensar na diáspora como um movimento com considerável número de pessoas que se sentem de certa forma, obrigadas a abandonar seu local de origem, para dispersão em diversas regiões de destino, não somente uma.

Um importante ressalva apresentada por Bertonha (2015) é de que o termo diáspora deve ser utilizado com cautela, e que o erro de seu uso está vinculado muitas vezes ao excesso deste. O autor defende que se o termo for generalizado a todos

tipos de migrações, os dois conceitos, diáspora e migração, acabam por se anularem. Isso acontece da mesma forma com o conceito de transnacionalismo trabalhado também pelo autor e vinculado às temáticas migratórias.

O conceito de transnacionalismo aparece em novas pesquisas trazendo um caráter circulatório para o debate sobre migrações. Ou seja, ele nega a limitação da migração como uma ideia de saída única do sujeito em direção à um único destino, permitindo pensar nas idas e vindas do migrante. Entretanto, o autor deixa claro que o conceito possui uma definição ainda problemática, ambígua e imprecisa, e que o termo parece improvável de ser tão amplo quanto se imagina. “Assim, a transnacionalidade, num sentido físico, atingiu apenas a parte dos imigrantes, de hoje e de ontem, e é um erro tentar generalizá-la para todos” (BERTONHA, 2015, p. 58).

A ideia de transnacionalismo também pode ser aplicada a tentativa de manutenção de laços com a pátria de origem do migrante, sendo por motivos políticos, econômicos, culturais e emocionais. Para tornar mais palpável essa noção de preservação de uma identidade “original”, Bertonha traz dois exemplos de transnacionalismos.

> [...] trabalhadores que efetivamente circulam e circulavam, fisicamente por vários ambientes e os conectavam em suas vidas e mentes. O outro, a meu ver, é dos militantes políticos, normalmente refugiados, que permanecem fora de seu país, mas cujo foco sempre era e é a sua nação ou sua ideologia. (BERTONHA, 2015, p. 61)

No caso da presente pesquisa, o termo diáspora é utilizado principalmente para descrever o fenômeno de saída de zoroastrianos no Irã. A diáspora iraniana, como denomina Shirin Hakimzadeh (2016), contabiliza atualmente a marca de um milhão de pessoas e é caracterizada como heterogênea em seus emigrantes. Dentro das estatísticas, a religiosidade se apresenta como um elemento principal para provocar essa heterogeneidade da emigração iraniana. Grupos de minorias religiosas no Irã como os bahaistas, judeus, cristãos e zoroastrianos se dispersam pelo mundo por decorrência da intolerância religiosa.

Trabalhar com processos migracionais implica primeiramente em entender o próprio conceito de migração e suas perspectivas. Sabemos que quando

acompanhado com a letra “I” antes da palavra (imigrante, imigração), o termo refere-se à entrada de pessoas. Quando acompanha a letra “E” (emigrante, emigração) aludi à saída de pessoas. Diante disso, quando utilizado o termo migrante ou migração, faço referência as duas perspectivas, pensando no imigrante como um emigrante primeiramente.

O próprio conceito de migração pode variar de acordo com os objetos de estudo. Me aproximo da definição de Hélio Moura (1980, p. 11, apud CASTIGLIONI, 2009, p. 40) que propõe a migração como um fenômeno reflexo, que “representa uma resposta da população ao processo de mudanças socioeconômicas que opera em um contexto específico durante um determinado tempo”. Isso significa que a migração é um fenômeno complexo e heterogêneo, devendo-se sempre compreender o contexto histórico, além de ser pontuado como causa e consequência da transformação da sociedade.

A migração é um processo seletivo, explica Castiglioni (2009). Os indivíduos que atendem a migração, geralmente possuem traços comuns que se diferenciam daqueles que não atendem. Basicamente, alguns indivíduos tendem a migrar mais que outros (GOLGHER, 2004). E é a partir dessa lógica que a seletividade da migração funciona para traçar o perfil do migrante e estudar suas características, como idade, gênero, estado civil, instrução técnica, escolarização e etc.

Ambos autores, Castiglioni (2009) e Golgher (2004), coincidem em seus perfis de indivíduos mais propensos a migrar: jovens, solteiros ou com família pequena, indivíduos com poucos filhos, altamente escolarizados e com média renda. Todas essas características formam um perfil geral de sujeitos que podem atender a migração, contudo, ressalto que as situações difíceis no local de origem podem ocasionar a migração de qualquer categoria de indivíduo, sendo necessário o estudo da seletividade específica de determinado local e momento.

De acordo com Everett S. Lee, (1966, apud CASTIGLIONI, 2009, p. 50) as condições de origem determinam a seletividade do migrante. A seleção positiva acontece quando os migrantes possuem um alto nível de escolarização e vão em busca de melhores padrões de vida. A seleção negativa acontece quando se há fatores expulsores no local de origem que desestimulam a população a permanecer

no local. Acredito que no caso das migrações estudadas pela presente pesquisa, os dois quadros de seleção aconteçam. No Irã, a partir do final da década de 70, com a implantação da República Islâmica em 1979, houve a migração política contra o governo do Aiatolá Khomeini, a saída de jovens que fugiam do serviço militar obrigatório (Guerra Irã-Iraque) e a saída de mulheres contra as restrições de gênero impostas pelas leis islâmicas (uso do hijab e limitações educacionais) (HAKIMZADEH, 2016). No tocante às seletividades positivas, só na Índia, estima-se que saíram em 2013, trinta e oito milhões de estudantes em direção ao Reino Unido em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida. Do Irã, estiam-se que saíram três mil estudantes no mesmo período buscando as mesmas oportunidades (Indicadores comuns dos perfis de Migração – DESA, UNICEF, 2014).

Esse fenômeno é o que chamamos de *brain drain* (fuga de capital humano, fuga de cérebros), que caracteriza a grande saída de pessoas com aptidões técnicas e boa escolarização de determinado país ou região, trazendo grandes problemas de falta de mão de obra nesses países emigrantes. Todas essas suposições e fatores que impulsionam o migrante e os fluxos migracionais citados a cima, fazem parte do segundo conceito importante para se trabalhar com migração: Determinantes. As condições do país ou região de origem e destino que impulsionam o migrante a migrar, são estudados pelos determinantes migracionais. Desde uma maior oferta de emprego, até uma maior liberdade social em relação a perseguições, o migrante e os grupos migracionais analisam as situações das possíveis opções e optam por migrar ou não. Até mesmo a intenção de reencontrar familiares e amigos e a existência de redes de assistência nos locais de destino (como a *Zoroastrian Trust Funds of Europe* e a *World Zoroastrian Organization*) se tornam um determinante.

O terceiro e último conceito, é chamada Consequência migracional. O conceito trabalha com os impactos, pessoais e regionais, produzidos pela migração tanto na origem quanto no destino. No que se refere ao eixo demográfico do local de destino, as consequências são geralmente positivas, trazendo com o aumento populacional de jovens instruídos, o rejuvenescimento da população. Todavia, nas regiões atrativas, a imigração massiva pode provocar problemas de desiquilíbrio demográfico e de infraestrutura urbana. Aos locais de origem, as grandes emigrações

são desfavoráveis pois podem causar o envelhecimento da população, reduzindo a capacidade local de gerar progresso e perdendo o dinamismo social e econômico (CASTIGLIONI, 2009).

Golgher (2004) aponta que dentre as consequências pessoais da migração estão melhores condições de vida, novas oportunidades, processos de adaptação, tais como modificação de costumes e de valores, e rompimento de relações. Tocante as situações de regiões de destino e origem, as consequências regionais podem ocasionar basicamente o aumento ou diminuição demográfico, proporcionando inúmeros outros efeitos, como o *brain drain* citado anteriormente.

Como metodologia da pesquisa, utilizo das estruturas da chamada História Oral e dos estudos teóricos sobre memória e identidade. A intenção é que sejam elaboradas entrevistas com pessoas que vivem na Inglaterra e se identificam como zoroastrianos ou tem alguma ligação familiar com tal. Antes disso, será liberado um questionário online através da plataforma Google, para que qualquer zoroastriano que viva na Inglaterra se sinta à vontade para responde-lo.

Foi escolhido trabalhar com História Oral pois é um método moderno que permite analisar as convergências e diversidades de relatos e experiências sociais de pessoas ou grupos, sobre uma mesma questão. Se torna ainda mais relevante quando se trata em pesquisas que buscam estudar grupos minoritários, que se encontram em perigo de extinção, ou marginalizados. (QUEIROZ, 1988)

Para o estudo da História Oral e dos mecanismos de uma entrevista, me apoio em Alessandro Portelli, que busca discutir em suas obras as problemáticas entre o entrevistado e o entrevistador. De acordo com Portelli (1997) a entrevista não pode ser encarada como uma simples conversa onde o pesquisador questiona e o depoente entrega todas as respostas passivamente. A entrevista é uma troca entre dois sujeitos. É uma troca de impressões, de olhares, e de informações. Pensar somente em um observador e um observado é uma ilusão. “Durante todo tempo, enquanto o pesquisador olha para o narrador, o narrador olha para ele, a fim de entender o que é e o que quer, e de modelar seu próprio discurso a partir dessas percepções” (PORTELLI, 2010, p. 20)

Dessa forma, ao narrador é colocado um papel tão ativo quanto o do entrevistador. Ele julga o pesquisador a fim de elaborar uma certa interpretação deste e assim organizar sua narrativa sobre o que dizer e o que esconder. A entrevista então se torna um exercício de reconhecimento do outro, trazendo a identidade num plano social e interpessoal, e “ajudando a reconhecer a nós próprios no que nos faz semelhantes embora diferentes dos outros” (PORTELLI, 1997, p. 23)

A diferença entre entrevistado e entrevistador é inevitável e também discutida por Portelli. “Sempre existe uma barreira” (PORTELLI, 2010), como diz o autor a respeito dos empecilhos em relação ao narrador e pesquisador como sujeitos que carregam diferenças. Essas diferenças podem e afetam o discurso do entrevistado, trazendo barreiras que impedem o pesquisador de se aproximar da narrativa. Exemplos como um entrevistado negro narrando casos de racismo para um pesquisador branco, ou então um professor universitário narrando sua trajetória acadêmica para um aluno de graduação, são possíveis de serem pensados. A igualdade portanto não pode ser almejada, pois a própria “hierarquia desigual de poder na sociedade cria barreiras entre pesquisador e o conhecimento que buscam” (PORTELLI, 1997, p. 10)

Contudo, Portelli traz uma interpretação otimista das diferenças entre entrevistado e entrevistador. Ele aponta que as diferenças são tão necessárias quanto a consonância, e que de certo modo podem trazer peculiaridades para entrevista. “Muito da dramaticidade e da eloquência da entrevista derivam da consciência da separação e da diferença que existe em nós” (PORTELLI, 2010, p. 35).

Pensando no caso da atual pesquisa, acredito que barreiras vão se erguer dentro das narrativas dos entrevistados. Encontramos mais diferenças entre o eu como pesquisadora, uma brasileira acadêmica que não possui ligação religiosa nem familiar com o Oriente, e os entrevistados, pessoas de diferentes classes sociais que se ligam através da religião zoroastriana e que possuem uma associação direta ou indireta com o Oriente. Mais diferenças do que semelhanças. O que torna interessante pensar na narrativa estratégica dos entrevistados. Será articulado um discurso singular organizado a partir das percepções que os zoroastrianos terão da

pesquisadora como sujeito. “Os conteúdos da memória são evocados e organizados verbalmente no diálogo” (PORTELLI, 2010, p. 19).

Nesse sentido, encontramos um outro conceito importante para a pesquisa: Memória. As observações de Michael Pollak acerca da memória se encaixam plenamente com os estudos citados acima de Portelli.

Na entrevista o depoente, para Pollak (1989), seleciona suas respostas a partir de uma demanda externa, trazendo um sentido político e moral da memória. Qual história o depoente quer narrar? Não há esquecimento, exclusão ou mentira. Não importa a veracidade da narrativa, mas sim o porquê. Tudo pode ser interpretado, de acordo com Pollak (1989).

Por conseguinte, a memória de acordo com Pollak, é seletiva. A memória pode sofrer mudanças, adaptações em função do momento em que ela é articulada. As preocupações do momento indicam a estrutura da memória, que consciente ou inconscientemente, é construída (gravada, recalcada, relembrada...)

A coletividade e a individualidade também são estabelecidas na memória. De acordo com Halbwachs (2006) a memória do sujeito deve ser compreendida como um fenômeno social e coletivo, construída a partir das articulações com a memória do outro, trazendo uma necessidade de nos remetermos as lembranças dos outros.

Para Pollak (1992) a memória individual se constrói a partir dos acontecimentos vividos pessoalmente, que se difere da memória coletiva por se tratar de acontecimentos vividos por tabela, ou seja, vividos pelos grupos ou coletividades que o sujeito que se identifica. A vezes não se situam nem no mesmo espaço tempo do sujeito, caracterizando um fenômeno de projeção de identificação.

Outro fenômeno discutido por Pollak é a ideia de enquadramento da memória, que se refere ao que deve ser mostrado e lembrado e o que deve ser escondido e esquecido, através do discurso do narrador. É uma estratégia também utilizada por historiadores, Pollak coloca, que escolhem qual narrativa, quais pontos e qual perspectiva, devem ser enquadrados e guardados na História. Nesse sentido, ligado a seletividade citada acima, a “memória não é uma lembrança do passado, mas sim

um processo de lembrar e esquecer, o poder de selecionar acontecimentos a partir daquilo que parece relevante, para um grupo ou para si mesmo" (BENTO, 2009 p. 21).

Se o esquecer é tão articulado quando o lembrar, o não dito pelo narrador também é alvo de debate para Pollak. Partindo do pressuposto que a memória é um campo de disputa, os silêncios podem ser interpretados como ações políticas e morais. O não dito geralmente é que não pode ser público naquele momento, são lembranças proibidas, indizíveis, envergonhadas e guardadas em estruturas informais que "passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, p. 06)

A fronteira entre o dizível e o indizível é o que separa a memória subterrânea da memória majoritária do Estado, geralmente impostas pelos valores da sociedade que determinam o que deve ficar submerso e o que pode emergir. Nietzsche foi um dos primeiros a relacionar o exercício de lembrar com a moral, principalmente na lembrança da nossa cultura histórica. Lembrar-se dos deveres e não das alegrias, assumindo uma função normativo-impositiva. (DIEHL, 2002).

Astor Diehl traz uma importante interpretação da formação da memória e identidade dos indivíduos. Ele relaciona tempo, espaço e movimento como atores da função de sistematizar as possibilidades de fragmentos do passado (lembranças), em memória. Ele identifica a lembrança como vivências fragmentadas, rastros e restos, e memória sendo uma estrutura mais consistente, uma representação produzida pela e através da experiência. Além disso, a possibilidade da memória ter características coletivas, faz com que ela assuma funções tais como de identificações culturais, de integrações, diferenciações e de controle político-ideológico.

Como visto, memória e identidade são dois conceitos que andam juntos, sendo a memória um elemento constituinte do sentimento de identidade. Nesse sentido, Diehl aponta

> O ato de rememorar produz sentido e significado através da ressubjetificação do sujeito e a repoetização do passado, produzindo uma nova estética do passado. [...] Isso explica que a identidade, os processos de identificação e identitários conseguem apenas ressubjetivar e repoetizar elementos e sentidos culturais para grupos sociais e jamais para sociedade como tal. Caso contrário, identidade passa a ser ideologia, facilmente vinculada à concepção de cultura nacional (DIEHL, 2002, p. 114-115)

Dialogando com Pollak, a memória é um elemento fundamental para a construção do sentido de identificar-se. Parte do processo de identificação se usa das referências do “outro” e dos “outros”, como apresentado por Pollak, partindo dos critérios de aceitabilidade e credibilidade. Ora então, a memória e identidade não são essências de um indivíduo pois são negociadas diretamente a partir das relações de alteridade.

O presente trabalho, nesse sentido, procurou dialogar com diferentes autores buscando os mais apropriados conceitos para se debater sobre memória e identidade em uma comunidade de adeptos zoroastrianos. Cruzando as linhas entre as disciplinas, a pesquisa conseguiu criar uma conexão entre os três conceitos principais, memória, identidade e oralidade, tarefa agradável de ser realizada, já que a historiografia escolhida dialoga de forma maviosa com as três ideias propostas.

Assim, a parte teórica-metodológica da pesquisa que se apresenta, propicia uma preparação e o primeiro caminho para receber a análise das fontes. Como ferramenta fundamental de todo pesquisador, e debate de teorias e métodos nos auxiliam a resolver as problemáticas que levantamos ao longo do caminho acadêmico.

Referências

BERTONHA, João F. Transnacionalismo e diáspora: reavaliando conceitos e paradigmas teóricos das imigrações. In: **Imigração e imigrantes**: uma coletânea interdisciplinar. Salvador: Editora Pontocom, 2015.

BRAUDEL, Fernand. **O espaço e a história no Mediterrâneo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migrações: abordagens teóricas. **Migração Internacional na Pan-Amazônia***.* Belém: NAEA/UFPA, 2009.

DIEHL, Astor. **Cultura Historiográfica** – Memória, Identidade e Representação. EDUSC, 2002.

GOLGHER, André B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004.

HAKIMZADEH, Shirin. Iran: A vast Diaspora abroad and millions of refugees at home. **Migration Policy Institute***,* 2016.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HINNELLS, John R. The Zoroastrian Diaspora in Britain, Canada and the United States. **The South Asian Religious Diaspora in Britain, Canada and the United States.** EUA: University of New York, 2000.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: Olga Von Simson (org.). **Experimentos com histórias de vida** (Itália e Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, 3 (3). Rio de Janeiro, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**, v.14, p. 7-24, fev. 1997.

_____. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, v. 14, fev. 1997.

_____. Sempre existe uma barreira. A arte multivocal da História Oral. **Ensaios da História Oral.** São Paulo: Letra e Voz, 2010.

O "POPULISMO" DE VARGAS: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS DE "POPILISMO" E "TRABALHISMO" QUE REGERAM AS POLITICAS SOCIAIS NO GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

Gigliola Aparecida de Oliveira Knapp (UEL)

Resumo: O estudo tem como objetivo dar início as reflexões teóricas sobre os conceitos que regeram as politicas publicas durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), principalmente durantes os anos que ficaram conhecidos como Estado Novo, nos anos de 1937 até 1945, os conceitos de "populismo" e "trabalhismo". No Brasil da Era Vargas, as politicas sociais eram concebidas como direitos e benefícios outorgados pelo Estado ao mundo do trabalho, assim materializando os direitos sociais como ligados diretamente aos direitos trabalhistas. O "trabalhismo" vem como resposta para as ações do Governo como destaca autores como a historiadora Ângela de Castro Gomes em seu trabalho intitulado "A Invenção do Trabalhismo", uma forma de justificar como surgiu a relação entre a população e seu "chefe", distanciando-se do conceito tradicional de "populismo". Com a analise dos conceitos de "populismo" e "trabalhismo" pretende-se discutir uma questão muito presente na formação da cidadania brasileira, como que uma população que não confia na classe politica, em seus políticos, se deixa envolver e acreditar tão rapidamente com a figura do "líder carismático".

Palavras-Chaves: Era Vargas; Populismo; Trabalhismo; Direitos Sociais;

INTRODUÇÃO

Com este trabalho darei inicio as reflexões teóricas envolvendo o tema central da dissertação que pretendo desenvolver sobre as politicas sociais durante a Era Vargas, com ênfase nos anos de 1937 a 1945, período que ficou conhecido como Estado Novo, através da leitura das cartas que a população enviou para o presidente Getúlio Vargas. Primeiramente darei inicio através da analise sobre os dois conceitos que regeram todas as medidas politicas do período, o “Populismo” e o “Trabalhismo”, período este considerado pela historiografia como sendo o “nascimento” do “Populismo” na história politica brasileira, marcado por medidas políticas que contribuíram para gerar uma imagem de Getúlio Vargas, o “Líder Populista”, tal imagem permanece viva no imaginário popular até hoje. Durante as décadas após sua morte, o conceito de populismo ajudou a explicar o porquê das massas de trabalhadores o idolatrarem e porque essa política não ajudou a formar uma resistência forte contra os golpes de Estado dos militares, políticos e empresários. Muitos críticos colocam que o “populismo” seria uma política de desmobilização popular, através de medidas paternalistas e do carisma do “líder populista”. As massas ficariam dependentes dos lideres populistas, incapazes de agir por conta própria. (WEFFORT, 1978, p. 62).

Os estudos relacionados ao conceito de “populismo” no Brasil começaram a mudar somente a partir das décadas de 1980 e 1990, quando começou a surgir outra interpretação que desqualificava o conceito de “populismo” como incapaz de entender as ações e pensamento dos trabalhadores. Para esses críticos os trabalhadores não eram totalmente passivos, eram vigilantes dos direitos sociais que estavam conseguindo, mesmo que toda a propaganda varguista dissesse que esses direitos haviam sido concedidos pelo Governo. Para podermos ir além do conceito de “populismo” e entender as ações e reações dos trabalhadores em relação ao governo e às políticas sociais é o que a historiadora Angela de Castro Gomes chamou de “Trabalhismo”. Para Gomes, o conceito de populismo traz uma carga negativa muito forte, porque seria identificado como uma política de “mão única”, manipuladora e desmobilizadora das massas. Já o “trabalhismo”, “inventado” na Era Vargas, pode descrever melhor essa relação entre o governo, às classes trabalhadoras e os

patrões. O “trabalhismo” torna-se uma forma de pensar o processo histórico como uma relação de “mão dupla”, em que os trabalhadores e o Estado possuem seus objetivos e se relacionam de certa maneira.

Para se estudar o “populismo” e as políticas sociais há uma considerável quantidade de obras, textos e artigos, devido ao grande interesse que as questões ligadas às políticas sociais, gerando debates em todo o mundo. No Brasil, conta com nomes como Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes entre outros, que discutem e problematizam as questões políticas e os movimentos sociais na história recente do país. No Brasil, medidas democráticas e movimentos sociais são questões relativamente recentes na nossa história, em comparação a movimentos na Europa. Assim, não podemos tratar um conceito teórico de uma história de longa duração, pois há um movimento constante de transformação e ainda estamos vivendo as consequências e fazendo parte destas mudanças às quais não se concretizaram em algo que podemos delinear. Mesmo o Brasil apresentando um modelo próprio do conceito de “populismo”, muito mais relacionado à formação da cidadania e de uma cultura politica diferente do movimento na Europa, ainda assim podemos relacionar as politicas de massas e a lutas de classe como E. P. Thompson narra em suas obras, assim podendo ampliar as discussões e ter um melhor entendimento sobre um conceito que até os dias de hoje gera inúmeros debates no senário politico brasileiro.

COMO O “POPULISMO” SE APRESENTOU NA POLITICA BRASILEIRA.

No Brasil o “populismo” sempre foi um assunto difícil de ser debatido e inclusive estudado, como escreveu a historiadora Angela de Castro Gomes (1996, pg. 31-58), “escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por ‘má’ compreensão, por adesão ou por rejeição”. Sendo um conceito com um alto grau de “compartilhamento, plasticidade e solidificação”, por ser um tema que não se limita aos estudos universitários, o populismo se tornou presente na vida da população, podendo ser chamado de uma “cultura política nacional”, pois é preciso reconhecer que o conceito sai de uma retórica sociológica erudita para uma retórica politica popular, através da imprensa e com uma linguagem mais simples, criando um senso comum entre a população.

O início do “populismo” na política brasileira é marcado no ano de 1930, em 1945 teria passado por “rearranjos institucionais os quais teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática”, chegando ao seu colapso em 1964. Mas nunca saiu completamente do cenário político, estando presente na redemocratização em 1985 e até os dias de hoje ainda integra as discussões sobre medidas sociais de governos taxados de “populistas”. (FERREIRA, 2001, pág. 08).

O “populismo” é um conceito que em certos momentos é defendido e utilizado pela academia, como também igualmente é fortemente criticado e abandonado pelos membros da mesma academia durante décadas, isso segundo Gomes (1996, pg. 31-58) evidencia as variações de sentido do conceito, que carrega com sigo um alto grau de “resistência e virtualidade”. Contudo, mesmo com o alto nível de questionamento, não parece afetar em nada a aceitabilidade do conceito pela sociedade, pois o populismo tem um significado preciso e integrado na memória coletiva daqueles que participaram de alguma forma da política, assim tachando os políticos populistas como os que enganam o povo com promessas que nunca vão cumprir ou então os que articulam uma retórica fácil em nome de interesses próprios. Com este pensamento, é no populismo que se demostra como “o povo não sabe votar” ou, de forma mais otimista, “ainda não sabe votar”, desta forma acaba sendo associado “a um critério de valor que hierarquiza e condena *in totum* o populismo e tudo que ele possa adjetivar”. (GOMES, 1996, pg. 31-58).

A ideia de como um governante populista passou do político “honesto”, com proposta sociais que beneficiariam os trabalhadores, para se tornar um demagogo, um verdadeiro manipulador das massas está presente na obra de Jorge Ferreira (2001, pg.09) da seguinte forma:

> O político populista, assim, surge como um personagem que agiria de má fé, mentindo e enganando o povo, sobretudo nas épocas de eleições, prometendo tudo e nada cumprindo. Quando uma mesma noção é compartilhada por intelectuais e professores universitários, mas também por jornalistas e trabalhadores, é muito difícil investigar sua origem na história política do país, repensá-la e critica-la.

Primeiramente, o populismo é uma política de massas, “ele é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna”, indicando que os trabalhadores não teriam adquirido uma consciência de classe, não teriam se organizado a ponto de poder participar da politica como uma classe, “as

massas, interpeladas pelo populismo, são originárias do proletariado, mas dele se distinguem por sua inconsciência das relações de espoliação sob as quais vivem". Segundo a autora, somente a superação da condição de "massificação" permitiria o populismo se libertar e assim adquirir uma verdadeira consciência de classe (1996 pg. 31-58). E em segundo, o populismo é também associado à certa "conformação da classe dirigente", que perdeu sua relevância, deixando de criar valores e de orientar o estilo de vida da sociedade, estando em crise sem condições de dirigir o Estado com segurança, à classe dominante precisa do apoio político das massas emergentes. (GOMES, 1996, pg. 31-58).

Para compreender melhor essas questões sobre política de massas e luta de classes, é preciso entender como se forma uma "classe", para E. P. Thompson (1987, pg. 09 - 10), "classe" é entendida como um "fenômeno histórico", que iguala diversos acontecimentos que aparentemente estão desconectados, o autor não vê a classe como uma "estrutura" nem como uma "categoria", mas algo que realmente ocorre e é demostrada nas relações humanas. O autor explica a formação de "classe" e da "consciência de classe" da seguinte forma:

> A classe ocorre quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. [...] A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

O que Thompson deixa claro já no prefácio de sua obra "A Formação da Classe Operaria Inglesa" é que não devemos pensar "classe" como algo material, não podendo generalizar como sendo uma coisa, nem Marx a tratou assim, a "classe operaria" muitas vezes é tomada como sendo algo concreto, determinada matematicamente, tantos operários em uma determinada função na produção os tornariam membros e criaria a "consciência de classe", mas também não se deve simplesmente nega-la, a "classe operaria existe, e pode ser definida com alguma

precisão como componente da estrutura social" (1987 pg. 10-11). O ponto chave para entendermos uma classe, seria quando o individuo assume seu "papel social", quando este individuo se vê e se reconhece que pertencente a determinado grupo, criando assim uma "consciência de classe".

> Evidentemente, a questão é como o individuo veio a ocupar este "papel social" e como a organização social especifica (com seus direitos de propriedade e estrutura de autoridade) aí chegou. Essas são questões históricas. Se detemos a história em um determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição (THOMPSON, 1987, pg. 11-12).

Thompson deixa claro que a sociedade esta em constante mutação e que o historiador deve ter o cuidado de olhar os movimentos sociais tendo em mente que o trabalhador é filho de seu tempo, certo ou errado, foram eles que viveram aquele momento da história.

Retornando o olhar para a formação das politicas sociais no Brasil, completando o conjunto de elementos que formam o populismo no país, foi o surgimento da figura do "líder populista", o homem cheio de carisma, "capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder". É importante destacar, segundo Gomes (1996,pg. 31-58), a seleção de variáveis "histórico-sociológicas" que ocorreram na formação do modelo de "populismo" no Brasil, segundo a autora, o perfil dos autores que o integram são: "um proletariado sem consciência de classe; uma classe dirigente em crise de hegemonia; e um líder politico carismático, cujo apelo subordina instituições e transcende fronteiras sociais".

Gomes (1996, pg. 31-58) utiliza a teoria de gramsciano, para abortar o conceito pela perspectiva que o populismo esta em trânsito, "de Estado de compromisso que é também um Estado de massas". Que seria a ideia que o compromisso apontaria para duas frentes estabelecidas, seus limites e pontualidades.

> Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder que passa a se confundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. (GOMES, 1996, pg. 31-58)

Jorge Ferreira, em um de seus trabalhos critica como o conceito de “populismo” é colocado de modo pejorativo, ao citar o trabalho de Francisco Weffort, Ferreira (2010, pg. 76) destaca:

> O populismo foi, sem dúvida, manipulação de massas, mas a manipulação nunca foi absoluta. Se o fosse, estaríamos obrigados a aceitar a visão liberal elitista, que, em última instância, vê no populismo uma espécie de aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes. Se o populismo foi manipulação, alega, "também foi um modo de expressão de suas insatisfações".

Assim, vamos entrar na questão de que no Brasil, durante o Estado Novo (1937-1945), o conceito de populismo sofreu uma transformação, para conseguir assim explicar de forma clara a relação de poder, entre um governo centralizado na figura do líder populista, que mesmo assim manteve e ampliou direitos sociais aos trabalhadores, dando inicio ao conceito de “trabalhismo”.

“TRABALHISMO”: UMA FORMA PARA EXPLICAR A RELAÇÃO DO ESTADO COM A CLASSE TRABALHADORA.

Durante o governo de Vargas entre os anos de 1930 e 1945, foram criadas diversas políticas públicas e a partir de 1942 receberam o nome de trabalhismo, embora, naquela época, a população “trabalhismo e getulismo” significavam a mesma coisa. Somente a partir dos anos 1950 foi que o projeto trabalhista tornou-se mais visível no senário politico da época, principalmente com o crescimento do Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB). Mas durante os anos de ditadura militar o trabalhismo voltou a ser nomeado de populismo.

Retornando ao seu início, a década de 1930 foi cenário de grandes mudanças estruturais no Brasil, que envolveram todas as camadas do Estado, mudanças na política, com a “revolução de 30” pondo fim no pacto oligárquico da “política do café com leite”. Na economia o Brasil teve uma expansão industrial, que gerou uma grande migração de trabalhadores do campo para as cidades, com a criação de direitos sociais e trabalhistas, mudando assim a estrutura social do país.

Como destaca Angela de Castro Gomes em seu livro “A Invenção do Trabalhismo” (1988), e em outros trabalhos da autora, a vivência política no país é até mesmo incoerente, pois fica entre a “desconfiança” que a população sente nos políticos e um verdadeiro louvor ao carisma pessoal de uma figura pública; destacando que no Brasil a cidadania não pode ser explicada fora da questão dos direitos sociais, e tais direitos estão totalmente ligados à classe trabalhadora.

Após a “revolução de 1930”, em que Getúlio Vargas acaba assume a presidência da República, é instituído o Governo Provisório (1930-1934), um dos fatos mais importantes desse período foi à criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi chamado de “ministério da revolução”, pois devia ser o símbolo do projeto do governo “verdadeiramente inovado”, em que o Estado fiscalizava e regulava as relações entre o trabalho e o capital. Neste período, são criadas leis para valorizar o trabalhador brasileiro, como a lei que obrigava as empresas a terem 2/3 de trabalhadores nacionais, devido ao grande número de imigrantes, os trabalhadores brasileiros tinham perdido espaço no mercado de trabalho, esta lei ficou conhecida como “a lei de nacionalização do trabalho”. (GOMES, 2002, pg. 23).

A política desse governo começou a delinear os parâmetros com relação aos trabalhadores e ao patronato, com leis que estabeleciam “normas de sindicalização, assumindo um modelo doutrinário de corte corporativo”. Segundo este decreto, as associações deveriam ser organizadas pelos ramos de produção econômica, “transformando os sindicatos nas células básicas de todo esse processo de organização social” (GOMES, 2002, pg. 23).

> A lei de sindicalização de 1931 alterava e ao mesmo tempo concorria com o padrão de associações até então existentes no movimento operário que, a partir daí, seria sistematicamente reprimido. Por meio dela, os sindicatos eram legalmente reconhecidos – o que era um velho desejo dos trabalhadores, sempre rejeitado pelo patronato (GOMES, 2002, pg. 23-24).

Esta lei, contudo, também criava restrições, sancionando o “princípio de unidade”, definindo o sindicato como um órgão de colaboração com o poder público, trazendo as associações dos trabalhadores sob o olhar do Estado. O Estado passou a controlar os sindicatos, pois proibia qualquer propaganda de ideologia política ou religiosa, praticamente obrigava os trabalhadores a se filiarem as associações, já que

somente os trabalhadores sindicalizados poderiam usufruir dos benefícios da legislação social que estava sendo implantada (GOMES, 2002, pg. 24).

Um dos objetivos desse decreto que ficou mais evidente foi à luta contra todas as organizações independentes, também com qualquer liderança que fosse considerada capaz de organizar movimentos de protestos à nova ordem institucional. A primeira lei sindical foi importante, pois a forma como se organizou a classe trabalhadora refletiu nas relações com o patronato, o Estado e como se estabeleceu a sociedade (GOMES, 2002 pg. 25).

> O primeiro ponto a se destacar é que, no momento em que a essa lei entrou em vigência, estavam suspensos todos os partidos políticos e câmaras legislativas, encontrando-se o país sob um regime de exceção em que o Executivo tinha poderes especiais. Sua elaboração, entretanto, resultou de uma equipe ministerial, composta por homens como Evaristo de Morais e Joaquim Pimenta, cujo saber era reconhecido e que eram identificados com os interesses dos trabalhadores (GOMES, 2002 pg. 25).

Atingindo todas as associações de classe, estabelecendo o principio de unidade sindical, a lei determinou que fosse possível existir apenas “uma associação para cada profissão”, e estas deveriam ter o reconhecimento do governo, somente assim poderiam desempenhar a função de “representação de interesses” sociais. Os sindicatos se organizavam a nível municipal, tendo federações regionais e confederações nacionais, compondo uma estrutura verticalizada, organizados sempre pelas categorias profissionais, como ferroviários, comerciários e outros (GOMES, 2002 pg. 26).

No período de 1932 e 1937, foram sancionadas inúmeras leis que cobriam tanto questões de regulamentação das condições de trabalho para quem estava no mercado, “leis trabalhistas”, pontos que envolviam gratificações aos que saiam temporariamente ou definitivamente do mercado de trabalho, “leis previdenciárias”. Foi nessa época que ocorreu a implantação de vários benefícios trabalhistas como: a regularização do horário de trabalho dos industriários e comerciários, regulamentando o trabalho de mulheres e menores de idade, criação da lei de férias; na área da previdência foram implantados diversos benefícios como: pensões e aposentadorias para diversas categorias de trabalhadores, oferecida “por um conjunto de Institutos de Aposentadoria e Pensões (os IAPs)”; com isso a população previdenciária era atendida distintivamente pelos IAPs, devotando um entendimento de contrato para o

recebimento dos “benefícios compensatórios”. Os IAPs eram organizados por empresas, funcionavam com o Estado sendo representado na administração e com participação de membros dos empregadores e empregados (GOMES, 2002 pg. 28). Contudo, essas leis, nesta época, foram criadas visando à população de trabalhadores urbanos, que se encontrava em crescimento e eram marcados por um passado de lutas organizadas. Desta forma, no primeiro momento, tais leis não beneficiaram a grande maioria da população brasileira, os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos, os quais ficaram de fora de sua estrutura de proteção. Mesmo assim, o efeito dessa legislação foi grande, indicando a ação “intervencionista e protetora do Estado em assuntos trabalhistas” (GOMES, 2002 pg. 29).

Os movimentos sindicais tiveram grande atuação entre os anos de 1931 até 1935, perdendo espaço à medida que a repressão do governo crescia, chegando ao rompimento da institucionalidade legal do país, quando foi instalado um governo autoritário em 1937 com a implantação do Estado Novo, suspendendo por muitos tempos direitos civis e políticos de cidadania. Contudo, este manteve os direitos sociais, principalmente os direitos do trabalho foram mantidos e continuaram sendo implantados e muito “propagandeados” pelo governo (GOMES, 2002, pg. 33).

Em 1939, o governo estabeleceu uma nova lei de sindicalização, estabelecendo uma “unidade de tutela sindical”, que era necessário para construir a imagem de um Estado corporativo. “Esta lei proibia explicitamente as greves e dava ao Estado o poder de intervir nos assuntos financeiros e administrativos dos sindicatos”. Entretanto, Gomes ressalta que apesar do clima de autoritário que estava em vigor, segundo dados do próprio ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, “a organização corporativa de sindicatos não deslanchou, nem entre empregados, nem entre empregadores”. Em relação aos trabalhadores, é possível observar que apesar do aumento dos registros de sindicatos oficiais, uma condição imposta pelo governo para que assim os trabalhadores tivessem acesso aos direitos, houve uma diminuição do número de trabalhadores que realmente frequentavam o sindicato. (GOMES, 2002, pg.36).

Entre as medidas de direitos trabalhistas mais importantes implantadas nesse período e vigentes até hoje, está à criação do salário mínimo, que gerou um “impacto real sobre os ganhos dos trabalhadores”, tema que foi e continua sendo muito

discutido. Neste momento a questão não é se o salário mínimo realmente resultou em ganhos reais para o trabalhador, mas sim na importância de sua criação, estabelecendo um valor mínimo de remuneração garantido pelo governo. Outro fato importante foi a Justiça do trabalho começar a funcionar em 1° de maio de 1941, pois apesar de ser prevista em Carta de 1934, nunca tinha funcionado de fato até então, "criada como parte do Executivo e não Judiciário, e durante a vigência da Carta de 1937, que proibia o direito de greve, a Justiça do Trabalho foi, desde logo, muito utilizada pelos trabalhadores". (GOMES, 2002, pg.37).

Foi justamente com a nova situação política estabelecida durante o Estado Novo que o "projeto 'trabalhista' passou a ser efetivamente difundido e implementado" (Gomes, 1988, pg. 192). Este projeto não foi decorrente ao momento de repressão de combate ao comunismo, também não foi "uma invenção simultânea à orientação política de sancionar e fiscalizar o cumprimento das leis que regulamentavam o mercado de trabalho". (Gomes, 1988, pg. 192).

Durante o Estado Novo é criada uma espécie de "pacto" nas relações entre o Estado e a classe trabalhadora, com o desencadeamento de uma política social do trabalho, o Estado é caracterizado como um "produtor de benefícios materiais, de bens de valor nitidamente utilitários", já a classe trabalhadora acaba "trocando a legislação social por obediência política" e assim estaria realizando um "cálculo de custos e benefícios cuja lógica é predominantemente material e individual". Foi devido ao desejo que o trabalhador tinha em ter estes novos direitos que o fez aceitar politicamente o regime, com isso a classe trabalhadora acabou perdendo sua autonomia e assim se encontrava numa posição de submissão política (GOMES, 1988, pg. 193). Continuando o jogo de poder que o governo estabelecia com o trabalhador, entre estabelecer direitos e exercer poder sobre os mesmos direitos, em 1943, os esforços para a efetivação do projeto trabalhista governamental foi coroado com a Consolidação das Leis do Trabalho, ficando conhecida como CLT, "reunia e sistematizava toda legislação até então elaborada no campo do Direito do Trabalho, passando a ser nomeada como a 'bíblia do trabalhador'". (GOMES, 2002, pg. 39).

> Como tal ela deveria ser lida conhecida e reclamada pelos trabalhadores e, para tanto, segundo o próprio Vargas, o governo iria se empenhar. Num certo sentido, pode-se dizer que o fez, embora seja sempre muito difícil considerar o real alcance desse empenho. (GOMES, 2002, pg.39).

É difícil estabelecer esse “real desempenho” do governo com a CLT, porque mesmo que o regime tenha se esforçado para estabelecer “o modelo de organização sindical corporativa”, não parou a repressão aos trabalhadores, inclusive em por causa de esforços conhecidos como “batalha da produção”, “várias leis que regulamentavam o mercado de trabalho foram praticamente suspensas e/ ou ‘flexibilizadas’, por exemplo, a jornada de trabalho, inclusive femininas”. (GOMES, 2002, pg. 40).

Neste período o governo utilizou uma ferramenta que estava ligada diretamente ao aprendizado da população sobre os direitos trabalhistas, com o envolvimento de alguns órgãos governamentais, foi criado o departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Com a utilização dos mais modernos meios de comunicação da época, divulgando os direitos, para que o maior número possível da população tivesse conhecimento deles, mas somente uma parcela pequena da população iria realizar suas exigências judicialmente. (GOMES, 2002, pg. 40).

Um dos exemplos mais marcante desse processo de divulgação dos direitos trabalhistas, segundo Gomes (1988), foi que logo após assumir como ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, deu início a uma de suas políticas mais importantes, “não só pela continuidade, como pela originalidade e alcance” que ganhou.

> Em janeiro de 1942, o novo ministro passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, os microfones do programa “*Hora do Brasil*”, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e irradiado pela Radio Nacional. (1988, pg. 229).

Gomes (1988) destaca que toda a propaganda e apelo político era direcionado aos trabalhadores, que estavam vivendo um momento político muito especial, enquanto de um lado eram forçados a trabalhar em condições nas quais não eram exercidos direitos sociais já garantidos por lei, do outro eram convocados a assumirem um papel fundamental na “*batalha da produção”*, iniciada justamente pelo homem “cujo maior título era o de ter outorgado estes direitos sociais”. Os trabalhadores deviam vigiar e ficar atentos “pois muitos seriam os interessados em impedir a ‘*orquestração do trabalho’,* perturbando a ordem necessária à mobilização econômica”. Cabia ao povo lutar pela manutenção da ordem, “transformando-se num observador atento de seu ambiente de trabalho”. Era passada a ideia que durante 12

anos Vargas dera tudo aos trabalhadores por sua força de vontade e caberia ao trabalhador retribuir o bem que fora lhes dado, demostrando que estariam “à altura dos benefícios recebidos”. Assim, explica- se um dos lemas lançados em 1942: “*Trabalho e Vigilância”,* como forma de exercer a cidadania, o povo como participante do governo da pátria. (GOMES, 1988, pg. 245).

Foi graças ao grande sucesso das propagandas realizadas pelo Estado, principalmente a partir do Ministério do Trabalho, que proporcionaram a popularidade de Vargas, construindo a imagem do “*pai dos pobres*”. Mesmo havendo uma pequena militância de resistência, que tentava denunciar as condições reais de trabalho, não foram bastante fortes para anular o clima de adesão ao regime. Para Gomes (1988), a relação que fundamentou o Estado neste período, foi aquela entre o povo e o presidente, “que legislou sobre o problema síntese da nacionalidade: o problema social”. Contudo, o discurso colocava em destaque como se deu a solução deste problema, determinando como se efetivava a relação povo/ Presidente: “A relação fundadora do Estado era uma relação de doação, uma relação de dar e receber dádivas/presentes/benefícios”. (1988, pg. 247).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa sobre o “o populismo”, analisando a historiografia brasileira referente, foi possível entender que o movimento no Brasil teve características próprias, estando ligado diretamente à cidadania e a identidade da nação, com todas as medidas sociais ligadas aos direitos dos trabalhadores.

Como todas as ações de políticas sociais no Brasil foram direcionadas a classe trabalhadora dando assim ao conceito de “populismo” uma nova abordagem, sobre a ótica do trabalhador, tornando-se “Trabalhismo”, vindo como resposta para definir a forma peculiar da relação do povo com o regime e com a figura máxima do poder. O “populismo” permanece presente no senário politico até hoje, a figura do “líder populista” de tempos em tempos ressurge e continua dividindo opiniões.

A partir das reflexões dos dois conceitos centrais que regeram todas as medidas politicas do período, pretendo analisar como funcionava a ligação direta que se formou entre o Estado e os trabalhadores através das cartas que eram enviadas

para o presidente Vargas, que apesar de não recebe-las em mãos. As cartas eram recebidas pela Secretaria da Presidência da República que as encaminhava o órgão ou Ministério que mais se adequava para tratar do assunto central da carta. Cartas que tratavam de vários assuntos ligados a direitos trabalhista, onde é possível perceber como o povo, apesar de toda a admiração pelo presidente, estavam atentos ao cumprimento de seus direitos e benefícios.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth, FONSECA, Pedro Cezar (orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

D'ARAULO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

DE OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **Os sentidos do "populismo", a política e a democracia (1945-1964).** Cadernos de História, p. 8-18, 2009.

DEZEMONE, Marcus. Apropriação da legislação social e ações políticas coletivas: Vargas e o mundo rural.

DO ESPÍRITO SANTO, Adson. **Os trabalhadores como personagens de sua própria história. O movimento queremista e a democratização em 1945.** BOLETIM HISTORIAR, n. 12, 2016.

FERREIRA, Jorge Luiz; DE CASTRO GOMES, Angela Maria. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Civilização Brasileira, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954**. Editora Brasiliense, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1988.

_____. **Cidadania e direitos do Trabalho.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GOMES CABRAL, Geovanni. As representações de poder no corpus de folhetos de 1945 a 1954: Leituras da era Vargas. 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. Editora Revista dos Tribunais, v. 189, 1990.

LÓPEZ, Carlos E. Rodríguez; DE CASTRO, Carmen Lucia L. Veloso; BORTOLETO, Maria Elide. **A relação Estado e trabalhadores urbanos no Brasil.** Revista de Administração Pública, v. 19, n. 3, p. 17-48, 1985.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.
MAIA, Andréa Casa Nova. **Memórias operárias do Estado Novo–A cultura política de mineiros e ferroviários de Minas Gerais e sua luta por direitos.**

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas-1-1882-1950**. Rio de Janeiro: Casa Jorge, 2002.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

VARGAS, Emiliana et al. **Os discursos de Vargas e as políticas sociais no Brasil de 1930 a 1940**. 2007.

VARGAS, Getúlio. **Getúlio Vargas: Diário**. Siciliano, 1995.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES: QUATRO INTERPRETAÇÕES SOBRE O PASSADO E AS NARRATIVAS HISTÓRICAS EM JOGOS DIGITAIS

Max Alexandre de Paula Gonçalves
(Docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina / Aluno regular de doutorado UNESP Câmpus de Assis)
Guilherme Akira Demenech Mori
(Discente do Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina)

Resumo. A proposta deste trabalho consiste em analisar as representações temporais e espaciais presentes em jogos digitais (videogames). Ao pensarmos em qual será o Futuro do nosso Passado, a questão que urge para o historiador é justamente a da representação do Passado no tempo presente e, diante do não-monopólio da História – esta compreendida aqui enquanto campo científico – sobre ela, as formas pelas quais se apresenta devem ser estudadas pela sua pluralidade e diversificação (tanto em meios quanto em conteúdos). Por isso, as representações audiovisuais e interativas, contidas em jogos de videogame, são, por excelência, uma fonte histórica privilegiada para refletirmos sobre os elementos internos desse Passado: continuum e anulação do tempo, paródia e verossimilhança histórica. Respectivamente, cada um desses conceitos pode ser observado nos seguintes jogos: Inside e SUPERHOT para os dois primeiros, enquanto Broforce contemplaria o seguinte e Assassin's Creed, o último. A seleção desses jogos aponta uma característica em comum para todos eles, a saber, a ficção. Contudo, isso não significa que ela não tenha um tom histórico e científico sobre as suas narrativas, dialogando com a experiência construída pelo jogador-interator (limitada pelas mecânicas programadas para a composição da realidade simulada e pelo que nela é vivido). Desse modo, ao investigarmos os videogames, destacamos como se encontram as narrativas históricas e historiográficas no Presente pela suas (re)interpretações midiáticas.

Palavras-chave: Jogos Digitais; Representação; Narrativa; História; Ficção.

Introdução

Qualquer prognóstico para o historiador sempre é um risco diante da imprevisibilidade das ações humanas. Porém, como Eric Hobsbawm salientou, os "[os] acontecimentos futuros precisam ter alguma relação com os do passado, e é nesse ponto que intervém o historiador" (HOBSBAWM, 2009, p. 6). Com isso, nosso ofício nos coloca o desafio de identificar algumas probabilidades, sejam elas resultantes de uma análise de um passado distante ou até mesmo de um tempo presente. Assim, ao perguntarmos "qual é o futuro do nosso passado? ", assumimos o dever de analisar a relação do nosso tempo com o seu passado e, também, com a sua história, a fim de elucidarmos essa questão.

O caminho que escolhemos para a realização dessa tarefa é justamente o de analisar as representações históricas veiculadas em jogos de videogame. Para isso, selecionamos quatro jogos de videogame que apresentam de alguma forma relações temporais e espaciais que demonstram uma percepção sobre o passado, seja ao parodiá-lo, seja ao anulá-lo, mas também no caso de torná-lo uma ficção. Segundo Roger Chartier, as representações do mundo social, "à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse" (CHARTIER, 1988, p. 17). Desse modo, os jogos "Inside" (2016), "SUPERHOT" (2016), "Broforce" (2016) e "Assassin's Creed: Unity" (2014) foram escolhidos para serem investigados com o intuito de compreendermos como essas representações estão inseridas em uma luta simbólica para imporem os seus valores e a sua concepção de passado. A diversidade de seus conteúdos narrativos e lúdicos é fundamental para percebermos que, se por um lado, a história, enquanto campo científico, não possui o monopólio sobre o passado, por outro, ela possui instrumentos capazes de revelar as evidências de representações sobre o passado.

Objetivos:

Ao refletirmos sobre a existência de múltiplas representações do Passado no Tempo Presente – do espaço à dimensão do tempo propriamente dita – este trabalho tem por objetivo analisar tais representações, interpretações e perspectivas da

História para além do campo científico que não é a única que a contempla. A diversidade das vozes e do que se fala – compreendendo esse enquanto os meios e os conteúdos – nos fornecem a abordagem plural de alguns casos: “Inside” (2016), “SUPERHOT” (2016), “Broforce” (2016) e “Assassin’s Creed: Unity” (2014).

Análises:

As primeiras leituras surgem a partir do *continuum* e da anulação do tempo que Walter Benjamin quando o filósofo alemão escreve as teses de “Sobre o conceito de história”: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

A respeito dessa reminiscência e do “progresso”, o autor reflete sobre a continuidade, a não-transformação de um tempo, no qual, ao ocorrer o processo revolucionário, é reconfigurado com base no que já aconteceu, isto é, ele busca inspiração em eventos anteriores.

> A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras". Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de "agoras", que ele fez explodir do continuum da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. (Ibid., p. 230).

Esse tempo, essa história que não se transforma, em “Inside” (2016) é visível em sua experiência cíclica de jogo: para quase todos os *puzzles* que condicionam a marcha constante para a direita, é esperado que se morra ao menos uma primeira vez para se conhecer a mecânica daquele desafio peculiar – a chamada “experiência e morte” – analogamente, ao se concluir o jogo, se reinicia exatamente da mesma forma sem um menu. A repetição é parecida para os elementos que compõe a interação com o ambiente azulado (quase sempre os mesmos, sempre com algo amarelo se forem ferramentas) cuja hora se faz indeterminada, seja pelo nevoeiro ou pela luminosidade artificial.

O período histórico se perde entre tecnologias genéricas e/ou imaginativas. A arquitetura, bem como parte dos veículos, do maquinário e da fiação, se assemelha

ao que temos desde o século XX, ao passo que o submarino, os orbes, guindastes e diversos controladores se relacionam com a visualidade das ficções industriais de grandes engrenagens e cápsulas individuais. O jogo, o segundo lançado pela Playdead, dialoga com o imaginário da indeterminação do tempo, de uma História que se passa “em algum momento”, e, tal como a Revolução Francesa fez a Antiguidade explodir do seu “agora”, em “Inside”, ao se tornar parte integrante da grande massa humana, já sem sua camiseta vermelha diferenciadora, o garoto – que não tem nome nem rosto – faz o sereno controle daquela estação autoritária se descontrolar em sua fuga para “um exterior qualquer”, à beira d’água sob um vislumbre do sol. Finalmente, se alcança a borda da extrema-direita da linha do não-tempo de “Inside” (2016), o único sentido do progresso e, assim, o objetivo inexplicado dessa distopia sem palavras.

Portador de muitas mais falas explicativas (porém, pressupondo a informalidade de dois amigos na internet), “SUPERHOT” (2016) coloca o jogador-interator no pouco empático lugar de um jogador de “superhot.exe” na plataforma “Omni piOS” (aparentemente derivado do MS-DOS), com diálogos pré-escritos (e, por qualquer digitação, exibidos) de um personagem indeterminado, que inclusive comenta há quantas horas se está jogando.

Uma entidade também assume controle de algumas funções, em vários momentos transformando a interação com a qual já se condicionou para fins narrativos, como uma única fase que se ganha ao morrer (e não ao matar), um único momento que o personagem-jogador (encarnado pelo jogador-interator real) aparece digitando diferente do que se envia (embora a digitação do verdadeiro usuário continue irrelevante, há a digitação de um pedido de socorro pela sua não-expressão) e um único momento que, para se continuar jogando, se deve sair do programa (o “SUPERHOT” real, continuando a narrativa ao abri-lo novamente).

A mecânica do jogo que se joga é de objetos negros e inimigos vermelhos num ambiente branco luminoso onde o tempo acelera conforme o jogador se movimenta. Além desse tempo parado, há uma realidade de elementos tecnológicos reconhecíveis há décadas (carros e caminhões, armas, computadores grandes em cubículos de escritórios, entre outros) e somente uma fase na realidade da narrativa, onde o jogador vê a si mesmo vermelho com óculos de realidade virtual (a única marca

dos últimos anos). Dessa forma, o tempo desse “agora” indeterminado passa na narrativa como passa para o jogador real, não se muda ou revoluciona, somente se conclui um jogo que se autodenomina como só pancadaria e tiros, assim podendo jogar qualquer fase independentemente após concluído. Por essa uniformidade proposital, “SUPERHOT” (2016) relê, também, o *continuum* do tempo de Benjamin (1994).

A leitura seguinte parte do Humor e da Paródia, visível em diversas obras audiovisuais, como “Broforce” (2016). Assim, de acordo com Linda Hutcheon (1989):

> A paródia é, pois, na sua irônica “transcontextualização” e inversão, repetição com diferença. Está implícita uma distanciação crítica entre o texto em fundo a ser parodiado e a nova obra que incorpora, distância geralmente assinalada pela ironia. Mas esta ironia tanto pode ser apenas bem humorada, como pode ser destrutiva. O prazer da ironia da paródia não provém do humor em particular, mas do grau de empenhamento do leitor no “vaivém” intertextual (bouncing) para utilizar o famoso termo de E. M. Forster, entre cumplicidade e distanciação (HUTCHEON, 1989, p. 48).

“Broforce” faz referência direta aos jogos de plataforma, compostos essencialmente por ação, tiros e explosões constantes, capangas ineficientes e máquinas poderosas. Como personagens do jogador, o game se apropria de grandes ícones cinematográficos do gênero de ação das três últimas décadas do último século, como MacGyver, Rambo, John McClane, Ellen Ripley e Conan, o Bárbaro. Um jogo bem-humorado sobre o Imperialismo Americano durante a Guerra Fria (em ambientes de batalha que remetem às paisagens orientais nas quais se passaram os conflitos do período, tais como no Vietnã ou Tailândia), parodiando o exagero da ação em filmes e jogos de videogame. Seu modelo de apresentação de personagens finaliza as idas e vindas da intertextualidade ao declarar os nomes dos personagens, completamente fora de suas narrativas e, então, tornando absurda e cômica a nostalgia que pretende proporcionar.

A última leitura,

> (...) as duas [História e Ficção] obtém suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (HUTCHEON, 1991, p. 141).

A franquia de games de "*Assassin's Creed*" é conhecida mundialmente por entrelaçar ficção e história nas suas narrativas. De fato, uma disputa envolvendo a Irmandade dos Assassinos e a Ordem dos Templários pelos "Artefatos do Éden", objetos mitológicos que conferem poderes aos que os possuem, é o mote para o enredo do game. Contudo, a sua principal característica é justamente a de inserir essa contenda em acontecimentos históricos, com o protagonista e avatar do jogador assumindo um papel diante deles. Assim, o jogador interage com personagens e personalidades históricas nas realidades nas quais estavam inseridos, tais como Leonardo da Vinci e Nicolau Maquiavel no Renascimento, Trotsky na Revolução de Outubro, ou ainda, Karl Marx na Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, a interatividade se dá por mecânicas lúdicas que fornecem ao jogador habilidades necessárias e condizentes com as missões que ele deverá cumprir ao longo do jogo: correr, escalar torres e telhados, ser sorrateiro durante um assassinato ou uma perseguição e manusear armas em combate, por exemplo. Alías, os movimentos de fuga são semelhantes às manobras contemporâneas de "*parkour*".

Ao tomarmos "*Assassin's Creed: Unity*" como o caso específico a ser analisado, notamos que a verossimilhança age a partir de um imaginário ou conhecimento histórico prévio sobre a França revolucionária do século XVIII: o povo parisiense nas ruas, a guarda real tentando impedir os que queriam colocar fim ao Antigo Regime, ou ainda, após o início da Revolução Francesa, diversos grupos em conflito, com a guarda da contrarrevolução tentando frear os ímpetos da multidão revolucionária que ateava fogo em bandeiras da França, além de muitas revoltas em frente a monumentos ou espaços conhecidos pelo grande público, por exemplo, a catedral de Notre Dame ou a Bastilha.

Vejamos as duas imagens a seguir para entendermos como a verossimilhança parte de uma representação sobre a Revolução Francesa neste exemplo. Respectivamente, a primeira é a que estampou a capa do jogo de "*Assassin's Creed: Unity*" em 2015, ano em que foi lançado. Já a segunda é uma pintura de Eugène Delacroix, "*La liberté guidant le peuple*".

Figura 1: Capa de lançamento do jogo "*Assassin's Creed: Unity*" (2014)

Fonte: Ubisoft, 2014

Figura 2: La liberté guidant le peuple, de Eugène Delacroix (1830).

Fonte: Imagem extraída do site Histoire-Image.org.fr. Disponível em: <https://www.histoire-image.org/fr/etudes/liberte-guidant-peuple-eugene-delacroix>. Acesso em: 13. Nov. 2018.

A partir da tela de Delacroix, tomada como uma evidência histórica da Revolução de Julho de 1830, da qual resultou na destituição de Carlos X, notamos que ela age sobre a representação histórica de "*Assassin's Creed: Unity*". Quer dizer,

a sociedade francesa da última década do século XVIII é vista com uma roupagem detentora de elementos de uma representação do século XIX a fim de imergir o jogador/consumidor naquele mundo. As semelhanças entre as imagens são, respectivamente: a população brandindo armas, com foices e machados na primeira e pistolas, espadas e espingardas na segunda; em ambas, a população é representada com expressões faciais fechadas ou agressivas, como se fosse uma turba marchando para uma investida; outro detalhe é a fumaça, resquício da pólvora usada e que parece preencher as imagens, ocultando alguns personagens e componentes do quadro (simultaneamente, remete a um dos recursos para os avatares dos jogadores escaparem de perigos e inimigos na multidão); tanto a pintura quanto a ilustração mostram a Catedral de Notre-Dame, embora a Bastilha, para a revolução do século XVIII poderia ser muito mais significativa. Um detalhe significativo é a bandeira tricolor francesa, utilizada na revolução burguesa do século XVIII e que deixou de der usada oficialmente após a derrota em Waterloo e a consequente rendição de Napoleão. A sua aparição na pintura de Delacroix, levantada justamente por uma alegoria da liberdade e também atrás dos assassinos em um plano distinto na capa do game, apesar da falta da alegoria nessa última, representa um ideal, o da "liberdade guiando o povo" sim, mas na capa ele adquire o sentido de que é a Irmandade dos Assassinos que luta pela liberdade e a traz consigo, reforçando a história do jogo, a saber, a de que é o grupo dos Templários que luta para controlar a humanidade.

Dessa forma, a verossimilhança é utilizada para construir uma narrativa ficcional dentro de uma representação audiovisual, interativa e histórica. A construção dessa última recorre à intertextualidade, que, como vimos, pode ser uma evidência histórica de um acontecimento. Porém, não se trata de acusar o jogo de videogame de uma intepretação histórica míope, mas sim de compreender que o seu estatuto é distinto daquele da História, entendida aqui na qualidade de saber científico. A forma e o motivo que o levaram a ser concebido e veiculado são outros. Ademais, para ressaltarmos a não exclusividade da História sobre o passado, e de como os jogos de videogame não devem ser responsabilizados por "leituras" deturpadas sobre esse tempo, ao refletirmos novamente sobre a tela "*La liberté guidant le peuple*" como uma evidência histórica detentora de representações sobre a Revolução de 1830, devemos

nos questionar: quantas pessoas já não contemplaram esse quadro de Eugène Delacroix e cometeram o equívoco de considerar que ele remetia especificamente à revolução burguesa que marcou o século XVIII?

Considerações finais

Os jogos de videogame possuem uma relação temporal e espacial dentro dos próprios códigos internos de suas linguagens. Nesse sentido, observamos que os jogos analisados aqui podem anular as nossas referências espaço-temporais. No entanto, remetendo novamente a Walter Benjamin, encontramos o conceito de *Eingedenken*, em alemão, que escapa do significado de “lembrança”, “memória”, ou ainda, “recordação”, mas possui o de “lembrar contra”. O que torna a teoria benjaminiana pertinente a nossa proposta é a contra-memória que nos permite refletir sobre o Passado em jogos de videogame como algo inacabado, que não é hermético e, por isso, capaz de ser revisitado.

Referências bibliográficas:

ASSASSIN’S CREED: UNITY. Direção: Alexandre Amancio. Produção: Vincent Pontbriand. Roteiro: Alexandre Amancio, Sylvain Bernard, Travis Stout, Russell Lees, Darby McDevitt, Cerri Young, Jeffrey Yohalem. Plataforma: PlayStation 4. Montreal, Canadá: Ubisoft, 2014.

BENJAMIN, Walter; ROUANET, Sérgio Paulo; GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Obras escolhidas. Vol. 1**: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. revista. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

BROFORCE. Direção: Evan Greenwood. Produção: Shaz Greenwood. Roteiro:. Plataforma: PlayStation 4. Austin, Estados Unidos: Devolver Digital, 2016.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Editora Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **O novo século**. Entrevista a Antonio Polito. Tradução de Claudio Marcondes. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

HUTCHEON, Linda. **Uma Teoria da Paródia**: Ensinamentos das formas de arte do século XX. Edições 70: Lisboa.

HUTCHEON, Linda. **A Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991. Tradução de Ricardo Cruz.

INSIDE. Direção: Arnt Jensen. Produção: Dino Crhistian Patti, Mads Wibre, Forest Swartout Large. Roteiro: Laurids Binderup. Plataforma: PlayStation 4. Copenhagen, Dinamarca: Playdead, 2016.

SUPERHOT. Direção: Piotr Iwanicki. Produção: Marek Baczynski, Tom Kaczmarczyk. Roteiro: Scott Alexander, Piotr Iwanicki, Cezary Skorupka, Marcin Surma. Plataforma: Microsoft Windows. Łódź, Polônia: SUPERHOT Team, 2016.

BOATOS E IDENTIDADE SOCIAL: O OFÍCIO DO HISTORIADOR EM MEIO AS NOTÍCIAS FALSAS (2018)

Thiago Machado Garcia
(Mestrando em História Social – PPGHS – UEL)
Taiane Vanessa da Silva
(Mestre em História Social – PPGHS – UEL)

Resumo. A circulação de notícias falsas aparentemente se tornou uma prática comum no Brasil nos últimos anos, sobretudo nos períodos de tensões políticas, econômicas e sociais. Mesmo que pareça ser algo novo na sociedade, os boatos fazem e sempre estiveram presentes nas relações humanas e são comuns em todos os grupos sociais. Contudo, com o crescimento das redes sociais nos últimos anos, a proliferação de conteúdos falsos tomou proporções difíceis de ser mensuradas, o que ampliou o número de pessoas submetidas a informações duvidosas. Em 2016, a campanha presidencial de Donald Trump foi marcada pela presença de *fake news* nos EUA. Em março de 2018, a execução de Marielle Franco no Rio de Janeiro esteve permeada de rumores que circularam nas redes sociais. De forma mais recente, parte do período de campanha eleitoral no Brasil em 2018 se caracterizou por colocar em xeque, amparado em boatos, ações de violência e até mesmo a existência do regime militar (1964-1985) no país enquanto uma ditadura. Qual é o impacto dessas narrativas para o trabalho do historiador? Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as condições que permitem a disseminação de boatos na sociedade e as possibilidades de atuação do historiador em meio a negação, por meio de notícias falsas, de períodos históricos marcantes no processo de identidade social.

Palavras-chave: boatos; *fake news*; redes sociais; ofício do historiador.

Introdução

Na ocasião da publicação de sua obra referência nos estudos da imagem como evidência histórica, em 2001, o historiador britânico Peter Burke afirmou a possibilidade de mudança no enfoque visual do passado por parte dos historiadores, uma vez que eles pertenceriam a [...] uma geração exposta a computadores e televisão praticamente desde o nascimento, que sempre viveu num mundo saturado de imagens [...] (BURKE, 2017). Nesse sentido, a expansão dos serviços conectados em rede, o crescimento dos serviços de telecomunicações, o advento das redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea via *internet* possibilitaram aos indivíduos uma interação com pessoas de todo o mundo a partir de imagens numa tela. Segundo o IBGE, em 2016, dos 116 milhões de brasileiros que acessaram a *internet*, mais de 90% utilizaram aplicativos que permitem a troca de arquivos multimídia em telefones celulares (IBGE, 2016).

Paralelamente, como um instrumento potencialmente democrático (GINZBURG, 2016), o acesso à *internet* permite a qualquer usuário a utilização, a criação e o compartilhamento deliberado de informações, independentemente da veracidade contida nas mesmas. É justamente nesta lacuna que se insere este trabalho. Nos últimos anos, sobretudo em períodos de instabilidade política, as redes sociais promoveram uma sensação aparente de aumento da circulação de informações falsas.

Em 2016, a campanha presidencial de Donald Trump esteve repleta de notícias falsas que atacavam sua principal adversária, Hillary Clinton, mas também o então presidente Barack Obama, o que influenciou diretamente a vitória de Trump (WENDLING, 2018). Um exemplo foi a circulação do boato de que Obama seria homossexual e um muçulmano radical infiltrado no maior cargo da Casa Branca. Por conta de uma campanha marcada por notícias falsas, o congresso estadunidense promoveu uma investigação que resultou em cerca 3000 perfis falsos no Facebook que, além de veicular anúncios, incentivavam o clique em conteúdos de informações duvidosas, o que movia esse mercado (EL PAÍS, 2017).

No Brasil, às vésperas das eleições de 2018, a fim de diminuir a quantidade massiva de informações falsas, houve um movimento de investigação semelhante ao

estadunidense. No mês de julho, o Facebook retirou do ar 196 páginas e 87 perfis que se relacionavam com a produção e circulação de notícias falsas ligadas ao Movimento Brasil Livre (MBL), com o um mecanismo de incentivo nos cliques semelhante ao caso norte americano (REUTERS, 2018). Em março de 2018, a execução de Marielle Franco, no Rio de Janeiro, também foi alvo de informações falsas nos meios de comunicação. Inicialmente, como boato nas redes sociais e, em seguida, como notícias veiculadas em canais oficiais (ORTELLADO et al, 2018). Dentre as principais, afirmavam que a vereadora era filha do traficante Fernandinho Beira-Mar. Uma outra, acompanhada de uma foto de um casal, apontava que a vítima havia se relacionado com Marcinho VP, traficante de drogas do Rio de Janeiro. No entanto, a fotografia não tratava nem de Marielle e nem de Marcinho VP, mesmo assim a notícia tomou grandes proporções na *internet*.

Por mais infundadas que tais falas pareçam ser, a circulação de boatos é uma prática informal de comunicação que ocorre em todos os grupos sociais; informal porque inicialmente foge dos canais oficiais de informação, para depois, se transformar em notícia. As crenças, o ouvir-dizer, as fofocas elogiosas ou depreciativas, são elementos comuns nas relações humanas. Nesse sentido, a circulação de boatos e notícias falsas não são elementos novos na sociedade. Em tempos de *internet*, eles apenas contam com um novo aparato técnico para sua disseminação, os aparelhos digitais com acesso à *internet*. Desse modo, este trabalho tem como objetivos analisar as condições em que os boatos e notícias falsas tomam espaço na sociedade e se transformam em vetores de disputas e construção de identidades, além de refletir sobre a importância do ofício do historiador frente a disseminação de conteúdos falsos.

Boataria: da patologia social a análise histórica

O termo boato está relacionado ao rumor, um barulho, um ruído que corre entre os componentes dos grupos sociais. Segundo o dicionário Houaiss (2009), o boato é uma “[...] notícia de fonte desconhecida, muitas vezes infundada, que se divulga entre o público; qualquer informação não oficial que circula dentro de um grupo; bochicho [...]”. Sua definição está atrelada a um campo de incertezas, de dúvidas no convívio social. Nesse sentido, os boatos também podem ser considerados como narrativa e

um processo de mediação de narrativas ao mesmo tempo, pois, os indivíduos podem acrescentar informações, ocultar outras e assim alterar seu sentido inicial. Desse modo, faz-se necessário problematizar o ofício do historiador e as possibilidades para a operação historiográfica em meio a uma sociedade, aparentemente, cada vez mais imersa em notícias falsas, sobretudo com o crescente aumento de indivíduos que acessam a *internet*.

Os boatos, rumores ou até mesmo as *Fake News* – que tomaram um espaço significativo nos canais oficiais de comunicação nos últimos anos –, não são elementos sociais novos como aparentam ser. Eles circulam o tempo todo, em diferentes intensidades, em todos os grupos sociais. Porém, foi no final do século XIX que a temática passou a ser alvo de pesquisas amparadas em métodos de pesquisa. Le Bon (1980) pesquisou a circulação de boatos relacionada ao comportamento das multidões e associou a criação, disseminação e a possibilidade de crenças nestes como uma patologia social. Acreditava que essa doença surgia em meio às multidões, pois possibilitavam uma unidade mental entre seus participantes e o raciocínio individual crítico seria reduzido, por fazerem parte de um grupo maior e se deixarem sugestionar pelas opiniões de seus líderes. Para Le Bon (1980), além da unidade mental, ocasionada pela aglomeração de indivíduos em multidões, ser prejudicial para a capacidade crítica individual, tornava o homem um autômato, impotente de se levar sozinho, primitivo e com alguns degraus abaixo no processo civilizatório.

No entanto, na década de 1920, após vivenciar o período da primeira guerra mundial, Marc Bloch (1995) analisou experiências no próprio campo de batalha e a propagação de notícias falsas. Na ocasião, o historiador refutou a ideia de que a criação de boatos fosse um tipo de patologia social, mas sim uma consequência do momento de incertezas em que aqueles grupos viviam.

> As falsas notícias, em toda a multiplicidade das suas formas – simples boatos, imposturas, lendas – preenchem a vida da humanidade. Como nascem? A que elementos vão buscar a sua substância? Como se propagam, como ganham amplitude à medida que passam de boca em boca ou de escrita em escrita? Não há questão que, mais do que esta, mereça apaixonar quem quer que tenha o gosto pela reflexão sobre história. [...] o erro só se propaga, só se amplia, só vive com uma condição: encontrar na sociedade em que se difunde um caldo de cultura favorável. Nele, inconscientemente, as pessoas exprimem os

> seus preconceitos, os seus ódios, os seus medos, todas as suas emoções fortes. Somente os estados d'alma coletivos têm o poder de transformar uma má percepção em um boato. (BLOCH, 1995, p.179-180)

Para Bloch (1995), o caldo de cultura favorável é o principal elemento para a disseminação de tais informações. Ou seja, é necessário um ambiente de incertezas, de dúvidas que sejam críveis para o grupo social propagar boatos. "O caldo de cultura é o velho e quase onipresente medo. Medo do desconhecido, medo do estranho, medo do diferente, enfim, medo de um Mal que não mostraria claramente o seu rosto e que agiria sempre nas sombras" (JOANILHO, 2014, s.p). Nesse sentido, pode-se afirmar que seria impossível reproduzir uma situação de disseminação de boatos em laboratório, pois seu terreno fértil – ou então a própria preparação do caldo – está baseado nas relações humanas das situações em que são disseminadas. São os sentimentos, os medos, as dúvidas, que fazem com que eles tomem formas ainda maiores. No caso de Bloch, sua análise está na trincheira, o local onde aconteceu a guerra de fato, "[...] prevalecia nas trincheiras a opinião de que tudo podia ser verdade à exceção do que se deixava imprimir" (BLOCH, p.107, 2001). Esses boatos eram críveis para os soldados que estavam nas trincheiras, sob uma série de pressões psicológicas, o medo da morte, do inimigo, de doenças, etc. Por mais infundadas que as informações pudessem parecer para quem não participou da guerra, aquele era o terreno fértil para que elas pudessem ser criadas e disseminadas facilmente.

Nesse sentido, acreditamos que a difusão de boatos não está associada a uma patologia social, como apontado por Le Bon (1980), mas sim ao comportamento dos grupos sociais em que é possível identificar, no cotidiano e em momentos de crise, seus preconceitos, ódios, medos a partir das informações circulantes. Ignorar a prática do boato enquanto uma prática de comunicação cotidiana consiste num dos principais erros de um pesquisador (LEFEBVRE, 1986; SHIBUTANI, 1966; ELIAS, 2000), pois a partir dessas relações humanas é que se cria o caldo de cultura favorável.

Disputas de poder: as relações entre identidades e notícias falsas

É possível aproximar o uso de boatos e notícias falsas ao conceito de apropriação de Michel de Certeau (1998). Segundo o autor, crítico da suposição de

consumo passivo de mensagens, “[...] um sistema de signos verbais ou icônicos é uma reserva de formas que espera do leitor [aquele que se apropria] o seu sentido”, de outro modo, o leitor “Inventa nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ [inicial] deles” (CERTEAU, 1998, p.263).

Sob o gancho da apropriação, torna-se plausível problematizar a ligação entre boatos, notícias falsas e identidades. Conforme Kathryn Woodward (2009), um contexto oferece discursos que podem nos recrutar como sujeitos e “As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (WOODWARD, 2009, p.55). Assim, um discurso ou narrativa não serão transmitidos, mas apropriados de acordo com a intensidade que atraem nossas posições de sujeitos e com o que nos identificamos.

Tendo em vista a eficácia de disseminação dos boatos e notícias falsas, percebe-se que esses discursos geram identificação. Ressalta-se que a identidade não diz respeito apenas ao sentimento de unidade ou de pertença a um grupo, ela também é, de acordo com Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, “[...] mecanismo de exclusão, de estabelecimento de fronteiras e de busca de diferenças e incompatibilidades para legitimar interesses ou defender-se de ameaças” (MENESES, 2003, p.266). Assim, se levarmos em consideração que a construção e disseminação de notícias falsas ou boatos dizem respeito às demarcações de diferenças ou aos sentimentos de pertença de grupos – pois o que é compartilhado pode dizer sobre o que gera identificação, ou não –, podemos compreender disputas de identidade(s).

Ao abordar as demandas por identidade(s), por meio de boatos ou notícias falsas, entende-se que memórias também estão em disputa, porque, de acordo com Joël Candau (2011), as memórias asseguram a sustentação de identidades, são balizas temporais que ordenam os sentidos de “grandes narrativas”. Candau (2011) ressalta as “memórias fortes” que fundamentam as “origens” e os “grandes acontecimentos” de um grupo. Logo, a disseminação e a criação de notícias *fakes* ou boatos acerca, por exemplo, das eleições brasileiras de 2018 são mediadoras de “memórias fortes”, ou seja, de “grandes acontecimentos” deturpados, ou até inventados, a fim de legitimar identificações e discursos que geram identificações. Para ser mais claro, ao compartilhar conteúdos distorcidos, o sujeito ou grupo,

intencionalmente ou não, seleciona as memórias que legitimam suas identidades e, consequentemente, subtrai a legitimidade das memórias e identidades do(s) outro(s), pois, como já abordamos, as identidades demarcam “[...] as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas [...]” (WOODWARD, 2009, p.12).

Ainda sobre a ligação entre memória e identidade, Paul Ricoeur (2007) refletiu sobre a fragilidade das identidades diante da pergunta “quem sou eu?”. As identidades têm um relacionamento conflituoso com o tempo, pois são mutáveis e não fixas. Nesse sentido, a memória entra como um recurso temporal que estrutura as identidades (RICOEUR, 2007), raciocínio semelhante ao de Candau (2011). Os discursos identitários também são frágeis devido à ameaça do outro ou do que é diferente, que desencadeia, segundo Ricoeur (2007), a rejeição e a exclusão.

Por esses motivos, a memória pode ser manipulada por ideologias que distorcem a realidade e amparam sistemas de poder simbólicos que visam persuadir as ações humanas (RECUEUR, 2007). Ressalta-se, porém, que “[...] é sempre bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas” (CERTEAU, 1998, p.273). Logo, os compartilhamentos ou as construções de *fake news* e boatos são influenciados por e influenciadores de memórias, identidades e discursos que foram interpretados e não recebidos de forma passiva. Dessa forma, as notícias falsas e os boatos, mais do que potenciais mentiras, são representações de disputas de memórias e identidades que passam pelo filtro de ideologias, manipulações e apropriações.

Assim, se considerarmos as fragilidades de memórias e identidades perante as ameaças do outro e do diferente, que colocam em xeque um sentimento de continuidade ou a legitimação de discursos, poderes ou ideologias, podemos compreender a busca e a disseminação de notícias falsas e boatos que procuram negar ou deslegitimar períodos e acontecimentos estudados por especialistas. Em linhas gerais, a construção de *fake news* e boatos acontece entre disputas de poderes e, muitas vezes, essas notícias competem sua veracidade com estudos embasados em fontes, critérios e metodologias.

Outro motivo que pode nos ajudar a compreender a disseminação de notícias falsas, ou com veracidade não comprovada, ainda no campo das disputas de

memórias, diz respeito à aceleração do tempo presente e a construção de lugares de memória. De acordo com Pierre Nora (1993), a aceleração dos acontecimentos do mundo moderno trouxe a noção de passado morto e a ânsia por lugares de memória, ou seja, suportes exteriores da memória. A memória espontânea é, assim, substituída por memórias voluntárias, organizadas e selecionadas sob os conflitos entre grupos sociais (NORA, 1993). Em outras palavras, existem disputas pelo que "deve" ser lembrado. As notícias falsas e os boatos podem ajudar a construir e legitimar lugares de memórias com narrativas ideologizadas ou voltadas ao culto de identidades específicas, desconsiderando a importância de outras narrativas e identidades.

Entre História e memória: o ofício do historiador

Se a memória está orientada em função dos sentimentos e a história em função da razão (PROST, 2012), torna-se mais visível a relação dos boatos com as identidades, sobretudo nos aspectos ligados à memória, uma vez que eles se articulam, crescem e são disseminados a partir dos sentimentos e emoções fortes. Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário problematizar a memória a fim de racionalizá-la, "[...] a história não deve estar a serviço da memória; ela deve aceitar, certamente, a demanda da memória com a condição de transformá-la em história [...]" (PROST, 2012, p.272).

No entanto, ao relacionar história e memória com a difusão de boatos e/ou notícias falsas, podemos incorrer num erro bastante comum: buscar as evidências que desmentem tais informações e ignorar seu caráter de deliberação coletiva. "Dificilmente se combate a notícia falsa, pois mesmo o desmentido pode parecer mais um estratagema do Mal [...]" (JOANILHO, 2014, s.p.), ou seja, o que importa "[...] é compreender as causas de sua credibilidade entre aqueles que as compartilharam" (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2016, p.5), as motivações, as disputas de memórias e identidades, e as apropriações – num sentido figurado, os ingredientes que formam o caldo de cultura – que levaram as pessoas a acreditarem nessas narrativas. Nesse sentido, são as conjunturas, o repertório de determinado grupo social que explica o motivo delas serem críveis ou não, além de que "[...] se o boato ganhou aceitação é porque ele ia na direção em que os pensamentos de todos já estavam indo [...]" (MAGALHÃES DE OLIVEIRA, 2016, p. 10).

Desse modo, o crescimento de notícias e informações falsas deve ser problematizado de outra forma, para além da simples negação da veracidade do que é disseminado. Como apontado, mesmo sendo infundadas, existe um sentido para sua propagação.

> [...] para que o erro de uma testemunha torne-se o de muitos homens, para que uma observação malfeita se metamorfoseie em falso rumor, é preciso também que a situação da sociedade favoreça essa difusão. Nem todos os tipos sociais lhe são, longe disso, igualmente propícios. Nesse aspecto, os extraordinários distúrbios da vida coletiva que nossas gerações viveram constituem outras tantas admiráveis experiências. As do momento presente, para dizer a verdade, estão muito próximas de nós para já passarem por uma análise exata. A guerra de 1914-18 permite mais o recuo. (BLOCH, p.107, 2001)

Analisar os rumores do presente, em meio a sua própria aceleração, pode levar os historiadores a negligenciarem seu principal artifício, a retrovisão (HOBSBAWM, 2013). Contudo, observar as situações favoráveis que tangem às identidades sociais, suas fragilidades, disputas, apropriações, a fim de (re)conhecer o terreno fértil em que são criadas, são ferramentas que podem auxiliar na análise do presente. As constantes notícias falsas relacionadas às personalidades políticas no Brasil contemporâneo, por exemplo, propiciam um terreno vasto para a criação das mesmas, pois a quantidade e o teor destes rumores levam a questionar que a população possui certa desconfiança em relação às figuras do poder público. O caldo cultural se encontra aí. A falta de credibilidade desses personagens, socialmente construída, fertiliza um espaço bastante favorável à circulação de rumores, notícias e informações duvidosas.

Para Bloch (2001; 1995), a censura e o acesso limitado às informações teriam um papel fundamental para a criação de boatos. Em tempos de *internet*, o excesso destas possibilita uma situação contrária. O ambiente da *web* proporcionou um espaço deliberado de falsas notícias e a dificuldade de discernir o que é verossímil. A interação humana a partir de telas e teclados, aparentemente, possibilitou que as emoções fortes pudessem ser expostas, tendo a rede virtual de comunicação como um ambiente de liberdade – e também de barreira, dependendo das disputas de poderes em xeque – propício para expressá-las.

Talvez, podemos pontuar algumas das consequências aos atuais historiadores, expostos a telas e um mundo saturado de imagens que Burke (2017) apontou no início do século XXI. Uma geração imersa num mundo virtual potencialmente democrático, em que os medos, os preconceitos, ódios e vontades podem ser expostos deliberadamente através das telas e ganharem identificações e grandes proporções em diferentes partes do mundo. Para essa geração pode ser importante problematizar o papel da memória como elemento de constituição de identidades e assim cumprir o dever de história, para que os sentidos das ações humanas sejam compreendidos pelo uso da razão, de forma que os sentimentos e emoções não sejam desconsiderados, mas analisados em seus respectivos contextos, por meio de fontes e rigor teórico-metodológico.

Considerações finais

A construção e disseminação de notícias falsas e boatos pela *internet* tornam-se desafios aos historiadores do tempo presente, pois são mediadoras de contextos e vetores de disputas de poder, além disso, dizem sobre apropriações de mensagens verbais ou icônicas. Por essas razões, utilizamos alguns exemplos de *fake news* que foram disseminadas devido a conjunturas políticas complexas. Esse tipo de notícia, no geral, reflete e aflora sentimentos identitários diversos.

Os resultados desta pesquisa apontam que, mais importante que a veracidade do conteúdo das notícias, são as formas como elas podem representar as identidades e memórias de grupos sociais, a busca por sentimentos de unidade ou demarcação de diferenças para com o(s) outro(s), incertezas e contextos de crises. Logo, buscamos ressaltar a importância da análise de notícias falsas ao ofício do historiador.

Referências

BLOCH, Marc. Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias da guerra. In: **História e Historiadores**: Textos reunidos por Étienne Bloch. Tradução de Telma Costa. Editorial Teorema, 1995.

_____. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

EL PAÍS. Morre o rei das 'fake news' a quem se atribui a vitória de Trump. **El País Internacional**. São Francisco, 28 de set. 2017.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders***:* sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

GINZBURG, Carlo. A história na Era Google. In: SCHÜLER, Fernando Luís; WOLF, Eduardo. **Pensar o contemporâneo**. Arquipélago, 2016.

HOBSBAWM, Eric. O presente como história. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD) 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2016/Analise_dos_Resultados.pdf> Acesso em nov. 2018.

JOANILHO, André. Reflexões de um historiador sobre as notícias falsas da web. **Drops**, São Paulo, ano 14, n. 080.08, Vitruvius, maio de 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.080/5180> Acesso em: jun 2018.

LE BON, Gustav. **Psicologia das multidões**. Tradução de Ivone Moura Delraux. Edição Roger Delraux, 1980.

LEFEBVRE, Georges. **El Gran Panico de 1789**. Tradução de Maria Elena Vela Rios. Editorial Paidós, 1986.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Julio Cesar. Cartas e redes de comunicação no Meditarrâneo durante a Antiguidade Tardia: o caso da controvérsia pelagiana. **Revista de História** *(USP)*, São Paulo, v. 173, p.53-80, 2015.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso C. Marques dos; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça. (Org.). **Museus & Cidades**. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p.255-282.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo: PUC, v.10, p.7-28, 1993.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Márcio Moretto. **A difusão dos boatos sobre Marielle Franco***: do WhatsApp aos sites de notícias*. Monitor do debate político no meio digital, 2018.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

REUTERS, 25/07/2018. Facebook retira do ar rede ligada ao MBL antes das eleições. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKBN1KF1MI-OBRDN> Acesso: 25 jul. 2018.

RICOEUR, Paul. A memória exercitada: uso e abuso. In:_____. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

SHIBUTANI, T. **Improvised News**: A Sociological Study of Rumor. Indianapolis: The Bobbs-Merill Co, 1966.

WENDLING, Mike. **Como o termo 'fake news' virou arma nos dois lados da batalha política**. BBC, 27 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42779796> Acesso em: out. 2018.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. p.07-72.

OS ANOS DE COLÉGIO: APROPRIAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES DO CRISTIANISMO EM "MEMÓRIAS, SONHOS, REFLEXÕES" (1957)

Fernanda Dayara Salamon
Universidade Estadual de Londrina

Resumo: A influência de elementos religiosos cristãos na vida e obra de Carl Gustav Jung é inequívoca. No final do século XIX, de sua saída da infância, percurso da adolescência, até o início do ensino superior, vivenciou um período marcado por incertezas, experimentos e leituras. O objetivo deste trabalho é compreender, a partir do capítulo "Anos de colégio" em "Memórias, Sonhos, Reflexões" (2016), as formas de percepção de Jung sobre o cristianismo, destacando suas dúvidas e amadurecimento acerca de questões espirituais. Metodologicamente, utilizaremos o conceito de apropriação (CERTEAU, 1998) para pensarmos como o médico suíço se apropriou de concepções cristãs e as ressignificou de forma particular. Após experienciar a graça divina, quis identificá-la no meio religioso da comunidade cristã e também no seio familiar; temas indispensáveis à dogmática cristã como a comunhão, a bondade de Deus e a fé são pensados por ele, elucidando a forma como foram constituídos seus pensamentos sobre a ação religiosa.

Palavras-chave: Cristianismo; Apropriação; Autobiografia.

Introdução

Estamos na Europa, período final do Século XIX e início do XX, também conhecido, em famosa expressão francesa, por *Belle Époque*. Esse intervalo de tempo foi repleto de transformações em âmbito político, econômico, social e especialmente cultural; a arte de criar se encontrava em pleno vapor, com cultura de paz e divertimento, durando até a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Nas palavras do historiador italiano, Franco Venturini, o século XX "é apenas o esforço sempre renovado de entendê-lo". (AGOSTI & BORGESE apud HOBSBAWM, 1995, p. 12), o que aponta a complexidade do período, que poderia despertar comemoração por um progresso inigualado anteriormente, ou deixar os indivíduos em estado de inquietação, de descrença sobre o futuro, a pensar, por exemplo, nas catástrofes de genocídio e fome. (HOBSBAWM, 1995, p. 22).

É interessante ponderarmos, brevemente, a relação das mulheres e homens com a religião no vigésimo século. Hobsbawm (1995) apontou uma combinação entre um "desenvolvimento" e conjuntos de crenças e ideologias presentes no momento, mas tal combinação só seria possível desde que as últimas (crenças e ideologias) não suprimissem, a partir de seus pressupostos, por exemplo, a construção de um aeroporto – símbolo do desenvolvimento, tal qual notamos no fragmento a seguir:

> Por outro lado, onde tais conjuntos de crenças se opunham ao processo de "desenvolvimento" na prática, e não apenas em teoria, asseguravam o fracasso e a derrota. Por mais forte e sincera que fosse a crença em que a magia desviaria balas de metralhadora, ela funcionava demasiado raramente para fazer alguma diferença. (HOBSBAWM, 1995, p. 199-200).

O historiador britânico não fala de um descarte de tradições ou crenças, modificadas ou imutáveis, mas de uma movimentação ou reação diante do que "era mais relevante" no momento. Os aspectos sagrados foram transpostos para os regimes nacionalistas, isto é, as pessoas tornavam-se crentes de alguns pressupostos ideológicos, como um apaixonado compromisso social, exemplarmente exibido pelo marxismo, que pôde ser observado como um sistema de esperança e crença, com características de uma religião secular. (HOBSBAWM, 1995, p. 378).

Carl Gustav Jung foi um influente médico suíço e criador da *Psicologia Analítica*[300]. Homem de paradoxos, excêntrico, encarnação do indivíduo universal (STEVENS, 2012, p. 13), aspirava por compreender e viver todo o potencial humano; apesar de seu interesse estar voltado às questões "interiores" (no início do século XX, percebidas como irracionais), considerava-se um cientista racional não compreendido. Tinha um "dom" de nadar contra a correnteza para mostrar, com base em sua própria personalidade, sua teoria psicológica, a qual esteve diretamente relacionada às suas experiências pessoais, de nascimento, de convivência intelectual e de desdobramentos exitosos em sua trajetória. (STEVENS, 2012, p. 13-14).

Jung nasceu em 26 de julho de 1875 na aldeia de Kesswil, na margem suíça do Lago de Constança. O filho de Paul Acchilles Jung (1842-1896) e Emilie Preiswerk Jung (1848-1923) formou-se em medicina pela Universidade da Basileia, iniciando sua vida profissional em Zurique, na Clínica Psiquiátrica Burghölzli; reconhecido e influenciado pelo seio psicanalítico a partir de 1906, foi importante discípulo de Freud até 1913, contribuindo singularmente na Psicologia, Psiquiatria, Teologia, entre outras áreas especializadas, especialmente porque chamou atenção para a importância da religião na estrutura psíquica dos indivíduos, valorizando os mitos, o transcendente e ampliando o conceito de libido[301]. Viveu até o ano de 1961 e a causa de sua morte foi uma doença cardiovascular.

Sobre sua autobiografia, *Memórias, Sonhos, Reflexões*, analisamos a 30ª edição, publicada em 2016, no Rio de Janeiro, pela editora Nova Fronteira, com 423 páginas. Foi publicada originalmente em 1962, pela *Exlibris*, na Alemanha e, no ano seguinte, pela *Randon House*, em uma versão em inglês, da qual é feita a tradução da edição brasileira. O desejo de publicação do texto autobiográfico surgiu em 1956,

[300] É um ramo de conhecimento e prática da Psicologia, iniciado por Carl Gustav Jung, que se diferencia da Psicanálise de Sigmund Freud. A característica fundamental desse ramo é o surgimento do transcendente somado a um olhar abrangente com relação à libido; o conceito central da Psicologia Analítica é a individuação, processo psicológico de integração entre consciente e inconsciente, autonomamente.

[301] Stevens (2012) apontou duas coisas que mais incomodavam Jung em relação às teorias de Freud: 1) que a motivação humana, toda a libido ou, grosso modo, toda a energia que condiciona os instintos vitais, é exclusivamente sexual; 2) que a psique inconsciente é inteiramente pessoal e particular do indivíduo. Jung considerava a primeira sentença reducionista e preferia pensar a energia psíquica como uma "força de vida", destacando a religião como importante "motor" para o indivíduo. Na segunda sentença, Jung acreditava que havia uma camada mais profunda denominada "inconsciente coletivo", composto por toda a herança psíquica da humanidade.

com o editor Kurt Wolff (1887-1963)[302]; inicialmente pensaram em uma biografia, mas como ainda podiam contar com o relato do próprio Jung, concordaram que ele mesmo deveria falar. A tarefa foi incumbida a Aniela Jaffé, como Jolande Jacobi (1890-1973)[303] indicou e também concordou sobre a dificuldade da incumbência, pois esse círculo conhecia a aversão de Jung quanto à exposição de sua imagem. Segundo o relato de Jaffé, após muita hesitação e com idade avançada, Jung concedeu-lhe, em 1957, uma tarde por semana para realizar o trabalho autobiográfico. Ela destacou a resistência do suíço no começo, momento que utilizou como estratégia uma formulação de perguntas e respostas; com a instigação de suas memórias, ao final do ano citado, o trabalho progrediu muitíssimo, de forma que ele mesmo escrevera sobre suas memórias infantis. (JAFFÉ, 2016, p. 17-18).

O texto é dividido em quinze capítulos e, embora essa divisão seja cronológica, Jung retoma os conteúdos, o que torna o texto fluido, cheio de conexões. Jung ressaltou especialmente as questões interiores e o universo espiritual que foram explanados em uma profusão de pensamentos religiosos, os quais considerava essencialmente biográficos. Os *Anos de Colégio* foram divididos, na autobiografia, em quatro partes, de forma a apresentar, na primeira, aos 11 anos, suas experiências adolescentes; na segunda, um Jung jovem; na terceira e quarta, o amadurecimento desse jovem, até o início dos estudos médicos em 1895, aos 19 anos.

É imprescindível termos em mente que estamos analisando uma narrativa feita pelo Jung velho acerca do Jung adolescente e jovem - quando descobria o mundo -, dos seus 11 até os 19 anos, quando entrou na faculdade. As suas inseguranças são destacadas neste capítulo da fonte autobiográfica, como também as coisas que o encantavam e desencantavam; além disso tratou da relação insistente que teve em relação a “religião de palavras vazias” de seu pai, buscando referências em leituras e em pessoas, para que pudesse se sentir confortável dentro da prática religiosa de sua família.

Jung apontou importantes ocorrências a respeito da religião, entre elas a de que não há civilização no planeta, seja presente ou passada, que não tenha tido religião ou algum tipo de religiosidade e, por isso, ele insistiu que há um instinto

[302] Foi editor, escritor e jornalista alemão. Fundou a famosa Pantheon Books em Nova Iorque, em 1942.
[303] Analista suíça, colabora e continuadora do trabalho de C. G. Jung.

religioso nos seres humanos. Além disso, percebeu o grande valor das práticas religiosas para os indivíduos e para sociedades, tal valor fora subestimado por estudiosos de seu tempo que trataram seus ideais como ilusórios ou irracionais. (HOPCKE, 2017, p. 79-80). Segundo o suíço, há um valor humano na religião, seja ela do Deus em que muçulmanos, judeus ou cristãos acreditam, seja de qualquer outra forma de religiosidade.

O autor, ao estudar as práticas religiosas, os sistemas mitológicos e os rituais, percebeu que havia muito para ser entendido e, ao debruçar-se buscando compreender mais a fundo tais questões, foi acusado de ser um sonhador não científico, um místico, por tomar a religião como um fato psíquico de extrema importância para o sujeito e a coletividade. Seu interesse não era provar um credo religioso, mas reconhecer sua importância na estrutura psíquica dos indivíduos, focalizando as questões psicológicas. Mesmo diante de tais incompreensões, o médico suíço teve distinta contribuição para o pensamento moderno que reflete sobre a religião. (HOPCKE, 2017, p. 80-82).

A importância em percebermos as compreensões religiosas de C. G. Jung é justificada pelo contexto em que sua vida e obra desenvolveram-se: em um excesso de valorização do racional herdado do século XIX, envolto às tecnologias do século XX, aspectos que Jung chamaria de “externos”. Apesar do momento de progresso tecnológico, suas ideias desempenharam um marco importante para o período, um “nadar contra a correnteza” que ficou visível e, mesmo que estudiosos críticos de sua obra o considerassem um místico, por vezes faziam comentários sobre suas obras, ou seja, a obra suscitava reações, fossem elas positivas ou negativas. Além disso, discussões acerca das sensibilidades religiosas do suíço, foram feitas sobretudo por teólogos e psicólogos, identificamos uma carência no campo historiográfico, por esse motivo também justificamos a importância desse olhar, a partir da História, sobre tal religiosidade inscrita no século XX.

Objetivos

A relação com a natureza é algo que acompanhou C. G. Jung por toda a vida. Plantas, pedras, rios, animais o encantavam, entendia que havia algo a ser compreendido sobre eles. Aos 11 anos, período considerado como início da adolescência, começou seus estudos para cumprir o período escolar secundário em

Klein-Hunigen, perto da Basileia, momento em que entrou em maior contato com o mundo ao seu redor, de forma madura. Tirava boas notas em quase todas as matérias, odiava ginástica, não tinha habilidade para desenhar e achava matemática a matéria mais entediante de todas. Um dia, na escola, levou um soco e caiu, com isso pensou que não necessitava mais ir às aulas, que poderia ficar em casa e explorar o vasto mundo natural, como observar e brincar com as pedras, por exemplo. (DUNNE, 2016, p. 33).

O ingresso na Universidade da Basileia foi em 1895. Com vários embates acerca de seguir carreira em ciências naturais ou ciências humanas, antes dos seus 19 anos, ao experienciar sozinho os mistérios da natureza, terminou por esquecida a parte interior de sua personalidade, enquanto a exterior emergiu em primeiro plano, quando conseguiu uma bolsa de estudos e ingressou em Medicina. Nesse mesmo contexto, aos 20 anos, início da faculdade, sofreu com o falecimento do pai, acontecimento que trouxe a responsabilidade de prover as necessidades da casa junto a mãe e a irmã, uma vez que a herança que o pai deixara fora miserável. (JUNG, 2016, p. 125).

Temos como principal objetivo neste texto, compreender as formas religiosas de Jung a partir de *Anos de Colégio*, em *Memórias, Sonhos, Reflexões*, destacando suas dúvidas e amadurecimento sobre as questões espirituais. Fizemos isso de acordo com a concepção de apropriação e ressignificação de Michel de Certeau (1994), que tratou da apropriação e ressignificação da leitura; a ideia central de Certeau – que nos remete à apropriação – é apresentada no momento em que o autor explica nos meandros de *Ler: uma operação de caça,* que o texto e seu valor são reconhecidos através do leitor, assim, o texto muda de acordo com a especificidade de cada leitor, ordena-se conforme suas exterioridades, suas formas de compreensão. Portanto, estamos compreendendo, com base nas experiências narradas no texto autobiográfico, que houve uma modificação da compreensão de leitura dos elementos religiosos relativos ao cristianismo, apropriada e novamente retomada com um novo olhar, recriando as crenças, dogmas e ritos sob uma visão original.

Resultados

Aos 11 anos, a ideia de Deus começou a interessar à Jung, mas, apesar de rezar e se sentir satisfeito, ele começou a observar mais cuidadosamente as movimentações em torno das práticas religiosas ocorridas ao seu redor. Uma visão muito valorosa, considerada sua primeira "experiência" com Deus, foi em 1887, aos 12 anos. Jung estava voltando do colégio ao meio dia e passou pela praça da catedral *Herz Jesu*[304], em um dia extremamente luminoso e pensou: "O mundo é belo, a igreja é bela, e Deus, que criou tudo isso, estava sentado lá no alto, no céu azul, num trono de ouro...". (JUNG, 2016, p. 55). Instantaneamente sentiu-se resignado a pensar, sentiu que cometeria um pecado; ficou perturbado por três noites, pensando na catedral e no "Bom Deus" e então decidiu: "[...] isso deve ser pensado!". (JUNG, 2016, p. 56).

Com pensamentos alvoroçados, Jung tinha algum tipo de certeza de que era Deus que estava lhe provocando tais sensações; segundo sua narrativa no capítulo *Anos de colégio*, nem mesmo em um instante imaginou que poderia ser o Diabo[305] pregando-lhe essa peça com tais pensamentos, considerando a grandeza de Deus. E se Deus o estivesse caçoando com sentimento de erro diante de um pensamento? Seria um teste? E, então, eis que decidiu correr o risco e libertou seu pensamento:

> Reuni toda a coragem, como se fosse saltar nas chamas do Inferno, e deixei o pensamento emergir: diante de meus olhos ergue-se a bela catedral e, em cima, o céu azul. Deus está sentado em seu trono de ouro, muito alto acima do mundo e, debaixo do trono, um enorme excremento cai sobre o teto novo e colorido da igreja; este se despedaça e os muros desabam. (JUNG, 2016, p. 58).

Após se permitir tal visão sobre a catedral, Jung sentiu um grande alívio e uma sensação de graça e felicidade, como jamais tinha sentido. Foi um momento de iluminação e pensou que seu pai não tinha sentido algo assim, por barreiras dogmáticas. A graça de Deus alcançou Jung por um pensamento, que em geral, poderia ser considerado desrespeitoso com Deus, mas foi exatamente tal abertura e

[304] Traduzido do alemão: Coração de Jesus.

[305] Em Jung, podemos pensar o Diabo como o arquétipo da *Sombra*. A sombra diz respeito às nossas inferioridades, nossos impulsos inaceitáveis, nossos atos vergonhosos, é identificada sempre com aquilo que fica esquecido em nós; então, se um indivíduo se assumir como um assassino diante da sociedade, o seu lado bondoso e humano será a sua sombra.

entrega àquele sentimento que emergiu, que pode reconhecer a graça de Deus, Nele pode coexistir o que é bom e mal, o que é belo e feio, sujo e limpo, o grande mistério da *Quaternidade*[306] de Deus.

Analisando o episódio do texto autobiográfico, é de se pensar o quão incomum foi essa experiência para o jovem Jung, sendo que religiosos conferem imagens bastante respeitosas quando tratam de ações de Deus. Cremos que esse episódio tem muito a ver com a formulação de C. G. Jung sobre o dogma quaternário e não trinitário, pois traz uma operação de Deus "não esperada" por suas criaturas. A figura de Deus é complexa, abrangente e total: boa e má.

Quando teve a sua experiência com Deus na catedral, em sua relutância sobre pensar aquilo que sentia temendo cometer pecado ou desrespeito a Deus, ele acabou cedendo e se pôs a pensar e, assim, foi até os primórdios de Adão e Eva, referência cristã bíblica muito significativa:

> Emergiu então a ideia decisiva: Adão e Eva são as primeiras culturas humanas, não tiveram pais, mas foram criados direta e intencionalmente por Deus, tais como eram. [...] Eram criaturas perfeitas de um Deus que criava apenas a perfeição. E no entanto haviam cometido o primeiro pecado, fazendo o que Ele lhes proibira. Como fora isso possível? Jamais o teriam feito se Deus não tivesse posto neles a possibilidade de fazê-los. E o mesmo se dera com a serpente que Ele criara antes de Adão e Eva, com a intenção evidente de que pudesse persuadi-los. Em sua onisciência Deus organizara tudo no sentido de que nossos primeiros pais fossem constrangidos a cometer pecados. *Consequentemente, a intenção de Deus era que pudessem pecar.* (JUNG, 2016, p. 57).

A célebre história de Adão e Eva e a origem do pecado pela desobediência perpassam muitas tradições e culturas, alocada nos imaginários como um mito, especialmente nas concepções cristãs ocidentais. Posteriormente, em uma compreensão mais madura de Jung acerca desses temas, objetos de reflexão por toda sua vida, compreendeu que a fé cristã tradicional definiu como mal a

[306] A *Quaternidade* se trata de uma proposição de Jung que reconhece a inconsequência na explicação do cristianismo acerca das origens do mal. A explicação cristã consiste na afirmação de que Adão e Eva optaram pelo mal, assim como optaram alguns anjos caídos, origem de Lúcifer. O mal é apresentado como uma escolha dos anjos e dos primeiros homens de acordo com os pressupostos cristãos, entretanto, a existência do mal é anterior à escolha dos anjos e do primeiro casal de humanos, visto que tudo foi criado por Deus. Jung afirmou que a explicação dada pelo cristianismo é apenas uma explicação malsucedida do problema. Em síntese, a *Quaternidade* é uma proposição de assimilação do mal, que também foi criado por Deus, dentro do complexo div

desobediência humana, de modo que a serpente e o Diabo são sinônimos. Jung postulou que a origem do mal é uma inconsequência e que tal inconsequência ocorreu por haver possibilidade de Adão e Eva escolherem o mal, possibilidade que foi dada por Deus: “Jung reconhece a fonte do mal e dos males no próprio Deus. Por isso, o Deus trino do cristianismo é perfeito, não, porém, completo”. (MACHÓN, 2016, p. 198).

Jung era bastante tímido e inseguro em sua infância e adolescência, como já apresentamos, era, pois, uma dificuldade de sua personalidade; ao ler os textos bíblicos, identificou-se com alguns personagens e, assim, pôde repensar sua timidez: leu a passagem do fariseu e do publicano e verificou que os réprobos poderiam ser eleitos, que os humilhados seriam exaltados. Da mesma forma observou Pedro, que, de hesitante, passou a ser personagem fundamental da Igreja:

> Essa prova também despertou em mim um sentimento de inferioridade: sou um diabo ou um porco – pensei – ou um réprobo. Mergulhei, em segredo, na Bíblia de meu pai. Com certa satisfação li no Evangelho a história do fariseu e do publicano e descobri que, precisamente, os réprobos podiam ser eleitos. O louvor do intendente infiel e a transformação de Pedro, o hesitante, na pedra angular da Igreja, causaram-me uma impressão profunda. (JUNG, 2016, p. 59).

Temos, ainda, as reflexões bíblicas trazidas enquanto questionava a fé de seu pai; ao fim de seus anos de colégio ficava cada vez mais incomodado com os sermões enfáticos de seu pai, elogiando e recomendando o “bom Deus” sem ter vivenciado uma experiência íntima, segundo a percepção de Jung, insistindo em uma fé sem compreensão. “Comecei a duvidar: saberá ele de que está falando? ”. (JUNG, 2016a, p. 64). Com base nas afirmações do pai e eu sua tão grandiosa fé, será que teria coragem de decapitar Jung, em sacrifício, da forma que Abraão fez com seu filho Isaque, tal qual apresenta o relato bíblico? Ou ainda, por conta de sua fé, entregaria Jung a um tribunal injusto para que fosse crucificado como Jesus? Jung mesmo respondeu que ele não teria essa coragem, portanto, considerou as afirmações de seu pai como vazias e irrefletidas. (JUNG, 2016, p. 65).

Outro episódio marcante dos *Anos de Colégio* foi o momento que receberia a primeira comunhão, pois, seu pai disse que quando o recebesse, “experimentaria” Deus. Ele fez esforços para crer sem compreender, como seu pai lhe ensinara, mas, ao chegar o dia que provaria da graça de Deus, notou que conhecia o local de onde

veio aquele pão e vinho e também percebeu que as pessoas que ele observou recebendo o corpo e sangue de Jesus pareciam indiferentes. Mais tarde notou:

> Só pouco a pouco, durante os dias que se seguiram, emergiu a ideia: nada acontecera! Atingira, entretanto, o apogeu da inscrição religiosa, da qual esperava algo de inédito – sem saber ao certo o quê -, mas nada acontecera! Sabia que Deus teria podido provocar coisas insólitas, coisas de fogo e de luz supraterrestre. Aquela celebração solene, pelo menos para mim, não manifestara qualquer traço de Deus. (JUNG, 2016, p. 71).

Esse foi o ápice de sua participação religiosa, seguido de um fim iminente. Vale destacar que tais apropriações foram feitas pelo velho Jung quando tinha, aproximadamente, 82 anos, o que pode nos fazer pensar se o Jung jovem era tão ciente de seu ceticismo quanto aparentou no trecho. Após essa experiência, compreendeu que era impensável sua participação em uma “celebração de morte”, assim como compreendeu a ceia de Jesus, o que o levou a se afastar da igreja luterana. Após tal experiência se afastou do credo e da Igreja, um pouco antes dos seus estudos universitários, mas, ainda assim, continuou buscando livros que pudessem lhe instruir sobre Deus. (JUNG, 2016, p. 73).

Assim, podemos destacar que, para Jung, o interesse estava alinhado com as “experiências” que ele ou qualquer pessoa religiosa poderia ter ao refletir sobre Deus; não se tratava apenas de fé, palavra ou rito, mas sim de ações religiosas significadas para o sujeito, de modo que ele fosse capaz de experienciar Deus através desses gestos. Compreendemos que, foi a partir de suas próprias experimentações e apropriações iniciais que posteriormente construiu seus postulados teóricos e os ressignificou, e, desta forma, as suas sensibilidades religiosas foram importantes não somente para o âmbito íntimo, mas também para suas atribuições profissionais.

Considerações Finais

Através da leitura atenta de *Memórias, Sonhos, Reflexões*, percebemos que a *Psicologia Analítica* de C. G. Jung nasceu em suas próprias experimentações e foi remodelada a cada novo sonho, visão ou memória. Observando especificamente os *Anos de Colégio*, identificamos que este período foi de formulação de suas ideias

acerca do cristianismo, mais tarde que as suas observações referentes a este período, tornaram-se problemas científicos.

Ao nos centrarmos no episódio da catedral, retomamos sucintamente o argumento de Jung acerca da *Quaternidade* para o complexo divino. Essencialmente, Jung argumentou que se Deus é (apenas) bom, tudo precisa ser (apenas) bom, como sabemos que o mal se apresenta substancialmente, a origem do mal necessita também estar no próprio Deus, de forma que o deus Trino pode ser perfeito, mas não completo; apenas na *Quaternidade*, na qual o mal ou o Diabo surgem como quarto elemento é que poderia ser um complexo divino completo, absoluto. (MACHÓN, 2016, p. 299).

De que forma, então, Jung apropriou-se do cristianismo? Identificamos uma compreensão primeira acerca da apropriação dos elementos religiosos cristãos, a qual inicialmente foi desconfiada, hesitante, confusa e temerosa sobre aspectos entendidos como religiosos, compreendidas entre 1875 e 1895. Posteriormente, mais intensamente após 1920, Jung compreendeu, com base em suas próprias experiências e também com a observação das vivências de seus pacientes, o quanto a ação religiosa poderia ser frutífera no processo de busca da total realização da potencialidade dos homens e mulheres, pois, segundo Jung, tal ação prepara um terreno fértil para identificação de realidades psíquicas oferecendo uma iniciação aos mistérios do mundo, ao simbólico e também ao inconsciente coletivo.

Isso posto, compreendemos que o cerne da *Psicologia Analítica* foi constituído a partir das experiências pessoais de Jung, fundamentado nas referências cristãs, as quais formaram sua psique individual, seu imaginário primeiro acerca do transcendente, do religioso. Ao crescer, amadurecer, ler e experienciar diferentes acontecimentos, Jung contrabalanceou suas dúvidas em relação ao cristianismo, não o condenando, apesar de suas discordâncias, mas reconhecendo sua possibilidade de contribuição no caminho para a conquista da totalidade psíquica.

Referências

I. Fontes

JAFFÉ, Aniela. Introdução. In: JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, pp. 17-24.

JUNG, Carl Gustav. **Memórias, sonhos, reflexões**. Trad. Dora Ferreira da Silva. 30.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

II. Bibliografia

CERTEAU, M. Ler: uma operação de caça. In: CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 259-273.

DUNNE, C. **Carl Jung**: Curador Ferido de Almas. São Paulo: Alaúde, 2012.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios**. (1895-1914). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOPCKE, Robert H. **Guia para a obra completa de C. G. Jung**. Trad. Edgar Orth e Reinaldo Orth. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MACHÓN, Henryk. **O cristianismo em C. G. Jung**: fundamentos filosóficos, premissas psicológicas e consequências para a prática terapêutica. Trad. Markus A. Hediger. Petrópolis: Vozes, 2016.

STEVENS, Anthony. Trad. Rogério Bettoni. **Jung**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645
XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

O DEFENSOR ARGENTINO DO CRISTIANISMO AUTÊNTICO E PRIMITIVO: PERONISMO E IGREJA CATÓLICA EM *MUNDO PERONISTA* (1951-1955)

Raquel Fernandes Lanzoni
CLCH – Universidade Estadual de Londrina

Resumo. Um dos principais movimentos políticos da Argentina no século XX, o Peronismo, cujo principal nome foi Juan Domingo Perón, ascendeu ao poder oficialmente em 1946 com forte apoio da Igreja Católica. O período a ser analisado compreende os dois primeiros governos de Perón (1946-1955) e é conhecido como o Primeiro Peronismo. Para isso, será utilizado o periódico Mundo Peronista (1951-1955) como fonte nesta pesquisa. A apropriação feita pelo Peronismo de símbolos e discursos católicos gerou, a partir da década de 1950, um intenso conflito com a Igreja. A instituição possuía espaço privilegiado desde a colonização espanhola, passando pelo período de formação do Estado nacional e adentrando o século XX. Todavia, com a ascensão do Peronismo foi aos poucos perdendo seu espaço, não só em áreas da sociedade que costumava controlar, mas principalmente como a religião oficial e predominante da Argentina. Esse estudo pretende fornecer elementos para um entendimento de que quando o Peronismo se transformou em uma religião política, sacralizando o poder e seus líderes, tornou-se uma outra opção de religião (e mais forte) para os argentinos, enfrentando, desse modo, a religião católica.

Palavras-chave: Peronismo; Igreja Católica; Argentina; Cristianismo.

INTRODUÇÃO

Um dos principais movimentos políticos da Argentina no século XX, o Peronismo, cujo principal nome foi Juan Domingo Perón, ascendeu ao poder oficialmente em 1946 com forte apoio da Igreja Católica. O período a ser analisado compreende os dois primeiros governos de Perón (1946-1955) e é conhecido como o Primeiro Peronismo. Para isso, será utilizado o periódico Mundo Peronista (1951-1955) como fonte nesta pesquisa. A apropriação feita pelo Peronismo de símbolos e discursos católicos gerou, a partir da década de 1950, um intenso conflito com a Igreja. A instituição possuía espaço privilegiado desde a colonização espanhola, passando pelo período de formação do Estado nacional e adentrando o século XX. Todavia, com a ascensão do Peronismo foi aos poucos perdendo seu espaço, não só em áreas da sociedade que costumava controlar, mas principalmente como a religião oficial e predominante da Argentina. Esse estudo pretende fornecer elementos para um entendimento de que quando o Peronismo se transformou em uma religião política, sacralizando o poder e seus líderes, tornou-se uma outra opção de religião (e mais forte) para os argentinos, enfrentando, desse modo, a religião católica.

Nesta pesquisa, pretende-se analisar como o peronismo apropriou-se de determinados símbolos e elementos discursivos da Igreja Católica para legitimar suas ações e consolidar seu poder. Para isso, será utilizada como fonte a revista argentina *Mundo Peronista* (*MP)*, publicada entre os anos de 1951-1955. Órgão de difusão e doutrinamento da Escola Superior Peronista, o periódico serviu como material didático e informativo para aqueles que haviam aderido ao peronismo. Com seções variadas que abrangiam assuntos econômicos, sociais, políticos, humorísticos e espaços reservados aos leitores e às crianças, a revista ofereceu ao seu público um amplo material carregado de hábitos e valores que dialogavam com princípios cristãos e eram reconhecidos como ideais peronistas. O recorte temporal no qual se insere a fonte a ser investigada compreende os dois primeiros governos de Juan Domingo Perón (1946-1955). Nesse período, houve, por parte dos peronistas, uma tentativa de conscientizar a massa popular no sentindo de que o indivíduo, além de receber os benefícios da transformação implementada pelo peronismo, deveria também agir ativamente nessa transformação.

A relação do peronismo com a Igreja Católica produz intensos debates e estudos desde os anos de governo de Perón até os dias atuais. A Igreja, importante instituição na formação das sociedades latino-americanas, delineou uma emblemática – e nem sempre estável – presença nos assuntos do Estado e da sociedade argentina. Conforme indica Bianchi (1994), assumindo um papel de controle social, a instituição tinha, às vésperas da ascensão de Perón, a tarefa de apaziguar os conflitos sociais e considerava-se gestora dos denominados espaços privados da sociedade. O peronismo, por sua vez, ao se reconhecer não somente como uma opção política, mas como doutrina cujo objetivo era transformar o país "velho e obscuro" em uma nação "livre e soberana", desvelou-se na homogeneização de todas as esferas da sociedade.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Neiburg (1997), o peronismo se apresenta como um conceito bastante polissêmico até os dias atuais. É utilizado, por exemplo, para fazer referência ao movimento político, vinculado à imagem de Juan Domingo Perón surgido na década de 1940, ao partido político formado logo após à eleição de Perón em 1946 e que sobrevive até hoje com outras denominações, ao período conhecido como "Primeiro peronismo" que se iniciou em 1945 e terminou em dez anos depois. Ademais, a denominação serve também

> [...] para fazer referência à identidade política dos que, desde aquela época, invocam sua figura e recordação de seus governos para legitimar diferentes posições no campo da política. O adjetivo peronista também serviu, e hoje ainda serve, para descrever uma doutrina política, um tipo de governo, uma forma de discurso. (NEIBURG, 1997, p. 14).

Os dois primeiros governos de Juan Perón ficaram conhecidos pela sua aproximação com as massas populares e a centralização, resultando na ampla intervenção do governo na economia, monopolizando o comércio exterior e nacionalizando diversos setores. Todas as medidas do governo foram sinteziadas na chamada Doutrina Justicilista, base idológica que deu respaldo ao governo peronista. Além disso, Perón atentou-se também para o uso da propaganda e dos meios de comunicação com um fim político. Com o intento de "peronizar" a socidade, a

articulação da propraganda política peronista valeu-se de simplificar seus discursos, fazendo uso de símbolos e imagens constantemente reafirmadas, além de construir um tipo de discurso capaz de conquistar “corações e mentes” que visava persuadir o trabalhador argentino a partir da manipulação de seus sentimentos e memória, uma vez que “procurando atingir a vida cotidiana em todos os níveis (no lar, no trabalho, no lazer), as mensagens, com forte carga emotiva, buscavam introduzir nas consciências valores coletivos”. (CAPELATO, 2009, p. 263).

MUNDO PERONISTA (1951-1955)

A fonte de enfoque desta pesquisa, *Mundo Peronista*, publicada entre 1951-1955, configurou-se como um meio de difusão e doutrinação do pensamento peronista. A fim de reafirmar o peronismo para aqueles que já o haviam aderido, a revista cumpriu, de acordo com Morales (2017), as duas dimensões postuladas por Perón para a propaganda política de seu governo: a difusão e a pedagogia.

> Perón apelou a ela [propaganda política] para difundir a doutrina peronista e neutralizar a oposição, enquanto, por outro lado, era uma das condições para construir uma nação moderna, ou seja, "se tratou de usar a propaganda para educar os trabalhadores na tecnologia e para que entendam que agora o Estado tem um projeto industrial e social inclusivo com o qual o trabalhador pode se identificar ". Deste modo, a "nova nação peronista argentina" emergiu como um sistema de significações que é construído, disseminado e aprendido através da linguagem da propaganda[307]. (MORALES, 2017, p. 73).

Publicada entre julho de 1951 e setembro de 1955, a revista em questão foi considerada um órgão de doutrinamento e difusão da Escola Superior Peronista[308].

[307] “Perón apeló a ella para difundir la doctrina peronista y neutralizar a la oposición, mientras que por el otro, fue una de las condiciones para construir una nación moderna, es decir, ‘se trató de usar la propaganda para educar a los trabajadores en la tecnología y para que entiendan que ahora el Estado tiene un proyecto industrial y social inclusivo con el que el obrero puede identificarse’. De este modo, la “nueva nación argentina peronista” emergía como un sistema de significación que se construye, difunde y aprende a través del lenguaje de la propaganda”.

[308] Para difundir a nova cultura política do país, a Escola Superior Peronista tinha como objetivo, nas palavras de Perón, “encarar la formación y preparación de nuestros dirigentes en las tareas de gobierno y la capacitación de los mismos para la conducción política. [...] La Escuela Superior Peronista es el instituto superior de cultura justicialista y esta destinada a dar orientación integral y uniforme a toda nuestra cultura política”. (MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955, nº 1, p. 3).

Possuía uma periodicidade quinzenal[309] e foi produzida em um tamanho de 32cm x 25cm, com um total de 52 páginas por edição, capas coloridas compostas por fotografias e ilustrações de Perón e Eva Perón. Escrita em linguagem simples e direta, seu interior foi impresso em cor sépia apresentando fotografias, seções fixas e variáveis, artigos, reportagens e ilustrações. O preço inicial era de $1,5 (pesos argentinos), mas com o tempo passou a ser vendida pelo dobro do valor, de acordo com Panella (2010). Foram publicadas 93 edições da revista e sua coleção integral está disponibilizada no site *Ruinas Digitales - Arqueologia comunicacional*[310], projeto realizado por um grupo de estudantes de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires (UBA). O diretor da revista foi Jorge Newton[311], porém, sua aparição e de outros redatores nos artigos da revista não ocorriam com seus nomes verdadeiros. Ademais, era comum que os conteúdos publicados fossem timbrados com pseudônimos ou apenas com iniciais e, muitas vezes, não tinham sequer autoria[312].

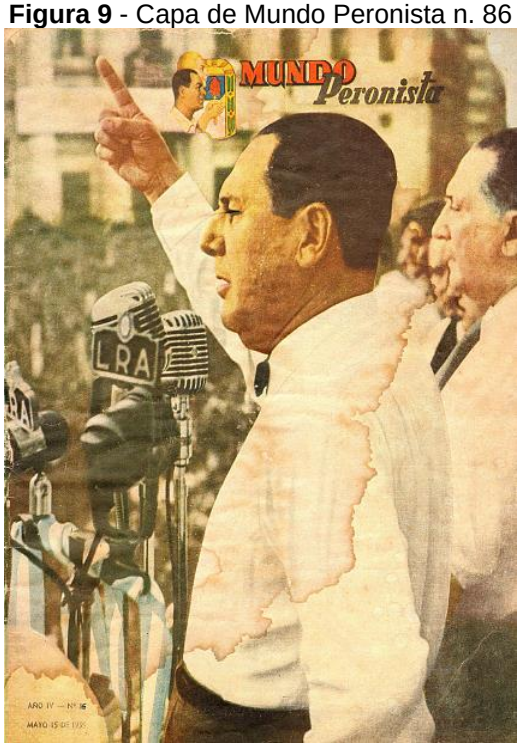
[309] Em 1953, não houve publicação da segunda edição do mês de março e das edições de abril. Já em 1954, houve apenas uma edição no mês de fevereiro e no mês de agosto. As duas últimas edições da revista (agosto e setembro) são compostas, cada qual, por dois números (90/91 e 92/93).

[310] Disponível em: <http://www.ruinasdigitales.com/mundo-peronista/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

[311] De acordo com Claudio Panella (2010, p. 286), Jorge Newton (1906-1978) "[...] foi um autor prolífico que, na década de 30 e pelo Editorial Claridad, publicou romances com conteúdo social *En marcha*, *Avanzada*, *La Andanza gris* y *Tierra virgen*. Ao longo dos anos peronistas escreveu *Perón, el visionario* (1955), uma biografia elogiosa do líder justicialista e *Clase media* (1949), uma obra que tratava do impacto do peronismo na pequena burguesia [...]".

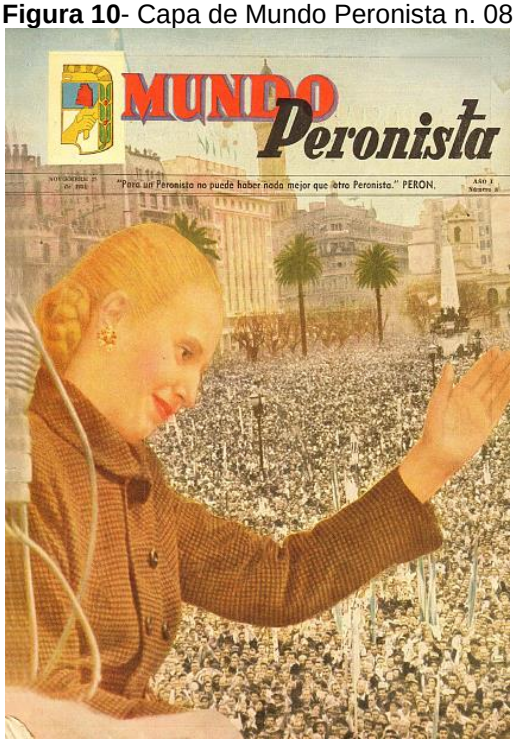
[312] "¿A que razón puede atribuirse tal determinación?. Pues a que los redactores de la revista eran 'ciudadanos peronistas' que escribían para la 'masa ciudadana del Movimiento Peronista', razón por la cuál esa producción 'no tiene propietario, puesto que quienes la realizan renuncian, inclusive, al derecho de propiedad intelectual que por las leyes les corresponde sobre la misma'. Por lo tanto, el material que publicaba Mundo Peronista 'por el solo hecho de aparecer en nuestras columnas, reconvierte en un patrimonio social que tiene por destinatario al Pueblo'". (PANELLA, 2010, p. 286-287).

Figura 9 - Capa de Mundo Peronista n. 86



Fonte: <http://www.ruinasdigitales.com/mundo-peronista/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Figura 10- Capa de Mundo Peronista n. 08



Fonte: <http://www.ruinasdigitales.com/mundo-peronista/>. Acesso em: 20 nov. 2018.

IGREJA CATÓLICA E PERONISMO SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA

A Igreja Católica foi um dos principais pilares do peronismo tanto para sua chegada ao poder quanto para sua permanência. A Igreja, importante ator político na sociedade argentina, reafirmou seu poder na década de 1930[313] e estabeleceu como objetivo transformar-se no princípio organizador social. A vitória de Perón foi vista pela hierarquia conservadora da Igreja como a possibilidade de instrumentalização dos aparatos estatais, a fim de estabelecer a hegemonia católica. Outrossim, o Estado peronista enxergou na aliança com a Igreja uma forma de legitimação de seus ideais. As manifestações de apoio mútuo entre os dois atores políticos tiveram, porém, seus dias contados: logo surgiu uma série de conflitos localizados em áreas da sociedade consideradas chave para a reprodução social. (CAIMARI, 2009).

Do ponto de vista estratégico, conforme indica-nos Michel de Certeau (1998), a apropriação, pelo peronismo, de símbolos e discursos católicos, gerou um intenso conflito com a Igreja na década de 1950. A instituição tinha espaço privilegiado desde a colonização espanhola, passando pelo período de formação do Estado nacional e adentrando o século XX. Todavia, com a ascensão do peronismo foi aos poucos perdendo seu espaço, não só em áreas da sociedade que costumava controlar, mas principalmente como religião oficial e predominante da Argentina.

Desse modo, o conflito central entre os dois atores políticos em questão foi a intencionalidade do peronismo em se transformar em um valor ético e moral da sociedade, assumindo-se consequentemente como religião política. Tornar-se peronista era, pois, de acordo com Bianchi (1994), assumir o peronismo como uma nova forma de religiosidade, a qual continha seus próprios símbolos e líderes sacralizados, descartando, assim, a religião católica. Haja vista a possibilidade de hegemonizar seu poder para além da esfera meramente política, o peronismo apropriou-se de símbolos e discursos católicos para firmar-se como nova cultura política[314], cuja influência procurava atingir todos os setores da sociedade.

[313] Para mais informações sobre a Igreja Católica na década de 1930 e sua conformação como ator político e social ver: ZANATTA, Loris. Perón y el mito de la nación católica: Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

[314] O conceito de *cultura política* foi desenvolvido no âmbito da nova História Política francesa nos anos 1980, a qual dedica-se ao estudo do campo político através das massas: eleitores, sindicatos, grupos políticos etc. Sobre tal conceito, Jean-François Sirinelli (1992) admite "que se trata de uma espécie de códigos e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas". (apud BERSTEIN, 1998, p. 350).

Com relação à Igreja, o período que compreende os dois primeiros governos de Perón pode ser dividido em duas fases: 1946-1949 e 1949-1955. O primeiro período, caracterizado como o "período católico" do peronismo e o "período peronista" da Igreja foi, segundo Caimari (2010, p. 124), o momento de maior colaboração entre Igreja e Estado peronista.

> O episcopado tinha boas razões para ser otimista: o peronismo parecia levar a cabo uma obra social que colhia a adesão das classes trabalhadoras, sob o signo da justiça social cristã. Neutralizava assim o perigo da prática marxista nesses setores, que tanto preocupava a Igreja por cinquenta anos. O novo governo manifestava, ademais, sua intenção de dar a Igreja um espaço importante nessa empresa: o papel de formadora de consciências na educação pública e de legitimadora da obra governamental. Paralelamente, o Estado peronista se apresentava como o mais católico da história argentina, tanto no lugar do cataclismo nas referências oficiais, como na ajuda na obra da Igreja[315].

Na segunda fase, um marco importante para a compreensão do período é a Constituição de 1949. A reforma do documento, inalterado desde 1853, simbolizou para a Igreja Católica a esperança de que o peronismo finalmente criaria uma sociedade de acordo com os seus princípios. Ainda que possuísse uma forte inspiração católica, a Constituição de 1949 buscava consolidar a doutrina justicialista e, assim, unir espiritualmente a sociedade. As referências de Perón ao catolicismo começavam a ser cada vez mais raras, dando lugar ao justicialismo, "[...] doutrina do equilíbrio e a harmonia entre o indivíduo e a coletividade pela justiça social [...][316]". (PERÓN, 1949 apud CAIMARI, 2010, p. 180). A doutrina justicialista, portanto, difundia-se como uma obra exclusiva e autônoma de Perón. A revista Mundo Peronista, fonte deste estudo, encaixa-se na segunda fase das relações entre a Igreja e o peronismo. Nesse momento, o justicialismo tornava-se "[…] uma nova filosofia de

Assim, a cultura política orienta os integrantes de uma sociedade a comportarem-se politicamente; e sua transmissão ocorre a partir das instituições, como a família, a escola e as universidades, bem como por meio dos diversos grupos em que os indivíduos estão inseridos.

315 "El episcopado tenía buenos razones para ser optimista: el peronismo parecía llevar a cabo una obra social que cosechaba la adhesión de las clases obreras, bajo el signo de justicia social cristiana. Neutralizaba así el peligro de la prédica marxista en estos sectores, que tanto preocupaba a la Iglesia desde hacía cincuenta años. El nuevo gobierno manifestaba además su intención de dar a la Iglesia un espacio importante en esta empresa: papel de formadora de conciencias en la educación pública y de legitimadora de la obra gubernamental. Paralelamente, el Estado peronista se presentaba como el más católico de la historia argentina, tanto en el lugar del catolicismo en las referencias oficiales, como en la ayuda material a la obra de la Iglesia".

316 "[...] doctrina del equilibrio y la armonía entre el individuo y la colectividad por la justicia social [...]".

vida, simples, prática, popular, profundamente cristã e profundamente humanista[317]" (CAIMARI, 2010, p. 182), além de detentor do verdadeiro cristianismo, o qual consistia

> [...] na autentica valorização cristã. No fundo, não na forma; de conteúdo, não de continente. É a aceitação das consequências humanas e sociais do Evangelho de Cristo: igualdade de todos os homens, amor ao próximo, sem omitir a condenação dos exploradores e escravistas[318]. (MENDÉ, 1950 apud CAIMARI, 2010, p. 182).

Segundo Capelato (2009), quando a linguagem religiosa é usada pelo Peronismo, na apropriação de símbolos ou do discurso, pretende-se persuadir o indivíduo, a fim de manipular a esperança e o temor, componentes básicos para a dominação de massas populares. A palavra de Perón, seja ela escrita ou falada, representava, para a revista, a fé e a esperança. Além disso, as palavras proferidas pelo "condutor" e "líder" do movimento peronista faziam com que o coração dos ouvintes vibrasse de emoção ao escutá-las. Eram elas que determinavam e davam sentido às ações de seu "povo". Dessa forma, esse discurso muito se parece com discurso que a Igreja profere sobre as palavras e ensinamentos de Cristo, contido nos Evangelhos.

O CRISTIANISMO "AUTÊNTICO E PRIMITIVO" EM MUNDO PERONISTA

Buscando a justiça social, a independência econômica e a soberania política, o justicialismo procurou transformar o peronismo em uma opção *terceirista* para o mundo naquele momento[319]. Com Perón, a Argentina prosperaria e se tornaria o único modelo viável para um mundo no qual o homem, em sua individualidade, possuiria dignidade; e o coletivo, o "Povo", mesmo acima do indivíduo, seria uma massa digna, livre e ativa em todos os âmbitos da sociedade[320]. Seria, por fim, uma nação em que a justiça social constituiria o pilar principal de sua política. Tal doutrina, ademais, reivindicou para si o vetor do cristianismo quando se caracterizou como "profundamente cristã". Já é sabido que o peronismo, mesmo antes de oficialmente

317 "una nueva filosofía de vida, simple, práctica, popular, profundamente cristiana y profundamente humanista".
318 "[...] la auténtica valoración Cristiana. De fondo, no de forma; de contenido, no de continente. Es la aceptación de las consecuencias humanas y sociales del Evangelio de Cristo: igualdad de todos los hombres, amor al prójimo, sin omitir la condenación de los exploradores y esclavizadores".
319 Mundo Peronista, n. 3, 1951, p. 8; Mundo Peronista, n. 17, 1952, p. 4.
320 Mundo Peronista, n 1, 1951, p. 11; Mundo Peronista, n. 58, 1953, p. 37.

ascender ao poder em 1946, manteve estreitas relações com a Igreja Católica, inicialmente harmoniosas, mas que, ao decorrer dos anos, tornaram-se conflituosas. Os motivos do conflito também foram discutidos anteriormente.

> [...] O justicialismo seria aplicado concretamente em três áreas da sociedade argentina: a reforma social através da justiça redistributiva, a reforma econômica para a reconquista da soberania sobre a infraestrutura econômica nacional e a colocação do capital a serviço das necessidades coletivas, e finalmente a reforma política através da homogeneização doutrinária. O justicialismo seria o exemplo da harmonia no mundo da Guerra Fria[321]. (CAIMARI, 2010, p. 180).

É nítido, nas páginas de *Mundo Peronista*, o intento da revista ao apropriar-se de elementos cristãos para tornar o justicialismo uma doutrina "profundamente cristã". Logo em sua primeira edição, a revista afirmou que Deus é peronista: "Vejam, meninos, que Deus é peronista por essência e substância, isto é, justicialista, como ensina o catecismo[322]". (MUNDO PERONISTA, n. 01, 1951, p. 3). Entende-se, sobretudo, que a reivindicação de Deus – cristão e católico – no movimento peronista, ocorre em vista de uma sociedade em que o catolicismo tinha considerável influência. Assim, em Jouvenel (1986), comunga-se da ideia de que "[...] a sociedade é a alma da religião. [...] o fiel não se engana quando crê na existência de um poder moral do qual depende e ao qual deve o melhor de si mesmo; este poder existe; é a sociedade... Deus não é mais do que a expressão figurada da sociedade". (JOUVENEL apud LENHARO, 1986, p. 145).

A defesa do cristianismo "autêntico" e "justicialista" aparece na revista, sobretudo, em suas edições finais, em razão da adoção de um caráter mais pragmático frente à crescente oposição nos anos finais do governo de Perón. Em *MP* n. 73, p. 03, a seção "Doutrina para todos" versou sobre o cristianismo justicialista. Sendo "profundamente cristão", o justicialismo pleiteou o cristianismo mais como doutrina trazida por Cristo para os humildes e menos como fora até então predicado, referindo-se àquele cristianismo praticado pelos poderosos oligarcas. Dando

[321] "[...] el justicialismo sería aplicado concretamente en tres ámbitos de la sociedad argentina: reforma social mediante la justicia redistributiva, reforma económica por la reconquista de la soberanía sobre la infraestructura económica nacional y la puesta del capital al servicio de las necesidades colectivas, y finalmente reforma política mediante la homogenización doctrinaria. El justicialismo sería el ejemplo de armonía en el mundo de la Guerra Fría".

[322] "Vean, muchachos, que Dios es peronista por esencia y substancia, esto es, justicialista, como enseña el catecismo".

continuidade ao texto, o autor anônimo informou que a doutrina cristã misturou-se com o "materialismo egoísta" e o "individualismo liberal", esquecendo-se de seus pilares mais sólidos: a "valorização espiritual do homem e o reconhecimento de sua finalidade transcendente". A Igreja Católica uniu-se ao liberalismo, porém, seus seguidores não eram cristãos autênticos, apenas "de forma". Nesse momento, era preciso voltar-se ao povo, de onde começou Cristo. O "profundo cristianismo", em *Mundo Peronista*, foi aquele resgatado por Perón e inculcado na doutrina justicialista, promotora da mensagem originalmente difundida por Jesus e presente no Evangelho.

> Era necessário devolver ao homem sua fé nos valores espirituais sem esquecer que ele era um ser de carne e osso. E também para devolver sua fé na justiça divina, e em uma justiça humana que seria a mesma para todos. Que poderia ser o reflexo da divina. Era essencial que o cristianismo fosse uma doutrina válida para todos, sem reservas, sem preconceitos, sem "livres pensadores". E para isso, destruir o contrapeso doutrinário do liberalismo. Voltar para as verdades simples e eternas de Jesus. Isso Perón fez com seu justicialismo[323]. (MUNDO PERONISTA, n. 73, 1954, p. 03).

Na doutrina justicialista, a alusão a Jesus Cristo resgatava seu aparecimento no Império Romano, onde as classes mais populares eram oprimidas, da mesma forma que ocorria na Argentina antes de Perón. No imaginário peronista, Jesus era retratado "[...] como defensor dos humildes, como vigilante que reprova com vigorosa palavra os opressores e perversos, chamando-os a cumprir suas responsabilidades diante de Deus e diante dos homens[324]". (ESP, 1954 apud CAIMARI, 2010, p. 183).

No decorrer do ano de 1955, o conflito com a Igreja Católica foi se intensificando. Em novembro de 1954, a *MP* n. 76 apresentou, em seu editorial, uma nota sobre a "situação político-clerical". Naquele contexto, vários padres partiam da premissa de que os católicos deveriam escolher entre Cristo e Perón, defendendo essa ideia até mesmo em missas. Frente a isso, a revista interpretou tal divergência como somente política, pois se dava a partir da inserção de padres na esfera política,

---

323 "Era preciso devolverle al hombre su fe en los valores espirituales sin que olvidara que era un ser de carne y hueso. Y devolverle también su fe en la justicia divina, y en una justicia humana que fuera igual para todos. Que pudiera ser el reflejo de la divina. Era indispensable que el cristianismo volviera a ser una doctrina válida para todos, sin reservas, sin peros, sin 'librepensadores'. Y para eso, destruir el contrapeso doctrinario del liberalismo. Volver a las verdades simples y eternas de Jesús. Eso hizo Perón con su Justicialismo".

324 "[...] como un defensor de los humildes, como un justiciero que anatematiza con palabra vigorosa a los opresores y los pervertidos, llamándolos a cumplir con sus responsabilidades ante Dios y ante los hombres".

"tomando o púlpito como tribuna política", quando deveriam, considerada sua função como religiosos, manter-se restritos à manutenção da religião católica. Avançando algumas páginas, a seção "Entre você e eu" trouxe uma crônica dirigida ao Reverendo Padre Asesor, recordando-o da importância que Perón deu à religião católica, principalmente no tocante à aprovação do ensino religioso nas escolas. O cronista reafirmou que a doutrina nacional – o justicialismo foi denominado, após a Constituição de 1949, como doutrina nacional – era profundamente cristã, por inspirar-se no "mais puro sentimento cristão de justiça social". (MUNDO PERONISTA, n. 76, 1954, p. 07).

> No início, Perón usou elementos retirados diretamente do catolicismo para legitimar seu discurso. Seus programas foram apresentados como a aplicação dos princípios delineados pelas encíclicas papais. O catolicismo serviu como ponto de partida a partir do qual seria possível gerar um novo consenso. Essa associação de sua mensagem à doutrina católica deu a Perón (pelo menos a princípio) a simpatia da hierarquia eclesiástica e dos grupos nacionalistas de direita. Gradualmente, no entanto, durante o governo de Perón, o Estado monopolizou o espaço simbólico público, e a doutrina peronista substituiu a católica como uma espécie de religião oficial. O peronismo estava se tornando uma religião política, e isso tornou as relações entre a Igreja e o Estado bastante tensas. Perto do fim do regime, essa tensão produziu uma ruptura violenta entre os dois[325]. (PLOTKIN, 2002, p. 35).

A articulação de símbolos e discursos católicos pelo peronismo deu origem ao "cristianismo peronista", cujos adeptos e seguidores eram os autênticos defensores da doutrina de Cristo. Ao resgatar os princípios de Cristo, o peronismo configurou-se como uma nova forma de religiosidade ou nova religião política, chocando-se, segundo Plotkin (2002), com a Igreja Católica, cuja relação harmônica converteu-se em sério conflito nos anos finais do governo justicialista. Em *Mundo Peronista*, a construção e defesa do cristianismo de Perón expressou-se de forma bastante explícita. Entende-se, por sua vez, que o peronismo, como religião política, também

[325] "At first, Perón used elements taken directly from Catholicism in order to legitimize his discourse. His programs were presented as the application of the principles delineated by papal encyclicals. Catholicism served as the starting point from which it would be possible to generate a new consensus. This association of his message with Catholic doctrine won Perón the sympathy (at least at first) of the ecclesiastical hierarchy and of the right-wing nationalist groups. Gradually, however, during Perón's government, the state monopolized the public symbolic space, and the Peronist doctrine replaced the Catholic one as kind of official religion. Peronism was becoming a political religion, and this made the relations between the Church and the state quite tense. Toward the end of the regime, this tension produced a violent rupture between the two".

se configurou na tentativa do Estado de “peronizar” a sociedade argentina, tornando-se presente em todos os espaços públicos e privados, a fim de instituir-se como um modo de vida para os argentinos e não meramente uma opção política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso posto, compreende-se que o intuito do peronismo em se estabelecer nas consideradas áreas privadas da sociedade argentina, segundo Bianchi (1997), bem como a consolidação do mesmo em uma religião política, conforme Ploktin (2002), contribuíram para a incitação do conflito entre a hierarquia eclesiástica da Igreja Católica e o movimento em estudo. Incomodados com a ascensão de Eva Perón e o avanço de sua Fundação, a hierarquia católica incomodava-se em relação ao passado de Evita como atriz e sua origem familiar. Outrossim, o advento da década de 1950 foi marcado pela intensificação das crises política e econômica do governo peronista, somadas a uma forte repressão às instituições contrárias ao regime. A criação do Partido Democrata Cristão, em 1954, potencializou a tensão entre Igreja e Perón, ampliada também pela sanção da lei do divórcio no mesmo ano e a revogação da obrigatoriedade do ensino religioso, em 1955. Ainda que Perón e o alto clero optassem, muitas vezes, por discursos conciliadores, de acordo com Caimari (2010), a procissão de Corpus Christi, em julho de 1955, passou de uma celebração religiosa a uma manifestação política explicitamente antiperonista.

A apropriação de elementos simbólicos e discursivos do catolicismo apareceu na revista de forma bastante interessante. De acordo com Caimari (2010), nota-se que, por ser publicada na segunda fase da relação Igreja-peronismo, a *MP* divulgou o peronismo e sua doutrina justicialista já imbuídos de características cristãs e com poucas referências à Igreja Católica. Em seus anos finais, voltou a publicar sobre a Igreja, mas referindo-se à mesma como opositora ao governo de Perón, consolidando-se como local de oposição aos diversos grupos contrários ao governo.

Mundo Peronista é uma rica fonte histórica para estudos sobre o peronismo, uma vez que, composta por 93 edições com uma média de 50 páginas cada, versa sobre os mais variados assuntos e para diferentes públicos. Nela, é possível encontrar matérias e artigos dedicados à economia peronista, presentes principalmente na

seção “Perón cumple”; as relações que o peronismo estabeleceu com seus vizinhos também mereceu destaque em suas páginas; há também espaços dedicados às vinhetas humorísticas que objetivavam ironizar os antiperonistas, representados por três principais personagens: *Don Cangrejo, Mister Whisky and Soda y Bobalicón*. É interessante destacar as seções: “Tu página de pibe peronista”, esta dedicada ao público infantil; e “Amigos de Mundo Peronista”, espaço reservado à publicação de cartas dirigidas ao casal Perón, enviadas até mesmo por leitores estrangeiros. Por conseguinte, *Mundo Peronista* apresenta-se como um documento histórico passível de ser estudado através de diferentes abordagens, oferecendo os mais diversos temas para pesquisas futuras. Ademais, é possível perceber, em *MP*, como se deu a sacralização das figuras de Péron e Evita, além da construção de um discurso fortemente marcado pelo teor religioso que tinha como objetivo a doutrinação da sociedade. Maria Helena Rolim Capelato (2009) cita Lenharo (1986) quando se refere à sacralização da política.

> A transposição de imagens religiosas para o discurso do poder gerou a sacralização da política, mecanismo de representação que visara dotar o Estado de uma legitimidade capaz de tornar mais eficientes os novos dispositivos de dominação engendrados pelo novo regime. (CAPELATO, 2009, p. 32).

Assim, infere-se que religião e política andaram próximas nas páginas de *Mundo Peronista.* Para Aline Coutrot (1996), é evidente que o fazer político não se restringe às relações socioeconômicas, mesmo detendo um caráter próprio, a política tece relações com outros domínios, pois “[...] através da consideração do religioso, apreende-se as massas, os comportamentos coletivos: episcopado, imprensa, movimentos, sindicatos, grupos de pressão. Apreende-se também elementos importantes da cultura política de longa duração, clericalismo, anticlericalismo [...]”. (COUTROT, 1996, p. 357). Em síntese, quando se trata de Igreja Católica e peronismo, além de ser perceptível o conflito entre as duas forças, na década de 1950, é notável também que, a partir dessa relação, a revista *Mundo Peronista* dedicou-se em atribuir ao peronismo o vetor religioso cristão, apropriando-se estrategicamente do catolicismo. Como produto, verifica-se a apresentação do movimento peronista não somente como uma opção política, mas como uma opção religiosa ao catolicismo, mais completa e autêntica.

REFERÊNCIAS

FONTE PRINCIPAL: MUNDO PERONISTA. Buenos Aires: Escola Superior Peronista, 1951-1955.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J-P; SIRINELLI, J-F. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
BEIRED, José Luis Bendicho. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Editora Ática. 1996.
_____. **O movimento operário argentino**: das origens ao peronismo (1890-1946). São Paulo: Brasiliense, 1984.
BIANCHI, Susana. Catolicismo y peronismo: iglesia católica y Estado en la Argentina, 1945-1955. **Trocadero**: revista de historia moderna y contemporanea, Espanha. nº 8-9, 1997, p. 351-368.
_____. Catolicismo y peronismo: la religión como campo de conflicto (Argentina, 1945-1955). **Boletín americanista**, España. nº. 44, 1994, p. 25-37
CAIMARI, Lila. **Perón y la iglesia católica**: religión, Estado y sociedad en la Argentina (1943-1955). Buenos Aires: Emecé, 2010.
CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e peronisrno. Papirus: Campinas, 2009.
CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
LYNCH, John. A Igreja Católica na América Latina, 1830-1930. In: BETHELL, Leslie (Org). **História da América Latina**: de 1870 a 1830. São Paulo: Edusp, 2008. p. 430-471.
MORALES, Virginia. Mundo Peronista. Una mirada “desde abajo” a la constitución de la identidad peronista durante el primer peronismo (1945-1955). **Questión**. La Plata: Univerdad Nacional de La Plata, v. 1, n. 53, pp. 72-88, 2017. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/3769>. Acesso em: 27 out. 2018.
MURMIS, M; PORTANTIERO, J.C. **Estudos sobre as origens do peronismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
NEIBURG, Federico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo**: estudos de antropologia social e cultural. São Paulo: EDUSP, 1997.
PALACIOS, Ariel. **Os argentinos**. São Paulo: Contexto, 2013.

PANELLA, Claudio. Mundo Peronista (1951-1955): "una tribuna de doctrina". In: PANELLA, C.; KORN, G. (Org). **Ideas y debates para la nueva argentina**: revistas culturales y políticas del peronismo (1946-1955). La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2010. Pp. 281-306.
PLOTKIN, Mariano. **Mañana es San Perón**: a cultural history of Peron’s Argentina. Estados Unidos: Rowman & Littlefield, 2002.
PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. Políticas de massas e reformas sociais. In: _____. **História da América Latina**. São Paulo: Editora Contexto, 2016, p. 131-149.

ROMERO, Luis Alberto. A restauração conversadora, 1930-1943. In: _____. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 63-90.
ZANATTA, Loris**. Perón y el mito de la nación católica**: Iglesia y Ejército en los orígenes del peronismo. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1999.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645
XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

MULHERES E LUTA POLÍTICA: O QUE JOVENS E ADOLESCENTES SABEM SOBRE ISSO?

Samanta Botini dos Santos
Universidade Estadual de Londrina

Resumo. O presente trabalho faz parte do projeto de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em História Social, na linha de pesquisa em Ensino de História, da Universidade Estadual de Londrina sob orientação da Profª Drª Marlene Rosa Cainelli. A investigação em desenvolvimento tem o objetivo de compreender quais são as aprendizagens históricas de alunos jovens e adolescentes da rede básica de ensino da cidade de Cornélio Procópio na perspectiva da educação histórica sobre o Movimento Feminista. O Movimento Feminista enquanto acontecimento histórico é caracterizado por 3 importantes e decisivos momentos, o que ficou convencionado entre estudiosos por "ondas". A primeira "onda" do Movimento Feminista tem como marco a luta e a conquista do voto feminino na Europa, Estados Unidos e Brasil no final do século XIX; 2ª "onda" do movimento feminista ocorre no contexto dos movimentos contestatórios de 1960 e 1970 na chamada "contracultura", despertando pautas como aborto, problematizações a respeito do sistema patriarcal, padrões de beleza, entre outras. A 3ª "onda" ocorre na década de 1990 cujo enfrentamento existe para reparar lacunas deixadas pelos movimentos anteriores com pautas especificas, ampliando a discussão sobre a categoria "mulher" abrindo possibilidades dentro dos debates de gênero e inserindo o componente de classe e raça para se avaliar as demandas exigidas pelas mulheres organizadas em momentos anteriores. Atualmente a problemática de gênero e feminismo tem sido discutida nas mais diversas esferas, como no âmbito educacional e legislativo. Além disso, com a popularização da internet desde os anos 1990 e o acesso a ferramentas de informação, as questões relacionadas às mulheres puderam ser articuladas também no *cyberespaço.* Como forma de mapear as noções históricas desses alunos será utilizado a análise de dois questionários, sendo um socioeconômico e um outro com

a intenção de compreender as ideias dos alunos em um estudo exploratório sobre os conceitos que os alunos atribuem ao movimento feminista. Em segundo momento ocorrerá uma intervenção didática com base na aula oficina utilizando fontes imagéticas que serão apresentadas em salas de aula em uma escola pública na cidade de Cornélio Procópio – PR com o objetivo de compreender as ideias que os alunos carregam acerca do Movimento Feminista. Os principais autores que contribuem o trabalho são Joana Maria Pedro (2005), Joan Scott (1989), Judith Butler (2016), Jorn Rüsen (2011), Peter Lee (2011) e Isabel Barca (2004). Tais autores auxiliam no desenvolvimento das temáticas de gênero, feminismo, consciência histórica e na percepção das noções históricas. A presente pesquisa visa compreender quais tipos de passado esses alunos têm acesso e como podem surgir e agir ideias controversas desse acontecimento histórico.

Palavras-chave: feminismo; educação histórica; juventude; mulher.

Para a autoria Carla Cristina Garcia (2011) o movimento feminista é uma organização que surgiu no contexto de ideias da Revolução Francesa buscando a igualdade entre os sexos e entre os gêneros, obtém-se um protagonismo feminino, sob organização de mulheres com pautas para mulheres, divididos em três momentos que convencionaram a serem chamadas por “Ondas” como forma de organização cronológica, levando ao entendimento de que esses três momentos, brevemente abordados aqui, são continuação um do outro.

A mobilização referente à “*Primeira Onda*” diz respeito à luta pela participação política feminina através do exercício do voto, movimentação essa que data do final do século XIX e início do século XX. As sufragistas, como ficaram conhecidas as mulheres que participaram das ações em prol do voto feminino, também lutavam pelo direito ao trabalho remunerado, uma vez que havia a noção de que as mulheres deviam se dedicar exclusivamente ao âmbito doméstico, cuidando do lar e dos filhos (PERROT, 1988).

O enfrentamento protagonizado pelas mulheres da época vinha de encontro com a noção de público e privado existentes na sociedade daquele contexto histórico. O espaço público era destinado aos homens, sendo assim, participar da democracia através do voto era um direito destinado apenas a população masculina.

A “*Segunda Onda*” diz respeito a uma luta mais abrangente, que vêm sendo debatida até os dias atuais, com pautas sobre aborto, sexualidade da mulher e a luta contra o patriarcado, em um contexto onde o mundo passava por mudanças significativas em seus padrões e contando com mobilizações diversas. Esse momento do movimento feminista se refere aos anos 1960, pós-guerra do Vietnã. As movimentações de um modo geral nesse período questionavam a ótica vigente de regimes totalitários, como foi o caso da Ditadura militar no Brasil durante a Redemocratização, e/ou até mesmo o sistema capitalista como o Movimento Hippie. O movimento feminista se encaixa perfeitamente nesse conceito de movimentos de contestação, uma vez que o feminismo vem na contramão da padronização e normalização de comportamentos femininos dando voz a uma população que foi silenciada. Essas agitações começaram inicialmente na Europa e nos Estados Unidos, mas resultaram em um movimento que se expandiu mundialmente. (cfrme.PINTO, 2009)

Nos anos 1990 surge a chamada “*Terceira Onda*” do Movimento Feminista que visava acabar, ou pelo menos diminuir, as lacunas deixadas pelas ondas anteriores no movimento. A discussão que tomou conta desse momento diz respeito a diversidade encontrada na categoria “mulher”, não podendo ser entendida de uma forma única, considerando que para se compreender as demandas e especificidades de uma determinada população deve-se levar em consideração outros elementos imprescindíveis como o conceito de Classe para tratar de questões que fazem parte do cotidiano de mulheres pobres, assim gerando novas demandas ao movimento feminista, como a luta por creches com atendimento de 5 horas diárias, uma vez que as mães pobres precisam trabalhar e necessitam de um local onde possa deixar seu filho. Ou as lutas que envolvem as mulheres trabalhadoras rurais que no seu ambiente de trabalho não possuíam banheiro adequado e/ou o direito a licença maternidade. (TELLES, 1993).

As mulheres feministas, principalmente ocidentais, se encontram organizadas politicamente desde o século XVIII, ocupando as ruas, realizando resistência exigindo que seus direitos sejam garantidos e suas demandas ouvidas. Contemporaneamente

podemos citar a Marcha das Vadias[326], que acontece em diversas cidades do mundo todo, denunciando o machismo ainda vigente em nossa sociedade.

Para além de exigências de direitos civis, o feminismo tem se colocado como uma forma de compreensão do mundo. Na década 1960 ativistas feministas estavam procurando por uma história que tivesse heroínas, numa busca de participação das mulheres na narrativa cientifica. A partir da década de 1970 há o aumento de temas que incluem discussões que envolvem as mulheres (como bruxaria, maternidade, prostituição, loucura) na historiografia e a criação de núcleos de estudos feministas, sendo essa uma das consequências que advém da luta feminista por uma ciência que incluísse a voz das mulheres. A requisição por uma história que contemple as mulheres, mas não somente e pensando em uma história que integre diversas vozes antes excluídas como homossexuais, negros, é resquício da percepção da ausência e da soberania de uma figura única entendida enquanto neutra e verdadeira: o homem heterossexual e branco. Entendendo assim, pelas palavras de Joan Scott: “Reivindicar a história das mulheres significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdade” (SCOTT, 1989)

Currículos e Ensino de História: Tensões nos debates contemporâneos

Um dos temas que tem movido muitos debates na atualidade em relação ao ensino brasileiro, diz respeito a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento diz respeito a unificação de saberes e competências que os alunos de todo território nacional devam desenvolver ao decorrer da sua vida escolar. A BNCC reúne conteúdos e aptidões que vão desde a Educação Infantil até o Ensino Médio da educação básica.

A movimento pela criação da BNCC vem desde 2014 pelo governo da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff (PT) como uma análise do artigo 210 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

[326] A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado no dia 3 de abril de 2011 em Toronto, no Canadá, e agora é realizado em diversas partes do mundo. A marcha acontece lutando para que as mulheres não tenham seus comportamentos culpabilizados em casos de abuso sexual.

> **Art. 210.** Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.
>
> **§ 1º** O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
>
> **§ 2º** O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

No ano de 2015 a partir da união de grupos como Consed[327] e Undime[328], juntamente com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) divulgam a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular para consulta pública. A consulta pública contou com 12 milhões de participações de escolas, professores, pais, e durante os meses de março e maio há a reelaboração do documento sistematizando as contribuições. No próprio mês de maio já sai a segunda versão da BNCC e a partir dos meses de junho e agosto ocorrem debates através de seminários organizados pelo Consed e Undime com a participação de 9 mil professores e gestores. (BRASIL, 2018)

Em abril de 2017 sai a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, incluindo as partes da Educação Infantil e Ensino Fundamental e no dia 20 de dezembro de 2017 a BNCC foi homologada, porém sem o documento que se refere ao ensino médio, pois esse é homologado um dia depois.

Em meio a todos esses processos relacionados ao documento nacional, o cenário político do país passou por grandes transformações que influenciaram nos textos da BNCC.

O ano de 2015 foi conturbado devido ao processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, a partir do afastamento da presidenta de seu cargo o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume a presidência do Brasil. Os entraves políticos podem ser percebidos nos textos modificados no documento que seria então a base para a educação nacional.

No que diz respeito especifico ao debate acerca das questões de gênero esse processo de modificações vem desde a criação de um Movimento liderado por Miguel Nagib intitulado “Escola Sem Partido”. O projeto existe, segundo a definição na

[327] Conselho Nacional de Secretários de Educação
[328] União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

plataforma virtual, “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar” que segundo o coordenador do referido projeto vem contra a “doutrinação” nas escolas sob as questões políticos partidárias que pelo entendimento do advogado estava acontecendo no âmbito educacionais. Os ideais compreendidos como “doutrinação” pelos criadores do movimento questionam a “ideologia de gênero”, afirmando que o processo de “doutrinação” advém de um partido especifico em nome da igualdade. Nesse sentido a escola deveria ser um ambiente neutro e sem qualquer tipo de manifestações.

A partir da circulação dos ideais do projeto “Escola Sem Partido” mesmo sem aprovação legal foi possível perceber diversas mudanças em leis, e em termos em circulação na sociedade

> a) a retirada de ações referentes à promoção de direitos sexuais, reprodutivos, laicos, de livre expressão e de reparação contra os crimes da ditadura do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) – realizada pelo então Presidente Lula em 2009; b) a proibição no Governo Dilma, em 2011, ao Programa Educacional Brasil Sem Homofobia no ensino fundamental e médio; e, c) a ampla campanha contra a diversidade sexual e cultural nos planos decenais de educação a partir de 2014 que inabilitou a educação para os gêneros e para os pertencimentos sociais como metas educacionais a serem cumpridas no país como um todo. (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2016)

Outro reflexo dos ideais do projeto de Nagib foram as reformulações nos Planos Municipais de Educação, onde ocorreu comoção de setores da militância para que fosse incluído na pauta de discussão da educação a nível municipal as questões de gênero. Em diversos municípios foram vetadas por uma forte pressão de bancadas fundamentalistas religiosas.

Os embates acerca da discussão de gênero na educação têm sido de forte relevância na sociedade brasileira nos últimos anos. No ensino de História, a partir da primeira versão da base e do Programa Nacional do Livro Didático podemos compreender as alterações que essas tensões têm provocado.

Desde 2014 O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) inseriu nos editais critérios sobre a participação das mulheres em diversos contextos, o combate a violência contra a mulher e promover a visibilidade da figura feminina. (PNLD, 2014 p.53). Esses parâmetros serviam para todas as áreas do conhecimento. No Edital de

2018 esses pontos estão contidos, com um texto menos enfático mais permanecendo a participação das mulheres como algo importante ao combate a violência e a perspectiva de uma postura nas relações com o mundo.

> "Como parte integrante de suas propostas pedagógicas, as obras didáticas devem contribuir, efetivamente, para a construção de conceitos, posturas frente ao mundo e à realidade, favorecendo, em todos os sentidos, a compreensão de processos sociais, científicos, culturais e ambientais. Nessa perspectiva, elas devem representar culturalmente a sociedade contemporânea na qual se inserem, propondo abordagens que: promovam a imagem da mulher reforçando seu protagonismo social; abordem as temáticas de gênero; proporcionem debates relativos à superação de todas as formas de violência. " (PNLD, 2018 p. 9)

O primeiro texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) continha também preocupações parecidas, inserindo a participação ativa das mulheres na História.

> "Reconhecer mudanças e permanências ocupadas pelas mulheres na sociedade brasileira, a partir da consideração da condição feminina no Brasil do século XIX e em outros espaços e sua condição na contemporaneidade. " (BNCC p, 254)

No que diz respeito aos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, especificamente do 9º ano, há características dos movimentos diversos que contribuíram para a Constituição de 1988, valorizando a participação e construção democrática no Brasil.

> "CHHI9FOA139 – Conhecer e compreender a Constituinte de 1988 como resultado de demandas da sociedade civil organizada, por meio do estudo do Movimento Negro, dos Movimentos Indígenas, de Movimentos de mulheres e de movimentos de ampliação dos direitos de crianças e adolescentes. " (BNCC, 2014 p.258)

Na versão homologada em dezembro de 2017 da BNCC, que diz respeito somente ao Ensino Médio praticamente não há menções sobre debates de gênero, participação das mulheres e afins. Existe somente na apresentação da unidade de História a alusão a diversidade de gênero juntamente com outras variantes como espacialidade, religião e tradições étnicas de uma forma genérica. (BNCC, 2017 p.547)

A partir da análise dos documentos, da compreensão do contexto de efervescência social e das mudanças políticas pode-se perceber o recuo que houve na sociedade brasileira no âmbito escolar acerca do enfrentamento as diversidades de gênero, ao combate a violências contra as mulheres, ao debate sobre demandas especificas e a valorização de lutas feministas em diferentes momentos históricos, gerando praticamente um apagamento das mulheres na História e como agentes sociais.

Possibilidades da Educação Histórica

A perspectiva de ensino da Educação Histórica se dedica a estudar o pensamento de alunos e professores sobre o passado. O passado nos dá materialidade, é uma ciência de referência para nosso conhecimento, de regras e para nossa capacidade de selecionar acontecimentos a partir de experiências vivenciadas. (LEE, 2011)

Entretanto a relação com o passado necessita do olhar histórico mediante as experiências históricas vividas. Sem a ciência histórica o passado se torna apenas para interesses práticos. Dessa forma, a relação entre passado e história nos coloca em contato com as evidências históricas, item fundamental da aprendizagem histórica.

De acordo com o historiador inglês Peter Lee, a experiência vicária a ser encontrada no ensino de história é libertaria, e pode expandir nossas concepções do que “o homem” é capaz mostrando-nos o que ele fez, pensou e como ele mudou. (LEE, 2011)

Nesse sentido, essa pesquisa se colocará na perspectiva dos estudos da historiadora portuguesa Isabel Barca fazendo uso do método de aula oficina. A aula-oficina proposto por ela coloca o aluno como agente de sua formação, e utiliza-se dos conhecimentos prévios e experiências diversas.

O professor é um investigador social e organiza atividades problematizadoras. A avaliação ocorre por meio de diálogos, testes e matérias produzidos pelos próprios alunos construindo um saber em várias esferas: senso comum, ciência e epistemologia. O foco desse método não é em aprender o maior número de acontecimentos históricos, mas é centrado nas competências a aprender.

Para Barca (2004), os conceitos históricos são compreendidos gradualmente, a partir da relação com conceitos de senso comum. Além disso, também considera o meio como fonte de conhecimento.

O principal nesse modelo de aula-oficina são os contatos com as fontes, uma vez que o aluno produz o conhecimento a partir da investigação historiográfica aprendendo conceitos de mudanças e permanências e construindo saberes diversos. Uma investigação empírica que envolva a apreensão dos enunciados da consciência histórica pode envolver: os níveis do saber (ou o conhecimento substantivo acerca do passado); os níveis da interpretação relacionados a esse conhecimento e os níveis de orientação temporal (SCHMIDT; BARCA 2014)

A presente pesquisa trabalha com o método da aula oficina com o desenvolvimento de uma intervenção pedagógica que se utilize de fontes históricas com temporalidades diversas pensando em analisar mudanças sobre o evento do Movimento Feminista, aquisição de direitos através de lutas organizadas por mulheres em diferentes contextos. A captação de dados para a pesquisa também se articula com a aplicação e análise de dados coletados por meio de questionários, de origem socioeconômica para compreender a realidade dos alunos e um segundo com o intuito de compreender os conhecimentos prévios dos alunos sobre a temática.

Circulação do debate sobre o feminismo na sociedade

O Movimento Feminista é datado desde o século XVIII com organização de mulheres no combate de diversas pautas, porém, as discussões e problemáticas que atravessaram e atravessam a vida das mulheres até os dias de hoje.

A criação de leis e políticas públicas em relação a proteção ou promoção das mulheres são sinalizadores de lacunas existentes na sociedade. As leis mais conhecidas nessa questão são a Lei Maria da Penha (2006), que atua na proteção a vida das mulheres que sofreram violência doméstica e a Lei do Feminicídio, que foi um importante ganho social uma vez que a caracterização enquanto homicídio pura e simplesmente é insuficiente quando se trata de uma relação de violência de gênero que acaba em assassinato, podemos compreender como um caso de dominação. (Sousa, 2016)

É possível compreender a circulação dessa temática por meio dos debates nas redes sociais, através de campanhas online, criação de comunidades virtuais, sites, blogs e afins.

O ano de 2015 foi emblemático para a *cybermilitância* feminista/ *cyberfeminismo*, conhecido como o ano da “Primavera Feminista” as mulheres de diversas faixas etárias agiram em diversas situações, tomando o debate político.

Algumas campanhas foram importantes na divulgação de casos de violência contra a mulher de diversas formas, para exemplificar utilizo das campanhas virtuais que ficaram conhecidas como #MeuAmigoSecreto, que emprega a brincadeira do Amigo Oculto para denunciar situações de machismo, deixando o agressor com a identidade sob sigilo. A *hashtag* foi citada no Twitter 170 mil vezes. (THINK OLGA, 2015) A campanha #AgoraÉQueSãoElas, onde homens cederam espaço na mídia para que mulheres publicassem textos abordando o feminismo obteve o alcance de 5 mil menções. E por fim cito a campanha #MeuPrimeiroAssédio, desencadeado após comentários sexualizadores e de cunho pedófilo a uma participante do programa de televisão MasterChefKids, e o que convidou mulheres a compartilharem os casos de seu primeiro assédio na vida, afirmando que todas as mulheres, em algum momento, passam por situações parecidas. A *hashtag* da campanha foi citada 100 mil vezes nas redes sociais.

Outro ponto onde é possível perceber o debate sobre gênero e feminismo foi o movimento de ocupações de escolas secundaristas no Brasil em 2015. As ocupações se iniciaram em São Paulo e se alastraram no pais todo. Uma das pautas observadas na ocupação das escolas foi a de se posicionarem contra um projeto de reorganização escolar e as denúncias do Escola Sem Partido. Em Porto Alegre, houve uma discussão dentro de escolas ocupadas sobre como seria a divisão dos dormitórios, o que levantou um debate sobre sexismo e machismo. Foi noticiado em vários momentos as oficinas que ocorriam dentro dos colégios, atividades essas organizadas pelos próprios alunos, onde aconteciam rodas de conversa sobre feminismo, violência sexual e etc. (SEFFNER, 2016)

Esse tipo de organização dos estudantes mostra uma carência de debate, uma vez que a temática foi colocada em questão espontaneamente, motivando assim uma reorganização do que seria importante a partir da perspectiva estudantil.

Um aspecto importante ao que tange o debate sobre ensino é a conceituação de juventude, uma vez que os colégios são compostos majoritariamente por essa parcela de alunos. Juventude é um marcador etário que se denomina uma determinada população de uma idade, mas para Margulis e Urrestis (1996) esse conceito deve ser encarado com mais complexidade levando em conta que pessoas do mesmo grupo social e econômico não passam pelas mesmas experiências e não detém o mesmo acesso, por exemplo, a bens culturais e isso deve ser levado em conta.

A categoria “juventude” é socialmente construída onde o mercado de consumo tem grande influência, se apropriando desse signo como forma de crescimento do capital, pois carrega uma simbologia importante: a da diversão, espontaneidade e até quem sabe da irresponsabilidade. Entretanto, como aponta Margulis e Urresti (1996), não se tem como afirmar que todo jovem passe por esse processo, pois nessa esfera há diferentes agentes com diversas demandas e sendo assim não pode ser entendido como um padrão homogêneo. Há um apagamento do entendimento do que seria ser jovem na sociedade, então esses indivíduos são lidos pelas instituições escolares como alunos e somente a partir dos anos 1990 é que a população jovem começa a serem vistos como sujeitos de direitos, necessidades, potencialidades e demandas singulares. (ZANETTI, 2011)

Nessa classificação deve ser pensado alguns pontos importantes e que geram essa dissonância na categoria “juventude”, como o gênero onde as meninas/mulheres não vivenciam as mesmas experiências que os meninos/homens devido ás expectativas sociais impostas a eles serem distintas. Enquanto a mulher é pensada para a maternidade o homem terá que trabalhar ter contato com o mundo (MARGUILIS; URRESTI, 1996). Além dessa questão existem as demandas dos jovens trabalhadores que em muitas vezes estudam e trabalham por não deterem de condições financeiras para garantir o acesso pleno à educação. Sendo assim, pode-se perceber que a “juventude” não é uma etapa da vida encarada de igual para igual no mundo todo, e soa dissonante até mesmo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se coloca como forma de compreender as noções históricas de alunos e alunas da rede básica de ensino da cidade de Cornélio Procópio sobre o movimento feminista. A história, enquanto possibilidade de aprendizagem, deve ser pensada como método de orientação da vida prática humana contribuindo para a formação da identidade do sujeito, fazendo esse sujeito compreender as mudanças da sociedade, permitindo que transformarem a si mesmo e ao seu mundo. As discussões de Jorn Rüsen contribuem para atingir o objetivo dessa pesquisa, pensando sobre como a consciência histórica move diferentes aprendizagens, que serão atreladas ao pensamento de Peter Lee como forma de compreender o pensamento histórico dos jovens/adolescentes e alçar uma melhoria no ensino de história e na vida social.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO; F.; POLIZEL, A.; MAIO, E. R. **Uma escola sem partido: discursividade, currículo e movimentos sociais.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 37, n. 2, p. 63-80, jul./dez. 2016

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular:* primeira versão. Brasília: MEC/SEB, 2015b.

_____. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular:* segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016a.

_____. Ministério da Educação. *Planejando a proxima decada: conhecendo as 20 metas do*

PNE. Brasília: MEC, 2014a.

LEE, Peter. Por que aprender História? *In.* **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, nº42, Editora UFPR, out/dez/2011, p.19-42,

LEE. P. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Educar, Curitiba, n. Especial (2006): Dossiê - Educação Histórica. Editora UFPR p. 131-150.

MARGULIS, Mario & URRESTI, Marcelo. **"La juventud es más que una palabra"**. In: Margulis, M. (org.). La juventud es más que una palabra. Buenos Aires, Biblos,1996.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**.1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary del. **Histórias e conversas de mulher**. 2ª edição. São Paulo: Planeta, 2014.

RAGO, Margareth. **Gênero e História**. 1ª edição. Editora: CNT Compostela, 2012.

RÜSEN, J. **Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria**. In: _____. Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2011. p. 69-112.

SANTANA, Erivelton. PROJETO DE LEI 7180 DE 2014. (Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.). Brasília, Câmara Federal, 2014. Disponível em http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1232338.pdf. Acessado em 20 de setembro de 2016.

SEFFNER, FERNANDO. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. In: Reunião Cientifica Regional da ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. n. XI, 2016, Curitiba, **Anais**: Gênero, sexualidade e educação. UFPR: Curitiba p. 1- 17

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel Uma epistemologia da pesquisa em Educação Histórica – Limites e possibilidades. In. SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e URBAN, Ana Claúdia. **Passados Possíveis- A educação Histórica em Debate**. Editora Unijui, 2014, p.21 a 40

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

"QUAL O FUTURO DO NOSSO PASSADO?"
ISSN: 2595-1645

XVIII Semana de História
XI Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História Social
VI Encontro das Especializações em História
18semanahistoria.wixsite.com/londrina

O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970-1973): CONDIÇÕES POLÍTICAS QUE LEVARAM O CHILE RUMO A UMA EXPERIÊNCIA INÉDITA

Amanda Beatriz Riedlinger Soares[329]

RESUMO: Salvador Allende venceu as eleições presidenciais do Chile em 1970 sustentado por uma coalizão complexa, que envolvia comunistas, socialistas, radicais e democrata-cristãos, expressos em partidos e movimentos que compunham a Unidade Popular. Sua pretensão consistia em conduzir o país rumo ao socialismo, valendo-se dos meios legais e de reformas institucionais graduais, o que foi caracterizado como marco inédito na história, uma vez que o modelo vigente da época consistia em conquistar o socialismo a partir do meio revolucionário. A "via chilena" ao socialismo, caracterizada pelo uso dos meios democráticos, modificou significativamente as questões de ordem política, econômica e cultural. Neste sentido, esta pesquisa pretende investigar o governo de Salvador Allende, analisando a complexidade das forças políticas atuantes no país principalmente em fins da década de 60 e início da década de 70; a radicalização política que o período vivenciou e como ocorreu a incorporação da esquerda neste cenário político que, antes da consolidação da Unidade Popular em 1969, já havia explorado a experiência em unir-se frente à oposição, é o caso, a exemplo, da Frente Popular na década de 30 e da Frente Revolucionária de Ação Popular na década de 50. O governo de Salvador Allende foi interrompido em 11 de setembro de 1973, quando o golpe militar de Augusto Pinochet é consolidado no país.

PALAVRAS-CHAVE: Salvador Allende; Sistema político do Chile; Forças políticas.

[329] Amanda Beatriz Riedlinger Soares é graduanda em História na Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail para contato: amandariedlinger@hotmail.com.

1.1. CHILE: UMA EXCEPCIONALIDADE POLÍTICA

Geograficamente, o Chile se apresenta como uma estreita faixa de terra entre o oceano pacífico e as montanhas andinas, localizado no sul do continente americano. Ao norte se encontra o deserto do Atacama, pouco habitado devido à sua geografia hostil, mas utilizado de forma intensa no período colonial como local estratégico para transportar a prata de Potosí, na Bolívia, para a Europa. O sul do país é habitado principalmente pelos mapuches, agrupamento indígena célebre devido à intensa resistência que apresentou frente à dominação espanhola. Por conta desta resistência indígena, os espanhóis ficaram limitados a ocupar somente o norte e o centro do país até fins do século XIX, quando os mapuches foram finalmente derrotados. (WINN, 2010, p. 25).

De fato, a geografia física do Chile é excepcional, no entanto, é na política que o país apresenta traços extremamente singulares, o que o distingue em relação às tendências dos outros países da América Latina. Desta forma:

> O Chile é um país de ordem e com uma longa tradição democrática e republicana; um país onde a busca por consensos tem sido há muito tempo –e segue sendo considerada– como a força motriz de sua história. (PALIERAKI, 2008, apud SALINAS, 2013, p. 23).[330]

Apresentando uma cultura política marcada pela consolidação de suas instituições e pelo respeito à democracia, evidente na “busca por consensos”, o Chile se afirma como uma exceção política. De acordo com Alberto Aggio (2008), “cultura política” pode ser determinada como um “conjunto de atitudes, crenças, valores e normas, mais ou menos compartilhadas, na vida política de uma sociedade.” (AGGIO, 2008, p. 45). No Chile, estes comportamentos foram direcionados para manter uma política democrática e consolidada, onde fraturas e rupturas políticas se mostraram mínimas no decorrer do século XX se comparadas aos outros países latino-americanos.

[330] “Chile es un país de orden y con una larga tradición democrática y republicana; un país donde la búsqueda de consensos ha sido por largo tiempo –y sigue aún considerándose– como la fuerza motriz de su historia.” (PALIERAKI, 2008, apud SALINAS, 2013, p. 23)

Não surpreende que, quando o golpe militar de Pinochet é desfechado em setembro de 1973, a sociedade chilena vivenciou não somente uma ruptura que interrompeu o governo Allende e o substituiu por um governo militar que se manteria até 1990, mas vivenciou também (e principalmente) uma fratura da estabilidade política que até então se mostrava consistente.

Neste sentido, o golpe militar não poderia e nem deveria ser considerado apenas como a substituição de um governo por outro, de caráter autoritário, mas representaria a ruptura de um sistema político extremamente consolidado e democrático. De acordo com Aggio (2008):

> Foi um ato cirúrgico de cancelamento da política entre os chilenos, o que significava dizer que foi a supressão da forma pela qual a sociedade chilena compreendia-se a si mesma. Até então, não havia na América Latina uma sociedade mais politizada que a chilena. É isso, dentre outras coisas, que dá o sentido tanto drástico como dramático à refundação do Chile sob Pinochet. (AGGIO, 2008, p. 37).

Outros elementos que compõem o quadro político do Chile e que se apresentam como fundamentais em sua cultura política são: a consolidação dos partidos políticos existentes e a capacidade de alternância de poder que seu sistema político permitia.

No decorrer do século XX, as forças políticas do país se mantiveram divididas em três grandes blocos: direita, esquerda e o centro. Estas forças muitas vezes se mostraram extremamente radicalizadas e estruturaram o sistema político do Chile em uma tripartição extrema. Era o que os chilenos denominavam como “os três terços”, uma vez que cada ala apresentava cerca de 30% da força eleitoral do país, permitindo que os partidos que vencessem o fizessem a partir de uma mínima diferença.

É notável também, no decurso histórico do Chile, uma ostensiva alternância de poder, permitindo que governos de esquerda, direita e centro não se consolidassem por décadas a fio na presidência. Esta mobilidade política é bem expressa nos governos de Jorge Alessandri (1958-1964); Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973); representando a vitória, respectivamente, da direita, do centro e

da esquerda, aspecto que confirma a premissa de que no Chile, o sistema político não se apresentou monopolizado por apenas uma força política.

Nesta conjuntura de consolidação das instituições e da democracia no país, a opção de Allende de alcançar o socialismo utilizando os meios democráticos se mostrava necessária e condizente com o histórico político chileno. Não havia necessidade – e talvez nem possibilidade – para optar-se por uma via insurrecional, uma vez que o estado democrático se mantinha em pleno funcionamento e vitalidade em fins da década de 1960. Desta forma:

> [...] O regime democrático permanecia como uma referência legitimadora da convivência política entre os principais atores e, ao mesmo tempo, […] como aquele que garantia e possibilitava a realização de mudanças profundas na sociedade. [...] Assim, nesta conjuntura, até mesmo no interior da direita, prevalecia o caminho institucional como artifício operativo para impedir o acesso da esquerda ao governo. (AGGIO, 2002, p. 112).

Neste sentido, Allende soube enxergar as particularidades da sociedade chilena e as possibilidades que seu histórico político permitia, usando-os ao favor de sua *via chilena*. Em suma, “a face avançada da sociedade chilena permitia, e ao mesmo tempo exigia da sua esquerda, a confecção de um caminho próprio, singular e adequado”, tal como o proposto por Salvador Allende. (AGGIO, 2002, p. 20).

1.2. A INCORPORAÇÃO DA ESQUERDA AO SISTEMA POLÍTICO CHILENO

O moderno sistema político do Chile se estabeleceu a partir de profundas transformações ocorridas principalmente no âmbito político em meados das décadas de 1920 e 1930. Este período caracteriza o fim da dominação oligárquica e a o surgimento de novas forças sociais e políticas, expressas em movimentos operários e novos partidos políticos.

As duas primeiras décadas do século XX foram marcadas por intensas greves e conflitos desencadeados por trabalhadores mineiros insatisfeitos. Estas greves e mobilizações eram fortemente incentivadas por Luis Emilio Recabarren, jornalista chileno que mantinha intenso vínculo com a classe trabalhadora. Em 1912,

Recabarren fundou o Partido Obrero Socialista (POS) e passou a representar os trabalhadores na política. Em 1922, o POS se transformaria no Partido Comunista (PC), que se manteria presente na política chilena durante todo o século XX, compondo, inclusive, a coalizão de esquerda que levaria Allende à presidência em 1970 e se apresentando como o partido de maior força eleitoral dentro da Unidade Popular.

No entanto, a década de 1930 traria uma nova força política de esquerda que viria a competir com o Partido Comunista chileno. Em junho de 1932, Marmaduke Grove, primo de Salvador Allende, articula um golpe militar e declara o Chile a primeira República Socialista das Américas. Com um programa de governo que previa a princípio a expulsão das companhias internacionais que se nutriam dos lucros obtidos nas minas chilenas, a República Socialista de Grove durou apenas treze dias, mas permitiu que o socialismo fosse colocado em destaque no país. (ALEGRÍA, 1983, p. 25-26). Esse contexto possibilitou o surgimento, em 1933, do Partido Socialista chileno (PS), que também viria a compor a Unidade Popular de Allende em 1969. Contudo, neste período, a esquerda no Chile apresentava uma inexpressiva força eleitoral, fator que a colocava à margem do sistema político.

Este quadro é alterado a partir de 1936 com a formação da Frente Popular, uma coalizão que comportava os partidos de esquerda (Partido Comunista e Partido Socialista) e que, no entanto, era dominada pelo Partido Radical, força política do centro.

É a partir da Frente Popular que a esquerda passa a ser paulatinamente incorporada ao sistema político no Chile.[331] Após a década de triunfo da esquerda e do centro com a Frente Popular, o país conheceu, sob o governo de Gonzáles Videla (1947-1952) e no contexto internacional da Guerra Fria, a exclusão dos comunistas do sistema político a partir da vigência da Lei de Defesa Permanente da Democracia em 1948, conhecida pelos comunistas como *ley maldita*. Os comunistas só retornariam à legalidade no em 1958. Assim, "[…] no Chile, o preço que os Estados Unidos pediram em troca de prestar ajuda econômica ao governo de González Videla

[331] Os comunistas foram os que mais adquiriram força eleitoral com a experiência da Frente Popular, passando a ser, isoladamente, a maior força política da esquerda. (AGGIO, 2002, p. 73).

depois da segunda guerra mundial foi a destituição dos ministros comunistas." (ANGELL, 1997, p. 97).[332]

No entanto, em 1956 a esquerda novamente se organizou em outra coalizão. O ano marca o surgimento da Frente Revolucionária de Ação Popular, a FRAP, caracterizada como uma aliança entre socialistas e comunistas[333] que, desde 1956, até o surgimento da Unidade Popular em 1969, só incorporou partidos de esquerda e lançou candidatos que representavam os trabalhadores.[334] (DALMÁS, 2017).

Após a dissolução da FRAP devido ao fracasso nos resultados eleitorais, a esquerda se organizou e se uniu novamente, formando em 1969 a Unidade Popular, um agrupamento que incluía, a princípio, o Partido Comunista (PC), Partido Socialista (PS), Partido Radical (PR)[335], Partido Social Democrata (PSD), Partido de Ação Popular Independente (API) e o Movimento de Ação Popular Unitária (MAPU).[336] Nas eleições presidenciais de 1970, a Unidade Popular lançou Salvador Allende para a disputa do Executivo , vencendo por uma diferença mínima de votos.

1.3. O GOVERNO DE SALVADOR ALLENDE (1970-1973): DO TRIUNFO INICIAL AO GOLPE MILITAR

Na América Latina, no decorrer da década de 1960, imperava uma discussão referente à natureza das revoluções. Esta discussão permeava não somente os

[332] "En Chile el precio que los estados Unidos pidieron a cambio de prestar ayuda económica al gobierno de González Videla después de la segunda guerra mundial fue la destitución de los ministros comunistas." (ANGELL, 1997, p. 97).

[333] É importante mencionar que a FRAP não estendeu a aliança aos partidos centristas, considerando apenas as siglas de esquerda para compor a organização. Este é um dos principais fatores que diferenciam a FRAP da Unidade Popular que surgiu em 1969.

[334] Nas eleições presidenciais de 1958 e de 1964, a FRAP indicou Salvador Allende para representar a coalizão de esquerda.

[335] Até as eleições parlamentares de 1937, o Partido Radical ocupava no cenário político o papel da esquerda, uma vez que os partidos próprios da esquerda ainda se encontravam sem expressiva força eleitoral. Após a incorporação do PC e do PS no espectro político, principalmente devido à formação da frente Popular, o PR passou a ocupar o lugar de centro. (AGGIO, 2002, p. 70). Nas décadas de 1960 e 70, o PR se caracterizava como força do centro político, representante dos interesses da pequena burguesia.

[336] O MAPU se constituiu como um grupo dissidente do Partido Democrata Cristão (PDC). A ala esquerda do PDC se desligou de seu partido original para se juntar à Unidade Popular em 1969. (DALMÁS, 2017, p. 21).

setores revolucionários de inspiração cubana, os quais discutiam as possibilidades e os meios que poderiam adotar para consolidar a pretendida revolução, mas também as forças contrarrevolucionárias, uma vez que pretendiam buscar maneiras para que a revolução socialista não se consolidasse nos países latino-americanos. Neste contexto, cabe discutir se o processo desenvolvido no Chile nos anos 1970 pode ser considerado uma “Revolução”.

De acordo com Perry Anderson, historiador marxista inglês, “[…] revolução é um termo com sentido preciso: “a destruição política, de baixo para cima, de uma ordem estatal, e sua substituição por outra.” (ANDERSON, 1986 apud AGGIO, 2008, p. 56). Assim, na perspectiva de “revolução”, a luta contra o Estado precisa ser necessariamente independente deste Estado. Desta forma, o processo desenvolvido no Chile, uma vez que se mostrava sustentado pelo Estado e dentro dos limites da democracia, não pode ser considerado um processo de modelo revolucionário, tendo em vista que “[…] nenhuma revolução [...] por mais democráticas que tenham sido suas tarefas, realizou-se através dos institutos democráticos.” (BOBBIO, 1986 apud AGGIO, 2008, p. 61).

Todavia, há autores que adotam a perspectiva revolucionária ao analisar o processo chileno. Estes autores se amparam na perspectiva de mudança estrutural que o programa da UP defendia, considerando-a, por isso, revolucionária, uma vez que previa a troca do sistema capitalista vigente por outro de natureza socialista. Contudo, a própria UP procurava evitar em seu programa o uso da expressão “revolução”, utilizando outras com sentido mais flexível como “transformações revolucionárias.” (AGGIO, 2002, p. 20).

Definida a natureza do processo, o fato é que em 1970 a *via chilena ao socialismo* é colocada em curso. Allende venceu com um projeto político que planejava a estabilização da economia para que somente depois as “transformações revolucionárias” fossem aplicadas. O presidente eleito parecia entender que uma crise de natureza econômica poderia se transformar em terreno propício para a articulação e o estabelecimento de um golpe militar.

O programa de UP se concentrava em quatro mudanças estruturais, as quais previam: (1) a recuperação das riquezas minerais básicas do país, que deveriam

passar ao controle nacional; (2) a nacionalização dos bancos; (3) a intensificação do processo de Reforma Agrária e (4) a socialização das principais empresas de produção e distribuição do Chile. (WINN, 2010, p. 78).

Pretendendo nacionalizar as gigantescas minas de cobre que estavam sob controle de empresas dos E.U.A., Allende enviou ao Congresso uma emenda constitucional que previa a compra das minas do Chile de seus proprietários privados. A nacionalização das minas se apresentava como um assunto tão sensível no país, que nem mesmo a direita ousou votar contra a emenda. Allende se referiu ao dia da votação como o “Dia da dignidade Nacional”, atribuindo à nacionalização das minas o sentido de “segunda independência do Chile”. (WINN, 2010, p. 79).

Devido à impossibilidade da UP em conseguir uma maioria no Congresso que ratificasse a nacionalização dos bancos, a estratégia para o segundo objetivo precisou ser alterada. Desta forma, o governo divulgou uma oferta com preços acima do mercado para a compra de ações dos bancos privados do Chile. Embora houvesse resistência, muitos bancos cederam, “[…] em um esforço para salvar parte do seu investimento diante da ameaça do socialismo. [...] Um ano após a posse de Allende, ele podia afirmar que seu governo controlava 90% do setor bancário do país.” (WINN, 2010, p. 81).

Referente à reforma agrária, o governo da UP antevia um processo gradual, que não causasse déficit à produção agrícola nacional. No entanto, outro processo, de caráter revolucionário uma vez que emanava do próprio povo, estava em desenvolvimento. Camponeses que percebiam a insuficiência e lentidão na política gradualista da UP passaram à ação direta. Esta ação se caracterizava pela ocupação de terras rurais, pretendendo gerar um conflito social entre proprietários e camponeses, para que houvesse intervenção estatal e, por conseguinte, expropriação daquelas terras. Devido a ação dos camponeses, a reforma agrária, cuja pretensão era ser desenvolvida no decorrer de seis anos do mandato de Allende, estava concluída em apenas dezoito meses de governo da Unidade Popular. (WINN, 2010, p. 82 e 96).

Por fim, para concretizar o objetivo de socializar as principais empresas de produção e distribuição do Chile, o governo da UP valeu-se de um decreto-lei de 1930,

que “[…] permitia que o governo chileno interviesse na administração de empresas cuja produção de produtos de necessidade básica estivesse ameaçada”. Com agentes do Estado inseridos na administração destes negócios, havia maior incentivo para que seus proprietários privados os vendessem ao governo. A intervenção estatal continuaria até o momento que as empresas fossem incorporados ao Estado. (WINN, 2010, p. 83 e 84).

O êxito da Unidade Popular na aplicação de seu programa econômico se apresentou evidente nos resultados obtidos nas eleições municipais que ocorreram em abril de 1971. Neste pleito, os partidos da Unidade Popular somaram aproximadamente 50% dos votos, representando uma quebra no sistema dos “três terços” que caracterizou a política até então.[337]

Este resultado positivo nas eleições de 1971 impulsionou a Unidade Popular no desenvolvimento do seu projeto político, uma vez que neutralizou a força da Democracia Cristã. Até o momento, a DC se apresentava como maioria no Congresso, o que obrigava a UP a manter uma relação de proximidade com o centro político para a viabilização de seus projetos. A DC, por sua vez, apresentava uma postura ambígua em vista da UP: reconhecia a legitimidade do governo eleito e, inclusive, apoiava muitas de suas reformas, mas ainda se mantinha como oposição, rejeitando alinhamentos tanto à direita quanto à esquerda, reafirmando a sua *terceira via.*[338] O resultado das eleições presidenciais em 1970 e municipais em 1971, favoráveis à UP, evidenciaram que a estratégia da coalizão em se tornar um polo atrativo para o eleitorado do centro político mostrou-se proveitosa.

No entanto, este triunfo inicial da Unidade Popular cessaria por ações de atores diversos. A princípio, se torna necessária a menção da ação norte-americana no Chile. Os E.U.A. atuaram a partir de dois objetivos principais: (1) desestabilizar a economia do país e (2) reunir a direita e o centro político em uma única aliança oposicionista.

[337] O Partido Socialista foi o que mais obteve crescimento eleitoral com o fenômeno da Unidade Popular. (AGGIO, 2002, p. 118).

[338] A proposta da DC se afirmava em torno de uma *terceira via* entre o capitalismo e o socialismo, limitando sua política a uma obsessão por um “caminho próprio.” (AGGIO, 2002, p. 101).

Pretendendo desestabilizar a economia e criar condições propícias para a derrubada do governo Allende, os E.U.A., através de um *invisible blocked,*[339] negavam ao Chile empréstimos financeiros, créditos bancários, exportação de alimentos e matéria-prima, bem como peças de reposição[340] para o funcionamento das fábricas. (WINN, 2010, p. 133).

Além disso, fatores internos levaram a Democracia Cristã a se aproximar da direita. Este deslocamento foi justificado pelo assassinato de Pedro Zujovic, ministro do governo de Eduardo Frei, por um grupo de extrema esquerda, a VOP (Vanguarda Organizada pelo Povo). Este fato isolado, mas de extrema gravidade, suscitou na DC indignação e descontentamento com a Unidade Popular que, segundo o partido, era muito passiva frente aos grupos armados da extrema esquerda. A Unidade Popular, na defensiva, afirmou que a ação não correspondia a seus quadros, mas sim a grupos extremistas que pretendiam desestabilizar o governo. Nestas circunstâncias, a DC se afastou da UP e, por conseguinte, se aproximou do Partido Nacional e de outras expressões da direita política.

Além disso, outro fator surgiu para desestabilizar a via chilena de Allende: a escassez de bens de consumo. A dificuldade de importação devido ao boicote dos E.U.A., o aumento no poder de compra, baseado na elevação de 30% da renda da população chilena, aliada à estocagem de produtos veiculada pela mídia que pretendia agitar as classes médias e altas, levaram o Chile a uma intensa crise econômica que, mais tarde, resultaria em uma agitação social prejudicial ao governo UP. Para solucionar o problema, Allende mobilizou seus partidários a agirem contra a estocagem de produtos e garantiu às camadas mais pobres uma cesta básica a um preço controlado, protegendo seus eleitores das consequências advindas dos transtornos econômicos que o país enfrentava e permitindo, desta maneira, que a classe média se tornasse o grupo mais atingido pela crise. (WINN, 2010, p.141 e 152).

[339] O denominado “bloqueio invisível” foi uma ação compensatória dos E.U.A. em relação aos processos de estatização das empresas, promovidos por Salvador Allende. (BANDEIRA, 2008, p. 308-309).

[340] Devido à recusa norte-americana em exportar peças de reposição para as fábricas chilenas, os próprios trabalhadores, agora integrados na administração das fábricas, trataram de produzir as próprias peças de reposição. Em 1973, três quartos das peças de reposição, que antes eram importadas, passaram a ser produzidas pelas próprias fábricas do Chile. (WINN, 2010, p. 125).

Ao perceber a situação em que o Chile mergulhava, em junho de 1972 a UP tentou estabelecer um acordo com a Democracia Cristã, reafirmando seu compromisso com a esfera democrática e pretendendo conter a contrarrevolução que fomentava o estado calamitoso. Contudo, os democrata-cristãos, dominados por sua ala direita, não firmaram compromisso com a UP, rejeitando "[…] um acordo que poderia ter evitado a crise constitucional e a ditadura de Pinochet." (WINN, 2010, p. 150).

Esta crise econômica resultou, em outubro de 1972, em uma greve de caminhoneiros que paralisaram suas atividades como forma de protesto a um plano do governo de criar uma frota de caminhões do Estado, prejudicando a atividade privada no setor. Os caminhoneiros foram os pioneiros, mas não os únicos. Em poucas semanas, outras associações profissionais, abrangendo grupos de varejistas, médicos, engenheiros, etc, paralisaram suas atividades ao aderirem ao que ficou conhecido como a "Greve de Outubro." Os grevistas exigiam:

> [...] que o governo convocasse um plebiscito dentro de 48 horas sobre a área de propriedade social, [...] concordasse com as posições dos partidos de oposição com relação aos bancos, à reforma agrária e aos meios de comunicação. Também exigia que Allende assinasse a Lei de Armas aprovada pelo Congresso controlado pela oposição, o que garantia às Forças Armadas o direito de buscar armas ilegais sem um mandado legal, tendo por base denúncias anônimas. (WINN, 2010, p. 154-155).

Neste cenário, o papel das massas se apresentou fundamental na superação da crise. Ao perceberem o governo da Unidade Popular limitado em suas ações diante da Greve de Outubro, as massas passaram a agir para conter o caos e colocar fim no que consideravam uma "Greve de Patrões" ou "Greve da Burguesia". Neste sentido, a classe trabalhadora concentrou esforços para manter os níveis de produção e distribuição de produtos. Organizados pelos Cordões Industriais[341], os trabalhadores

[341] O primeiro Cordão Industrial do Chile surgiu em junho de 1972. Os Cordões Industriais "interligavam os trabalhadores de diversas fábricas e origens e geravam os recursos necessários para deter a ofensiva contrarrevolucionária. [...] Os cordões organizaram a tomada das empresas do setor privado onde os trabalhadores estavam trancados ou onde a produção ou distribuição havia sido sabotada." (WINN, 2010, p. 161).

invadiram as fábricas que foram fechadas por seus patrões a fim de retomarem as atividades.

Visando superar esta situação, Allende mobilizou esforços para trazer o confronto novamente para a arena política. Carlos Prats, Comandante em Chefe do Exército, negociou um fim rápido à Greve de Outubro ao enfraquecer as esperanças da direita de uma possível mobilização do Exército chileno para um golpe militar. Prats assumiu o comando a partir do assassinato do General René Schneider[342], possuindo ambos uma postura de neutralidade política e não intervenção militar. A lealdade de Prats a estes princípios se tornou evidente em um episódio ocorrido no dia 29 de junho de 1973, conhecido como *tancazo.* (WINN, 2010, p. 72 e 168).

O evento foi uma tentativa fracassada de golpe militar. No dia, um regimento blindado atacou de surpresa o palácio presidencial, mas foi rapidamente reprimido pelas tropas do general Prats, leais ao presidente.

Ao compreender a gravidade da situação, a extrema esquerda passou a advogar uma estratégia militar e não apenas política no interior da UP. Mobilizou esforços para armar o povo e criar um exército popular e autônomo, no entanto, com a desaprovação da UP esta ação ficou limitada a alguns casos isolados. Neste período compreendido entre o *tancazo* de junho e o episódio de setembro, os militares, no processo de articulação do golpe, passaram a agir no sentido de desarticular e enfraquecer os grupos leais a Allende. A Lei de Armas, que concedia às "Forças Armadas o direito exclusivo de portar armas e o poder para buscar armas ilegais [...] tendo por base denúncias anônimas", foi assinada por Allende no contexto pós Greve de Outubro, em uma tentativa de acalmar os ânimos e reafirmar o compromisso da UP com a legalidade. (WINN, 2010, p. 165).

Os militares utilizaram este poder para "[…] invadir fábricas, fazendas, universidades e favelas, frequentemente com violenta brutalidade." (WINN, 2010, p. 169). Este aspecto evidencia que, mesmo em um contexto de instabilidade

[342] Após a vitória eleitoral de Allende em 1970 a CIA reconheceu que nenhum golpe militar se estabeleceria enquanto as Forças Armadas fossem comandadas pelo general René Schneider, com seu princípio de "não interferência militar na política". Diante disso, a CIA articulou um sequestro a Schneider, que resistiu e acabou assassinado. O evento chocou um Chile não acostumado com tal grau de violência política. (WINN, 2010, p. 72-73).

institucional, os próprios militares ainda se amparavam em definições legais para agirem. O abandono a este recurso ordinário só se apresenta efetivo em setembro de 1973.

Neste contexto conflituoso, marcado por políticas e ações de extremos, era improvável que as Forças Armadas continuassem neutras. Assim, a princípio, os militares conspiradores agiram no sentido de obrigar o General Prats, leal à Allende, a renunciar. Desta forma, o Comandante em Chefe

> [...] convocou uma reunião com seus generais e lhes pediu um voto de confiança. Como apenas uma pequena minoria dos generais do Chile o apoiou, Prats renunciou tanto ao cargo de ministro da defesa como ao de comandante-em-chefe das Forças Armadas. Aconselhou Allende a indicar seu segundo em comando, general Augusto Pinochet, como seu sucessor, declarando que Pinochet era um "grande soldado" apolítico, que tinha o respeito da oficialidade e manteria o Exército afastado da política. Dezoito dias mais tarde, o governo Allende foi derrubado por um violento golpe militar liderado pelo general Pinochet. (WINN, 2010, p. 174).

O golpe militar se efetivou em 11 de setembro de 1973 a partir do ataque das Forças Armadas ao palácio presidencial de La Moneda, colocando fim ao governo de mil dias da Unidade Popular. Allende confiou no profissionalismo das Forças Armadas na mesma medida em que confiou na lealdade e compromisso de Pinochet com o Estado democrático chileno.

Apesar dos conflitos vivenciados, a esquerda reformista não esperava um golpe militar.[343] Este aspecto é confirmado no momento em que o governo, atacado pelo Exército profissional chileno, não contava com um exército popular e independente para fazer frente ao golpe. (AGGIO, 2002, p. 40).

Com o golpe de 1973, cabe destacar: o fim do governo da Unidade Popular não indica necessariamente a impossibilidade histórica de uma via democrática ao socialismo, como pensou a esquerda latino-americana por muito tempo. Conforme

[343] A extrema esquerda, por sua vez, ao considerar inevitável um confronto armado entre esquerda e oposição, considerava a possibilidade de um Golpe militar e, inclusive, tentou formar um "poder popular". Contudo, sem incentivo da UP, a tentativa mostrou-se limitada.

indica Aggio (2008), estes acontecimentos do Chile da década de 1970 se desenvolveram em resposta ao fato de que “ator e circunstâncias se contraditaram e a história, por meio de outros atores, se impôs implacavelmente.” (AGGIO, 2008, p. 35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGGIO, Alberto. **Democracia e socialismo:** a experiência chilena. São Paulo: Annablume, 2002.

_____. **Uma nova cultura política.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

ALEGRÍA, Fernando. **Salvador Allende:** Paz pelo socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde *c.* 1920. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Historia de América Latina:** Política y sociedad desde 1930. v. 12. Barcelona: Cambridge University, 1997, p. 73-131.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos:** a derrubada de Salvador Allende (10970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
.
DALMÁS, Carine. **Imagens de uma revolução alegre:** murais e cartazes da propaganda da experiência chilena (1970-1973). 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

SALINAS, Sérgio. **El tres letras.** Historia y contexto del Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Santiago : RIL editores, 2013.

WINN, Peter. **A revolução chilena**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2010.